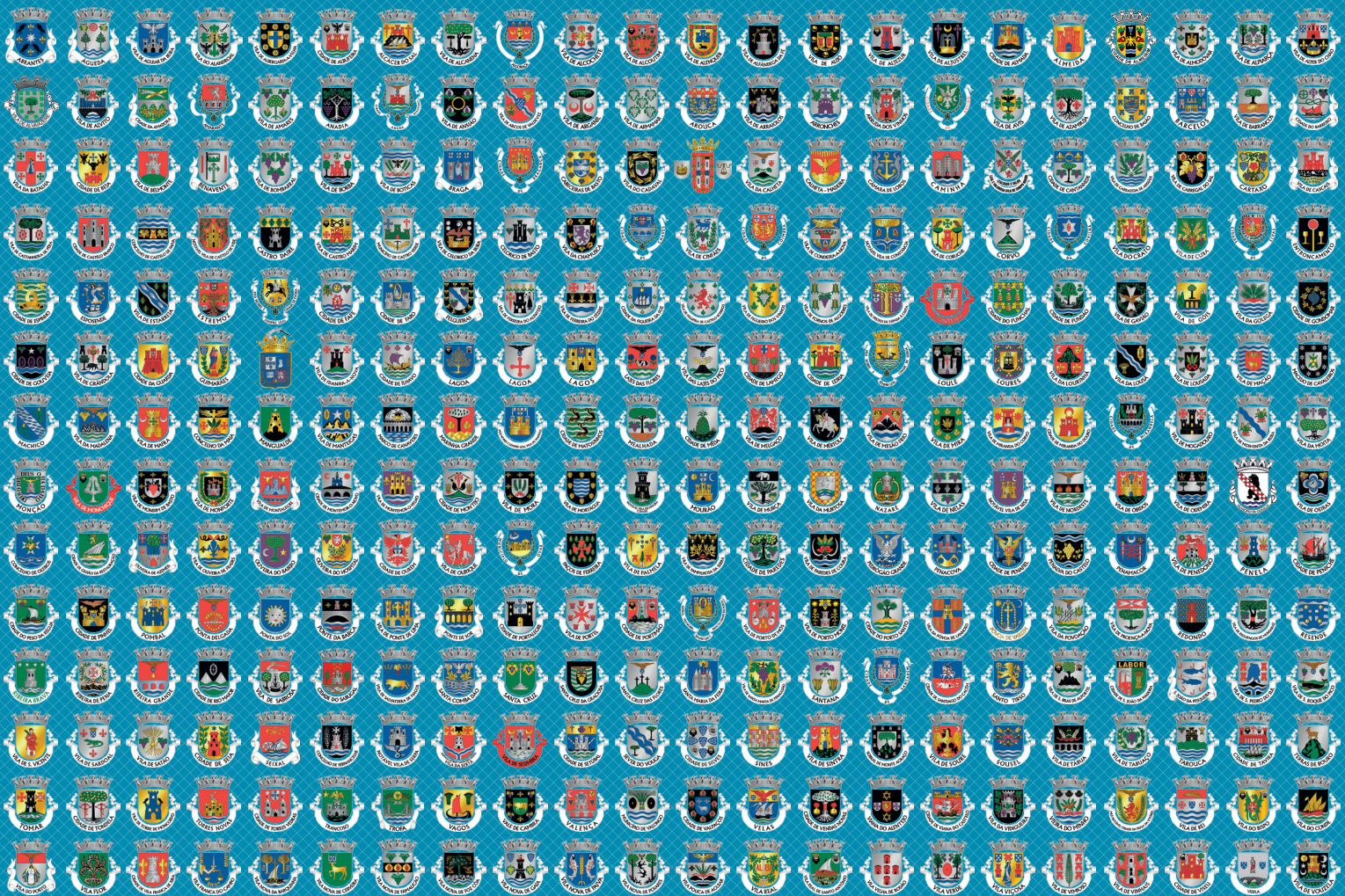


Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses

2013



Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2013



OTOC
ORDEM DOS TÉCNICOS
OFICIAIS DE CONTAS



Centro de Investigação em
Contabilidade e Fiscalidade
Research Centre on Accounting and Taxation

Centro reconhecido pela **FCT**



Ficha Técnica

Autores

João Baptista da Costa Carvalho
Maria José da Silva Fernandes
Pedro Jorge Sobral Camões
Susana Margarida Faustino Jorge

Colaboradores

Ana Teixeira e Ana Rita Abreu

Edição

Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, julho de 2014

Coordenação

Roberto Ferreira, Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

Capa e paginação

Duarte Camacho, Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

Impressão: LiderGraf

ISSN: 2182-5564

Depósito Legal: 228599/05

Agradecimentos

Para a publicação do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, publicação de caráter anual, editada desde 2005, muito tem contribuído a colaboração e apoio de um conjunto de individualidades e entidades, que de diversas formas se têm associado a este projeto, e a quem os autores entendem manifestar publicamente o seu reconhecimento e agradecimento, nomeadamente:

- Presidentes e Responsáveis Financeiros das Câmaras Municipais que enviaram as contas para o Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF) do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave;
- Presidente do Tribunal de Contas, Conselheiro Guilherme d'Oliveira Martins;
- Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC), Domingues de Azevedo;
- Conselheiro Ernesto Cunha responsável pela área das autarquias locais e setor empresarial local;
- António Costa e Silva (Tribunal do Contas de Lisboa);
- Fernando Flor de Lima (Tribunal de Contas dos Açores);
- Mafalda Morbey (Tribunal de Contas da Madeira);
- Maria José de Jesus e Renaldo Marques (Colaboradores do IPCA/CICF);

- Roberto Ferreira e Duarte Camacho (Colaboradores do Departamento de Comunicação e Imagem da OTOC).

A elaboração do Anuário contou com a colaboração de Ana Teixeira e Ana Rita Abreu, a quem é devida uma referência especial de agradecimento.

Entendemos ser nosso dever de continuar a realçar o papel fundamental da OTOC em todo este processo, que desde 2007, ano em que terminou o financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia, passou a ser o suporte financeiro para a recolha de dados e todas as tarefas subjacente permitindo a continuação de um projeto de extrema relevância para a evolução da investigação da Contabilidade Pública em geral, e da Contabilidade das Autarquias Locais em especial.

O coordenador do Anuário Financeiro
João Baptista da Costa Carvalho

Índice

Ficha Técnica	2
Agradecimentos	3
Introdução	16
CAPÍTULO 1. O SETOR LOCAL E OS MUNICÍPIOS PORTUGUESES	19
1.1. O Setor Local	19
1.2. Freguesias	19
1.3. Municípios	20
1.4. Caracterização geral e importância financeira dos Municípios portugueses no contexto europeu e municípios	24
1.5. Grupos Municipais	25
1.6. Reformas Administrativas e Controlo Financeiro	26
1.7. Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)	28
1.8. Independência financeira	32
1.9. Contabilidade Autárquica	43
CAPÍTULO 2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS MUNICÍPIOS	49
2.1. Introdução	49
2.2. Receitas Municipais	49
2.2.1. Execução global do Orçamento da Receita	50
2.2.2. Estrutura e Evolução da Receita Municipal	66
2.2.2.1. Estrutura e Evolução da Receita Municipal, por capítulos económicos	66
2.2.2.2. Impacto dos Impostos Municipais na Receita Municipal	78
2.2.3. Impacto do PAEL nas receitas	97
2.3. Despesas Municipais	103
2.3.1. Classificação económica das Despesas	103
2.3.2. Execução global do Orçamento de Despesa	103
2.3.3. Estrutura e Evolução da Despesa, por classificação económica	111
2.3.4. Principais Despesas Realizadas, por classificação económica	122
2.3.4.1. Despesas com Pessoal	122
2.3.4.2. Despesas em Aquisições de Bens e Serviços Correntes	128
2.3.4.3. Despesas com Transferências e Subsídios	131
2.3.4.4. Despesas com juros e outros encargos financeiros	136
2.3.4.5. Despesas com Investimentos e transferências de capital	140
2.3.4.6. Amortização de empréstimos: passivos financeiros	146
2.4. Situação Financeira Global	151
2.4.1. Comparação da Receita Cobrada com a Despesa Realizada e Paga	151
2.4.2. Saldos Orçamentais	165

CAPÍTULO 3. ANÁLISE FINANCEIRA, ECONÓMICA E PATRIMONIAL DOS MUNICÍPIOS	171
3.1. Fiabilidade do Balanço e da Demonstração dos Resultados Económicos	171
3.2. Ativo	173
3.3. Fundos Próprios (Património Líquido) e Proveitos diferidos	184
3.4 Passivo	186
3.4.1. Estrutura e variação do passivo	186
3.4.2. O passivo exigível dos municípios (Dívidas a Pagar)	191
3.4.3. Cálculo da Dívida total ao abrigo do disposto no Artigo 52.º, Lei 73/2013	200
3.4.4. Endividamento líquido	206
3.4.4.1. Cálculo do valor global	206
3.4.4.2. Limite do Endividamento Líquido	217
3.4.5. Prazo Médio de Pagamentos	221
3.4.6. Empréstimos Bancários	226
3.5. Custos, Proveitos e Resultados Económicos	229
3.5.1. Estrutura e evolução dos Custos	229
3.5.2. Estrutura e evolução dos Proveitos	232
3.5.3. Evolução dos Resultados Económicos	234
CAPÍTULO 4. O SETOR EMPRESARIAL LOCAL E OS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS NO SETOR AUTÁRQUICO	245
4.1 Serviços Municipalizados	246
4.1.1. Estrutura do Ativo	247
4.1.2. Passivo dos SM'S	249
4.1.3. Endividamento dos Serviços Municipalizados	251
4.1.4. Proveitos, Custos e Resultados dos Serviços Municipalizados	254
4.1.4.1. Custos dos SM'S	254
4.1.4.2. Proveitos dos SM'S	256
4.1.4.3. Resultados económicos dos SM'S	258
4.2.1. Balanço Global das Entidades do SEL: Entidades Empresariais (EEL's) e Empresas Municipais (EM's)	263
4.2.1.1. Estrutura e Evolução do Ativo	264
4.2.1.2. Estrutura e Evolução do Capital Próprio	273
4.2.1.3. Estrutura e Evolução do Passivo	274
4.2.2. Endividamento Líquido do Setor Empresarial Local	281
4.2.3. Rendimentos, Gastos e Resultados das Entidades do SEL	286
4.2.3.1. Evolução dos Rendimentos e Ganhos e dos Gastos e Perdas	286
4.2.3.2. Resultados económicos das Entidades Empresariais Locais	287
4.2.4. Dissolução de Empresas do SEL – aplicação do artigo 62º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto	291
CAPÍTULO 5. RANKING GLOBAL	297
5.1. Enquadramento e Metodologia	297
5.2. Evolução da Eficiência Financeira	299
5.2. Ranking Global dos municípios	301

CAPÍTULO 6. CONCLUSÕES	311
Independência Financeira e Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)	311
Receita Autárquica:	311
Despesa Autárquica	312
Análise patrimonial e económico-financeira	312
Entidades do Setor Empresarial Local	314
ANEXOS	315
ANEXO I: DADOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS DO MUNICÍPIOS, EMPRESAS MUNICIPAIS E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS, 2013	315
ANEXO II: LISTAGEM DOS MUNICÍPIOS POR NÚMERO DE HABITANTES	333

Índice de quadros, rankings e gráficos

Gráfico 1.01 – Os Municípios Portugueses, por dimensão e região NUTS 2	21
Quadro 1.01 – Caracterização as regiões NUTS 2, considerando a dimensão dos municípios	21
Quadro 1.02 – Caracterização das Autarquias Locais Portuguesas em perspetiva comparada	24
Gráfico 1.02 – Distribuição das despesas locais por funções	24
Quadro 1.03 – Número de serviços municipalizados e Entidades do Setor Empresarial Local	25
Quadro 1.04 – Municípios com contratos visados pelo Tribunal de Contas ao abrigo do PAEL	29
Gráfico 1.03 – Evolução da Estrutura Financeira dos 308 Municípios	33
Gráfico 1.03.A – Evolução da Estrutura Financeira dos Municípios da R.A. dos Açores	33
Gráfico 1.03.M – Evolução da Estrutura Financeira dos Municípios da R.A. da Madeira	33
Gráfico 1.04 – Evolução da Estrutura Financeira dos Municípios de Grande Dimensão	34
Gráfico 1.05 – Evolução da Estrutura Financeira dos Municípios de Média Dimensão	34
Gráfico 1.06 – Evolução da Estrutura Financeira dos Municípios de Pequena Dimensão	34
Gráfico 1.07 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios (2007 a 2013)	35
Quadro 1.05 – Independência Financeira em 2013	36
Quadro 1.06 – Outros indicadores relevantes para os Municípios	37
R1 – Municípios que apresentam maior Independência Financeira (receitas próprias / receitas totais) – 2013	38
R2 – Municípios que apresentam menor Independência Financeira (receitas próprias / receitas totais) – 2013	40
R3.A – Independência financeira (receitas próprias/receitas totais) dos Municípios da R.A. dos Açores	42
R3.M – Independência financeira (receitas próprias/receitas totais) dos Municípios da R.A. da Madeira	42
Quadro 2.01 – Classificação económica da Receita municipal	50
Quadro 2.02 – Orçamento e Execução da Receita Total	50
Quadro 2.03 – Variação da Receita (em valores absolutos)	51
Quadro 2.04 – Taxas de Variação da Receita	51
Gráfico 2.01 – Evolução das Receitas	51
Gráfico 2.01.A – Evolução das Receitas dos Municípios da R.A. dos Açores	52
Gráfico 2.01.M – Evolução das Receitas dos Municípios da R.A. da Madeira	52
Quadro 2.05 – Comparação da Receita municipal em 2013 com os valores médios entre 2007/2013	53

R3 – Municípios com maior grau de execução da receita cobrada, em 2013	55
R3.A – Grau de execução da receita cobrada em 2013 dos Municípios da R.A. dos Açores	57
R3.M – Grau de execução da receita cobrada em 2013 dos Municípios da R.A. da Madeira	58
R4 – Municípios com grau de execução da receita cobrada igual ou inferior a 50%, em 2013	59
Quadro 2.06 – Distribuição do número de municípios pelos diferentes graus de execução da receita	60
R5 – Municípios com maior volume da receita cobrada, em 2013	61
R5.A – Volume da receita cobrada dos Municípios da R.A. dos Açores, em 2013	63
R5.M – Volume da receita cobrada dos Municípios da R.A. da Madeira, em 2013	64
R6 – Municípios com menor volume da receita cobrada em 2013	64
Quadro 2.07 – Receita Cobrada por natureza económica	66
Quadro 2.08 – Variação da Receita Corrente e da Receita de Capital	66
Quadro 2.09 – Evolução e estrutura das receitas cobradas	67
Quadro 2.10 – Variação da receita cobrada, por natureza económica	68
Quadro 2.11 – Transferências Correntes e de Capital	69
Quadro 2.12 – Variação do volume de Transferências Correntes e de Capital	69
Quadro 2.13 – Principais Transferências de Capital	70
Gráfico 2.02 – Evolução do volume de cobrança das diferentes componentes da receita, entre 2007 e 2013	72
Gráfico 2.02.A – Evolução do volume de cobrança das diferentes componentes da receita dos Municípios da R.A. dos Açores, entre 2007 e 2013	73
Gráfico 2.02.M – Evolução do volume de cobrança das diferentes componentes da receita dos Municípios da R.A. da Madeira, entre 2007 e 2013	73
Quadro 2.14 – Grau de execução orçamental da receita cobrada, por rubrica económica em 2013	74
Quadro 2.14.Aux – Municípios com grau de execução de passivos financeiros igual ou superior a 100%	75
Quadro 2.15 – Nível de inflacionamento da Receita municipal reportado à receita cobrada	76
Quadro 2.16 – Montante inflacionados de receita fiscal	77
Quadro 2.17 – Estrutura das Receitas Previstas no Ano de 2013, por grupos de municípios	77
R7 – Municípios com maior peso, em relação à receita total, de receitas provenientes de impostos e taxas em 2013	79
R7.A – Peso, em relação à receita total, de receitas provenientes de impostos e taxas nos Municípios da R.A. dos Açores, em 2013	80
R7.M – Peso, em relação à receita total, de receitas provenientes de impostos e taxas nos Municípios da R.A. da Madeira, em 2013	81
Quadro 2.18 – Estrutura dos Impostos Diretos cobrados em 2013	81
Quadro 2.19 – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos entre 2007 e 2013	82
Gráfico 2.03 – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos entre 2007 e 2013	83
Gráfico 2.03.A – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos nos municípios da R.A. dos Açores entre 2007 e 2013	83
Gráfico 2.03.M – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos nos municípios da R.A. da Madeira entre 2007 e 2013	84
R8 – Municípios com maior receita cobrada de IMI, em 2013	85
R8.A – Receita cobrada de IMI dos Municípios da R.A. dos Açores, em 2013	86
R8.M – Receita cobrada de IMI dos Municípios da R.A. da Madeira, em 2013	87
R9 – Municípios com diminuição de IMI em 2013	88
R10 – Municípios com menor receita cobrada de IMI, em 2013	89
Quadro 2.20 – Distribuição do número de municípios por intervalos de receita do IMI	90
R11 – Municípios com maior receita cobrada de IMT, em 2013	91
R11.A – Receita cobrada de IMT dos Municípios da R.A. dos Açores, em 2013	92
R11.M – Receita cobrada de IMT dos Municípios da R.A. da Madeira, em 2013	92

R12 – Municípios com menor receita cobrada de IMT, em 2013	94
R13 – Municípios com maior aumento de IMT em 2013	95
R14 – Municípios com maior diminuição de IMT em 2013	96
Quadro 2.21 – Número de municípios com descida de IMI e IMT	97
Quadro 2.22 – Municípios com Contratos de Financ. Visados pelo Tribunal de Contas no âmbito do PAEL e peso nos passivos financeiros de 2013	98
Quadro 2.23 – Municípios apoiados pelo PAEL com aumento da dívida de curto prazo	102
Quadro 2.24 – Classificação económica da Despesa municipal	103
Quadro 2.25 – Orçamento e Execução das Despesas Municipais	103
Quadro 2.26 – Variação da Despesa Orçada, Comprometida e Cobrada	104
Quadro 2.27 – Taxas de variação da Despesa Orçada, Comprometida e Cobrada	104
Gráfico 2.04 – Evolução da Despesa Municipal nas suas diferentes fases entre 2007 e 2013	104
Gráfico 2.04.A – Evolução da Despesa Municipal nas suas diferentes fases nos municípios da R.A. dos Açores, entre 2007 e 2013	106
Gráfico 2.04.M – Evolução da Despesa Municipal nas suas diferentes fases nos municípios da R.A. da Madeira, entre 2007 e 2013	106
Quadro 2.28 – Excesso da Despesa sobre a Receita	107
Quadro 2.28.A – Excesso da Despesa sobre a Receita nos Municípios da R.A. dos Açores	108
Quadro 2.28.M – Excesso da Despesa sobre a Receita nos Municípios da R.A. da Madeira	108
Gráfico 2.05 – Taxas de Execução das Despesas	109
Gráfico 2.05.A – Taxas de Execução das Despesas nos municípios da R.A. dos Açores	109
Gráfico 2.05.M – Taxas de Execução das Despesas nos municípios da R.A. da Madeira	110
Quadro 2.29 – Comparação do grau de Execução da Despesa com o Grau de Execução da Receita	110
Quadro 2.30 – Despesa Realizada, Despesa Paga e Peso da Despesa Paga na Despesa Realizada	112
Quadro 2.31 – Estrutura da despesa realizada e da despesa paga	113
Gráfico 2.06 – Variação da Despesa Realizada e das Despesa Paga	115
Quadro 2.32 – Taxas de Variação da Despesa Realizada	115
Quadro 2.33 – Taxas de Variação da Despesa Paga	116
R15 – Municípios que apresentam maior volume de despesas realizadas (compromissos assumidos) em 2013	117
R16 – Municípios que apresentam menor volume de despesas realizadas (compromissos assumidos) em 2013	118
R16.A - Volume de despesas realizadas (compromissos assumidos) dos municípios da R.A. dos Açores em 2013	119
R16.M - Volume de despesas realizadas (compromissos assumidos) dos municípios da R.A. da Madeira em 2013	119
R17 - Municípios que apresentam maior volume de despesa paga em 2013	120
R18 - Municípios que apresentam menor volume de despesa paga em 2013	121
Quadro 2.34 - Distribuição dos valores da despesa realizada com pessoal	122
R19 - Municípios que apresentam maior peso de despesas com pessoal, nas despesas totais	123
R20 – Municípios que apresentam menor peso de despesas com pessoal, nas despesas totais	124
R20.A – Peso de despesas com pessoal nas despesas totais dos municípios da R.A. dos Açores	125
R20.M – Peso de despesas com pessoal nas despesas totais dos municípios da R.A. da Madeira	125
R21 – Municípios que apresentam maior volume de despesas realizadas com pessoal em 2013	126
R22 – Municípios que apresentam menor volume de despesas realizadas com pessoal em 2013	127
Quadro 2.35 – Distribuição dos valores da Despesa realizada com Aquisição de Bens e Serviços	128
R23 – Municípios que apresentam maior volume de despesa realizada em aquisição de bens e serviços em 2013	129
R24 - Municípios que apresentam menor volume de despesa realizada em aquisição de bens e serviços em 2013	130

Quadro 2.36 – Distribuição dos valores da despesa com transferências correntes e de capital	131
R25- Municípios que apresentam maior volume de transferências correntes e de capital em 2013	132
R26 - Municípios que apresentam menor volume de transferências correntes e de capital em 2013	133
Quadro 2.37 – Distribuição do número de municípios por intervalos de valores de despesa paga em subsídios	134
R27 - Municípios que apresentam maior volume de subsídios compromissados, em 2013 e respetivos pagamentos	135
Quadro 2.38 – Distribuição do número de municípios por intervalos de valores de despesa com juros e outros encargos financeiros	136
R28 - Municípios que apresentam maior volume de juros e outros encargos financeiros pagos em 2013	138
R29 - Municípios que apresentam menor volume de juros e outros encargos financeiros pagos em 2013	139
Quadro 2.39 – Distribuição dos valores da despesa com investimentos (aquisição de bens e serviços)	140
R30 – Municípios que apresentam maior volume de investimentos (aquisição de bens de capital) em 2013	142
R31 – Municípios que apresentam menor volume de investimentos (aquisição de bens de capital) em 2013	143
R32 – Municípios que apresentam maior soma de valor de investimentos* com transferências de capital**, em 2013	144
R33 – Municípios que apresentam menor soma de valor de investimentos com transferências de capital, em 2013	145
Quadro 2.40 – Número de municípios por intervalo de valores das amortizações de empréstimos bancários	146
R34 - Municípios que apresentam maior volume de amortizações de empréstimos (passivos financeiros) em 2013	148
R34.A - Volume de amortizações de empréstimos (passivos financeiros) nos municípios da R.A. dos Açores, em 2013	149
R34.M - Volume de amortizações de empréstimos (passivos financeiros) nos municípios da R.A. da Madeira, em 2013	149
R35 - Municípios que apresentam menor volume de amortizações de empréstimos (passivos financeiros) em 2013	150
Quadro 2.41 – Receita Liquidada, Receita Cobrada, Despesa Realizada e Despesa Paga, nos exercícios de 2007 a 2013	151
Gráfico 2.07 – Evolução da Receita Liquidada, Receita Cobrada, Despesa Realizada e Despesa Paga, nos exercícios de 2007 a 2013	152
Gráfico 2.07.A – Evolução da Receita Liquidada, Receita Cobrada, Despesa Realizada e Despesa Paga, nos municípios da R.A. dos Açores, nos exercícios de 2007 a 2013	152
Gráfico 2.07.M – Evolução da Receita Liquidada, Receita Cobrada, Despesa Realizada e Despesa Paga, nos municípios da R.A. da Madeira, nos exercícios de 2007 a 2013	153
Gráfico 2.08 – Estrutura da Receita e da Despesa Paga e Despesa Realizada, em 2013	153
Gráfico 2.08.A – Estrutura da Receita e da Despesa Paga e Despesa Realizada nos municípios da R.A. dos Açores, 2013	154
Gráfico 2.08.M – Estrutura da Receita e da Despesa Paga e Despesa Realizada nos municípios da R.A. da Madeira, 2013	154
Quadro 2.42 – Indicadores da Despesa e da Receita	157
Quadro 2.43- Indicadores da Despesa e Receita com base nos compromissos e liquidações	158
R36 – Municípios com maior diferença entre Grau de execução de receitas liquidadas e Grau de execução de Despesas Comprometidas	159
R36.A – Diferença entre Grau de execução de receitas liquidadas e Grau de execução de Despesas Comprometidas – municípios da R.A. dos Açores	160
R36.M – Diferença entre Grau de execução de receitas liquidadas e Grau de execução de Despesas Comprometidas – municípios da R.A. da Madeira	160
R37 – Municípios com Grau de execução de Despesas Comprometidas inferior ou igual ao Grau de execução de receitas liquidadas	161
R38 – Municípios com menor diferença positiva, entre o grau de execução de receitas liqu. e o grau de exec. de despesas comprometidas, em 2013	164
Quadro 2.44 – Saldos na Base de Caixa (recebimentos versus pagamentos)	166
Quadro 2.45 – Saldos na Base de Compromissos (liquidações versus compromissos)	167
Gráfico 2.09 – Evolução do saldo global efetivo, na base de compromissos	168
Gráfico 2.09.A – Evolução do saldo global efetivo, na base de compromissos, nos municípios da R.A. dos Açores	168
Gráfico 2.09.M – Evolução do saldo global efetivo, na base de compromissos, nos municípios da R.A. da Madeira	169
Quadro 3.01 – Informação patrimonial e económica	171
Quadro 3.02 – Municípios sem registo de proveitos diferidos – 2013	172

Quadro 3.03 – Municípios sem registo de acréscimo de custos – 2013	172
Quadro 3.04 – Municípios que não apresentaram Dívidas a Receber de Clientes, Contribuintes e Utentes – 2013	173
Quadro 3.05 – Componentes do Ativo do Balanço	174
Gráfico 3.01 – Estrutura do Ativo em 2013	174
Quadro 3.06 – Evolução do Ativo do Balanço	175
Gráfico 3.02 – Evolução do valor das componentes dos Bens de Domínio Público	176
Gráfico 3.03 – Evolução do valor das componentes do Imobilizado Corpóreo	178
Quadro 3.07 – Componentes dos investimentos financeiros	179
Quadro 3.08 – Variação dos Investimentos financeiros	179
Quadro 3.09 – Composição das Dívidas a Receber	180
Quadro 3.10 – Variação das componentes das Dívidas a Receber	181
Quadro 3.11 – Municípios com dívidas a receber relativas a empréstimos a terceiros	182
Quadro 3.12 – Disponibilidades e disponibilidades reais	184
Quadro 3.13 – Variação das Disponibilidades	184
Quadro 3.14 – Composição dos Fundos Próprios (Património Líquido)	185
Quadro 3.15 – Variação das componentes dos Fundos Próprios (Património Líquido)	185
Quadro 3.16 – Componentes do Passivo	187
Quadro 3.17 – Estrutura do Passivo	188
Quadro 3.18 – Componentes da Dívida a pagar de Médio e Longo Prazo	189
Gráfico 3.04 – Evolução do Passivo	189
Quadro 3.19 – Municípios com valor em provisões para riscos e encargos superior a 5 milhões de euros	190
R39 – Municípios com menor passivo exigível, ordenados pelo valor de 2013	191
R40 – Municípios com maior Passivo Exigível (Dívida), ordenados pelo valor de 2013	193
R40.A – Passivo Exigível (Dívida) dos municípios da R.A. dos Açores, ordenados pelo valor de 2013	195
R40.M – Passivo Exigível (Dívida) dos municípios da R.A. da Madeira, ordenados pelo valor de 2013	195
R41 – Municípios com aumento do Passivo Exigível, em 2013	196
R42 – Municípios com maior diminuição do Passivo Exigível em 2013	198
R42.A – Variação do Passivo Exigível dos municípios da R.A. dos Açores em 2013	199
R42.M – Variação do Passivo Exigível dos municípios da R.A. da Madeira em 2013	200
Quadro 3.20 – Limite à dívida total em 2013	201
R43 – Municípios com melhor índice de dívida total	202
R44 – Municípios com maior índice de dívida total	204
R44.A – Índice de dívida total dos municípios da R.A. dos Açores	205
R44.M – Índice de dívida total dos municípios da R.A. da Madeira	206
Quadro 3.21 – Endividamento líquido dos municípios	207
Gráfico 3.05 – Evolução da dívida bruta e da dívida líquida	207
Quadro 3.22 – Variação do Endividamento líquido dos municípios	208
Quadro 3.23 – Municípios com Endividamento Líquido negativo, em 2013 (com excedente de ativo circulante sobre o passivo exigível)	209
Gráfico 3.06 – Número de municípios com endividamento líquido negativo	210
Gráfico 3.07 – Número de municípios sem dívidas bancárias de curto prazo, no final do ano	210

R45 – Municípios com menor Endividamento Líquido, em 2013	211
R46 – Ranking dos Municípios com maior Endividamento Líquido, em 2013	213
R46.A – Endividamento Líquido nos municípios da R.A. dos Açores, em 2013	214
R46.M – Endividamento Líquido nos municípios da R.A. da Madeira, em 2013	215
R47 – Ranking dos Municípios com maior redução do Endividamento Líquido, em 2013	216
Gráfico 3.08 – Evolução da dívida bruta, da dívida líquida e das receitas consideradas para efeitos de cálculo do índice de endividamento líquido	217
Gráfico 3.08.A – Evolução da dívida bruta, da dívida líquida e das receitas consideradas para efeitos de cálculo do índice de endividamento líquido, nos municípios da R.A. dos Açores	218
Gráfico 3.08.M – Evolução da dívida bruta, da dívida líquida e das receitas consideradas para efeitos de cálculo do índice de endividamento líquido, nos municípios da R.A. da Madeira	218
Gráfico 3.09 – Evolução do Rácio do Endividamento líquido	220
Gráfico 3.09.A e M – Evolução do Rácio do Endividamento líquido nos municípios das Regiões Autónomas	220
Gráfico 3.10 – Número de Municípios com um Prazo Médio de Pagamentos superior a 90 dias	222
Quadro 3.23 – Variação do PMP de 2008 a 2013	223
Quadro 3.24 – Prazos Médios de Pagamento de 2008 a 2013	223
R48 – Municípios com menor Prazo Médio de Pagamentos	224
R49 – Municípios com maior Prazo Médio de Pagamentos	225
Quadro 3.25 – Variação do stock da Dívida Bancária de MLP, entre 2008 e 2013	226
Gráfico 3.11 – Evolução dos Empréstimos Bancários de MLP	227
Quadro 3.26 – Municípios que não recorreram a empréstimos bancários de MLP, no quinquénio 2009-2013 (ordem alfabética)	228
Gráfico 3.12 – Municípios que não recorreram a empréstimos bancários de médio e longo prazo, entre 2008 e 2013	228
Quadro 3.27 – Evolução dos Custos, no período de 2007 a 2013	229
Gráfico 3.13 – Evolução das componentes dos Custos	230
Gráfico 3.14 – Estrutura dos Custos em 2013	230
Quadro 3.28 – Evolução dos Proveitos, no período de 2007 a 2013	232
Gráfico 3.15 – Evolução das componentes dos Proveitos	232
Gráfico 3.16 – Estrutura dos Proveitos em 2013	233
Quadro 3.29 – Evolução dos Resultados Económicos, no período de 2007 a 2013	234
Gráfico 3.17 – Evolução dos Resultados Económicos	234
Quadro 3.30 – Informação de custos, proveitos e resultados por dimensão dos municípios, em 2013	235
Gráfico 3.18 – Evolução dos Resultados Económicos	235
Quadro 3.31 – Distribuição dos valores dos Resultados Líquidos	236
R50 – Municípios com Maiores Resultados Económicos (valores absolutos)	236
R51 – Municípios com Menores Resultados Económicos (valores absolutos)	238
R52 – Municípios com Maiores Resultados Económicos acumulados de 2010 a 2013 (valores absolutos)	240
R53 – Municípios com Menores Resultados Económicos acumulados de 2010 a 2013 (valores absolutos)	242
Quadro 4.01 – Estrutura do ATIVO dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem	247
Gráfico 4.01 – Estrutura do Ativo dos Serviços Municipalizados	247
Quadro 4.02 – Estrutura das Dívidas a Receber dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que corresponde	248
Quadro 4.03 – Evolução das Dívidas a Receber dos Serviços Municipalizados em 2011, 2012 e 2013	248
Quadro 4.04 – Componentes do Passivo dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem	249

Quadro 4.05 – Evolução do Passivo dos Serviços Municipalizados em 2011, 2012 e 2013	250
Gráfico 4.02 – Evolução das componentes do Passivo dos Serviços Municipalizados	250
Gráfico 4.03 – Evolução da Dívida de Curto e de Médio e Longo Prazo dos Serviços Municipalizados	250
Quadro 4.06 – Endividamento Líquido dos Serviços Municipalizados e do Global dos Municípios a que correspondem	251
Gráfico 4.04 – Comparação da dívida líquida e suas componentes, entre SM's e Municípios c/ SM's	251
Quadro 4.07 – Endividamento Líquido dos Serviços Municipalizados em 2011, 2012 e 2013	252
Gráfico 4.05 – Evolução da dívida bruta e da dívida líquida	252
R54 – Serviços Municipalizados sem endividamento líquido no final do exercício de 2013	253
R55 – Serviços Municipalizados com endividamento líquido no final do exercício de 2013	253
Quadro 4.08 – Estrutura dos custos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem	254
Gráfico 4.06 – Estrutura dos Custos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem	254
Quadro 4.09 – Evolução dos custos dos Serviços Municipalizados em 2011, 2012 e 2013	255
Gráfico 4.07 – Evolução das componentes de Custos dos Serviços Municipalizados	255
Quadro 4.10 – Estrutura dos Proveitos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem	256
Gráfico 4.08 – Estrutura dos Proveitos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem	256
Quadro 4.11 – Evolução dos Proveitos dos Serviços Municipalizados em 2011, 2012 e 2013	257
Gráfico 4.09 – Evolução das componentes de Proveitos dos Serviços Municipalizados	258
Quadro 4.12 – Informação sobre estrutura económica	258
Quadro 4.13 – Evolução da situação económica dos Serviços Municipalizados	259
Gráfico 4.10 – Evolução dos Resultados Económicos	259
R56 - Serviços Municipalizados com Resultados Económicos positivos	260
R57 - Serviços Municipalizados com Resultados Económicos negativos	260
Quadro 4.14 – Entidades que se dissolveram, fundiram ou das quais não foi possível recolher informação de 2013	261
Gráfico 4.11 – Evolução dos grandes agregados do Balanço	263
Quadro 4.15 – Ativo, Passivo e Capital Próprio das 225 entidades do SEL em 2013	263
Gráfico 4.12 – Estrutura do Ativo – 2010 a 2013 (220 entidades)	264
Quadro 4.16 – Evolução do ACTIVO NÃO CORRENTE das Entidades Empresariais, em 2010, 2011, 2012 e 2013	264
Quadro 4.17 – Entidades que apresentam valores no “Ativos Fixos Tangíveis” superiores a 50M€ em 2013	265
Quadro 4.18 – Entidades que apresentam valores no “Ativo Intangível” superiores a 20M€ em 2013	265
Quadro 4.19 – Entidades com “Participações Financeiras – MEP (Método de Equivalência Patrimonial)” em 2013	266
Quadro 4.20 – Entidades com “Outras Participações Financeiras” em 2013	267
Quadro 4.23 – Evolução do ACTIVO CORRENTE das Entidades Empresariais, em 2010, 2011, 2012 e 2013	270
Quadro 4.24 – Entidades Empresariais com maior variação positiva em dívidas de “Clientes”, de 2012 para 2013	271
Quadro 4.25 – Entidades Empresariais com maior variação negativa em “Outras Contas a Receber”, de 2012 para 2013	271
Quadro 4.26 – Entidades Empresariais com maior variação positiva em “Inventários”, de 2012 para 2013	272
Quadro 4.27 – Entidades com valores inscritos em “Ativos não correntes detidos para venda” em 2013	272
Gráfico 4.13 – Estrutura do Capital Próprio em 2010, 2011, 2012 e 2013	273
Quadro 4.28 – Evolução do Capital Próprio de 2010 para 2013	273
Gráfico 4.14 – Estrutura do Passivo – 2010 a 2013 (220 entidades)	274
Quadro 4.29 – Evolução do PASSIVO NÃO CORRENTE (médio e longo prazo) das Entidades Empresariais, em 2010, 2011, 2012 e 2013	275
Quadro 4.30 – Entidades que aumentaram os financiamentos obtidos de MLP entre 2012 e 2013	276

Quadro 4.31 – Evolução do PASSIVO CORRENTE das Entidades Empresariais, em 2010, 2011, 2012 e 2013	277
Quadro 4.32 – Entidades com maiores aumentos na rubrica financiamentos obtidos de CP entre 2012 e 2013	278
R58 – Entidades do SEL com menor Passivo Exigível (dívidas) em 2013	279
R59 – Entidades do SEL com maior Passivo Exigível (dívidas) em 2013	280
Quadro 4.33 – Endividamento Líquido das Entidades do SEL e do Global dos Municípios a que correspondem - 2013	281
Quadro 4.34 – Evolução do Endividamento Líquido das Entidades Empresariais Autárquicas (220 entidades)	281
R60 – Entidades do SEL com maior valor de endividamento líquido em 2013	285
Quadro 4.38 – Evolução da situação económica das Entidades Empresariais	288
Quadro 4.39 – Resultados Operacionais do Setor Empresarial Local (220 entidades)	288
R61 – Entidades com MELHORES Resultados Económicos em 2013	289
Quadro 4.40 – Entidades em processo de dissolução	292
Quadro 4.41 – Número de entidades do SEL em incumprimento do n.º 1 do art.º 62º da Lei nº 50/2012	293
Quadro 4.42 – Entidades em incumprimento relativamente às quatro alíneas n.º 1 do art.º 62º da Lei nº 50/2012	293
R62 – Entidades com PIORES Resultados Económicos, em 2013	290
Quadro 4.43 – Entidades cujas vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios (alínea a)	294
Quadro 4.44 – Entidades cujo peso dos subsídios à exploração é superior a 50% das suas receitas, nos últimos três anos (alínea b)	295
Quadro 4.45 – Entidades cujo resultado operacional, subtraído ao mesmo as amortizações e depreciações, é negativo nos últimos 3 anos (alínea c)	295
Quadro 4.46 – Entidades com resultado líquido negativos nos últimos três anos (alínea d)	296
Quadro 5.01 – Indicadores selecionados para ranking global	298
Quadro 5.02 – Pontuação média obtida pelos municípios por dimensão no período de 2007 a 2013	299
Gráfico 5.01 – Evolução da pontuação média obtida	300
Quadro 5.03 – Pontuação média dos dez melhores municípios de cada dimensão	300
Gráfico 5.02 - Evolução da pontuação média dos dez melhores municípios	300
R63.A – Ranking Global dos 10 melhores municípios de grande dimensão, em termos de eficiência financeira em 2013	301
R63.B – Ranking Global dos 25 melhores municípios de média dimensão, em termos de eficiência financeira em 2013	302
R63.C – Ranking Global dos 35 melhores municípios de pequena dimensão, em termos de eficiência financeira em 2013	303
R63.D – Ranking Global dos 10 melhores municípios da R. A. dos Açores, em termos de eficiência financeira em 2013	304
R63.E – Ranking Global dos 5 melhores municípios da R. A. da Madeira, em termos de eficiência financeira em 2013	304
R64.A – Ranking Global dos 10 melhores municípios de grande dimensão, em termos de eficiência financeira – soma da pontuação obtida em 2010, 2011, 2012 e 2013	305
R64.B – Ranking Global 25 melhores municípios de média dimensão, em termos de eficiência financeira – soma da pontuação obtida em 2010, 2011, 2012 e 2013	306
R64.C – Ranking Global dos 35 melhores municípios de pequena dimensão, em termos de eficiência financeira – soma da pontuação obtida em 2010, 2011, 2012 e 2013	307
R64.D – Ranking Global dos 10 melhores municípios da R. A. dos Açores, em termos de eficiência financeira – soma da pontuação obtida em 2010, 2011, 2012 e 2013	308
R64.E – Ranking Global dos 5 melhores municípios da R. A. da Madeira, em termos de eficiência financeira – soma da pontuação obtida em 2010, 2011, 2012 e 2013	308

Glossário

CRP - Constituição da República Portuguesa

EEL - Entidades Empresariais Locais

M€ - Milhões de euros

MLP - Médio e Longo Prazo

NCRF - Norma Contabilística de Relato Financeiro

OTOC - Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

PAEL - Programa de Apoio à Economia Local

PIB - Produto Interno Bruto

POC - Plano Oficial de Contabilidade

POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

PPI - Plano Plurianual de Investimentos

SATAPOCAL - Serviço de Apoio Técnico à Implementação do POCAL

SEE - Setor Empresarial do Estado

SEL - Setor Empresarial Local

SNC - Sistema de Normalização Contabilística

SPA - Setor Público Administrativo

Introdução

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses agora publicado apresenta uma análise económica e financeira das contas dos municípios relativas ao exercício económicos de 2013.

Desde a publicação deste documento, que se iniciou em 2005 com a análise das contas dos municípios relativas ao ano económico de 2003, que se mantinha o desfasamento de um ano em relação período em análise. Esta situação decorria da impossibilidade de ter acesso à informação em tempo oportuno, pois, como é do conhecimento geral, as contas de um ano são aprovadas até final de abril do ano seguinte. Em 2013, graças à colaboração do Tribunal de Contas na cêndencia em tempo real da informação aí depositada, foi possível apresentar a situação económica e financeira relativa a 2012 no início de julho de 2013. Assim, em 2013 foi publicado num único documento a análise para os exercícios económicos de 2011 e 2012.

À semelhança das últimas quatro publicações de anuários, este inclui também uma análise detalhada do setor empresarial local e mais uma vez, com a preciosa colaboração do Tribunal de Contas e das próprias empresas, foi possível recolher informação relativamente à quase totalidade do Setor Local num total de 239. De referir que 2013, é o ano que se verifica o maior número de dissolução de empresas municipais, por força da aplicação do artigo 62^o da Lei 50/2012, de 31 de agosto.

Com esta publicação concretiza-se o décimo anuário financeiro dos Municípios Portugueses, completando o período de 2003 a 2013, envolvendo dois mandatos dos órgãos eleitos.

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses resulta de um trabalho em equipa que envolve atualmente dois centros de investigação onde estão integrados os autores: o Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF) do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA) e o Núcleo de Estudos em Administração e Políticas Públicas (NEAPP) da Universidade do Minho.

Entre 2004 e 2007 o Anuário era um dos outputs de um projeto de investigação aprovado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia intitulado “A Eficiência no Uso dos Recursos Públicos dos Municípios

Portugueses”, da responsabilidade do NEAAP (Núcleo de Estudos em Administração e Políticas Públicas, da Universidade do Minho). Findo o projeto, e considerando que o Anuário se afirmou como uma publicação de referência a nível nacional, contribuindo, decisivamente, para o aumento e transparência da informação contabilística pública autárquica, entenderam os autores continuar com a sua publicação, agora com apoio financeiro exclusivo da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC).

Apresenta-se de seguida uma breve retrospectiva das edições do Anuário Financeiro dos Municípios, até à presente data.

1. Ano de análise: 2003 – publicado em 2005 com base numa amostra de 175 municípios. Objetivo central – analisar o grau de cumprimento do POCAL com base na informação recolhida nos relatórios e contas;
2. Ano de análise: 2004 – publicado em 2006 com base numa amostra de 289 municípios (sendo 278 do Continente, 6 do Açores e 5 da Madeira); para além dos relatórios e contas foram também analisadas as Atas que aprovam as contas bem como os Relatórios de Gestão;
3. Ano de análise: 2005 – publicado em 2007 com base na amostra total (308 municípios). Pela primeira vez, foi apresentado um conjunto de rankings dos municípios em relação a diferentes aspetos financeiros, económicos e orçamentais;
4. Ano de análise: 2006 – publicado em 2008 com base numa amostra de 308 municípios. Pela primeira vez foi apresentado um ranking global dos 50 melhores municípios, tendo em conta uma combinação de 10 indicadores financeiros, económicos e orçamentais;
5. Ano de análise: 2007 – publicado em 2009 com base numa amostra composta pelos 308 municípios, bem como por alguns serviços municipalizados e algumas entidades do setor empresarial local;
6. Ano de análise: 2008 – publicado em 2010. Pela primeira vez foram analisadas as contas das empresas municipais (219 empresas) e de 30 serviços municipalizados.

7. Ano de análise: 2009 – Publicado em 2011. Pela segunda vez foram analisadas as contas das empresas municipais (286) e 29 serviços municipalizados.
8. Ano de análise: 2010 – Publicado em 2012. Pela terceira vez foram analisadas as contas das empresas municipais e serviços municipalizados.
9. Ano de análise: 2011 e 2012 – Publicado em 2013. Pela primeira vez e graças à colaboração do Tribunal de Contas na cedência em tempo real da informação aí depositada foi apresentada a situação económica e financeira relativa a 2012 no início de julho de 2013. Assim, em 2013 o anuário apresentou as contas de 2011 e 2012.

Este 10.º Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2013 analisa as contas de 308 municípios, 225 empresas municipais, e 27 serviços municipalizados. De referir que os dados foram obtidos através da consulta dos sites das entidades, onde nos termos da lei devem ser disponibilizados, e a consulta da plataforma do Tribunal de contas, que há vários anos colabora nesta publicação e cujo apoio tem sido fundamental. De referir ainda, que nos 308 municípios tratados, apenas o município da Nazaré não tem nesta data as contas aprovadas pelos respetivos órgãos, tendo no entanto disponibilizado a informação necessária.

O Anuário encontra-se organizado em seis capítulos.

O anuário está organizado em seis capítulos:

- NO CAPÍTULO 1 apresenta-se o setor local, seguindo-se a caracterização geral dos municípios portugueses, sua tipologia, e efetua-se uma análise comparada do peso dos municípios portugueses com vários países da União Europeia. Neste capítulo é ainda apresentada a análise da independência financeira dos 308 municípios, bem como as perspetivas futuras da evolução dos sistema contabilístico por força a aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público.
- NO CAPÍTULO 2 procede-se à análise da execução orçamental, apresentando-se um conjunto de rankings sobre a execução da despesa e da receita, estabelecendo-se, em alguns casos, com-

parações com os anos anteriores. É dada ainda uma referência especial à execução orçamental dos municípios que recorreram ao PAEL (Programa de Apoio à economia Local).

- No CAPÍTULO 3 procede-se à análise da situação financeira, económica e patrimonial dos municípios apresentando-se a sua evolução nos últimos 5 anos. São também apresentados alguns rankings, estabelecendo-se, em alguns casos, comparações com o posicionamento em anos anteriores. É também analisado o endividamento líquido dos municípios, nos termos da legislação em vigor, bem como o cálculo do grau de utilização do limite de endividamento tendo em consideração os novos limites impostos pela nova lei das finanças locais. São também apresentados vários rankings.
- No CAPÍTULO 4 procede-se à análise da situação financeira, económica e patrimonial, dos serviços municipalizados e das empresas do setor empresarial local, estabelecendo-se comparações com os anos de 2010 a 2013. É ainda apresentado o impacto da aplicação do artigo 62º da Lei 50/2012, de 31 de agosto ao triénio em análise.
- No CAPÍTULO 5, à semelhança do procedimento adotado desde o anuário de 2006, é apresentado um ranking dos municípios melhor posicionados em relação a quinze indicadores selecionados pelos autores. De referir que é apresentada a situação reportada a 2013, mas dado completar-se nesse ano um mandato autárquico, é também apresentado o ranking dos municípios melhores posicionados nos 4 anos de mandato.
- No CAPÍTULO 6 apresentam-se as principais conclusões às contas dos municípios e do setor empresarial local para os exercícios económicos de 2013.

O presente documento termina com uma secção composta por três anexos:

- ANEXO I – Dados económicos e financeiros do Municípios, Empresas Municipais e Serviços Municipalizados, 2013
- ANEXO II – Listagem dos municípios por número de habitantes com indicação do número de freguesias e densidade populacional.

CAPÍTULO 1.

O SETOR LOCAL E OS MUNICÍPIOS PORTUGUESES

1.1. O Setor Local

O setor público português assegura a sua missão de produção, prestação e alocação de bens e serviços aos cidadãos através de vários sub-setores, ou formas organizacionais, com diferentes enquadramentos jurídico-institucionais e diferentes fins. O Setor Público Administrativo (SPA) – o Estado no sentido lato – corresponde à maior componente do setor público e assegura as funções de redistribuição de rendimentos, afetação de recursos e estabilização macroeconómica, através da provisão de bens e serviços públicos.

Neste contexto, a organização democrática do Estado português compreende a existência de autarquias locais. O princípio da autonomia do poder local está consagrado no art.º 6.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), desenvolvendo-se as coordenadas em que aquele se materializa na parte respeitante à organização do poder político e sob a epígrafe “Poder Local”. Assim, “a organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais” (art.º 235.º), definindo-as como “pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas” (art.º 236.º), especificando ainda que, “no continente, as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas”, enquanto “as regiões autónomas compreendem freguesias e municípios”¹.

A atuação das autarquias locais rege-se, segundo o quadro de transferência de atribuições e competências (Lei nº 75/2013, de 12 de setem-

bro), por um conjunto de princípios garantes de um considerável grau de autonomia na prossecução dos seus objetivos e na gestão dos seus recursos. A CRP preconiza, no seu art.º 6.º, o princípio da autonomia do poder local e a Carta Europeia de Autonomia Local define-o no art.º 3.º como a “capacidade efetiva de as autarquias locais regulamentarem e gerirem, nos termos da lei, e sob sua responsabilidade e no interesse das respetivas populações, uma parte importante dos assuntos públicos”. As autarquias locais são responsáveis, perante diversos destinatários, pela gestão dos recursos públicos locais, visando os interesses das respetivas populações.

1.2. Freguesias

A freguesia é a autarquia local de menor dimensão e visa a prossecução de interesses próprios da população residente numa subdivisão do concelho (circunscrição concelhia), mediante órgãos representativos eleitos. Embora tendo grande importância histórica, a relevância do ponto de vista político, económico, administrativo e financeiro da freguesia não equivalente à do município. A notoriedade da freguesia diminuiu muito com a reorganização administrativa territorial autárquica, aprovada pela Lei nº 22/2012, de 30 de maio, que, na verdade, resultou num processo de extinção e/ou fusão pela criação de uniões de freguesias, em que desapareceram cerca de mil das 4.159 até então existentes. Legalmente, “a freguesia criada por efeito da agregação constitui uma nova pessoa coletiva territorial, dispõe de uma única sede e integra o património, os recursos humanos, os direitos e as obrigações das freguesias agregadas” (art.º 9º, nº2).

¹ Considerando que as regiões administrativas ainda não foram criadas, as autarquias locais das Regiões Autónomas dos Açores e Madeira são compostas da mesma forma que em Portugal Continental, compreendendo as freguesias e os municípios.

Atualmente, existem em Portugal 3.091 freguesias dos quais 2 882 no Continente, 155 nos Açores e 54 na Madeira². As freguesias possuem atribuições nas seguintes domínios (art.º 7.º, n.º2 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro):

- Equipamento rural e urbano;
- Abastecimento público;
- Educação;
- Cultura, tempos livres e desporto;
- Cuidados primários de saúde;
- Ação social;
- Proteção civil;
- Ambiente e salubridade;
- Desenvolvimento;
- Ordenamento rural e urbano;
- Proteção da comunidade.

A mesma lei (art.º 5.º) define que os órgãos de governo da freguesia são a Assembleia de Freguesia e a Junta de Freguesia.

A Assembleia de Freguesia corresponde ao órgão deliberativo, ou seja, o órgão que toma as grandes decisões e define as orientações relativas à freguesia. Entre outras, compete-lhe acompanhar a atividade da Junta de Freguesia, aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento e apreciar o relatório de atividades e os documentos de prestação de contas que refletem o comportamento financeiro do município (art.º 9.º).

A Junta de Freguesia é o órgão executivo da freguesia, isto é, o órgão responsável pela gestão corrente dos seus assuntos. Entre outras funções compete-lhe executar as deliberações do órgão deliberativo, elaborar e executar as opções do plano e a proposta de orçamento e elaborar e aprovar o relatório de atividades e os documentos de prestação de contas (art.º 16.º).

1.3. Municípios

Legalmente definidos como autarquias locais que visam a prossecução de interesses próprios da população residente na circunscrição concelhia, mediante órgãos representativos por ela eleitos, os municípios adquiriram ao longo do tempo uma grande importância histórica, política, económica, administrativa, financeira e jurídica,

revelando-se de primordial importância no contexto das decisões públicas locais. Esta afirmação do poder local tem conhecido uma considerável notoriedade com a crescente transferência de atribuições e competências para os municípios.

Atualmente os municípios possuem atribuições nas seguintes domínios (art.º 23.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro):

Equipamento rural e urbano;

- Energia;
- Transportes e comunicações;
- Educação;
- Património, cultura e ciência;
- Tempos livres e desporto;
- Saúde;
- Ação social;
- Habitação;
- Proteção civil;
- Ambiente e saneamento básico;
- Defesa do consumidor;
- Promoção do desenvolvimento;
- Ordenamento do território e urbanismo;
- Polícia municipal;
- Cooperação externa.

A definição taxativa destas atribuições tem subjacente a concretização do princípio da subsidiariedade (art.º 4º), ou seja, a prossecução das funções de interesse local pelo nível mais próximo da população que, naturalmente, conhece melhor os seus problemas e necessidades.

Nesse sentido, tendo em conta a organização dos municípios e o respetivo quadro de competências, a lei prevê a existência de órgãos locais próprios: a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal. A Assembleia Municipal constitui o órgão deliberativo do município, ou seja, o órgão que toma as grandes decisões e define as orientações do respetivo município. Entre outras, compete à Assembleia Municipal acompanhar a atividade da Câmara Municipal, aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento e apreciar o relatório de atividades e os documentos de prestação de contas que refletem o comportamento financeiro do município (art.º 25.º). A Assembleia Municipal tem uma composição mista com membros que são eleitos diretamente e uma outra parte que são membros por inerência. Por um lado,

² <https://appls.portalautarquico.pt/portalautarquico/Home.aspx>.

é constituída pelos presidentes das Juntas de Freguesia e, por outro, por membros eleitos em número igual ao daqueles mais um, não podendo o número dos membros eleitos diretamente ser inferior ao triplo do número de membros da respetiva Câmara Municipal.

A Câmara Municipal é o órgão executivo colegial do município, isto é, o órgão responsável pela gestão corrente dos assuntos do município. Entre outras funções, compete-lhe executar as deliberações do órgão deliberativo, elaborar e executar as opções do plano e a proposta de orçamento e elaborar e aprovar o relatório de atividades e os documentos de prestação de contas (art.º 33.º). A Câmara Municipal é constituída pelo Presidente da Câmara e por Vereadores cujo número varia consoante o número de eleitores da respetiva área.

Desta forma, os resultados da gestão dos recursos públicos locais resultam das ações da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, uma vez que à primeira compete definir as principais linhas de orientação das políticas públicas locais e à segunda fazer executar tais políticas. Naturalmente, a forma como são geridos estes recursos públicos tem importantes implicações no desempenho financeiro dos respetivos municípios, tema deste anuário financeiro.

Similarmente ao que ocorre na Administração Central, na Administração Local coexiste um setor administrativo com outros subsectores como os serviços municipalizados e, mais recentemente, o Setor Empresarial Local (SEL). Este último é composto essencialmente por empresas públicas municipais e intermunicipais, que são sociedades comerciais de direito privado (Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto).

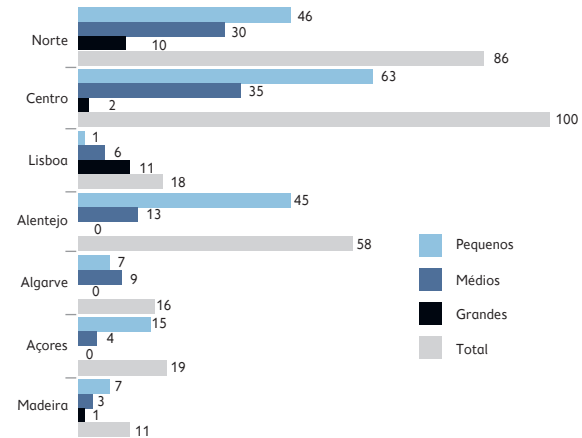
Atualmente, existem em Portugal 308 municípios dos quais 278 no Continente e 30 nas Regiões Autónomas dos Açores e Madeira. O critério mais usado para classificar os municípios quanto à sua dimensão é ainda o que tem em conta o número de habitantes. Assim, para efeitos de realização deste Anuário, os municípios portugueses são agrupados em três categorias distintas quanto à sua dimensão medida em número de habitantes:

- Municípios Pequenos – com população inferior ou igual a 20 000 habitantes;
- Municípios Médios – com população superior a 20 000 habitantes e inferior ou igual a 100 000 habitantes;
- Municípios Grandes – com população superior a 100 000 hab.

Considerando esta categorização, o número de municípios portugueses em 2013 distribuiu-se da seguinte forma:

Pequenos	Médios	Grandes
184 Municípios	100 Municípios	24 Municípios
463 habitantes (Corvo)	20 000 habitantes	100 000 habitantes
		511 667 hab. (Lisboa)

Gráfico 1.01 – Os Municípios Portugueses, por dimensão e região NUTS 2



Quadro 1.01 – Caracterização as regiões NUTS 2, considerando a dimensão dos municípios

%	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Pequenos	53%	63%	6%	78%	44%	79%	64%
Médios	35%	35%	33%	22%	56%	21%	27%
Grandes	12%	2%	61%	0%	0%	0%	9%

A análise conjunta dos Gráfico 1.01 e Quadro 1.01, permite verificar que é no Alentejo e nas ilhas que os municípios de pequena dimensão têm um maior peso relativo. De facto, 64% (7 em 11) dos municípios da Região Autónoma da Madeira e 79% (15 em 19) dos municípios da Região Autónoma dos Açores são pequenos, assim como 78% (45 em 58) dos municípios do Alentejo. A Região Centro concentra 63% (63 em 100) de pequenos municípios do total daquela região. Em contrapartida, na Região de Lisboa os pequenos municípios representam apenas 6% (1 em 18) dos municípios da região. Na Figura seguinte apresenta-se a tipologia dos municípios distribuídos por todo o país.

Abrantes
 Águeda
 Aguiar da Beira
 Alandroal
 Albergaria-a-Velha
 Albufeira
 Alcácer do Sal
 Alcanena
 Alcobaça
 Alcochete
 Alcóutim
 Alenquer
 Alfândega da Fé
 Aljô
 Aljezur
 Aljustrel
Almada
 Almeida
 Almeirim
 Almodôvar
 Alpiarça
 Alter do Chão
 Alvaizere
 Alvito
Amadora
 Amarante
 Amares
 Anadia
 Angra do Heroísmo
 Ansião
 Arcos de Valdevez
 Arganil
 Armamar
 Arouca
 Arraiolos
 Arranches
 Arruda dos Vinhos
 Aveiro
 Avis
 Azambuja
 Baião
Barcelos
 Barrancos
 Barreiro
 Batalha
 Beja
 Belmonte
Benavente
 Bombarral
 Borba
 Boticas
Braga
 Bragança
 Cabeceiras de Basto
 Cadaval
Caldas da Rainha
 Calheta (R. A. A.)
 Calheta (R. A. M.)
Câmara de Lobos
 Caminha
 Campo Maior
Cantanhede
 Carraceda de Ansiães
 Carregal do Sal
Cartaxo
Cascais
 Castanheira de Pera
Castelo Branco
 Castelo de Paiva
 Castelo de Vide
 Castro Daire
 Castro Marim
 Castro Verde
 Celorico da Beira
 Celorico de Basto
 Chamusca
 Chaves
 Cinfães
Coimbra

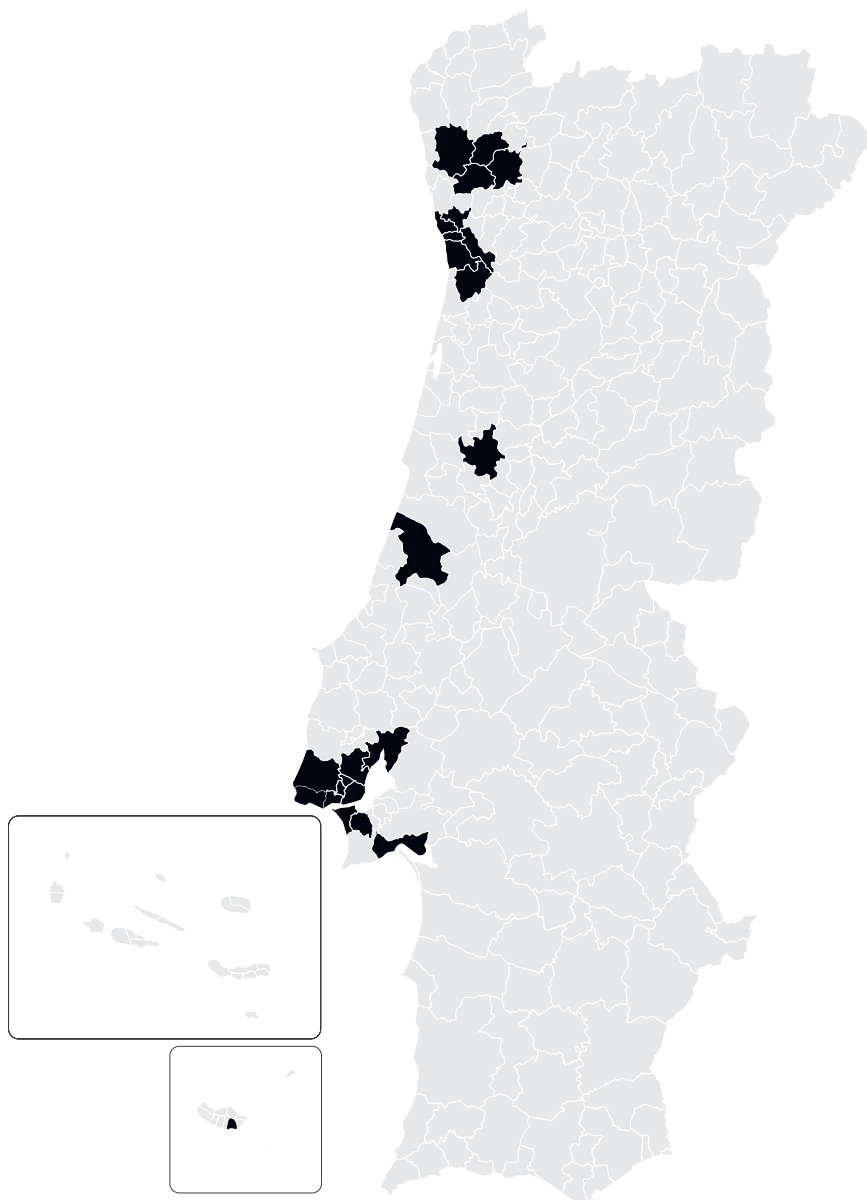
Condeixa-a-Nova
 Constância
 Coruche
 Corvo
 Covilhã
 Crato
 Cuba
 Elvas
 Entroncamento
 Espinho
 Esposende
 Estarreja
 Estremoz
 Évora
 Fafe
 Faro
 Felgueiras
 Ferreira do Alentejo
 Ferreira do Zêzere
Figueira da Foz
 Figueira de Castelo Rodrigo
 Figueiró dos Vinhos
 Fornos de Algodres
 Freixo de Espada à Cinta
 Fronteira
Funchal
 Fundão
 Gavião
 Góis
 Golegã
Gondomar
 Gouveia
 Grândola
Guimarães
 Horta
 Idanha-a-Nova
 Ílhavo
 Lagoa (Algarve)
 Lagoa (R.A.A.)
 Lagos
 Lajes das Flores
 Lajes do Pico
 Lamego
Leiria
Lisboa
 Loulé
Loures
 Lourinhã
 Lousã
 Lousada
 Mação
 Macedo de Cavaleiros
Machico
 Madalena
Mafra
Maia
 Mangualde
 Manteigas
 Marco de Canaveses
Marinha Grande
 Marvão
Matosinhos
 Mealhada
 Meda
 Melgaço
 Mértola
 Mesão Frio
 Mira
 Miranda do Corvo
 Miranda do Douro
Mirandela
 Mogadouro
 Moimenta da Beira
Moita
 Monção
 Monchique
 Mondim de Basto
 Monforte

Montalegre
 Montemor-a-Novo
Montemor-a-Velho
 Montijo
 Mora
 Mortágua
 Moura
 Mourão
 Murça
 Murtosa
 Nazaré
 Nelas
 Nisa
 Nordeste
 Óbidos
 Odemira
Odivelas
Oeiras
 Oleiros
 Olhão
Oliveira de Azeméis
 Oliveira de Frades
 Oliveira do Bairro
 Oliveira do Hospital
 Ourém
 Ourique
 Ovar
 Paços de Ferreira
 Palmela
 Pampilhosa da Serra
Paredes
 Paredes de Coura
 Pedrógão Grande
 Penacova
Penafiel
 Penalva do Castelo
 Penamacor
 Penedono
 Penela
Peniche
 Peso da Régua
 Pinhel
Pombal
Ponta Delgada
 Ponta do Sol
 Ponte da Barca
Ponte de Lima
 Ponte de Sor
Portalegre
 Portel
 Portimão
Porto
 Porto de Mós
 Porto Moniz
 Porto Santo
 Póvoa de Lanhoso
 Póvoa de Varzim
 Povoação
 Prouença-a-Nova
 Redondo
 Reguengos de Monsaraz
 Resende
 Ribeira Brava
 Ribeira de Pena
Ribeira Grande
Rio Maior
 Sabrosa
 Sabugal
 Salvaterra de Magos
 Santa Comba Dão
Santa Cruz
 Santa Cruz da Graciosa
 Santa Cruz das Flores
Santa Maria da Feira
 Santa Marta de Penaguião
 Santana
 Santarém
 Santiago do Cacém
 Santo Tirso

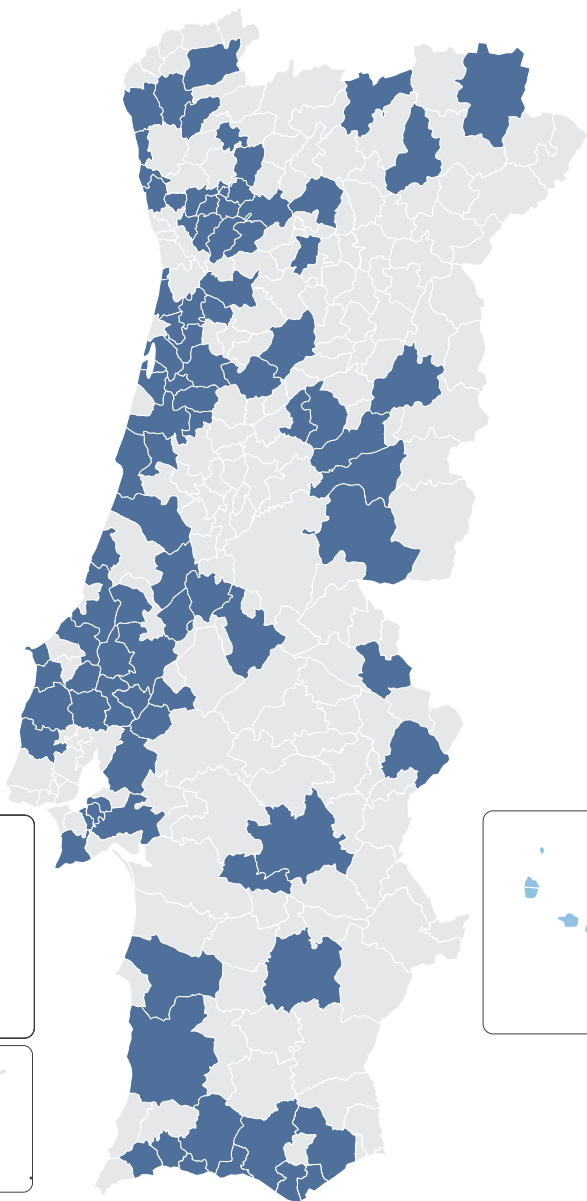
São Brás de Alportel
São João da Madeira
 São João da Pesqueira
 São Pedro do Sul
 São Roque do Pico
 São Vicente
 Sardoal
 Sátão
 Seia
Seixal
 Sernancelhe
 Serpa
 Sertã
 Sesimbra
Setúbal
 Sever do Vouga
 Silves
 Sines
Sintra
 Sobral de Monte Agraço
 Soure
 Sousel
 Tábua
 Tabuaço
 Tarouca
Tavira
 Terras de Bouro
Tomar
Tondela
 Torre de Moncorvo
Torres Novas
Torres Vedras
 Trancoso
 Trofa
 Vagos
Vale de Cambra
 Valença
Valongo
 Valpaços
 Velas
 Vendas Novas
 Viana do Alentejo
Viana do Castelo
 Vidigueira
 Vieira do Minho
Vila da Praia da Vitória
 Vila de Rei
 Vila do Bispo
Vila do Conde
 Vila do Porto
 Vila Flor
Vila Franca de Xira
 Vila Franca do Campo
 Vila Nova da Barquinha
 Vila Nova de Cerveira
Vila Nova de Famalicão
 Vila Nova de Foz Côa
Vila Nova de Gaia
 Vila Nova de Paiva
 Vila Nova de Poiares
 Vila Pouca de Aguiar
Vila Real
 VR Santo António
 Vila Velha de Ródão
Vila Verde
 Vila Viçosa
 Vimioso
 Vinhais
 Viseu
 Vizela
 Vouzela

GRANDE DIMENSÃO

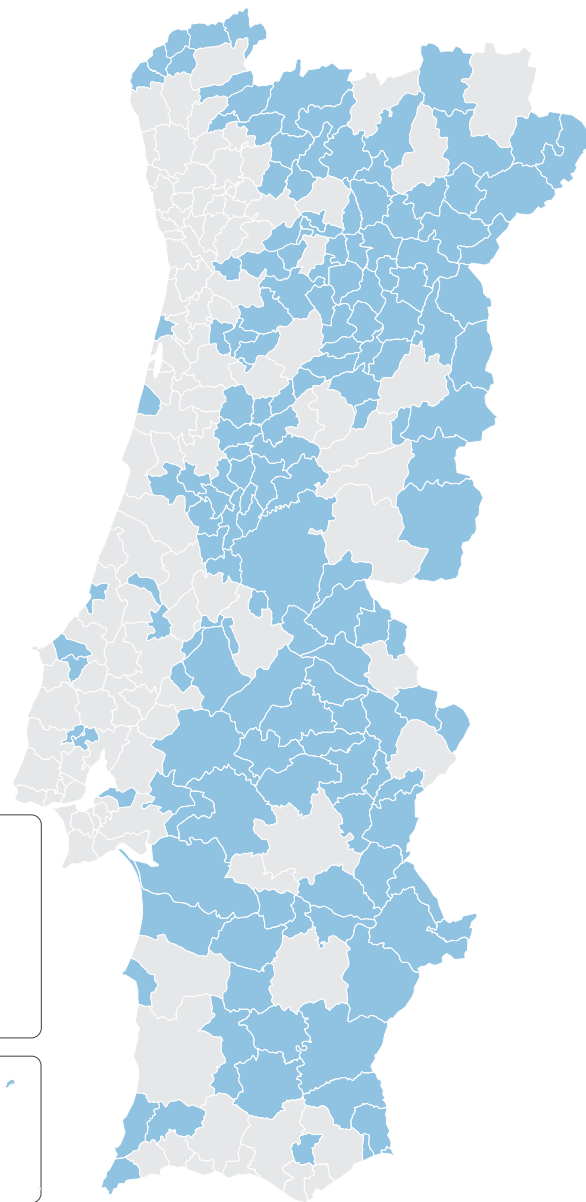
Mais de 100 000 habitantes



MÉDIA DIMENSÃO
Até 100 000 habitantes



PEQUENA DIMENSÃO
Até 20 000 habitantes



1.4. Caracterização geral e importância financeira dos Municípios portugueses no contexto europeu e municípios

Como se mostra no Quadro 1.02, a dimensão média dos municípios portugueses é superior à da maioria dos países europeus. Em termos de população, a média portuguesa (34,5 mil habitantes) é aproximada aos valores da Grécia, Suécia e Holanda e apenas é largamente ultrapassada pelos da Dinamarca, Lituânia e Reino Unido.

Este dado é muito significativo na sequência da reorganização da Administração Local, que teve como objetivo, à semelhança de processos de reorganização territorial que ocorreram em muitos países europeus, a diminuição do número de autarquias locais no sentido de aumentar a sua escala.

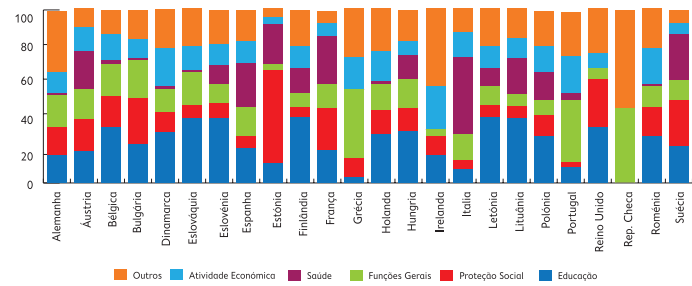
Quadro 1.02 – Caracterização das Autarquias Locais Portuguesas em perspetiva comparada

País	Média População	% Municíp. ≤ 5,000 hab.	nº de unidades (1º Nível)	nº de unidades (2º Nível)	Despesa Local (% Despesa Pública)	Despesa Capital Local (% Despesa Capital)	Receita Local (% Receita Pública)
Áustria	3 550	91	2 357	9	35%	77%	35%
Bélgica	18 320	14	589	10	42%	84%	45%
Bulgária	28 670	11	264		44%	74%	45%
República Checa	1 680	96	6 250	14	5%	17%	5%
Dinamarca	56 345	3	98	5	27%	52%	30%
Estónia	5 930	80	226		64%	68%	66%
Finlândia	15 610	52	342	2	25%	35%	25%
França	1 760	95	36 682	100	41%	65%	42%
Alemanha	6 765	77	12 104	301	21%	70%	24%
Grécia	34 650	53	325	13	6%	22%	8%
Hungria	3 155	91	3 177	19	24%	46%	25%
Irlanda	39 190	37	114		16%	70%	22%
Itália	7 445	71	8 094	110	32%	73%	35%
Letónia	18 950	91	119		29%	63%	33%
Lituânia	55 655	2	60		24%	42%	30%
Holanda	38 435	2	430	12	34%	70%	37%
Polónia	15 390	25	2 479	379	33%	60%	37%
Portugal	34 520	20	308	2	15%	66%	17%
Roménia	6 750	35	3 180	41	25%	42%	29%
Eslováquia	1 850	95	2 928	8	17%	61%	19%
Eslovénia	9 720	48	210		21%	55%	22%
Espanha	5 660	85	8 116	52	53%	72%	63%
Suécia	32 210	4	290	20	48%	55%	48%
Reino Unido	152 200	0	406	28	28%	51%	35%
Média	24 767	49	3 715	47	29%	58%	32%

Fonte: CCRE/CEMR. EU Subnational Governments: 2010 Key Figures. 2011/2012 Edition.

A análise do Quadro 1.02 salienta uma outra marca relevante da Administração Local portuguesa em perspetiva comparada: o elevado grau de centralização financeira do Setor Público Administrativo (três últimas colunas). As despesas locais dos municípios portugueses correspondem apenas a 15% do total das despesas públicas e as receitas locais correspondem a 17% do total das receitas públicas, valores que são dos mais baixos quando comparados com a média europeia (29% e 32% respetivamente). Portugal (66%) apresenta apenas um valor superior à média europeia (58%) no que diz respeito ao peso das despesas de capital locais no total das despesas de capital, o que sugere claramente uma maior intervenção dos municípios portugueses nas atividades de investimento público. O Gráfico 1.02 mostra a composição funcional das despesas locais do mesmo grupo de países, o que permite perceber com mais detalhe as áreas de atividade local com mais peso nas despesas locais. No que diz respeito à função de educação que, na média europeia, corresponde a cerca de um quarto das despesas locais (23%), o peso em Portugal é muito inferior (9%). De forma ainda mais acentuada, o mesmo se passa com as despesas em proteção social e saúde (15% e 11% de média europeia respetivamente), em que praticamente não existe intervenção dos municípios portugueses (3% e 4% respetivamente). Ao invés, no caso das despesas relacionadas com as atividades económicas, o peso em Portugal é claramente superior à média. Finalmente, quase dois terços das despesas municipais portuguesas são consumidos com funções gerais (36%) e outras (26%), ao contrário da média dos países europeus, em que o peso destas duas funções em conjunto não atinge os 40%.

Gráfico 1.02 – Distribuição das despesas locais por funções



Fonte: CCRE/CEMR. EU Subnational Governments: 2010 Key Figures. 2011/2012 Edition.

1.5. Grupos Municipais

A tendência de reformas do setor público no sentido de impor critérios de eficiência implicou um conjunto de importantes reconfigurações nas formas organizacionais de prestação de serviços. Um dos aspetos mais salientes dessa tendência foi a transferência da prestação de bens e serviços para outras entidades do setor público. Tal tendência também se verificou frequentemente ao nível da Administração Local.

Neste contexto, dada a profusão de atividades autárquicas transferidas para o SEL, apresentam-se, no Quadro 1.03, o número de autarquias que tinham, à data de 2013, constituído empresas municipais e/ou serviços municipalizados.

Quadro 1.03 – Número de serviços municipalizados e Entidades do Setor Empresarial Local

	Total	Serviços Municipalizados(a)			Empresas Municipais						Empresas Intermunicipais				
		0	1	2	0	1	2	3	4	>4	0	1	2	3	4
Municípios Pequenos	184	183	1	0	124	52	7	0	0	1	94	77	13	0	0
Municípios Médios	100	82	18	0	50	24	16	7	1	2	41	46	13	0	0
Municípios Grandes	24	15	9	0	4	5	6	1	5	3	17	4	1	2	0
Total de municípios	308	280	28	0	178	81	29	8	6	6	152	127	27	2	0
Total de Empresas e SM's	266	27			218						21				

(a) Existe um Serviço Municipalizado pertencente a 2 municípios (Oeiras e Amadora).

Pela análise do Quadro 1.03 verifica-se que 81 municípios têm serviços descentralizados apenas numa empresa municipal e 49 municípios em duas ou mais empresas municipais, sendo que apenas 6 detêm 4 ou mais. Ao mesmo tempo, 156 participam pelo menos numa empresa intermunicipal (127 apenas numa, 27 em duas e 2 em três). No cômputo geral, a maioria dos municípios têm apenas uma empresa municipal e, ou, participam em apenas uma empresa intermunicipal.

Ao invés, 178 municípios (124 pequenos, 50 médios e 4 grandes) não possuem empresas municipais, 152 municípios (94 pequenos, 41 médios e 17 grandes) não participam em empresas intermunicipais e uma larga maioria de municípios (280) não possuem serviços municipalizados (183 pequenos, 82 médios e 15 grandes).

A atual Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) impõe, no seu art.º 75º, que os municípios apresentem contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, sendo eles a entidade mãe ou consolidante. É ainda referido que o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, definindo-se controlo como o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais da outra entidade, a fim de beneficiar das suas atividades.

Do exposto, ainda sem se considerar a participação dos municípios em Fundações, Associações e outras entidades de direito público ou privado, que não estejam incluídas no SEL, verificamos que se está perante 222 potenciais “grupos autárquicos”, em que o município será a designada “entidade-mãe”.

O assunto dos “Grupos Municipais” será retomado no Capítulo 4 deste Anuário, aquando da análise das contas do SEL.

1.6. Reformas Administrativas e Controlo Financeiro

No âmbito da implementação da designada Reforma da Administração Local, em 2012 foram introduzidas diversas reformas legais que alteraram significativamente o enquadramento financeiro, de controlo e de prestação de contas dos municípios portugueses. Algumas dessas alterações resultaram diretamente do programa de assistência económica e financeira (PAEF) a Portugal, em cujos memorandos de entendimento consta a menção explícita da necessidade de reorganizar as Administrações Local e Regional e a prestação

de serviços da administração a nível local. Relativamente à Administração Local, o PAEF impunha um conjunto de compromissos que a seguir se resumem:

- Reduzir, em pelo menos 175 milhões de euros, as transferências para as Administrações Local e Regional, no âmbito do contributo deste subsetor para a consolidação orçamental;
- Submeter à Assembleia da República uma proposta de revisão da Lei das Finanças Locais, com vista a promover a sua adaptação aos princípios e normas adotadas pela nova Lei do Enquadramento Orçamental, nomeadamente no que se refere (i) à inclusão de todas as entidades públicas relevantes no perímetro das Administrações Local e Regional; (ii) ao enquadramento plurianual das regras de despesa, saldos orçamentais e regras de endividamento, e de orçamentação de programas; e (iii) à interação com as funções do Conselho das Finanças Públicas;
- Preparar uma avaliação abrangente da estrutura de tarifas das empresas públicas, incluindo do SEL, a fim de reduzir o grau de subsidiação, bem como rever o seu nível do serviço público prestado;
- Avaliar os planos em curso de redução de custos operacionais, até ao final de 2011, em pelo menos 15% em média face a 2009, propondo cortes específicos por empresa pública, incluindo nas do SEL, que sejam consistentes com uma avaliação económica e financeira realista;
- Aplicar limites de endividamento mais restritos ao SEE, extensíveis ao SEL;
- Elaborar um plano para reforçar a governação do SEE e do SEL, de acordo com as melhores práticas internacionais, que inclua uma avaliação da função acionista, dotando o Ministério das Finanças e da Administração Pública de um papel decisivo quanto a questões de ordem financeira do SEE.

Os marcos legislativos mais importantes desta reforma foram os seguintes:

- Lei n.º 22/2012, de 30 de maio – Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica;
- Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto – aprova o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL);
- Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto – Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local;
- Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Regime Financeiro das Au-

tarquias Locais e Entidades Intermunicipais (*vulgo* Lei das Finanças Locais – LFL);

- Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Regime Jurídico das Autarquias Locais, estatuto das Entidades Intermunicipais e da transferência de competências (*vulgo* Lei das Autarquias Locais).

Do ponto de vista da atividade financeira do setor público local, a mais importante reforma foi a publicação do Novo Regime financeiro (Lei n.º 73/2013) que revoga a Lei 2/2007, cujo objetivo era “ajustar o paradigma das receitas autárquicas à realidade atual, aumentar a exigência e transparência ao nível da prestação de contas, bem como dotar as finanças locais dos instrumentos necessários para garantir a efetiva coordenação entre a Administração Central e Local, contribuindo assim para o controlo orçamental e para a prevenção de situações de instabilidade financeira” (Preâmbulo da Lei). O novo Regime Financeiro aprovado em 2013 procura assim intervir fundamentalmente sobre o controlo e prevenção do desequilíbrio financeiro.

Dado que a autonomia financeira municipal deve ser exercida no contexto do equilíbrio financeiro global do setor público, os princípios constantes da Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 37/2013, de 14 de junho), na sua mais recente revisão, passaram a estar também plasmados na nova LFL (art.º 3.º): princípios da estabilidade orçamental; da solidariedade nacional recíproca; da transparência orçamental; da equidade intergeracional; além dos princípios da autonomia financeira e da justa repartição dos recursos públicos entre o Estado e as autarquias locais.

Neste âmbito, merece destaque ainda o princípio da coordenação entre finanças locais e finanças do Estado (art.º 11.º), a realizar através de um Conselho de Coordenação Financeira (CCF), que prevê a audição dos municípios antes da preparação do Programa de Estabilidade e Crescimento e da Lei do Orçamento de Estado. Esta coordenação estabelece-se tendo por base um quadro orçamental plurianual (art.º 44.º) que defina os limites, elaborados numa base móvel e atualizados anualmente, para a despesa e as projeções da receita do município no médio prazo. Este documento deverá ser elaborado em “articulação com as Grandes Opções do Plano”, submetido à Assembleia Municipal e ter natureza vinculativa.

O novo Regime Financeiro introduz também mecanismos que se destinam a garantir o alerta precoce de desvios (art.º 56.º) e, se

necessário, de recuperação financeira municipal (art.º 57.º). Entre outros mecanismos, prevê-se a participação dos municípios num Fundo de Apoio Municipal (FAM), com contribuição obrigatória dos municípios (através do Fundo de Equilíbrio Financeiro – FEF), bem como do Governo Central, e que se traduz num mecanismo de solidariedade e corresponsabilidade financeira por parte da totalidade dos municípios.

O novo Regime Financeiro introduz ainda alterações no sentido da redução da base de receitas próprias locais, como é o caso da extinção do IMT (Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis).

Em 2012 foi também alterado o enquadramento do SEL. A Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, aprovou o novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, revogando o anterior regime que datava de 2006³. Em termos gerais, é substancialmente alterada a configuração jurídica do SEL, passando a ser inserido na agora designada “atividade empresarial autárquica”. O atual diploma legal:

- i. Estabelece o regime geral aplicável aos serviços municipalizados;
- ii. Regula a atividade das empresas locais, que são genericamente as sociedades sujeitas à influência dominante dos municípios e das associações de municípios (ambos designados por “entidades públicas participantes”);
- iii. Disciplina a aquisição e detenção de participações locais, que se traduzem nas participações sociais detidas pelas entidades públicas participantes noutras sociedades comerciais e, bem assim, a aquisição de outras participações, tais como em Fundações, em Cooperativas ou em Associações de direito privado.

Em primeiro lugar, introduz-se a imposição de significativos deveres de informação institucional e económico-financeira das entidades públicas participantes à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL). O incumprimento destes deveres de informação é sancionado com a retenção de 10% do duodécimo (sendo de 20% em caso de reincidência) das transferências correntes do Fundo Geral Municipal, no caso dos municípios, sendo sancionado com a suspensão imediata e automática das transferências financeiras do Estado se o incumprimento for por parte de associações de municípios (art.ºs 42.º e 44.º).

³ Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro.

Em segundo lugar, passam a estar sujeitos ao controlo prévio do Tribunal de Contas, quaisquer atos de constituição ou de participação em empresas locais, assim como de aquisição de participações sociais, pelas entidades públicas participantes. A fiscalização prévia do Tribunal de Contas incidirá, ainda, sobre quaisquer processos de fusão de empresas locais (art.ºs 54º e 56º).

Em terceiro lugar, passa a prever-se a possibilidade de integração de empresas locais em serviços municipalizados, assim como de fusão de empresas locais, bem como a mera internalização da atividade destas empresas nos serviços das respetivas entidades públicas participantes (art.ºs 64º e 65º).

Por último, destaca-se a criação de novas regras de dissolução das empresas locais, com a obrigatoriedade de extinção das empresas, sempre que, nos últimos três anos, i) as respetivas vendas e prestações de serviços não cubram, pelo menos, 50% dos custos totais dos correspondentes exercícios; iii) o peso contributivo dos subsídios à exploração tenha sido superior a 50% das receitas; iii) o valor do resultado operacional subtraído do valor correspondente às amortizações e depreciações tenha sido negativo, ou ainda quando; iv) o resultado líquido tenha sido negativo. O prazo para a deliberação de dissolução é de seis meses a contar da verificação de uma destas situações elencadas (art.º 62º).

Em alternativa à decisão de dissolução da empresa local poderão as entidades públicas participantes alienar integralmente as respetivas participações detidas nas empresas locais. Quando se trate de meras participações locais, a alienação das participações, nos casos supra descritos, é obrigatória (art.º 66º).

A referida lei entrou em vigor a 1 de setembro de 2012, sendo que as entidades de natureza empresarial criadas ou constituídas ao abrigo de legislação anterior e sob a influência dominante das entidades públicas participantes, a par das sociedades comerciais participadas já existentes, ficaram obrigadas a adequar os seus estatutos no prazo de seis meses a contar daquele dia. É também de seis meses o prazo para as entidades públicas participantes determinarem a dissolução das empresas locais, ou, em alternativa, procederem à alienação integral das participações sociais que detenham nessas empresas, quando ocorram as circunstâncias enunciadas acima (art.º 62º).

1.7. Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)

Seguindo também as recomendações dos memorandos de entendimento de introduzir mecanismos de controlo e restrição dos pagamentos em atraso pelo setor público, no ano de 2012 foi implementada a Lei dos compromissos e pagamentos em atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho). Embora a regulamentação se destinasse igualmente a todo o setor público, teve efeitos muito significativos no setor municipal.

No essencial, este novo regime procura disciplinar os pagamentos em atraso, por via do controlo apertado da assunção de novos compromissos pelo limite dos fundos disponíveis a 90 dias, que passaram a ser apurados. Foi também introduzida a corresponsabilização dos fornecedores do setor público, o aperfeiçoamento e integração dos sistemas de informação, bem como o aprofundamento dos regimes de responsabilidade civil, criminal e financeira dos agentes públicos que autorizam despesa pública sem a existência de Fundos Disponíveis.

Nos termos do art.º 16º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), os municípios com pagamentos em atraso a 31 de dezembro de 2011 teriam de apresentar à DGAL, num prazo de 90 dias, um plano de liquidação de pagamentos.

Neste âmbito da racionalização financeira, foi aprovado também o Programa de Apoio à Economia Local – PAEL (Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto), para a regularização do pagamento de dívidas dos municípios vencidas há mais de 90 dias, registadas na DGAL à data de 31 de março de 2012. Este programa englobava um montante de 1 000 milhões de euros, permitindo aos municípios elegíveis estabelecerem contratos de empréstimos com o Estado, aprovados pelas respetivas assembleias municipais e apresentados no Tribunal de Contas para fiscalização prévia.

Os municípios aderem ao PAEL apresentando um Plano de Ajustamento Financeiro que, nos termos do art.º 6º da Lei n.º 43/2012, contém “um conjunto de medidas específicas e quantificadas, que evidenciem o restabelecimento da situação financeira do município, tendo em conta os seguintes objetivos:

- a) Redução e racionalização da despesa corrente e de capital;
- b) Existência de regulamentos de controlo interno;

c) Otimização da receita própria;

d) Intensificação do ajustamento municipal nos primeiros cinco anos de vigência do PAEL.”

Nos termos do art.º 3.º, relativamente aos prazos e montantes de financiamento, distinguem-se:

- Programa I – relativo aos municípios que estejam abrangidos por um plano de reequilíbrio financeiro e se encontravam em situação de desequilíbrio estrutural a 31 de dezembro de 2011;
- Programa II – que integra os restantes municípios.

O Quadro 1.04 apresenta os 99 municípios que em 2013 tinham aderido a programa, que já ascende a um valor global de cerca de 596 milhões de euros. Este conjunto de 99 municípios inclui principalmente pequenos (48) e médios (48) municípios e apenas 3 de grande dimensão (Funchal, Santa Maria da Feira e Vila Nova de Gaia).

Ao abrigo do Programa I o financiamento visado foi de aproximada-

mente 239 milhões de euros, sendo que ao abrigo do Programa II o financiamento visado foi de 358 milhões de euros. Dos 99 municípios que recorreram ao PAEL, 21 estão abrangidos pelo Programa I, dos quais 10 são de pequena dimensão e 11 são de média dimensão.

Os maiores valores de financiamento foram concedidos, por ordem decrescente, aos seguintes municípios: Fundão (36,78 milhões de euros), Évora (32,17 milhões de euros), Funchal (28,41 milhões de euros), Santarém (24,58 milhões de euros), Vila Real de Santo António (24,47 milhões de euros) e Vila Nova de Gaia (22,75 milhões de euros).

Por seu turno, os menores valores de financiamento foram concedidos, por ordem decrescente, aos seguintes municípios: Alfândega da Fé (0,69 milhões de euros), Vila Nova de Paiva (0,59 milhões de euros), Monforte (0,50 milhões de euros), Oliveira de Frades (0,49 milhões de euros), Ferreira do Alentejo (0,46 milhões de euros) e Sardoal (0,44 milhões de euros).

Quadro 1.04 – Municípios com contratos visados pelo Tribunal de Contas ao abrigo do PAEL

	Município	Dim.	Financiamento visado (€)	Programa
1	Albufeira	M	16.678.726	I
2	Alcobaça	M	4.435.817	II
3	Alenquer	M	1.149.795	II
4	Alfândega da Fé	P	694.457	I
5	Aljô	P	4.424.691	I
6	Aljustrel	P	1.332.329	II
7	Almeirim	M	694.480	II
8	Alvaiázere	P	1.718.333	II
9	Ansião	P	2.233.967	I
10	Armamar	P	987.994	II
11	Arruda dos Vinhos	P	2.441.431	II
12	Azambuja	M	3.139.294	II
13	Barreiro	M	10.201.380	II
14	Borba	P	4.886.116	I
15	Calheta (R. A. M.)	P	4.232.882	II

	Município	Dim.	Financiamento visado (€)	Programa
16	Câmara de Lobos	M	5.815.459	II
17	Caminha	P	2.281.969	II
18	Chamusca	P	4.323.839	II
19	Chaves	M	7.873.427	II
20	Covilhã	M	2.815.021	II
21	Entroncamento	M	3.219.263	II
22	Espinho	M	8.176.751	I
23	Estremoz	P	2.710.733	II
24	Évora	M	32.166.373	I
25	Faro	M	16.710.900	I
26	Ferreira do Alentejo	P	458.617	II
27	Freixo de Espada à Cinta	P	4.346.736	I
28	Funchal	G	28.414.336	II
29	Fundão	M	36.777.846	I
30	Gouveia	P	754.338	II

	Município	Dim.	Financiamento visado (€)	Programa
31	Grândola	P	1.477.120	II
32	Guarda	M	14.091.560	II
33	Ílhavo	M	8.794.812	II
34	Lagoa (Algarve)	M	4.000.000	II
35	Lagos	M	9.508.131	II
36	Lamego	M	11.826.491	II
37	Loulé	M	14.506.376	II
38	Lourinhã	M	972.627	II
39	Lousã	P	880.772	II
40	Mangualde	P	4.001.682	II
41	Melgaço	P	2.130.366	II
42	Miranda do Douro	P	2.031.709	II
43	Moimenta da Beira	P	2.412.487	I
44	Monforte	P	504.812	II
45	Montijo	M	846.737	II
46	Mourão	P	1.174.765	I
47	Nelas	P	1.635.611	I
48	Nordeste	P	7.611.777	I
49	Óbidos	P	3.839.744	II
50	Olhão	M	4.083.540	II
51	Oliveira de Azeméis	M	1.216.473	II
52	Oliveira de Frades	P	485.614	II
53	Ourém	M	3.365.330	II
54	Paços de Ferreira	M	7.137.212	II
55	Paredes	M	19.755.872	II
56	Paredes de Coura	P	2.881.120	II
57	Penafiel	M	1.736.014	II
58	Penela	P	2.313.528	II
59	Peniche	M	3.202.576	II
60	Peso da Régua	P	5.106.130	II
61	Ponte da Barca	P	846.752	II
62	Porto Santo	P	2.452.015	I
63	Póvoa de Lanhoso	M	2.469.210	II
64	Póvoa de Varzim	M	7.498.180	II
65	Reguengos de Monsaraz	P	4.675.556	II
66	Ribeira de Pena	P	2.041.244	II

	Município	Dim.	Financiamento visado (€)	Programa
67	Ribeira Grande	M	2.049.782	II
68	Rio Maior	M	962.061	II
69	Santa Cruz	M	16.848.866	I
70	Santa Maria da Feira	G	12.899.357	II
71	Santarém	M	24.581.767	I
72	Santo Tirso	M	1.730.000	II
73	São Pedro do Sul	P	2.873.609	II
74	Sardoal	P	444.793	II
75	Seia	M	2.768.065	I
76	Sertã	P	2.130.877	II
77	Sesimbra	M	8.912.069	II
78	Sines	P	3.548.273	II
79	Sobral de Monte Agraço	P	1.053.287	II
80	Soure	P	1.695.316	II
81	Tábua	P	2.443.240	II
82	Tavira	M	1.165.078	II
83	Torres Novas	M	6.795.454	II
84	Trancoso	P	3.583.677	II
85	Trofa	M	16.597.188	I
86	Vagos	M	3.553.788	II
87	Vale de Cambra	M	2.145.858	II
88	Valença	P	1.000.000	II
89	Valongo	M	16.263.896	II
90	Valpaços	P	2.649.478	II
91	Viana do Castelo	M	2.903.596	II
92	Vieira do Minho	P	3.056.978	II
93	Vila da Praia da Vitória	M	1.953.335	II
94	Vila do Conde	M	10.928.221	I
95	Vila Nova da Barquinha	P	741.247	II
96	Vila Nova de Gaia	G	22.751.431	II
97	Vila Nova de Paiva	P	586.130	II
98	Vila Real de Santo António	P	24.466.151	I
99	Vila Verde	M	10.438.783	II
Total			596.132.893	

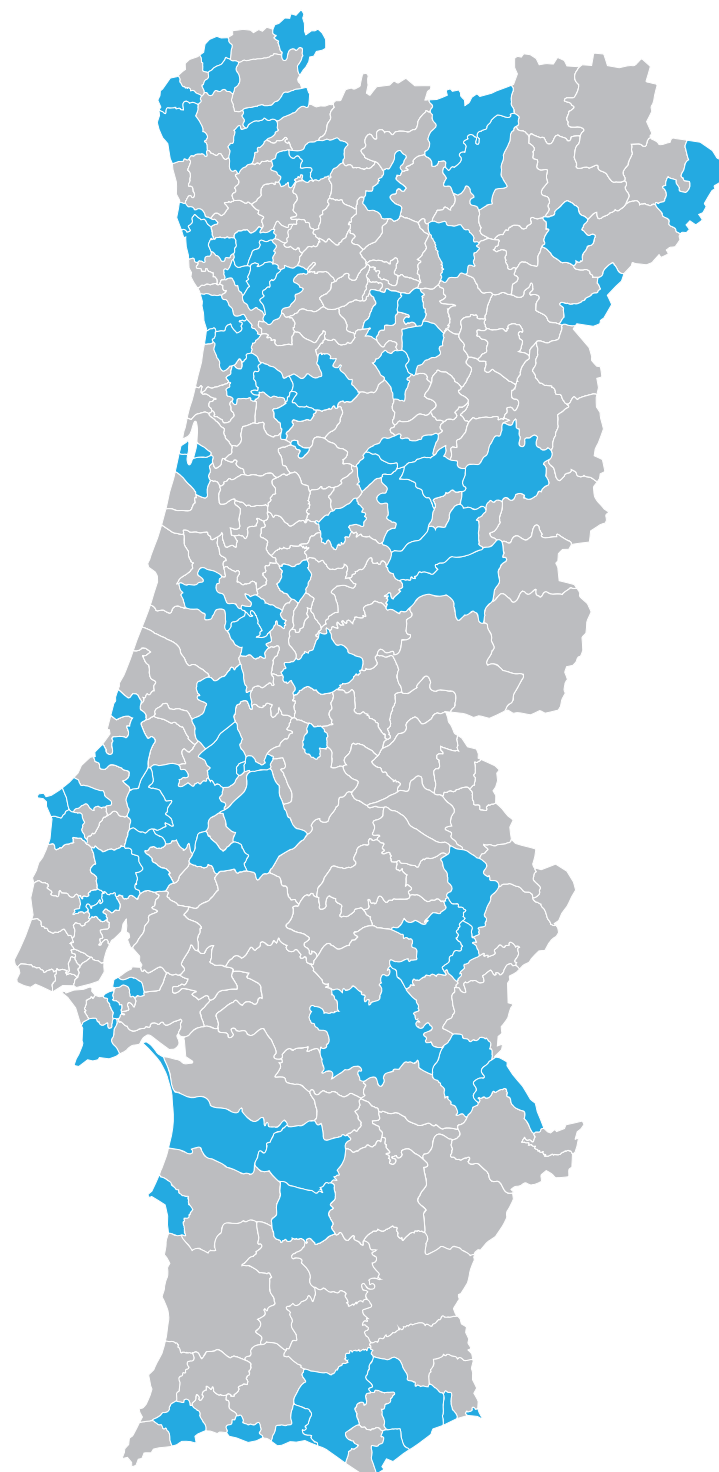
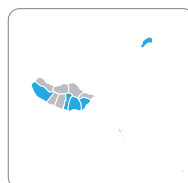
Fonte: Tribunal de Contas até 26 de maio de 2014

Albufeira
 Alcobaça
 Alenquer
 Alfândega da Fé
 Alijó
 Aljustrel
 Almeirim
 Alvaizere
 Ansião
 Armamar
 Arruda dos Vinhos
 Azambuja
 Barreiro
 Borba
 Calheta (R. A. M.)
 Câmara de Lobos
 Caminha
 Chamusca
 Chaves
 Covilhã
 Entroncamento
 Espinho
 Estremoz
 Évora
 Faro
 Ferreira do Alentejo
 Freixo de Espada à Cinta
 Funchal
 Fundão
 Gouveia
 Grândola
 Guarda
 Ílhavo
 Lagoa (Algarve)
 Lagos
 Lamego
 Loulé
 Lourinhã
 Lousã
 Mangualde
 Melgaço
 Miranda do Douro
 Moimenta da Beira
 Monforte
 Montijo
 Mourão
 Nelas
 Nordeste
 Óbidos
 Olhão
 Oliveira de Azeméis
 Oliveira de Frades
 Ourém
 Paços de Ferreira
 Paredes
 Paredes de Coura
 Penafiel
 Penela
 Peniche
 Peso da Régua

Ponte da Barca
 Porto Santo
 Póvoa de Lanhoso
 Póvoa de Varzim
 Reguengos de Monsaraz
 Ribeira de Pena
 Ribeira Grande
 Rio Major
 Santa Cruz
 Santa Maria da Feira
 Santarém
 Santo Tirso
 São Pedro do Sul
 Sardoal
 Seia
 Sertã
 Sesimbra
 Sines
 Sobral de Monte Agraço
 Soure
 Tábua
 Tavira
 Torres Novas
 Trancoso
 Trofa

Vagos
 Vale de Cambra
 Valença
 Valongo
 Valpaços
 Viana do Castelo
 Vieira do Minho
 Vila da Praia da Vitória
 Vila do Conde
 Vila Nova da Barquinha
 Vila Nova de Gaia
 Vila Nova de Paiva
 Vila Real de Santo António
 Vila Verde

 Municípios com PAEL



1.8. Independência financeira⁴

No presente Anuário mantém-se a análise do **rácio que relaciona as receitas próprias com as receitas totais** para se aferir o grau de independência financeira dos municípios. **Considera-se que existe independência financeira nos casos em que as receitas próprias⁵ representam, pelo menos, 50% das receitas totais.**

Para melhor compreender a evolução deste indicador apresenta-se, de forma comparada para os anos compreendidos entre 2007 e 2013 e por grupos de municípios, o peso nas receitas totais das receitas próprias, das transferências e dos passivos financeiros. A análise é feita considerando os respetivos valores cobrados.

A observação do Gráfico 1.03 permite concluir que, nos sete anos considerados, a independência financeira, **considerando a totalidade dos municípios**, atingiu o seu maior peso em 2007 (36%) e o menor em 2009 (31%), o que correspondeu a uma significativa diminuição em apenas dois anos. A partir de 2009 há uma tendência ligeira de aumento, atingindo 34% em 2013. O valor médio no período considerado foi de 33,7% para o universo dos municípios. O ano de 2009 aparece assim como um ano crítico, já que as receitas próprias e as transferências apresentam os valores baixos no período considerado, atingindo os passivos financeiros o valor mais elevado (11%). Em 2013 face ao ano anterior, a independência manteve-se, mas os passivos aumentam 5% por compensação na redução das transferências.

Analizando a evolução deste indicador por grupos de municípios de acordo com a dimensão, verifica-se que as receitas próprias assumem um maior peso relativo **nos municípios de grande dimensão** (Gráfico 1.04)⁶; representando estas, no período de 2007 a 2013, um valor médio de 62,4% das receitas totais, isto é, mais 28,7 pontos percentuais (p.p.) do que a média global. Neste grupo, o ano

de 2007 foi o que apresentou melhor nível médio de independência financeira (68%), notando-se uma ligeira tendência de descida no período, atingindo 61% em 2013, o que representa uma diminuição de 1 p.p. em relação a 2012.

Nos **municípios de média dimensão** (Gráfico 1.05), as transferências do Estado e as receitas próprias contribuíram, nestes sete anos, quase em partes iguais para a receita total, com o peso médio, respetivamente de 49,6% e 44,1%. O peso das transferências regista uma tendência crescente de 2008 (46%) a 2012 (54%), tendo decrescido significativamente em 2013 (48%). Já no caso do peso das receitas próprias observa-se uma tendência de estabilidade, sobretudo desde 2010, diminuindo em 2013 1% em relação a 2012, fixando-se em 43%. Neste grupo de municípios, assim como nos de pequena dimensão, o decréscimo das transferências parece ter sido compensado por aumento nos passivos financeiros, que subiram de 2% em 2012 para 10% em 2013.

Os recursos financeiros dos **municípios de pequena dimensão** (Gráfico 1.06) dependem significativamente das transferências recebidas através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)⁷, que representam neste período, em média, 70,1% das receitas totais. O peso médio dos recursos próprios nas receitas totais foi apenas de 24%, o que significa que menos de ¼ da totalidade dos recursos financeiros gerados, traduzindo uma independência financeira muito reduzida nesta categoria de municípios. Em 2013, este indicador de independência cresceu 1 p.p. em relação a 2011, numa tendência que se iniciou em 2010. Tal como nos municípios de média dimensão, houve uma compensação da redução das transferências em 5% por um aumento do peso dos passivos financeiros.

⁴ Este conceito não deve ser confundido com o de Autonomia Financeira, referido no art.º 6.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

⁵ Tal como nas edições anteriores do Anuário, considera-se que receitas próprias do município são as receitas totais deduzidas das transferências e dos passivos financeiros.

⁶ Justificada pelo maior volume de receita fiscal auferida, nomeadamente, a proveniente do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT). Releva-se, ainda, o peso significativo, nos grandes municípios, do produto das cobranças das derramas lançadas sobre o lucro tributável (através do IRC).

⁷ Transferências do OE e provenientes da repartição dos recursos públicos entre o Estado e os municípios (nos termos do art.º 25.º da LFL), cujo objetivo, é exatamente providenciarem, através de subvenção criteriosa, o equilíbrio financeiro horizontal e vertical entre o exercício do poder central e dos poderes locais.

Gráfico 1.03 – Evolução da Estrutura Financeira dos 308 Municípios

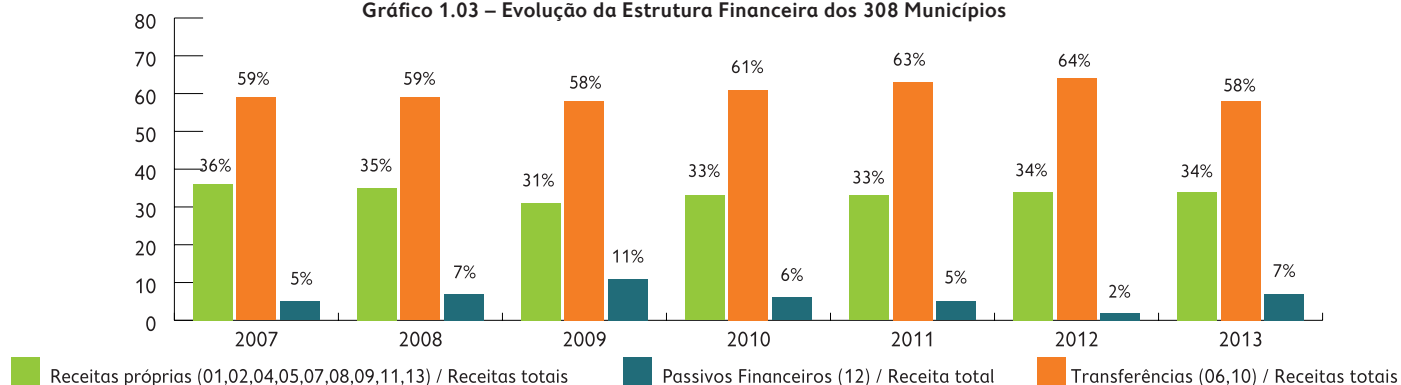


Gráfico 1.03.A – Evolução da Estrutura Financeira dos Municípios da R.A. dos Açores

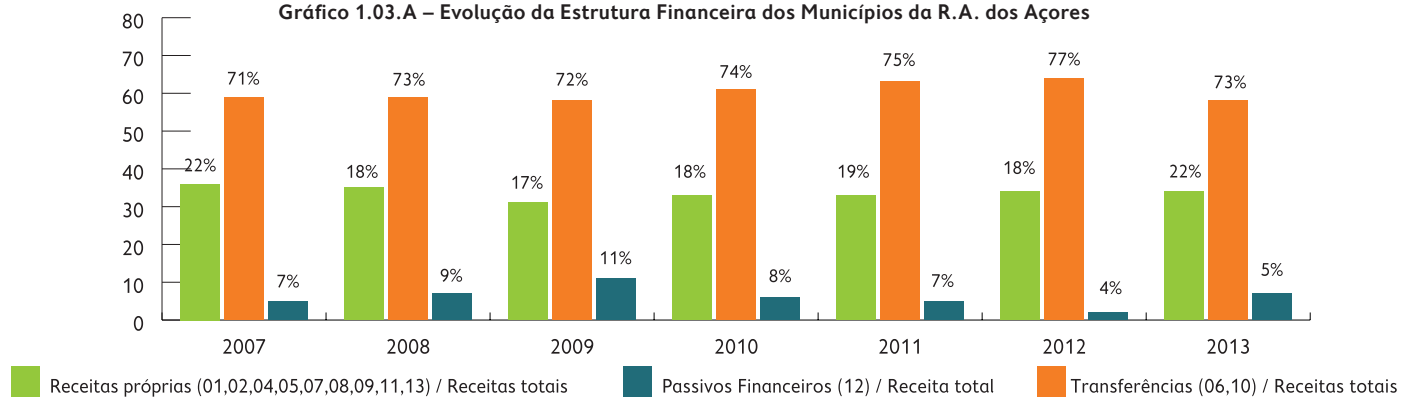


Gráfico 1.03.M – Evolução da Estrutura Financeira dos Municípios da R.A. da Madeira

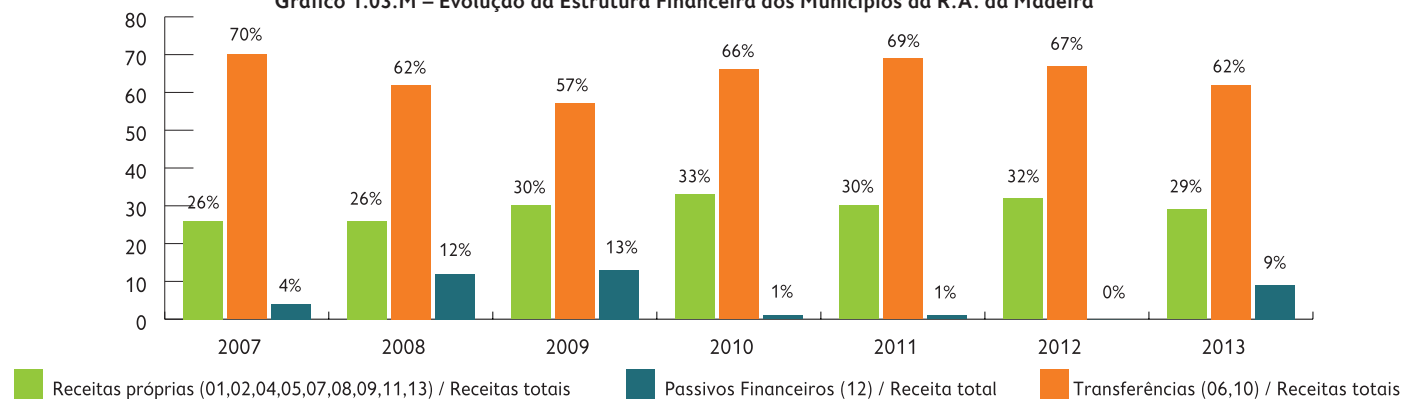


Gráfico 1.04 – Evolução da Estrutura Financeira dos Municípios de Grande Dimensão

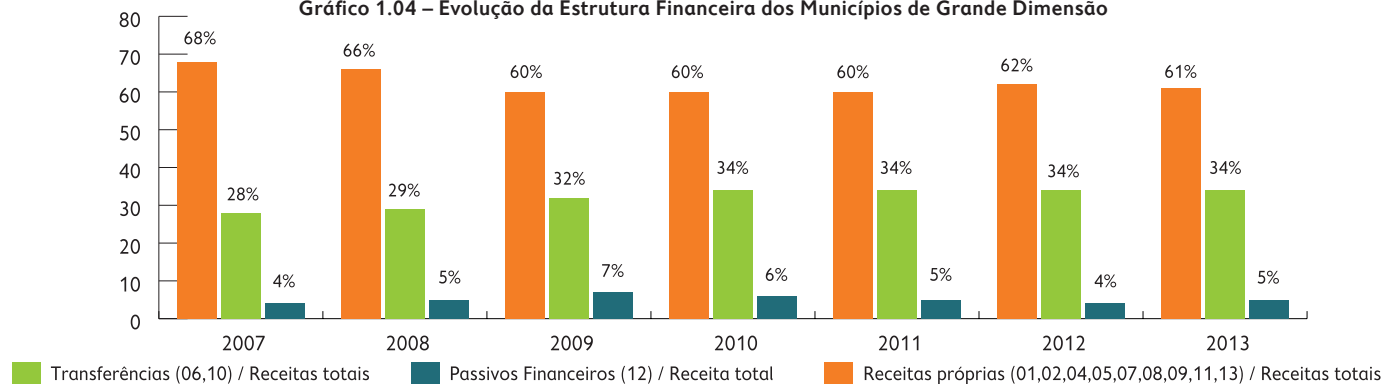


Gráfico 1.05 – Evolução da Estrutura Financeira dos Municípios de Média Dimensão

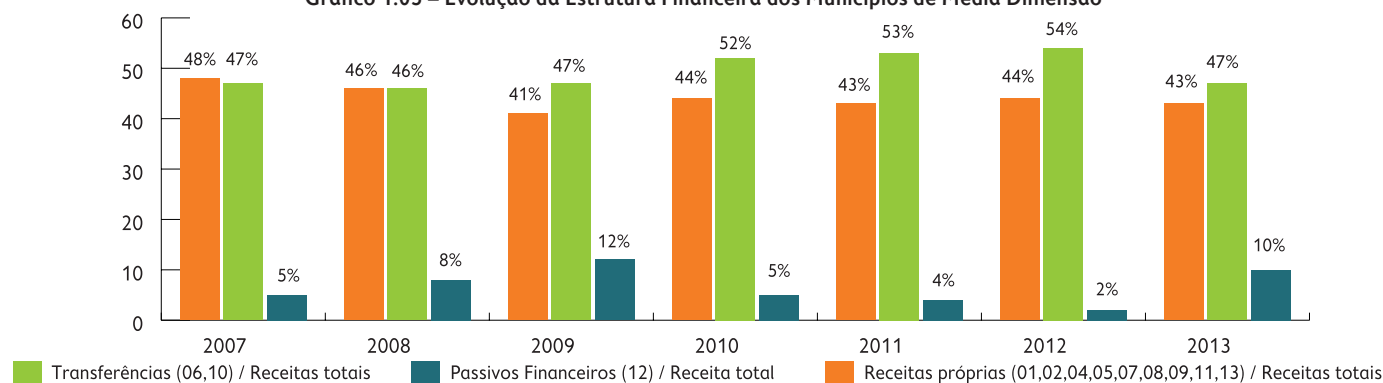
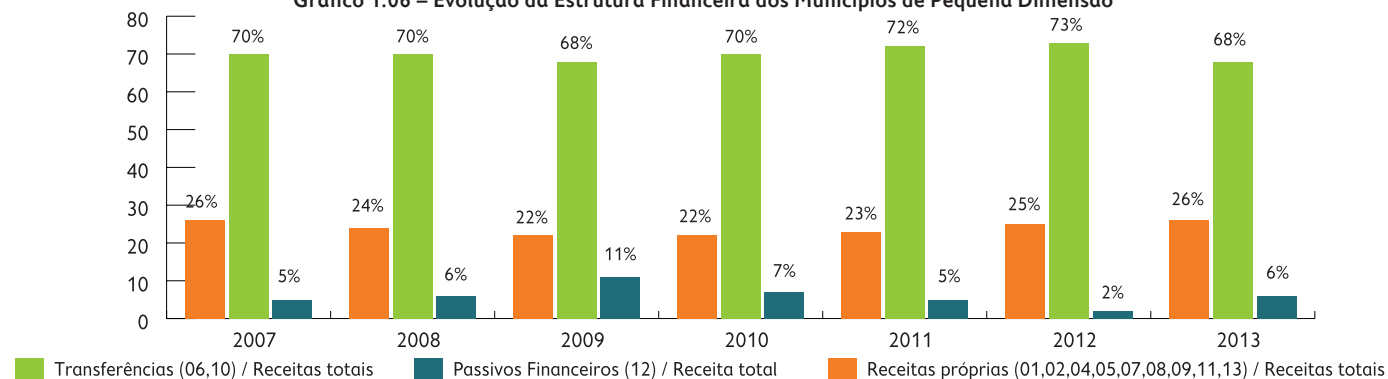


Gráfico 1.06 – Evolução da Estrutura Financeira dos Municípios de Pequena Dimensão

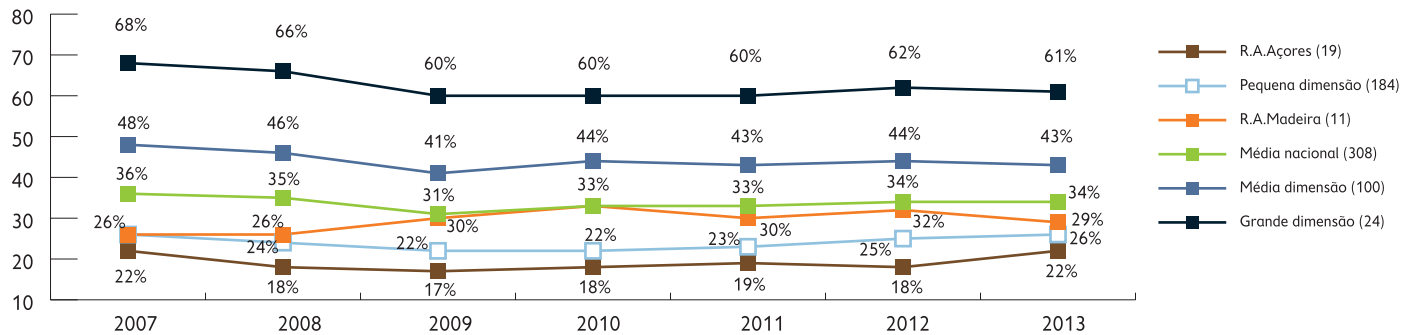


Em 2013, o peso do recurso ao crédito (passivos financeiros) nas receitas totais aumentou globalmente 5 p.p. em relação a 2012. Para este aumento foi maior a contribuição do grupo dos municípios de média dimensão, onde foi mais expressivo (8%).

O Gráfico 1.07 evidencia a evolução do peso relativo das receitas próprias na receita total autárquica no período de 2007 a 2013,

por grupo de municípios. O valor do rácio da independência financeira, entre 2012 e 2013, diminuiu 1 p.p. para os municípios de média e grande dimensão e aumentou 1 p.p. para os municípios de pequena dimensão, o que denota um esforço destes no sentido da melhoria, pese embora o aumento dos seus passivos financeiros.

Gráfico 1.07 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios (2007 a 2013)



• Considerando a independência financeira nos termos que se acabaram de expor relativamente ao universo total em análise, constata-se o seguinte, pela análise do **Quadro 1.05**:

• A independência financeira dos municípios apresenta uma amplitude muito grande entre o máximo de 81% (município do Seixal) e um mínimo de 3% (município de Nordeste).

• Enquanto no grupo dos grandes municípios se verifica que a independência financeira varia entre o mínimo de 37% (Barcelos) e o máximo de 81% (Seixal), no grupo dos pequenos municípios uma amplitude situa-se entre 3% (Nordeste) e 69% (Vila Real de S. António); já no grupo dos municípios de média dimensão, esta variação ocorre entre os 15% (Fundão) e os 79% (Aveiro).

– Em 2013, a média global do rácio de independência financeira do grupo dos municípios:

– de pequena dimensão foi de 26% (+3% que em 2011, +4% que em 2010 e 2009, +2% que em 2008 e idêntica a 2007);

– de média dimensão foi de 43% (igual a 2011, -1% que em 2010, +2% que em 2009, -3% que em 2008 e -5% que em 2007);

• de grande dimensão foi de 61% (+1% que em 2011, 2010 e 2009,

-5% que em 2008, -7% em relação a 2007).

• Relativamente à dependência dos municípios das transferências de Estado em 2013, verifica-se que esta situou-se entre o mínimo de 12% (Albufeira) e o máximo de 96% (Corvo), sendo que o peso médio foi de 58% (-6% que em 2012). Considerando apenas o universo dos pequenos municípios, este indicador apresentou o valor médio de 68% (em 2007 e 2008 foi de 70%, em 2009 de 68%, 2010 de 70%, em 2011 de 72% e em 2012 foi de 73%). Nos grandes municípios a média foi de 34% (tendo mantido este valor desde 2010). Nos municípios de média dimensão, este rácio apresentou um valor médio de 48% (-6% que em 2012 e -5% que em 2011).

• O peso médio dos passivos financeiros na receita total, considerando a globalidade dos municípios, foi de 7% em 2013, o que correspondeu a um aumento de 5% em relação a 2012, de 2% em relação a 2011 e de 1% em relação a 2010, representando, no entanto, uma diminuição de 4% comparativamente a 2009. Existe também uma amplitude considerável, sobretudo nos municípios médios e pequenos, variando entre os que não têm passivos financeiros e os que atingem os 66% (53% em 2012).

Quadro 1.05 – Independência Financeira em 2013

	Pequenos	Médios	Grandes	Total
Nº de municípios existentes	184	100	24	308
Nº de municípios analisados	184	100	24	308
Receitas próprias (01,02,04,05,07,08,09,11,13)				
Receitas Totais (Receitas próprias + Transferências+ Passivos Financeiros)				
% Média dos 308 municípios	26%	43%	61%	34%
% Mínima	3%	15%	37%	3%
	Nordeste	Fundão	Barcelos	
% Máxima	69%	79%	81%	81%
	V. R. Santo António	Aveiro	Seixal	
Transferências (06, 10)				
Receitas Totais (Receitas próprias + Transferências+ Passivos Financeiros)				
Média dos 308 municípios	68%	48%	34%	58%
% Mínima	25%	12%	14%	12%
	Alfândega da Fé	Albufeira	Lisboa	
% Máxima	96%	79%	55%	96%
	Corvo	Tondela	Barcelos	
Passivos Financeiros (12)				
Receitas Totais (Receitas próprias + Transferências+ Passivos Financeiros)				
% Média dos 308 municípios	6%	10%	5%	7%
% Mínima	0%	0%	0%	0%
% Máxima	66%	64%	28%	66%
	Nordeste	Fundão	Funchal	

- Da análise conjunta do quadro anterior, conjugada com o Quadro 1.06, verifica-se que em 2013 são 57 (59 em 2012) os municípios que apresentam uma independência financeira igual ou superior a 50%. Destes, 19 são municípios de grande dimensão, 29 de média dimensão e 9 de pequena dimensão (Alcochete, Castro Marim, Grândola, Nazaré, Óbidos, Porto Santo, São Brás de Alportel, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António).
- Face a 2012, em 2013 verifica-se um ligeiro acréscimo no número de municípios de pequena dimensão (+1) e uma diminuição do número de municípios de grande dimensão (-3) que apresentam indepen-

dência financeira igual ou superior a 50%. Adicionalmente verifica-se uma diminuição acentuada no nº de municípios pequenos com transferências superiores a 80% das receitas totais (-20), bem como de municípios pequenos com receitas próprias inferiores a 20% das receitas totais (-10). Tal parece traduzir um caminho de reforço no processo de consolidação de autonomia financeira, exigida com a Lei das Finanças Locais e com o controlo da execução orçamental.

- Todavia, 5 municípios de grande dimensão apresentam um volume de receitas próprias inferior a 50% das receitas totais (Barcelos, Braga, Gondomar, Guimarães e Santa Maria da Feira).

Quadro 1.06 – Outros indicadores relevantes para os Municípios

	Dimensão	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
N.º de municípios com receitas próprias superiores ou iguais a 50% das receitas totais	Pequenos	11	13	5	9	7	8	9
	Médios	44	41	27	30	28	29	29
	Grandes	22	20	17	17	19	22	19
	Total	77	74	49	56	54	59	57
N.º de municípios com receitas próprias inferiores a 20% das receitas totais	Pequenos	77	90	97	89	81	64	54
	Médios	2	1	5	3	4	2	3
	Grandes	0	0	0	0	0	0	0
	Total	79	91	102	92	85	66	57
N.º de municípios que não recorreram a empréstimos bancários	Pequenos	55	53	42	61	82	99	102
	Médios	26	19	16	31	36	47	37
	Grandes	9	6	4	6	3	5	7
	Total	90	78	62	98	121	151	146
N.º de municípios com receitas provenientes das transferências, superiores a 80% da receita total	Pequenos	37	47	35	50	56	57	37
	Médios	1	1	0	0	1	0	0
	Grandes	0	0	0	0	0	0	0
	Total	38	48	35	50	57	57	37

Da apreciação do Quadro 1.06 pode concluir-se ainda o seguinte:

- Em 2013, relativamente a 2012, houve 10 municípios que deixaram de ter receitas próprias com níveis inferiores a 20% das receitas totais (27 face a 2012). A diminuição global do número de municípios nesta situação financeira poderá ser um sintoma de uma progressiva consciencialização e prática de gestão pública conducente a uma maior consolidação financeira. A forte dependência financeira das receitas externas expressa por este indicador é essencialmente verificada nos municípios de pequena dimensão que, em 2013, chegam a quase 30% (54 em 184 municípios), pois só em 3 de média dimensão se verificou esta condição. No período de 2007 a 2013 nenhum município de grande dimensão apresenta esta situação de dependência financeira.
- Em 2013 os municípios com maior dependência das transferências para equilíbrio do seu orçamento (valor superior a 80% das receitas

totais) são na sua totalidade (37) municípios de pequena dimensão, embora em 2011 tenha havido também um município de média dimensão (Cinfães). O aumento considerável que ocorreu em 2010 do número de municípios de pequena dimensão nesta situação (mais 15 no global, representando +43% que em 2009) acentuou-se com mais seis municípios a cáirem nesta situação em 2011 e ainda mais um em 2012. Esta degradação poderá estar associada à descentralização de competências no domínio da educação (art.º 34.º da Lei do OE de 2010), repercutindo-se as correspondentes transferências financeiras nos recursos financeiros destes municípios.

- Sobre o recurso a empréstimos bancários, realça-se a diminuição, em 2013 face a 2012, de 5 municípios no global que não recorreram àqueles, ou seja, houve mais dez municípios de média dimensão que recorreram a empréstimos bancários, ao mesmo tempo que houve menos 3 municípios de pequena dimensão e menos 2 municípios de

grande dimensão a recorrerem a empréstimos bancários em 2013. No Ranking R1 são apresentados os 50 municípios com maior independência financeira no ano de 2013, mostrando também o valor do indicador para os seis anos anteriores. São municípios cujos recursos financeiros provêm mais das receitas próprias, onde os impostos e taxas têm papel central, e onde as transferências do Estado e empréstimos bancários se repercutem menos na estrutura da receita.

Em 2013, o município do Seixal liderou o *ranking*, com o rácio de independência financeira de 81,3%, em 2009 foi o município de Oeiras, em 2010 o município de Vila Real de Santo António, em 2011 o município de Albufeira e em 2012 o município de Lisboa⁸.

O atual 4.º município financeiramente mais independente (Aveiro) apresentou a maior oscilação deste indicador entre os anos de 2007 e 2013, respetivamente, com os valores de 69,8%, 33,4%, 54,7%, 76,2%, 65,4%, 67,9% e 78,7%. As mais significa-

tivas alterações na estrutura da receita foram mais visíveis a partir de 2009, resultantes da diminuição dos impostos e taxas municipais e da grande variação das receitas creditícias. Centrando a observação em 2013, verifica-se que 7 novos municípios integraram este grupo de 50 (Ílhavo, Mealhada, Ovar, Peniche, Torres Vedras, Vila do Bispo e Viseu) e outros 7 saíram do mesmo (Castro Marim, Funchal, Lourinhã, Óbidos, Santa Maria da Feira, Valongo e Vila do Conde).

Apenas o município de Ílhavo apresenta um aumento relevante do valor deste rácio de 2012 para 2013 (+23,8%).

Pela observação do *ranking* verificam-se outros municípios com variações significativas do valor deste indicador de 2012 para 2013, dos quais se destacam: de forma positiva, Cascais (+13,8%), Aveiro (+10,8%) e Ovar (+10,6%); de forma negativa, Lagos (-18,2%), Barreiro (-16,1%), Lisboa (-13,5%), Póvoa do Varzim (-11%) e Lagoa (Algarve) (-10,3%). A deterioração da independência financeira pode ter sido resultado de situações combinadas, nomeadamente a receita total ter aumentado mas essencialmente à custa de transferências, e ou as receitas próprias decaírem.

⁸ A independência financeira de 88,8% do município de Lisboa em 2012, resultou do montante extraordinário recebido por conta de uma indemnização relativa aos terrenos do aeroporto, com um impacto na receita de 271 milhões de euros. Excluindo este valor da receita, a independência financeira do município em 2012 seria de 83,4%." pelo que a variação efetiva de 2012 para 2013 é de 8%.

R1 – Municípios que apresentam maior Independência Financeira (receitas próprias / receitas totais) – 2013

	Município	Dimensão	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1	Seixal	G	81,7%	70,2%	73,3%	77,5%	72,1%	79,2%	81,3%
2	Oeiras	G	80,8%	74,8%	80,9%	81,4%	77,6%	79,7%	81,3%
3	Cascais	G	79,7%	79,5%	69,9%	70,2%	66,7%	65,2%	79,0%
4	Aveiro	M	69,8%	33,4%	54,7%	76,2%	65,4%	67,9%	78,7%
5	Porto	G	77,6%	78,7%	72,2%	76,8%	75,5%	76,7%	77,7%
6	Portimão	M	76,3%	63,2%	55,8%	73,3%	77,0%	76,1%	77,3%
7	Lisboa	G	86,8%	86,2%	71,9%	86,3%	78,9%	88,8%	75,3%
8	Albufeira	M	84,9%	85,6%	69,7%	76,9%	83,1%	84,7%	75,1%
9	Lagoa (Algarve)	M	79,9%	82,1%	78,8%	78,8%	81,6%	83,6%	73,3%
10	Maia	G	71,7%	76,6%	61,8%	66,9%	69,2%	72,1%	72,0%
11	Setúbal	G	74,0%	77,4%	75,0%	71,6%	68,4%	66,3%	70,2%
12	Vila Real de Santo António	P	68,4%	74,9%	60,2%	86,7%	77,9%	74,5%	69,4%
13	Palmela	M	77,9%	73,9%	60,1%	62,9%	70,2%	66,3%	69,1%
14	Almada	G	76,5%	71,8%	71,2%	64,8%	69,4%	68,7%	68,9%

	Município	Dimensão	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
15	Alcochete	P	71,3%	71,1%	56,5%	68,5%	55,4%	59,3%	67,0%
16	Lagos	M	77,6%	83,4%	67,9%	75,8%	78,0%	83,5%	65,3%
17	Ílhavo	M	70,9%	60,4%	54,9%	57,7%	41,2%	41,4%	65,2%
18	Faro	M	67,6%	59,4%	52,6%	60,8%	67,8%	64,6%	63,6%
19	Moita	M	58,3%	49,7%	54,9%	57,4%	55,5%	56,2%	62,9%
20	Loulé	M	85,7%	81,7%	67,3%	66,6%	69,3%	68,6%	62,9%
21	Loures	G	76,5%	72,9%	54,7%	66,2%	63,4%	62,1%	62,8%
22	Benavente	M	72,1%	70,2%	55,0%	58,4%	57,3%	54,8%	62,6%
23	Silves	M	62,8%	66,8%	44,5%	57,8%	58,6%	60,9%	61,7%
24	Sintra	G	63,8%	64,9%	59,5%	45,5%	60,1%	63,3%	61,5%
25	Leiria	G	64,2%	52,6%	49,1%	55,9%	58,0%	56,6%	61,0%
26	Coimbra	G	61,1%	65,9%	62,3%	60,0%	60,7%	55,7%	60,9%
27	Mafra	M	82,2%	75,7%	75,9%	55,6%	68,4%	65,1%	60,8%
28	Nazaré	P	61,5%	61,6%	32,5%	50,1%	62,1%	58,5%	60,5%
29	Odivelas	G	69,0%	64,7%	63,7%	56,6%	59,6%	62,1%	60,2%
30	Montijo	M	66,8%	70,4%	57,3%	56,3%	59,0%	59,7%	58,8%
31	Vila Franca de Xira	G	67,6%	63,5%	62,8%	61,2%	58,5%	56,7%	58,3%
32	Ovar	M	60,2%	54,7%	65,5%	63,2%	57,7%	47,5%	58,1%
33	Tavira	M	69,5%	63,3%	56,7%	61,4%	56,6%	60,7%	58,1%
34	Vila Nova de Famalicão	G	62,4%	62,5%	60,1%	55,3%	58,7%	61,3%	57,9%
35	Vila do Bispo	P	58,7%	59,4%	42,8%	57,7%	53,6%	52,5%	57,6%
36	Matosinhos	G	75,7%	62,4%	60,4%	55,2%	50,0%	53,9%	57,5%
37	Santa Cruz	M	48,0%	33,7%	53,6%	49,1%	52,8%	63,2%	57,3%
38	Sesimbra	M	85,2%	81,0%	73,2%	76,5%	71,3%	66,0%	57,3%
39	Amadora	G	67,4%	67,4%	55,3%	55,9%	55,4%	60,6%	57,0%
40	Torres Vedras	M	60,4%	53,8%	51,0%	53,5%	42,9%	50,6%	56,9%
41	Póvoa de Varzim	M	73,0%	60,7%	53,2%	71,0%	68,2%	67,7%	56,7%
42	Caldas da Rainha	M	52,0%	57,4%	43,6%	49,5%	54,1%	52,8%	56,2%
43	Marinha Grande	M	66,4%	58,0%	63,6%	61,2%	62,0%	57,9%	55,8%
44	Viseu	M	53,0%	56,7%	51,3%	40,0%	48,7%	50,0%	55,6%
45	Figueira da Foz	M	64,1%	61,2%	46,3%	54,0%	32,0%	58,9%	55,5%
46	Porto Santo	P	35,3%	55,1%	51,8%	54,2%	43,4%	53,7%	53,8%
47	Peniche	M	51,9%	53,8%	57,4%	58,6%	51,6%	51,1%	53,3%
48	Barreiro	M	65,7%	57,3%	62,8%	66,5%	68,2%	69,3%	53,2%
49	Mealhada	M	56,4%	50,8%	43,3%	36,8%	42,4%	49,5%	52,9%
50	Vila Nova de Gaia	G	51,6%	68,6%	61,7%	61,5%	63,0%	54,5%	52,9%

No Ranking R2 figuram os 50 municípios com menor independência financeira, ou seja, com menos captação de impostos e taxas e mais dependentes das transferências do Estado. Com exceção do Fundão, Câmara de Lobos e Trofa, tratam-se maioritariamente de municípios de pequena dimensão com orçamentos pequenos, o que implica que os empréstimos bancários, quando utilizados, apresentem peso relevante na estrutura financeira, pese embora em termos de volume tenham menor relevância.

Face a alterações na estrutura da receita dos municípios, fruto do aumento de receitas próprias ou da diminuição drástica das receitas

creditícias ou, ainda, da variação no valor das transferências, de 2012 para 2013, saíram deste *ranking* 14 municípios e entraram outros 14. Saíram: Avis, Boticas, Calheta (Açores), Castanheira de Pera, Crato, Mogadouro, Mora, Penalva do Castelo, São Roque do Pico, Vila da Praia da Vitória, Vila do Porto, Vila Franca do Campo, Vila Nova da Barquinha e Vila Velha de Ródão. Entraram: Alfândega da Fé, Arraiolos, Borba, Câmara de Lobos, Chamusca, Fronteira, Fundão, Meda, Miranda do Douro, Nisa, Penamacor, Portel, Trancoso e Trofa. Em 2013, as maiores subidas na independência financeira foram dos municípios de Ilhavo, Vila Franca do Campo e Castanheira de Pera.

R2 – Municípios que apresentam menor Independência Financeira (receitas próprias / receitas totais) – 2013

	Município	Dimensão	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1	Nordeste	P	4,7%	5,3%	4,4%	5,6%	5,4%	4,8%	2,9%
2	Corvo	P	4,6%	4,8%	3,8%	2,0%	1,1%	1,2%	3,5%
3	Freixo de Espada à Cinta	P	18,1%	8,9%	6,7%	8,0%	7,8%	9,8%	6,8%
4	Santa Cruz das Flores	P	10,0%	7,0%	15,3%	7,2%	6,0%	8,9%	8,2%
5	Lajes das Flores	P	5,2%	9,5%	5,0%	21,2%	12,8%	9,4%	8,3%
6	Alfândega da Fé	P	11,3%	10,7%	7,8%	6,2%	17,6%	18,2%	8,7%
7	Lajes do Pico	P	10,8%	9,1%	13,0%	4,8%	14,0%	13,2%	9,1%
8	Barrancos	P	5,9%	6,3%	4,8%	5,4%	8,7%	8,3%	9,2%
9	Alcoutim	P	13,2%	7,6%	9,8%	10,1%	9,8%	10,9%	9,8%
10	Pampilhosa da Serra	P	11,8%	15,9%	8,0%	8,6%	7,8%	8,5%	10,1%
11	Santana	P	7,5%	13,1%	7,3%	13,2%	13,5%	12,7%	11,0%
12	Monforte	P	11,9%	10,9%	8,9%	11,7%	10,1%	10,6%	11,5%
13	Porto Moniz	P	8,3%	10,1%	9,4%	7,8%	9,8%	14,7%	12,8%
14	Meda	P	11,9%	10,9%	8,3%	11,9%	12,1%	19,0%	13,5%
15	Chamusca	P	27,0%	25,8%	16,1%	23,0%	21,4%	23,2%	13,6%
16	Cinfães	P	14,6%	16,0%	10,9%	8,5%	9,9%	10,7%	13,9%
17	Vimioso	P	6,0%	6,2%	7,1%	6,2%	13,0%	11,2%	13,9%
18	Mértola	P	11,7%	10,6%	8,9%	11,1%	10,3%	12,9%	14,4%
19	Fundão	M	36,4%	33,1%	28,7%	39,0%	38,0%	39,0%	14,7%
20	Borba	P	28,2%	18,4%	18,9%	31,1%	28,9%	24,2%	14,9%

	Município	Dimensão	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
21	Trancoso	P	21,5%	15,6%	16,7%	12,4%	15,5%	17,5%	15,0%
22	Câmara de Lobos	M	28,4%	27,3%	33,9%	35,0%	37,0%	27,0%	15,1%
23	Ourique	P	18,1%	16,3%	10,2%	11,7%	15,2%	16,0%	15,1%
24	Paredes de Coura	P	23,8%	16,1%	16,9%	16,5%	15,3%	15,0%	15,2%
25	Almodôvar	P	15,1%	15,4%	10,3%	14,4%	15,9%	14,3%	15,7%
26	Mondim de Basto	P	10,4%	11,7%	10,3%	4,0%	10,9%	13,8%	15,8%
27	Vila de Rei	P	13,6%	13,5%	10,0%	11,1%	9,5%	15,9%	16,1%
28	Vinhais	P	9,8%	10,8%	11,2%	10,2%	12,7%	9,3%	16,5%
29	Portel	P	15,1%	12,8%	15,7%	12,9%	16,2%	18,9%	16,5%
30	Fronteira	P	33,0%	20,8%	24,4%	17,7%	14,3%	20,4%	16,6%
31	Penedono	P	20,6%	16,9%	13,6%	12,6%	14,2%	14,7%	16,7%
32	Carrazeda de Ansiães	P	16,5%	13,5%	9,2%	19,2%	14,7%	12,4%	16,9%
33	Murça	P	13,1%	12,2%	11,2%	10,2%	9,2%	15,8%	17,0%
34	São Vicente	P	8,2%	6,9%	8,1%	12,8%	12,7%	11,1%	17,0%
35	Manteigas	P	14,1%	12,7%	20,2%	16,1%	19,0%	16,2%	17,6%
36	Vieira do Minho	P	19,2%	16,5%	20,8%	15,5%	18,3%	15,9%	17,7%
37	Mourão	P	22,7%	13,9%	6,5%	17,1%	16,5%	16,8%	17,7%
38	Alandroal	P	21,3%	16,7%	16,8%	8,5%	18,8%	15,1%	17,8%
39	Velas	P	20,4%	15,0%	14,1%	12,3%	18,8%	15,7%	17,8%
40	Alvito	P	18,7%	16,9%	11,9%	12,2%	12,5%	13,7%	18,0%
41	Arronches	P	15,0%	12,9%	13,8%	14,5%	12,3%	14,4%	18,2%
42	Miranda do Douro	P	11,7%	17,5%	12,1%	16,6%	12,9%	20,5%	18,3%
43	Santa Cruz da Graciosa	P	12,6%	14,1%	13,9%	11,6%	13,2%	11,3%	18,3%
44	Penamacor	P	16,4%	12,9%	12,8%	15,1%	15,8%	18,1%	18,3%
45	Vila Nova de Foz Coa	P	17,3%	16,7%	15,9%	16,4%	15,0%	15,0%	18,6%
46	Vila Flor	P	18,3%	13,6%	19,5%	19,3%	16,4%	15,9%	18,6%
47	Nisa	P	16,7%	14,5%	15,1%	18,6%	20,7%	21,6%	18,9%
48	Arraiolos	P	18,5%	20,3%	21,5%	21,0%	21,5%	20,8%	19,0%
49	Vila Nova de Paiva	P	20,0%	18,6%	15,5%	18,5%	16,6%	17,4%	19,1%
50	Trofa	M	37,5%	42,3%	43,4%	42,4%	37,1%	39,3%	19,1%

R3.A – Independência financeira (receitas próprias/receitas totais) dos Municípios da R.A. dos Açores

	Município	Dimensão	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1	Ponta Delgada	M	49,0%	39,7%	50,4%	48,4%	49,9%	45,0%	49,3%
2	Lagoa (R.A.A)	P	42,3%	35,8%	27,1%	31,7%	25,2%	30,9%	38,4%
3	Ribeira Grande	M	27,1%	20,6%	16,5%	19,7%	27,5%	25,4%	37,7%
4	Angra do Heroísmo	M	28,4%	24,6%	22,8%	22,2%	19,5%	29,6%	31,9%
5	Horta	P	33,3%	29,8%	24,3%	29,1%	30,4%	32,8%	31,5%
6	Vila Franca do Campo	P	44,4%	19,6%	32,2%	28,2%	11,3%	15,7%	30,9%
7	Povoação	P	46,7%	20,6%	17,0%	13,2%	31,1%	20,3%	28,9%
8	Vila da Praia da Vitória	M	22,7%	25,8%	16,4%	20,9%	27,6%	16,6%	25,8%
9	Madalena	P	13,0%	14,0%	12,5%	17,6%	19,0%	19,8%	23,1%
10	Vila do Porto	P	17,0%	17,7%	13,2%	14,7%	16,8%	15,4%	20,9%
11	Calheta (R. A. A.)	P	7,8%	12,3%	5,8%	14,3%	15,9%	16,1%	19,6%
12	São Roque do Pico	P	15,4%	13,6%	8,6%	9,7%	11,0%	17,0%	19,5%
13	Santa Cruz da Graciosa	P	12,6%	14,1%	13,9%	11,6%	13,2%	11,3%	18,3%
14	Velas	P	20,4%	15,0%	14,1%	12,3%	18,8%	15,7%	17,8%
15	Lajes do Pico	P	10,8%	9,1%	13,0%	4,8%	14,0%	13,2%	9,1%
16	Lajes das Flores	P	5,2%	9,5%	5,0%	21,2%	12,8%	9,4%	8,3%
17	Santa Cruz das Flores	P	10,0%	7,0%	15,3%	7,2%	6,0%	8,9%	8,2%
18	Corvo	P	4,6%	4,8%	3,8%	2,0%	1,1%	1,2%	3,5%
19	Nordeste	P	4,7%	5,3%	4,4%	5,6%	5,4%	4,8%	2,9%

R3.M – Independência financeira (receitas próprias/receitas totais) dos Municípios da R.A. da Madeira

	Município	Dimensão	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1	Santa Cruz	M	48,0%	33,7%	53,6%	49,1%	52,8%	63,2%	57,3%
2	Porto Santo	P	35,3%	55,1%	51,8%	54,2%	43,4%	53,7%	53,8%
3	Funchal	G	58,6%	61,6%	66,9%	66,5%	68,7%	67,0%	52,3%
4	Machico	M	31,9%	24,1%	37,7%	40,2%	29,6%	32,1%	30,1%
5	Ponta do Sol	P	24,1%	16,9%	21,6%	29,2%	25,5%	31,5%	28,9%
6	Calheta (R. A. M.)	P	23,2%	16,3%	22,5%	25,4%	20,2%	21,8%	20,4%
7	Ribeira Brava	P	11,8%	15,4%	13,1%	24,2%	21,5%	20,9%	19,4%
8	São Vicente	P	8,2%	6,9%	8,1%	12,8%	12,7%	11,1%	17,0%
9	Câmara de Lobos	M	28,4%	27,3%	33,9%	35,0%	37,0%	27,0%	15,1%
10	Porto Moniz	P	8,3%	10,1%	9,4%	7,8%	9,8%	14,7%	12,8%
11	Santana	P	7,5%	13,1%	7,3%	13,2%	13,5%	12,7%	11,0%

Analisada a estrutura da receita dos municípios destacados no ranking, verifica-se que em alguns casos baixou abruptamente a sua independência financeira em 2013, designadamente Fundão e Trofa e, em menor escala, Alfândega da Fé, Chamusca, Borba e Câmara de Lobos.

1.9. Contabilidade Autárquica

A partir da década dos 80, assistiu-se internacionalmente a um movimento no âmbito da Administração Pública, cujos efeitos, ainda que mais tardiamente, também se sentiram em Portugal. O que ficou conhecido pela “Nova Gestão Pública” levou a um conjunto de reformas também na Administração Pública portuguesa que, genericamente, trouxeram para este contexto filosofias, práticas e ferramentas de gestão, incluindo de gestão financeira, típicas das entidades do setor privado, designadamente das entidades empresariais. Foi nesta onda de reformas que foi publicada a Lei de Bases da Contabilidade Pública (Lei n.º 8/90, 20 de fevereiro) que, mais tarde, levou à publicação do Plano Oficial de Contabilidade Pública – POCP (Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de setembro) de aplicação a toda a Administração Pública, sendo posteriormente adaptado ao contexto das autarquias locais pelo Decreto-Lei n.º 54A/99, de 22 de fevereiro, que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL)⁹.

O POCAL constitui o marco mais importante da reforma da contabilidade autárquica em Portugal nos últimos quinze anos. A sua principal inovação foi a introdução de um subsistema de Contabilidade Financeiro-Patrimonial e também de uma Contabilidade de Custos assentes na base de acréscimo, e a funcionar em conjunto com um subsistema de Contabilidade Orçamental que continuou em base de caixa e compromissos/liquidações. Foi ainda instituída a digrafia como técnica generalizada de registo. De uma forma mais detalhada, as principais alterações introduzidas pelo POCAL podem resumir-se no seguinte:

⁹ Entretanto já ocorreram várias alterações ao diploma de aprovação do POCAL, nomeadamente:

Lei n.º 162/99, de 14 de setembro (alteração dos artigos 5.º, 9.º, 10.º, 11.º e 12.º do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro);
Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro (alteração aos artigos 10.º e 12.º do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro); e
Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril (Alteração do POCAL, ponto n.º 3.3. – Regras Previsionais).

1. Novos objetivos definidos para a contabilidade autárquica, nomeadamente com a integração consistente de três subsistemas contabilísticos – contabilidade orçamental, patrimonial e de custos – permitindo que se constituísse como um instrumento fundamental de apoio à gestão das autarquias locais, de forma a possibilitar:

- Maior controlo financeiro;
- Melhor preparação dos orçamentos, cumprindo regras e retomando os princípios orçamentais estabelecidos na lei do enquadramento do Orçamento do Estado;
- Mais e melhor acompanhamento da execução do orçamento das autarquias, procurando a utilização mais racional das dotações orçamentais;
- Disponibilização de informação tempestiva e relevante para os órgãos da administração autárquica;
- Obtenção, de forma célere, dos elementos indispensáveis para o cálculo dos agregados relevantes da Contabilidade Nacional;
- Disponibilização de informação, preparada adotando os princípios contabilísticos definidos no POCP, sobre a situação patrimonial de cada autarquia local.

2. A obrigatoriedade de serem implementados três subsistemas contabilísticos:

- **CONTABILIDADE ORÇAMENTAL**, baseada no princípio de caixa (*cash basis*), em que as receitas e despesas são registadas no momento em que se verifica o respetivo recebimento e pagamento. Tem, todavia, subjacente uma base de caixa modificada (*modified cash basis*), uma vez que se registam também os compromissos e as liquidações, ou seja, são registadas as transações quando uma determinada entidade se compromete com o pagamento das despesas, bem como os direitos a liquidar. Os principais mapas deste subsistema respeitam à Execução Orçamental (despesa e receita) e aos Fluxos de Caixa;
- **CONTABILIDADE PATRIMONIAL**, elaborada na base do acréscimo (*accrual basis*), onde se registam todos os acontecimentos que implicam uma alteração, em termos quantitativos ou qualitativos, do património de uma entidade pública obtendo-se, deste modo, informação da situação patrimonial e financeira, bem como do desempenho económico dessa mesma entidade. O Balanço e a Demonstração dos Resultados por naturezas constituem os principais mapas deste subsistema contabilístico;

• **CONTABILIDADE DE CUSTOS** onde, a partir de vários mapas cujos modelos são definidos no POCAL (e.g. mapas de custos de materiais, mão de obra, máquinas e viaturas, custos diretos e custos indiretos), é obtida informação do custo por funções, por bens e por serviços;

3. A perspetiva patrimonial, que implicou a necessidade de inventariar todos os bens móveis, imóveis e veículos, independentemente do seu domínio (público ou privado), e de os atualizar anualmente, através do cálculo da depreciação (amortizações). O POCAL definiu os critérios de valorimetria e a então Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública (CNCAP)¹⁰ recomendou¹¹ a utilização do CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril;

4. A obrigatoriedade de cada autarquia fazer aprovar um Sistema de Controlo Interno (SCI) adequado às suas atividades, devendo o órgão executivo assegurar o seu funcionamento, acompanhamento e avaliação permanente. Este SCI é elaborado numa ótica de autocontrolo, e está previsto no número 2.9.1 do POCAL, onde se determina que o mesmo compreende o plano de organização e todas as políticas, métodos e procedimentos de controlo, definidos pelos responsáveis autárquicos (designadamente no âmbito da Norma de Controlo Interno), que contribuam para:

- Assegurar o desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente;
- Salvaguardar os ativos;
- Prevenir e detetar situações de ilegalidade, fraude e erro;
- Garantir exatidão e integridade dos registos contabilísticos;
- Preparar oportunamente informação financeira fiável.

Em síntese, o sistema de contabilidade autárquica é atualmente enquadrado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro – POCAL (e respetivas alterações);
- Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril – CIBE (para efeitos de cadastro do imobilizado e das taxas de amortização);

- Resolução n.º 4/2001, de 18 de agosto – Instruções para organização e documentação das contas a apresentar ao Tribunal de Contas;
- Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro – Classificador económico das receitas e despesas, com os devidos ajustamentos para o contexto autárquico;

- Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (particularmente no que concerne às contas consolidadas¹² e certificação legal das contas). Sendo obrigatoriamente aplicável a todas as autarquias locais e entidades equiparadas, onde se incluem os serviços municipalizados, o POCAL contempla dois regimes contabilísticos (Introdução do POCAL, pontos 2 e 3):

- Regime Geral, compreendendo os três subsistemas acima referidos e obrigando a apresentar, além dos documentos previsionais Orçamento e Grandes Opções do Plano (abrangendo o Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades Mais Relevantes), os documentos de prestações de contas orçamentais e financeiros (Mapas de Execução Orçamental – Receita e Despesa, Mapa de Fluxos de Caixa, Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos, Balanço, Demonstrações dos Resultados, e Anexos às demonstrações orçamentais e financeiras) e o Relatório de Gestão;

- Regime Simplificado, para todas as freguesias dispensadas de apresentar contas ao Tribunal de Contas e cujo movimento de receita seja inferior a 5.000 vezes o índice 100 da escala indiciária das carreiras da função pública – compreendendo essencialmente contabilidade orçamental em base de caixa e compromissos, sem obrigatoriedade de digrafia, obrigando a apresentar, além do Orçamento, apenas os Mapas de Execução Orçamental – Receita e Despesa, Mapa de Fluxos de Caixa, Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos, e respetivos anexos, Mapa de Empréstimos e o Relatório de Gestão.

Importa ainda referir que, no contexto autárquico, as entidades no âmbito do Setor Empresarial Local (SEL) estão, desde 2009, sujeitas a um novo sistema contabilístico, que se afastou do antigo Plano

¹⁰ A CNCAP foi entretanto extinta e, pelo Decreto-lei n.º 134/2012, de 29 de junho, foi criada uma nova orgânica para a Comissão de Normalização Contabilística (CNC), contemplando um Comité de Normalização Contabilística Pública (CNCAP).

¹¹ Portaria n.º 42/2001, de 19 de janeiro.

¹² As regras para a preparação das contas consolidadas das autarquias, não definidas no POCAL, foram entretanto estabelecidas nas Instruções do SATAPOLCAL para 2010, ainda em vigor, por adaptação ao contexto das autarquias da Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, através da qual foi aprovada a Orientação n.º 1/2010 da extinta CNCAP, intitulada “Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”, cujo âmbito de aplicação inclui os municípios.

Oficial de Contabilidade empresarial no qual o POCP, e por sua vez o POCAL, se inspiraram. O Sistema de Normalização Contabilística (SNC)¹³, baseado nas Normas Internacionais e de Relato Financeiro (NIRFs) do *International Accounting Standards Board (IASB)*, adotadas pela UE, é aplicável às empresas públicas do Governo Central e das autarquias locais, o que criou incompatibilidades em sede de consolidação de contas com as entidades administrativas que as detêm, obrigando à já referida Orientação n.º1/2010 da extinta CNCAP (Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho), adaptada no mesmo ano para as autarquias por instruções do SATAPOCAL.

Tal orientação fazia já referência à necessidade de um “novo Sistema Público de Normalização Contabilística (SPNC)” no âmbito de um conjunto de orientações genéricas relativa à consolidação de contas no setor público administrativo, o que tinha implícita a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade Pública (NICSPs)¹⁴, por sua vez derivadas das NIRFs empresariais, indicando assim uma nova reforma com aproximação ao normativo privado, no mesmo processo da anterior, em que o POCP também seguiu o então POC para as entidades empresariais.

A normalização contabilística no setor público em Portugal encontra-se atualmente bastante fragmentada e inconsistente. Esta situação resulta, por um lado, do avanço do SNC e da Normalização Contabilística para as Entidades do Setor não Lucrativo (SNC-ESNL)¹⁵, que também se aplica ao setor público empresarial, incluindo ao SEL e, por outro, da manutenção de um sistema contabilístico no setor público administrativo que é baseado em diversos planos derivados do POCP – POC-Educação, POCMS, POCAL e POCISSS¹⁶, e que acabaram por criar algumas inconsistências. Num novo siste-

¹³ Decreto-Lei n.º158/2009, de 13 de julho; Portaria n.º986/2009, de 7 de setembro; Avisos n.º15652/2009, n.º15653/2009, n.º15654/2009 e n.º15655/2009, de 7 de setembro; e Portaria n.º1011/2009, de 9 de setembro.

¹⁴ As ditas IPSAS do International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB).

¹⁵ Decreto-lei n.º n.º 36-A/2011, de 9 de março; Portaria n.º 105/2011, de 14 de março; Portaria n.º 106/2011, de 14 de março; Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de março.

¹⁶ Portaria n.º794/2000, de 20 de setembro – Plano Oficial de Contabilidade para o Setor da Educação; Portaria n.º898/2000, de 28 de setembro – Plano Oficial de Contabilidade para o Setor da Saúde; Decreto-Lei n.º54-A/99, de 22 de fevereiro – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais; Decreto-Lei n.º12/2002, de 25 de janeiro – Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social.

ma de normalização contabilística público, não parece justificar-se a adoção de planos sectoriais, com exceção eventualmente do que concerne ao subsistema de contabilidade analítica ou de gestão. O POCP, por seu lado, baseou-se no POC empresarial que entretanto foi revogado, desaparecendo assim as suas bases conceptuais e de referência. Neste momento coexistem sistemas contabilísticos baseados em princípios (como são os baseados nas NIRFs, SNC, SNC-ESNL) com a normalização contabilística do setor público, que é mais baseada em regras do que em princípios.

Esta fragmentação constitui um problema grave, dado que afeta a eficiência na consolidação de contas no setor público e acarreta muitos ajustamentos que não são desejáveis e que questionam a fiabilidade da informação em sede da sua integração. Este problema é sentido em todo o setor público, com particular incidência em entidades como a Direção-Geral do Orçamento (DGO) e a Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), mas também pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), que têm de agregar informação produzida com base em sistemas de informação orçamental e contabilística que são inconsistentes para construir indicadores macroeconómicos indispensáveis à tomada de decisão no âmbito das políticas orçamental e monetária ao nível da UE.

A Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro), regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, veio também criar novas necessidades informativas em termos de informação financeira, designadamente para efeitos de controlo de compromissos assumidos, fundos disponíveis, obrigações e pagamentos em atraso.

Todo este contexto, a que se adicionam pressões de uma crise-económico financeira nacional e internacional, que apontam para necessidade de divulgação de mais e diferente tipo informação financeira para efeitos de monitorização de política e disciplina orçamental, designadamente para credores, entidades supervisoras (como a UE) e investidores, apontam para a necessidade de uma reforma urgente do sistema de contabilidade pública no geral, **abarcando** naturalmente a contabilidade autárquica.

Subjacentes a esta reforma estão então novas necessidades informativas da Contabilidade Pública em geral, mas também necessidade de harmonização interna de um sistema que se revelou fragmentado e que deverá ser, tanto quanto possível, aproximado ao SNC.

Adicionalmente, procura-se alguma harmonização internacional, por aproximação às IPSAS (ou às normas europeias de contabilidade do setor público – EPSAS, que entretanto poderão vir a surgir). O atual Governo, em vários Documentos de Estratégia Orçamental, tem vindo explicitamente a reconhecer algumas fragilidades do processo orçamental (e.g. lógica de caixa, fragmentação orgânica dentro da Contabilidade Pública, sistema contabilístico incompleto, excessivo enfoque na anualidade, e diferenças metodológicas e de universo entre a Contabilidade Pública e as Contas Nacionais), que têm levado ao estabelecimento de medidas que passam pela implementação de um quadro orçamental plurianual, aproximação do universo da Administração Pública no âmbito da Contabilidade Pública e das Contas Nacionais e ainda por uma prestação de contas com base no POCP (regime de acréscimo), por parte de todas as entidades públicas, o que facilitará a implementação do novo sistema contabilístico aplicável a todo o setor público administrativo. Este novo sistema de Contabilidade Pública, designado de Sistema de Normalização Contabilística das Administrações Públicas (SNA-AP), tem assim vindo a ser desenvolvido pelo Comité de Normalização Contabilística Pública da CNC, desde a sua entrada em funções em março de 2010, dando assim cumprimento ao art.º 2º do diploma legal que estabeleceu o novo regimento da CNC¹⁷, que diz que: *“Incumbe à CNC realizar os trabalhos técnicos com vista à aprovação de um único Sistema de Normalização Contabilística Público (SNCP) adaptado às normas internacionais específicas para o setor público (IPSAS) e às leis nacionais em que estas matérias são reguladas”*.

Conforme o documento preliminar publicado pela CNC/CNCP, intitulado *“Linhas Orientadoras para o Sistema de Normalização Contabilística – Administrações Públicas (SNC-AP)”*¹⁸, o SNC-AP será aplicável a todas entidades da Administração Pública que não revistam a natureza de empresas públicas ou entidades do SEL, e cuja receita provenha fundamentalmente do Orçamento do Estado ou de receitas fiscais, numa lógica redistributiva. Baseia-se nas IPSAS e outros pronunciamentos (e.g. recomendações para prática) do IP-SASB, em eventuais orientações da UE, no SNC e SNC-ESNL e também em algumas coisas dos normativos do setor público cessantes

(POCP e planos setoriais), designadamente nos que concerne aos procedimentos e mapas de execução orçamental e à contabilidade de custos.

De acordo com o mesmo documento, os elementos estruturantes do SNC-AP aproximam-se dos do SNC, sendo:

- **Objeto** (contabilidade e relato orçamental, financeiro e de gestão);
- **Bases contabilísticas** – caixa modificada para a Contabilidade Orçamental, e acréscimo completo para a Contabilidade Financeira (atualmente designada de Contabilidade Patrimonial) e para a Contabilidade de Gestão (atualmente designada de Contabilidade Analítica ou de Custos);
- **Estrutura conceptual** que, proporcionando um enquadramento básico para todo o normativo (objetivos, utilizadores, características qualitativas, entidade de relato, critérios de reconhecimento e mensuração...): estabelece conceitos que estão subjacentes à preparação e apresentação das Demonstrações Orçamentais e Financeiras (DOF); ajuda os preparadores das DOF na aplicação das normas contabilísticas e no tratamento de assuntos nelas não contemplados; e ajuda os utilizadores na interpretação da informação contida nas DOF;
- **Regime Geral e Regime Simplificado** (NCP-PE), com a definição do âmbito de aplicação de cada um; o regime simplificado funcionará também com Contabilidade Financeira em regime de acréscimo completo e com uso da digrafia¹⁹;
- **Normas Contabilísticas e de Relato Orçamental e Financeiro (NCP)** relativas à apresentação da informação, à posição financeira e ao desempenho económico-financeiro, à consolidação de contas e a outros assuntos relevantes;
- **Normas Interpretativas**, se necessárias, para esclarecer e completar algum assunto das NCP;
- **Plano de Contas Multidimensional**, conjugando o código de contas do SNC, o classificador económico e o CIBE (que serão revogados) – a ser usado na Contabilidade Orçamental, na Contabilidade Financeira e na Contabilidade de Gestão, contribuindo para

¹⁹ Sem prejuízo da pouca materialidade que os organismos/entidades a aplicarem este regime poderão representar na Administração Local e ainda menos no todo das Administrações Públicas, entende-se que uma contabilidade financeira em base de acréscimo é importante em todas as entidades, no sentido de promover um relato orçamental e financeiro integrado, mais informativo e transparente. Porém, admite-se modelos simplificados, designadamente das demonstrações financeiras.

¹⁷ Decreto-lei nº 134/2012, de 29 de junho.

¹⁸ Publicado em <http://www.cnc.min-financas.pt/>.

um maior rigor nos registos e também para um melhor apuramento dos valores das contas individuais, consolidadas e dos agregados das Contas Nacionais;

- **Modelos de DOF**, designadamente demonstrações orçamentais em base de caixa modificada, demonstrações financeiras em base de acréscimo, e Anexo.

O SNC-AP, conduzindo ao que se pode identificar como uma mudança de paradigma na Contabilidade Pública (incluindo a contabilidade autárquica) em Portugal, encerra várias vantagens, entre outras:

- Um sistema único para todas as Administrações Públicas, permitindo ultrapassar os problemas referidos da fragmentação existente que gera inconsistências devidas ao facto de serem usados vários sistemas e/ou planos;
- Um sistema aproximado do SNC empresarial, o que facilita largamente a preparação das contas consolidadas em todos os “grupos públicos”, incluindo os da Administração Local;
- Um sistema mais informativo, que permite condições para o reconhecimento, mensuração e divulgação nas contas públicas em geral (e nas das autarquias em particular) de certas operações que até ao momento não era possível apresentar (e.g. concessões no âmbito das parcerias público-privadas), dado a ausência de normas enquadradoras;
- Um sistema que, em geral, proporciona mais e melhor informação, quer para efeitos de tomadas de decisão a nível das diversas entidades, quer para efeitos de prestação de contas responsável (*accountability*) aos mais diversos níveis e para com diversos *stakeholders*, nomeadamente: cidadãos, credores, investidores, Administração Central, Tribunal de Contas e instâncias europeias, promovendo assim maior transparência das contas públicas portuguesas no seu conjunto.

CAPÍTULO 2.

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS MUNICÍPIOS

2.1. Introdução

Na continuidade dos anuários anteriores, neste capítulo pretende-se evidenciar a execução orçamental dos Municípios²⁰, apresentando referenciais económicos e financeiros reportados a 2013 para o universo dos 308 Municípios. São analisadas as componentes orçamentais da receita e da despesa municipal, com relevância para as de maior peso na respetiva estrutura, apresentando-se a sua evolução para o período de 2007 a 2013.

Na ótica da receita, analisa-se a previsão orçamental, a liquidação²¹, a cobrança, bem como os saldos orçamentais.

Na ótica da despesa, os factos financeiros objeto de análise e de comparação são as despesas previstas, os compromissos assumidos, os pagamentos efetuados, os compromissos para exercícios futuros e os compromissos por pagar.

Os montantes serão apreciados de forma agregada e global, por classificação económica, com especial atenção para a variação do peso de cada um na despesa ou na receita total e para a evolução dos valores absolutos no período compreendido entre 2007 e 2013. A informação está organizada por agrupamentos de municípios de acordo com a sua dimensão, mantendo-se os critérios adotados nos anteriores relatórios, com a subdivisão dos municípios em grupos de grande, média e pequena dimensão²². Contudo, sempre que a

²⁰ A informação orçamental apresentada neste capítulo agrega apenas a atividade financeira e económica desenvolvida pela estrutura administrativa dos municípios em sentido estrito, sem inclusão da atividade financeira e económica do sector empresarial local e outras entidades afins.

²¹ Receita liquidada, reportando-se ao momento da constituição do direito a cobrar ou a receber (por regra, através de uma nota de liquidação ou de cobrança).

²² No capítulo 2 no Anuário Financeiro de 2005, considerou-se que os municípios de

situação assim o justifique, apresenta-se informação discriminada relativa a alguns municípios.

Apresentam-se, também, listagens hierarquizadas de municípios (*rankings*) relativas a rácios e indicadores da receita e despesa que possam facilitar o conhecimento de diferentes problemáticas do sector municipal.

2.2. Receitas Municipais

A inscrição orçamental e contabilística da receita municipal obedece ao disposto no classificador económico apresentado no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, sendo agrupada de acordo com a sua natureza económica em: **receitas correntes, receitas de capital e outras receitas**. Em cada um destes grupos económicos a receita é ainda classificada em capítulos como a seguir se apresenta no Quadro 2.01.

grande dimensão eram 24 municípios. A partir do Anuário Financeiro de 2006 foi retirado do grupo dos municípios de grande dimensão o município do Funchal, que passou a ter 99 759 habitantes em 2006, continuando em 2010 com menos de 100.000 habitantes. Por outro lado, em 2007 a população de Coruche diminuiu de 20 191 para 19 898 habitantes, passando assim a município de pequena dimensão. Em 2009 o município de Cinfães passou à classificação de pequena dimensão (passou de 20 198 habitantes para 19 889, tendo em 2010 19 567 habitantes). Em 2010, Lousã e Amares passaram a ser municípios de média dimensão, com um aumento do número de habitantes de 19 721 para 20 181 e de 19 963 para 20 017, respetivamente. Por sua vez, em 2011, ano de Censos, voltaram a ser considerados 24 municípios de grande dimensão, devido ao aumento do n.º de habitantes do município do Funchal, que passou de 98 543 em 2010 para 111 892, 104 de média dimensão e 180 de pequena dimensão. Os municípios de Amares, Lousã, Mangualde e Soure passaram de média para pequena dimensão e os municípios de Celorico de Basto e Cinfães passaram de pequena para média dimensão. Em 2013, conforme o capítulo 1, o n.º de municípios de grande dimensão mantém-se, sendo que os de média dimensão reduzem para 100, aumentando os pequenos para 184.

Quadro 2.01 – Classificação económica da Receita municipal

Receitas correntes	Receitas de capital	Outras receitas
01- Impostos diretos 02- Impostos indiretos 04- Taxas, multas e outras penalidades 05- Rendimentos de propriedade 06- Transferências correntes 07- Venda de bens e serviços correntes 08- Outras receitas correntes	09- Venda de bens de investimento 10- Transferências de capital 11- Ativos Financeiros 12- Passivos Financeiros 13- Outras receitas de capital	15- Reposições não abatidas nos pagamentos 16- Saldo da gerência anterior 17- Operações extraorçamentais

2.2.1. Execução global do Orçamento da Receita

No Quadro 2.02 apresentam-se os montantes globais de receita

prevista, liquidada e cobrada pelo universo total dos municípios entre 2007 e 2013.

Quadro 2.02 – Orçamento e Execução da Receita Total²³

Unidade: milhões de euros

Receitas	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Receitas previstas (a)	11.215,2	11.572,3	13.001,9	12.995,1	12.595,6	11.674,3	10.823,7
Receitas liquidadas (b)	7.770,5	8.463,7	8.899,5	8.092,9	8.021,8	7.885,3	7.992,3
Receitas liquidadas/Receitas previstas (b/a)	69,3%	73,1%	68,4%	62,3%	63,7%	67,5%	73,8%
Receitas por cobrar no início do ano (c)	542,6	558,8	612,9	651,3	713,5	789,2	778,4
Receitas cobradas (d)	7.541,6	7.746,9	8.198,0	7.859,5	7.771,6	7.683,4	7.774,8
Diferença entre receita prevista e receita cobrada (a-d)	3.673,6	3.825,4	4.803,9	5.135,6	4.824,1	3.990,8	3.048,8
Excedente da receita prevista (e) = (a-b)	3.444,7	3.108,6	4.102,4	4.902,2	4.573,8	3.789,0	2.831,4
Diferença entre receita liquidada e receita cobrada (b-d)	228,9	716,8	701,5	233,4	250,2	201,8	217,4
Receitas cobradas/Receitas liquidadas (d)/ (b+c)	90,7%	85,9%	86,2%	89,9%	89,0%	88,6%	88,6%
Grau de execução da receita (f) = (d-c) /a	62,4%	62,1%	58,3%	55,5%	56,0%	59,1%	64,6%
Peso do excedente de receita prevista, nas receitas previstas (e/a)	30,7%	26,9%	31,6%	37,7%	36,3%	32,5%	26,2%
Peso do excedente de receita prevista na receita cobrada (e/d)	45,7%	40,1%	50,0%	62,4%	58,9%	49,3%	36,4%
Peso do excedente de receita prevista na receita liquidada (e/b)	44,3%	36,7%	46,1%	60,6%	57,0%	48,1%	35,4%

Nos Quadros 2.03 e 2.04 apresentam-se as variações das receitas suprarreferidas para o período em análise.

²³ A receita prevista, liquidada e cobrada, não inclui o saldo da gerência anterior.

Quadro 2.03 – Variação da Receita (em valores absolutos)

Unidade: milhões de euros

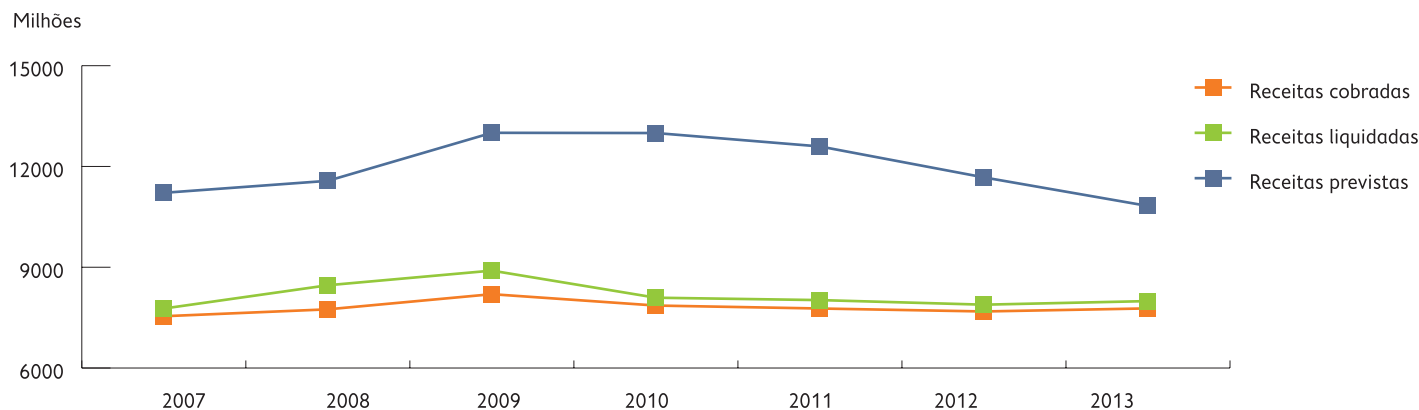
Variação das Receitas	2006/2007	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013
Variação das Receitas previstas	88,5	357,1	1.429,6	-6,8	-399,4	-921,4	-850,6
Variação das Receitas liquidadas	514,1	693,2	435,8	-806,6	-71,1	-136,5	107,0
Variação das Receitas cobradas	540,6	205,3	451,1	-338,5	-87,9	-88,1	91,4

Quadro 2.04 – Taxas de Variação da Receita

Taxas de Variação das Receitas (%)	2006/ 2007	2007/ 2008	2008/ 2009	2009 /2010	2010/2011	2011/ 2012	2012/2013
Receitas previstas	0,8%	3,2%	12,4%	-0,1%	-3,1%	-7,3%	-7,3%
Receitas liquidadas	7,1%	8,9%	5,1%	-9,1%	-0,9%	-1,7%	1,4%
Receitas cobradas	7,7%	2,7%	5,8%	-4,1%	-1,1%	-1,1%	1,2%
Diferença entre receita prevista e receita cobrada	-11,0%	4,1%	25,6%	6,9%	-6,1%	-17,3%	-23,6%
Excedente da receita prevista (receita prevista – receita liquidada)	-11,0%	-9,8%	32,0%	19,5%	-6,7%	-17,2%	-25,3%
Diferença entre receita liquidada e receita cobrada	-10,4%	213,1%	-2,1%	-66,7%	7,2%	-19,3%	7,7%

O Gráfico 2.01 complementa a informação prestada nos quadros supra, permitindo uma melhor compreensão da evolução da receita prevista, liquidada e cobrada entre 2007 e 2013. Os

Gráficos 2.01A e 2.01B apresentam informação separada respetivamente para a R.A. dos Açores e a R.A. da Madeira.

Gráfico 2.01 – Evolução das Receitas²⁴

²⁴ Não incluem o saldo de gerência anterior

Gráfico 2.01.A – Evolução das Receitas dos Municípios da R.A. dos Açores

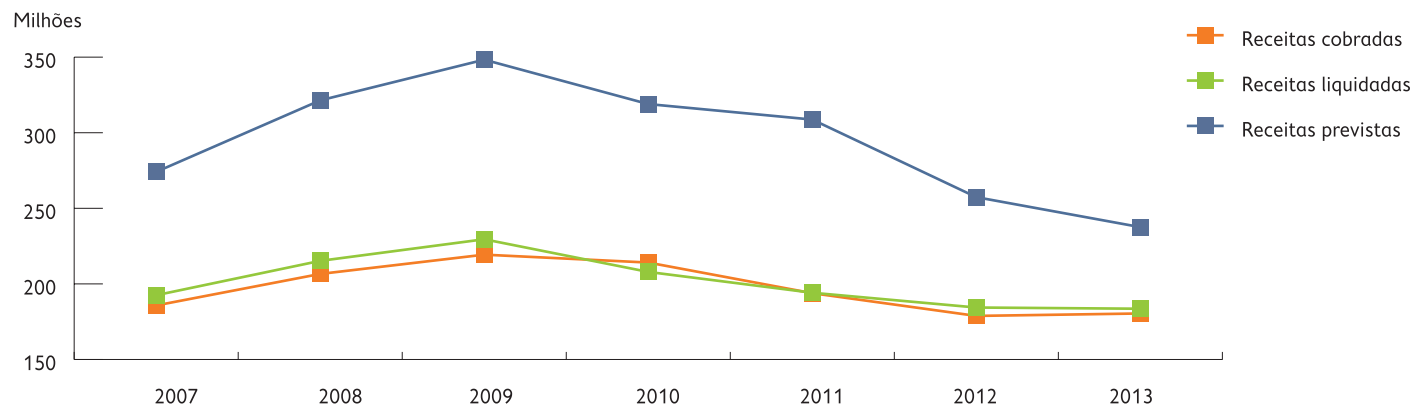
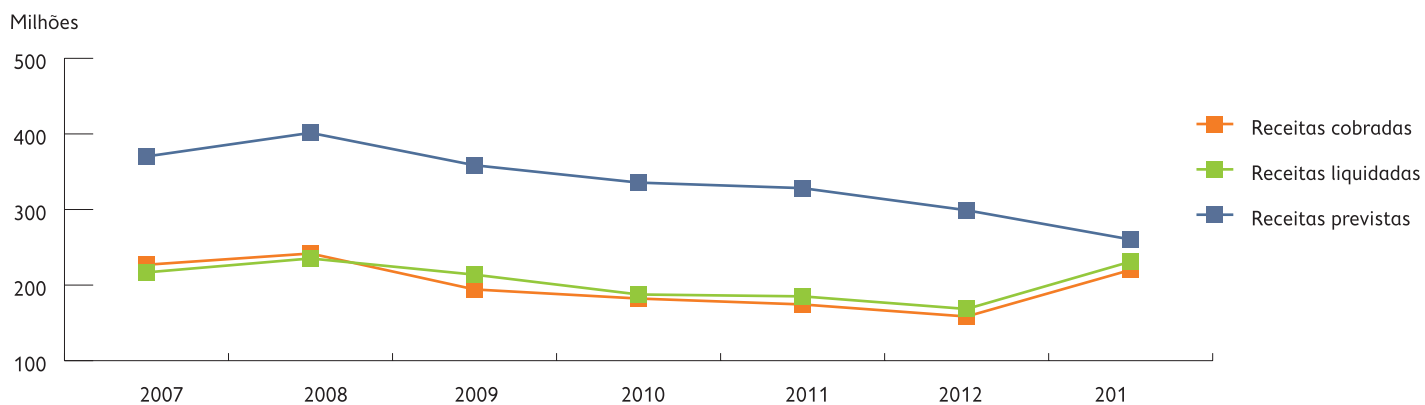


Gráfico 2.01.M – Evolução das Receitas dos Municípios da R.A. da Madeira



Apresenta-se ainda o Quadro 2.05, onde se comparam as Receitas Municipais de 2013 com os valores médios do período entre 2007 e 2013.

Quadro 2.05 – Comparação da Receita municipal em 2013 com os valores médios entre 2007/2013

Unidade: milhões de euros

Receitas	Valores médios 2007 a 2013	2013	Desvio
Receitas previstas (a)	11.982,6	10.823,7	-1.158,9
Receitas liquidadas (b)	8.160,9	7.992,3	-168,6
Receitas liquidadas/Receitas previstas (b/a)	68,3%	73,8%	5,5%
Receitas por cobrar no início do ano (c)	663,8	778,4	114,6
Receitas cobradas (d)	7.796,5	7.774,8	-21,7
Diferença entre receita prevista e receita cobrada (a-d)	4.186,0	3.048,8	-1.137,2
Excedente da receita prevista (e) = (a-b)	3.821,7	2.831,4	-990,3
Diferença entre receita liquidada e receita cobrada (b-d)	364,3	217,4	-146,9
Receitas cobradas/receitas liquidadas (d)/ (b+c)	88,4%	88,6%	0,2%
Grau de execução da receita (f) = (d-c) /a	58,9%	64,6%	5,7%
Peso do excedente de receita prevista, nas receitas previstas (e/a)	32,6%	26,2%	-6,4%
Peso do excedente de receita prevista na receita cobrada (e/d)	51,1%	36,4%	-14,6%
Peso do excedente de receita prevista na receita liquidada (e/b)	48,8%	35,4%	-13,4%

Da observação dos quadros e gráficos anteriores pode-se concluir que:

- Entre 2007 e 2013, a média anual da receita prevista para a globalidade dos Municípios foi de aproximadamente 12 mil M€ enquanto a média da receita liquidada²⁵ foi de 8,2 mil M€, continuando o sector municipal a apresentar uma previsão sobreavaliada da receita, que se tem traduzido num orçamento superior em 25,9% ao valor da receita possível de arrecadar.
- Em 2013, a diferença entre a receita estimada e a receita liquidada foi de 2,83 mil M€, menos 990,3 M€ que a média do período em análise (3,82 mil M€), indiciando um maior ajustamento da estimativa da receita às possibilidades de cobrança, podendo este estar associado a municípios cujo decréscimo da dívida de curto prazo se

²⁵ A consideração da receita liquidada ao invés da receita cobrada justifica-se pelo facto da receita liquidada ser receita efetiva, pois traduz créditos reais sobre terceiros em relação aos quais os municípios dispõem de instrumentos de cobrança coerciva. Por isso, esta receita contribuiu para o cálculo do endividamento líquido, tal como definido na LFL ainda em vigor em 2013. Ou seja, as receitas liquidadas e não recebidas assumem-se como ativos de curto prazo que deduzem a dívida bruta da mesma natureza.

integre numa estratégia efetiva de controlo orçamental²⁶.

- **A diferença entre a receita prevista e a receita arrecadada foi aumentando sempre, entre 2007 e 2010, atingindo o maior valor diferencial nesse último ano com 5,1 mil M€. A partir de 2011 começou a decrescer²⁷, de modo que a média entre o montante orçado e o cobrado baixou para 4,2 mil M€. Contudo, continua a ser um diferencial excessivo e indutor da insustentabilidade financeira de alguns municípios e da manutenção de níveis elevados de dívida de curto prazo na maioria dos mesmos.**
- O excesso da receita prevista sobre a receita arrecadada atingiu em 2013 o valor mais baixo do período entre 2007/2013, apresen-

²⁶ O Anuário apresenta valores globais e não analisa município a município pelo que, só ocasionalmente, através da informação apresentada em alguns rankings, se poderá inferir a existência ou não de uma estratégia de gestão orçamental premeditadamente referenciada ao controlo da despesa e à diminuição da dívida e curto prazo e do enquadramento do endividamento do município a níveis financeiramente sustentáveis.

²⁷ Entendemos que, por maior respeito pelo cumprimento das regras restritivas para elaboração dos orçamentos de receita impostas no POCAL, e pelos condicionantes sucessivos impostos, também, na LEO do Orçamento de Estado de cada ano.

tando o diferencial de 3 mil M€, constituindo um indicador que ainda exigirá ações mais restritivas e de maior alcance ao nível das regras de elaboração dos orçamentos e uma fiscalização mais eficaz da aplicação das regras existentes²⁸.

• **Em 2013, o valor global das receitas orçamentadas baixou 851 M€ e a receita cobrada aumentou, pela primeira vez no último quadriénio, no montante de 91,4 M€.** O Gráfico 2.01 é bem explícito do esforço de ajustamento da previsão da receita à realidade económica com que se debatem atualmente os municípios no que respeita à capacidade e possibilidade de arrecadação de receitas. Os Gráficos 2.01A e 2.01M mostram, para as Regiões Autónomas, um esforço com uma tendência idêntica de aproximar o volume de receita orçada do volume de receita liquidada e cobrada: na Madeira há uma tendência clara de decréscimo da receita orçada desde 2008, sendo em 2013 superior à cobrada em 40 M€ e à liquidada em apenas 29 M€ (com uma variação da receita cobrada e liquidada

²⁸ Em anteriores Anuários tem-se chamado atenção para a necessidade de alteração do POCAL no capítulo relativo às regras orçamentais. Porque a questão do empolamento das receitas e ausência de um quadro eficaz de regras restritivas do mesmo, é um problema que se mantém presente, atrevemo-nos a reproduzir as notas já apresentadas no Anuário anterior em relação a esta problemática (notas 17, 18 e 19): “As regras vigentes em matéria de elaboração dos orçamentos dos municípios, para além de não integralmente respeitadas (de outra forma, não se verificariam os excedentes apresentados, nomeadamente, ao nível das receitas fiscais e passivos financeiros), não se apresentaram suficientes para evitar que os orçamentos fossem inflacionados do ponto de vista da receita, permitindo-se que, em termos de execução orçamental, a assunção de encargos tivesse sempre enquadramento na receita prevista (respeitando, numa perspetiva formal, apenas princípio do equilíbrio orçamental ex-ante), ainda que, posteriormente e em termos práticos, se viesse a verificar que a receita efetivamente liquidada e arrecadada não correspondia aos níveis previstos.

Em sede de elaboração do orçamento, assiste-se à tendência generalizada para a não consideração do Princípio da Prudência, o que leva a que não seja integrado no cálculo das estimativas orçamentais da receita, o montante correspondente ao grau de incerteza das cobranças demonstrado pelas sucessivas execuções orçamentais dos anos anteriores. Num cenário de empolamento das receitas em termos previsionais, os compromissos tendem a ser assumidos sem correspondência com as receitas efetivas, e muito para além destas, o que determina que o volume de despesas pagas seja inferior ao volume das despesas comprometidas. Este facto é a principal fonte geradora da dívida de curto prazo. O controlo, durante a execução orçamental, da dívida de curto prazo de natureza administrativa, deverá constituir um travão a esta situação, minimizando as possibilidades de ocorrência deste cenário. O facto da legislação vigente, nomeadamente o POCAL, permitir que os Municípios, através dos seus orçamentos previsionais, aprovem despesa aferindo-a às dotações orçamentais inicialmente previstas e as assumam até ao limite dos 100% das mesmas, origina a contratualização de despesa manifestamente superior à receita executada, provocando graves estrangulamentos ao nível da tesouraria e problemas estruturais de rutura financeira”

de cerca de +62 M€ em relação a 2012); nos Açores o excesso de receita orçada sobre a cobrada é, em 2013, de 58 M€ sendo de 54 M€ face à liquidada.

• A diminuição em 7,3% da receita orçamentada em 2013 foi, ainda, manifestamente insuficiente para contrariar o efeito nefasto do excesso de orçamentação propício à assunção de encargos em montante superior à capacidade financeira de os liquidar, contribuindo para a manutenção de níveis excessivamente altos de endividamento de curto prazo, como se verificará em pontos subsequentes deste Anuário. Contudo, pela primeira vez, no último quadriénio, verifica-se um acréscimo de receita liquidada e cobrada, respetivamente, +1,4% (+107M€) e +1,2% (+91,4 M€).

• A alínea (f) do Quadro 2.02 mostra que **em 2013, a receita atingiu o grau mais elevado de execução no período em análise, ao ser cobrada 64,6% da receita orçada.** Todavia, continua a ser um grau de execução manifestamente baixo, o que, no nosso entender, tem traduzido não uma ineficiente capacidade de cobrança da receita municipal por parte dos municípios, mas uma excessiva e insustentável expectativa de receita orçada. A diminuição progressiva da receita proveniente de impostos, de transferências de Estado, de fundos comunitários e até mesmo a diminuição de acesso ao crédito bancário, em simultâneo ou alternadamente, em qualquer um dos anos em apreço, não será suficiente para justificar as baixas taxas de execução consecutivamente apresentadas.

• Todavia, se atentarmos no volume de receita liquidada, constata-se que em 2013, se liquidaram mais 217,4 M€ de receita que a que foi efetivamente arrecada, criando-se um crédito financeiro a favor dos municípios que permitirá afirmar que o excesso de receita orçada foi na realidade de 2,8 M€ e não os 3 M€ de diferença entre receita prevista e receita cobrada.

• Em anteriores anuários tem sido chamada a atenção para o facto de, no nosso entender, assentar no excesso de expectativa de receita municipal – inflação da receita estimada *versus* baixo grau de execução da mesma – a manutenção de gastos municipais superiores aos réditos obtidos, provocando uma dívida de médio e longo prazo de difícil sustentabilidade e um aumento da dívida de curto prazo a fornecedores. Dito de outra forma, a continuar assim, di-

facilmente se controlará o nível de endividamento de curto prazo²⁹. Apresenta-se de seguida a listagem ordenada dos 50 municípios com maior grau de execução da cobrança de receita em 2013, Ranking R3. Nesta listagem mostram-se, ainda, os graus de execução dos mesmos municípios para anos anteriores, reportando a informação até 2007. **Assinalam-se, também, os municípios que receberam apoio financeiro ao abrigo do programa PAEL**³⁰.

²⁹Continua por avaliar, nos municípios, a real implicação da LCPA na assunção de encargos, bem como o grau de utilização da exceção para o cômputo dos Fundos Disponíveis, do artigo 4.º da LCPA, mesmo com a condicionante prevista no artigo 6.º do Decreto-lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

³⁰No total, em 2012 e 2013 foram abrangidos pelo PAEL, 99 municípios (neste capítulo dedicar-se-á uma secção só a esta temática). Destes, só 95 receberam transferências

Não se pode deixar de referir que em 2013, foram 171 os municípios que apresentaram um grau de execução da receita superior a 75%. Em 2011 apenas 59 municípios estiveram nesta situação e, em 2012, conseguiram essa performance 92 municípios. Estes números provam que em 2013 houve, de facto, uma melhoria significativa na adequação da previsão da receita à sua efetiva cobrança e, por isso, uma progressiva melhoria das condições de gestão municipal.

(empréstimos) em 2013, resultando daí que 68 municípios (71.6%) diminuíram as dívidas a fornecedores de curto prazo em montante igual ou superior ao recebido através do PAEL. Dos restantes 27 municípios, 4 aumentaram as dívidas a fornecedores, estando nesse caso: Caminha, Lagos, Oliveira de Azeméis e Paços de Ferreira.

R3 – Municípios com maior grau de execução da receita cobrada, em 2013

	Município	Dimensão	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	PAEL
1	Mealhada	M	98,7%	91,3%	84,0%	86,6%	93,0%	97,4%	102,2%	-
2	Sintra	G	73,9%	68,9%	59,4%	79,1%	67,1%	92,1%	101,8%	-
3	Marco de Canaveses	M	84,7%	90,0%	86,8%	77,1%	94,7%	90,5%	101,0%	-
4	Meda	P	50,5%	47,8%	58,6%	55,1%	65,4%	70,8%	98,8%	-
5	Porto	G	94,7%	71,5%	90,5%	87,0%	90,1%	77,6%	98,1%	-
6	Castanheira de Pêra	P	31,6%	35,5%	30,3%	31,8%	48,9%	71,3%	97,8%	-
7	Funchal	G	75,2%	70,1%	68,5%	72,8%	71,8%	66,9%	97,4%	sim
8	Almada	G	99,3%	91,7%	81,0%	95,4%	99,1%	93,1%	97,2%	-
9	Vila Franca de Xira	G	94,5%	87,1%	85,5%	86,3%	94,5%	94,8%	97,2%	-
10	Lagoa (Algarve)	M	96,4%	86,8%	64,5%	59,0%	63,0%	72,4%	96,0%	sim
11	Ansião	P	47,5%	77,7%	55,9%	46,6%	54,3%	65,5%	95,6%	sim
12	Palmela	M	92,5%	100,2%	82,9%	74,1%	72,6%	76,0%	95,5%	-
13	Vila do Porto	P	78,0%	73,4%	83,0%	87,3%	73,9%	92,9%	95,1%	-
14	Benavente	M	100,7%	95,2%	83,6%	82,3%	84,5%	88,1%	95,0%	-
15	Constância	P	86,7%	77,8%	69,0%	86,0%	71,5%	89,5%	94,9%	-
16	Póvoa de Lanhoso	M	70,9%	76,9%	67,5%	69,8%	70,1%	72,8%	94,4%	sim
17	Monforte	P	52,8%	67,0%	73,2%	74,6%	74,2%	70,2%	94,4%	sim
18	Cantanhede	M	60,7%	58,9%	46,8%	72,2%	64,0%	69,5%	94,0%	-
19	Fornos de Algodres	P	35,2%	68,0%	93,4%	94,1%	95,4%	96,0%	93,9%	-
20	Moita	M	87,5%	90,1%	81,2%	84,1%	81,8%	87,6%	93,7%	-

	Município	Dimensão	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	PAEL
21	Proença-a-Nova	P	84,8%	65,8%	73,8%	77,8%	94,7%	93,2%	93,5%	-
22	Ponta do Sol	P	46,1%	64,6%	51,0%	52,6%	62,7%	73,1%	93,4%	-
23	Marvão	P	62,5%	70,4%	71,0%	74,7%	74,7%	103,0%	93,3%	-
24	Mértola	P	60,1%	71,3%	81,6%	70,7%	88,1%	89,4%	93,3%	-
25	Batalha	P	63,6%	58,6%	61,2%	65,7%	61,9%	69,9%	93,0%	-
26	Póvoa de Varzim	M	77,2%	63,9%	71,1%	68,1%	64,3%	76,4%	92,4%	sim
27	Vila do Conde	M	80,8%	74,3%	75,6%	67,7%	65,5%	56,1%	92,0%	sim
28	Valongo	M	57,6%	50,2%	50,7%	46,6%	58,3%	60,3%	92,0%	sim
29	Salvaterra de Magos	M	86,3%	84,2%	88,2%	81,2%	73,6%	82,8%	92,0%	-
30	Carregal do Sal	P	80,0%	79,0%	69,1%	78,4%	69,2%	84,7%	91,9%	-
31	Alfândega da Fé	P	52,6%	50,5%	58,3%	77,4%	72,6%	70,4%	91,9%	sim
32	Nelas	P	85,3%	78,9%	67,1%	89,3%	60,5%	73,8%	91,7%	sim
33	Ribeira Grande	M	60,2%	58,9%	64,4%	66,2%	59,9%	69,4%	91,7%	sim
34	Vila Velha de Ródão	P	67,0%	73,3%	81,2%	63,5%	72,2%	89,6%	91,6%	-
35	Fundão	M	39,7%	39,6%	46,5%	38,8%	46,1%	48,2%	91,5%	sim
36	Seia	M	45,4%	53,2%	47,5%	50,5%	89,0%	77,9%	91,0%	sim
37	Idanha-a-Nova	P	82,7%	76,7%	86,7%	79,6%	81,6%	92,9%	91,0%	-
38	Azambuja	M	91,8%	98,4%	78,6%	64,7%	65,3%	68,5%	90,9%	sim
39	Mogadouro	P	66,4%	49,8%	57,6%	56,5%	62,1%	63,8%	90,8%	-
40	Vila Franca do Campo	P	45,9%	60,5%	59,6%	53,7%	49,0%	77,1%	90,7%	-
41	Almodôvar	P	73,7%	86,1%	78,8%	77,8%	79,6%	80,4%	90,7%	-
42	Bragança	M	78,0%	81,1%	81,6%	83,2%	83,5%	82,8%	90,3%	-
43	Ovar	M	64,3%	64,3%	61,1%	67,0%	73,9%	80,6%	90,2%	-
44	Vouzela	P	42,9%	75,4%	62,9%	77,3%	80,4%	92,9%	90,1%	-
45	Machico	M	54,4%	64,7%	46,2%	46,2%	46,5%	35,8%	90,0%	-
46	Oliveira de Frades	P	79,0%	70,4%	71,5%	72,7%	74,5%	79,1%	89,9%	sim
47	Sousel	P	69,7%	85,4%	70,2%	68,6%	68,5%	72,9%	89,7%	-
48	Almeida	P	81,5%	82,1%	66,4%	71,1%	70,7%	77,1%	89,6%	-
49	Borba	P	33,1%	49,6%	53,5%	51,6%	57,9%	58,8%	89,4%	sim
50	Torres Vedras	M	93,4%	85,4%	81,4%	65,7%	73,1%	77,7%	89,3%	-

• Em 2013, foram 45 os municípios que apresentaram uma execução da receita igual ou superior ou igual a 90% da receita estimada. Em 2011 apenas 10 estiveram nesta situação e em 2012 o número aumentou para 18. Apesar de franca melhoria detetada em 2013, deveria ser a maioria dos municípios a apresentar um rácio de execução da receita próxima de 90% e não apenas 14,6% dos mesmos, como foi o caso. Assim, em 2013, houve 137 municípios que ainda apresentaram um grau de execução da receita inferior a 75% do

orçamento previsto, o que significa um número demasiado elevado de municípios com baixos níveis de cobrança³¹.

³¹ Face às regras de orçamentação impostas pelo POCAL e, subsequentemente, as sucessivas restrições orçamentais aprovadas em sede de OE com aplicação nos municípios, a situação deveria, realmente, ser a inversa à detetada. Isto é, a maior parte dos municípios deveriam apresentar grau de execução da receita superior a 75%. Deveriam ser exceção os municípios com grau de execução inferior a 75%, e improvável o grau de execução inferior ou igual a 50%. Aliás, estas últimas situações deveriam ser auditadas e avaliadas pela tutela jurisdicional, nomeadamente quando esta situação se repete em vários anos.

• Convém, todavia, salientar que a melhoria de performance na execução da receita municipal se encontrará influenciada pelo apoio financeiro auferido pelos municípios ao abrigo do programa PAEL. Aliás, o Ranking anterior revela os municípios cujo grau de execução da receita melhorou consideravelmente e se encontram abrangidos por este programa. Dos 50 municípios apresentados neste Ranking, os 16 abrangidos pelo PAEL apresentam uma alteração substancialmente positiva da execução financeira. O impacto do PAEL na gestão financeira dos municípios será melhor equacionado na secção da despesa, com a comparação entre os valores recebidos ao abrigo deste programa e o valor da dívida de curto prazo liquidada.

• Contudo, considerando que em 2011 foram 249 os municípios com níveis de execução da receita inferior a 75% e 216 em 2012, pode-se concluir que em 2013 houve uma franca melhoria da execução orçamental da receita (apenas 137 municípios, ou seja, 44,6% apresentaram grau de execução inferior a 75%). Esta melhoria, no nosso entender ultrapassa a influência que o programa do PAEL pode representar pela entrada de receita creditícia, representando o esforço dos municípios para uma consolidação orçamental no sentido de lhes permitir uma maior autonomia financeira na seleção e hierarquização das suas políticas públicas.

R3.A – Grau de execução da receita cobrada em 2013 dos Municípios da R.A. dos Açores

Município		Dimensão	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	PAEL
1	Vila do Porto	P	78,0%	73,4%	83,0%	87,3%	73,9%	92,9%	95,1%	-
2	Ribeira Grande	M	60,2%	58,9%	64,4%	66,2%	59,9%	69,4%	91,7%	sim
3	Vila Franca do Campo	P	45,9%	60,5%	59,6%	53,7%	49,0%	77,1%	90,7%	-
4	Velas	P	60,4%	61,8%	61,1%	57,4%	72,0%	73,7%	88,9%	-
5	Angra do Heroísmo	M	78,1%	66,0%	56,1%	73,4%	77,3%	81,8%	84,4%	-
6	Vila da Praia da Vitória	M	84,2%	75,4%	55,6%	74,2%	70,3%	69,0%	83,0%	sim
7	Lagoa (R.A.A)	P	69,5%	64,9%	62,3%	57,5%	71,5%	76,5%	82,7%	-
8	Lajes do Pico	P	66,7%	56,6%	35,3%	73,4%	64,8%	54,7%	82,5%	-
9	Nordeste	P	52,5%	49,0%	41,9%	42,8%	32,1%	40,6%	77,2%	sim
10	Povoação	P	87,8%	52,2%	52,6%	67,8%	70,6%	61,9%	75,2%	-
11	Santa Cruz das Flores	P	93,9%	85,6%	64,3%	85,5%	99,2%	91,2%	73,5%	-
12	Ponta Delgada	M	72,6%	74,9%	76,7%	67,2%	64,3%	70,4%	71,7%	-
13	Santa Cruz da Graciosa	P	77,3%	81,1%	74,7%	77,4%	73,0%	79,9%	69,0%	-
14	Horta	P	71,1%	78,5%	69,8%	68,8%	65,5%	69,3%	67,5%	-
15	Corvo	P	70,0%	70,6%	79,1%	72,8%	73,8%	80,8%	66,2%	-
16	São Roque do Pico	P	67,3%	58,2%	61,0%	69,6%	60,0%	61,5%	62,9%	-
17	Madalena	P	79,6%	66,5%	76,9%	63,7%	55,2%	56,3%	62,1%	-
18	Lajes das Flores	P	79,7%	85,0%	64,8%	94,5%	85,2%	65,8%	54,9%	-
19	Calheta (R. A. A.)	P	47,4%	35,4%	79,4%	77,4%	78,1%	84,2%	52,6%	-

Da observação do quadro anterior (R3.A), conclui-se que os municípios da Região Autónoma dos Açores (RAA) registaram uma taxa de execução média do orçamento da receita de 75,36% em 2013 (+3,94 pp em relação a 2012 e +4,72 pp em relação a 2007). Em 2013, três municípios da RAA apresentam uma execução de

receita superior a 90% do orçamento inicial: Vila do Porto, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo. A taxa média de execução da receita dos municípios da RAA abrangidos pelo programa PAEL foi de 83,97%.

R3.M – Grau de execução da receita cobrada em 2013 dos Municípios da R.A. da Madeira

Município	Dimensão	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	PAEL
1 Calheta (R. A. M.)	P	52,7%	54,7%	46,7%	48,0%	48,3%	43,7%	74,9%	sim
2 Câmara de Lobos	M	49,5%	52,8%	40,3%	41,4%	34,2%	34,2%	72,5%	sim
3 Funchal	G	75,2%	70,1%	68,5%	72,8%	71,8%	66,9%	97,4%	sim
4 Machico	M	54,4%	64,7%	46,2%	46,2%	46,5%	35,8%	90,0%	-
5 Ponta do Sol	P	46,1%	64,6%	51,0%	52,6%	62,7%	73,1%	93,4%	-
6 Porto Moniz	P	36,9%	35,5%	33,2%	52,4%	57,2%	52,3%	85,0%	-
7 Porto Santo	P	82,5%	64,8%	44,7%	36,1%	55,8%	52,7%	85,0%	sim
8 Ribeira Brava	P	51,9%	39,8%	47,2%	32,2%	31,4%	37,2%	49,7%	-
9 Santa Cruz	M	54,2%	62,9%	47,4%	47,3%	45,9%	48,0%	74,5%	-
10 Santana	P	76,7%	76,6%	82,1%	58,9%	54,4%	63,2%	83,0%	-
11 São Vicente	P	61,1%	52,3%	52,4%	51,8%	47,2%	54,0%	56,6%	-

Da observação do quadro anterior (R3.M) observa-se que a taxa média de execução do orçamento da receita para municípios da Região Autónoma da Madeira (RAM) foi de apenas 78,36% em 2013. Este grau de execução baixo, comparativamente ao registado para os municípios RAA, representa uma variação positiva de 27,35 p.p. em relação a 2012 e de 20,29 p.p. em relação a 2009, evidenciando um esforço de correção orçamental praticado. A taxa média de execução da receita dos municípios da RAA abrangidos pelo programa PAEL foi de 82,45%.

Face à importância que o grau de execução da receita cobrada assume na sustentabilidade financeira do município, importa, também, apresentar a listagem dos municípios com grau de execução igual ou inferior a 50% da receita orçada (Ranking 4), pois tal situação poderá traduzir-se numa maior dificuldade de controlo da despesa e um aumento crítico da dívida de curto prazo.

Em 2013 foram 16 os municípios que apresentaram esta situação ten-

do sido, contudo, em número manifestamente inferior ao dos anos anteriores³². Entre estes 16 municípios encontra-se um de grande dimensão, o município de Setúbal, cujas causas para tal acontecer assentam, essencialmente, no excessivo emolamento das receitas correntes e de capital, nomeadamente em venda de bens e serviços (+23,9 M€ previstos que arrecadados³³), venda de bens duradouros (+26,8 M€ que o previsto³⁴), transferências de capital (+2,9 M€ previstos que arrecadados³⁵) e, finalmente, em empréstimos bancários para os quais se estimou +3,8 M€ que o utilizado.

³² Em 2011 foram 52 municípios que apresentaram um nível de execução de receita inferior a 50% e 41 municípios em 2012, pelo que pode considerar-se que houve uma melhoria significativa dos municípios no que se refere ao comportamento deste indicador,

³³ Previstos 28,3 milhões de euros e arrecadados 4,3 milhões de euros.

³⁴ Previstas vendas no total de 33,8 milhões de euros e apenas realizadas 7 milhões.

³⁵ Previstas transferências no total de 7,3 milhões de euros e só receberam 4,4 milhões.

R4 – Municípios com grau de execução da receita cobrada igual ou inferior a 50%, em 2013

Município		Dimensão	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	PAEL
1	Cartaxo	M	48,4%	70,5%	28,3%	39,2%	28,6%	23,5%	21,8%	-
2	Vila Real de Santo António	P	63,7%	75,8%	56,8%	64,7%	44,2%	35,4%	22,1%	sim
3	Portimão	M	66,7%	59,2%	40,8%	28,2%	23,8%	21,0%	22,5%	-
4	Nazaré	P	45,7%	38,7%	42,2%	39,0%	28,9%	29,6%	25,2%*	-
5	Aveiro	M	24,4%	42,0%	33,4%	36,2%	36,3%	55,4%	27,5%	-
6	Celorico da Beira	P	43,0%	39,6%	35,9%	55,4%	41,7%	45,2%	28,6%	-
7	Montemor-o-Velho	M	51,0%	42,1%	73,2%	58,7%	51,4%	57,0%	30,0%	-
8	Alijó	P	40,0%	44,1%	60,8%	37,2%	47,8%	46,4%	31,2%	sim
9	Tabuaço	P	37,3%	39,1%	33,9%	67,1%	39,4%	34,0%	31,4%	-
10	Vizela	M	75,8%	60,1%	50,5%	34,3%	34,6%	31,6%	35,5%	-
11	Mora	P	47,9%	55,6%	41,6%	47,1%	53,5%	49,0%	37,4%	-
12	Alandroal	P	48,8%	52,9%	43,3%	64,4%	42,1%	46,1%	42,6%	-
13	Faro	M	46,4%	49,3%	48,8%	34,3%	44,8%	44,1%	46,7%	sim
14	Tomar	M	59,3%	56,3%	63,9%	46,7%	50,5%	40,3%	47,4%	-
15	Setúbal	G	66,3%	74,2%	64,7%	51,3%	54,6%	50,2%	48,4%	-
16	Ribeira Brava	P	51,9%	39,8%	47,2%	32,2%	31,4%	37,2%	49,7%	-

Sendo extraordinário que ainda persistam municípios com grau de execução da receita como os elencados no Ranking R4, justificou-se observar as suas contas com mais pormenor, concluindo-se que há em comum um excesso de previsão de receitas nas mesmas rubricas orçamentais. Assim, Cartaxo, Vila Real de Santo António, Portimão, Aveiro, Celorico da Beira, Alijó, Montemor-o-Velho, Vizela e Tomar, estimaram receitas creditícias que não chegaram sequer a concretizar. Nuns casos, os valores são de tal modo elevados que careceria de uma análise sobre a forma como tal previsão orçamental foi construída e aceite pelos órgãos do município. Há, ainda, outras receitas que sistematicamente são utilizadas para inflacionar os orçamentos e cuja cobrança ou não se realiza ou se realiza em valor ínfimo em relação ao previsto. São os casos das previsões exageradamente altas de receita em Venda de Bens de Investimento

ou Venda de Bens e Serviços correntes, Transferências de Capital e Outras Receitas de Capital³⁶ nos municípios de: Setúbal, Tomar, Nazaré, Aveiro, Tabuaço, Vizela, Mora, Alandroal e Ribeira Brava. Como complemento à listagem anterior apresenta-se o Quadro 2.06 que, relativamente ao grau de execução da receita, resume os dados obtidos para os 308 municípios entre 2011 e 2013.

³⁶ Esta, sendo uma rubrica residual, deveria apresentar um valor previsional simbólico.

Quadro 2.06 – Distribuição do número de municípios pelos diferentes graus de execução da receita

Grau de execução da receita prevista	Número de Municípios		
	2011	2012	2013
Maior ou igual a 90%	10	18	45
Superior ou igual a 75% e inferior a 90%	49	74	126
Inferior a 75% e maior ou igual a 50%	199	175	121
Inferior a 50%	50	41	16

- A informação do Quadro 2.06 tem subjacente uma melhoria nas práticas de elaboração dos orçamentos a partir de 2013, com exercício de maior rigor no cálculo das estimativas das receitas a obter pelos municípios, permitindo níveis de execução orçamental da receita muito superiores à dos anos precedentes. Neste pressuposto, a melhoria deste indicador deve-se mais à **diminuição dos montantes** previsionais do que ao ligeiro aumento de volume de receita arrecadado pela globalidade dos municípios. Pode-se concluir, neste domínio, que há uma mudança assinalável no comportamento dos municípios na área de gestão financeira.
- Contudo, como já referido, não se pode deixar de relacionar o novo enquadramento dos municípios num intervalo mais favorável de execução da receita, com os empréstimos obtidos através do acesso ao PAEL. Assim dos 45 municípios que em 2013 obtiveram grau de execução superior a 90%, 14 estão abrangidos pelo dito Programa de Apoio à Economia Local. Dos 126 municípios que apresentaram execução superior a 75%, 37 obtiveram financiamento pelo mesmo programa de apoio. Os três municípios que, estando incluídos no programa PAEL, apresentaram execução de receita inferior a 50%, foram Vila Real de Santo António, Alijó e Faro. Não obstante, em abono da situação, refere-se que nenhum deles recebeu qualquer verba em 2013, mas sim já no ano económico de 2014. Não se pode deixar, todavia, de notar, que estes três muni-

cípios continuaram em 2013, mesmo incluídos no programa PAEL³⁷, a apresentar orçamentos previsionais altamente inflacionados³⁸, nomeadamente na rubrica dos empréstimos bancários, tendo estas receitas cobradas sido nulas no caso de Vila Real de Santo António e Alijó, mas previstas, respetivamente, em 59 M€ e em 19,8 M€. Em relação a Faro a sobredotação incidu em outras receitas correntes e outras receitas de capital³⁹.

Apresenta-se, de seguida, o Ranking R5 relativo aos 35 municípios com maior volume de receita cobrada em 2013, com informação comparativa da receita de anos anteriores. Anota-se que neste Ranking estão todos os municípios de grande dimensão e são referidos os que estão abrangidos pelo PAEL.

³⁷ Aos municípios incluídos no programa PAEL, seria razoável impor uma limitação adicional às regras orçamentais existentes, impedindo-os de manterem orçamentos inflacionados, propiciadores da assunção de despesas sem real cobertura financeira e multiplicadores da dívida a fornecedores.

³⁸ Vila Real de Santo António: receita prevista de 85.623.795 € e receita cobrada de 18.939.711 €, Alijó: Receita prevista de 32.978.504 € e receita cobrada de 10.301.437 € e Faro: Receita prevista de 72.648.955 € e Receita cobrada de 33.960.528

³⁹ O POCAL deveria conter uma regra previsional que condicionasse o valor das estimativas orçamentais para rubricas residuais, a uma percentagem do valor médio recebido em anos anteriores. Só assim se evitaria o constante inflacionamento destas rubricas.

R5 – Municípios com maior volume da receita cobrada, em 2013

Unidades: euros

	Município	Dim.	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	PAEL
1	Lisboa	G	554.807.046	528.448.107	669.602.387	600.698.240	579.701.291	832.666.402	546.365.853	-
2	Porto	G	199.337.978	198.578.614	204.290.585	193.838.411	190.929.393	164.847.332	189.546.233	-
3	Sintra	G	166.903.062	142.231.815	152.564.279	201.524.211	160.095.417	167.535.394	157.458.501	-
4	VN Gaia	G	170.265.141	141.079.572	138.828.159	119.690.440	133.914.620	123.619.408	138.673.073	sim
5	Cascais	G	148.980.778	145.129.468	142.716.141	159.762.402	153.953.892	142.244.106	129.649.858	-
6	Funchal	G	94.284.401	91.245.473	78.650.681	83.147.721	77.748.406	74.229.100	112.045.280	sim
7	Loulé	M	106.783.087	98.619.778	105.059.899	97.991.915	89.377.818	91.120.229	111.290.200	sim
8	Oeiras	G	124.541.306	135.191.666	130.106.832	113.261.373	111.162.197	109.570.322	107.509.349	-
9	Loures	G	118.591.431	119.859.086	128.572.351	107.313.332	103.021.209	109.517.801	104.454.727	-
10	Matosinhos	G	85.533.463	95.040.902	107.260.324	105.491.076	117.087.294	110.137.105	101.641.884	-
11	Braga	G	76.107.191	80.946.856	96.847.915	92.572.702	87.573.099	84.166.068	99.302.205	-
12	Coimbra	G	94.165.790	86.571.821	96.230.562	88.310.921	97.785.788	94.017.940	87.122.861	-
13	Vila do Conde	M	57.404.422	58.578.364	58.605.764	52.103.951	53.998.517	46.032.984	82.965.538	sim
14	Seixal	G	80.793.452	92.444.556	82.570.434	81.606.977	74.581.783	79.245.204	80.835.117	-
15	Albufeira	M	78.431.293	73.443.721	76.463.197	61.213.140	58.974.432	61.037.177	78.750.705	sim
16	Guimarães	G	68.185.284	70.228.478	83.238.717	85.554.241	101.099.635	91.654.325	78.095.383	-
17	Almada	G	80.868.147	79.355.981	76.217.778	88.612.752	82.854.306	78.593.908	77.445.956	-
18	Gondomar	G	60.577.165	74.550.180	81.796.116	72.476.247	86.729.131	70.390.999	77.240.134	-
19	S. M. Feira	G	59.362.879	72.325.127	68.511.958	61.896.612	63.978.681	57.386.848	76.760.634	sim
20	Fundão	M	35.578.535	32.286.770	35.280.679	26.788.337	29.316.426	28.915.882	75.737.945	sim
21	Paredes	M	35.653.506	45.035.343	52.291.618	44.924.378	62.155.994	51.763.983	74.479.865	sim
22	Amadora	G	80.030.126	80.992.275	87.620.203	84.784.404	90.626.292	84.526.479	74.200.232	-
23	Santarém	M	35.765.142	44.286.759	62.859.011	38.592.178	38.397.354	37.246.462	64.768.976	sim
24	Évora	M	46.801.426	41.467.006	56.243.670	48.550.582	41.796.828	40.973.200	64.651.456	sim
25	VF Xira	G	71.365.638	70.573.092	66.487.758	69.433.941	69.109.435	67.718.373	64.142.072	-
26	Setúbal	G	62.083.617	64.488.214	62.419.209	57.809.844	61.968.623	66.324.518	63.932.384	-
27	VN Famalicão	G	72.229.440	76.698.456	78.322.402	82.949.392	82.439.666	86.571.160	63.124.314	-
28	Barcelos	G	54.747.558	54.383.745	52.931.857	59.373.748	53.357.653	56.165.224	60.971.630	-
29	Leiria	G	60.437.522	75.197.755	68.262.538	57.562.353	61.070.182	57.981.088	60.475.151	-
30	Odivelas	G	63.223.761	57.737.666	63.311.077	69.343.358	64.281.981	61.892.911	57.892.182	-
31	Maia	G	85.575.806	77.279.694	77.407.007	68.355.866	61.814.950	61.200.579	55.655.128	-
32	Viana do Castelo	M	47.761.670	50.425.389	55.259.419	54.048.327	54.695.299	50.757.348	55.543.588	sim
33	Sesimbra	M	40.054.950	39.460.771	44.277.144	40.108.239	38.772.116	42.888.221	53.958.942	sim
34	Pombal	M	34.188.236	33.154.301	33.727.194	39.309.918	41.620.882	41.660.367	52.762.213	-
35	Barreiro	M	35.224.932	43.051.026	39.578.001	40.272.245	35.269.100	36.215.913	50.902.363	sim

- Antes de se referir casos particulares relacionados com o Ranking R5, não se pode deixar de chamar a atenção para os 13 municípios que estando abrangidos pelo PAEL, apresentam um aumento significativo de receita, devido ao aumento do valor utilizado pelos empréstimos obtidos a título de apoio à economia local. Chama-se, por isso a atenção para o aumento da receita apresentado pelos municípios de: Funchal (+50,9%), Vila do Conde (+80,2%), Fundão (+161,9%), Santarém (+73,9%), Évora (+57,8%), Barreiro (+40,6%) e Paredes (+43,9%).
- Observando ainda os municípios constantes desta lista que, como já se referiu, inclui todos os municípios de grande dimensão, anota-se que a média de receita arrecadada por **Lisboa** é significativamente superior ao montante arrecadado pelos restantes municípios de grande dimensão. Excluindo a receita extraordinária recebida em 2012⁴⁰ resultante da venda de bens de investimento, a média da receita do município de Lisboa, seria de 577,2 M€, sendo que a receita cobrada em 2013 ficou aquém desse valor em 30,85 M€, devido, essencialmente, à diminuição do valor do IMI (-18 M€), da Derrama (-38 M€) e da Venda de bens de capital (-14 M€).
- Porto é o município a arrecadar o segundo maior volume de receita. Só em 2010 e 2012 passou à terceira posição, neste ranking, dando a segunda ao município de Sintra. A receita auferida em 2013, no montante de 189,5 M€, apesar de superior em 24,7 M€ à do ano precedente e resultante da venda de bens e investimento e de ativos financeiros, ficou abaixo da média do volume de receita arrecadada pelo Porto entre 2007 e 2013⁴¹. A receita do município do Porto começou a decrescer a partir de 2009, atingindo o valor mais baixo em 2012 e mantendo, em 2013, um valor inferior em cerca de 10 M€, ao recebido em 2007.

⁴⁰ Nesse ano Lisboa recebeu em Outras receitas de capital, um valor extraordinário de 271 milhões de euros, por conta de uma indemnização relativa aos terrenos do aeroporto.

⁴¹ A qual se calcula em 191,6 milhões de euros.

- Também em relação a **Vila Nova de Gaia** há que referir que, desde 2010 que a receita vai aumentando progressivamente, tendo em 2013, ao atingir o montante de 138,6 M€, sido um pouco superior à média estimada para o período⁴², a qual se cifrou em 138 M€.
- Uma referência especial se terá que fazer aos municípios de **Funchal** e de **Loulé**, pois aparecem em sexta e sétima posição neste ranking, com um aumento significativo de receita, como já foi notado, por influência do PAEL. Em relação ao Funchal, o aumento dos passivos financeiros foi de +28,3 M€, pese embora não se possa deixar de salientar o aumento, em mais de 7,2 M€, da venda de bens de investimento. Quanto a Loulé, município de média dimensão, que já em anos anteriores se destacava numa posição relevante em termos de volume de receita, vê a mesma crescer ainda mais, por influência do Programa de Apoio à Economia Local.
- Dos municípios de grande dimensão, o que menos receita arrecadou receita, em 2013, foi o município de **Maia**, apresentando receitas superiores à desta cidade, sete municípios de média dimensão.

⁴² O aumento de receita do município de Vila Nova de Gaia em 2013 deveu-se essencialmente ao aumento das seguintes rubricas: Passivos financeiros em +15,4 milhões de euros; Impostos diretos em +3,8 milhões euros; transferências correntes em +2,4 milhões de euros e os rendimentos de propriedade em +2,3 milhões euros.

R5.A – Volume da receita cobrada dos Municípios da R.A. dos Açores, em 2013

Unidades: euros

	Município	Dim.	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	PAEL
1	Ponta Delgada	M	35.951.581	40.665.605	42.904.296	35.689.580	33.147.869	33.694.117	31.748.683	-
2	Ribeira Grande	M	23.937.606	28.007.872	32.471.637	29.062.571	21.460.188	20.386.492	17.795.784	sim
3	Angra do Heroísmo	M	19.328.027	18.391.288	17.766.888	21.468.923	19.098.785	16.878.471	17.363.073	-
4	Nordeste	P	7.319.274	5.699.928	6.774.162	6.793.037	5.116.734	5.666.058	15.888.935	sim
5	Vila da Praia da Vitória	M	14.119.986	16.968.019	17.696.566	23.608.549	14.195.835	11.383.376	12.207.504	sim
6	Horta	P	9.963.445	11.235.993	13.349.415	10.914.913	10.562.819	9.193.258	10.319.075	-
7	Lajes do Pico	P	5.660.092	6.430.949	5.196.457	12.686.312	5.232.151	5.845.914	9.991.931	-
8	Vila Franca do Campo	P	9.257.466	18.052.595	8.130.274	7.145.897	21.528.256	21.664.464	9.517.390	-
9	Lagoa (R.A.A)	P	9.173.377	13.687.420	12.906.117	11.932.821	13.586.149	11.266.521	9.441.816	-
10	Madalena	P	7.592.558	7.750.984	8.851.625	6.200.271	5.910.486	5.317.535	6.923.218	-
11	Povoação	P	8.697.590	5.444.255	6.075.509	7.181.076	7.447.351	5.015.673	5.796.545	-
12	Velas	P	5.906.845	6.226.326	6.504.304	6.471.109	5.682.203	5.300.271	5.061.339	-
13	Lajes das Flores	P	3.115.098	3.910.560	5.453.166	6.473.194	3.344.670	3.633.699	4.995.508	-
14	Vila do Porto	P	4.885.398	5.290.482	7.052.794	5.135.706	4.875.758	5.155.353	4.817.965	-
15	Santa Cruz da Graciosa	P	5.036.929	4.389.904	4.836.117	5.413.398	5.555.483	5.331.475	4.649.323	-
16	São Roque do Pico	P	4.170.252	4.508.568	7.316.243	7.747.663	6.139.237	3.980.574	4.161.828	-
17	Calheta (R. A. A.)	P	6.561.635	5.348.421	11.100.366	4.674.843	4.094.239	3.853.750	4.057.999	-
18	Santa Cruz das Flores	P	3.187.045	2.714.472	3.292.258	3.787.483	3.650.257	2.777.221	3.259.363	-
19	Corvo	P	1.888.255	1.871.189	1.660.471	1.732.211	3.225.308	2.474.129	2.436.674	-

Da análise ao quadro anterior (R5.A), destaque para o município Nordeste, submetido ao programa de apoio PAEL, que registou um aumento de receita de 180,4% em relação a 2012, passando da 17^ª

posição para a 4^ª. A taxa média de variação da receita cobrada de 2012 para 2013 dos municípios da RAA foi positiva no valor de 14,11%.

R5.M – Volume da receita cobrada dos Municípios da R.A. da Madeira, em 2013

Unidades: euros

	Município	Dim.	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	PAEL
1	Funchal	G	94.284.401	91.245.473	78.650.681	83.147.721	77.748.406	74.229.100	112.045.280	sim
2	Câmara de Lobos	M	21.777.763	26.498.020	18.282.193	18.651.019	13.852.328	11.960.007	23.488.586	sim
3	Santa Cruz	M	21.866.542	32.905.549	19.885.038	19.813.548	17.515.589	17.220.539	18.344.290	-
4	Calheta (R. A. M.)	P	12.270.398	15.384.436	8.550.408	9.081.274	10.502.044	9.687.450	13.907.407	sim
5	Machico	M	14.621.183	21.334.697	12.520.729	11.992.574	14.474.197	10.877.578	11.091.147	-
6	Ribeira Brava	P	15.898.025	14.388.602	16.138.936	8.581.231	9.360.217	7.169.777	8.822.929	-
7	Porto Santo	P	11.857.682	7.207.271	5.430.597	4.810.763	5.512.045	4.315.548	8.641.445	sim
8	Santana	P	11.125.218	8.154.256	12.310.656	7.068.672	7.061.092	6.222.041	6.619.184	-
9	Ponta do Sol	P	7.140.472	10.031.233	6.921.284	6.838.762	7.130.649	5.479.942	6.243.218	-
10	Porto Moniz	P	7.319.113	5.577.956	5.443.128	6.435.301	5.501.838	4.488.553	5.451.984	-
11	São Vicente	P	8.743.875	9.079.052	10.104.417	5.769.083	5.714.182	6.766.456	5.432.329	-

Pela observação do ranking R5.M conclui-se que a taxa média de variação da receita de 2012 para 2013 para a RAM foi de positiva de 31,35%. De entre os municípios abrangidos pelo programa PAEL, a taxa de variação média da receita foi de 82,50%.

O Ranking R6 apresenta os 35 municípios com menor volume de receita arrecadada, em 2013, também em comparação com a receita arrecadada nos anos anteriores.

R6 – Municípios com menor volume da receita cobrada em 2013

Unidades: euros

	Município	Dim.	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Varição 12-13	PAEL
1	Corvo	P	1.888.255	1.871.189	1.660.471	1.732.211	3.225.308	2.474.129	2.436.674	-1,5%	-
2	Santa Cruz das Flores	P	3.187.045	2.714.472	3.292.258	3.787.483	3.650.257	2.777.221	3.259.363	17,4%	-
3	Barrancos	P	5.169.724	4.616.334	5.459.700	5.070.890	4.018.765	3.571.423	3.735.480	4,6%	-
4	Calheta (R. A. A.)	P	6.561.635	5.348.421	11.100.366	4.674.843	4.094.239	3.853.750	4.057.999	5,3%	-
5	São Roque do Pico	P	4.170.252	4.508.568	7.316.243	7.747.663	6.139.237	3.980.574	4.161.828	4,6%	-
6	Alvito	P	4.008.312	4.675.893	5.470.263	4.875.876	5.814.518	4.614.460	4.255.170	-7,8%	-
7	Castanheira de Pêra	P	4.885.707	5.277.855	4.648.745	4.613.140	8.045.361	8.825.154	4.324.786	-51,0%	-
8	Santa Cruz da Graciosa	P	5.036.929	4.389.904	4.836.117	5.413.398	5.555.483	5.331.475	4.649.323	-12,8%	-
9	Vila do Porto	P	4.885.398	5.290.482	7.052.794	5.135.706	4.875.758	5.155.353	4.817.965	-6,5%	-

	Município	Dim.	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Variação 12-13	PAEL
10	Marvão	P	5.088.062	6.269.269	6.080.112	5.806.644	7.246.552	5.736.877	4.979.928	-13,2%	-
11	Lajes das Flores	P	3.115.098	3.910.560	5.453.166	6.473.194	3.344.670	3.633.699	4.995.508	37,5%	-
12	Cuba	P	4.827.581	5.916.207	6.157.248	6.160.196	6.055.557	6.027.925	5.037.066	-16,4%	-
13	Velas	P	5.906.845	6.226.326	6.504.304	6.471.109	5.682.203	5.300.271	5.061.339	-4,5%	-
14	Vila de Rei	P	5.690.591	6.506.404	7.333.360	6.025.904	7.715.221	5.207.575	5.084.308	-2,4%	-
15	Mesão Frio	P	5.016.365	4.585.237	5.631.423	11.737.501	6.227.663	6.703.842	5.272.943	-21,3%	-
16	Fronteira	P	6.033.069	6.057.902	5.456.359	5.501.315	6.694.000	5.036.169	5.382.803	6,9%	-
17	Pedrógão Grande	P	4.943.101	7.422.255	6.602.035	5.857.701	7.552.753	6.590.592	5.391.756	-18,2%	-
18	São Vicente	P	8.743.875	9.079.052	10.104.417	5.769.083	5.714.182	6.766.456	5.432.329	-19,7%	-
19	Arronches	P	5.184.359	6.856.552	6.762.336	5.991.635	6.840.696	5.500.774	5.438.472	-1,1%	-
20	Porto Moniz	P	7.319.113	5.577.956	5.443.128	6.435.301	5.501.838	4.488.553	5.451.984	21,5%	-
21	Castelo de Vide	P	5.183.688	5.924.874	5.567.254	5.570.177	6.134.772	5.971.015	5.491.663	-8,0%	-
22	Penedono	P	5.389.307	5.217.609	5.537.497	5.585.694	6.511.136	5.249.414	5.641.789	7,5%	-
23	Alter do Chão	P	6.929.543	6.339.769	6.896.572	5.769.605	7.439.703	7.483.201	5.773.928	-22,8%	-
24	Povoação	P	8.697.590	5.444.255	6.075.509	7.181.076	7.447.351	5.015.673	5.796.545	15,6%	-
25	Mora	P	7.883.439	7.949.068	6.479.662	6.723.618	6.959.475	6.724.834	5.910.758	-12,1%	-
26	Manteigas	P	5.585.929	6.685.940	6.876.084	6.461.330	5.409.101	5.997.370	5.914.082	-1,4%	-
27	Belmonte	P	6.833.680	7.129.710	6.460.710	7.968.119	6.876.282	6.585.119	5.914.090	-10,2%	-
28	Monforte	P	5.494.764	6.407.570	7.750.549	5.673.278	6.388.276	5.488.490	5.923.579	7,9%	sim
29	Gavião	P	6.302.917	9.116.603	6.825.833	6.635.559	7.496.752	6.539.592	6.196.285	-5,2%	-
30	Constância	P	5.766.656	5.620.133	5.904.846	7.063.577	6.797.557	7.510.150	6.225.364	-17,1%	-
31	Fornos de Algodres	P	6.427.945	7.418.678	6.689.876	40.089.622	7.100.310	5.794.570	6.241.513	7,7%	-
32	Ponta do Sol	P	7.140.472	10.031.233	6.921.284	6.838.762	7.130.649	5.479.942	6.243.218	13,9%	-
33	Sardoal	P	4.826.522	5.354.058	7.027.444	5.620.640	5.925.535	6.178.406	6.306.285	2,1%	sim
34	Mourão	P	5.275.961	5.843.056	11.240.757	5.679.307	4.651.168	4.840.155	6.314.851	30,5%	sim
35	Vila Nova de Poiares	P	6.289.261	6.952.436	10.858.999	8.389.892	16.831.861	8.087.617	6.410.857	-20,7%	-

Na lista anterior constam três municípios com aumento de receita, e que estão incluídos no programa e apoio à economia local. São eles: Monforte, Sardoal e Mourão, que receberam deste programa, respetivamente, 504.812 €, 444.793 € e 704.859 €. Vila Nova de

Poiares, embora não assinalado, também apresentou a candidatura ao programa, mas está com visto do TC pendente para um montante de 863.555 €.

2.2.2. Estrutura e Evolução da Receita Municipal

2.2.2.1. Estrutura e Evolução da Receita Municipal, por capítulos económicos

No ponto anterior, ao analisar-se a evolução das receitas municipais em termos globais, verificou-se que a receita total cobrada diminuiu 4,1% em 2010 e 1,1% em 2011 e 2012. Em 2013, a receita municipal cresceu 1,2%, isto é +91,4 M€. No entanto voltamos a salientar que 468,3 M€ foram provenientes do Estado, no âmbito do programa PAEL.

Os quadros apresentados neste ponto discriminam a receita total cobrada de acordo com diferentes componentes de natureza económica, podendo-se aferir o impacto de cada uma na receita total arrecadada. O Quadro 2.07 apresenta a **receita cobrada** desagregada pelos dois grandes grupos económicos: receita corrente e receita de capital. Acresce a estas duas categorias de receita, as reposições não abatidas aos pagamentos, embora com peso insignificante na execução da receita.

Quadro 2.07 – Receita Cobrada por natureza económica

Unidade: milhões de euros

Receitas	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Peso (%)
Receitas Correntes	5.653,4	5.730,0	5.745,8	5.824,8	5.645,6	5.564,3	5.907,9	76,0%
Receitas de Capital	1.876,5	2.005,3	2.446,2	2.025,5	2.112,9	2.110,2	1.853,5	23,8%
Reposições ã abatidas aos pagamentos ¹²⁴	11,6	11,5	6,0	9,2	13,1	9,0	13,5	0,2%
Receitas Totais	7.541,5	7.746,8	8.198,0	7.859,5	7.771,6	7.683,4	7.774,8	100%

Quadro 2.08 – Variação da Receita Corrente e da Receita de Capital

Receitas	Variação da receita em M€						Taxa de variação da receita					
	07/08	08/09	09/10	10/11	11/12	12/13	07/08	08/09	09/10	10/11	11/12	12/13
Receitas Correntes	76,6	15,8	79,0	-179,2	-81,3	333,0	1,4%	0,3%	1,4%	-3,1%	-1,4%	6,2%
Receitas de Capital	128,8	440,9	-420,7	87,4	-2,7	-258,2	6,9%	22,0%	-17,2%	4,3%	-0,1%	-12,2%

⁴³Sob esta rubrica escrituram-se as importâncias devolvidas à autarquia por corresponderem a pagamentos por esta feitos em excesso ou indevidamente. Contudo, neste grupo só se registam as devoluções que têm lugar depois de encerrado o ano financeiro em que ocorreu o pagamento. Caso as devoluções tenham lugar antes do encerramento do ano financeiro, trata-se de reposições abatidas nos pagamentos. Estas últimas implicam unicamente correções da dotação utilizada e do respetivo saldo disponível.

Da observação dos dois quadros antecedentes conclui-se para o período em observação:

- Em 2013 a **receita corrente** representou 76% da receita arrecadada totalizando um volume de 5,9 mil M€, enquanto a **receita de capital** representou 23,8% do total da receita cobrada e uma arrecadação um pouco superior a 1,8 mil M€. O valor das reposições não abatidas aos pagamentos representou, como seria normal, uma parcela ínfima da receita – 0,2% do total arrecadado e representando 13,5 €.
- A receita corrente aumentou 333 M€ em 2013 (+6,2%), valor muito significativo pois ultrapassou, bastante, o montante de redução

acumulada em 2011 e 2012.

- A receita de capital apresentou um comportamento muito flutuante no período em apreço. Assim, enquanto entre 2007 e 2009 cresceu significativamente (+569,7 M€), em 2010 baixou quase meio milhão de euros (-420,7 M€, -17,2%), em 2011 cresceu cerca de 87,4 M€ (+4,3%) mas, em 2012, voltou a baixar 2,7 M€ (-0,1%), mantendo essa tendência em 2013 com -258,2 M€ (-12,2%).
- O acréscimo possível de receita de capital proveniente do PAEL que abrangeu 95 municípios em 2013 e que, permitiu o aumento do valor dos empréstimos em +468,3 M€, foi completamente anulada

do pela diminuição de outras receitas de capital, nomeadamente as protagonizadas pelo município de Lisboa, que recebeu menos 229,3 M€⁴⁴ devido a receitas extraordinárias que não se repetiram, e à diminuição das transferências de capital de programas comunitárias que os municípios esperavam receber, mas que não se concretizaram, no montante de 177,6 M€. Outros 97 municípios⁴⁵ apresentaram diminuição de receita de capital na rubrica "outras receitas de

capital", não sendo possível identificar a origem da mesma. Contudo, os quadros seguintes procuraram avaliar os aumentos e decréscimos por grupos económicos de receita, permitindo entender os valores globais apresentados no quadro resumo anterior.

O comportamento das **receitas correntes e de capital** só se compreenderá pela análise das suas componentes económicas. Nos quadros subsequentes apresenta-se a respetiva decomposição por sub-rúbricas orçamentais, pese embora se tenha optado, em certas situações, por agregação de algumas rubricas da mesma natureza, independentemente de serem receitas correntes ou de capital.

No Quadro 2.09 apresenta-se o montante cobrado por sub-rúbricas económicas e o respetivo peso na receita total.

Quadro 2.09 – Evolução e estrutura das receitas cobradas⁴⁶

Unidade: milhões de euros

Receitas	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%
Impostos e taxas	2.878,6	38,2%	2.739,1	35,4%	2.537,6	31,0%	2.560,4	32,6%	2.482,0	31,9%	2.425,7	31,6%	2.452,1	31,5%
Rendimentos de propriedade	189,9	2,5%	238,7	3,1%	252,2	3,1%	258,4	3,3%	259,5	3,3%	266,3	3,5%	250,2	3,2%
Transferências recebidas	3.141,3	41,7%	3.250,0	42,0%	3.505,8	42,8%	3.588,6	45,7%	3.659,9	47,1%	3.584,0	46,6%	3.370,9	43,4%
Vendas de bens e serviços	692,1	9,2%	724,2	9,3%	709,4	8,7%	710,2	9,0%	704,7	9,1%	738,6	9,6%	749,8	9,6%
Outras receitas correntes	49,7	0,7%	67,1	0,9%	64,6	0,8%	67,0	0,9%	62,0	0,8%	62,0	0,8%	62,3	0,8%
Venda de bens duradouros	143,7	1,9%	134,9	1,7%	92,1	1,1%	117,1	1,5%	84,2	1,1%	68,8	0,9%	52,1	0,7%
Ativos financeiros	43,0	0,6%	33,6	0,4%	31,8	0,4%	10,8	0,1%	14,0	0,2%	18,6	0,2%	15,7	0,2%
Passivos financeiros	357,4	4,7%	528,8	6,8%	965,0	11,8%	516,4	6,6%	474,3	6,1%	220,1	2,9%	776,3	10,0%
Outras receitas de capital	34,3	0,5%	19,0	0,2%	33,5	0,4%	21,5	0,3%	17,8	0,2%	290,4	3,8%	32,0	0,4%
Reposições ã abatidas aos pagamentos	11,7	0,2%	11,6	0,1%	6,0	0,1%	9,2	0,1%	13,1	0,2%	9,0	0,1%	13,5	0,2%
Total	7.541,6	100%	7.746,9	100%	8.198,0	100%	7.859,5	100%	7.771,6	100%	7.683,4	100%	7.774,8	100%
Total munic. Açores	185,8	-	206,6	-	219,3	-	214,1	-	193,9	-	178,8	-	180,4	-
Total munic. Madeira	226,9	-	241,8	-	194,2	-	182,2	-	174,4	-	158,4	-	220,1	-

⁴⁶ Não inclui o valor do sado de gerência.

Quadro 2.10 – Variação da receita cobrada, por natureza económica

Unidade: milhões de euros

Receitas	Variação da receita em M€						Taxa de variação da receita					
	07/08	08/09	09/10	10/11	11/12	12/13	07/08	08/09	09/10	10/11	11/12	12/13
Impostos e taxas	-139,5	-201,5	22,8	-78,4	-56,3	26,4	-4,8%	-7,4%	0,9%	-3,1%	-2,3%	1,1%
Rendimentos de propriedade	48,8	13,5	6,2	1,2	6,8	-16,1	25,7%	5,6%	2,5%	0,4%	2,6%	-6,1%
Transferências recebidas	108,8	255,8	82,8	71,3	-75,9	-213,2 ⁴⁷	3,5%	7,9%	2,4%	2,0%	-2,1%	-5,9%
Vendas de bens e serviços	32,1	-14,8	0,8	-5,5	33,8	11,2	4,6%	-2,0%	0,1%	-0,8%	4,8%	1,5%
Outras receitas correntes	17,4	-2,5	2,4	-4,9	-0,1	0,4	35,1%	-3,8%	3,7%	-7,3%	-0,1%	0,6%
Venda de bens duradouros	-8,8	-42,8	25,0	-32,9	-15,4	-16,7	-6,1%	-31,7%	27,1%	-28,1%	-18,3%	-24,2%
Ativos financeiros	-9,4	-1,8	-21,0	3,2	4,6	-2,9	-21,8%	-5,3%	-66,0%	29,9%	32,9%	-15,6%
Passivos financeiros	171,3	436,3	-448,7	-42,1	-254,2	556,2	47,9%	82,5%	-46,5%	-8,2%	-53,6%	252,7%
Outras receitas de capital	-15,4	14,5	-12,0	-3,7	272,6	-258,5 ⁴⁸	-44,7%	76,3%	-35,7%	-17,1%	1529,8%	-89,0%
Reposições ã abatidas pagamentos	-0,1	-5,6	3,2	3,9	-4,1	4,6	-1,1%	-48,1%	52,8%	42,6%	-31,6%	50,8%
Total	205,2	451,1	-338,5	-87,9	-88,1	91,4	2,7%	5,8%	-4,1%	-1,1%	-1,1%	1,2%

Da observação dos quadros anteriores, poder-se-á concluir:

- O somatório das receitas fiscais, transferências, venda de bens e serviços (excluindo venda de bens de capital) e empréstimos bancários, têm representado em média, 93,5% das receitas totais com uma cobrança média anual de 7,3 mil M€.

⁴⁷ Municípios com uma diminuição em transferências superior a 5 milhões de euros:

Município	Dimensão	Variação 12-13 Transferências
Guimarães	G	-10.730.231
Aveiro	M	-10.453.823
Cascais	G	-10.139.786
Ourém	M	-10.108.918
Castelo Branco	M	-9.086.037
Lisboa	G	-8.198.473
Vila Nova de Famalicão	G	-6.864.718
Vila Nova de Gaia	G	-6.195.779
Santo Tirso	M	-5.870.515
Ílhavo	M	-5.809.356
Montemor-o-Velho	M	-5.770.921

⁴⁸ Conforme referido em relação ao quadro resumo das receitas de capital, só o município de Lisboa apresentou em “Outras Receitas de Capital” uma diminuição na ordem dos 256 milhões de euros, sendo que mais 96 municípios apresentaram diminuição de receitas nesta rubrica orçamental.

- Em 2013 o peso destas quatro componentes da receita⁴⁹ passou para 94,5% da receita total devido, essencialmente, ao enorme acréscimo dos empréstimos bancários, que aumentaram 556,2 M€ (+252,7%) no total do sector municipal.

• **Numa análise, ainda global, sobre a estrutura da receita municipal, importa referir o peso elevado do valor das transferências recebidas, que têm representado, em média, 44,2% da receita total dos municípios, evidenciando uma dependência financeira considerável, já realçada no Capítulo 1. Qualquer alteração no valor desta receita influenciará, de forma relevante, o desenvolvimento das políticas públicas desenhadas pelos órgãos executivos municipais. Em 2013, o peso desta receita baixou para 43,4%, verificando-se de facto, um decréscimo de valor transferido para o global dos municípios. Esse decréscimo cifrou-se em 213,2 M€ (-5,9%) e confirmou uma tendência já verificada em 2012, ano em que as transferências recebidas apresentaram já uma diminuição de 75,9 M€ (-2,1%), ainda assim, um corte bastante inferior ao verificado em 2013.**

⁴⁹ Que totalizaram 7.349 milhões de euros.

• A **receita fiscal**⁵⁰, outra das componentes essenciais da receita municipal e segunda receita com maior peso, tem representado em média 33,1% da receita total. Em 2013 o peso desta receita, na receita global, foi ligeiramente menor (31,5%), apesar do acréscimo global da coleta em +1,1% (+26,4 M€). Contudo, este aumento foi inferior à diminuição de receita fiscal que totalizou, cumulativamente em 2011⁵¹ e 2012, -134,7 milhões de euros.

O valor médio desta coleta, entre 2007 e 2013, foi de 2,6 mil M€ (33,2% das receitas totais). Em 2013, a cobrança da receita fiscal ficou muito abaixo dos valores médios ao situar-se aquém dos 2,5 mil M€ (31,5% da receita total).

No ponto 2.2.2.2 a seguir apresentado, analisa-se o impacto dos Impostos Municipais Diretos na Receita municipal, observando-se, em maior pormenor, a evolução das diferentes coletas fiscais.

⁵⁰ Incluindo taxas e impostos indiretos cobrados pelos municípios.

⁵¹ A diminuição desta receita já se manifestou em 2008 e 2009 apresentando taxas de variação negativas de -4,8% (-139,5 milhões de euros) e de -7,4% (-201,5 milhões de euros).

• Ainda baseados na estrutura da receita municipal, constata-se que a soma do valor das transferências com as receitas fiscais representa 75% da receita municipal, situação que traduz uma enorme rigidez na capacidade de gestão financeira dos municípios, pois trata-se de receitas cuja determinação não está no livre arbítrio do Poder Local: o montante de distribuição pelos municípios, no primeiro caso, é decidido anualmente pelo Orçamento de Estado e, no segundo caso, o volume de cobrança está intimamente relacionado com a dinâmica económica do país, que pouco dependerá da ação municipal face à pequena dimensão territorial dos municípios.

• Reconhecendo-se que as **transferências** continuam a ser a **receita mais representativa** da estrutura da receita municipal, justifica-se analisar, com mais pormenor, a decomposição desta receita pela sua natureza económica: transferências correntes e de capital e, ainda, pela sua origem.

Os Quadros 2.11 e 2.12 permitem fazer a distinção entre a repartição das transferências correntes e a das transferências de capital nos orçamentos municipais e respetivo peso na receita total.

Quadro 2.11 – Transferências Correntes e de Capital

Unidade: milhões de euros

Receitas	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%
06 – Transferências correntes	1.843,2	24%	1.960,9	25%	2.182,0	27%	2.228,9	28%	2.137,3	28%	2.071,8	27%	2.393,5	31%
10 – Transferências de capital	1.298,0	17%	1.289,1	17%	1.323,8	16%	1.359,7	17%	1.522,6	20%	1.512,3	20%	977,4	13%
Total transferências	3.141,3	42%	3.250,0	42%	3.505,8	43%	3.588,6	46%	3.659,9	47%	3.584,0	47%	3.370,9	43%
Receita Total	7.541,6	100%	7.746,9	100%	8.198,0	100%	7.859,5	100%	7.771,6	100%	7.683,4	100%	7.774,8	100%

Quadro 2.12 – Variação do volume de Transferências Correntes e de Capital

Unidade: milhões de euros

Receitas	Variação da receita em M€						Taxa de variação da receita					
	07/08	08/09	09/10	10/11	11/12	12/13	07/08	08/09	09/10	10/11	11/12	12/13
06 – Transferências correntes	117,7	221,1	46,8	-91,6	-65,5	321,7	6,4%	11,3%	2,1%	-4,1%	-3,1%	15,5%
10 – Transferências de capital	-9,0	34,7	35,9	162,9	-10,3	-534,9	-0,7%	2,7%	2,7%	12,0%	-0,7%	-35,4%
Total transferências	108,8	255,8	82,8	71,3	-75,9	-213,2	3,5%	7,9%	2,4%	2,0%	-2,1%	-5,9%

- O Quadro 2.11 distingue a contribuição das transferências correntes das de capital para a formação total da receita municipal. Enquanto as transferências correntes contribuem, em média, em 27,2% para a receita global dos municípios, as transferências de capital contribuem em apenas 17 %.
- As transferências correntes em 2013 aumentaram 321,7 M€ (+15,5%), ultrapassando e quebra verificada nos dois anos anteriores no total de -157,1 M€. O montante de transferências correntes efetuadas para os municípios em 2013 totalizou 2,4 mil M€, representando 31% da receita total auferida.
- As transferências de capital em 2013 apresentaram um decréscimo assinalável de 534,9 M€, ou seja, na ordem dos de 35,4%. Esta descida de receita poderá ter influenciado, negativamente, programas de investimento municipal.
- Anota-se que nos últimos dois anos, 2012 e 2013, o montante global de transferências para os municípios baixou em 289,1 M€, penalizando com certeza o desenvolvimento de projetos municipais e consequentemente as condições de vida das populações. **A leitura da nota de rodapé ao Quadro 2.10, onde são apresentados os municípios com diminuição das transferências superior a 5 mi-**

lhões de euros, permite verificar que à cabeça daquela listagem aparece o Município de Guimarães. Ora esta Cidade tinha sido, em 2012, Capital Europeia da Cultura, pelo que, numa fase de encerramento de contas e pagamentos de encargos assumidos, como terá sido o ano subsequente de 2013, a diminuição da receita de 10,7 M€, poderá ter sido elemento de perturbação e constrangimento financeiro, com graves implicações na economia local.

- Compondo-se as transferências de capital essencialmente de transferências do Orçamento de Estado e de Fundos Comunitários, representando, em média, as primeiras 59,9% do total das transferências auferidas pelos municípios (cerca de 818,7 M€) e os segundos 31,3% (cerca de 434,2 M€), julga-se pertinente, também, apresentar o desdobramento destas duas componentes e avaliar o impacto da sua variação na receita municipal.

O Quadro 2.13 mostra que tanto as transferências do Estado como as transferências provenientes dos Fundos Comunitários, em 2013 baixaram drasticamente. As primeiras -45,2% (-324,7 M€) e as segundas -26% (-177,6 M€). Estes dois cortes foram a causa da diminuição das transferências de capital para os municípios.

Quadro 2.13 – Principais Transferências de Capital

Unidade: milhões de euros

Transferências de capital	Montantes Recebidos (M€)					Variação das Transferências (M€)				Taxas de Variação			
	2009	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
Transferências do Estado	869	839,3	772,8	718,4	393,7	-29,7	-66,5	-54,4	-324,7	-3,4%	-7,9%	-7,0%	-45,2%
Fundos Comunitários	327,9	417,5	612,4	683,2	505,6	89,6	194,9	70,8	-177,6	27,3%	46,7%	11,6%	-26,0%

- **A venda de bens e serviços**⁵², incluindo bens duradouros, é a receita com mais significado, a seguir às transferências e às receitas fiscais, apresentando um valor globalmente superior ao dos passivos financeiros e representando, em média, 10,5% da receita total,

⁵² Anota-se que, estando esta análise centrada nos municípios e por isso na produção de bens e serviços dos seus serviços, não se reflete nesta estrutura da receita o desenvolvimento da produção e venda de serviços desconcentrados no sector empresarial local.

entre 2007 e 2013. Contudo, a influência do volume de venda de bens e serviços correntes na estrutura da receita municipal é bem diferente da influência da venda de bens de capital. A venda de bens e serviços correntes representou, em média, 9,2% das receitas totais e a venda de bens duradouros representou, em média, 1,3%, no mesmo período.

Em 2013, a cobrança desta receita, no montante de 801,9 M€, apresentou uma diminuição no valor de 5,4 M€ (- 0,7%), devido à dimi-

nuição das receitas de vendas de bens de capital. Esta pequena variação negativa em relação a 2012 não será uma situação que possa indiciar mudança de ciclo, uma vez que o valor total das vendas de bens correntes e de capital apresentaram uma situação sempre fluante entre 2007 e 2013. A diminuição agora verificada é, até, uma das menores dentro deste período.

Anota-se que neste ano de 2013, o produto da venda de bens e serviços correntes cresceu 1,5% (+11,2 M€), tendo sido a venda de bens de capital a apresentar uma descida de 16,7 M€ (-24.5%)⁵³.

• O volume de **Empréstimos Bancários e outros empréstimos** (Passivos Financeiros) representou, entre 2007/2013, em média, 7% do total da receita arrecadada. Esta média está fortemente influenciada pelo volume de empréstimos utilizados em **2009 e 2013, anos em que os passivos financeiros cresceram extraordinariamente**. Em 2009 o crescimento foi de 82,5% atingindo o valor de 965 M€ e representado 11,8% do volume total da receita. **Em 2013 o acréscimo de receitas creditícias foi de 556,2 M€ (+252,7%), chegando ao montante de 776,3 M€ de empréstimos utilizados (10% da receita total municipal)**⁵⁴.

Um montante avultado deste valor, totalizando 468,3 M€, foi utilizado em 2013 ao abrigo do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) como se poderá verificar no ponto 2.2.3 deste Anuário, no presente Capítulo.

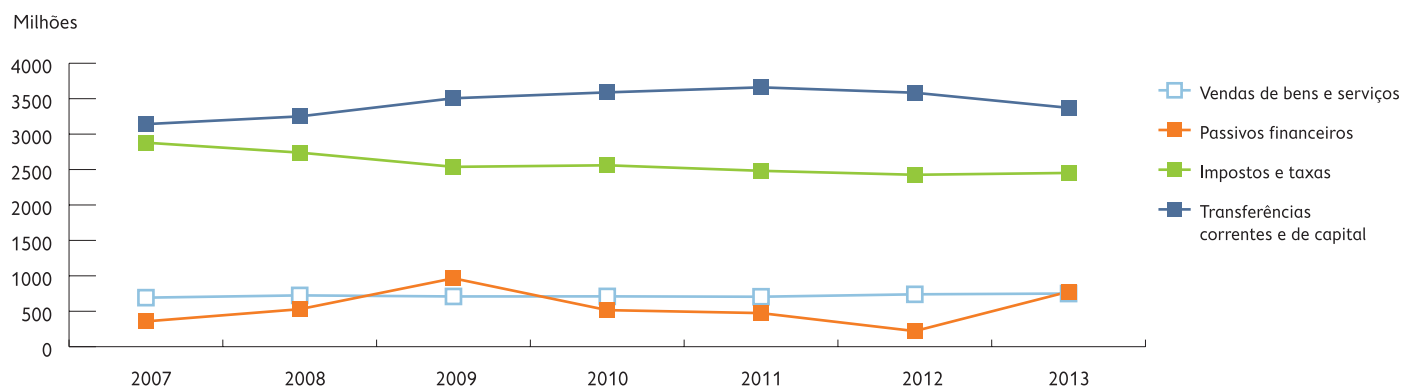
Em complemento aos quadros anteriores, o Gráfico 2.02 ilustra a evolução do volume de cobrança dos principais grupos de receita municipal.

⁵³ Esta descida foi protagonizada fundamentalmente pelo Município de Lisboa, que apresentou uma diminuição de Venda de Bens de Investimento na ordem dos 14,2 milhões de euros. Sines apresentou também uma quebra desta receita em cerca de 2,8 milhões euros.

⁵⁴ Municípios com maior volume de empréstimos utilizados em 2013:

Município	Dim.	Passivos Financeiros (euros)		
		Curto prazo	M/Longo p	TOTAL
Lisboa	G	34.000.000	25.000.000	59.000.000
Fundão	M	0	48.270.699	48.270.699
Vila do Conde	M	2.323.690	30.928.221	33.251.911
Funchal	G	3.500.000	28.410.797	31.910.797
Santarém	M	0	29.949.737	29.949.737
Évora	M	2.850.000	25.733.099	28.583.099
Vila Nova de Gaia	G	7.500.000	17.147.957	24.647.957
Trofa	M	0	23.716.361	23.716.361
Paredes	M	2.150.000	19.938.491	22.088.491

Gráfico 2.02 – Evolução do volume de cobrança das diferentes componentes da receita, entre 2007 e 2013



- Neste gráfico é visível a descida de receita proveniente da cobrança de impostos e taxas, com decréscimo mais acentuado entre 2007 e 2009, para uma situação de pequenas oscilações entre 2010 e 2013.
- Relativamente aos empréstimos bancários e outros empréstimos⁵⁵, as oscilações desta receita são mais abruptas, com um forte acréscimo de montantes utilizados entre 2007 e 2009, seguido de uma descida acentuada até 2012. No ano de 2013 aparece um súbito crescimento desta receita, sendo que 468,3 M€

são de empréstimos do Estado, através do PAEL.

- O traçado do volume e transferências recebidas pelos municípios é bem demonstrativo do progressivo crescimento das mesmas entre 2007 e 2011 e da mudança de rumo com descida desta receita a partir de 2012, sendo o montante recebido em 2013 pouco maior que o recebido seis anos atrás, em 2007.
- A linha representativa do volume de receita proveniente da venda de bens e serviços apresentou uma variação pouco relevante anotando-se, contudo, o aumento de valor verificado em 2012 e 2013.

⁵⁵ PAEL em 2013.

Gráfico 2.02.A – Evolução do volume de cobrança das diferentes componentes da receita dos Municípios da R.A. dos Açores, entre 2007 e 2013

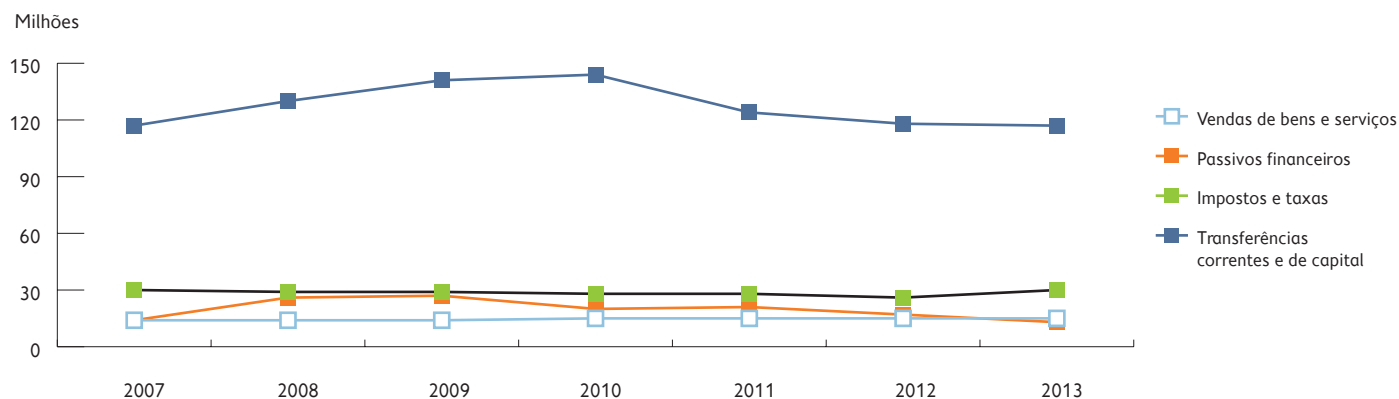
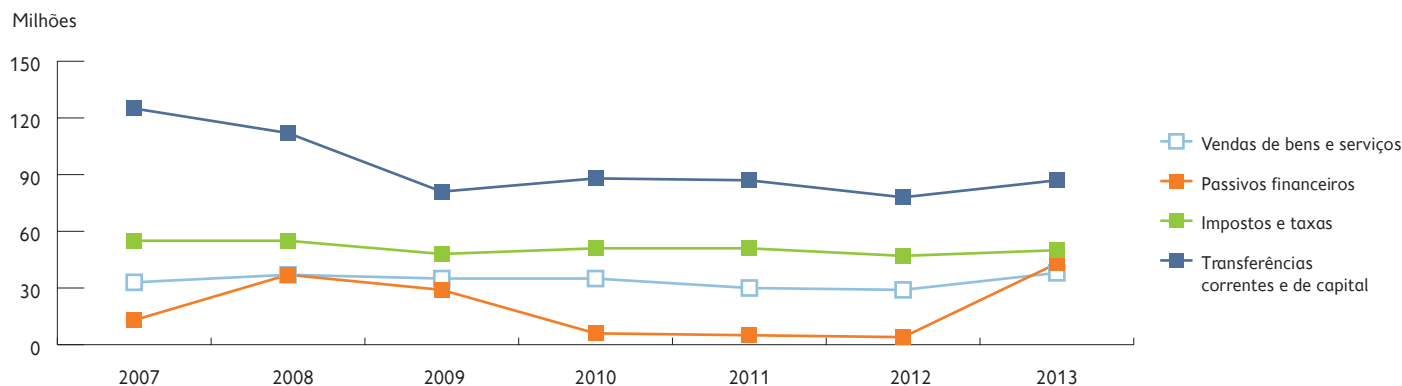


Gráfico 2.02.M – Evolução do volume de cobrança das diferentes componentes da receita dos Municípios da R.A. da Madeira, entre 2007 e 2013



• Sobre o cenário nas Regiões Autónomas (Gráficos 2.02A e 2.02M), nos Açores verifica-se também uma tendência de redução das transferências, desde 2010; os passivos financeiros apresentam uma ligeira tendência para descida desde 2009; a receita fiscal, assim como a proveniente de vendas de bens e serviços, segue estabilizada. Na Madeira, a estabilização existe nestes últimos tipos de

receita cobrada; as transferências, depois de uma descida abrupta entre 2007 e 2009, verificam a partir daí uma ligeira tendência de subida, atingindo em 2013 os valores de 2010-11; os passivos financeiros, depois de uma descida considerável entre 2008 e 2012, sobem para 43 M€ em 2013, valor mais alto do período em análise.

Importará, dada a classificação dos municípios em três grandes grupos, conhecer o grau de execução das receitas municipais por cada um desses grupos de municípios. Pela observação do Quadro 2.14, verifica-se que os níveis de execução das diferentes receitas diver-

gem significativamente, demonstrando quais as que, em 2013, em sede de elaboração do orçamento, apresentaram estimativas mais inflacionadas, mostrando também aqueles grupos de municípios com mais baixo grau de execução de receita.

Quadro 2.14 – Grau de execução orçamental da receita cobrada, por rubrica económica em 2013

Receitas	2013			
	Pequenos	Médios	Grandes	Total
01 – Impostos diretos	107,1%	98,8%	94,5%	97,3%
02 – Impostos indiretos	68,7%	59,6%	68,0%	65,4%
04 – Taxas, multas e outras penalidades	83,0%	65,8%	69,6%	70,1%
05 – Rendimentos de propriedade	72,9%	78,9%	62,5%	71,0%
06 – Transferências correntes	95,5%	94,3%	98,7%	95,8%
07 – Venda de bens e serviços	82,2%	80,3%	93,0%	84,6%
08 – Outras receitas correntes	26,0%	32,3%	97,6%	43,7%
Subtotal das receitas correntes	91,2%	89,3%	91,0%	90,4%
09 – Venda de bens de investimento	3,9%	4,6%	8,4%	6,1%
10 – Transferências de capital	53,2%	53,3%	48,0%	52,2%
11 – Ativos Financeiros	2,9%	24,7%	10,6%	11,8%
12 – Passivos Financeiros	52,5%	61,4%	59,0%	58,8%
13 – Outras Receitas de capital	8,7%	18,9%	250,9%	38,8%
Subtotal das receitas de capital	44,2%	47,5%	35,9%	43,4%
15 – Reposições não abatidas nos pagamentos	139,2%	159,9%	45,6%	68,3%
16 – Saldo da Gerência anterior	75,8%	77,8%	73,8%	75,8%
Total	70,5%	71,8%	73,4%	72,0%*

*Inclui receita do ano cobrada no ano, receita de anos anteriores cobrada no ano, e saldo de gerência.

Observando o quadro supra conclui-se, em relação a 2013:

- Todos os municípios, independentemente da sua dimensão apresentam bom nível global de execução de receita corrente. Já o grau de execução de receita de capital é bastante inferior, sendo mais baixo no grupo dos municípios de maior dimensão.
- Apesar de, na globalidade, os municípios apresentarem um grau de execução da receita de capital proveniente da venda bens de investimento (imóveis) muito baixo, claramente indiciando sobreavaliação das estimativas orçamentais, há municípios com melhor execução de receita nesta rubrica. Foram exemplo dessa situação em 2013: Porto com uma cobrança de 11,6 M€ representando uma execução de 145%, Portalegre com 1,8 M€ e uma execução de 58%, Vila do Conde com 1,7 M€ e uma execução de 71%, Évora com 639,8 milhares de euros e uma execução de 52% e Sintra com 492,4 milhares de euros e uma execução de 102%. Há um outro conjunto de municípios que apresentaram uma

execução de receita muito acima dos 100% na realização de venda de bens de investimento, mas cujo valor cobrado é pouco significativo para o seu próprio orçamento. Estão nesta situação: Leiria, Almada, Santarém, Vila Franca de Xira, Palmela, Póvoa de Lanhoso e Seia.

- Em relação ao grau de execução das transferências de capital, é o grupo dos municípios de grande dimensão que, na generalidade, apresenta pior performance. No ano de 2013 ficaram-se pela média de 48%. Contudo, há um conjunto de municípios que importa relevar, já que apresentaram execução desta receita acima dos 70%. Foram eles: Sintra (123,2%), Leiria (85,4%), Vila Franca de Xira (82,1%), Matosinhos (81,9%), Cascais (73,8%), Porto (73,3%) e Gondomar (73,1%).
- Relativamente à execução da rubrica dos passivos financeiros, apresenta-se o seguinte mapa auxiliar ao Quadro 2.14. Foram 43 os municípios com grau de utilização de empréstimos bancários igual ou superior a 100% do previsto orçamentalmente.

Quadro 2.14.Aux – Municípios com grau de execução de passivos financeiros igual ou superior a 100%

Município		Dimensão	Passivos Financeiros (€)	
			Valor previsto	Valor cobrado
1	Valpaços	P	1	2.649.478
2	Alandroal	P	2	570.000
3	Estremoz	P	10	2.710.733
4	Alvaiázere	P	517.455	1.718.333
5	Vila Nova da Barquinha	P	253.627	731.491
6	Vila Nova de Gaia	G	11.359.370	24.647.957
7	Baião	P	135.000	230.000
8	Évora	M	17.230.000	28.583.099
9	Ourém	M	2.736.300	4.118.153
10	Paredes	M	15.979.140	22.088.491
11	Rio Maior	M	1.179.232	1.550.966
12	Golegã	P	360.000	435.919
13	Santo Tirso	M	2.927.927	3.495.503
14	Nordeste	P	8.968.086	10.490.442
15	Ribeira Grande	M	580.961	668.893
16	Vagos	M	3.553.803	3.951.943
17	Amares	P	495.000	495.000
18	Belmonte	P	494.465	494.465
19	Benavente	M	250.000	250.000
20	Braga	G	5.000.000	5.000.000
21	Calheta (R. A. M.)	P	4.232.982	4.232.882
22	Castelo de Paiva	P	1.300.000	1.300.000
23	Espinho	M	9.126.751	9.126.751
24	Gondomar	G	909.699	909.700
25	Lagoa (Algarve)	M	4.000.000	4.000.000
26	Lagoa (R.A.A)	P	400.000	400.000
27	Loures	G	6.000.003	6.000.000
28	Lousada	M	284.194	284.194
29	Macedo de Cavaleiros	P	1.100.000	1.100.000
30	Madalena	P	430.000	430.000
31	Meda	P	4.000.000	4.000.000
32	Mértola	P	12.283	12.284
33	Mesão Frio	P	200.020	200.000
34	Mirandela	M	7.600.000	7.600.000
35	Mourão	P	704.860	704.859
36	Nazaré	P	600.000	600.000
37	Salvaterra de Magos	M	352.000	352.000
38	Valença	P	1.000.000	1.000.000
39	Valongo	M	16.263.896	16.263.896
40	Vendas Novas	P	2.000.025	2.000.000
41	Vila do Conde	M	33.252.921	33.251.911
42	Vila Nova de Paiva	P	568.890	568.890
43	Vila Viçosa	P	455.223	455.223

• Anota-se, ainda, que, em relação a esta receita, 55 municípios apresentaram uma execução de 0% na rubrica da receita relativa a passivos financeiros, e que 91 municípios não apresentaram sequer valores em orçamento para esta receita, nem assumiram, em sede de execução orçamental, qualquer valor. Exceto os municípios apresentados no quadro anterior, cerca de 119 executaram empréstimos numa percentagem inferior ao valor previsto.

Os Quadros 2.15 e 2.16 mostram, por grandes grupos de classificação económica, o **montante de excedente de receita prevista em relação à receita executada**⁵⁶ em 2013, permitindo apreciar o

⁵⁶ Diferença substancial entre as receitas previstas e a receita executada que, pela reiteração verificada ao longo dos anos, acabou por se transformar num problema estrutural da gestão municipal, originando em muitos municípios uma situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou de rutura financeira

montante de receita inflacionada⁵⁷ e o peso da mesma por natureza económica. Permitem, ainda, associar os níveis de execução ao montante não realizado de cada receita.

⁵⁷ Ver notas anteriores sobre esta matéria. O facto da aprovação das despesas ser levada a efeito através da aferição das dotações orçamentais inicialmente previstas e não pelas dotações reajustadas aos níveis da execução efetiva da receita, permite a contratualização de despesa manifestamente superior à receita executada. Tal facto, para além dos constrangimentos que provoca ao nível da tesouraria, é suscetível de originar problemas estruturais de rutura financeira. É este excedente orçado que tem sustentado autorização de despesa para a qual, posteriormente, se vem a verificar insuficientes meios líquidos de pagamento.

Quadro 2.15 – Nível de inflacionamento da Receita municipal reportado à receita cobrada

Unidade: milhões de euros

Receitas	Previsão (a)		Execução (cobrança) (b)		Montante inflacionado	
	2013	%	2013	%	Valor (a-b)	(a-b)/a (%)
Impostos e taxas	2.655,0	24,5%	2.452,1	31,5%	202,9	7,6%
Rendimentos de propriedade	352,6	3,3%	250,2	3,2%	102,4	29,0%
Transferências recebidas	4.370,5	40,4%	3.370,9	43,4%	999,7	22,9%
Vendas de bens e serviços	886,4	8,2%	749,8	9,6%	136,6	15,4%
Outras receitas correntes	142,7	1,3%	62,3	0,8%	80,3	56,3%
Venda de bens duradouros	861,0	8,0%	52,1	0,7%	808,9	93,9%
Ativos financeiros	133,7	1,2%	15,7	0,2%	118,0	88,2%
Passivos financeiros	1.319,7	12,2%	776,3	10,0%	543,4	41,2%
Outras receitas de capital	82,3	0,8%	32,0	0,4%	50,3	61,2%
Reposições não abatidas aos pagamentos	19,8	0,2%	13,5	0,2%	6,3	31,7%
Total	10.823,7	100%	7.774,8	100%	3.048,8	28,2%

• Confrontando os Quadros 2.18 e 2.19 com os Quadros 2.16 e 2.17, constata-se que rubricas económicas da receita com grau de execução bastante baixo, **têm menos influência no agravamento da sustentabilidade financeira dos municípios** que outras com grau de execução superior, face ao pouco peso que as mesmas apresentam na estrutura da receita. Será o peso que cada receita representa no total orçado, conjugado com o seu grau

de realização, que determinará o impacto na situação financeira dos municípios.

Assim, avaliando o montante de receita não realizada apresentaram-se como fatores **significativos de empolamento da receita global**, em 2013, os valores orçados nas seguintes sub-rúbricas económicas dos orçamentos municipais: **Transferências recebidas** com um valor orçado superior ao cobrado na ordem dos 999,7 M€ (cerca

de 22,9% do montante orçado), **Venda de bens de investimento** com mais de 808,9 M€ por arrecadar (93,9% do valor orçado), e **Passivos Financeiros** com 543,4 M€ de empréstimos estimados que ficaram por realizar (41,2% do montante orçado).

- Há outras receitas que se podem considerar inflacionadas, pois as regras orçamentais para a sua previsão deveriam garantir uma execução perto dos 100%. Tratam-se das **receitas fiscais**⁵⁸ que, mesmo assim, ficaram aquém do previsto em 202,9 M€ (7,6% do orçado) e da **venda de bens e serviços**, cuja cobrança foi inferior em 136,6 M€ ao valor estimado.

⁵⁸ O excedente de orçamentação verificado em relação aos Impostos e Taxas é injustificável face às regras de cálculo de estimativa orçamental impostas pelo POCAL. Será o excesso de estimativa de receitas com taxas e licenças nos pequenos e médios municípios, o principal fator de empolamento deste agregado económico da receita, não se podendo deixar de apontar o empolamento da rubrica impostos indiretos em todos os grupos municipais.

O quadro a seguir apresentado mostra o valor do excedente orçado sobre o cobrado, de impostos e taxas, em 2013.

Quadro 2.16 – Montante inflacionados de receita fiscal

Impostos	Montante de Inflacionamento (M€)
	2013
Impostos diretos	58,6
Impostos indiretos	67,7
Taxas, multas e outras penalidades	76,6
Total	202,9

O Quadro 2.17 permite avaliar o peso de cada rubrica económica da receita em cada grupo de municípios e concluir sobre a importância da cobrança da mesma, cruzando essa informação com a prestada, na globalidade, no Quadro 2.15.

Quadro 2.17 – Estrutura das Receitas Previstas no Ano de 2013, por grupos de municípios

Unidade: milhões de euros

Receitas	Pequenos		Médios		Grandes		Total	
Impostos e taxas	272,6	9,8%	957,8	21,7%	1.424,6	39,2%	2.655,0	24,5%
Rendimentos de propriedade	85,5	3,1%	127,2	2,9%	139,9	3,9%	352,6	3,3%
Transferências correntes	916,0	33,0%	979,7	22,2%	603,4	16,6%	2.499,1	23,1%
Vendas de bens e serviços	213,8	7,7%	407,0	9,2%	265,7	7,3%	886,4	8,2%
Outras receitas correntes	49,5	1,8%	63,6	1,4%	29,6	0,8%	142,7	1,3%
Total de Receitas Correntes	1.537,3	55,3%	2.535,2	57,5%	2.463,2	67,8%	6.535,8	60,4%
Venda de bens de investimento	190,3	6,8%	303,7	6,9%	367,0	10,1%	861,0	8,0%
Transferências de capital	713,1	25,7%	800,5	18,1%	357,9	9,8%	1.871,4	17,3%
Ativos financeiros	2,7	0,1%	12,7	0,3%	118,3	3,3%	133,7	1,2%
Passivos financeiros	301,9	10,9%	714,9	16,2%	302,9	8,3%	1.319,7	12,2%
Outras receitas de capital	31,3	1,1%	42,5	1,0%	8,4	0,2%	82,3	0,8%
Total de Receitas de Capital	1.239,3	44,6%	1.874,2	42,5%	1.154,6	31,8%	4.268,1	39,4%
Reposições não abatidas aos pagamentos	1,9	0,1%	2,4	0,1%	15,5	0,4%	19,8	0,2%
Total de Receitas	2.778,6	100%	4.411,8	100%	3.633,3	100%	10.823,7	100%
Saldo da Gerência anterior	136,6		142,7		142,1		421,4	
Total	2.915,1		4.554,6		3.775,4		11.245,1	

- As receitas municipais adquirem importância diferenciada nos três agrupamentos de municípios. Assim, para o **grupo de municípios de pequena dimensão** são vitais as receitas provenientes das transferências correntes e das transferências de capital⁵⁹, as quais representaram, respetivamente, 33% e 25,7% da receita orçada em 2013, adquirindo uma importância menor as receitas fiscais ao representarem apenas 9,8% do valor total da receita orçada. Para estes municípios as receitas fiscais pesam ainda menos que os passivos financeiros. **A fragilidade dos orçamentos dos municípios de pequena dimensão reside no empolamento desta última receita, pois pelo Quadro 2.14 verifica-se que apenas realizaram 52,5% do estimado, bem como no empolamento das transferências de capital, as quais se realizam, em média, apenas em 53% do estimado.**
- Observando as estimativas orçamentais no grupo dos **municípios de média dimensão**, constata-se que são também as transferências correntes, impostos e taxas e transferências de capital que representam os maiores montantes na previsão de receitas, sendo-lhes atribuído, respetivamente, o peso de 22,2%, 21,7% e 18,1% na receita total. Em 2013, o volume estimado de utilização de empréstimos bancários foi também de valor significativo, totalizando 715 M€ (16,2% do total orçado).
- O produto da venda de bens de investimento, porque apresentou um grau de realização muito baixo, (4,6%) para uma estimativa orçamental de 303,7 M€, contribuiu fundamentalmente para o excesso de orçamentação. De igual modo, as transferências de capital ao apresentarem uma taxa de execução de apenas 53,3% contribuíram igualmente para um inflacionamento da receita, permissivo do desenvolvimento de despesa para a qual não haverá subsequentemente meios financeiros para as liquidar.
- Observando o peso das componentes económicas da receita nos **municípios de grande dimensão**, verifica-se que as receitas fiscais (39,2%) apresentam maior peso nas estimativas orçadas e são as que detêm o maior grau de execução orçamental (94,5%), pese embora adquiram uma importância relevante outras receitas que surgem em sede de execução orçamental com elevados níveis de

inflacionamento, como as receitas de venda de bens de investimento com 8,4% de execução e as transferências de capital com uma taxa de concretização de apenas 48%. Assim, do total orçado pelos grandes municípios de 3,6 mil M€, ao concretizarem-se apenas 2,6 mil M€, ficaram por executar mil M€. Este montante, ao ser orçado e não executado, traduz o excesso de orçamentação facilitador da assunção de despesa sem a correspondente cobertura financeira. Será a lei dos compromissos o instrumento prático que poderá evitar esta situação?⁶⁰

2.2.2.2. Impacto dos Impostos Municipais na Receita Municipal

Face ao forte impacto na receita municipal do valor dos impostos municipais, dedica-se um ponto autónomo à análise mais detalhada deste tipo de receita, por origem e por grupos de municípios. O Ranking R7 reflete os 35 municípios que em 2013 apresentaram receitas provenientes de impostos, taxas e licenças, com maior peso na receita total.

⁵⁹ Assumem um papel particularmente importante as receitas provenientes do Fundo de Coesão.

⁶⁰ Não existem meios nem informação disponível que nos permita traduzir neste Anuário as implicações da lei dos compromissos no Controlo Orçamental e na redução dos efeitos negativos da sobre orçamentação.

R7 – Municípios com maior peso, em relação à receita total, de receitas provenientes de impostos e taxas⁶¹ em 2013

	Município	Dimensão	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1	Cascais	G	71,5%	71,3%	61,3%	61,1%	57,9%	57,4%	70,1%
2	Oeiras	G	69,1%	61,2%	69,3%	66,5%	66,0%	61,6%	67,7%
3	Portimão	M	68,8%	56,1%	47,0%	51,8%	54,8%	60,2%	64,3%
4	Seixal	G	63,6%	53,6%	53,8%	62,0%	56,4%	63,1%	63,7%
5	Maia	G	54,4%	58,4%	53,6%	56,0%	57,9%	62,2%	61,2%
6	Sintra	G	59,7%	61,3%	55,6%	43,6%	54,7%	50,8%	53,5%
7	Odivelas	G	58,0%	57,0%	55,6%	49,8%	51,8%	48,4%	53,2%
8	Lisboa	G	69,2%	69,8%	57,2%	68,5%	63,4%	42,0%	52,8%
9	Setúbal	G	56,1%	56,8%	51,8%	48,8%	45,9%	46,1%	52,6%
10	Almada	G	56,2%	54,6%	51,0%	45,7%	49,4%	52,1%	51,7%
11	Porto	G	59,8%	60,9%	51,4%	55,2%	54,2%	56,9%	51,6%
12	Faro	M	53,4%	45,6%	39,6%	51,7%	45,0%	53,0%	51,6%
13	Loulé	M	74,2%	67,3%	55,0%	54,1%	55,8%	55,2%	51,6%
14	Coimbra	G	44,6%	47,6%	45,0%	48,7%	45,5%	43,9%	49,7%
15	Palmela	M	61,6%	59,1%	43,2%	46,4%	48,6%	45,5%	48,9%
16	Montijo	M	58,7%	59,7%	42,2%	47,7%	47,9%	50,1%	48,5%
17	Vila Real de Santo António	P	40,7%	27,7%	26,3%	17,4%	33,1%	41,4%	48,1%
18	Matosinhos	G	66,6%	52,2%	44,7%	46,2%	40,5%	43,8%	47,7%
19	Leiria	G	52,7%	40,0%	39,1%	44,1%	43,7%	44,6%	46,8%
20	Benavente	M	47,0%	52,6%	40,9%	45,1%	39,9%	39,2%	46,5%
21	Tavira	M	58,7%	51,8%	35,7%	50,1%	40,7%	47,5%	45,5%
22	Loures	G	62,6%	58,8%	43,5%	53,1%	48,4%	44,6%	45,4%
23	Alcochete	P	52,7%	53,9%	39,0%	48,9%	35,8%	37,5%	44,4%
24	Caldas da Rainha	M	42,3%	44,0%	33,0%	40,3%	43,6%	41,9%	44,1%
25	Albufeira	M	67,0%	63,7%	49,2%	47,8%	48,8%	46,3%	43,6%
26	Vila Nova de Gaia	G	39,6%	41,2%	40,4%	51,1%	44,6%	46,3%	43,4%
27	Aveiro	M	51,4%	28,6%	32,5%	43,2%	53,2%	48,4%	43,2%
28	Mafra	M	59,3%	58,2%	41,5%	41,7%	44,9%	45,1%	42,4%
29	Lagos	M	57,3%	61,3%	40,4%	44,5%	50,5%	54,3%	42,2%
30	Lagoa (Algarve)	M	57,7%	54,8%	49,4%	51,5%	53,5%	52,6%	41,3%
31	Torres Vedras	M	47,8%	38,3%	36,6%	37,4%	28,7%	34,8%	41,0%
32	Figueira da Foz	M	45,4%	43,0%	34,8%	42,6%	24,6%	46,0%	40,3%
33	Grândola	P	37,2%	40,0%	44,6%	55,1%	29,6%	35,5%	40,0%
34	Viseu	M	42,2%	42,1%	37,9%	29,4%	37,6%	38,9%	39,9%
35	Ovar	M	46,7%	41,6%	36,4%	30,7%	31,6%	32,3%	39,8%

⁶¹ (Impostos diretos, Impostos indiretos e taxas) / (Receitas Correntes + Receitas de Capital + Reposições).

- Comparando o Ranking de 2013 com o homólogo do ano anterior, verifica-se que o peso destas receitas aumentou na maioria em 2013⁶². Contudo, se nos reportarmos a anos precedentes, nomeadamente os anteriores a 2009, verificamos que estas receitas já tiveram maior peso na estrutura da receita municipal.
- Verifica-se, ainda, que só 13 municípios apresentaram receitas fiscais que ultrapassaram os 50% das receitas totais. Tal situação é reveladora das atuais dificuldades dos municípios ao estarem cada vez mais dependentes de receitas provenientes de transferências do

Orçamento de Estado e, no ano em apreço, de meios de financiamento bancário (Quadro 2.09).

- Há um conjunto de 18 municípios⁶³ que, embora constem do Ranking R5 como municípios com maior volume de receita cobrada, não constam do Ranking anterior (R7), o que se deve ao facto das suas receitas estarem dependentes da receita dos impostos em menos de 38,9%.

⁶² No ano anterior o município do Seixal liderou esta lista com o peso de 63,1%.

⁶³ Amadora, Barcelos, Barreiro, Braga, Évora, Funchal, Fundão, Gondomar, Guimarães, Paredes, Pombal, Santa Maria da Feira, Santarém, Sesimbra, Viana do Castelo, Vila do Conde, Vila Franca de Xira, Vila Nova de Famalicão.

R7.A – Peso, em relação à receita total, de receitas provenientes de impostos e taxas nos Municípios da R.A. dos Açores, em 2013

	Município	Dimensão	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1	Ponta Delgada	M	37,4%	29,1%	32,5%	36,4%	38,2%	33,4%	38,0%
2	Angra do Heroísmo	M	15,4%	17,7%	16,7%	15,2%	15,0%	21,1%	19,2%
3	Lagoa (R.A.A)	P	27,6%	13,0%	14,5%	15,9%	12,1%	15,1%	19,1%
4	Vila Franca do Campo	P	14,0%	11,9%	17,3%	13,8%	5,8%	5,8%	17,7%
5	Horta	P	18,1%	17,5%	13,4%	15,1%	16,4%	17,7%	17,4%
6	Ribeira Grande	M	14,1%	10,0%	7,8%	9,3%	11,8%	9,0%	16,3%
7	Vila da Praia da Vitória	M	11,7%	9,2%	8,8%	6,8%	11,8%	12,7%	15,4%
8	Vila do Porto	P	6,6%	8,9%	5,4%	6,3%	8,3%	7,6%	12,2%
9	Povoação	P	7,0%	9,8%	8,2%	5,7%	5,7%	8,7%	11,9%
10	Calheta (R. A. A.)	P	3,2%	4,7%	2,0%	5,6%	5,7%	7,2%	10,7%
11	São Roque do Pico	P	6,1%	5,9%	4,6%	3,9%	4,6%	7,4%	10,3%
12	Santa Cruz da Graciosa	P	5,7%	6,1%	5,9%	5,6%	6,7%	5,5%	10,3%
13	Velas	P	6,9%	5,5%	5,8%	5,9%	7,2%	6,3%	9,5%
14	Madalena	P	5,7%	5,2%	5,3%	7,6%	8,1%	8,7%	9,4%
15	Santa Cruz das Flores	P	3,4%	5,3%	4,8%	5,3%	5,2%	6,0%	5,7%
16	Lajes do Pico	P	3,7%	2,9%	4,9%	1,4%	5,5%	4,0%	3,9%
17	Lajes das Flores	P	1,6%	1,7%	1,2%	1,3%	2,8%	2,0%	2,9%
18	Nordeste	P	3,0%	4,7%	3,6%	3,5%	4,9%	4,6%	2,6%
19	Corvo	P	1,1%	0,8%	0,6%	0,8%	0,5%	0,6%	1,2%

R7.M – Peso, em relação à receita total, de receitas provenientes de impostos e taxas nos Municípios da R.A. da Madeira, em 2013

Município		Dimensão	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1	Santa Cruz	M	31,1%	20,3%	31,6%	29,9%	32,6%	37,1%	36,2%
2	Porto Santo	P	28,5%	44,1%	39,7%	44,8%	37,1%	51,5%	28,7%
3	Funchal	G	34,5%	35,4%	37,5%	38,9%	43,2%	38,3%	26,5%
4	Machico	M	17,4%	13,5%	19,9%	19,8%	16,6%	25,8%	25,9%
5	Ponta do Sol	P	12,4%	10,2%	13,3%	17,8%	15,1%	19,6%	15,7%
6	Ribeira Brava	P	6,1%	7,9%	6,4%	12,6%	11,5%	14,2%	14,6%
7	Câmara de Lobos	M	16,3%	15,4%	17,8%	19,1%	18,9%	22,6%	12,3%
8	São Vicente	P	6,6%	5,2%	4,2%	8,2%	8,3%	7,5%	12,1%
9	Calheta (R. A. M.)	P	18,7%	12,5%	15,8%	13,0%	13,1%	13,7%	11,3%
10	Santana	P	5,4%	9,0%	4,5%	9,1%	8,0%	11,5%	10,3%
11	Porto Moniz	P	5,7%	4,1%	3,0%	2,8%	3,3%	4,6%	4,9%

• Relativamente às Regiões Autónomas, o peso das receitas fiscais na receita total é inferior a 38,1% em todos os municípios, assumindo mesmo, em mais de um terço dos municípios Açorianos, pesos inferiores a 10%: Considerando a predominância de municípios pequenos, mais uma vez se confirma e enorme dependência destes em relação às transferências correntes e de capital como fonte de receita.

Sendo ainda bem relevante para os municípios a receita proveniente dos impostos diretos que lhe são imputáveis, apresenta-se no Quadro 2.18 o peso relativo de cada componente destes impostos, por grupos de municípios.

Quadro 2.18 – Estrutura dos Impostos Diretos cobrados em 2013

Impostos cobrados	Pequenos	Médios	Grandes	Total
IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis)	62,8%	65,6%	56,4%	60,5%
IUC (Imposto Único de Circulação)	15,0%	12,5%	11,1%	12,1%
IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis)	16,0%	16,2%	19,1%	17,7%
Derrama	6,2%	5,6%	13,2%	9,6%
Impostos abolidos	0,0%	0,1%	0,2%	0,2%
Impostos diretos diversos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Total	100%	100%	100%	100%

• O quadro anterior é demonstrativo da importância da receita proveniente do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), que representa, em média, 60,5% da receita fiscal cobrada a favor dos muni-

cípios. Contudo, é no grupo dos municípios de média dimensão que o peso desta receita mais se faz sentir.

- O peso do IMT, em 2013 está muito longe da importância que já adquiriu em tempos idos⁶⁴ na receita municipal, representando agora apenas 17,7% da receita fiscal auferida e adquirindo maior importância, como seria de esperar, nos municípios e maior dimensão.
- O peso da Derrama no total das receitas fiscais é significativamente maior nos municípios de grande dimensão, ultrapassando o

dobro do peso verificado nos restantes dois grupos de municípios, o que também é expectável, dada a concentração industrial nessas áreas.

A importância da receita dos Impostos Diretos leva a que se apresente, ainda, um quadro com a evolução da cobrança destes impostos entre 2007 e 2013, sendo que o Gráfico 2.03 permitirá uma melhor percepção dessa mesma evolução.

⁶⁴ A crise económica que o país atravessa reflete-se essencialmente na coleta deste imposto devido à recessão no sector da construção e da venda imobiliária.

Quadro 2.19 – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos entre 2007 e 2013

Unidade: milhões de euros

Impostos diretos	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Variação 12-13(%)	Variação 07-13(%)
IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis)	973,8	1081,6	1049,9	1.108,4	1.167,9	1.229,2	1.297,3	5,5%	33,2%
IUC (Imposto Único de Circulação)	138,1	139,0	160,8	170,2	183,8	207,9	258,5	24,3%	87,1%
IMT (Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas Imóv.)	881,2	763,4	610,0	616,1	501,5	385,9	379,3	-1,7%	-57,0%
Derrama	312,7	250,5	320,1	267,9	251,7	261,2	205,7	-21,2%	-34,2%
Impostos abolidos	91,8	40,4	23,2	13,5	7,3	3,4	3,2	-4,2%	-96,5%
Impostos diretos diversos	2,6	3,8	3,9	1,7	1,1	0,7	0,5	-28,9%	-80,3%
Total Impostos diretos	2.400,3	2.278,8	2.167,9	2.177,8	2.113,2	2.088,3	2.144,5	2,7%	-10,7%
IMT/ IMI	90,5%	70,6%	58,1%	55,6%	42,9%	31,4%	29,2%		
IMI / Total Impostos Diretos	40,6%	47,5%	48,4%	50,9%	55,3%	58,9%	60,5%		
(IUC+IMT+Derrama+outros) / Total Impostos Diretos	59,4%	52,5%	51,6%	49,1%	44,7%	41,1%	39,5%		

- Há a assinalar, para a totalidade dos municípios, o **aumento global do IMI e do IUC**, e em contrapartida, **a diminuição significativa de valor do IMT** entre 2007 e 2013, baixando cerca de 57% (- 501,9 M€).
- O IUC cresceu no mesmo período 87,1%, passando de um valor anual de 138,1 M€ para 258,5 M€, sendo que, só no ano de 2013 aumentou 24,3%.
- Relativamente à **Derrama** verifica-se a contínua descida desta receita, que baixou 43,2% (-107 M€) entre 2007 e 2013, apresentando, ainda, um acentuado decréscimo no último ano, com uma coleta inferior à do ano precedente em 55,5 M€ (- 21,2%). Tal não

é alheio certamente à evolução da atividade económica no país nos últimos anos.

O traçado das linhas no Gráfico 2.03 ilustra bem o crescimento do IMI, a descida acentuada do IMT o aumento progressivo do IUC e a descida com flutuações da Derrama.

Gráfico 2.03 – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos entre 2007 e 2013

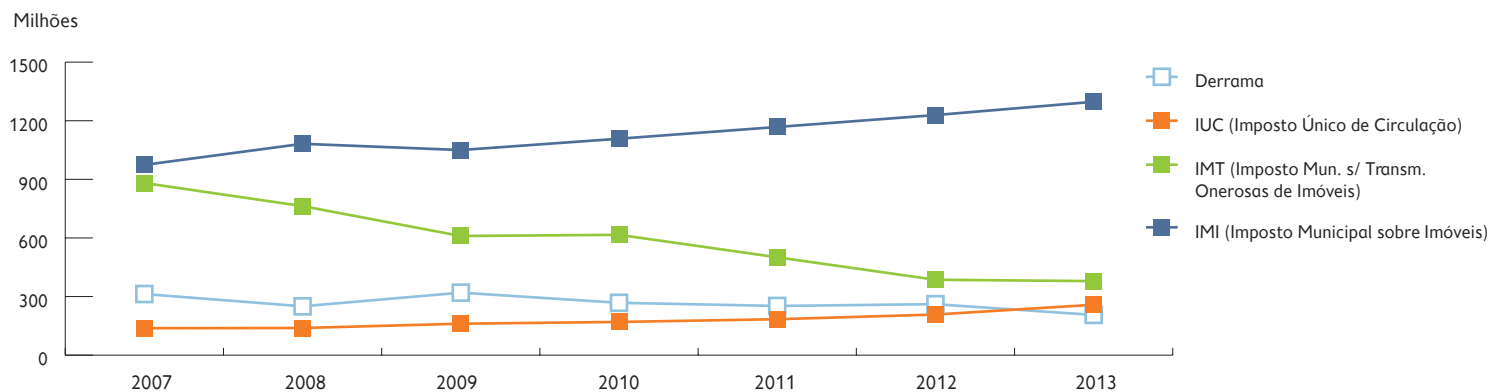


Gráfico 2.03.A – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos nos municípios da R.A. dos Açores entre 2007 e 2013

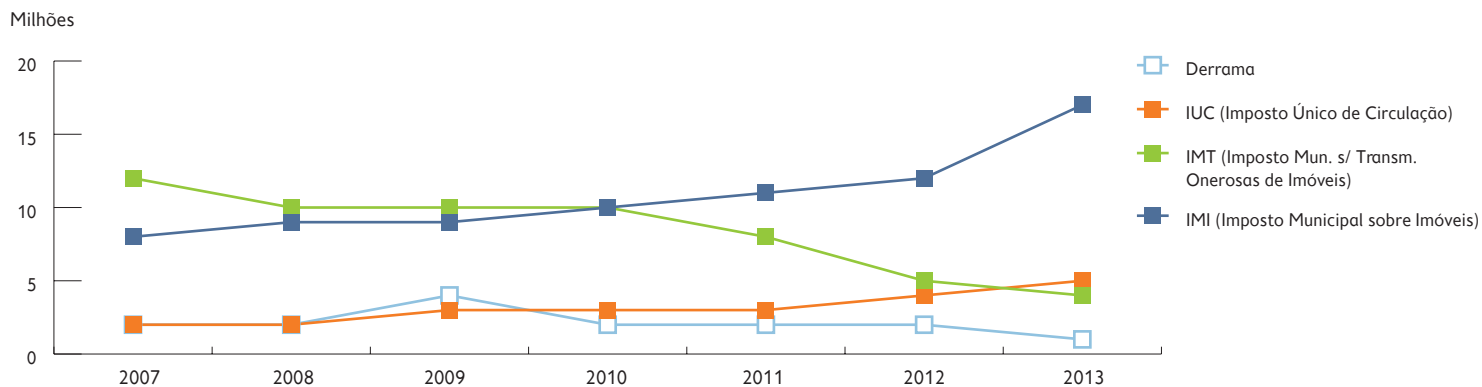
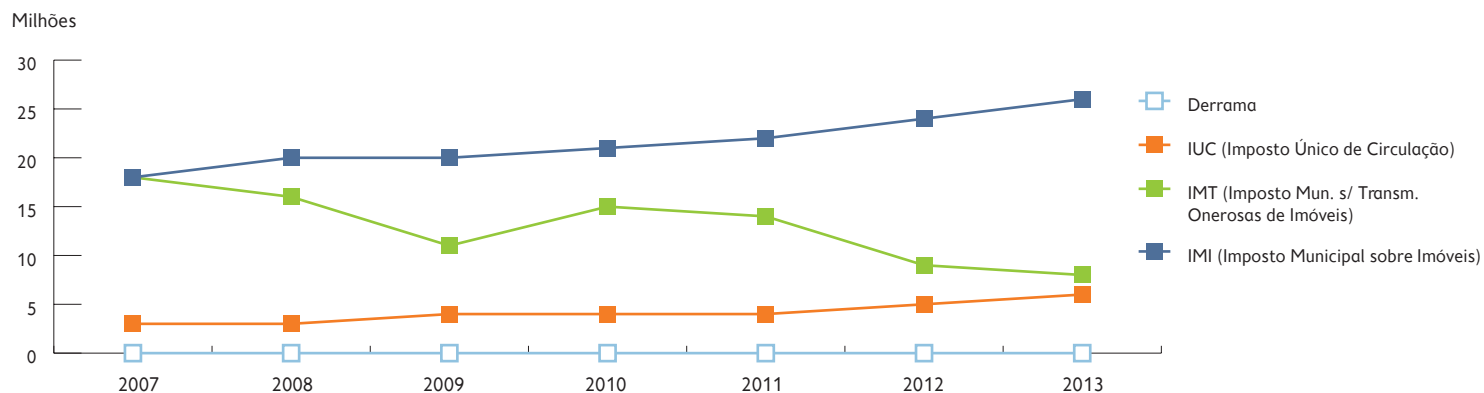


Gráfico 2.03.M – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos nos municípios da R.A. da Madeira entre 2007 e 2013



• Relativamente às Regiões Autónomas (Gráficos 2.03A e 2.03M) as tendências acompanham a região continental. Curioso é notar que, nos Açores a receita de IMT desce partindo de valores entre 2007 e 2009 que eram superiores aos do IMI. Na Madeira, a tendência decrescente da receita de IMI entre 2007 e 2009 inverte-se em 2010 (crescimento de 3,4 M€), voltando a decrescer ligeiramente em 2011

e acentuadamente até 2013. De notar também que as receitas de Derrama são nulas nesta Região Autónoma. No Ranking R8 a seguir apresentado, listam-se os 35 municípios com maior receita cobrada de IMI, em 2013.

R8 – Municípios com maior receita cobrada de IMI, em 2013

Unidade: euros

Município	Dimensão	IMI						Variação 12-13 %
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	
1 Lisboa	G	99.780.693	101.507.452	104.660.321	109.860.845	114.914.839	96.782.528	-15,8%
2 Sintra	G	41.908.666	42.979.344	46.697.127	48.442.202	50.129.686	46.489.974	-7,3%
3 Cascais	G	42.006.657	35.104.226	41.138.667	41.824.274	45.668.005	44.835.552	-1,8%
4 Porto	G	45.153.973	39.763.922	42.691.507	42.116.783	45.278.777	41.884.041	-7,5%
5 Vila Nova de Gaia	G	33.354.344	30.837.957	32.702.835	34.798.078	37.692.279	39.377.409	4,5%
6 Loulé	M	25.098.993	25.445.391	26.498.629	26.397.730	30.364.677	31.911.875	5,1%
7 Oeiras	G	27.118.813	26.740.266	28.118.775	30.015.085	31.671.424	28.376.284	-10,4%
8 Almada	G	21.388.159	22.255.714	24.163.983	24.639.564	25.680.561	26.131.182	1,8%
9 Loures	G	27.011.369	23.926.445	26.084.067	27.064.278	28.191.235	26.007.911	-7,7%
10 Coimbra	G	19.382.156	20.774.716	22.261.426	24.377.807	24.304.745	25.591.139	5,3%
11 Albufeira	M	18.368.852	19.821.059	18.377.385	18.129.852	18.658.220	24.044.301	28,9%
12 Matosinhos	G	21.330.894	20.670.614	22.299.327	23.217.305	24.619.612	23.208.186	-5,7%
13 Seixal	G	16.908.105	17.297.807	18.454.661	19.490.933	20.934.099	21.815.951	4,2%
14 Braga	G	17.637.509	17.462.569	18.490.034	19.724.557	19.301.464	21.286.505	10,3%
15 Setúbal	G	15.030.680	14.314.476	14.194.649	15.639.409	16.295.559	21.124.407	29,6%
16 Portimão	M	16.111.331	13.889.328	14.069.339	15.618.630	16.580.026	20.519.868	23,8%
17 Maia	G	17.823.969	16.375.193	17.978.038	19.105.995	20.945.767	18.749.527	-10,5%
18 Amadora	G	19.173.866	17.815.107	19.296.332	19.549.027	20.675.979	18.221.646	-11,9%
19 Odivelas	G	16.798.420	16.444.871	16.942.149	17.516.397	18.200.936	17.698.544	-2,8%
20 Guimarães	G	13.342.821	12.986.916	14.131.554	15.600.068	15.936.301	16.956.747	6,4%
21 Leiria	G	12.257.886	11.885.242	11.968.815	12.961.418	13.751.723	16.239.882	18,1%
22 Santa Maria da Feira	G	12.338.471	11.341.176	12.137.580	12.975.905	13.702.197	14.738.595	7,6%
23 Gondomar	G	14.462.936	13.777.143	14.783.110	15.486.336	15.838.409	14.574.783	-8,0%
24 Funchal	G	11.930.012	11.901.406	12.612.381	12.901.520	14.205.367	14.513.013	2,2%
25 Vila Franca de Xira	G	15.198.327	13.864.731	14.441.375	15.054.480	16.387.047	13.027.698	-20,5%
26 Vila Nova de Famalicão	G	8.779.145	9.773.569	10.391.139	11.042.787	12.023.115	12.211.576	1,6%
27 Viseu	M	9.931.426	9.162.907	8.770.272	10.068.514	10.189.372	12.085.108	18,6%
28 Vila do Conde	M	8.685.138	7.911.404	8.247.618	8.642.201	9.127.070	12.076.142	32,3%
29 Lagos	M	8.695.947	8.409.395	8.783.690	10.075.547	11.039.297	11.777.374	6,7%
30 Palmela	M	8.674.890	8.293.540	8.273.936	8.951.376	8.939.030	10.989.435	22,9%
31 Torres Vedras	M	7.001.341	6.656.732	7.546.045	7.955.194	9.345.394	10.547.662	12,9%
32 Sesimbra	M	7.886.539	8.006.951	8.488.929	8.877.510	9.333.955	10.311.204	10,5%
33 Viana do Castelo	M	9.378.194	8.431.104	8.621.663	8.794.549	9.228.746	9.997.611	8,3%
34 Faro	M	7.639.697	8.298.354	8.635.287	9.934.121	10.273.009	9.958.005	-3,1%
35 Mafra	M	9.464.422	8.903.078	9.775.602	10.658.465	11.437.138	9.919.905	-13,3%

• Em 2013 continuam a liderar a cobrança desta coleta os mesmos cinco municípios: Lisboa, Sintra, Cascais, Porto e Vila Nova de Gaia. Porém, a diferença entre o valor arrecadado por Lisboa e o dos quatro municípios que lhe seguem é significativamente diferente. Lisboa arrecada cerca de 97 M€ e os três municípios seguintes ficam pela metade desta receita. Vila Nova de Gaia não chega a cobrar 40 M€.

• Apesar da dominância, Lisboa apresenta uma descida de coleta na ordem dos 15,8% e os três municípios seguintes apresentam, também, diminuição do valor cobrado. Do primeiro grupo de 10 municípios, só quatro apresentam crescimento desta receita, com especial relevância para Vila Nova de Gaia (+4,5%), Loulé (+5,1%) e Coimbra (+5,3%).

R8.A – Receita cobrada de IMI dos Municípios da R.A. dos Açores, em 2013

Unidade: euros

Município	Dimensão	IMI						Variação 12-13 %
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	
1 Ponta Delgada	M	4.112.068	4.206.673	4.927.407	5.264.034	5.281.957	6.678.746	26,4%
2 Angra do Heroísmo	M	944.921	1.018.937	1.135.771	1.175.041	1.237.897	2.100.163	69,7%
3 Ribeira Grande	M	648.335	659.479	648.194	805.658	872.283	1.536.470	76,1%
4 Vila da Praia da Vitória	M	459.740	480.922	541.763	593.216	632.155	1.126.690	78,2%
5 Vila Franca do Campo	P	383.788	380.296	345.579	591.916	652.178	1.080.781	65,7%
6 Horta	P	693.674	677.393	726.792	785.477	831.749	1.059.428	27,4%
7 Lagoa (R.A.A)	P	593.318	614.868	718.196	715.574	734.137	952.076	29,7%
8 Madalena	P	152.173	163.419	194.435	210.178	209.650	420.255	100,5%
9 Povoação	P	137.553	171.261	153.583	174.595	188.659	387.278	105,3%
10 Vila do Porto	P	152.253	194.030	133.705	175.040	203.598	330.576	62,4%
11 Santa Cruz da Graciosa	P	78.743	97.437	111.752	160.038	133.520	309.385	131,7%
12 Calheta (R. A. A.)	P	84.026	108.549	116.563	124.071	159.557	290.287	81,9%
13 Lajes do Pico	P	59.288	66.663	77.530	180.576	124.839	262.092	109,9%
14 Velas	P	132.348	145.268	113.964	179.050	179.436	260.919	45,4%
15 São Roque do Pico	P	142.133	165.450	117.081	133.217	142.188	258.232	81,6%
16 Nordeste	P	74.018	86.575	90.782	99.102	102.911	234.827	128,2%
17 Santa Cruz das Flores	P	43.992	48.591	51.256	59.400	62.825	111.873	78,1%
18 Lajes das Flores	P	21.972	24.789	29.372	31.595	34.194	83.579	144,4%
19 Corvo	P	6.505	6.286	6.320	6.355	8.753	16.036	83,2%

R8.M – Receita cobrada de IMI dos Municípios da R.A. da Madeira, em 2013

Unidade: euros

Município	Dimensão	IMI						Variação 12-13 %	
		2008	2009	2010	2011	2012	2013		
1	Funchal	G	11.930.012	11.901.406	12.612.381	12.901.520	14.205.367	14.513.013	2,2%
2	Santa Cruz	M	2.613.469	2.524.286	2.595.435	2.916.293	3.273.161	3.277.296	0,1%
3	Porto Santo	P	1.450.696	1.211.513	1.345.702	1.308.842	1.326.218	1.871.528	41,1%
4	Câmara de Lobos	M	1.737.176	1.500.161	1.451.405	1.384.948	1.452.891	1.708.983	17,6%
5	Machico	M	918.106	1.012.624	1.043.760	1.100.375	1.297.069	1.588.475	22,5%
6	Calheta (R. A. M.)	P	420.040	487.130	541.547	610.863	628.146	809.514	28,9%
7	Ribeira Brava	P	401.563	405.532	478.031	496.425	439.928	619.702	40,9%
8	Ponta do Sol	P	379.063	325.099	515.757	417.630	430.641	455.784	5,8%
9	Santana	P	276.673	295.088	327.635	315.233	393.046	435.626	10,8%
10	São Vicente	P	184.411	175.855	182.912	208.132	239.631	360.921	50,6%
11	Porto Moniz	P	48.757	65.058	68.407	80.531	79.698	154.526	93,9%

• Os Rankings R8.A e R8.M mostram, respetivamente para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, também diferenças acentuadas entre os montantes de receita de IMI do primeiro município de ambos os rankings, face à receita dos que lhe seguem. Diferentemente do que acontece nos municípios da região continental, nos Açores todos os municípios apresentam taxas de crescimento significativas do IMI de 2012 para 2013, sendo que em seis municípios a taxa de crescimento ultrapassa os 100%, destacando-se Lajes das Flores com +144,4%. Na Madeira as taxas de crescimento também são positivas em todos os municípios, sendo a máxima no Porto

Moniz (+93,9% de IMI face a 2012).

Face ao reconhecimento da diminuição de receita do IMI para alguns municípios e porque o ranking geral anterior (R8) não os abrange a todos, apresenta-se de seguida a listagem da totalidade dos municípios com descida de receita do IMI em 2013. Foram 31 os municípios que se encontraram nessa situação e são apresentados por ordem decrescente do montante de diminuição da coleta.

• Pelo volume arrecadado, lidera esta descida o município de Lisboa, com -18,1 M€, seguido de Leiria com -6,4 M€. Os restantes municípios vêm reduzidas as suas receitas a partir dos 3,6 M€.

R9 – Municípios com diminuição de IMI em 2013

Unidade: euros

Município	Dim.	IMI						Variação 12-13	Variação 12-13 %
		2008	2009	2010	2011	2012	2013		
1 Lisboa	G	99.780.693	101.507.452	104.660.321	109.860.845	114.914.839	96.782.528	-18.132.311	-15,8%
2 Aveiro	M	9.162.457	8.417.520	8.774.438	9.704.525	9.989.687	3.526.560	-6.463.128	-64,7%
3 Sintra	G	41.908.666	42.979.344	46.697.127	48.442.202	50.129.686	46.489.974	-3.639.712	-7,3%
4 Porto	G	45.153.973	39.763.922	42.691.507	42.116.783	45.278.777	41.884.041	-3.394.737	-7,5%
5 Vila Franca de Xira	G	15.198.327	13.864.731	14.441.375	15.054.480	16.387.047	13.027.698	-3.359.349	-20,5%
6 Oeiras	G	27.118.813	26.740.266	28.118.775	30.015.085	31.671.424	28.376.284	-3.295.140	-10,4%
7 Amadora	G	19.173.866	17.815.107	19.296.332	19.549.027	20.675.979	18.221.646	-2.454.333	-11,9%
8 Maia	G	17.823.969	16.375.193	17.978.038	19.105.995	20.945.767	18.749.527	-2.196.240	-10,5%
9 Loures	G	27.011.369	23.926.445	26.084.067	27.064.278	28.191.235	26.007.911	-2.183.324	-7,7%
10 Mafra	M	9.464.422	8.903.078	9.775.602	10.658.465	11.437.138	9.919.905	-1.517.233	-13,3%
11 Matosinhos	G	21.330.894	20.670.614	22.299.327	23.217.305	24.619.612	23.208.186	-1.411.426	-5,7%
12 Gondomar	G	14.462.936	13.777.143	14.783.110	15.486.336	15.838.409	14.574.783	-1.263.626	-8,0%
13 Cascais	G	42.006.657	35.104.226	41.138.667	41.824.274	45.668.005	44.835.552	-832.453	-1,8%
14 Valongo	M	7.477.553	7.450.860	7.814.963	8.335.790	8.716.611	8.107.392	-609.220	-7,0%
15 Odivelas	G	16.798.420	16.444.871	16.942.149	17.516.397	18.200.936	17.698.544	-502.392	-2,8%
16 Faro	M	7.639.697	8.298.354	8.635.287	9.934.121	10.273.009	9.958.005	-315.004	-3,1%
17 Felgueiras	M	3.590.739	3.441.549	3.647.247	3.584.949	3.795.274	3.520.654	-274.619	-7,2%
18 São João da Madeira	M	2.840.376	2.813.523	2.812.234	2.814.302	3.043.632	2.793.296	-250.336	-8,2%
19 Águeda	M	3.870.510	4.291.000	4.444.203	4.425.062	4.572.857	4.401.646	-171.212	-3,7%
20 Marinha Grande	M	3.324.986	3.226.075	3.313.148	3.447.774	3.665.725	3.516.602	-149.124	-4,1%
21 Penafiel	M	3.646.990	3.407.356	3.709.217	3.817.516	4.448.731	4.377.511	-71.220	-1,6%
22 Condeixa-a-Nova	P	1.102.162	1.202.728	1.322.927	1.383.969	1.473.182	1.412.175	-61.007	-4,1%
23 Peniche	M	3.204.497	3.178.685	3.330.580	3.508.008	3.638.854	3.592.483	-46.371	-1,3%
24 Vila do Bispo	P	1.289.162	1.317.183	1.488.645	1.497.345	1.867.904	1.821.561	-46.343	-2,5%
25 Constância	P	282.347	265.911	287.245	308.348	299.868	258.662	-41.206	-13,7%
26 Ponte de Sor	P	1.369.177	1.287.516	1.200.193	1.276.774	1.292.133	1.254.779	-37.354	-2,9%
27 Entroncamento	M	2.188.688	2.022.161	2.280.713	2.295.777	2.442.714	2.407.114	-35.600	-1,5%
28 Castelo Branco	M	6.148.961	5.877.735	6.259.784	6.525.487	5.589.402	5.556.215	-33.188	-0,6%
29 Sines	P	1.996.294	1.787.873	1.924.464	1.904.435	1.958.559	1.943.038	-15.521	-0,8%
30 Alcoutim	P	187.598	208.360	222.049	231.613	241.616	228.822	-12.794	-5,3%
31 Valença	P	884.043	921.577	960.505	1.016.504	1.385.998	1.373.963	-12.036	-0,9%

No Ranking R10, a seguir apresentado, listam-se os 35 municípios com menor receita cobrada de IMI, em 2013

R10 – Municípios com menor receita cobrada de IMI, em 2013

Unidade: euros

Município	Dimensão	IMI						Variação 12-13 %	
		2008	2009	2010	2011	2012	2013		
1	Vila do Porto	P	152.253	194.030	133.705	175.040	203.598	330.576	62,4%
2	Murça	P	278.332	232.605	223.944	244.506	253.586	327.826	29,3%
3	Portel	P	261.954	255.940	246.209	254.842	245.592	324.400	32,1%
4	Mora	P	233.471	212.810	210.208	242.156	241.157	317.679	31,7%
5	Santa Cruz da Graciosa	P	78.743	97.437	111.752	160.038	133.520	309.385	131,7%
6	Sardoal	P	232.427	229.469	237.318	241.627	250.054	308.245	23,3%
7	Castelo de Vide	P	208.466	208.611	213.400	228.042	267.487	297.526	11,2%
8	Calheta (R. A. A.)	P	84.026	108.549	116.563	124.071	159.557	290.287	81,9%
9	Gavião	P	218.757	203.964	208.392	216.696	224.113	281.320	25,5%
10	Vila de Rei	P	106.439	135.731	138.488	142.787	172.701	279.887	62,1%
11	Alter do Chão	P	194.499	207.000	228.735	240.539	238.963	276.831	15,8%
12	Avis	P	207.803	230.908	221.383	239.268	238.050	268.395	12,7%
13	Freixo de Espada à Cinta	P	97.736	99.382	102.455	107.639	108.799	268.170	146,5%
14	Marvão	P	168.993	195.201	180.885	154.059	194.982	265.456	36,1%
15	Lajes do Pico	P	59.288	66.663	77.530	180.576	124.839	262.092	109,9%
16	Velas	P	132.348	145.268	113.964	179.050	179.436	260.919	45,4%
17	Constância	P	282.347	265.911	287.245	308.348	299.868	258.662	-13,7%
18	São Roque do Pico	P	142.133	165.450	117.081	133.217	142.188	258.232	81,6%
19	Crato	P	219.756	244.517	155.764	167.259	138.589	256.994	85,4%
20	Manteigas	P	108.108	119.779	132.714	132.828	128.369	241.628	88,2%
21	Cuba	P	175.191	204.304	196.697	209.887	221.127	235.159	6,3%
22	Nordeste	P	74.018	86.575	90.782	99.102	102.911	234.827	128,2%
23	Penedono	P	66.804	81.681	81.804	100.237	89.224	229.728	157,5%
24	Alcoutim	P	187.598	208.360	222.049	231.613	241.616	228.822	-5,3%
25	Fronteira	P	170.085	158.298	180.432	190.047	196.706	223.771	13,8%
26	Mourão	P	152.557	149.347	137.245	151.281	167.481	201.350	20,2%
27	Mesão Frio	P	127.173	153.421	153.328	151.639	156.394	195.104	24,8%
28	Monforte	P	88.824	86.627	86.265	97.802	91.229	186.001	103,9%
29	Arronches	P	126.645	143.659	119.014	129.799	131.200	169.574	29,2%
30	Alvito	P	94.112	87.839	98.111	102.444	105.724	166.221	57,2%
31	Porto Moniz	P	48.757	65.058	68.407	80.531	79.698	154.526	93,9%
32	Santa Cruz das Flores	P	43.992	48.591	51.256	59.400	62.825	111.873	78,1%
33	Barrancos	P	38.178	49.730	38.186	40.305	40.345	94.652	134,6%
34	Lajes das Flores	P	21.972	24.789	29.372	31.595	34.194	83.579	144,4%
35	Corvo	P	6.505	6.286	6.320	6.355	8.753	16.036	83,2%

- Continuam a ser os municípios de pequena dimensão a constar do ranking dos municípios com menor coleta de IMI em 2013, anotando-se que com uma receita inferior a 1 M€, para além destes 35, ainda se encontram, mais 101 municípios.
 - Digno de destaque pela positiva é o facto de, na listagem destes 35 municípios, apenas dois apresentaram diminuição de receita do IMI: Constância (-13,7 milhares de euros) e Alcoutim (-5,3%).
- O Quadro 2.20 mostra o número de municípios incluídos em intervalos de valores de cobrança do IMI, entre 2011 e 2013.

Quadro 2.20 – Distribuição do número de municípios por intervalos de receita do IMI

Montante arrecadado de IMI	Número de municípios		
	2011	2012	2013
Superior a 100 M€	1	1	0
Entre 50 e 100 M€	0	1	1
Entre 30 e 50 M€	5	5	5
Entre 20 e 30 M€	5	7	10
Entre 10 e 20 M€	18	16	16
Entre 5 e 10 M€	25	25	29
Entre 1 e 5 M€	94	97	111
Entre 0,5 e 1 M€	50	46	57
Inferior a 0,5 M€	110	110	79

- Este quadro permite perceber o distanciamento de valores da coleta do IMI entre Lisboa e os restantes municípios. No grupo dos seis municípios com receita mais próxima da de Lisboa, cinco são de grande dimensão e um de média dimensão – Loulé, com uma cobrança de 31,9 M€.

Sendo o IMT outra das receitas fiscais com impacto significativo na receita municipal, apesar do acentuado decréscimo sentido nos últimos anos, conforme se constatou em parágrafos anteriores, apresentam-se de seguida quadros e rankings que se consideram relevantes assinalar. Assim, começa-se por indicar os 35 municípios com maior receita cobrada de IMT, em 2013.

R11 – Municípios com maior receita cobrada de IMT, em 2013

Unidade: euros

Município		Dimensão	IMT						Variação 12-13 %
			2008	2009	2010	2011	2012	2013	
1	Lisboa	G	111.800.123	90.871.592	100.214.768	86.171.239	62.977.020	70.299.382	11,6%
2	Cascais	G	34.790.231	30.451.137	36.487.844	30.945.600	17.341.612	21.974.950	26,7%
3	Porto	G	21.687.209	21.244.815	30.011.321	23.831.732	18.354.224	19.379.598	5,6%
4	Loulé	M	34.849.063	26.612.401	20.561.954	16.756.549	12.658.328	16.067.544	26,9%
5	Sintra	G	19.198.511	13.359.251	16.012.707	10.077.943	8.958.727	12.503.016	39,6%
6	Oeiras	G	23.299.520	28.760.142	17.038.355	11.565.083	8.599.763	7.846.639	-8,8%
7	Vila Nova de Gaia	G	9.802.930	12.704.278	13.666.370	11.143.366	6.155.843	7.218.703	17,3%
8	Seixal	G	9.371.242	6.395.657	7.199.900	4.786.389	3.487.992	7.036.226	101,7%
9	Coimbra	G	11.006.584	9.820.063	9.318.844	8.104.170	6.620.486	6.838.587	3,3%
10	Loures	G	19.158.622	15.054.601	13.661.145	9.491.880	6.878.707	6.559.549	-4,6%
11	Braga	G	9.448.859	9.571.038	8.816.146	7.773.343	5.805.864	6.116.182	5,3%
12	Almada	G	9.843.446	7.776.880	7.973.305	6.754.363	5.144.343	5.846.959	13,7%
13	Albufeira	M	21.363.241	12.214.448	8.156.207	7.646.737	5.619.023	5.820.095	3,6%
14	Funchal	G	8.581.836	7.025.127	11.020.635	11.391.654	5.003.944	5.470.556	9,3%
15	Lagos	M	14.286.361	7.578.293	6.623.672	4.975.358	5.650.021	4.958.230	-12,2%
16	Matosinhos	G	14.992.605	7.635.603	10.116.175	8.740.257	7.646.927	4.418.524	-42,2%
17	Vila Franca de Xira	G	9.849.139	5.787.493	8.731.740	4.397.404	3.558.597	4.055.508	14,0%
18	Portimão	M	11.245.350	6.977.503	6.810.761	6.703.328	4.172.835	3.887.343	-6,8%
19	Lagoa (Algarve)	M	8.496.113	4.739.615	5.444.065	4.086.713	5.829.393	3.631.845	-37,7%
20	Vila do Conde	M	5.954.830	5.419.362	5.494.817	8.564.304	2.911.985	3.628.624	24,6%
21	Torres Vedras	M	5.850.013	6.927.618	3.992.180	3.267.522	2.912.392	3.592.016	23,3%
22	Odivelas	G	9.206.977	8.331.548	9.343.234	5.291.686	3.343.941	3.405.046	1,8%
23	Sesimbra	M	5.565.961	4.057.685	6.861.900	3.292.223	2.364.111	3.376.598	42,8%
24	Maia	G	7.878.298	6.072.411	5.889.920	4.610.306	4.557.612	3.365.476	-26,2%
25	Grândola	P	3.230.870	6.177.798	2.125.046	1.422.803	2.169.090	3.357.559	54,8%
26	Palmela	M	5.914.363	5.936.000	5.730.523	2.491.787	2.992.628	3.355.855	12,1%
27	Leiria	G	6.953.756	5.279.962	5.342.565	5.447.770	3.716.014	3.119.808	-16,0%
28	Amadora	G	11.928.458	7.292.385	4.914.906	2.949.903	5.967.185	2.906.478	-51,3%
29	Setúbal	G	8.918.410	8.452.478	6.228.319	4.201.597	4.737.137	2.903.077	-38,7%
30	Guimarães	G	7.664.315	6.594.514	5.583.612	4.084.173	3.676.223	2.633.597	-28,4%
31	Santa Maria da Feira	G	6.220.078	3.098.417	3.851.988	3.883.114	2.581.021	2.615.544	1,3%
32	Tavira	M	5.709.142	4.254.764	6.137.045	2.082.200	2.838.242	2.517.369	-11,3%
33	Vila Nova de Famalicão	G	6.034.276	4.672.095	4.650.382	4.025.621	3.126.223	2.462.125	-21,2%
34	Barcelos	G	3.909.144	3.157.567	3.196.050	3.207.659	1.933.942	2.340.627	21,0%
35	Mafra	M	7.730.208	5.638.385	6.231.604	4.151.611	3.576.049	2.287.755	-36,0%

R11.A – Receita cobrada de IMT dos Municípios da R.A. dos Açores, em 2013

Unidade: euros

Município	Dim.	IMT						Variação 12-13	Variação 12-13 %
		2008	2009	2010	2011	2012	2013		
1 Ponta Delgada	M	3.709.956	4.431.148	4.413.114	3.656.656	2.152.944	2.107.998	-44.946	-2,1%
2 Ribeira Grande	M	1.322.055	939.370	1.230.346	974.949	222.728	564.878	342.149	153,6%
3 Lagoa (R.A.A)	P	671.127	784.618	597.093	466.972	519.486	443.156	-76.330	-14,7%
4 Vila Franca do Campo	P	614.823	338.926	223.090	208.070	223.177	203.198	-19.979	-9,0%
5 Vila da Praia da Vitória	M	636.434	614.770	527.526	530.967	253.032	177.309	-75.723	-29,9%
6 Povoação	P	267.790	199.101	124.899	104.301	105.940	150.810	44.870	42,4%
7 Horta	P	555.162	438.259	414.314	332.228	165.671	125.561	-40.110	-24,2%
8 Velas	P	101.850	128.051	161.116	131.474	41.812	81.180	39.368	94,2%
9 Nordeste	P	133.531	82.831	92.132	71.846	57.573	76.115	18.542	32,2%
10 Vila do Porto	P	180.485	85.575	75.140	109.771	45.899	62.967	17.068	37,2%
11 Madalena	P	136.266	196.747	156.316	149.808	114.968	62.101	-52.867	-46,0%
12 São Roque do Pico	P	58.193	110.182	120.117	79.433	66.354	52.968	-13.386	-20,2%
13 Calheta (R. A. A.)	P	112.100	50.125	70.230	29.090	28.858	42.287	13.429	46,5%
14 Lajes do Pico	P	34.747	126.842	37.256	46.474	26.650	26.437	-214	-0,8%
15 Lajes das Flores	P	25.363	19.671	20.847	35.171	14.023	24.960	10.937	78,0%
16 Santa Cruz da Graciosa	P	92.962	81.053	76.888	92.474	41.912	21.214	-20.697	-49,4%
17 Santa Cruz das Flores	P	72.949	77.076	79.049	85.463	20.128	14.699	-5.428	-27,0%
18 Corvo	P	472	174	2.532	5.167	0	3.979	3.979	--
19 Angra do Heroísmo	M	1.205.594	922.941	1.132.084	732.784	1.342.719	0	-1.342.719	-100,0%

R11.M – Receita cobrada de IMT dos Municípios da R.A. da Madeira, em 2013

Unidade: euros

Município	Dim.	IMT						Variação 12-13	Variação 12-13 %
		2008	2009	2010	2011	2012	2013		
1 Funchal	G	8.581.836	7.025.127	11.020.635	11.391.654	5.003.944	5.470.556	466.612	9,3%
2 Santa Cruz	M	2.259.117	1.982.962	1.578.651	919.842	963.469	624.728	-338.742	-35,2%
3 Machico	M	680.683	230.324	320.956	425.394	877.006	583.174	-293.831	-33,5%
4 Porto Santo	P	1.129.379	575.123	396.005	446.411	627.259	337.599	-289.660	-46,2%
5 Calheta (R. A. M.)	P	1.155.721	536.359	390.105	472.159	234.303	336.231	101.929	43,5%
6 Câmara de Lobos	M	871.577	429.615	417.090	228.608	275.508	224.552	-50.957	-18,5%
7 Ribeira Brava	P	253.352	257.877	206.016	192.377	188.521	151.298	-37.222	-19,7%
8 Ponta do Sol	P	357.060	244.972	263.195	191.908	167.151	98.445	-68.706	-41,1%
9 São Vicente	P	110.378	67.516	98.590	63.956	58.210	55.641	-2.569	-4,4%
10 Porto Moniz	P	55.976	27.015	33.641	25.901	46.649	35.727	-10.922	-23,4%
11 Santana	P	203.928	110.178	137.410	73.104	61.359	35.263	-26.096	-42,5%

- Embora em 2013 tenha reduzido o número de municípios que apresentou descida de IMT, menos 48 que em 2012 (ver Quadro 2.21), certo é que há ainda um número significativo de 180 municípios que acusou tal descida.
- Atestando a fraca receita proveniente do IMT e excecionando da análise o município de Lisboa, que arrecadou uma receita significativamente superior aos restantes municípios, constata-se que, em 2013, apenas dois municípios receberam à volta dos 20 M€ (Cascais e Porto) e outros dois, Loulé e Sintra, receberam respetivamente 16 M€ e 10 M€.
- Nas Regiões Autónomas, oito municípios (em dezanove) nos Açores e dois (em onze) na Madeira apresentam aumento das receitas de IMT em 2013. Tal como na região continental, os maiores montantes de receita de IMT provêm dos municípios capitais regionais: Ponta Delgada 2,1 M€ e Funchal 5,4 M€. Todos os outros municípios cobraram abaixo de 625 mil euros de IMT e Angra do Heroísmo não

teve mesmo nenhuma coleta de IMT em 2013.

No Ranking R12 que se segue apresentam-se os 35 municípios com menor coleta de IMT, apontando-se nesta listagem, três municípios que não receberam qualquer montante relativo a esta receita.

Importará depois, para melhor conhecimento sobre a evolução desta receita fiscal, apresentar as listagens (R13 e R14), hierarquizadas pelo montante da variação, dos 35 municípios, respetivamente com maior aumento e maior diminuição de receita cobrada de IMT em 2013.

- Há municípios com um aumento de receita do IMT superior a 100%. Na R13 apresentada estão nessa situação cinco municípios (Seixal, Alcácer do Sal, Ribeira Grande, Sabrosa e Ferreira do Alentejo), sendo que apenas será relevante em termos absolutos o aumento auferido pelos municípios de Seixal e Alcácer do Sal, pois são valores superiores a 3,5 M€ e 1,2 M€, respetivamente.

- Para além da lista apresentada, há mais 93 municípios com aumento de valor recebido em IMT.

R12 – Municípios com menor receita cobrada de IMT, em 2013

Unidade: euros

	Município	Dim.	IMT					Variação 12-13 %	
			2008	2009	2010	2011	2012		2013
1	Almeirim	M	840.671	1.685.653	681.925	1.926.492	72.977	0	-100,0%
2	Angra do Heroísmo	M	1.205.594	922.941	1.132.084	732.784	1.342.719	0	-100,0%
3	Vila Flor	P	102.474	435.853	120.444	174.579	73.408	0	-100,0%
4	Corvo	P	472	174	2.532	5.167	0	3.979	--
5	Santa Cruz das Flores	P	72.949	77.076	79.049	85.463	20.128	14.699	-27,0%
6	Manteigas	P	18.913	23.088	26.943	54.606	22.295	19.752	-11,4%
7	Santa Cruz da Graciosa	P	92.962	81.053	76.888	92.474	41.912	21.214	-49,4%
8	Alcoutim	P	38.234	41.099	63.101	44.219	22.615	23.981	6,0%
9	Lajes das Flores	P	25.363	19.671	20.847	35.171	14.023	24.960	78,0%
10	Freixo de Espada à Cinta	P	54.537	135.889	48.098	57.268	30.139	25.683	-14,8%
11	Pampilhosa da Serra	P	158.645	77.102	55.060	84.348	58.907	26.133	-55,6%
12	Lajes do Pico	P	34.747	126.842	37.256	46.474	26.650	26.437	-0,8%
13	Barrancos	P	63.098	12.855	10.666	20.637	5.510	28.808	422,9%
14	Boticas	P	98.874	63.547	100.947	78.688	49.048	29.496	-39,9%
15	Castanheira de Pêra	P	35.900	50.407	36.687	43.003	25.257	31.737	25,7%
16	Oleiros	P	63.465	110.224	68.881	54.012	44.992	34.665	-23,0%
17	Vila de Rei	P	53.409	90.760	57.221	60.252	37.640	35.232	-6,4%
18	Santana	P	203.928	110.178	137.410	73.104	61.359	35.263	-42,5%
19	Porto Moniz	P	55.976	27.015	33.641	25.901	46.649	35.727	-23,4%
20	Cuba	P	621.083	199.716	110.837	112.556	271.990	38.604	-85,8%
21	Vimioso	P	64.738	23.656	28.596	81.450	24.976	39.530	58,3%
22	Castelo de Vide	P	80.176	70.885	86.512	140.605	36.388	40.563	11,5%
23	Fronteira	P	148.417	280.779	60.552	64.449	103.340	40.909	-60,4%
24	Gavião	P	118.123	89.465	192.531	233.407	53.937	41.885	-22,3%
25	Vinhais	P	93.449	66.776	71.201	50.109	41.304	42.151	2,0%
26	Calheta (R. A. A.)	P	112.100	50.125	70.230	29.090	28.858	42.287	46,5%
27	Penela	P	214.119	64.569	31.780	102.263	331.629	44.411	-86,6%
28	Celorico da Beira	P	141.854	68.498	131.439	83.494	89.868	48.057	-46,5%
29	Fornos de Algodres	P	90.724	62.996	54.630	89.915	67.595	48.104	-28,8%
30	Aguiar da Beira	P	69.881	73.193	83.973	59.776	90.651	48.328	-46,7%
31	Penalva do Castelo	P	86.276	94.425	128.456	56.002	66.084	48.842	-26,1%
32	Penedono	P	51.152	41.115	42.003	71.713	30.057	48.866	62,6%
33	Pedrógão Grande	P	110.408	96.216	120.335	108.052	67.452	49.014	-27,3%
34	Monforte	P	211.348	77.836	145.359	124.753	58.278	51.720	-11,3%
35	São Roque do Pico	P	58.193	110.182	120.117	79.433	66.354	52.968	-20,2%

R13 – Municípios com maior aumento de IMT em 2013

Unidade: euros

Município	Dim.	IMT						Variação 12-13	Variação 12-13 %
		2008	2009	2010	2011	2012	2013		
1 Lisboa	G	111.800.123	90.871.592	100.214.768	86.171.239	62.977.020	70.299.382	7.322.362	11,6%
2 Cascais	G	34.790.231	30.451.137	36.487.844	30.945.600	17.341.612	21.974.950	4.633.338	26,7%
3 Seixal	G	9.371.242	6.395.657	7.199.900	4.786.389	3.487.992	7.036.226	3.548.234	101,7%
4 Sintra	G	19.198.511	13.359.251	16.012.707	10.077.943	8.958.727	12.503.016	3.544.289	39,6%
5 Loulé	M	34.849.063	26.612.401	20.561.954	16.756.549	12.658.328	16.067.544	3.409.216	26,9%
6 Alcácer do Sal	P	2.146.272	954.705	534.254	701.320	434.761	1.674.911	1.240.150	285,2%
7 Grândola	P	3.230.870	6.177.798	2.125.046	1.422.803	2.169.090	3.357.559	1.188.468	54,8%
8 Vila Nova de Gaia	G	9.802.930	12.704.278	13.666.370	11.143.366	6.155.843	7.218.703	1.062.860	17,3%
9 Moita	M	2.401.092	1.339.404	2.224.164	1.300.016	1.073.706	2.126.214	1.052.509	98,0%
10 Porto	G	21.687.209	21.244.815	30.011.321	23.831.732	18.354.224	19.379.598	1.025.375	5,6%
11 Sesimbra	M	5.565.961	4.057.685	6.861.900	3.292.223	2.364.111	3.376.598	1.012.487	42,8%
12 Benavente	M	3.686.501	2.681.206	2.199.833	1.772.681	1.166.859	2.062.153	895.294	76,7%
13 Vila do Conde	M	5.954.830	5.419.362	5.494.817	8.564.304	2.911.985	3.628.624	716.638	24,6%
14 Almada	G	9.843.446	7.776.880	7.973.305	6.754.363	5.144.343	5.846.959	702.616	13,7%
15 Torres Vedras	M	5.850.013	6.927.618	3.992.180	3.267.522	2.912.392	3.592.016	679.624	23,3%
16 Vila Franca de Xira	G	9.849.139	5.787.493	8.731.740	4.397.404	3.558.597	4.055.508	496.911	14,0%
17 Funchal	G	8.581.836	7.025.127	11.020.635	11.391.654	5.003.944	5.470.556	466.612	9,3%
18 Barcelos	G	3.909.144	3.157.567	3.196.050	3.207.659	1.933.942	2.340.627	406.685	21,0%
19 Alcochete	P	2.523.477	2.451.634	2.716.577	984.365	576.649	959.750	383.101	66,4%
20 Palmela	M	5.914.363	5.936.000	5.730.523	2.491.787	2.992.628	3.355.855	363.227	12,1%
21 Reguengos Monsaraz	P	351.945	483.928	518.993	323.584	503.414	858.225	354.811	70,5%
22 Ílhavo	M	1.849.819	2.476.258	1.477.188	1.495.144	897.896	1.244.337	346.441	38,6%
23 Ribeira Grande	M	1.322.055	939.370	1.230.346	974.949	222.728	564.878	342.149	153,6%
24 Braga	G	9.448.859	9.571.038	8.816.146	7.773.343	5.805.864	6.116.182	310.318	5,3%
25 Barreiro	M	2.781.326	2.921.278	3.917.033	2.099.440	1.563.215	1.864.953	301.737	19,3%
26 Sabrosa	P	371.423	172.241	267.080	279.724	94.796	382.348	287.552	303,3%
27 Lamego	M	1.215.177	651.295	534.324	394.654	662.001	916.741	254.741	38,5%
28 Vagos	M	1.083.501	1.164.216	1.296.961	756.366	493.396	739.410	246.014	49,9%
29 Alenquer	M	2.564.620	1.578.266	2.692.902	1.499.947	1.083.869	1.308.132	224.264	20,7%
30 Estremoz	P	570.128	473.051	494.037	418.851	313.313	537.153	223.840	71,4%
31 Coimbra	G	11.006.584	9.820.063	9.318.844	8.104.170	6.620.486	6.838.587	218.102	3,3%
32 Albufeira	M	21.363.241	12.214.448	8.156.207	7.646.737	5.619.023	5.820.095	201.072	3,6%
33 Ferreira do Alentejo	P	1.188.313	565.240	364.022	253.368	148.204	349.055	200.851	135,5%
34 Coruche	P	452.684	602.006	637.469	960.181	194.788	383.076	188.288	96,7%
35 Vila do Bispo	P	2.567.118	1.192.303	1.791.222	1.318.271	646.729	829.825	183.096	28,3%

R14 – Municípios com maior diminuição de IMT em 2013

Unidade: euros

Município	Dim.	IMT						Variação 12-13	Variação 12-13 %
		2008	2009	2010	2011	2012	2013		
1 Aveiro	M	5.550.515	4.316.288	5.233.471	4.442.137	3.816.310	558.445	-3.257.865	-85,4%
2 Matosinhos	G	14.992.605	7.635.603	10.116.175	8.740.257	7.646.927	4.418.524	-3.228.403	-42,2%
3 Amadora	G	11.928.458	7.292.385	4.914.906	2.949.903	5.967.185	2.906.478	-3.060.707	-51,3%
4 Lagoa (Algarve)	M	8.496.113	4.739.615	5.444.065	4.086.713	5.829.393	3.631.845	-2.197.548	-37,7%
5 Setúbal	G	8.918.410	8.452.478	6.228.319	4.201.597	4.737.137	2.903.077	-1.834.060	-38,7%
6 Montijo	M	4.376.626	2.597.522	4.683.840	2.679.070	3.339.152	1.854.727	-1.484.425	-44,5%
7 Angra do Heroísmo	M	1.205.594	922.941	1.132.084	732.784	1.342.719	0	-1.342.719	-100,0%
8 Mafra	M	7.730.208	5.638.385	6.231.604	4.151.611	3.576.049	2.287.755	-1.288.294	-36,0%
9 Maia	G	7.878.298	6.072.411	5.889.920	4.610.306	4.557.612	3.365.476	-1.192.136	-26,2%
10 Guimarães	G	7.664.315	6.594.514	5.583.612	4.084.173	3.676.223	2.633.597	-1.042.626	-28,4%
11 Santarém	M	3.676.018	2.300.084	2.429.997	2.231.523	2.270.066	1.452.741	-817.325	-36,0%
12 Gondomar	G	2.938.464	3.123.547	4.224.402	3.322.893	2.678.672	1.863.427	-815.245	-30,4%
13 Elvas	M	1.835.217	1.001.115	831.821	690.868	1.124.803	309.600	-815.203	-72,5%
14 Odemira	M	1.698.321	1.042.039	944.878	1.051.747	1.409.262	609.180	-800.082	-56,8%
15 Oeiras	G	23.299.520	28.760.142	17.038.355	11.565.083	8.599.763	7.846.639	-753.124	-8,8%
16 Faro	M	5.619.930	3.866.335	3.368.891	3.931.683	2.617.330	1.874.408	-742.922	-28,4%
17 Esposende	M	1.521.044	1.385.288	1.645.890	1.236.124	1.731.910	1.004.935	-726.975	-42,0%
18 Lagos	M	14.286.361	7.578.293	6.623.672	4.975.358	5.650.021	4.958.230	-691.791	-12,2%
19 Vila Nova de Famalicão	G	6.034.276	4.672.095	4.650.382	4.025.621	3.126.223	2.462.125	-664.098	-21,2%
20 Castelo Branco	M	2.372.699	1.764.695	1.819.030	1.324.130	1.998.864	1.400.671	-598.194	-29,9%
21 Leiria	G	6.953.756	5.279.962	5.342.565	5.447.770	3.716.014	3.119.808	-596.206	-16,0%
22 Fundão	M	1.085.249	683.039	805.008	1.116.629	1.074.712	522.459	-552.253	-51,4%
23 Santiago do Cacém	M	1.178.040	1.228.818	1.271.778	1.108.788	1.083.809	535.949	-547.860	-50,5%
24 Trofa	M	1.695.867	1.658.085	1.929.027	857.031	1.003.673	470.552	-533.121	-53,1%
25 Portalegre	M	930.183	772.893	1.054.950	514.853	719.803	205.906	-513.897	-71,4%
26 Caldas da Rainha	M	4.574.077	2.362.175	2.633.283	2.223.613	2.043.355	1.558.948	-484.407	-23,7%
27 Pombal	M	2.293.444	1.637.951	1.888.782	1.782.116	1.186.558	711.851	-474.707	-40,0%
28 Chamusca	P	529.216	294.649	829.588	384.692	602.304	134.780	-467.525	-77,6%
29 Figueira da Foz	M	3.158.098	2.437.915	2.373.981	2.122.289	1.466.719	1.025.584	-441.135	-30,1%
30 Idanha-a-Nova	P	634.432	188.519	208.631	260.114	663.518	228.593	-434.925	-65,5%
31 Silves	M	6.069.256	4.681.756	3.059.674	2.487.989	2.455.057	2.020.630	-434.427	-17,7%
32 Aljustrel	P	544.790	201.311	196.934	272.406	536.700	116.171	-420.529	-78,4%
33 Nisa	P	311.200	90.724	190.060	688.974	493.726	78.969	-414.757	-84,0%
34 Vendas Novas	P	502.912	230.928	0	91.183	622.963	216.446	-406.517	-65,3%
35 Ourém	M	2.541.848	1.856.971	1.916.846	1.019.221	1.263.415	861.240	-402.175	-31,8%

- Em 2013 lidera a quebra de receita de IMT o município de Aveiro com uma descida de 3,2 M€. É acompanhado nesta liderança por outros dois municípios de grande dimensão: Matosinhos (- 3,2 M€) e Amadora (-3,1 M€). Anota-se o facto de mais sete municípios apresentarem uma descida desta receita em valor superior a 1 M€.

O Quadro 2.21 apresenta o número de municípios que apresentaram, entre 2011 e 2013, descida da coleta do IMI, IMT e descida conjugada destas duas receitas.

Pela análise deste quadro verifica-se que, em 2013, diminuiu o número de municípios que apresentaram quebra de receita de IMI e de IMT, bem como o número daqueles que apresentaram quebra conjugada destas duas receitas.

Quadro 2.21 – Número de municípios com descida de IMI e IMT

	Número de municípios		
	2011	2012	2013
Com diminuição do IMI	23	49	31
Com diminuição do IMT	188	228	180
Com diminuição conjugada do IMI e IMT	17	36	19

2.2.3. Impacto do PAEL nas receitas

O impacto do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) está refletido em diferentes pontos deste Anuário, tanto no que toca à receita como à despesa, que se analisará a seguir. Optou-se, contudo, por apresentar neste ponto, o volume de financiamento aprovado para cada um dos municípios candidatos a este programa e a respetiva distribuição por tranches de pagamento. Apresenta-se ainda o peso desta receita creditícia no total dos empréstimos obtidos por cada município e pelo grupo de municípios em apreço.

Quadro 2.22 – Municípios com Contratos de Financiamento Visados pelo Tribunal de Contas no âmbito do PAEL e peso nos passivos financeiros de 2013

	Município	Distrito	Financiam. visado	Tranches			Receita cobrada: passivos fin. mlp 2013	Peso PAEL nos passivos fin. 2013
				2012	2013	2014 e +		
1	Fundão	Castelo Branco	36.777.846	0	36.770.699	0	48.270.699	76%
2	Évora	Évora	32.166.373	0	25.733.099	6.433.275	25.733.099	100%
3	Funchal	Madeira	28.414.336	0	28.410.797	0	28.410.797	100%
4	Santarém	Santarém	24.581.767	0	14.749.060	9.168.411	29.949.737	49%
5	Vila Real de Santo António	Faro	24.466.151	0	0	14.679.691	0	--
6	Vila Nova de Gaia	Porto	22.751.431	0	15.926.002	6.273.459	17.147.957	93%
7	Paredes	Porto	19.755.872	0	19.690.777	0	19.938.491	99%
8	Santa Cruz	Madeira	16.848.866	0	0	10.109.320	0	--
9	Faro	Faro	16.710.900	0	0	10.026.540	0	--
10	Albufeira	Faro	16.678.726	0	10.007.235	3.335.745	10.007.235	100%
11	Trofa	Porto	16.597.188	0	9.958.313	6.494.872	23.716.361	42%
12	Valongo	Porto	16.263.896	0	16.263.896	0	16.263.896	100%
13	Loulé	Faro	14.506.376	0	14.506.376	0	14.506.376	100%
14	Guarda	Guarda	14.091.560	0	12.754.235	0	12.754.235	100%
15	Santa Maria da Feira	Aveiro	12.899.357	0	12.553.555	0	12.679.473	99%
16	Lamego	Viseu	11.826.491	0	11.816.203	0	15.882.365	74%
17	Vila do Conde	Porto	10.928.221	0	10.928.221	0	30.928.221	35%
18	Vila Verde	Braga	10.438.783	0	10.438.783	0	14.306.056	73%
19	Barreiro	Setúbal	10.201.380	0	10.201.380	0	10.201.380	100%
20	Lagos	Faro	9.508.131	0	9.118.416	0	9.118.416	100%
21	Sesimbra	Setúbal	8.912.069	0	8.912.069	0	10.354.117	86%
22	Ílhavo	Aveiro	8.794.812	6.156.369	1.404.247	0	1.404.247	100%
23	Espinho	Aveiro	8.176.751	0	8.176.751	0	8.176.751	100%
24	Chaves	Vila Real	7.873.427	0	7.852.817	0	7.852.817	100%
25	Nordeste	Açores	7.611.777	0	6.089.422	1.520.987	10.490.442	58%
26	Póvoa de Varzim	Porto	7.498.180	0	7.380.944	0	7.380.944	100%
27	Paços de Ferreira	Porto	7.137.212	0	7.076.475	0	7.076.475	100%
28	Torres Novas	Santarém	6.795.454	0	6.778.372	0	11.226.071	60%
29	Câmara de Lobos	Madeira	5.815.459	0	5.815.459	0	5.815.459	100%
30	Peso da Régua	Vila Real	5.106.130	0	4.961.948	0	4.961.948	100%
31	Borba	Évora	4.886.116	0	4.886.116	0	4.886.116	100%
32	Reguengos de Monsaraz	Évora	4.675.556	0	4.649.883	0	4.649.883	100%
33	Alcobaça	Leiria	4.435.817	3.105.072	1.279.392	0	1.279.392	100%
34	Alijó	Vila Real	4.424.691	0	0	2.654.815	0	--
35	Freixo de Espada à Cinta	Bragança	4.346.736	0	2.608.041	0	5.502.838	47%

	Município	Distrito	Financiam. visado	Tranches			Receita cobrada: passivos fin. mlp 2013	Peso PAEL nos passivos fin. 2013
				2012	2013	2014 e +		
36	Chamusca	Santarém	4.323.839	0	4.323.830	0	4.323.830	100%
37	Calheta (R. A. M.)	Madeira	4.232.882	0	4.232.882	0	4.232.882	100%
38	Olhão	Faro	4.083.540	0	4.066.208	0	4.120.165	99%
39	Mangualde	Viseu	4.001.682	0	3.952.939	0	6.643.648	59%
40	Lagoa (Algarve)	Faro	4.000.000	0	4.000.000	0	4.000.000	100%
41	Óbidos	Leiria	3.839.744	0	3.839.744	0	3.630.628	106%
42	Trancoso	Guarda	3.583.677	0	2.508.574	0	2.508.574	100%
43	Vagos	Aveiro	3.553.788	0	3.551.943	0	3.551.943	100%
44	Sines	Setúbal	3.548.273	0	3.528.273	0	3.528.273	100%
45	Ourém	Santarém	3.365.330	0	3.348.153	0	3.348.153	100%
46	Entroncamento	Santarém	3.219.263	0	3.181.878	0	3.181.878	100%
47	Peniche	Leiria	3.202.576	0	2.241.803	940.976	2.241.803	100%
48	Azambuja	Lisboa	3.139.294	0	3.139.294	0	3.139.294	100%
49	Vieira do Minho	Braga	3.056.978	0	3.056.978	0	3.056.978	100%
50	Viana do Castelo	Viana do Castelo	2.903.596	0	2.809.410	0	2.809.410	100%
51	Paredes de Coura	Viana do Castelo	2.881.120	0	2.881.120	0	2.881.120	100%
52	São Pedro do Sul	Viseu	2.873.609	0	2.850.609	0	2.909.481	98%
53	Covilhã	Castelo Branco	2.815.021	0	2.815.021	0	2.815.021	100%
54	Seia	Guarda	2.768.065	0	1.660.839	1.098.026	1.660.839	100%
55	Estremoz	Évora	2.710.733	0	2.710.733	0	2.710.733	100%
56	Valpaços	Vila Real	2.649.478	0	2.649.478	0	2.649.478	100%
57	Póvoa de Lanhoso	Braga	2.469.210	0	2.469.210	0	2.769.210	89%
58	Porto Santo	Madeira	2.452.015	0	1.471.209	0	1.471.209	100%
59	Tábua	Coimbra	2.443.240	0	1.710.268	732.972	3.601.108	47%
60	Arruda dos Vinhos	Lisboa	2.441.431	0	2.441.431	0	2.532.711	96%
61	Moimenta da Beira	Viseu	2.412.487	0	1.447.492	964.995	1.447.492	100%
62	Penela	Coimbra	2.313.528	1.619.470	623.585	0	623.585	100%
63	Caminha	Viana do Castelo	2.281.969	0	2.281.969	0	2.281.969	100%
64	Ansião	Leiria	2.233.967	0	2.231.033	0	5.110.020	44%
65	Vale de Cambra	Aveiro	2.145.858	0	2.145.858	0	2.145.858	100%
66	Sertã	Castelo Branco	2.130.877	0	2.130.877	0	2.130.877	100%
67	Melgaço	Viana do Castelo	2.130.366	0	2.105.126	0	2.659.480	79%
68	Ribeira Grande	Açores	2.049.782	1.434.848	572.466	0	668.893	86%
69	Ribeira de Pena	Vila Real	2.041.244	0	2.033.926	0	2.033.926	100%
70	Miranda do Douro	Bragança	2.031.709	0	2.029.129	0	4.380.801	46%
71	Vila da Praia da Vitória	Açores	1.953.335	1.367.334	586.000	0	586.000	100%

	Município	Distrito	Financiam. visado	Tranches			Receita cobrada: passivos fin. mlp 2013	Peso PAEL nos passivos fin. 2013
				2012	2013	2014 e +		
72	Penafiel	Porto	1.736.014	0	1.736.014	0	1.736.014	100%
73	Santo Tirso	Porto	1.730.000	0	1.730.000	0	3.495.503	49%
74	Alvaiázere	Leiria	1.718.333	0	1.718.333	0	1.718.333	100%
75	Soure	Coimbra	1.695.316	0	1.695.316	0	1.695.316	100%
76	Nelas	Viseu	1.635.611	0	1.635.611	0	3.598.088	45%
77	Grândola	Setúbal	1.477.120	0	1.477.043	0	1.477.043	100%
78	Aljustrel	Beja	1.332.329	0	932.630	0	1.029.872	91%
79	Oliveira de Azeméis	Aveiro	1.216.473	0	851.531	364.942	851.531	100%
80	Mourão	Évora	1.174.765	0	704.859	469.906	704.859	100%
81	Tavira	Faro	1.165.078	0	1.165.078	0	1.227.901	95%
82	Alenquer	Lisboa	1.149.795	0	804.856	344.938	804.856	100%
83	Sobral de Monte Agraço	Lisboa	1.053.287	0	1.053.287	0	1.053.287	100%
84	Valença	Viana do Castelo	1.000.000	0	1.000.000	0	1.000.000	100%
85	Armamar	Viseu	987.994	0	987.994	0	987.994	100%
86	Lourinhã	Lisboa	972.627	0	972.490	0	972.490	100%
87	Rio Maior	Santarém	962.061	0	895.929	0	995.929	90%
88	Lousã	Coimbra	880.772	0	880.772	0	980.041	90%
89	Ponte da Barca	Viana do Castelo	846.752	0	846.752	0	846.752	100%
90	Montijo	Setúbal	846.737	0	846.737	0	1.050.554	81%
91	Gouveia	Guarda	754.338	0	754.338	0	1.107.348	68%
92	Vila Nova da Barquinha	Santarém	741.247	0	731.491	0	731.491	100%
93	Almeirim	Santarém	694.480	0	687.703	0	687.703	100%
94	Alfândega da Fé	Bragança	694.457	0	416.674	138.891	16.816.674	2%
95	Vila Nova de Paiva	Viseu	586.130	0	568.890	0	568.890	100%
96	Monforte	Portalegre	504.812	0	504.812	0	504.812	100%
97	Oliveira de Frades	Viseu	485.614	0	485.614	0	689.777	70%
98	Ferreira do Alentejo	Beja	458.617	0	393.742	0	393.742	100%
99	Sardoal	Santarém	444.793	0	444.793	0	444.793	100%
Total			596.132.893	13.683.092	468.251.561	75.752.759	583.431.156	80%

- Conforme já tinha sido apresentado no Capítulo 1, o volume de empréstimos aprovado no âmbito deste programa foi de 596,1 M€ e abrangeu 99 municípios, sendo apenas cinco da Madeira (Funchal, Santa Cruz, Câmara de Lobos, Calheta e Porto Santo) e três dos Açores (Nordeste, Ribeira Grande e Vila Praia da Vitória).
 - Como também ficou patente das secções anteriores neste capítulo, as receitas creditícias do PAEL influenciaram positivamente a variação da receita, atenuando o impacto negativo nomeadamente da diminuição de receitas provenientes de transferências correntes que baixaram 213,2 M€ e da diminuição de outras receitas de capital em -258,5 M€. Não fora a receita proveniente do programa PAEL e o sector municipal, em 2013, em vez de apresentar um aumento líquido e receita de 91,4 M€, apresentaria uma diminuição de 376,9 M€, com reflexos extremamente negativos nos pagamentos, agravando o saldo orçamental na base dos compromissos, de -1.088 M€ para -1.465 M€.
 - Para a maioria dos municípios apoiados, o crédito do PAEL constituiu em 2013 a totalidade de receita de passivos financeiros de médio e longo prazo. No cômputo dos 99 municípios, tal financiamento constituiu 80% desses passivos financeiros.
 - Quatro desses municípios (dois na Região Autónoma dos Açores) receberam uma primeira tranche ainda em Dezembro de 2012, totalizando o valor de 13,6 M€, não tendo sido relevante o impacto desta transferência na gestão orçamental dos municípios nesse ano. Há nove municípios que ainda irão receber tranches do PAEL em 2014, num montante global de 75,8 M€.
 - A concretização da maior tranche, no montante de 468,3 M€ ocorreu em 2013, com impacto no volume de receita e nos pagamentos efetuados pelo sector.
 - Assim, 68 dos 95 municípios que receberam empréstimos ao abrigo deste programa apresentaram diminuição da dívida a fornecedores de curto prazo em montante igual ou superior ao recebido. No Capítulo 3 será analisado com mais pormenor este impacto na diminuição da dívida de curto prazo dos municípios.
 - Há, não obstante, 23 municípios abrangidos pelo PAEL que apresentaram diminuição da dívida a fornecedores em montante inferior ao valor de empréstimo recebido por este programa.
 - Há, ainda, municípios beneficiados pelo PAEL que continuaram a apresentar aumento de dívida a fornecedores, apesar da amortização efetuada com as tranches recebidas pelo PAEL. Assim, considerando apenas a dívida de curto prazo de operações orçamentais, verifica-se que estiveram nesta situação com acréscimo de dívida orçamental a pagar de curto prazo, oito municípios que receberam empréstimos ao abrigo do PAEL, dos quais destacamos os quatro com maior crescimento de dívida: Caminha (com +7,1 M€ de dívida), Oliveira de Azeméis (com +6,3 M€ de dívida), Lagos (com +5,4 M€ de dívida) e Paços de Ferreira (com +1,6 M€ de dívida), tendo-se registado também nestes quatro municípios um aumento das dívidas a fornecedores de curto prazo.
- Porque tem interesse relevar a situação apresentada pelos oito municípios referidos no ponto anterior, apresenta-se no Quadro 2.23 a situação verificada.

Quadro 2.23 – Municípios apoiados pelo PAEL com aumento da dívida de curto prazo

Unidade: euros

	Município	Dimensão	Transferência PAEL 2013	Dívida a pagar de curto p. (s/ op. tesouraria)		
				2012	2013	Varição 12-13
1	Caminha	P	2.281.969	2.682.297	9.820.320	7.138.023
2	Oliveira de Azeméis	M	851.531	4.617.603	10.953.714	6.336.112
3	Lagos	M	9.118.416	36.874.886	42.301.494	5.426.608
4	Paços de Ferreira	M	7.076.475	37.412.044	39.075.771	1.663.727
5	Montijo	M	846.737	2.340.191	2.420.891	80.700
6	Vila da Praia da Vitória	M	586.000	6.870.829	6.915.290	44.461
7	Ferreira do Alentejo	P	393.742	1.074.089	1.096.954	22.865
8	Sardoal	P	444.793	1.290.528	1.293.151	2.623

Uma vez que os municípios aderentes ao PAEL tiveram que apresentar um Plano de Ajustamento Financeiro, com informação obtida pelas contas do balanço das autarquias, no Capítulo 3 deste Anuário apresentar-se-ão mais algumas notas referentes a esses 99 municípios, com vista a avaliar o impacto que, em 2013, já se tenha feito sentir na consolidação financeira dos mesmos. No presente Capítulo 2 merece, todavia, referência ainda o seguinte:

- 65 municípios apresentaram orçamentos previsionais de despesa inferiores aos dos anos anteriores;
- 52 municípios apresentaram diminuição da despesa realizada;
- 75 municípios apresentaram aumento da receita fiscal de taxas e impostos indiretos;
- 38 municípios baixaram o valor registado na conta de clientes com cobrança duvidosa.

2.3. Despesas Municipais

2.3.1. Classificação económica das Despesas

A taxonomia das despesas públicas para todo o sector da Administração está definida no classificador económico das despesas (Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro). Este documento representou um enorme contributo para a transparência da informação⁶⁵, pois uniformizou a classificação das despesas públicas para

⁶⁵ Não existe uma correspondência direta entre o classificador orçamental e patrimonial em contas similares, como por exemplo, a relação entre diferentes despesas correntes e a conta 62-fornecimentos e serviços externos. Uma fusão ou aproximação das duas classificações seria uma vantagem para o novo normativo contabilístico que se encontra em elaboração por parte da Comissão de Normalização Contabilística.

todos os sectores da Administração Pública, permitindo uma leitura transversal das mesmas, facilitando o processo de consolidação das contas, tanto de carácter horizontal como vertical.

As despesas são agrupadas pela sua natureza económica em despesas correntes e despesas de capital. Cada um destes grupos é constituído por um conjunto de agregados económicos com a denominação apresentada no próximo quadro.

Quadro 2.24 – Classificação económica da Despesa municipal

Despesas correntes	Despesas de capital	Outras despesas
01- Despesas com o pessoal	07- Aquisição de bens de capital	12- Operações extra-orçamentais
02- Aquisições de bens e serviços	08- Transferências de capital	
03- Juros e outros encargos	09- Ativos Financeiros	
04- Transferências correntes	10- Passivos Financeiros	
05-Subsidios	11 – Outras receitas de capital	
06- Outras despesas correntes		

2.3.2. Execução global do Orçamento de Despesa

O quadro 2.25 apresenta mostra a evolução da despesa global municipal entre 2007 e 2013 nas suas diferentes fases. Os quadros sub-

seqüentes, 2.26 e 2.27, completam esta informação com as taxas de variação da despesa orçada, realizada e paga bem como os valores absolutos dessa variação.

Quadro 2.25 – Orçamento e Execução das Despesas Municipais

Unidade: milhões de euros

Despesas	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Despesas previstas (a)	11.439,3	11.898,3	13.237,5	13.187,6	12.832,9	11.991,2	11.225,5
Compromissos do exercício (b)*	9.581,9	10.051,4	11.135,0	10.699,6	10.481,6	9.804,9	9.403,6
Despesas pagas do exercício e exercícios anteriores (c)	7.410,3	7.875,9	8.358,1	7.872,0	7.720,2	7.587,1	7.698,6
Compromissos do exercício por pagar (d)**= (b-c)	2.171,6	2.175,5	2.776,9	2.827,5	2.761,4	2.217,8	1.705,0
Compromisso a pagar em exercícios futuros (e.)***	1.655,3	1.891,7	2.927,3	3.167,9	4.042,8	4.912,8	5.810,2
Grau de execução da despesa comprometida (b/a)	83,8%	84,5%	84,1%	81,1%	81,7%	81,8%	83,8%
Grau de execução da despesa paga (c/b)	77,3%	78,4%	75,1%	73,6%	73,7%	77,4%	81,9%
Grau de execução da despesa paga em relação à despesa prevista (c/a)	64,8%	66,2%	63,1%	59,7%	60,2%	63,3%	68,6%

*De acordo com o POCAL deverá incluir os compromissos não pagos que transitaram dos exercícios anteriores

** Compromissos do exercício, deduzidos das despesas pagas do exercício e dos exercícios anteriores.

*** Compromissos assumidos no exercício, mas que só se executam nos exercícios seguintes. Não constituem dívida mas apenas encargos assumidos.

Quadro 2.26 – Variação da Despesa Orçada, Comprometida e Cobrada

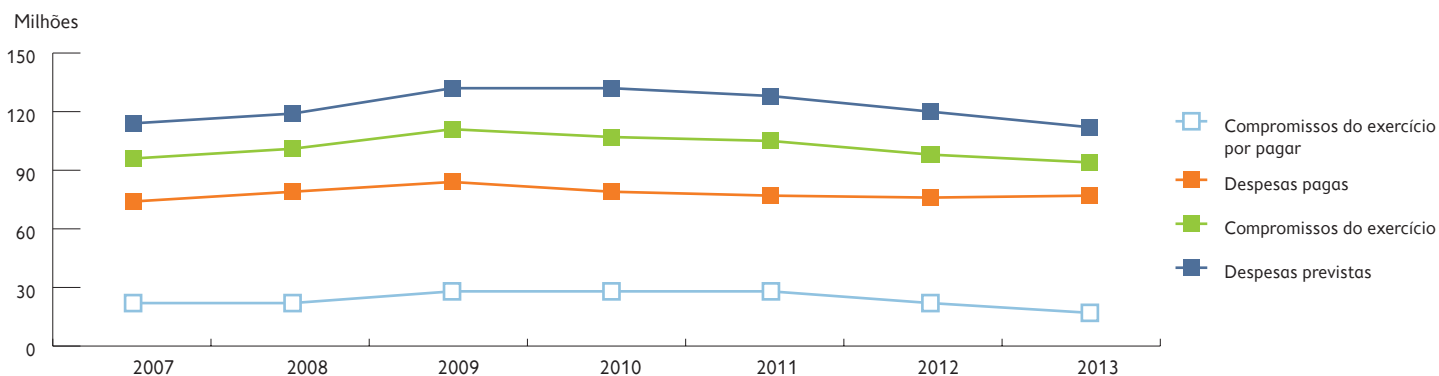
Despesas	Variação da despesa (milhões de euros)					
	2007-2008	2008-2009	2009-2010	2010-2011	2011-2012	2012-2013
Despesas previstas (a)	459,0	1.339,2	-49,9	-354,7	-841,6	-765,8
Compromissos do exercício (b)	469,5	1.083,6	-435,4	-218,0	-676,7	-401,3
Despesas pagas do exercício e exercícios anteriores (c)	465,6	482,2	-486,0	-151,9	-133,1	111,6
Compromissos do exercício por pagar (d)	3,9	601,5	50,6	-66,1	-543,6	-512,8
Compromisso a pagar em exercícios futuros (e.)	236,5	1.035,5	240,6	874,9	870,0	897,5

Quadro 2.27 – Taxas de variação da Despesa Orçada, Comprometida e Cobrada

Despesas	Variação da despesa (%)					
	2007-2008	2008-2009	2009-2010	2010-2011	2011-2012	2012-2013
Despesa prevista	4,0%	11,3%	-0,4%	-2,7%	-6,6%	-6,4%
Compromissos do exercício (despesa realizada)	4,9%	10,8%	-3,9%	-2,0%	-6,5%	-4,1%
Despesas pagas do exercício e exercícios anteriores	6,3%	6,1%	-5,8%	-1,9%	-1,7%	1,5%
Compromissos do exercício por pagar*	0,2%	27,6%	1,8%	-2,3%	-19,7%	-23,1%
Compromissos para exercícios futuros	14,3%	54,7%	8,2%	27,6%	21,5%	18,3%

* Compromissos que se previa pagar no exercício e não se pagaram.

Gráfico 2.04 – Evolução da Despesa Municipal nas suas diferentes fases entre 2007 e 2013



Da observação do gráfico e quadros anteriores verifica-se:

- O Orçamento previsional da despesa (**Despesa Prevista**) cresceu fortemente entre 2007 e 2009, apresentando a partir de 2010 uma diminuição progressiva, **sendo de realçar o decréscimo verificado em 2012 (-6,6%) e em 2013 (-6,4%). Nestes dois últimos anos a previsão da despesa municipal baixou 1,6 mil milhões de euros**⁶⁶.
- A partir de 2010⁶⁷, o volume de **compromissos assumidos** começou também a descer, acompanhando a diminuição da previsão da despesa. Contudo, **em 2013 o ritmo desta descida abranda, sendo o mesmo inferior à descida do volume da despesa prevista**, situação que contraria a necessidade de redução da despesa municipal para o nível de capacidade de gerar receita⁶⁸.
- **No biénio 2012/2013, o montante de compromissos assumidos baixou no valor total de mil milhões de euros.**
- Reflexo da diminuição da receita cobrada, a despesa paga diminuiu entre 2019 e 2012 cerca de 771 milhões de euros. **Em 2013 a despesa paga apresenta um aumento de 111,6 milhões de euros, pese embora este acréscimo tenha sido inferior ao valor das receitas creditícias recebido pelos 98⁶⁹ municípios beneficiados pelo PAEL entre o Dezembro de 2012 e Dezembro de 2013, o qual totalizou 481,9 milhões de euros**⁷⁰.
- **O aumento de pagamentos não foi, pelo menos, igual ao valor de financiamento obtido pelos municípios ao abrigo do PAEL, porque a receita global dos municípios aumentou apenas 91,4 milhões de euros em 2013, por via da diminuição abrupta das transferências de capital, que baixaram 534,9 milhões de euros.**
- A descida significativa do montante de **compromissos do exercício por pagar** que decorrente da significativa diminuição dos

compromissos do exercício apresentado nos parágrafos anteriores. Efetivamente, **entre 2011 e 2013 os compromissos por pagar baixaram mais de mil milhões de euros**, situação à qual não será alheio o facto de a curva da despesa paga demonstrar um abrandamento do ritmo de descida em 2011 e 2012 e um aumento da despesa paga em 2013.

Concluindo e referenciando-nos apenas a 2013:

- A previsão da despesa baixa 765,8 milhões de euros (-6,4%), os compromissos assumidos no ano diminuem 401,3 milhões de euros (-4,1%) e a despesa paga aumenta 111,6 milhões de euros (+1,5%).
- O total da despesa prevista foi de 11.225,5 milhões de euros, o volume de despesa realizada foi de 9.403,6 milhões de euros e o total pago foi de 7.698,6 milhões de euros, ficando por pagar 1.705 milhões de euros.
- Comprometeram-se 83,8% do Orçamento de Despesa, pagaram-se 81,9% da despesa realizada e, conseqüentemente, o total da despesa paga representou 68,6% da despesa orçada, ressalvando-se que não foi executada 16,2% desta.

⁶⁶ Situação que revela uma mudança positiva na gestão municipal que se traduz numa maior valorização dos orçamentos previsionais e da sua aproximação à real capacidade de gerar receita pelos municípios.

⁶⁷ Ainda antes dos efeitos da implementação da lei dos compromissos.

⁶⁸ Incluindo-se neste computo as receitas creditícias autorizadas até ao limite estipulado pela Lei das Finanças Locais.

⁶⁹ Só Alijó não recebeu financiamento em 2012 e 2013, mas apenas no início e 2014.

⁷⁰ O impacto deste financiamento nos municípios poderá ser melhor apreciado quando se analisar a variação da dívida a fornecedores

Gráfico 2.04.A – Evolução da Despesa Municipal nas suas diferentes fases nos municípios da R.A. dos Açores, entre 2007 e 2013

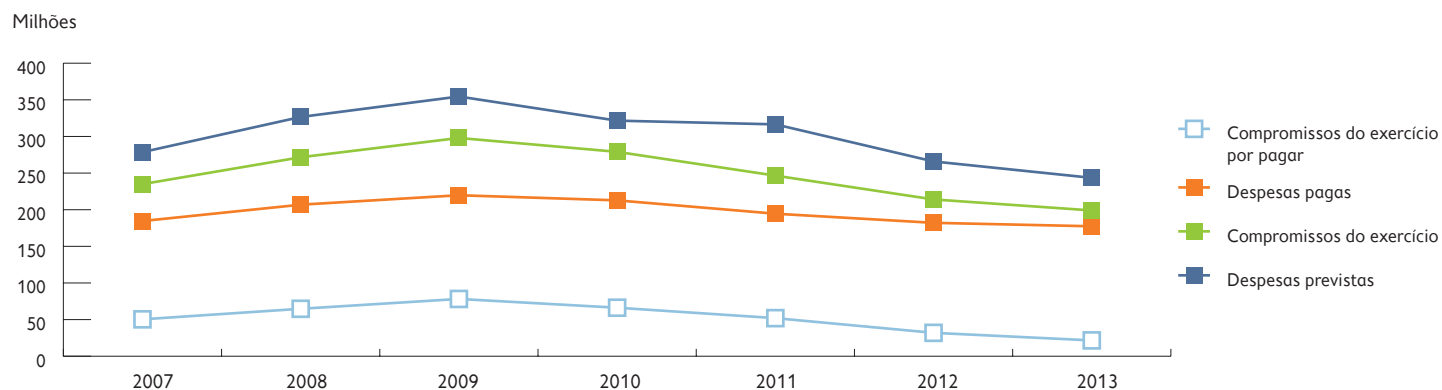
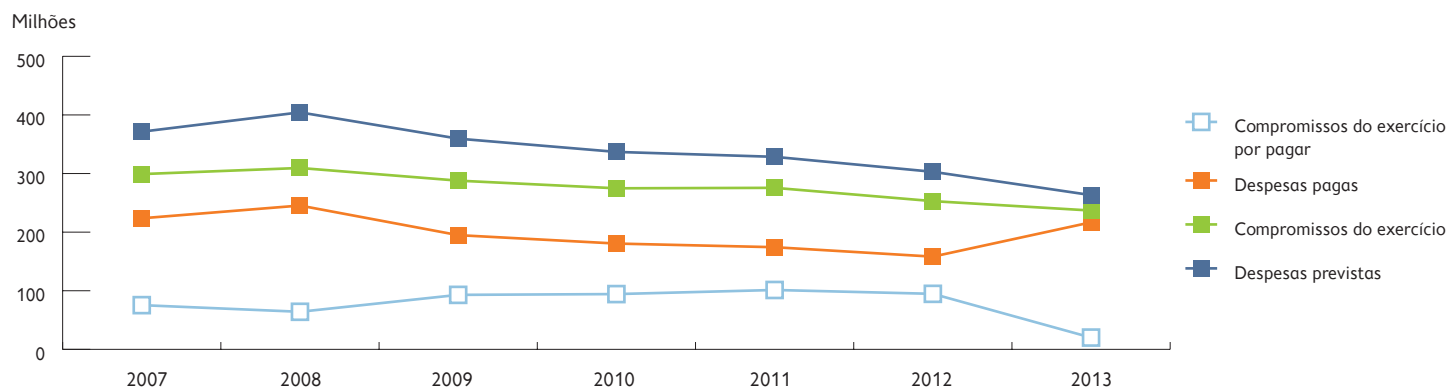


Gráfico 2.04.M – Evolução da Despesa Municipal nas suas diferentes fases nos municípios da R.A. da Madeira, entre 2007 e 2013



O quadro 2.28 mostra os diversos níveis de despesa bem como o excedente destas sobre a receita homóloga, revelando as dificuldades estruturais do sistema financeiro municipal proveniente da falta de

regras de reajustamento da despesa à receita, conforme referido no ponto 2.2 dedicado à análise da receita municipal.

Quadro 2.28 – Excesso da Despesa sobre a Receita

Unidade: milhões de euros

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Receitas	Receitas previstas (a)	11.215,2	11.572,3	13.001,9	12.995,1	12.595,6	11.674,3	10.823,7
	Receitas liquidadas (b)	7.770,5	8.463,7	8.899,5	8.092,9	8.021,8	7.885,3	7.992,3
	Receitas cobradas (c)	7.541,6	7.746,9	8.198,0	7.859,5	7.771,6	7.683,4	7.774,8
	Receitas liquidadas por cobrar (créditos s/ terc.)	228,9	716,8	701,5	233,4	250,2	201,8	217,4
	Saldos do exercício anterior (d)	228,1	335,8	293,2	166,8	190,4	254,3	319,4
Despesas	Despesas previstas (e)	11.439,3	11.898,3	13.237,5	13.187,6	12.832,9	11.991,2	11.225,5
	Compromissos do exercício (f)	9.581,9	10.051,4	11.135,0	10.699,6	10.481,6	9.804,9	9.403,6
	Despesa paga no exercício (g)	7.410,3	7.875,9	8.358,1	7.872,0	7.720,2	7.587,1	7.698,6
Excesso de despesa sobre receita	(Receitas previstas+ Saldos do exercício anterior) - Despesas prevista ((a+d)-e)	4,0	9,8	57,6	-25,7	-46,8	-62,7	-82,4
	(Receita liquidada+ Saldos do exercício anterior) -Despesa comprometida ((b+d)-f)	-1.583,3	-1.251,9	-1.942,3	-2.439,9	-2.269,4	-1.665,3	-1.091,9
	(Receitas cobrada+ Saldos do exercício anterior) -Despesa comprometida ((c+d)-f)	-1.812,2	-1.968,7	-2.643,8	-2.673,3	-2.519,6	-1.867,1	-1.309,4
	(Receitas cobrada+ Saldos do exercício anterior) -Despesa paga ((c+d)-g)	359,4	206,8	133,1	154,2	241,8	350,6	395,6

Observando o quadro anterior, anota-se, ainda:

- A partir de 2010, o volume da **despesa orçamentada**⁷¹ apresentada com a prestação de contas⁷², **tem-se apresentado superior à receita orçada** (acrescida do saldo de gerência anterior). Em termos globais, é situação de **desequilíbrio orçamental** que contraria as regras de execução orçamental⁷³. Em 2013, esta diferença foi superior à dos três anos anteriores, atingindo, o valor de 82,4 milhões de euros.

- Comparando a despesa comprometida⁷⁴ com a receita cobrada, **verifica-se um excesso de despesa superior a 1,3 mil milhões de euros em 2013**, embora este valor represente uma grande descida desta variável desde 2011. **Este valor traduz a despesa executada sem o correspondente aprovisionamento de receita, colocando, por isso, os municípios em risco de incumprimento financeiro, situação que a Lei dos Compromissos ainda não conseguiu debelar, conforme se propunha.**

⁷¹ Despesa prevista

⁷² Situação ex-post

⁷³ A ausência de orçamentos plurianuais que reflitam as despesas plurianuais para além das despesas de investimento, isto é, as despesas correntes de natureza plurianual, bem como aquelas que sendo despesas correntes assumem natureza certa e permanente, retira a capacidade de projecção das despesas e sua adequação aos recursos financeiros certos e permanentes do município, sendo a causa fundamental da situação de desequilíbrio orçamental verificado e indutor do empolamento das receitas constatado no ponto anterior.

⁷⁴ Despesa assumida e realizada.

Quadro 2.28.A – Excesso da Despesa sobre a Receita nos Municípios da R.A. dos Açores

Unidade: milhões de euros

		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Receitas	Receitas previstas (a)	274,1	321,4	348,3	319,0	308,7	257,4	237,5
	Receitas liquidadas (b)	192,5	215,2	229,5	207,9	194,1	184,4	183,6
	Receitas cobradas (c)	185,8	206,6	219,3	214,1	193,9	178,8	180,4
	Receitas liquidadas por cobrar (créditos s/ terc.)	6,8	8,6	10,2	-6,2	0,3	5,6	3,1
	Saldos do exercício anterior (d)	4,3	5,6	6,4	6,6	9,0	8,6	5,8
Despesas	Despesas previstas (e)	278,6	326,6	354,5	321,6	316,5	265,9	243,5
	Compromissos do exercício (f)	234,9	271,6	298,0	279,0	246,5	214,0	199,0
	Despesa paga no exercício (g)	184,5	206,9	219,8	212,8	194,5	182,1	177,4
Excesso de despesa sobre receita	(Receitas previstas+ Saldos do exercício anterior) - Despesas prevista ((a+d)-e)	-0,3	0,4	0,2	3,9	1,2	0,1	-0,1
	(Receita liquidada+ Saldos do exercício anterior) -Despesa comprometida ((b+d)-f)	-38,1	-50,7	-62,0	-64,5	-43,4	-21,1	-9,6
	(Receitas cobrada+ Saldos do exercício anterior) -Despesa comprometida ((c+d)-f)	-44,9	-59,4	-72,2	-58,3	-43,7	-26,6	-12,7
	(Receitas cobrada+ Saldos do exercício anterior) -Despesa paga ((c+d)-g)	5,5	5,4	6,0	7,9	8,3	5,3	8,9

Quadro 2.28.M – Excesso da Despesa sobre a Receita nos Municípios da R.A. da Madeira

Unidade: milhões de euros

		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Receitas	Receitas previstas (a)	370,2	401,4	358,5	335,6	328,3	299,0	260,3
	Receitas liquidadas (b)	216,8	235,2	213,8	187,6	185,1	168,4	231,1
	Receitas cobradas (c)	226,9	241,8	194,2	182,2	174,4	158,4	220,1
	Receitas liquidadas por cobrar (créditos s/ terc.)	-10,1	-6,6	19,6	5,4	10,7	10,0	11,0
	Saldos do exercício anterior (d)	1,2	3,0	0,9	1,3	2,8	0,8	1,4
Despesas	Despesas previstas (e)	371,4	404,4	359,5	336,9	328,5	303,0	263,2
	Compromissos do exercício (f)	299,1	309,5	287,9	274,8	275,6	252,9	236,9
	Despesa paga no exercício (g)	223,6	245,4	194,9	180,5	174,3	158,2	216,8
Excesso de despesa sobre receita	(Receitas previstas+ Saldos do exercício anterior) - Despesas prevista ((a+d)-e)	0,0	0,0	-0,1	0,0	2,5	-3,1	-1,5
	(Receita liquidada+ Saldos do exercício anterior) -Despesa comprometida ((b+d)-f)	-81,1	-71,3	-73,1	-85,9	-87,7	-83,7	-4,4
	(Receitas cobrada+ Saldos do exercício anterior) -Despesa comprometida ((c+d)-f)	-70,9	-64,7	-92,7	-91,3	-98,4	-93,6	-15,4
	(Receitas cobrada+ Saldos do exercício anterior) -Despesa paga ((c+d)-g)	4,5	-0,6	0,3	3,0	2,9	1,1	4,7

Pela observação dos quadros 2.28.A e 2.28.M conclui-se que:

- As despesas previstas foram superiores às receitas previstas mais os saldos do exercício anterior em 0,1 milhões de euros para a RAA e em 1,5 milhões de euros para a RAM;
- As despesas comprometidas foram superiores às receitas liquidadas mais os saldos do exercício anterior em 9,6 milhões de euros para a RAA e em 4,4 milhões de euros para a RAM;
- A diferença entre a receita cobrada e a despesa paga no exercício de 2013 foi positiva no valor de 3 milhões de euros para a RAA e 3,3 milhões de euros para a RAM;

O Gráfico 2.05 a seguir apresentado permite comparar as taxas de

crescimento das diferentes fases da despesa e respetivas taxas de execução.

Apesar de os mapas de controlo da despesa aprovados com o PO-CAL e que constam da documentação da prestação de contas dos municípios, requererem a informação do grau de execução da despesa referenciando a despesa paga à despesa orçada, é nosso entendimento, dado o alto nível de inflacionamento dos orçamentos municipais, que será mais razoável e que traduzirá melhor a realidade financeira dos municípios, avaliar o grau de execução da despesa comparando a despesa paga com a despesa comprometida e a despesa comprometida com a despesa orçada.

Gráfico 2.05 – Taxas de Execução das Despesas

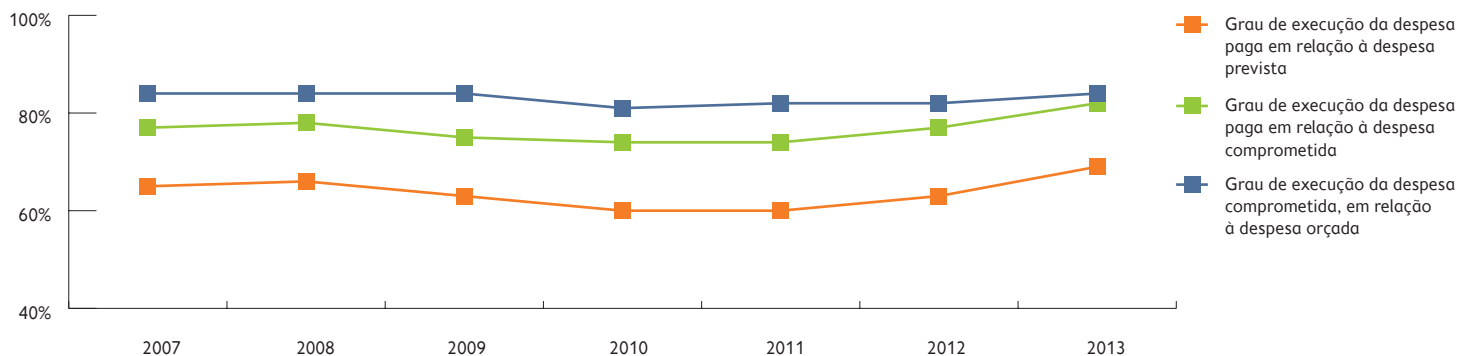


Gráfico 2.05.A – Taxas de Execução das Despesas nos municípios da R.A. dos Açores

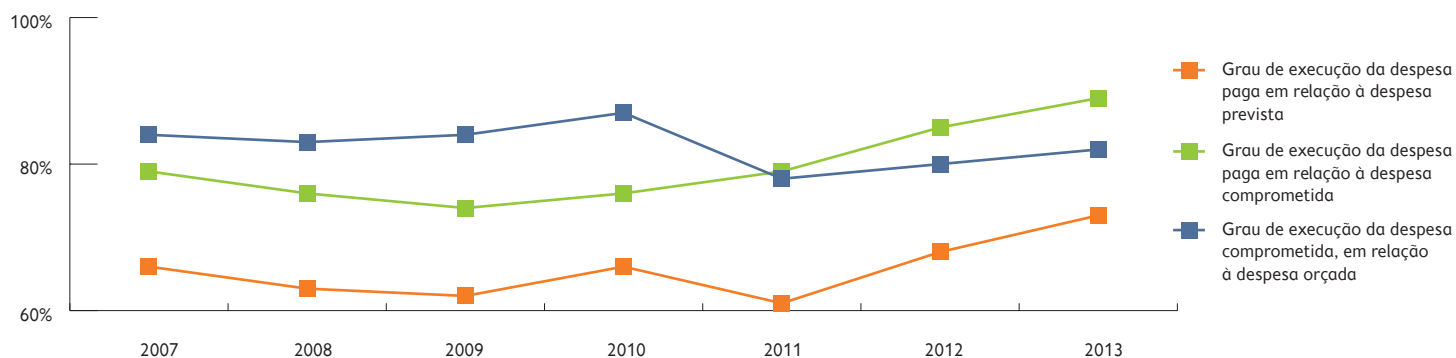
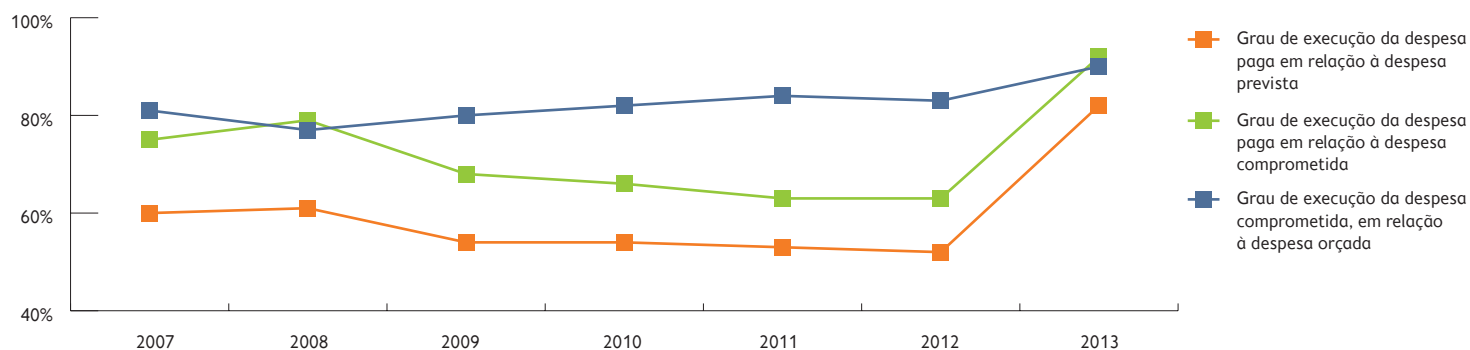


Gráfico 2.05.M – Taxas de Execução das Despesas nos municípios da R.A. da Madeira



Como complemento ao gráfico anterior, no Quadro 2.29 comparam-se os diversos graus de execução da despesa e da receita.

Quadro 2.29 – Comparação do grau de Execução da Despesa com o Grau de Execução da Receita

		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Grau de execução da receita	Receita liquidada / Receita prevista (a)	69,3%	73,1%	68,4%	62,3%	63,7%	67,5%	73,8%
	Receita cobrada / Receita prevista (b)	67,2%	66,9%	63,1%	60,5%	61,7%	65,8%	71,8%
Grau de execução da despesa	Compromissos do exercício / Despesa prevista (c)	83,8%	84,5%	84,1%	81,1%	81,7%	81,8%	83,8%
	Despesa paga / Despesa prevista (d)	64,8%	66,2%	63,1%	59,7%	60,2%	63,3%	68,6%
	Despesa paga / Despesa comprometida (e)	77,3%	78,4%	75,1%	73,6%	73,7%	77,4%	81,9%
Diferença de execução da despesa e da receita	(c)-(a)	14,5%	11,3%	15,7%	18,9%	18,0%	14,2%	9,9%
	(d)-(b)	-2,5%	-0,7%	0,1%	-0,8%	-1,5%	-2,5%	-3,3%

O gráfico e quadro anteriores continuam a atestar a insuficiência das atuais normas orçamentais na execução dos orçamentos municipais, apesar da melhoria significativa dos indicadores em 2013.

- Aumentou significativamente o grau de execução da receita liquidada e cobrada, embora devido, essencialmente, à diminuição da receita prevista, aproximando-se mais do grau de execução da

despesa⁷⁵. Contudo, o peso dos compromissos assumidos em relação à despesa prevista continuou a ser superior ao peso da receita liquidada em relação à receita prevista, propiciando, como se atesta no mapa supra, níveis de despesa comprometida impossíveis de serem pagas. **Anota-se que mesmo com o PAEL e com a Lei dos Compromissos em vigor, os municípios só tiveram capacidade financeira para pagar 81,9% da despesa comprometida em 2013.**

- Durante anos sucessivos, os elevados graus de execução da despesa e os sucessivos baixos níveis de concretização das cobranças tornaram-se num problema financeiro estrutural e influenciaram o desenvolvimento da dívida bruta dos municípios, sendo a causa do crescimento da dívida de curto prazo.
- A Lei dos Compromissos e o PAEL não foram, ainda, suficientes para atenuar⁷⁶ o impacto que orçamentos sobreavaliados exercem sobre o volume de despesa, ao capacitar a assunção de encargos para além das reais capacidades de realização de receita por parte dos municípios. Situação que se tem agravado com a diminuição das transferências de Estado e diminuição das receitas fiscais.
- Se entre 2007 e 2012 **a realização da despesa foi, em média, superior em 15,4% à realização da receita**, é de notar que em **2013 essa diferença foi apenas de 9,9%**. Esta diferença terá que ser combatida por regras orçamentais que obriguem o ajustamento da despesa⁷⁷ à realização da receita, sob pena de se tornar insustentável a situação financeira dos municípios.
- O Gráfico 2.07 mostra claramente a inflexão positiva da linha que

⁷⁵ Considerando que (i) sendo a autorização da despesa aferida pelas dotações orçamentais até ao limite de 100% destas, com as retificações decorrentes das alterações efetuadas; (ii) sendo a despesa prevista, aferida pela receita prevista (equilíbrio orçamental ex.- ante) e, (iii) estando o orçamento de receita inflacionado, a realização da despesa (compromissos do exercício) resultará muito superior à realização da receita e com graus de execução, muito superiores aos da receita liquidada.

⁷⁶ No nosso entender, só a adoção de orçamentos plurianuais de despesa, que reflitam para um período determinado (quatro ou cinco anos) todas as despesas municipais, independentemente de serem despesas de investimento, ou despesas correntes de natureza plurianual e orçamentos plurianuais de receita que apresentem as receitas estimadas para o mesmo período, será determinante para a capacitação de projeção das despesas e sua adequação aos recursos financeiros certos e permanentes do município. A ausência deste instrumento de planeamento financeiro será a causa fundamental da situação de desequilíbrio orçamental verificado e do empolamento das receitas já constatado no ponto anterior

⁷⁷ Os dados demonstram que a LCPA não produziu o efeito desejado e que se mostrou incapaz como instrumento de ajustamento da despesa à receita real dos municípios.

representa o grau de execução dos compromissos pagos, a qual se aproxima, em 2013 da linha que representa o grau de execução dos compromissos assumidos.

2.3.3. Estrutura e Evolução da Despesa, por classificação económica

Neste ponto apresenta-se a evolução da despesa municipal entre 2007 e 2013, por rubrica económica e nas suas diferentes fases de execução: **despesa realizada**⁷⁸ ou **compromissos do exercício**⁷⁹,

⁷⁸ Chamamos Despesa Realizada aos Compromissos do Exercício sendo o seu montante igual à soma das despesas pagas no exercício com os compromissos por pagar.

⁷⁹ De acordo com o ponto 26.1 do POCAL, com o encerramento das contas, dever-se-ia fazer transitar para "Compromissos – exercícios futuros", os compromissos assumidos no ano que não se concretizaram, isto é, que não originaram obrigações. Acontece que, nem sempre esta operação é realizada, o que implica manterem-se no mapa de execução da despesa compromissos que não são do ano económico em causa mas de anos económicos seguintes. Esta incorreção no registo orçamental da despesa, embora não altere o volume dos compromissos assumidos, falseia a informação relativa ao montante em dívida e por isso o valor da despesa realizada, conforme a definimos no início deste anuário. Verifica-se, ainda, que não se tem forma de, com a informação constante nos Mapas de Execução Orçamental, detetar este erro ou omissão, pois a fase de registo da obrigação (com a receção das faturas), não se reflete na contabilidade orçamental mas sim na patrimonial e de custos. Ora, será o total das faturação recebida acrescida da transitada dos anos anteriores, por pagar, que constituirá o volume de despesa realizada (compromissos realmente assumidos, para o ano económico em questão).

Só a confrontação dos compromissos por pagar refletidos no mapa de execução orçamental, com o passivo de curto prazo expresso no Balanço, permitirá concluir sobre a materialidade e fiabilidade da informação constante dos Mapas de Execução Orçamental e sobre compromissos assumidos para o exercício e não pagos. Acontece porém que, face à natureza informativa do Balanço, no passivo constarão, também, montantes que não representarão dívida orçamental. Estão nesta situação os valores de terceiros à guarda dos municípios, cuja contrapartida se encontra registada no ativo, em disponibilidades. São valores que não podem ser considerados como dívida do município, pese embora o seu registo como passivo nos respetivos Balanços municipais. São exemplo desta situação: as garantias de clientes ou fornecedores, cauções e os impostos retidos a favor do Estado. Expurgando-se do passivo de curto prazo estas situações, poder-se-á obter a análise da conformidade da informação prestada nos mapas orçamentais, com a informação prestada em Balanço. Contudo, para a elaboração deste anuário e das edições anteriores, não tem sido possível obter informação que permita destacar do Balanço, o passivo que não se reflete em dívida orçamental, pelo que não se pode testar a realização, cabal, das operações orçamentais, de final do período. Assim, optou-se por considerar o montante apresentado na coluna de "Compromissos assumidos e não pagos" no Mapa de Execução Orçamental, como o provável valor máximo de dívida orçamental de curto prazo. Contudo, não se poderá deixar de anotar que há capítulos económicos relativamente aos quais os compromissos por pagar deveriam ser zero. São eles: Despesas com Pessoal; Ativos Financeiros e Passivos Financeiros. A existência de compromissos por pagar nestas situações, estará claramente associada à falta de regularização contabilística dos saldos das contas de encargos previsionais assumidos, que não se concretizaram. Não será fácil

despesa paga⁸⁰ e compromissos por pagar⁸¹.

admitir-se que um município possa deixar de liquidar os montantes contratualizados de amortizações de empréstimos, ou que no fim do ano económico, mantenha remunerações, suplementos ou outras despesas com pessoal em dívida.

⁸⁰ O total da despesa paga para cada ano refere-se à soma das despesas pagas do exercício e das despesas pagas dos exercícios anteriores.

⁸¹ São os Compromissos do exercício deduzidos das despesas pagas do exercício e dos exercícios anteriores. Anota-se, que os compromissos por pagar não incluem compromissos assumidos para exercícios futuros mas, somente, os compromissos que, em cada exercício, se constituíram como obrigação para o município ou que transitaram dos exercícios anteriores e que, por conseguinte, o seu não pagamento representará dívida de curto prazo.

O quadro 2.30 apresenta a evolução da despesa realizada⁸² e despesa paga por rubrica económica e o quadro 2.31 o peso percentual de cada um destes tipos de despesa. O Gráfico 2.06 apresenta as respetivas taxas de crescimento.

⁸² Despesa comprometida para o exercício.

Quadro 2.30 – Despesa Realizada, Despesa Paga e Peso da Despesa Paga na Despesa Realizada

Unidade: milhões de euros

DESPESAS	Despesas Realizadas						Despesas Pagas						Peso das Despesas Pagas nas Despesas Realizadas					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2008	2009	2010	2011	2012	2013
01 - Despesas com pessoal	2.184	2.429	2.486	2.396	2.125	2.276	2.154	2.399	2.451	2.365	2.090	2.247	98,6%	98,7%	98,6%	98,7%	98,4%	98,7%
02 - Aquisição de bens e serviços	2.324	2.517	2.508	2.606	2.602	2.636	1.782	1.855	1.731	1.789	1.852	2.060	76,7%	73,7%	69,0%	68,7%	71,2%	78,2%
03 - Juros e outros encargos	245	218	134	187	192	165	225	192	105	142	148	127	91,9%	87,9%	78,1%	75,8%	77,3%	76,8%
04 - Transferências correntes	550	597	583	570	548	568	506	537	500	478	468	494	92,1%	90,0%	85,7%	83,8%	85,3%	87,0%
05 - Subsídios	172	209	226	239	223	196	144	157	149	163	149	118	83,7%	75,4%	66,0%	68,5%	66,8%	60,1%
06 - Outras despesas correntes	130	132	115	113	110	116	121	119	101	95	93	101	92,6%	89,8%	88,2%	84,6%	84,6%	87,5%
Total de despesas correntes	5.605	6.103	6.051	6.111	5.801	5.957	4.933	5.260	5.037	5.033	4.801	5.147	88,0%	86,2%	83,2%	82,4%	82,8%	86,4%
07 - Aquisição de bens de capital	3.496	3.832	3.444	3.188	2.614	2.354	2.089	2.064	1.782	1.670	1.536	1.597	59,8%	53,9%	51,8%	52,4%	58,7%	67,9%
08 - Transferências de capital	501	548	498	465	390	362	426	432	369	335	285	279	85,0%	78,9%	74,2%	72,1%	72,9%	77,1%
09 - Ativos financeiros	38	54	41	43	34	30	31	43	38	30	21	12	82,9%	79,8%	94,4%	70,1%	60,5%	39,3%
10 - Passivos financeiros	358	466	583	626	906	667	353	460	577	615	890	634	98,8%	98,6%	99,1%	98,2%	98,3%	95,1%
11 - Outras despesas de capital	54	132	84	49	60	33	44	100	68	37	55	29	80,8%	75,8%	81,1%	75,5%	92,2%	86,8%
Total de despesas de capital	4.447	5.032	4.648	4.371	4.004	3.447	2.943	3.098	2.835	2.688	2.786	2.551	66,2%	61,6%	61,0%	61,5%	69,6%	74,0%
Total da Despesa	10.051	11.135	10.700	10.482	9.805	9.404	7.876	8.358	7.872	7.720	7.587	7.699	78,4%	75,1%	73,6%	73,7%	77,4%	81,9%
Total munic. Açores	272	298	279	247	214	199	207	220	213	195	182	177	76,2%	73,8%	76,3%	78,9%	85,1%	89,1%
Total munic. Madeira	309	288	275	276	253	237	245	195	181	174	158	217	79,3%	67,7%	65,7%	63,2%	62,5%	91,5%

Quadro 2.31 – Estrutura da despesa realizada e da despesa paga

Despesas	Estrutura da Despesa Realizada						Estrutura da Despesa Paga					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Despesas com pessoal	21,7%	21,8%	23,2%	22,9%	21,7%	24,2%	27,4%	28,7%	31,1%	30,6%	27,5%	29,2%
Aquisição de bens e serviços	23,1%	22,6%	23,4%	24,9%	26,5%	28,0%	22,6%	22,2%	22,0%	23,2%	24,4%	26,8%
Juros e outros encargos	2,4%	2,0%	1,3%	1,8%	2,0%	1,8%	2,9%	2,3%	1,3%	1,8%	2,0%	1,7%
Transferências correntes	5,5%	5,4%	5,5%	5,4%	5,6%	6,0%	6,4%	6,4%	6,4%	6,2%	6,2%	6,4%
Subsídios	1,7%	1,9%	2,1%	2,3%	2,3%	2,1%	1,8%	1,9%	1,9%	2,1%	2,0%	1,5%
Outras despesas correntes	1,3%	1,2%	1,1%	1,1%	1,1%	1,2%	1,5%	1,4%	1,3%	1,2%	1,2%	1,3%
Total de despesas correntes	55,8%	54,8%	56,6%	58,3%	59,2%	63,3%	62,6%	62,9%	64,0%	65,2%	63,3%	66,9%
Aquisição de bens de capital	34,8%	34,4%	32,2%	30,4%	26,7%	25,0%	26,5%	24,7%	22,6%	21,6%	20,2%	20,7%
Transferências de capital	5,0%	4,9%	4,7%	4,4%	4,0%	3,9%	5,4%	5,2%	4,7%	4,3%	3,8%	3,6%
Ativos financeiros	0,4%	0,5%	0,4%	0,4%	0,3%	0,3%	0,4%	0,5%	0,5%	0,4%	0,3%	0,2%
Passivos financeiros	3,6%	4,2%	5,4%	6,0%	9,2%	7,1%	4,5%	5,5%	7,3%	8,0%	11,7%	8,2%
Outras despesas de capital	0,5%	1,2%	0,8%	0,5%	0,6%	0,4%	0,6%	1,2%	0,9%	0,5%	0,7%	0,4%
Total de despesas de capital	44,2%	45,2%	43,4%	41,7%	40,8%	36,7%	37,4%	37,1%	36,0%	34,8%	36,7%	33,1%
Total da Despesa	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

- As despesas mais representativas na estrutura da despesa municipal, na fase dos compromissos (despesa realizada) e, por ordem descendente entre 2007 e 2012 foram: (i) Aquisição de bens de capital (em média, 33,6% do total das despesas); (ii) Aquisição de bens e serviços correntes (em média, 23,2% do total das despesas); (iii) Despesas com pessoal (em média, 22,3% do total das despesas). Na fase dos pagamentos a situação alterou-se e o peso médio de cada uma destas componentes ao nível dos pagamentos passou a ser, por ordem descendente, o seguinte: (i) Despesas com pessoal (29,2%), (ii) Aquisição de bens e serviços correntes (24,4%) e (iii) Aquisição de bens de capital (22,4%).
- Em 2013, a situação altera-se. O peso da Despesa Corrente aumenta significativamente, passando da referência média de 56,5% da despesa total, para 66,9% da mesma, com a consequente perda de importância e peso da Despesa de Capital que baixa para níveis inferiores a 35% ao apresentar o peso na despesa total de apenas 33,1%.
- Assim, conforme se pode atestar pelo Quadro 2.32, em 2013 a Despesa Corrente municipal aumentou 156,3 milhões de euros e a

Despesa de Capital baixou 557,6 milhões de euros.

- Também ao nível dos pagamentos, as alterações estruturais da despesa municipal foram notáveis em 2013. Assim, conjugando a informação do Quadro 2.30 com o Quadro 2.33, em 2013, o pagamento da Despesa Corrente aumentou 346,4 milhões de euros (+7,2%), situação que não acontecia desde 2009. A diminuição do valor de pagamento da Despesa de Capital em 234,8 milhões de euros (-8,4%) foi, ainda assim, superior à diminuição da despesa realizada, pelo que, a taxa de pagamentos da despesa de capital melhorou em +4,4%.
- Em 2013, outras alterações na estrutura da despesa ocorreram. Aumentou a despesa como a Aquisição de bens e serviços, desceu significativamente a despesa de Investimento e a Despesa com Pessoal aumentou ligeiramente. Estas variações repercutiram-se de forma acentuada no peso relativo de cada componente da despesa, conforme se passa a anotar:
 - A aquisição de bens e serviços correntes, que, em média, representaria 23,8% da despesa municipal, representou, neste ano,

28% da despesa total dos municípios.

- A aquisição de bens de capital que, em média, representaria 32,4% da despesa total, representou, apenas, 25% do total gasto pelos municípios.
- A despesa com pessoal, que representaria em média 22,2% da despesa municipal, apresentou o peso de 24,2%.
- Assim, a ordenação em 2013 da importância das rubricas da despesa, por ordem decrescente, passou para a seguinte sequência: (i) Aquisição de bens e Serviços, (ii) Despesas com Investimento e (iii) Despesas com Pessoal.
- Outro aspeto realçado já em anteriores parágrafos relativamente à mudança de gestão municipal verificada em 2013 e confirmada pelos quadros antecedentes, refere-se à alteração na política de pagamentos. Enquanto **entre 2007 e 2012 as despesas pagas representaram, em média, 75,6% das despesas comprometidas, em 2013, ao ser pago mais 111,6 milhões de euros (+1,5%), representaram 81,9% do total da despesa realizada.**
- O Quadro 2.30, ao discriminar os consumos orçamentais e as alocações dos meios financeiros por rubrica orçamental da despesa, permite verificar que as **despesas com pessoal** e os **passivos financeiros foram quase integralmente pagos no ano**. As primeiras com nível médio de pagamento de 98,7%⁸³ e consumindo a maior parcela de meios financeiros disponíveis (2.247 milhões de euros), os segundos com 95,1%⁸⁴ de pagamentos efetuados totalizando a verba de 634 milhões de euros (-239 milhões de euros que no ano anterior) pois, em 2013 o volume de amortizações de empréstimos foi bastante menor.
- Outras despesas consumiram, também, verbas muito significati-

vas da receita municipal. Estão neste caso o pagamento das despesas com **aquisição de bens e serviços** ao qual se destinaram 2.060 milhões de euros, representando contudo não mais que 78,2% da despesa realizada e, o pagamento das **despesas com investimento**, para as quais foram alocados 1.597 milhões de euros representando, apenas, 67,9% das despesas incorridas nesta rubrica orçamental. As **transferências correntes** foram pagas em cerca de 87% do valor comprometido absorvendo 494 milhões de euros (+26,8 milhões de euros atribuídos que no ano anterior).

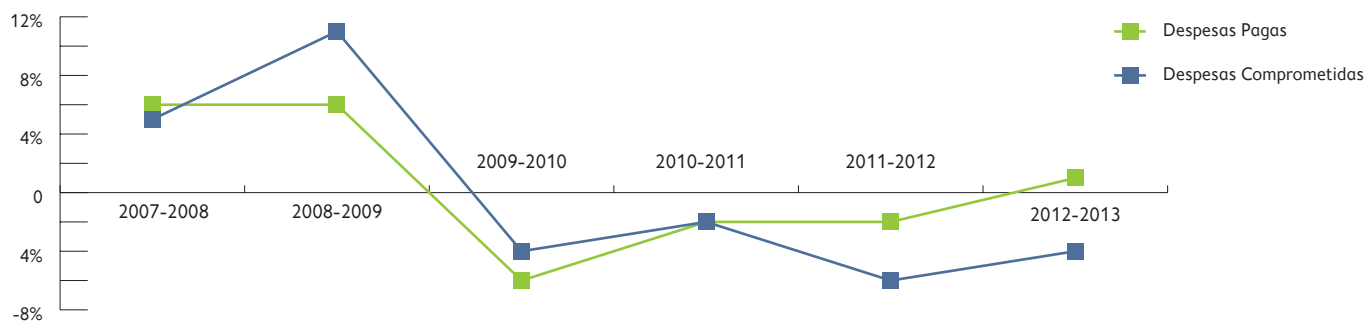
• Finalmente, e ainda apoiados nos Quadros 2.32 e 2.33 não se poderá deixar de referir relativamente ao ano de 2013:

- Os **encargos com juros** baixaram 21,4 milhões de euros (-14,4%), situação que não ocorria desde 2010;
- As **despesas com Subsídios** baixaram 27,7 milhões de euros (-12,4%);
- As **transferências de capital** continuaram a baixar (-5,3 milhões de euros, -1,9%), embora menos que nos três anos anteriores.

O gráfico a seguir apresentado permite comparar as taxas de variação da despesa realizada e da despesa paga ao longo de período em observação.

⁸³ O diferencial para os 100%, ou se trata de anulações de compromissos por efetuar, ou pagamentos de encargos com pessoal que se vencem no início do ano seguinte à sua realização. Como referimos, a existência de compromissos por pagar nestas situações estará claramente associada à falta de regularização contabilística dos saldos das contas de encargos assumidos previsionalmente, que não se concretizaram. Não será fácil admitir-se que um município possa deixar de liquidar os montantes contratualizados de amortizações de empréstimos, ou que no fim do ano económico, mantenha remunerações, suplementos ou outras despesas com pessoal em dívida.

⁸⁴ No caso de amortizações dos empréstimos, ou foram estimativas de pagamento sobreavaliadas, que não foram retificadas ou situações de empréstimos de curto prazo cuja amortização ainda se poderia executar no ano económico seguinte, sem ultrapassar a anuidade do empréstimo. Neste caso o nível de pagamento da despesa realizada não pode deixar de ser 100%.

Gráfico 2.06 – Variação da Despesa Realizada⁸⁵ e das Despesa Paga

⁸⁵ Despesa Comprometida para o Exercício.

• Este gráfico é elucidativo de como evoluíram as taxas de variação da despesa paga comparando-as, ainda, com as taxas de variação da despesa realizada. Mostra a variação negativa do volume de compromissos a partir de 2010, com abrandamento, porém, desse ritmo em 2013. Revela, ainda, a melhoria da performance dos pagamentos nomeadamente a partir de 2011 e a mudança positiva de

sentido ao verificar-se uma taxa de crescimento em 2013.

Nos Quadros 2.32 e 2.33 são apresentadas as taxas de variação da despesa realizada e paga, por rubrica económica, permitindo verificar quais as rubricas mais sujeitas e variação. Trata-se de quadros que fornecem informação que ilustram os comentários anteriores e, por isso, ao quais se teve que recorrer frequentemente.

Quadro 2.32 – Taxas de Variação da Despesa Realizada

DESPESAS	Variação da Despesa Realizada (M€)					Variação da Despesa Realizada (%)				
	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13
01 - Despesas com pessoal	245,1	56,3	-89,6	-271,4	151,7	11,2%	2,3%	-3,6%	-11,3%	7,1%
02 - Aquisição de bens e serviços	193,5	-9,5	98,7	-4,2	33,5	8,3%	-0,4%	3,9%	-0,2%	1,3%
03 - Juros e outros encargos	-26,1	-84,3	52,6	5,4	-26,7	-10,7%	-38,6%	39,2%	2,9%	-13,9%
04 - Transferências correntes	47,1	-13,9	-13,0	-22,2	20,1	8,6%	-2,3%	-2,2%	-3,9%	3,7%
05 - Subsídios	36,8	17,2	13,0	-15,6	-27,7	21,4%	8,3%	5,8%	-6,5%	-12,4%
06 - Outras despesas correntes	2,2	-17,7	-1,9	-2,4	5,3	1,7%	-13,4%	-1,7%	-2,1%	4,8%
Total de despesas correntes	498,4	-51,9	59,7	-310,4	156,3	8,9%	-0,9%	1,0%	-5,1%	2,7%

DESPESAS	Variação da Despesa Realizada (M€)					Variação da Despesa Realizada (%)				
	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13
07 - Aquisição de bens de capital	335,7	-388,3	-256,0	-573,7	-259,7	9,6%	-10,1%	-7,4%	-18,0%	-9,9%
08 - Transferências de capital	47,1	-50,2	-33,2	-74,1	-28,3	9,4%	-9,2%	-6,7%	-16,0%	-7,2%
09 - Ativos financeiros	16,2	-13,3	2,4	-8,8	-3,7	42,9%	-24,6%	5,8%	-20,6%	-10,8%
10 - Passivos financeiros	108,5	116,5	43,7	279,6	-239,0	30,4%	25,0%	7,5%	44,6%	-26,4%
11 - Outras despesas de capital	77,8	-48,3	-34,6	10,8	-26,8	143,6%	-36,6%	-41,4%	22,0%	-44,8%
Total de despesas de capital	585,2	-383,5	-277,7	-366,3	-557,6	13,2%	-7,6%	-6,0%	-8,4%	-13,9%
Total	1.083,6	-435,4	-218,0	-676,7	-401,3	10,8%	-3,9%	-2,0%	-6,5%	-4,1%
Total municípios Açores	26,3	-18,9	-32,5	-32,5	-15,0	9,7%	-6,4%	-11,6%	-13,2%	-7,0%
Total municípios Madeira	-21,6	-13,1	0,8	-22,7	-16,0	-7,0%	-4,5%	0,3%	-8,2%	-6,3%

Quadro 2.33 – Taxas de Variação da Despesa Paga

DESPESAS	Variação da Despesa Paga (M€)					Variação da Despesa Paga (%)				
	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13
01 - Despesas com pessoal	244,4	52,3	-86,2	-275,2	157,2	11,3%	2,2%	-3,5%	-11,6%	7,5%
02 - Aquisição de bens e serviços	72,6	-124,0	58,4	62,9	207,6	4,1%	-6,7%	3,4%	3,5%	11,2%
03 - Juros e outros encargos	-32,8	-87,3	36,8	7,0	-21,4	-14,6%	-45,5%	35,2%	4,9%	-14,4%
04 - Transferências correntes	30,9	-37,4	-22,2	-10,1	26,8	6,1%	-7,0%	-4,4%	-2,1%	5,7%
05 - Subsídios	13,5	-8,2	14,4	-14,2	-31,7	9,4%	-5,2%	9,7%	-8,7%	-21,3%
06 - Outras despesas correntes	-1,7	-17,7	-5,8	-2,0	7,9	-1,4%	-14,9%	-5,7%	-2,1%	8,5%
Total de despesas correntes	327,0	-222,4	-4,6	-231,8	346,4	6,6%	-4,2%	-0,1%	-4,6%	7,2%
07 - Aquisição de bens de capital	-25,5	-281,6	-112,1	-134,6	61,8	-1,2%	-13,6%	-6,3%	-8,1%	4,0%
08 - Transferências de capital	6,5	-62,9	-34,0	-50,6	-5,3	1,5%	-14,6%	-9,2%	-15,1%	-1,9%
09 - Ativos financeiros	11,7	-4,6	-8,2	-9,5	-8,7	37,6%	-10,8%	-21,4%	-31,5%	-42,1%
10 - Passivos financeiros	106,3	117,7	37,8	275,3	-256,1	30,1%	25,6%	6,6%	44,8%	-28,8%
11 - Outras despesas de capital	56,2	-32,2	-30,8	18,1	-26,5	128,6%	-32,2%	-45,4%	48,8%	-48,0%
Total de despesas de capital	155,2	-263,7	-147,3	98,7	-234,8	5,3%	-8,5%	-5,2%	3,7%	-8,4%
Total	482,2	-486,0	-151,9	-133,1	111,6	6,1%	-5,8%	-1,9%	-1,7%	1,5%
Total municípios Açores	12,9	-7,0	-18,2	-12,5	-4,7	6,2%	-3,2%	-8,6%	-6,4%	-2,6%
Total municípios Madeira	-50,5	-14,4	-6,2	-16,1	58,6	-20,6%	-7,4%	-3,4%	-9,2%	37,0%

A despesa global dos municípios objeto de análise dos pontos anteriores resulta da despesa de cada um dos 308 municípios, pelo que se entende apresentar listagens hierarquizadas dos primeiros 35 municípios que apresentam maior (Ranking R15) ou menor

(Ranking R16) volume de despesa realizada em 2013, acrescentando também os valores apresentados pelos mesmos municípios em anos anteriores.

R15 – Municípios que apresentam maior volume de despesas realizadas (compromissos assumidos) em 2013

Unidade: euros

	Município	Dim.	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1	Lisboa	G	616.339.609	569.301.559	730.202.051	716.790.522	650.982.695	890.270.312	662.953.437
2	Portimão	M	72.919.153	96.506.194	134.292.741	160.119.775	172.653.512	185.699.218	191.329.985
3	Porto	G	206.989.256	200.712.847	209.749.637	206.404.277	191.527.399	159.025.526	187.562.967
4	Vila Nova de Gaia	G	249.592.631	235.664.105	245.631.558	214.289.146	217.920.589	206.212.389	179.554.268
5	Cascais	G	151.872.450	170.382.049	212.646.422	192.449.391	187.430.920	177.644.046	165.902.636
6	Sintra	G	216.409.675	193.894.947	216.962.690	227.379.921	200.795.084	191.880.951	157.756.830
7	Loulé	M	124.201.621	142.479.146	195.083.359	169.894.380	158.696.265	129.420.329	122.159.575
8	Loures	G	140.902.323	150.763.919	166.626.892	129.755.927	141.317.097	130.421.821	120.459.009
9	Setúbal	G	81.007.901	79.490.858	81.497.442	93.958.590	103.844.033	114.173.117	117.101.908
10	Braga	G	84.944.740	92.884.995	105.131.042	97.664.153	91.470.717	100.634.730	114.585.184
11	Funchal	G	110.534.019	109.330.475	100.906.934	109.359.516	102.264.430	98.407.792	113.588.256
12	Oeiras	G	139.026.085	157.530.949	156.693.264	147.264.245	136.894.142	115.919.322	112.377.565
13	Matosinhos	G	101.078.061	120.872.982	140.755.805	163.545.770	164.367.048	130.645.711	111.466.922
14	Seixal	G	98.820.984	115.418.405	119.355.275	114.775.159	105.094.616	84.486.305	104.542.531
15	Coimbra	G	116.224.330	109.429.581	120.121.407	109.240.695	119.963.170	103.567.705	100.220.187
16	Évora	M	53.957.140	50.807.086	74.222.874	64.473.050	57.557.306	87.696.185	94.159.374
17	Paredes	M	50.506.282	59.914.235	82.504.587	99.984.992	115.437.171	111.779.494	93.723.719
18	Santa Maria da Feira	G	100.119.820	107.054.919	110.200.253	102.905.976	103.068.663	92.000.312	91.173.949
19	Amadora	G	87.326.004	87.910.709	109.468.900	97.092.006	97.389.379	87.343.126	89.187.156
20	Albufeira	M	76.186.704	94.847.656	122.876.020	94.359.230	91.896.372	95.842.725	83.517.358
21	Santarém	M	63.683.244	74.346.066	99.735.825	70.846.792	75.760.190	71.914.774	82.668.091
22	Vila do Conde	M	66.199.049	73.568.787	68.685.418	67.307.067	76.564.295	75.740.576	81.572.330
23	Fundão	M	80.315.661	54.249.979	61.740.165	53.354.234	50.223.011	53.979.649	78.863.468
24	Almada	G	77.162.920	88.986.363	109.346.693	81.577.179	77.051.679	79.997.363	78.481.659
25	Guimarães	G	82.204.378	87.508.706	109.208.179	112.202.363	129.605.487	105.925.342	77.651.243
26	Gondomar	G	74.060.601	86.575.060	103.574.049	91.505.430	100.102.164	76.930.012	77.511.646
27	Vila Real de Santo António	P	42.239.214	46.986.042	40.658.279	68.056.541	47.613.709	41.024.124	76.941.615
28	Vila Nova de Famalicão	G	73.349.633	84.835.729	87.317.481	89.937.765	90.420.302	86.652.660	75.414.357
29	Vila Franca de Xira	G	68.347.259	80.797.154	79.917.534	79.311.548	67.488.925	70.962.982	73.696.601
30	Pombal	M	34.410.917	35.420.068	42.434.719	46.037.845	49.384.626	57.595.666	69.011.095
31	Odivelas	G	75.880.679	81.418.568	93.644.928	97.655.431	86.055.074	77.406.214	68.032.511
32	Viana do Castelo	M	57.073.827	64.766.377	72.838.340	71.652.792	67.573.999	66.357.637	67.930.135
33	Barcelos	G	69.161.980	71.114.633	76.406.813	75.684.924	70.861.891	67.744.637	67.665.343
34	Trofa	M	32.942.745	32.275.964	36.833.747	60.406.999	64.156.730	62.408.484	66.024.864
35	Sesimbra	M	46.749.832	53.836.531	57.276.496	57.141.582	58.072.469	61.895.584	65.430.843

R16 - Municípios que apresentam menor volume de despesas realizadas (compromissos assumidos) em 2013

Unidade: euros

	Município	Dim.	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1	Corvo	P	2.431.138	2.718.290	1.965.891	2.188.896	3.661.725	2.677.458	2.671.803
2	Castanheira de Pêra	P	12.862.858	13.550.462	13.278.055	13.257.846	12.724.368	9.408.194	3.654.310
3	Santa Cruz das Flores	P	3.386.676	2.769.867	3.763.201	4.595.131	3.741.388	2.977.722	3.765.696
4	Barrancos	P	6.713.699	7.229.544	6.889.020	6.034.288	4.749.493	3.861.871	3.899.978
5	Alvito	P	5.251.114	5.801.000	7.798.199	7.236.418	6.528.395	4.472.782	4.176.678
6	Calheta (R. A. A.)	P	11.778.618	12.568.681	12.947.508	5.811.654	4.870.301	4.513.211	4.255.342
7	São Roque do Pico	P	4.084.183	4.315.508	8.641.231	8.740.636	6.488.238	4.410.252	4.440.846
8	Vila do Porto	P	5.645.257	6.213.741	7.388.548	5.525.207	5.782.345	5.330.102	4.614.488
9	Velas	P	8.213.122	9.149.238	9.484.825	8.860.111	6.873.154	5.453.015	4.959.161
10	Santa Cruz da Graciosa	P	5.413.939	4.385.173	4.621.272	5.913.276	5.471.871	5.501.923	5.141.931
11	Cuba	P	5.517.423	7.026.719	6.722.637	7.613.415	7.715.697	6.598.687	5.311.724
12	Porto Moniz	P	9.112.388	7.917.033	11.479.542	10.353.864	7.841.934	6.034.821	5.539.778
13	Vila de Rei	P	9.551.228	10.882.780	11.348.083	9.821.808	8.531.015	5.681.086	5.692.809
14	Lajes das Flores	P	3.360.968	3.984.887	7.248.021	6.570.893	4.807.305	6.282.630	5.806.206
15	Marvão	P	6.192.965	6.079.547	6.495.270	6.908.357	7.497.735	5.142.520	6.015.938
16	Ponta do Sol	P	12.448.659	13.692.235	12.007.503	11.382.244	9.792.679	6.534.652	6.025.657
17	Fronteira	P	5.944.094	6.764.043	6.655.239	6.962.054	6.645.110	5.864.250	6.108.803
18	Mesão Frio	P	8.356.272	8.432.036	10.509.816	12.541.844	7.771.771	7.673.371	6.126.897
19	Monforte	P	8.875.459	9.063.729	9.304.390	7.039.876	7.786.299	6.196.952	6.215.745
20	Alter do Chão	P	8.233.816	7.169.370	7.757.763	7.872.976	10.995.090	8.397.697	6.363.198
21	Constância	P	5.729.304	6.557.510	8.293.262	7.412.778	7.822.244	7.937.183	6.424.528
22	Vila Velha de Ródão	P	7.245.971	8.660.228	8.533.601	9.603.919	8.979.259	9.053.885	6.529.828
23	Fornos de Algodres	P	15.828.764	10.324.557	6.953.126	40.079.273	7.327.111	6.029.469	6.555.381
24	Castelo de Vide	P	6.096.183	5.635.300	6.152.861	5.784.304	6.118.634	6.216.804	6.639.708
25	Manteigas	P	7.876.599	7.924.705	8.866.003	8.670.347	8.217.449	6.357.232	6.741.015
26	Mora	P	11.694.806	10.030.283	8.666.001	8.324.471	8.167.509	7.185.956	6.877.383
27	Sardoal	P	6.893.850	7.993.854	8.559.057	7.668.612	7.616.759	7.133.443	6.934.529
28	Povoação	P	9.237.572	8.388.851	10.408.492	10.571.077	9.464.180	6.959.054	6.967.513
29	Pedrógão Grande	P	7.594.686	8.189.100	8.003.131	7.453.285	7.651.877	6.016.387	7.080.780
30	Santa Marta de Penaguião	P	8.965.869	9.559.863	11.514.534	10.131.585	9.516.937	7.249.367	7.357.254
31	Carregal do Sal	P	7.753.721	9.698.957	9.366.660	8.699.250	7.510.595	7.873.684	7.462.203
32	Santana	P	10.938.928	12.957.506	13.619.642	7.943.984	10.249.744	8.831.054	7.544.780
33	Gavião	P	6.631.837	10.269.103	7.827.993	7.412.152	7.657.758	7.034.502	7.616.703
34	Arronches	P	5.344.073	9.014.333	9.500.216	6.974.490	6.022.270	5.216.298	7.740.023
35	Murtosa	P	11.229.422	9.908.515	11.728.864	9.565.253	10.783.258	10.452.286	7.769.579

R16.A - Volume de despesas realizadas (compromissos assumidos) dos municípios da R.A. dos Açores em 2013

Unidade: euros

	Município	Dim.	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1	Corvo	P	2.431.138	2.718.290	1.965.891	2.188.896	3.661.725	2.677.458	2.671.803
2	Santa Cruz das Flores	P	3.386.676	2.769.867	3.763.201	4.595.131	3.741.388	2.977.722	3.765.696
3	Calheta (R. A. A.)	P	11.778.618	12.568.681	12.947.508	5.811.654	4.870.301	4.513.211	4.255.342
4	São Roque do Pico	P	4.084.183	4.315.508	8.641.231	8.740.636	6.488.238	4.410.252	4.440.846
5	Vila do Porto	P	5.645.257	6.213.741	7.388.548	5.525.207	5.782.345	5.330.102	4.614.488
6	Velas	P	8.213.122	9.149.238	9.484.825	8.860.111	6.873.154	5.453.015	4.959.161
7	Santa Cruz da Graciosa	P	5.413.939	4.385.173	4.621.272	5.913.276	5.471.871	5.501.923	5.141.931
8	Lajes das Flores	P	3.360.968	3.984.887	7.248.021	6.570.893	4.807.305	6.282.630	5.806.206
9	Povoação	P	9.237.572	8.388.851	10.408.492	10.571.077	9.464.180	6.959.054	6.967.513
10	Madalena	P	8.272.360	9.205.745	10.193.167	7.807.891	6.864.666	5.959.567	7.956.790
11	Vila Franca do Campo	P	19.510.746	19.734.947	12.419.296	12.878.703	26.632.819	21.458.375	10.077.937
12	Lagoa (R.A.A)	P	11.685.867	18.997.136	18.861.194	16.696.088	15.708.371	13.093.141	11.187.935
13	Lajes do Pico	P	8.434.962	8.347.375	9.318.056	13.355.370	8.880.716	9.450.739	12.134.787
14	Horta	P	11.951.081	13.031.655	15.815.467	13.272.322	12.129.865	11.104.563	12.235.959
15	Vila da Praia da Vitória	M	16.300.622	22.662.834	30.308.921	31.437.880	19.060.835	14.681.108	12.986.356
16	Angra do Heroísmo	M	20.501.580	20.425.934	22.629.878	24.341.771	20.848.717	19.287.775	16.592.099
17	Nordeste	P	8.607.073	8.643.092	11.777.557	14.880.214	14.975.093	13.661.451	18.298.762
18	Ribeira Grande	M	33.925.202	45.720.626	49.380.863	40.761.737	30.187.747	25.058.163	19.363.095
19	Ponta Delgada	M	42.188.887	50.345.833	50.778.063	44.793.216	40.097.945	36.172.803	35.540.491

R16.M - Volume de despesas realizadas (compromissos assumidos) dos municípios da R.A. da Madeira em 2013

Unidade: euros

	Município	Dim.	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1	Porto Moniz	P	9.112.388	7.917.033	11.479.542	10.353.864	7.841.934	6.034.821	5.539.778
2	Ponta do Sol	P	12.448.659	13.692.235	12.007.503	11.382.244	9.792.679	6.534.652	6.025.657
3	Santana	P	10.938.928	12.957.506	13.619.642	7.943.984	10.249.744	8.831.054	7.544.780
4	São Vicente	P	12.700.892	13.394.596	13.775.953	9.096.594	10.567.849	9.789.421	7.996.046
5	Porto Santo	P	11.828.023	7.388.040	10.148.078	9.383.074	8.574.026	7.284.613	8.633.751
6	Machico	M	23.251.299	25.461.660	21.883.541	21.973.016	29.460.191	26.248.645	12.203.046
7	Ribeira Brava	P	23.951.571	21.943.235	23.983.318	16.067.384	19.864.480	16.593.213	13.656.292
8	Calheta (R. A. M.)	P	20.667.487	19.017.856	13.410.821	14.337.172	16.474.879	15.185.420	14.321.231
9	Santa Cruz	M	33.941.750	39.406.008	33.867.373	33.751.732	33.224.128	34.487.554	20.322.037
10	Câmara de Lobos	M	29.675.536	38.974.517	32.777.553	31.158.949	27.281.914	23.517.459	27.038.027
11	Funchal	G	110.534.019	109.330.475	100.906.934	109.359.516	102.264.430	98.407.792	113.588.256

Dos quadros R16.A e R16.M observa-se que em 2013 houve uma diminuição do valor total de compromissos assumidos pelas RAA e RAM, no valor respetivo de 7,03% e 6,34%, quando comparado com o valor homologado.

De igual modo se entende apresentar uma listagem hierarquizada

dos municípios com maior volume de despesa paga em 2013 (Ranking R17) e os municípios com menor volume de despesa paga no mesmo ano (Ranking R18). Em ambas as listagens se referenciam para cada município elencado o volume de despesa paga nos anos anteriores.

R17 - Municípios que apresentam maior volume de despesa paga em 2013

Unidade: euros

	Município	Dim.	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1	Lisboa	G	547.241.378	544.570.816	634.009.913	629.990.505	582.668.079	833.555.985	544.333.264
2	Porto	G	199.683.900	197.273.297	205.355.942	194.885.588	186.010.713	154.672.864	182.352.337
3	Sintra	G	166.551.008	146.184.811	153.659.583	175.789.531	161.373.341	181.601.800	148.000.070
4	Vila Nova de Gaia	G	169.105.444	150.044.609	143.679.193	127.412.701	134.698.499	126.902.668	137.387.666
5	Cascais	G	132.901.755	142.212.438	171.523.744	160.038.388	153.972.020	141.882.806	130.063.830
6	Funchal	G	94.727.015	91.253.752	78.792.627	82.576.492	77.237.983	73.869.441	110.516.842
7	Loures	G	111.641.781	126.739.350	139.419.312	109.005.823	105.109.265	110.933.432	106.117.064
8	Oeiras	G	123.786.547	135.745.181	129.788.341	114.936.238	110.331.788	103.392.070	103.054.125
9	Loulé	M	97.974.380	105.963.608	124.077.451	99.370.567	91.172.451	91.444.929	102.097.314
10	Braga	G	76.597.420	81.768.686	96.565.226	92.487.656	84.297.180	87.260.723	99.120.469
11	Matosinhos	G	89.179.736	102.594.668	105.509.011	105.759.257	120.281.151	108.847.800	98.465.019
12	Coimbra	G	96.214.353	87.843.523	97.426.760	88.262.956	99.067.893	93.242.765	83.769.203
13	Seixal	G	80.674.481	92.500.408	84.134.180	80.041.502	74.579.870	79.191.317	79.998.309
14	Amadora	G	71.824.783	73.422.220	91.914.751	85.751.307	88.405.219	76.573.653	79.962.825
15	Vila do Conde	M	57.097.492	61.518.430	58.771.908	50.056.860	55.569.615	45.433.430	78.773.419
16	Almada	G	77.298.602	85.539.635	104.487.165	76.401.482	73.857.052	78.070.954	75.228.442
17	Paredes	M	36.963.160	45.272.611	51.298.958	43.239.692	61.667.908	53.509.820	75.207.388
18	Santa Maria da Feira	G	59.921.546	72.404.675	69.245.328	62.141.024	63.577.773	57.673.932	74.566.864
19	Albufeira	M	69.410.288	81.422.104	94.608.265	61.885.069	59.972.026	62.070.568	73.586.868
20	Fundão	M	35.562.305	33.107.156	35.169.584	27.200.394	29.248.360	28.914.942	73.359.963
21	Gondomar	G	64.787.666	76.216.647	84.719.562	72.797.475	87.121.552	71.458.616	72.242.287
22	Vila Franca de Xira	G	58.857.255	70.895.604	70.072.116	71.440.592	61.709.934	59.526.537	69.873.884
23	Vila Nova de Famalicão	G	69.089.512	77.898.598	81.399.773	82.903.524	82.490.543	81.378.872	68.334.360
24	Guimarães	G	68.435.407	69.734.486	84.566.282	85.682.636	101.745.628	92.687.224	63.003.509
25	Santarém	M	35.620.905	44.194.651	63.308.771	38.493.942	39.207.996	37.245.118	62.460.051
26	Setúbal	G	60.043.950	65.352.626	62.990.607	60.950.900	61.248.139	67.301.022	62.182.369
27	Barcelos	G	55.194.125	55.045.878	55.233.260	58.899.452	54.118.752	56.082.948	61.285.264
28	Évora	M	46.694.789	41.580.295	56.126.588	48.669.972	41.566.242	41.177.584	60.553.851
29	Odivelas	G	60.937.176	60.646.064	63.914.878	70.913.477	63.741.311	61.136.415	56.548.832
30	Maia	G	86.305.490	75.510.429	81.532.558	70.015.526	62.102.736	56.388.539	56.266.483
31	Viana do Castelo	M	47.629.230	49.716.992	56.242.717	53.935.671	55.118.426	51.017.454	55.761.648
32	Leiria	G	60.074.652	74.456.361	66.864.550	61.220.266	62.750.261	55.773.101	55.212.680
33	Castelo Branco	M	37.671.189	61.814.839	45.592.161	40.942.670	40.810.561	48.588.488	54.206.857
34	Sesimbra	M	39.974.638	40.231.907	44.491.017	40.176.020	38.815.583	42.812.024	53.945.074
35	Pombal	M	34.021.057	33.116.337	33.685.893	38.250.599	39.172.605	38.923.324	51.853.182

R18 - Municípios que apresentam menor volume de despesa paga em 2013

Unidade: euros

	Município	Dim.	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1	Corvo	P	1.755.993	2.132.975	1.601.319	1.761.175	3.185.036	2.414.276	2.474.895
2	Santa Cruz das Flores	P	3.341.657	2.632.755	2.854.535	3.900.849	3.520.595	2.862.650	3.312.676
3	Castanheira de Pêra	P	4.878.986	5.150.004	4.827.274	4.586.038	7.039.137	9.278.024	3.553.614
4	Barrancos	P	5.049.503	4.766.559	5.495.838	5.060.418	3.951.156	3.589.018	3.709.953
5	Alvito	P	3.982.865	4.956.397	4.962.015	5.365.868	6.082.718	4.321.163	3.959.208
6	São Roque do Pico	P	4.013.275	4.315.508	7.388.925	7.363.291	6.442.781	4.315.947	4.054.507
7	Calheta (R. A. A.)	P	6.225.188	5.634.475	10.647.246	4.377.843	3.919.653	4.319.646	4.125.360
8	Vila do Porto	P	4.839.807	5.102.364	6.978.276	5.293.541	5.067.344	5.202.181	4.482.194
9	Velas	P	5.894.859	6.241.595	6.490.053	6.486.157	5.729.818	5.087.254	4.501.878
10	Santa Cruz da Graciosa	P	5.387.467	4.371.919	4.598.067	5.743.750	5.469.515	5.417.787	4.607.162
11	Arronches	P	4.096.956	6.849.039	8.306.388	5.474.568	5.355.920	4.729.588	4.783.425
12	Cuba	P	4.773.688	6.111.485	5.973.505	6.412.022	5.845.003	6.200.673	4.957.802
13	Porto Moniz	P	7.020.694	6.022.705	5.134.498	6.675.839	5.365.746	4.222.016	5.098.198
14	Vila de Rei	P	5.744.217	6.592.430	7.344.307	6.013.123	7.442.026	5.362.081	5.151.826
15	Lajes das Flores	P	3.221.106	3.725.067	5.524.760	5.793.828	3.654.866	4.131.905	5.247.235
16	Mesão Frio	P	5.062.345	4.743.863	5.611.288	11.299.331	6.726.834	6.694.172	5.293.468
17	Fronteira	P	5.500.201	6.420.487	5.370.031	5.948.729	6.382.840	5.207.342	5.442.780
18	Alter do Chão	P	6.898.178	6.102.377	6.642.396	5.884.979	7.623.864	7.592.155	5.476.291
19	São Vicente	P	8.484.691	9.258.997	10.164.425	5.833.511	5.688.135	6.610.178	5.527.174
20	Marvão	P	5.187.248	5.569.467	5.394.822	6.051.102	7.008.975	4.673.052	5.531.365
21	Povoação	P	8.490.258	5.572.545	6.113.983	7.132.448	7.521.755	5.082.970	5.551.173
22	Ponta do Sol	P	7.346.652	9.869.380	7.011.915	6.622.128	7.316.602	5.546.372	5.720.402
23	Monforte	P	5.424.651	6.412.569	7.792.234	5.681.033	6.151.826	5.726.633	5.931.464
24	Manteigas	P	5.593.175	6.675.366	6.886.142	6.464.577	5.411.626	5.796.949	5.977.429
25	Castelo de Vide	P	5.435.410	5.508.156	5.794.674	5.419.105	5.551.642	6.020.702	6.015.318
26	Vila Velha de Ródão	P	6.530.976	7.147.637	7.832.318	7.085.950	8.042.912	8.626.081	6.166.328
27	Pedrógão Grande	P	6.490.445	7.431.462	6.613.887	5.774.834	7.485.776	5.753.589	6.183.940
28	Constância	P	5.279.867	6.057.801	6.782.788	7.067.686	7.230.482	7.674.792	6.213.879
29	Mora	P	8.051.742	7.669.098	7.079.885	6.545.181	6.328.309	6.683.644	6.244.095
30	Fornos de Algodres	P	6.403.907	7.486.031	6.574.590	40.049.969	7.312.672	5.723.508	6.305.757
31	Sardoal	P	4.859.240	5.345.447	6.925.232	5.739.577	5.929.284	6.102.647	6.367.800
32	Mourão	P	5.013.209	5.941.951	10.826.377	6.091.724	4.880.531	4.686.399	6.394.302
33	Vila Nova de Poiares	P	8.112.125	6.764.875	10.606.949	9.065.565	16.165.930	8.556.468	6.555.636
34	Belmonte	P	6.149.791	6.660.646	7.997.152	8.049.961	6.466.060	5.640.943	6.607.665
35	Vila Nova de Paiva	P	6.260.511	6.669.576	6.141.272	6.464.982	7.000.874	6.716.650	6.630.635

2.3.4. Principais Despesas Realizadas⁸⁶, por classificação económica

Neste ponto apresenta-se um conjunto de rankings relativamente às principais rubricas de despesas municipais, reportando-se ao valor à despesa realizada no exercício, isto é, despesa comprometida, pois entende-se que só estes valores darão a real dimensão da despesa efetuada, já que os montantes pagos só excepcionalmente cobrirão as despesas realizadas. Será exceção a esta situação a informação apresentada quanto às despesas com juros e outros encargos financeiros e amortizações de empréstimos (passivos financeiros), a qual se refere aos pagamentos efetuados, por se entender que nestas rubricas económicas não podem existir montantes em débito no final do ano económico.

2.3.4.1. Despesas com Pessoal

A estrutura da despesa municipal quanto ao seu peso na despesa global e sua evolução de 2007 a 2013 foi apresentada e analisada nos pontos anteriores deste anuário. Pretendemos apenas lembrar dos quadros anteriores que a despesa com pessoal, entre 2007 e 2013 baixou, pela primeira vez, em 2011, no montante de 89,6 milhões de euros (-3,5%)⁸⁷, sendo que foram 249 municípios os responsáveis por esta descida. Em 2012 continuou a diminuir, tendo sido o montante dessa descida de -271,4 milhões de euros (-11,6%) e por influência de 303 municípios. Em 2013, como já se assinalou, cresceu 151,7 milhões de euros (+7,1%) tendo sido responsáveis por este aumento 286 municípios.

Considerando os sete anos abrangidos por este anuário, a média de despesa global com pessoal foi de 2.284,5 milhões de euros, sendo que, em 2013 o montante realizado foi de 2 276 milhões de euros.

Ainda, antes de passarmos para a apresentação das referidas listas hierarquizadas de municípios reportadas a esta despesa municipal, apresenta-se um quadro resumo com a distribuição dos municípios por intervalos de volume de despesa realizada com pessoal.

⁸⁶ Compromissos assumidos no exercício

⁸⁷ Todavia há 5 municípios que apresentam crescimento nas despesas com pessoal em 2011: Gondomar, Guimarães, Maia, Seixal e Vila Nova de Gaia

Quadro 2.34 - Distribuição dos valores da despesa realizada com pessoal

Despesa com Pessoal	Número de municípios		
	2011	2012	2013
Superior a 200 M€	1 (Lisboa 243,2 M€)	1 (Lisboa 209,8 M€)	1 (Lisboa 229,6 M€)
Entre 60 e 200 M€	0	0	0
Entre 55 e 60 M€	1 (Porto 58,3 M€)	0	1 (Porto 57,8 M€)
Entre 40 e 55 M€	1 (Sintra 45,4 M€)	2 (Porto 50,6 M€ e Sintra 41 M€)	1 (Sintra 43,6 M€)
Entre 30 e 40 M€	7	4	6
Entre 20 e 30 M€	10	12	11
Entre 10 e 20 M€	37	30	32
Entre 5 e 10 M€	63	56	60
Entre 1 e 5 M€	187	200	195
Até 1 M€	1 (Corvo 582 mil €)	3	1 (Corvo 512 mil €)

- Os três municípios com maior volume de despesa com pessoal, em 2013, registam um aumento em relação ao ano anterior, embora inferior ao valor de 2011⁸⁸. Verifica-se ainda que aumentou o número e municípios com despesa compreendida entre os 30 e os 40 milhões de euros, com despesa entre 10 e 20 milhões e ainda entre 5 e 10 milhões. Diminuiu em 5 o número de municípios cuja despesa com pessoal se enquadrava no intervalo ao intervalo entre 1 e 5 milhões de euros. Os dois municípios que em 2013 deixaram de ter esta despesa em valor inferior a 1 milhão de euros foram Belmonte e São Roque do Pico.

A partir dos dados recolhidos nos documentos de prestação de contas em 2013, apresentam-se os 35 municípios com maior e menor peso da despesa paga com pessoal (R19 e R20) na despesa total, bem como o seu histórico dos anteriores desde 2007.

- Da listagem (R19) constam dois municípios de grande dimensão cujas despesas com pessoal, em 2013, absorvem mais do que 40% dos pagamentos totais: Lisboa⁸⁹ com 41,9% e Seixal com 40,8%. Em ambos os casos, como verificado pelo quadro anterior, aumentaram o peso dos encargos com pessoal na despesa total do município.
- 130 municípios apresentaram despesa com pessoal superior a 30% das despesas totais (114 municípios em 2012).

⁸⁸ Fundamentalmente, decorrentes dos cortes salariais impostos pelo OE aos funcionários públicos e do número elevado de aposentações que se sucederam.

⁸⁹ O peso de 125% apresentado por Lisboa de despesas com pessoal em 2012, foi reflexo do aumento extraordinário, nesse ano, da despesa com amortização de passivos, por conta de uma indemnização relativa aos terrenos do aeroporto, com um impacto na despesa paga de 271 milhões de euros.

R19 - Municípios que apresentam maior peso de despesas com pessoal, nas despesas totais⁹⁰

	Município	Dimensão	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1	Alcochete	P	50,4%	51,5%	48,2%	51,8%	55,4%	49,8%	52,9%
2	Barrancos	P	38,4%	41,3%	38,6%	42,9%	52,6%	51,3%	51,9%
3	Montijo	M	39,7%	41,9%	50,2%	42,3%	52,4%	47,8%	51,5%
4	Alvito	P	45,3%	37,9%	42,0%	39,6%	35,3%	45,4%	51,0%
5	Redondo	P	47,0%	40,5%	37,8%	41,6%	40,5%	43,9%	50,5%
6	Tarouca	P	34,4%	32,5%	40,4%	27,5%	36,3%	39,9%	47,9%
7	Alter do Chão	P	33,4%	38,8%	38,9%	43,9%	35,5%	31,9%	47,8%
8	Povoação	P	23,9%	38,2%	36,4%	32,1%	32,0%	49,3%	46,0%
9	Sardoal	P	52,5%	48,6%	39,3%	54,4%	55,5%	47,1%	45,9%
10	Moita	M	46,1%	50,3%	53,4%	47,1%	45,7%	44,4%	45,6%
11	Palmela	M	43,6%	39,9%	37,3%	45,4%	45,7%	39,8%	45,4%
12	Faro	M	34,3%	34,4%	38,6%	51,8%	37,8%	38,9%	44,9%
13	Vidigueira	P	37,7%	38,6%	33,7%	30,0%	35,1%	35,3%	44,7%
14	Monforte	P	47,8%	40,8%	36,2%	48,9%	43,2%	42,5%	44,3%
15	Grândola	P	42,5%	39,0%	40,8%	31,1%	43,5%	44,1%	43,6%
16	Mourão	P	50,8%	45,0%	42,4%	51,7%	57,6%	55,0%	42,8%
17	Figueiró dos Vinhos	P	32,0%	41,3%	43,2%	45,5%	28,7%	37,5%	42,7%
18	Ferreira do Alentejo	P	38,3%	36,3%	40,0%	40,0%	44,3%	41,2%	42,4%
19	Alenquer	M	27,8%	32,0%	38,1%	39,4%	38,1%	37,7%	42,0%
20	Calheta (R. A. A.)	P	25,8%	27,9%	28,6%	42,4%	44,4%	36,5%	41,9%
21	Lisboa	G	44,4%	44,2%	40,4%	40,5%	41,7%	25,0%	41,9%
22	Santiago do Cacém	M	42,2%	43,4%	37,8%	46,1%	42,5%	42,0%	41,8%
23	Resende	P	28,5%	34,1%	28,4%	35,4%	34,6%	34,3%	41,8%
24	Terras de Bouro	P	23,8%	29,5%	33,6%	38,5%	37,2%	35,2%	41,7%
25	Silves	M	28,6%	31,0%	26,0%	37,2%	38,3%	38,1%	41,7%
26	São Brás de Alportel	P	31,3%	26,6%	33,8%	32,6%	40,8%	40,5%	41,3%
27	Vila Real de Santo António	P	20,2%	19,0%	29,8%	16,1%	34,1%	46,3%	41,1%
28	Cuba	P	41,5%	34,1%	43,9%	39,6%	37,6%	31,3%	41,0%
29	Castelo de Vide	P	48,7%	49,0%	49,0%	52,6%	44,6%	38,2%	41,0%
30	Serpa	P	38,2%	35,7%	34,3%	29,7%	30,2%	31,7%	40,9%
31	Seixal	G	39,4%	36,1%	41,0%	44,3%	47,7%	38,4%	40,8%
32	Avis	P	40,4%	41,5%	46,2%	40,2%	41,9%	38,3%	40,7%
33	Coruche	P	35,1%	34,9%	36,4%	34,8%	31,5%	33,5%	40,7%
34	Vila de Rei	P	29,9%	24,7%	25,7%	33,1%	29,2%	35,6%	40,5%
35	Ourique	P	46,1%	48,7%	39,7%	52,2%	45,4%	41,0%	40,5%

⁹⁰ Não estão consideradas as despesas homólogas das empresas municipais e serviços municipalizados, apenas as despesas com pessoal da estrutura dos serviços municipais.

R20 – Municípios que apresentam menor peso de despesas com pessoal, nas despesas totais

	Município	Dimensão	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1	Fundão	M	16,4%	18,1%	17,0%	21,4%	18,3%	17,1%	8,4%
2	Nordeste	P	23,2%	31,7%	27,2%	27,1%	32,2%	26,7%	9,8%
3	Alfândega da Fé	P	25,9%	26,4%	22,3%	16,6%	31,3%	27,8%	10,9%
4	Lamego	M	18,1%	14,3%	16,9%	21,2%	18,4%	16,0%	11,5%
5	Castelo Branco	M	14,2%	8,7%	16,5%	18,7%	17,6%	13,4%	12,4%
6	Pombal	M	18,7%	19,5%	20,1%	17,8%	17,4%	16,7%	13,4%
7	Trofa	M	21,4%	26,0%	37,0%	35,3%	35,0%	31,6%	14,5%
8	Anadia	M	28,3%	19,7%	17,7%	24,2%	22,4%	13,9%	15,2%
9	Câmara de Lobos	M	18,6%	16,0%	25,1%	23,4%	29,5%	29,6%	15,4%
10	Belmonte	P	18,8%	17,3%	14,9%	15,3%	18,4%	17,2%	15,6%
11	Alvaiázere	P	21,5%	21,0%	23,6%	18,8%	16,3%	15,6%	15,9%
12	Ansião	P	16,4%	13,0%	23,8%	23,9%	20,3%	18,9%	16,1%
13	Ribeira Brava	P	10,4%	12,0%	11,3%	23,2%	17,2%	20,7%	16,5%
14	Lajes do Pico	P	27,6%	24,0%	30,4%	16,3%	24,4%	19,3%	16,8%
15	Vagos	M	22,4%	23,3%	25,8%	29,8%	27,2%	24,1%	17,4%
16	Covilhã	M	8,9%	14,0%	21,3%	21,6%	21,6%	18,0%	18,1%
17	São João da Pesqueira	P	13,4%	13,9%	12,4%	14,2%	18,1%	16,7%	18,1%
18	Vieira do Minho	P	25,7%	20,6%	27,2%	28,4%	23,7%	16,7%	18,3%
19	Paredes	M	27,2%	24,4%	28,6%	34,0%	23,4%	24,6%	18,4%
20	Batalha	P	20,6%	18,8%	18,5%	16,2%	15,0%	16,2%	18,6%
21	Ourém	M	16,5%	17,4%	14,9%	23,8%	21,1%	16,6%	18,6%
22	Calheta (R. A. M.)	P	20,6%	12,8%	25,2%	24,6%	22,2%	19,0%	18,6%
23	Bragança	M	20,6%	20,0%	17,7%	20,0%	21,4%	17,3%	18,7%
24	Paredes de Coura	P	15,1%	18,6%	24,5%	25,0%	23,5%	21,8%	18,7%
25	Santa Maria da Feira	G	20,6%	19,9%	22,9%	25,8%	24,3%	20,6%	18,8%
26	Borba	P	37,7%	21,5%	31,0%	46,0%	44,7%	31,7%	19,4%
27	Lajes das Flores	P	28,4%	26,0%	17,3%	17,8%	29,7%	25,0%	19,7%
28	Oliveira do Bairro	M	19,6%	20,8%	18,9%	21,9%	21,8%	19,2%	19,7%
29	Sever do Vouga	P	23,9%	25,4%	23,3%	27,2%	25,1%	20,8%	19,9%
30	Sabugal	P	18,5%	19,4%	17,6%	20,1%	22,2%	20,2%	19,9%
31	Corvo	P	46,5%	36,2%	43,9%	35,7%	18,3%	21,7%	20,7%
32	Esposende	M	22,1%	26,5%	23,9%	21,0%	20,2%	19,6%	20,7%
33	Ílhavo	M	22,5%	24,1%	18,7%	22,6%	24,7%	19,4%	21,0%
34	Torre de Moncorvo	P	23,4%	28,0%	32,7%	33,7%	18,9%	24,8%	21,0%
35	Arouca	M	18,5%	18,2%	22,0%	18,7%	21,9%	15,9%	21,1%

- Do Ranking (R20) consta um município de grande dimensão, Santa Maria da Feira, cujo peso das despesas com pessoal, representa apenas 18,8% da despesa total do município.

R20.A – Peso de despesas com pessoal nas despesas totais dos municípios da R.A. dos Açores

	Município	Dimensão	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1	Nordeste	P	23,2%	31,7%	27,2%	27,1%	32,2%	26,7%	9,8%
2	Lajes do Pico	P	27,6%	24,0%	30,4%	16,3%	24,4%	19,3%	16,8%
3	Lajes das Flores	P	28,4%	26,0%	17,3%	17,8%	29,7%	25,0%	19,7%
4	Corvo	P	46,5%	36,2%	43,9%	35,7%	18,3%	21,7%	20,7%
5	Vila Franca do Campo	P	24,1%	14,0%	28,5%	34,9%	12,1%	9,7%	23,3%
6	Lagoa (R.A.A)	P	24,3%	17,3%	19,7%	22,0%	17,6%	19,1%	24,9%
7	Santa Cruz da Graciosa	P	22,7%	28,8%	27,9%	22,9%	21,6%	19,8%	25,1%
8	Ribeira Grande	M	20,0%	16,0%	14,0%	16,7%	23,2%	21,6%	26,9%
9	São Roque do Pico	P	23,1%	24,8%	13,4%	13,9%	16,1%	21,7%	27,0%
10	Vila da Praia da Vitória	M	25,1%	20,1%	20,1%	15,4%	24,7%	27,0%	28,8%
11	Angra do Heroísmo	M	22,2%	23,4%	23,3%	20,8%	23,1%	20,6%	31,0%
12	Madalena	P	21,5%	23,3%	20,7%	30,8%	31,7%	33,5%	31,2%
13	Santa Cruz das Flores	P	24,9%	33,9%	32,9%	27,1%	32,2%	34,9%	33,2%
14	Horta	P	36,6%	32,3%	27,0%	31,7%	33,0%	33,7%	33,8%
15	Velas	P	28,7%	28,2%	26,9%	27,7%	29,0%	27,0%	34,2%
16	Ponta Delgada	M	26,8%	24,5%	24,3%	31,7%	32,3%	29,9%	35,5%
17	Vila do Porto	P	39,7%	37,0%	28,7%	35,7%	35,0%	31,1%	39,4%
18	Calheta (R. A. A.)	P	25,8%	27,9%	28,6%	42,4%	44,4%	36,5%	41,9%
19	Povoação	P	23,9%	38,2%	36,4%	32,1%	32,0%	49,3%	46,0%

R20.M – Peso de despesas com pessoal nas despesas totais dos municípios da R.A. da Madeira

	Município	Dimensão	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1	Câmara de Lobos	M	18,6%	16,0%	25,1%	23,4%	29,5%	29,6%	15,4%
2	Ribeira Brava	P	10,4%	12,0%	11,3%	23,2%	17,2%	20,7%	16,5%
3	Calheta (R. A. M.)	P	20,6%	12,8%	25,2%	24,6%	22,2%	19,0%	18,6%
4	Santana	P	16,5%	18,2%	14,5%	26,3%	21,2%	21,2%	22,1%
5	Porto Moniz	P	15,5%	18,5%	24,3%	17,9%	22,4%	25,3%	22,8%
6	Porto Santo	P	15,4%	23,1%	27,6%	34,6%	28,1%	29,8%	23,3%
7	São Vicente	P	15,8%	14,7%	13,6%	25,4%	24,7%	17,9%	23,5%
8	Ponta do Sol	P	20,2%	16,3%	24,2%	26,2%	22,2%	25,5%	27,6%
9	Funchal	G	29,9%	31,7%	39,6%	37,5%	38,6%	39,2%	28,2%
10	Machico	M	25,6%	18,1%	31,7%	33,7%	27,1%	29,1%	31,7%
11	Santa Cruz	M	28,2%	19,6%	34,4%	35,1%	36,5%	36,4%	36,0%

Da observação aos quadros R20.A e R20.M conclui-se que o peso médio dos custos com pessoal nas despesas totais dos municípios é de 28,91% para a RAA e de 24,15% para a RAM.

Apresentam-se, de seguida, os Rankings (R21 e R22) dos 35 municí-

pios com maior e menor volume de despesa com pessoal⁹¹ em 2013.

⁹¹ Estas despesas com pessoal, recorde-se, não incluem as despesas homólogas do sector empresarial local.

R21 – Municípios que apresentam maior volume de despesas realizadas⁹² com pessoal em 2013

Unidade: euros

Município	Dim.	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Var.12-13
1 Lisboa	G	243.398.270	241.103.394	257.188.150	256.236.198	243.201.701	209.768.755	229.648.607	9,5%
2 Porto	G	65.405.322	65.635.566	63.085.068	61.375.788	58.261.516	50.572.153	57.838.676	14,4%
3 Sintra	G	33.656.233	34.645.407	35.313.888	46.469.650	45.431.763	41.093.960	43.643.420	6,2%
4 Loures	G	30.515.465	32.190.524	40.743.750	40.926.261	38.615.215	35.699.101	39.250.898	9,9%
5 Vila Nova de Gaia	G	30.016.224	30.777.609	31.483.481	32.809.212	34.229.576	31.354.573	34.898.088	11,3%
6 Oeiras	G	32.455.953	33.462.423	35.267.917	35.428.651	34.393.248	30.822.274	33.463.111	8,6%
7 Seixal	G	31.795.969	33.569.630	35.090.120	35.982.768	35.920.368	30.424.359	33.059.442	8,7%
8 Cascais	G	30.525.363	31.727.179	33.709.930	34.580.563	33.916.731	29.939.227	32.132.840	7,3%
9 Funchal	G	28.522.092	29.000.622	31.281.020	31.339.680	30.124.550	29.381.276	31.310.913	6,6%
10 Matosinhos	G	20.190.054	24.222.967	32.201.697	32.721.458	31.207.174	28.313.373	29.776.196	5,2%
11 Almada	G	26.485.952	26.520.918	28.540.494	29.011.825	27.994.628	25.052.633	27.671.068	10,5%
12 Setúbal	G	27.129.825	27.241.625	27.684.651	27.352.299	27.335.192	24.576.298	26.982.102	9,8%
13 Amadora	G	22.611.019	22.426.678	28.804.972	28.825.565	28.008.606	24.930.625	26.953.287	8,1%
14 Coimbra	G	29.617.468	29.489.664	29.638.371	30.370.773	28.646.479	25.117.834	26.621.152	6,0%
15 Loulé	M	22.900.441	24.624.499	26.976.229	30.022.864	29.353.359	25.825.495	25.983.902	0,6%
16 Braga	G	19.107.469	19.389.255	26.086.114	27.113.308	26.228.582	23.651.396	25.193.845	6,5%
17 Gondomar	G	16.438.464	17.189.576	23.427.303	24.762.483	25.462.121	24.271.514	23.787.654	-2,0%
18 Guimarães	G	16.334.805	17.052.423	24.112.664	24.501.726	25.039.748	22.721.273	23.770.661	4,6%
19 Odivelas	G	19.232.708	19.743.661	20.101.242	23.533.982	23.160.707	21.486.293	22.845.983	6,3%
20 Albufeira	M	18.118.065	18.890.391	23.224.468	23.547.180	23.201.470	19.786.701	20.871.009	5,5%
21 Maia	G	16.550.287	17.954.711	19.175.274	19.389.710	19.515.081	17.760.340	19.383.882	9,1%
22 Sesimbra	M	15.901.792	17.621.945	18.201.578	18.992.001	18.097.201	16.144.088	19.275.404	19,4%
23 Palmela	M	17.468.910	18.311.280	20.080.357	19.635.569	18.350.993	16.644.843	18.486.637	11,1%
24 Évora	M	15.062.224	16.224.733	18.878.150	20.672.317	19.197.819	17.378.057	18.443.005	6,1%
25 Vila do Conde	M	14.983.058	15.466.803	18.670.873	17.451.358	17.548.158	17.628.411	18.289.921	3,8%
26 VN Famalicão	G	17.537.262	18.121.157	19.146.146	19.516.450	18.801.702	16.298.644	17.565.024	7,8%
27 Barreiro	M	15.698.954	15.966.346	16.356.962	17.269.109	16.428.829	15.845.460	16.812.151	6,1%
28 Viana do Castelo	M	11.131.053	11.866.775	15.259.075	16.523.807	17.201.649	15.516.855	16.462.177	6,1%
29 Vila Franca de Xira	G	16.124.686	17.398.876	18.560.691	18.402.742	17.080.852	14.837.387	16.367.749	10,3%
30 Portimão	M	11.979.241	12.349.526	16.222.482	16.271.627	16.044.052	13.948.524	15.213.763	9,1%
31 Santarém	M	12.379.015	13.713.521	15.832.233	16.290.507	15.141.004	14.171.483	14.979.028	5,7%
32 Mafra	M	10.260.933	10.991.442	12.347.104	14.454.464	14.744.062	13.739.639	14.373.170	4,6%
33 Paredes	M	10.097.958	11.058.241	14.684.929	14.738.751	14.420.592	13.367.785	14.084.482	5,4%
34 Sª Mª Feira	G	12.356.590	14.381.466	15.987.891	16.364.069	15.488.460	11.969.958	14.046.785	17,4%
35 Faro	M	12.482.081	13.118.039	16.959.869	16.761.921	15.291.643	12.843.846	13.952.401	8,6%

⁹² Despesas comprometidas

R22 – Municípios que apresentam menor volume de despesas realizadas com pessoal em 2013

Unidade: euros

	Município	Dim.	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Varição 12-13
1	Corvo	P	825.198	783.756	714.352	628.533	582.037	522.925	512.270	-2,0%
2	Belmonte	P	1.161.799	1.152.519	1.196.210	1.236.743	1.188.808	972.676	1.029.865	5,9%
3	Lajes das Flores	P	914.543	969.232	965.070	1.030.243	1.090.274	1.047.125	1.038.906	-0,8%
4	São Roque do Pico	P	927.546	1.072.101	991.542	1.025.656	1.039.732	939.937	1.096.975	16,7%
5	Santa Cruz das Flores	P	830.678	893.484	937.852	1.056.277	1.135.170	1.002.379	1.101.914	9,9%
6	Santa Cruz da Graciosa	P	1.220.353	1.261.237	1.284.518	1.317.723	1.179.384	1.076.028	1.155.804	7,4%
7	Porto Moniz	P	0	1.109.979	1.248.798	1.204.657	1.200.593	1.066.741	1.188.284	11,4%
8	São Vicente	P	1.340.996	1.364.025	1.381.317	1.485.990	1.406.339	1.184.472	1.304.992	10,2%
9	Castanheira de Pêra	P	1.823.089	1.809.675	1.835.198	1.794.658	1.697.589	1.340.100	1.428.272	6,6%
10	Manteigas	P	1.522.122	1.507.183	1.586.887	1.477.922	1.410.712	1.220.929	1.435.223	17,6%
11	Santana	P	1.681.731	1.701.871	1.810.189	1.826.319	1.607.598	1.320.598	1.469.081	11,2%
12	Ribeira Brava	P	1.651.271	1.716.367	1.833.368	1.910.347	1.752.555	1.473.241	1.473.697	0,0%
13	Velas	P	1.753.922	1.765.558	1.758.395	1.806.467	1.661.367	1.373.727	1.541.250	12,2%
14	Nordeste	P	1.742.868	1.785.242	1.870.026	1.818.281	1.676.590	1.536.995	1.545.471	0,6%
15	Pedrógão Grande	P	1.711.786	1.763.814	1.947.559	2.083.697	1.819.962	1.523.966	1.578.433	3,6%
16	Fronteira	P	1.675.725	1.653.182	1.686.168	1.814.662	1.712.475	1.515.450	1.617.032	6,7%
17	Alvaiázere	P	1.560.864	1.684.443	1.922.989	1.807.153	1.705.140	1.530.827	1.631.205	6,6%
18	Ponta do Sol	P	1.288.846	1.608.128	1.694.885	1.736.952	1.643.387	1.428.618	1.641.585	14,9%
19	Sernancelhe	P	1.885.379	1.935.545	1.988.503	1.781.049	1.760.530	1.507.066	1.647.531	9,3%
20	Murtosa	P	1.994.079	2.087.847	2.190.908	1.999.668	1.778.708	1.532.715	1.657.493	8,1%
21	Penedono	P	1.374.051	1.404.882	1.448.174	1.529.711	1.522.888	1.424.391	1.677.001	17,7%
22	São João da Pesqueira	P	1.297.525	1.286.234	1.381.978	1.622.590	1.807.604	1.608.048	1.696.805	5,5%
23	Lajes do Pico	P	1.572.284	1.547.554	1.602.365	1.781.597	1.462.496	1.296.556	1.698.672	31,0%
24	Fornos de Algodres	P	1.726.593	1.846.632	1.896.561	2.131.489	1.720.458	1.567.948	1.717.722	9,6%
25	Calheta (R. A. A.)	P	2.260.895	2.482.831	3.056.293	1.854.045	1.741.342	1.576.243	1.730.067	9,8%
26	Marvão	P	1.926.690	1.963.390	2.066.191	2.092.629	1.906.331	1.630.650	1.758.656	7,9%
27	Arronches	P	1.394.240	1.595.360	1.935.012	1.891.969	1.704.135	1.557.864	1.763.010	13,2%
28	Vila do Porto	P	1.920.815	1.886.024	1.999.456	1.889.190	1.771.464	1.617.416	1.768.342	9,3%
29	Porto Santo	P	1.728.730	1.674.919	1.704.753	1.743.871	1.557.530	1.419.720	1.839.738	29,6%
30	Batalha	P	1.800.247	1.864.295	2.014.159	2.012.098	1.916.881	1.675.603	1.840.298	9,8%
31	Aguiar da Beira	P	1.819.412	1.872.086	1.926.291	2.000.082	1.865.724	1.662.625	1.850.878	11,3%
32	Barrancos	P	1.977.294	2.030.005	2.193.867	2.260.724	2.176.188	1.846.755	1.924.792	4,2%
33	Mesão Frio	P	2.303.201	2.518.831	2.823.066	2.753.884	1.984.168	1.789.283	1.936.894	8,2%
34	Sever do Vouga	P	2.240.470	2.412.407	2.484.384	2.296.229	2.105.144	1.850.302	1.961.263	6,0%
35	Penela	P	2.111.440	2.228.304	2.325.142	2.264.303	2.194.074	1.930.171	1.972.270	2,2%

- Da listagem dos municípios com maiores encargos de despesa com pessoal, referente a 2013, constam 13 municípios de média dimensão, os restantes 22 municípios são de grande dimensão. Dois municípios de grande dimensão (Barcelos com 13,6 milhões de euros e Leiria com 12,1 milhões de euros) reduziram o valor de despesa com pessoal em relação a 2012.
- Na generalidade, em 2013 os municípios aumentaram as despesas com pessoal⁹³ em relação a 2012⁹⁴. Constante da lista anterior, apenas o município de Gondomar apresentou diminuição da despesa com pessoal nesse ano. Contudo, mais 21 municípios apresentaram o mesmo efeito, sendo que dois deles também vêm referenciados no ranking R22.
- Os 35 municípios com menor volume de despesa com pessoal são todos de pequena dimensão e 33 deles apresentam aumento de encargos em relação a 2012. Só os municípios do Corvo e Lajes das Flores apresentaram diminuição desta despesa.

2.3.4.2. Despesas em Aquisições de Bens e Serviços Correntes

Como no ponto anterior relativamente à despesa com pessoal, também aqui se pretende apresentar a ordenação dos municípios relativamente a vários indicadores desta despesa.

No ponto 2.3.3 deste capítulo, apresentou-se a informação relativa ao posicionamento desta rubrica de despesa no total da despesa municipal e a sua evolução nos últimos sete anos. Constatou-se que a despesa com aquisição de bens e serviços correntes, em 2013, foi a despesa mais representativa (28%) da despesa global dos municípios, assumindo um peso superior ao da despesa de investimento e com pessoal. Foram assumidos encargos no total de 2.636 milhões de euros (+33,5 milhões de euros, +1,3%) do qual foi pago o montante total de 2.060 milhões de euros (78,2%), ficando por liquidar 575,6 milhões de euros. Da informação obtida pela análise das contas individualizadas de cada município referentes ao ano de 2013, apresenta-se um quadro

⁹³ A reposição de parte do nível salarial dos trabalhadores da função pública por via da anulação de restrições salariais impostas em 2012 pelo OE devido ao controlo constitucional realizado pelo Tribunal Constitucional, será uma das razões do crescimento da despesa com pessoal em relação aos dois anos transatos.

⁹⁴ A diminuição da despesa com pessoal, a partir de 2011 e mais acentuadamente em 2012, esteve associada ao corte salarial na função pública imposto pelo governo central e eventualmente à não renovação de contratos a prazo, face às limitações impostas pelo OE, no capítulo das contratações de pessoal para a administração pública, os quais abrangem também a administração autárquica. Poderão, ainda, concorrer para esta situação de decréscimo de despesa, o aumento do número de reformas percecionadas no sector público em geral ao qual não escapa o sector autárquico.

resumo com a distribuição dos municípios por intervalos de volume de despesa realizada com aquisição de bens e serviços, que complementa a informação prestada no ponto 2.3.3.

Quadro 2.35 – Distribuição dos valores da Despesa realizada com Aquisição de Bens e Serviços

Despesa com Aquisição de Bens e Serviços	Número de municípios		
	2011	2012	2013
Superior a 100 M€	1 (Lisboa 134,8 M€)	1 (Lisboa 111,8 M€)	1 (Lisboa 137,8 M€)
[60 M€ e 100 M€]	1 (Cascais 63 M€)	1 (Cascais 68,5 M€)	1 (Cascais 68,85 M€)
[50 M€ e a 60 M€]	2 (Loures e V. N. Gaia)	2 (Albufeira e V. N. Gaia)	1 (Porto 50,6 M€)
[40 M€ e 50 M€]	6	7	7
[30 M€ e 40 M€]	3	3	6
[20 M€ e 30 M€]	14	15	11
[10 M€ e 20 M€]	42	42	39
[5 M€ e 10 M€]	76	74	79
[1 M€ e 5 M€]	156	152	153
Inferior a 1 M€	7	11	10

• Lisboa também apresenta valores incomparavelmente superiores aos dos restantes municípios, em qualquer um dos três anos em apreço. A diferença é muito significativa, pelo que a análise do quadro só terá sentido se realizada para o posicionamento dos restantes municípios.

• Verifica-se também que o Município de Cascais, embora muito aquém dos valores despendidos por Lisboa, neste triénio surge sempre no segundo lugar. Com um volume de despesa em aquisição de bens e serviços compreendido ente 50 e 60 milhões de euros em 2013, surge isoladamente o município do Porto, embora em 2011 e em 2012 tenha gasto menos. Naqueles dois anos, os municípios de Loures e Vila Nova de Gaia apresentaram volume de despesa entre 50 e 60 milhões de euros, mas em 2013 baixaram os gastos nesta rubrica orçamental da despesa.

• 242 municípios apresentaram em 2013 despesa inferior a 10 M€ em aquisição de bens e serviços. Em 2012, estiveram nessa situação 237 os municípios e em 2011 eram 239 municípios.

Apresentam-se de seguida os Rankings (R23 e R24) dos 35 municípios com maior e menor volume de despesa em aquisição de bens e serviços correntes, em 2013.

R23 – Municípios que apresentam maior volume de despesa realizada⁹⁵ em aquisição de bens e serviços em 2013⁹⁶

Unidade: euros

	Município	Dim.	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Variação 12-13
1	Lisboa	G	128.114.669	124.655.444	145.765.138	151.367.236	134.801.488	111.757.298	137.822.011	23,3%
2	Cascais	G	47.546.510	52.502.406	63.914.260	59.261.043	63.007.658	68.531.172	68.850.265	0,5%
3	Porto	G	40.348.147	40.980.960	43.403.210	45.645.663	47.642.838	46.769.753	50.633.402	8,3%
4	Albufeira	M	28.968.258	38.253.476	36.112.120	37.540.896	43.029.628	57.441.814	49.380.877	-14,0%
5	Vila Nova de Gaia	G	69.398.759	76.053.764	84.639.898	58.475.191	55.101.397	55.010.238	44.016.410	-20,0%
6	Setúbal	G	23.578.046	24.355.552	24.954.380	26.102.787	31.270.968	39.022.149	43.347.431	11,1%
7	Évora	M	12.326.692	12.774.885	22.976.203	15.620.672	15.703.458	38.887.807	42.754.877	9,9%
8	Loures	G	43.908.242	45.705.135	47.866.620	43.706.405	53.951.539	48.556.965	42.161.274	-13,2%
9	Loulé	M	34.904.125	38.253.948	41.221.568	42.354.637	42.903.016	41.777.114	41.031.165	-1,8%
10	Funchal	G	24.588.106	32.801.543	21.889.391	21.475.341	19.054.429	24.529.138	40.235.334	64,0%
11	Portimão	M	17.657.954	25.041.364	35.783.365	38.510.214	36.416.936	41.317.095	38.662.001	-6,4%
12	Oeiras	G	35.187.141	42.275.218	53.075.364	46.276.878	46.530.840	42.989.369	37.535.010	-12,7%
13	Seixal	G	12.833.475	17.012.398	18.659.837	20.879.251	14.753.748	14.992.016	36.560.961	143,9%
14	Amadora	G	30.003.083	33.528.176	34.153.362	34.521.404	37.070.864	35.159.327	35.925.643	2,2%
15	Matosinhos	G	31.018.587	36.169.487	37.541.411	43.294.141	46.890.139	40.912.658	33.279.741	-18,7%
16	Sintra	G	29.135.867	31.802.633	30.607.749	29.796.935	40.998.688	44.551.431	32.921.406	-26,1%
17	Vila do Conde	M	21.792.043	22.531.555	22.276.713	21.751.844	23.923.853	24.574.675	27.750.127	12,9%
18	Coimbra	G	28.042.111	26.013.396	28.613.594	29.054.957	28.375.002	26.986.090	27.181.718	0,7%
19	Santa Maria da Feira	G	22.931.525	24.928.102	24.984.742	25.816.209	27.359.175	26.444.607	26.858.402	1,6%
20	VR Santo António	P	14.568.606	9.656.574	11.374.038	12.048.852	12.550.988	14.445.838	25.045.796	73,4%
21	Odivelas	G	24.086.612	24.037.060	26.176.263	27.148.640	27.026.526	27.840.706	24.577.329	-11,7%
22	Vila Nova de Famalicão	G	18.156.278	19.457.117	19.810.777	22.113.599	24.036.336	24.368.271	23.869.631	-2,0%
23	Santarém	M	15.747.822	18.917.250	27.211.249	15.955.678	18.454.607	19.421.894	23.728.570	22,2%
24	Lagos	M	17.129.305	19.841.661	15.317.711	16.930.359	22.092.057	27.184.235	22.762.989	-16,3%
25	Almada	G	21.731.808	22.228.439	22.927.377	20.624.597	20.454.096	21.298.922	22.057.210	3,6%
26	Gondomar	G	18.025.916	18.501.806	19.942.410	20.628.490	20.667.482	20.010.183	21.529.998	7,6%
27	Guimarães	G	17.107.348	18.615.328	20.453.324	22.055.708	23.548.518	21.321.694	21.111.409	-1,0%
28	Valongo	M	15.464.931	15.277.283	17.809.073	18.043.940	20.223.531	20.854.793	19.704.826	-5,5%
29	Vila Franca de Xira	G	14.437.664	16.398.825	17.563.949	18.742.794	17.492.138	20.033.573	19.646.603	-1,9%
30	Paredes	M	11.435.301	12.231.800	14.445.167	13.580.327	16.259.506	20.093.186	19.459.624	-3,2%
31	Mafra	M	14.646.651	17.099.092	20.402.253	21.612.162	22.097.543	22.376.982	19.325.064	-13,6%
32	Sesimbra	M	11.265.914	12.204.981	12.475.184	14.378.565	17.348.996	18.719.309	19.022.444	1,6%
33	Fundão	M	10.333.325	9.213.566	13.417.297	11.771.484	12.025.030	11.628.591	18.295.081	57,3%
34	Barreiro	M	13.351.867	14.174.242	13.496.704	14.368.468	16.772.216	17.817.658	18.185.662	2,1%
35	Braga	G	9.224.324	11.108.069	12.164.553	12.766.801	15.021.793	16.332.499	17.919.247	9,7%

⁹⁵ Despesa comprometida para o exercício⁹⁶ Valores que apenas incluem as despesas realizadas pela estrutura orgânica do município.

R24 - Municípios que apresentam menor volume de despesa realizada em aquisição de bens e serviços em 2013

Unidade: euros

	Município	Dim.	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Varição 12-13
1	Corvo	P	386.459	372.052	322.196	291.543	254.284	253.451	297.247	17,3%
2	Santa Cruz das Flores	P	429.387	514.776	571.952	539.011	537.141	519.030	498.114	-4,0%
3	Barrancos	P	962.265	981.756	1.050.201	1.122.570	1.017.169	591.807	553.336	-6,5%
4	São Roque do Pico	P	557.789	585.843	670.005	726.252	727.076	760.135	717.092	-5,7%
5	Calheta (R. A. A.)	P	1.574.208	1.302.298	1.610.771	1.024.499	833.071	778.131	723.082	-7,1%
6	Santa Cruz da Graciosa	P	705.938	690.284	750.175	880.266	735.955	795.086	793.876	-0,2%
7	Lajes das Flores	P	757.648	833.841	994.371	982.545	923.996	904.130	829.097	-8,3%
8	Povoação	P	808.001	889.250	1.023.709	979.077	1.101.212	833.814	839.898	0,7%
9	Velas	P	811.580	944.026	988.768	993.459	1.060.088	1.143.896	970.815	-15,1%
10	Lajes do Pico	P	1.123.532	1.262.592	1.001.157	1.461.934	918.219	1.028.804	999.080	-2,9%
11	Madalena	P	880.952	906.632	914.836	849.237	1.012.522	1.178.645	1.035.911	-12,1%
12	Alvito	P	801.221	873.839	876.399	1.157.729	1.094.138	992.894	1.052.693	6,0%
13	Castanheira de Pêra	P	1.546.727	1.973.089	2.186.151	2.471.891	2.521.351	2.270.043	1.057.231	-53,4%
14	Nordeste	P	794.984	926.482	969.872	1.189.588	1.077.227	865.813	1.140.436	31,7%
15	Vila do Porto	P	985.629	1.056.633	1.210.248	1.226.515	1.017.146	994.961	1.310.518	31,7%
16	Monforte	P	1.557.105	1.566.347	1.894.059	1.698.997	1.554.519	1.283.994	1.374.560	7,1%
17	Porto Moniz	P	0	1.745.939	2.251.425	1.919.989	1.996.861	2.034.655	1.430.027	-29,7%
18	Cuba	P	1.675.099	1.683.306	1.837.125	2.020.011	1.957.423	1.501.794	1.432.195	-4,6%
19	Manteigas	P	1.412.532	1.952.852	2.190.872	2.007.720	2.166.883	1.389.942	1.451.954	4,5%
20	Arronches	P	1.122.643	1.464.196	1.432.373	1.127.200	1.178.009	1.459.333	1.467.384	0,6%
21	Vidigueira	P	990.994	1.211.547	1.382.512	1.271.186	1.221.611	1.630.465	1.475.013	-9,5%
22	Marvão	P	1.182.909	1.225.181	1.262.007	1.429.729	1.419.830	1.401.578	1.482.282	5,8%
23	Vila Franca do Campo	P	2.176.066	2.714.660	2.750.728	2.578.549	3.216.492	1.946.646	1.496.297	-23,1%
24	Mesão Frio	P	1.276.249	1.268.188	1.610.944	1.676.866	1.134.723	1.440.008	1.511.622	5,0%
25	Vila da Praia da Vitória	M	2.056.927	2.269.017	1.999.854	1.653.001	1.596.122	1.402.721	1.537.898	9,6%
26	Castelo de Vide	P	1.162.123	1.114.492	1.372.129	1.211.631	1.203.768	1.301.512	1.551.799	19,2%
27	São Vicente	P	1.769.573	1.915.468	2.485.855	2.048.429	1.960.964	1.496.431	1.600.364	6,9%
28	Mora	P	1.351.877	1.424.363	1.346.085	1.362.843	1.489.744	1.458.877	1.601.803	9,8%
29	Vila de Rei	P	1.241.327	1.711.823	1.680.277	1.569.377	1.378.471	1.432.318	1.607.572	12,2%
30	Mortágua	P	1.390.206	1.412.991	1.555.432	1.616.255	1.643.224	1.644.742	1.632.046	-0,8%
31	Santana	P	1.940.885	2.560.793	2.482.273	2.172.460	2.668.669	1.674.523	1.650.252	-1,4%
32	Vila Velha de Ródão	P	1.703.862	1.604.788	1.895.608	1.981.894	1.734.374	1.653.175	1.754.628	6,1%
33	Constância	P	1.232.704	1.359.992	1.342.127	1.466.515	1.561.084	1.661.293	1.758.198	5,8%
34	Alter do Chão	P	1.470.909	1.605.405	1.838.018	1.990.414	2.058.735	1.834.159	1.789.115	-2,5%
35	Penedono	P	1.005.330	1.100.038	1.033.098	1.236.901	1.585.395	1.804.355	1.835.538	1,7%

- Distingue-se o município de Lisboa com um valor de despesa superior ao dobro da despesa do município que logo lhe sucede na listagem, apresentando um aumento significativo de despesa, com uma taxa de crescimento de 23,3%. Com crescimento relevante desta despesa aparecem ainda: Funchal, Seixal, Vila Real de Santo António, Santarém e Fundão.
- Há 16 que em 2013 diminuíram os gastos.
- Do Ranking R23 constam 13 municípios de média dimensão, sendo que há três de grande dimensão que apresentaram gastos nesta rubrica da despesa de valor inferior ao último da presente lista. Foram eles: Barcelos, Leiria e Maia.
- Da lista R24, apenas o município de Vila Praia da Vitória é de média dimensão e apresenta um volume de crescimento desta despesa na ordem dos 9,6%. Todos os restantes municípios são de pequena dimensão e na sua maioria apresentam descida de valor na despesa realizada, sendo de relevar a descida apresentada por: Castanheira de Pera (-53,4%), Porto Moniz (-29,7%) e Vila Franca do Campo (-23,1%).

2.3.4.3. Despesas com Transferências e Subsídios

- Apenas 25 municípios pagaram a totalidade das transferências correntes comprometidas em 2013 e 76 as transferências de capital também comprometidas no nesse ano. No que respeita às transferências registadas como subsídios, 162 municípios apresentam valor em subsídios comprometidos mas apenas 100 pagaram a totalidade dos mesmos.
- Resumindo a informação prestada no ponto 2.3.3 e relembrando a situação apresentada em 2013, anota-se que os valores comprometidos em transferências correntes foram de 568 milhões de euros, representando um aumento de 3,7% em relação aos montantes do ano anterior (+20,1 milhão de euros). Foram pagos compromissos no montante de 494 milhões de euros, correspondendo a 87% do valor comprometido.
- Em relação às transferências de capital, o valor comprometido foi de 362 milhões de euros, menos 7,2% (-28,3 milhões de euros) que o realizado no ano anterior. Deste valor, foi pago o montante de 279 milhões e euros, ficando por pagar 22,9% do valor realizado.
- Relativamente aos subsídios (transferências correntes para as empresas municipais), em 2013 constatou-se que 146 municípios

não apresentaram valores nesta rubrica e 75 aumentaram o montante comprometido. Neste ano, foi assumido com as empresas municipais o compromisso total de 196 milhões de euros, menos 27,7 milhões que no ano anterior (-12,4%) e pago o montante de 118 milhões de euros (60,1% da despesa realizada).

Da informação prestada nas contas de 2013, apresenta-se um quadro resumo de enquadramento dos municípios por intervalos de valores de despesa com transferências correntes e de capital.

Quadro 2.36 – Distribuição dos valores da despesa com transferências correntes e de capital

Despesa com transferências correntes e de capital	Número de municípios		
	2011	2012	2013
Superior a 50 M€	1 (Lisboa 63,4 M€)	1 (Lisboa 83,4 M€)	1 (Lisboa 64,8 M€)
Entre 40 e 50 M€	1 (Porto 44,2 M€)	0	0
Entre 30 e 40 M€	2 (Cascais e Sintra)	1 (Cascais 34,8 M€)	0
Entre 20 e 30 M€	2 (Braga e V.N. Gaia)	4	4
Entre 10 e 20 M€	18	13	12
Entre 5 e 10 M€	27	26	25
Entre 1 e 5 M€	144	144	157
Inferior a 1 M€	113	119	109

- O volume de despesa gasta por Lisboa (64,8 milhões de euros) continua a distinguir-se de forma notável do volume de despesa apresentada pelos restantes municípios. A diferença tornou-se maior em 2013 porque Cascais apresentou um montante de encargos bem menor, sendo que apenas 4 municípios surgem no intervalo de despesa entre 20 e 30 milhões de euros.
- A maior parte dos municípios (266) apresentaram despesa com transferências correntes e de capital abaixo dos 5 milhões de euros, sendo que 109 municípios apresentaram nas suas contas transferências para terceiros de valor inferior a 1 milhão de euros. Apresentam-se, de seguida, os Rankings (R25 e R26) dos 35 municípios com maior e menor volume de transferências correntes e de capital, em 2011 e 2012.

R25- Municípios que apresentam maior volume de transferências correntes e de capital em 2013

Unidade: euros

Município	Dim.	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Variação 12-13
1 Lisboa	G	61.572.375	84.130.827	66.479.746	49.947.518	67.373.938	83.389.607	64.803.412	-22,3%
2 Sintra	G	53.585.504	47.957.753	54.549.671	56.367.565	39.337.138	28.225.047	26.899.444	-4,7%
3 Cascais	G	38.771.246	41.727.364	50.243.433	41.066.603	38.078.176	34.837.715	26.127.014	-25,0%
4 Braga	G	19.707.097	21.795.010	24.173.155	26.050.011	22.539.249	21.135.414	22.728.946	7,5%
5 VR Santo António	P	3.420.950	8.490.077	4.175.727	32.412.342	11.829.107	4.041.729	21.155.966	423,4%
6 Vila Nova de Gaia	G	22.556.271	27.271.026	26.474.342	29.550.104	24.896.082	20.701.025	19.069.620	-7,9%
7 Portimão	M	4.483.533	8.502.955	11.644.408	13.633.895	14.450.420	15.920.784	17.127.597	7,6%
8 Loures	G	15.948.596	18.942.283	20.729.130	18.763.272	18.690.216	16.855.704	16.764.690	-0,5%
9 Viseu	M	18.914.633	18.184.488	18.318.722	15.292.427	13.678.495	14.284.712	16.368.545	14,6%
10 Barcelos	G	9.966.390	10.615.211	12.424.846	13.988.386	13.897.913	11.869.816	15.792.303	33,0%
11 Matosinhos	G	11.369.170	12.886.645	15.712.120	13.714.349	16.201.269	14.681.094	12.103.903	-17,6%
12 Santarém	M	9.736.678	7.779.073	9.265.267	10.220.380	11.622.222	10.228.053	12.034.287	17,7%
13 Viana do Castelo	M	7.814.721	9.753.689	10.272.524	8.255.250	8.673.163	9.268.975	11.418.578	23,2%
14 Vila Nova de Famalicão	G	11.046.365	15.368.782	14.758.006	11.626.187	10.269.617	10.672.828	11.306.654	5,9%
15 Trofa	M	3.551.265	3.789.958	5.022.007	12.871.679	12.817.317	12.043.636	10.660.850	-11,5%
16 Leiria	G	13.541.250	14.547.843	17.383.346	14.036.081	10.809.217	7.337.505	10.395.605	41,7%
17 Coimbra	G	19.737.611	18.409.891	21.761.480	10.874.703	13.059.919	10.502.064	10.211.226	-2,8%
18 Amadora	G	9.618.531	8.855.306	10.395.298	10.819.166	14.633.217	10.756.110	9.784.368	-9,0%
19 Torres Vedras	M	10.318.443	13.423.493	14.143.102	13.737.900	14.197.463	12.017.362	9.602.201	-20,1%
20 Faro	M	6.566.498	7.821.105	9.577.776	11.038.276	12.516.064	6.523.130	9.461.952	45,1%
21 Ponte de Lima	M	3.691.922	5.241.471	9.017.855	7.045.695	6.762.927	7.449.289	9.451.264	26,9%
22 Loulé	M	12.742.614	15.509.397	15.667.310	11.758.013	10.853.397	9.758.011	9.338.976	-4,3%
23 Castelo Branco	M	3.777.843	6.530.591	6.104.872	5.415.710	6.524.652	7.504.158	9.219.215	22,9%
24 Oeiras	G	18.171.073	13.158.993	13.947.011	13.824.168	10.849.809	9.374.109	8.907.772	-5,0%
25 Almada	G	7.562.496	7.943.787	7.925.817	8.135.855	6.905.958	7.955.604	8.879.608	11,6%
26 Guimarães	G	14.920.098	16.434.360	19.048.047	13.988.772	13.295.291	10.287.281	8.822.446	-14,2%
27 Santo Tirso	M	7.274.011	5.593.611	10.058.665	8.917.882	7.609.299	8.090.862	8.408.083	3,9%
28 Seixal	G	6.020.106	6.453.599	8.616.461	7.479.365	6.822.102	5.682.077	8.347.866	46,9%
29 Porto	G	60.075.784	42.295.236	48.144.063	38.356.968	44.202.054	29.835.767	8.197.751	-72,5%
30 Vila Franca de Xira	G	11.044.175	10.890.084	12.654.656	12.426.296	9.266.410	10.792.849	8.167.411	-24,3%
31 Santa Maria da Feira	G	7.666.755	8.062.868	9.318.942	8.139.132	8.674.867	8.417.744	8.029.123	-4,6%
32 Gondomar	G	8.451.778	9.282.038	10.223.515	7.034.055	6.455.378	6.250.395	7.925.500	26,8%
33 Odivelas	G	8.102.344	8.695.381	10.179.911	11.272.193	9.713.025	8.903.234	7.709.069	-13,4%
34 Vila do Conde	M	4.769.824	5.010.546	6.182.965	4.190.747	6.378.487	5.943.174	7.545.287	27,0%
35 Cartaxo	M	2.633.584	2.661.355	5.399.345	7.619.814	7.440.729	7.293.495	6.832.443	-6,3%

R26 - Municípios que apresentam menor volume de transferências correntes e de capital em 2013

Unidade: euros

	Município	Dim.	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Variação 12-13
1	Corvo	P	36.941	29.288	23.282	29.370	21.880	21.199	41.118	94,0%
2	Santana	P	138.644	257.003	226.613	185.929	241.508	32.474	43.264	33,2%
3	Fornos de Algodres	P	622.208	370.702	326.170	1.260.295	110.837	52.220	125.163	139,7%
4	Lajes das Flores	P	535.122	578.763	721.333	543.983	118.064	136.832	132.172	-3,4%
5	Calheta (R. A. A.)	P	308.425	277.063	199.034	139.643	90.905	58.195	151.176	159,8%
6	Castanheira de Pêra	P	209.778	244.321	198.039	187.532	199.061	229.427	153.917	-32,9%
7	Santa Cruz das Flores	P	268.533	229.072	255.193	248.819	358.257	308.342	178.215	-42,2%
8	Fronteira	P	441.891	327.890	154.336	135.942	158.445	179.440	187.052	4,2%
9	Vila Nova de Poiares	P	340.529	154.211	267.699	213.289	482.409	307.600	207.423	-32,6%
10	Machico	M	217.293	197.361	157.211	179.141	550.877	428.410	208.851	-51,2%
11	Mesão Frio	P	1.135.773	1.150.279	1.272.651	1.453.385	235.548	281.966	266.637	-5,4%
12	Sardoal	P	133.222	144.699	183.147	302.127	238.790	202.641	276.236	36,3%
13	Redondo	P	226.155	239.965	233.075	239.062	295.890	368.484	298.118	-19,1%
14	Porto Moniz	P	0	428.685	513.475	1.195.819	597.089	537.978	304.314	-43,4%
15	Santa Cruz	M	753.696	615.484	750.992	697.966	568.630	426.619	305.940	-28,3%
16	Borba	P	330.722	401.481	441.510	671.488	736.007	1.185.969	307.349	-74,1%
17	Celorico da Beira	P	253.674	330.661	616.983	574.130	452.457	379.959	316.348	-16,7%
18	Ribeira Brava	P	677.068	697.253	838.727	739.616	1.035.028	873.166	322.796	-63,0%
19	Vila de Rei	P	212.719	261.540	365.328	322.812	353.451	353.944	335.388	-5,2%
20	Ferreira do Zêzere	P	522.389	490.899	904.455	822.452	559.987	424.978	376.508	-11,4%
21	Golegã	P	542.909	604.481	511.474	469.190	566.715	416.485	383.493	-7,9%
22	Alvito	P	351.910	426.601	387.791	454.766	390.630	316.493	386.950	22,3%
23	Calheta (R. A. M.)	P	1.706.736	1.828.995	1.980.118	1.758.713	1.447.305	678.219	388.162	-42,8%
24	Monforte	P	255.222	268.672	288.020	322.866	271.336	386.670	394.879	2,1%
25	Nordeste	P	407.762	423.505	488.623	392.988	344.478	323.639	410.295	26,8%
26	Aguiar da Beira	P	419.634	913.523	618.140	903.584	503.585	533.358	414.456	-22,3%
27	Oliveira de Frades	P	527.013	578.876	865.456	764.319	507.241	333.912	422.107	26,4%
28	Santa Comba Dão	P	625.025	750.077	1.197.068	434.599	752.625	372.024	424.920	14,2%
29	Alvaiázere	P	417.970	526.906	434.445	497.505	459.596	467.312	426.867	-8,7%
30	Arruda dos Vinhos	P	649.811	481.981	533.563	600.466	460.636	369.841	429.513	16,1%
31	Marvão	P	196.211	320.393	371.034	240.479	219.227	365.781	429.957	17,5%
32	Manteigas	P	374.913	306.571	395.435	656.264	822.797	501.061	440.014	-12,2%
33	Miranda do Corvo	P	553.376	579.058	572.854	470.578	536.981	394.974	447.126	13,2%
34	Vila Velha de Ródão	P	507.985	442.479	521.918	666.821	694.846	564.171	456.424	-19,1%
35	Alpiarça	P	145.825	176.395	255.456	278.603	384.558	194.686	461.214	136,9%

- O município de Lisboa continua a distinguir-se com um valor de despesa quase três vezes superior ao do município que lhe sucede na listagem, apresentando, contudo, uma diminuição significativa de encargos em 2013 (-22,3%).
- Dos 35 municípios com maior volume de transferências em 2013, 14 apresentaram crescimento desta despesa. Os restantes 21 municípios presentes no *ranking* R25 apresentaram diminuição de gastos nesta rubrica.
- Na 5.ª posição do *ranking* R25 surge um município de pequena dimensão, Vila Real de Santo António, com um volume e transferência de 21, 2 milhões de euros e uma taxa de crescimento de 423,4%⁹⁷. Outros treze municípios são de média dimensão e os restantes 21 são de grande dimensão. Verifica-se pois que não constam desta lista três municípios de grande dimensão, Funchal, Maia e Setúbal, que apresentaram gastos em valor inferior ao último da presente lista, respetivamente de 3,2 milhões de euros, 5,1 milhões de euros e 6,7 milhões de euros.
- Na listagem R26, há dois municípios de média dimensão, Machico e Santa Cruz, mas que apresentam um decréscimo do montante transferido em 2013. Todos os restantes municípios são de pequena dimensão, apresentando diferentes taxas de variação, ora positivas e que, face ao pequeno montante envolvido, nos escusamos de notar.

O quadro resumo a seguir apresentado, mostra o número de municípios distribuídos por intervalos de valores de despesa em subsídios atribuídos às empresas municipais, sendo que, o número total de municípios, com despesa considerada nesta rubrica orçamental foi de apenas 159, em 2013.

⁹⁷ As transferências correntes aumentaram 9,9 milhões de euros e as transferências de capital aumentaram 7,1 milhões de euros

Quadro 2.37 – Distribuição do número de municípios por intervalos de valores de despesa paga em subsídios

Despesa com subsídios	Número de municípios		
	2011	2012	2013
Superior a 20 M€	1 (Sintra 22,2 M€)	1 (Sintra 22,8 M€)	1 (Sintra 22,1 M€)
Entre 10 e 20 M€	4	1	0
Entre 5 e 10 M€	2	4	3
Entre 1 e 5 M€	22	29	25
Entre 0,5 e 1 M€	31	19	15
Inferior a 0,5 M€	119	116	115
Igual a zero	129	138	149

Considerando que os subsídios atribuídos ao sector empresarial local deveriam ser liquidado no mesmo ano económico, o quadro anterior reflete a despesa paga pelos municípios nesta rubrica orçamental.

- O município de Sintra surge claramente distanciado dos restantes com o pagamento de 22,1 milhões de euros. Os restantes municípios só se começam a enquadrar a partir do intervalo entre os 5 e os 10 milhões de euros. O Ranking abaixo informa-nos que os três municípios situados nesta franja são: Vila Nova de Gaia com 7,8 milhões de euros, Coimbra com 6,6 milhões de euros e Lisboa com 5,7 milhões de euros.
- A maior parte dos municípios (149) não apresentaram pagamento de subsídios e 115 apresentam pagamentos em montante inferior a meio milhão de euros.
- Verificando-se que 126 municípios em 2011, 137 em 2012 e 149 em 2013, não apresentaram despesa nesta rubrica, entende-se não ser pertinente apresentar um ranking com os municípios que apresentaram menor volume de despesa em subsídios⁹⁸.

Assim, apresenta-se de seguida o Ranking (R27) dos 35 municípios com maior volume de subsídios comprometido com as empresas municipais em 2011, 2012 e 2013.

⁹⁸ Esta despesa só deveria ser considerada orçamentalmente na base de contrato programa devidamente visado pelo tribunal de contas. Assim em sede de prestação de contas o excesso de valor comprometido em relação ao pago deveria ser anulado pois, os contratos-programa entre os municípios e as empresas municipais deveriam ser cumpridos no próprio ano económico

R27 - Municípios que apresentam maior volume de subsídios compromissados, em 2013 e respetivos pagamentos

Unidade: euros

Município	Dim.	2011		2012		2013				
		Comprom.	Pago	Comprom.	Pago	Comprom.	Δ 12-13	Pago	Δ 12-13	
1	Portimão	M	51.544.804	5.169.343	57.320.127	4.743.657	58.157.893	1,5%	4.948.284	4,3%
2	Sintra	G	25.048.296	22.241.269	22.788.909	22.788.909	22.190.901	-2,6%	22.120.067	-2,9%
3	Lisboa	G	12.131.678	12.108.928	11.624.686	11.513.612	12.060.588	3,7%	5.746.516	-50,1%
4	Vila Nova de Gaia	G	10.329.075	10.073.005	7.596.070	6.945.000	8.545.190	12,5%	7.884.655	13,5%
5	Trofa	M	7.688.776	645.560	7.776.567	1.235.481	7.986.813	2,7%	3.002.156	143,0%
6	Guimarães	G	5.755.234	4.809.320	6.714.228	5.580.531	6.897.922	2,7%	2.127.922	-61,9%
7	Coimbra	G	5.912.304	5.477.908	6.013.571	5.763.846	6.641.802	10,4%	6.641.802	15,2%
8	Lagos	M	3.863.651	2.737.170	5.477.184	3.698.381	4.645.482	-15,2%	3.731.297	0,9%
9	Porto	G	13.118.950	12.274.983	7.126.307	7.126.307	3.937.709	-44,7%	3.937.709	-44,7%
10	Santarém	M	3.157.644	1.359.093	2.150.254	1.301.151	3.701.432	72,1%	2.254.245	73,3%
11	Olhão	M	2.841.901	362.826	4.649.356	1.748.200	3.578.421	-23,0%	3.578.421	104,7%
12	Maia	G	2.305.636	2.266.202	2.135.273	2.135.273	2.396.417	12,2%	2.321.399	8,7%
13	Tavira	M	1.652.258	839.311	1.981.921	1.727.931	2.160.581	9,0%	2.037.892	17,9%
14	Ponta Delgada	M	3.505.548	3.500.548	2.908.493	2.896.953	2.100.774	-27,8%	2.100.774	-27,5%
15	Braga	G	1.640.807	1.640.807	2.323.035	2.323.035	1.803.075	-22,4%	1.803.075	-22,4%
16	Figueira da Foz	M	13.575.234	13.575.234	2.732.727	2.384.488	1.798.754	-34,2%	1.574.601	-34,0%
17	Nazaré	P	1.182.952	946.397	1.602.055	1.272.221	1.687.036	5,3%	1.436.518	12,9%
18	Matosinhos	G	3.511.866	3.511.866	3.864.303	3.864.303	1.649.970	-57,3%	1.091.002	-71,8%
19	Santa Maria da Feira	G	2.014.083	2.014.083	1.812.000	1.812.000	1.567.000	-13,5%	1.567.000	-13,5%
20	Cascais	G	776.001	776.001	355.118	355.118	1.497.618	321,7%	0	-100,0%
21	Vila Real	M	1.563.225	1.479.142	3.075.828	2.965.161	1.486.780	-51,7%	1.379.448	-53,5%
22	Covilhã	M	2.633.172	507.685	2.509.864	1.254.190	1.474.774	-41,2%	1.034.989	-17,5%
23	Sabugal	P	1.640.981	1.508.433	1.780.819	1.592.575	1.467.233	-17,6%	1.398.710	-12,2%
24	Leiria	G	4.555.673	3.042.746	3.449.064	3.419.996	1.373.256	-60,2%	1.373.256	-59,8%
25	Alcácer do Sal	P	1.367.811	1.367.811	1.391.793	1.391.793	1.294.380	-7,0%	1.294.380	-7,0%
26	Felgueiras	M	1.080.176	776.809	1.485.594	1.127.488	1.270.028	-14,5%	993.866	-11,9%
27	Barcelos	G	4.522.671	3.520.415	4.201.119	3.667.369	1.153.652	-72,5%	1.153.652	-68,5%
28	Torres Novas	M	1.758.325	964.371	1.620.937	1.168.313	1.132.279	-30,1%	1.010.305	-13,5%
29	Santo Tirso	M	3.066.000	3.066.000	3.070.000	3.070.000	1.079.000	-64,9%	1.079.000	-64,9%
30	Cantanhede	M	666.385	666.385	703.285	703.285	1.064.925	51,4%	1.064.925	51,4%
31	Vila Verde	M	2.270.277	700.380	1.562.670	559.200	1.040.970	-33,4%	1.003.470	79,4%
32	Loulé	M	20.000	13.436	14.654	14.654	1.016.504	6836,8%	772.349	5170,6%
33	Vila Pouca de Aguiar	P	500.000	500.000	1.303.838	1.287.727	977.396	-25,0%	977.396	-24,1%
34	Odivelas	G	1.080.000	1.080.000	972.000	972.000	972.000	0,0%	972.000	0,0%
35	Funchal	G	770.044	741.294	1.223.750	714.560	875.440	-28,5%	875.440	22,5%

- No Ranking anterior dos 35 municípios com maior despesa em atribuição de subsídios correntes a empresas municipais, continua a aparecer em primeiro lugar o município de Portimão relativamente os montantes comprometidos. Verifica-se contudo que este município apenas paga um valor ínfimo (9%) do montante contratualizado. Até ao momento não foi possível identificar a causa de tal discrepância de números. Assim, considera-se a liderança da lista a partir do município de Sintra, que paga praticamente a totalidade do contratualizado com o sector empresarial local, únicos possíveis destinatários das verbas inscritas nesta rubrica orçamental da despesa.
- Em 2013, treze municípios apresentados no ranking anterior pagaram a totalidade do valor comprometido e a restante maior parte pagou valores muito próximos do montante compromissado. Anota-se que Cascais não pagou qualquer verba desta natureza embora se tenha comprometido com 1.497.618 €. Outra anotação relevante refere-se a Lisboa que comprometeu 12 milhões de euros e só pagou 5,7 milhões, representando este valor uma descida de 50,1% relativamente aos pagamentos efetuados no ano anterior.

2.3.4.4. Despesas com juros e outros encargos financeiros

Voltando a observar a informação prestada no quadro 2.30, considera-se que continua a verificar-se um excesso de despesa comprometida em relação à despesa paga em juros e outros encargos. Sendo esta despesa uma das quais os municípios não poderão deixar de liquidar na totalidade em cada ano económico, não deveria haver compromissos por pagar no final do ano, como transparece nos mapas de controlo de despesa dos municípios. Tal situação resultará do facto de, em sede de prestação de contas, raros municípios procederem à regularização dos saldos das contas orçamentais quando se verifica excesso de valores comprometidos em relação à despesa efetivamente realizada e, neste caso, despesa paga⁹⁹.

Face ao exposto analisar-se-á esta despesa em relação apenas aos pagamentos efetuados e sua evolução.

- Em 2013 o pagamento de juros e outros encargos baixou 21,4 milhões de euros (-14,4%) e o total pago representou 20% do capital amortizado nesse ano.

⁹⁹ Este diferencial de valores resultará, essencialmente, de alterações de taxas de juros no sentido descendente em relação às previsões que libertaram valores compromissados e que não terão sido objeto de retificação, em sede de encerramento de contas.

- Em 2011, 36 municípios apresentaram diminuição da despesa com juros e outros encargos. Esse número foi de 158 municípios em 2012 e de 231 municípios em 2013.

Como complemento à informação já prestada sobre este assunto e antes de se passar para uma análise individual, apresenta-se o quadro resumo de enquadramento do número de municípios em intervalos de valores de despesa com juros e outros encargos financeiros.

Quadro 2.38 – Distribuição do número de municípios por intervalos de valores de despesa com juros e outros encargos financeiros

Despesa com juros e outros encargos financeiros	Número de municípios		
	2011	2012	2013
Superior a 10 M€	1 (Lisboa 13,3 M€)	1 (Lisboa 14,6 M€)	0
Entre 5 e 10 M€	1 (Seia 7,2 M€)	1 (V. N. Gaia 5 M€)	0
Entre 3 e 5 M€	5	7	6
Entre 1 e 3 M€	20	24	26
Entre 0,5 e 1 M€	44	37	32
Entre 0,3 e 0,5 M€	48	46	43
Entre 0,1 e 0,3 M€	110	114	83
Inferior a 0,1 M€	78	77	117
Igual a zero	1 (Penedono)	1 (Penedono)	1 (Penedono)

- O quadro anterior, dos municípios por intervalos de valor de encargos com juros, é revelador da franca diminuição desta despesa. Aliás os valores mais elevados pagos em 2013, situam-se no intervalo entre 3 a 5 milhões e euros. Apenas um município, Penedono, não apresenta despesas com juros e outros encargos financeiros.
- A situação mais flagrante refere-se a Lisboa que, como veremos no Ranking 28 abaixo apresentado, em 2013, baixou os encargos com juros para 3,9 milhões de euros, quando no ano anterior tinha pago 14,6 milhões e euros. Esta descida deve-se ao facto de Lisboa ter procedido a um abate extraordinário de mais de 350 milhões e euros de passivo financeiro em 2012.
- De igual modo, releva-se o facto de o número de municípios com encargos de juros inferiores a 100 mil euros, passar de 77 em 2012, para 117 em 2013.
- Observando as contas de 2013, verificou-se que 231 municípios

baixaram o volume desta despesa e que 86 municípios apresentaram uma taxa de descida desta despesa, igual ou superior a 50%.

- Vila Nova de Gaia, apesar da diminuição do montante pago em juros e outros encargos financeiros em 2013, passou a liderar o Ranking referente à listagem dos municípios com maior despesa desta natureza, fruto da nova situação do município de Lisboa.

- O ranking R28 mostra a evolução da despesa dos juros financeiros pagos por Lisboa nos últimos sete anos e a posição relativa deste município, que deixou de o liderar, passando essa posição para Vila Nova de Gaia. Na terceira posição encontra-se Nazaré, e na 27.ª Vila Franca do Campo posição, ambos municípios de pequena dimensão.

- Em 2013, 7 apresentaram uma taxa de crescimento superior a 100% e 5 apresentaram crescimento superior a 50%. Contudo, na globalidade dos 308 municípios, 17 municípios apresentaram taxa de crescimento de juros superior a 100%.

- 17 municípios apresentaram descida de pagamento de juros, embora alguns com taxas pouco relevantes. Para além do caso de Lisboa já referenciado, anota-se a situação de Loures que apresenta uma descida de 66,1%.

No ranking R29, relativo aos municípios que menos juros e outros encargos financeiros pagaram, apresenta-se um único município, Penedono, sem despesa nesta rubrica.

- O Ranking R29 com os 35 municípios que menos volume de juros têm que pagar apresenta, em 2013, uma descida genericamente significativa de valores em relação a todos os municípios.

Apresentam-se, de seguida, os Rankings (R28 e R29) com os 35 municípios com maior e menor volume de juros e outros encargos financeiros pagos, em 2013, com referência aos juros pagos nos anos anteriores.

R28 - Municípios que apresentam maior volume de juros e outros encargos financeiros pagos em 2013

Unidade: euros

	Município	Dim.	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Variação 12-13
1	Vila Nova de Gaia	G	7.932.127	10.630.405	7.758.917	4.049.337	4.007.829	5.010.170	4.131.821	-17,5%
2	Portimão	M	689.369	1.095.560	1.436.553	1.620.573	3.594.039	4.689.736	4.118.447	-12,2%
3	Nazaré	P	193.902	102.222	677.918	374.920	507.926	669.894	4.028.449	501,4%
4	Lisboa	G	19.806.726	25.035.477	26.012.173	12.948.835	13.273.868	14.621.842	3.905.089	-73,3%
5	Valongo	M	630.143	855.599	476.548	286.604	377.547	254.112	3.405.893	1240,3%
6	Porto	G	5.452.370	6.623.415	5.633.119	3.386.407	3.778.373	3.714.976	3.351.356	-9,8%
7	Seia	M	1.804.694	1.878.160	1.764.955	1.113.214	7.233.078	3.506.350	2.909.591	-17,0%
8	Oeiras	G	798.727	1.273.753	721.966	420.323	779.592	728.737	2.636.266	261,8%
9	Évora	M	1.891.875	2.079.831	1.628.345	1.064.485	1.670.912	1.898.239	2.531.046	33,3%
10	Loulé	M	1.088.748	1.375.619	642.431	454.696	969.565	1.039.919	2.507.780	141,2%
11	Santarém	M	1.481.692	2.019.999	1.754.246	804.106	1.365.686	1.418.080	2.312.329	63,1%
12	Figueira da Foz	M	1.967.348	2.141.537	1.449.155	1.163.262	2.271.148	3.356.177	2.091.588	-37,7%
13	Sintra	G	2.078.454	2.392.235	2.209.201	836.071	3.790.258	3.760.469	2.038.721	-45,8%
14	Fundão	M	827.425	1.338.690	1.101.706	726.747	1.751.081	1.687.998	1.947.998	15,4%
15	Seixal	G	1.495.727	1.245.946	2.369.298	723.913	875.815	1.399.203	1.911.162	36,6%
16	VR Santo António	P	271.561	381.484	539.531	802.365	1.253.719	1.953.422	1.897.059	-2,9%
17	Guarda	M	1.215.387	1.353.624	1.307.079	1.003.362	909.206	1.076.991	1.795.407	66,7%
18	Trofa	M	522.869	765.608	534.975	447.908	512.498	649.893	1.717.853	164,3%
19	Santa Maria da Feira	G	1.205.206	1.386.402	1.327.716	696.191	752.898	1.111.348	1.689.608	52,0%
20	Loures	G	2.322.674	4.202.597	1.455.816	612.703	1.336.327	4.726.512	1.600.050	-66,1%
21	Ílhavo	M	1.400.050	1.091.649	1.248.270	427.329	682.230	1.512.403	1.448.477	-4,2%
22	Odivelas	G	2.156.699	3.212.044	1.699.253	765.283	873.840	1.205.041	1.405.824	16,7%
23	Paços de Ferreira	M	477.194	799.351	1.061.412	818.849	1.020.256	1.413.102	1.359.425	-3,8%
24	Mirandela	M	400.809	791.247	859.082	383.210	482.050	733.021	1.356.727	85,1%
25	Faro	M	1.750.891	2.015.138	1.265.557	814.578	1.241.180	1.455.592	1.351.053	-7,2%
26	Vila do Conde	M	2.964.653	2.615.661	2.301.710	741.091	834.244	683.988	1.201.995	75,7%
27	Vila Franca do Campo	P	838.496	834.440	877.863	399.035	542.525	1.744.350	1.172.693	-32,8%
28	Lamego	M	266.193	473.333	420.667	256.804	367.244	427.157	1.165.890	172,9%
29	Sesimbra	M	688.254	656.650	635.851	371.139	649.966	796.457	1.119.866	40,6%
30	Funchal	G	1.296.730	1.511.212	1.289.499	1.117.497	1.491.706	1.060.296	1.059.341	-0,1%
31	Maia	G	3.669.553	3.613.409	2.554.011	1.833.257	1.751.285	1.415.641	1.054.313	-25,5%
32	Cascais	G	424.339	911.007	709.930	580.088	992.065	1.449.103	1.044.415	-27,9%
33	Lagos	M	498.833	661.979	523.007	239.027	914.335	780.112	952.545	22,1%
34	Torres Novas	M	1.148.033	1.372.582	871.161	419.460	720.174	590.268	879.511	49,0%
35	Ribeira Grande	M	772.345	738.069	513.550	230.994	302.528	347.020	870.158	150,8%

R29 - Municípios que apresentam menor volume de juros e outros encargos financeiros pagos em 2013

Unidade: euros

	Município	Dim.	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Variação 12-13
1	Penedono	P	0	0	0	0	0	0	0	-
2	Ponte de Sor	P	72.091	69.172	26.342	10.292	12.739	78.235	2.632	-96,6%
3	Penacova	P	57.758	58.471	35.504	23.305	56.267	28.350	2.896	-89,8%
4	Pampilhosa da Serra	P	85.941	90.596	49.989	16.592	17.921	13.366	3.608	-73,0%
5	Redondo	P	2.865	0	329	4.867	11.280	14.178	4.206	-70,3%
6	Castelo de Vide	P	72.436	89.144	48.756	16.439	17.182	15.596	5.494	-64,8%
7	Alvito	P	68.997	73.568	70.180	24.223	20.139	20.657	6.416	-68,9%
8	Corvo	P	66.276	84.777	48.315	16.612	21.683	18.626	6.494	-65,1%
9	Alcoutim	P	111.993	97.986	76.122	26.166	26.310	23.001	7.137	-69,0%
10	Porto Santo	P	48.846	98.894	37.708	13.651	19.548	17.461	7.527	-56,9%
11	Vila do Porto	P	64.975	68.955	46.599	19.092	20.160	16.987	7.849	-53,8%
12	Lajes das Flores	P	33.888	39.105	37.456	27.976	31.404	22.186	8.547	-61,5%
13	Marvão	P	21.667	44.696	44.415	16.283	21.435	22.716	8.744	-61,5%
14	Murtosa	P	50.190	52.948	17.935	15.363	24.109	14.862	9.296	-37,4%
15	Vila Velha de Ródão	P	71.133	75.846	90.216	34.490	22.307	24.097	10.462	-56,6%
16	Santa Cruz das Flores	P	61.246	65.215	45.615	19.583	21.552	22.607	10.501	-53,5%
17	Viana do Alentejo	P	53.076	53.367	31.318	11.137	17.441	29.895	11.468	-61,6%
18	Arronches	P	42.399	65.237	115.290	29.160	32.658	30.351	12.217	-59,7%
19	Velas	P	271.855	282.057	180.095	283.093	389.071	51.054	14.476	-71,6%
20	Sátão	P	197.056	207.207	110.388	41.155	44.428	33.574	15.298	-54,4%
21	Ponte de Lima	M	45.270	104.458	60.167	18.850	20.932	19.583	16.192	-17,3%
22	Ponta do Sol	P	656.048	431.973	138.157	40.482	401.631	200.517	16.731	-91,7%
23	Cinfães	P	49.286	63.595	29.337	10.565	15.262	33.981	16.862	-50,4%
24	Mealhada	M	226.697	241.744	165.797	53.712	57.678	45.871	18.156	-60,4%
25	São Roque do Pico	P	88.067	85.108	61.400	18.988	26.268	31.328	18.407	-41,2%
26	São Brás de Alportel	P	75.691	95.131	93.743	41.512	55.928	50.954	18.709	-63,3%
27	Gavião	P	34.376	49.430	84.186	35.136	42.010	36.554	18.892	-48,3%
28	Penalva do Castelo	P	198.049	222.903	160.315	54.953	58.682	53.607	19.757	-63,1%
29	Alcácer do Sal	P	55.226	56.172	46.616	16.905	103.429	47.888	19.771	-58,7%
30	Alter do Chão	P	52.632	69.838	54.786	28.938	29.651	31.624	20.395	-35,5%
31	Benavente	M	141.507	146.058	107.226	59.484	74.085	66.453	20.571	-69,0%
32	Vila Flor	P	131.238	163.722	141.975	41.532	54.295	51.350	20.751	-59,6%
33	Golegã	P	46.201	71.812	50.811	30.487	56.604	26.678	21.107	-20,9%
34	Sernancelhe	P	148.957	169.695	153.785	50.187	54.607	49.868	22.632	-54,6%
35	Proença-a-Nova	P	67.435	80.772	43.116	25.462	65.571	66.083	22.860	-65,4%

2.3.4.5. Despesas com Investimentos e transferências de capital

No ponto 2.3.3 já foram referidas as questões consideradas relevantes que se ofereciam dizer em relação relativamente às despesas de investimento. Todavia como neste ponto se vão apresentar listagens hierarquizadas desta despesa, particularizando assim situações de municípios, relembram-se aqui alguns dados em relação a 2013:

- A Despesa com Investimento em 2013 executada pelos serviços municipais¹⁰⁰ totalizou 2,3 mil milhões de euros (-259,7 milhões que em 2012, -9,9%), tendo sido pagos 1,6 mil milhões de euros (67,9% da despesa realizada, isto é, mais 9,1% que no ano anterior).
- Concluindo: o **volume de investimento diminuiu na globalidade**, apesar de 93 municípios terem apresentado aumento desta despesa, o **volume de pagamentos aumentou em 61,8 milhões de euros (+4%)**. O aumento da receita global foi de apenas 91,4 milhões de euros e entretanto outras despesas aumentaram também exigindo maior consumo de pagamentos, como as despesa com pessoal (+157,2 milhões de euros) e a despesa em aquisições de bens e serviços (+207,6 milhões de euros).

Da informação prestada nas contas de 2011, 2012 e 2013, apresenta-se o seguinte quadro resumo de enquadramento do número de municípios em intervalos de valores de despesa com aquisição de bens de capital (investimentos), como já se referiu executada apenas pelos serviços da própria Câmara, pois não há informação sobre a consolidação desta despesa em todo o sector municipal, com a inclusão do sector empresarial local.

Quadro 2.39 – Distribuição dos valores da despesa com investimentos (aquisição de bens e serviços)

Despesa com Investimento	Número de municípios		
	2011	2012	2013
Superior a 100 M€	0	0	1
Entre 50 e 100 M€	6	3	0
Entre 40 e 50 M€	2	1	4
Entre 30 e 40 M€	7	8	5
Entre 20 e 30 M€	20	11	10
Entre 10 e 20 M€	64	53	46
Entre 5 e 10 M€	104	93	71
Entre 1 e 5 M€	102	128	155
Entre 0,5 e 1 M€	1	9	11
Inferior a 0,5 M€	2	2	5

- Entre 2011 e 2013 baixou de 6 para 1 o número de municípios com investimentos superiores a 50 milhões. No grupo de municípios com maior nível de investimento, o município Lisboa foi a exceção, tendo aumentado o seu volume de investimentos de 90,6 milhões de euros para 134,3 milhões de euros (+48,2%) como se poderá apreciar no Ranking 32, infra apresentado.
- Diminuiu o número de municípios incluídos nos intervalos de maior investimento e aumentou o número de municípios incluídos nos níveis de menor volume de investimento passando de 139 para 171 os municípios com investimento inferior a 5 milhões.

Apresentam-se, de seguida, os Rankings (R30 e R31) dos 35 municípios com maior e menor volume de investimento realizado em 2013. Contudo, dada a profusão de empresas municipais que executam, por delegação de competências, investimentos em substituição dos municípios, e ainda, o facto de existirem juntas de freguesia às quais foi também delegada competências para executar investimentos da responsabilidade do município, entende-se apresentar de seguida mais dois rankings homólogos aos rankings R32 e R33, os Rankings 34 e 35, nos quais se adicionam às despesas de investimento do município, as transferências de capital por estas efetuadas, sendo que haverá montantes transferidos que poderão não ser aplicados

¹⁰⁰ Os valores apresentados não incluem os investimentos realizados pelo sector empresarial local, mas apenas os que foram levados a efeito pelos serviços das câmaras municipais.

em investimentos. Face ao baixo peso das transferências de capital (pagas) em relação à despesa total realizada pelo município, entendeu-se não considerar o eventual valor de transferências que não foi aplicado em formação bruta de capital ou o que o sendo foi aplicado por privados que obtiveram apoio (subsídio) para iniciativas da sua estrita responsabilidade, mas consideradas de interesse público.

Reitera-se que com este cômputo não se estará, ainda, a apresentar os valores de investimento total do município, pois há muitas empresas do sector empresarial local, nomeadamente as empresas de água e saneamento, que realizam investimentos prescindindo das transferências do município, ou porque têm capacidade de auto financiamento (muito provavelmente, a totalidade das empresas de água e saneamento) ou, porque se candidataram diretamente a fundos comunitários. Por isso será redutor induzir que com o alargamento do valor da aquisição de bens de capital às transferências de capital se abrange o leque total de investimentos municipais.

- De assinalar, para além de Lisboa já referida no parágrafo anterior, **pela positiva o caso do município do Porto que aumentou o seu investimento direto em 642,5%, passando de 6,3 milhões em 2012 para 47,5 milhões de euros em 2013.** A consolidação financeira que este município desenvolveu, retratada nos anteriores anuários, permitiu o aumento desta despesa, ainda com maior impacto pois o município continuou a manter em funcionamento as empresas municipais que executam obras de investimento, nomeadamente na habitação social e espaço público urbano.
- Pela positiva, relavam-se, ainda, os municípios do Fundão, Sintra e Vila Real de Santo António, os quais apresentaram aumento de investimento, respetivamente em +54,8% (+14,5 milhões de euros), +59,6% (+6,8 milhões de euros) e +80,6% (+ 6,8 milhões de euros).
- Pela negativa apresenta-se os municípios de Vila Nova de Gaia, que baixou o investimento em 32,7% (-19,4 milhões de euros), Matosinhos com menos 29,7% (-9,7 milhões de euros) e Loulé com -27,6% (-19,4 milhões de euros).
- Com a exceção de Alpiarça, todos os municípios incluídos na lista apresentam uma diminuição e, na maioria dos casos, bastante significativa do valor do investimento realizado.

Apresentam-se de seguida os rankings homólogos (R32 e R33) com os quais se pretende refletir as despesas de investimento realizadas diretamente pelos municípios adicionadas com as transferências de capital, os quais se destinarão (pelo menos do ponto de vista formal e legal, através de contratos programa) a ser aplicados em investimentos de interesse público os investimentos públicos (caso de transferências para as freguesias), pelas entidades beneficiadas. No nosso entender os valores apresentados no ranking R32, refletirão melhor o esforço financeiro do orçamento municipal em áreas de investimento sem, contudo, refletirem o total do investimento municipal que, como se disse, é também realizado pelas empresas municipais. Nos grandes municípios o maior volume de investimento realizar-se-á através desses interfaces municipais.

No Capítulo 4 reservado ao sector empresarial local poder-se-á verificar a afetação dos recursos municipais à formação bruta de capital e melhor concluir sobre a ação de cada município nesta área, bem como obter em valores globais o esforço dos municípios em despesa de investimento.

Para já e com os fundamentos já alegados, apresentam-se as listagens dos 35 municípios com maior volume de despesa resultante da soma do valor da rubrica de aquisição de bens de capital com o valor das transferências de capital e dos 35 municípios com menor volume destas duas despesa adicionadas.

R30 – Municípios que apresentam maior volume de investimentos (aquisição de bens de capital) em 2013¹⁰¹

Unidade: euros

Município	Dim.	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Variação 12-13
1 Lisboa	G	107.313.086	43.317.932	84.871.171	117.304.505	70.274.902	90.586.646	134.292.937	48,2%
2 Paredes	M	23.329.519	28.851.028	45.982.197	63.032.103	75.866.070	68.967.310	48.716.586	-29,4%
3 Porto	G	7.507.335	8.860.813	8.378.556	31.094.439	7.116.111	6.397.422	47.498.289	642,5%
4 Pombal	M	15.828.279	14.875.875	21.210.147	23.780.983	25.657.852	31.792.528	44.353.401	39,5%
5 Fundão	M	57.326.665	28.767.011	31.792.234	24.373.843	22.249.764	26.618.493	41.202.001	54,8%
6 Vila Nova de Gaia	G	90.304.242	49.479.252	56.279.004	46.763.566	61.307.467	59.272.917	39.869.474	-32,7%
7 Braga	G	26.144.045	25.330.373	26.980.241	17.143.964	14.435.274	25.056.789	32.382.872	29,2%
8 Santa Maria da Feira	G	48.258.346	49.817.272	46.741.263	41.569.747	41.387.028	35.091.368	32.133.246	-8,4%
9 Portimão	M	19.196.184	27.053.327	25.828.570	34.619.355	36.138.970	34.125.497	31.667.724	-7,2%
10 Setúbal	G	18.469.686	14.549.740	15.433.862	25.354.627	30.522.429	34.667.152	31.083.182	-10,3%
11 Loulé	M	48.661.603	57.389.846	104.427.506	80.233.061	64.360.812	41.385.918	29.954.650	-27,6%
12 Castelo Branco	M	26.125.929	49.930.625	27.920.258	25.543.653	23.332.617	33.121.890	28.153.283	-15,0%
13 Vila Franca de Xira	G	23.702.875	32.745.047	27.711.046	26.793.211	20.136.229	21.581.362	25.828.420	19,7%
14 Oeiras	G	49.206.354	63.251.366	49.426.043	47.135.842	41.145.536	28.689.614	25.809.960	-10,0%
15 Penafiel	M	33.729.760	29.565.132	33.837.617	32.180.614	23.490.182	28.372.854	25.062.014	-11,7%
16 Funchal	G	43.368.107	33.621.522	32.375.846	39.469.434	36.601.565	27.688.871	23.956.232	-13,5%
17 Espinho	M	10.163.934	9.236.904	9.681.657	9.313.386	12.587.481	18.617.945	23.294.274	25,1%
18 Matosinhos	G	27.576.975	36.694.244	38.694.029	57.482.364	57.944.453	32.684.125	22.971.709	-29,7%
19 Cascais	G	29.845.373	38.458.895	61.193.255	44.068.049	34.197.025	26.636.466	21.809.147	-18,1%
20 Santo Tirso	M	12.028.771	11.524.807	17.957.482	16.923.429	25.303.781	21.537.213	20.414.676	-5,2%
21 Trofa	M	15.633.410	10.295.721	11.953.422	15.516.914	16.675.375	15.908.463	19.947.678	25,4%
22 Viana do Castelo	M	26.227.097	29.534.395	31.015.443	29.306.586	18.747.213	21.718.823	19.803.663	-8,8%
23 Coimbra	G	25.004.848	21.351.526	24.785.982	22.003.282	25.929.659	16.889.943	19.617.228	16,1%
24 Nazaré	P	10.908.630	11.987.650	16.116.009	16.808.395	20.120.817	19.753.829	19.308.183	-2,3%
25 Gondomar	G	24.341.305	34.811.093	43.724.145	29.794.593	38.204.564	16.231.933	18.494.268	13,9%
26 Chaves	M	23.748.782	22.983.018	25.224.152	25.913.266	21.436.563	21.936.378	18.304.978	-16,6%
27 Sintra	G	43.163.363	37.774.317	45.952.190	47.349.900	27.057.882	11.450.592	18.248.741	59,4%
28 Vizela	M	7.558.063	4.596.448	7.105.262	11.439.059	17.966.608	15.416.085	18.226.036	18,2%
29 Santarém	M	19.318.433	25.692.754	38.276.755	18.490.617	18.443.113	14.165.372	18.103.488	27,8%
30 Anadia	M	4.347.245	13.224.092	13.482.044	9.193.969	9.265.125	14.537.635	17.919.294	23,3%
31 Sesimbra	M	13.887.485	17.539.962	18.503.070	16.320.927	16.215.887	17.439.950	17.897.780	2,6%
32 Oliveira do Bairro	M	12.006.565	11.916.960	16.792.014	15.546.075	15.555.608	13.497.900	16.927.231	25,4%
33 VR Santo António	P	14.409.122	17.361.597	14.074.760	12.543.879	10.235.253	9.248.750	16.704.457	80,6%
34 Águeda	M	8.540.302	6.581.673	9.264.783	12.100.808	12.159.871	19.906.690	16.082.079	-19,2%
35 Felgueiras	M	14.359.791	13.090.342	27.296.824	23.018.719	23.576.530	19.734.726	15.983.173	-19,0%

¹⁰¹ Não inclui o investimento realizado pelo sector empresarial local.

R31 – Municípios que apresentam menor volume de investimentos (aquisição de bens de capital) em 2013

Unidade: euros

	Município	Dim.	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Variação 12-13
1	Castanheira de Pêra	P	7.989.262	8.015.206	7.863.607	7.691.523	7.035.912	3.972.326	158.748	-96,0%
2	Mourão	P	2.028.378	3.154.834	2.911.271	587.957	306.435	232.985	268.586	15,3%
3	Barrancos	P	2.859.831	3.187.482	2.186.822	908.255	482.146	303.542	321.782	6,0%
4	Fornos de Algodres	P	9.080.559	4.542.428	1.683.644	15.148.001	2.121.920	678.745	472.468	-30,4%
5	Alvito	P	2.035.568	2.312.534	4.125.747	3.216.714	2.653.344	954.008	494.007	-48,2%
6	Calheta (R. A. A.)	P	6.558.057	6.951.799	6.278.975	1.700.177	1.116.152	992.966	527.598	-46,9%
7	Sobral Monte Agraço	P	2.175.223	1.105.889	2.756.404	1.987.242	2.323.238	992.953	616.870	-37,9%
8	Figueira C Rodrigo	P	4.295.215	3.635.919	3.018.178	2.524.557	4.173.758	1.773.426	621.753	-64,9%
9	Vila do Porto	P	2.011.224	2.464.307	3.307.145	1.093.057	1.437.175	1.359.675	670.180	-50,7%
10	São Roque do Pico	P	1.135.006	1.156.844	3.651.754	3.975.630	2.697.230	754.810	703.649	-6,8%
11	Monforte	P	3.861.653	3.719.643	3.376.631	1.097.138	2.202.665	951.040	770.346	-19,0%
12	Cuba	P	938.950	2.277.625	1.163.697	1.583.341	2.401.034	2.242.171	822.778	-63,3%
13	Velas	P	3.460.783	4.134.089	4.355.100	3.904.084	2.282.532	1.447.220	860.953	-40,5%
14	Figueiró dos Vinhos	P	3.533.687	2.871.176	3.800.617	3.623.162	3.063.467	2.001.227	863.325	-56,9%
15	Sardoal	P	1.635.393	2.363.881	2.369.637	1.296.596	1.211.155	880.238	897.852	2,0%
16	Alter do Chão	P	3.398.684	2.303.347	2.065.681	2.095.684	5.074.249	3.273.837	945.995	-71,1%
17	Redondo	P	1.577.215	3.455.013	5.436.150	5.623.228	4.136.151	2.134.533	1.073.530	-49,7%
18	Montijo	M	8.120.203	8.627.395	8.912.682	10.131.213	4.275.111	3.209.874	1.085.104	-66,2%
19	Azambuja	M	8.390.734	10.343.831	4.546.718	3.696.489	3.335.830	1.495.663	1.116.550	-25,3%
20	Mondim de Basto	P	5.272.861	3.939.267	3.525.690	14.557.418	5.179.848	2.861.863	1.129.779	-60,5%
21	Ferreira do Zêzere	P	4.128.605	3.272.192	7.697.694	8.297.145	7.488.781	3.106.572	1.161.381	-62,6%
22	Constância	P	1.741.568	2.124.084	3.624.068	2.668.406	2.966.367	3.254.601	1.228.659	-62,2%
23	Ponta do Sol	P	6.948.322	7.410.485	5.653.142	4.570.062	3.786.637	1.345.653	1.251.198	-7,0%
24	Murça	P	3.606.153	2.994.365	4.267.284	5.241.936	4.638.974	1.622.639	1.271.611	-21,6%
25	São Brás de Alportel	P	5.368.792	6.001.650	3.423.505	3.249.795	817.752	1.294.908	1.335.788	3,2%
26	Seia	M	11.027.850	9.909.695	13.480.406	11.468.523	26.554.480	4.128.216	1.352.838	-67,2%
27	Vila de Rei	P	6.012.416	6.851.103	6.817.798	5.394.029	3.808.110	1.591.671	1.374.952	-13,6%
28	Povoação	P	3.765.990	2.409.165	4.334.413	4.012.551	3.017.547	1.393.880	1.393.323	0,0%
29	Tarouca	P	7.828.570	8.256.943	10.437.189	10.111.290	6.905.380	3.040.617	1.404.685	-53,8%
30	Mora	P	6.320.415	4.470.449	3.191.964	2.919.990	2.752.561	1.843.550	1.449.784	-21,4%
31	Porto Moniz	P	0	4.092.314	6.999.815	5.619.093	2.912.876	1.554.576	1.483.112	-4,6%
32	Cadaval	P	5.618.646	5.415.563	4.987.928	4.771.236	5.489.055	3.063.293	1.519.632	-50,4%
33	Mesão Frio	P	3.026.530	2.652.270	3.985.288	5.789.493	3.355.079	3.212.178	1.525.347	-52,5%
34	Porto Santo	P	6.929.096	1.703.718	4.620.861	3.524.646	3.067.505	1.581.145	1.540.543	-2,6%
35	Alpiarça	P	3.738.630	3.900.662	4.218.849	4.050.969	3.747.424	738.590	1.575.927	113,4%

R32 – Municípios que apresentam maior soma de valor de investimentos* com transferências de capital**, em 2013

Unidade: euros

Município	Dim.	2012			2013			Variação 12-13	
		Transf. Capital (pago)	Investimentos	Transf. Cap. + Investimentos	Transf. Capital (pago)	Investimentos	Transf. Cap. + Investimentos		
1	Lisboa	G	9.282.381	90.586.646	99.869.027	5.623.385	134.292.937	139.916.322	40,1%
2	Vila Nova de Gaia	G	7.663.738	59.272.917	66.936.655	12.909.495	39.869.474	52.778.970	-21,2%
3	Porto	G	19.345.796	6.397.422	25.743.218	1.844.202	47.498.289	49.342.492	91,7%
4	Paredes	M	422.627	68.967.310	69.389.937	431.268	48.716.586	49.147.854	-29,2%
5	Pombal	M	2.416.682	31.792.528	34.209.210	1.810.316	44.353.401	46.163.717	34,9%
6	Fundão	M	1.757.477	26.618.493	28.375.971	2.441.277	41.202.001	43.643.279	53,8%
7	Braga	G	14.049.151	25.056.789	39.105.940	5.854.671	32.382.872	38.237.543	-2,2%
8	Santa Maria da Feira	G	2.012.160	35.091.368	37.103.528	3.360.441	32.133.246	35.493.687	-4,3%
9	Loulé	M	3.586.136	41.385.918	44.972.054	5.285.196	29.954.650	35.239.846	-21,6%
10	Castelo Branco	M	3.910.039	33.121.890	37.031.929	5.807.524	28.153.283	33.960.808	-8,3%
11	Portimão	M	402.442	34.125.497	34.527.939	679.864	31.667.724	32.347.588	-6,3%
12	Setúbal	G	94.808	34.667.152	34.761.960	207.992	31.083.182	31.291.173	-10,0%
13	Oeiras	G	1.798.744	28.689.614	30.488.357	1.781.191	25.809.960	27.591.151	-9,5%
14	Penafiel	M	1.286.654	28.372.854	29.659.508	1.516.809	25.062.014	26.578.823	-10,4%
15	Cascais	G	5.870.300	26.636.466	32.506.766	4.766.998	21.809.147	26.576.145	-18,2%
16	Vila Franca de Xira	G	2.808.633	21.581.362	24.389.995	534.258	25.828.420	26.362.679	8,1%
17	Barcelos	G	7.218.057	17.066.043	24.284.100	11.211.943	14.709.009	25.920.952	6,7%
18	Matosinhos	G	6.704.281	32.684.125	39.388.406	2.397.454	22.971.709	25.369.163	-35,6%
19	Viana do Castelo	M	4.776.778	21.718.823	26.495.601	4.777.792	19.803.663	24.581.456	-7,2%
20	Espinho	M	549.605	18.617.945	19.167.550	1.124.118	23.294.274	24.418.392	27,4%
21	Funchal	G	414.117	27.688.871	28.102.988	232.350	23.956.232	24.188.582	-13,9%
22	Trofa	M	802.092	15.908.463	16.710.555	3.320.021	19.947.678	23.267.698	39,2%
23	VN Famalicão	G	5.650.956	22.805.487	28.456.443	7.428.613	15.419.399	22.848.012	-19,7%
24	Coimbra	G	3.568.149	16.889.943	20.458.092	3.142.224	19.617.228	22.759.452	11,2%
25	Santo Tirso	M	2.402.140	21.537.213	23.939.353	2.176.160	20.414.676	22.590.836	-5,6%
26	Santarém	M	409.527	14.165.372	14.574.899	4.024.507	18.103.488	22.127.995	51,8%
27	Sintra	G	7.652.830	11.450.592	19.103.422	3.248.916	18.248.741	21.497.657	12,5%
28	Gondomar	G	1.255.153	16.231.933	17.487.087	1.558.318	18.494.268	20.052.586	14,7%
29	Chaves	M	1.071.966	21.936.378	23.008.345	1.165.373	18.304.978	19.470.351	-15,4%
30	Nazaré	P	3.020	19.753.829	19.756.849	12.000	19.308.183	19.320.183	-2,2%
31	Vizela	M	551.294	15.416.085	15.967.379	510.954	18.226.036	18.736.991	17,3%
32	Anadia	M	1.181.500	14.537.635	15.719.135	803.547	17.919.294	18.722.841	19,1%
33	Sesimbra	M	436.750	17.439.950	17.876.700	758.803	17.897.780	18.656.582	4,4%
34	Vila do Conde	M	714.114	16.179.066	16.893.180	3.158.829	14.790.240	17.949.069	6,3%
35	Oliveira do Bairro	M	1.004.638	13.497.900	14.502.538	954.490	16.927.231	17.881.721	23,3%

* Montantes compromissados em Aquisição de bens de capital; ** Montantes pagos em transferências de capital

R33 – Municípios que apresentam menor soma de valor de investimentos com transferências de capital, em 2013

Unidade: euros

Município	Dim.	2012			2013			Variação 12-13	
		Transf. Capital (pago)	Investimentos	Transf. Cap. + Investimentos	Transf. Capital (pago)	Investimentos	Transf. Cap. + Investimentos		
1	Castanheira de Pêra	P	93.091	3.972.326	4.065.417	39.000	158.748	197.748	-95,1%
2	Mourão	P	10.541	232.985	243.526	22.146	268.586	290.732	19,4%
3	Fornos de Algodres	P	8.976	678.745	687.721	33.294	472.468	505.762	-26,5%
4	Alvito	P	24.481	954.008	978.489	12.800	494.007	506.807	-48,2%
5	Barrancos	P	193.471	303.542	497.013	289.194	321.782	610.976	22,9%
6	Calheta (R. A. A.)	P	10.150	992.966	1.003.116	93.537	527.598	621.135	-38,1%
7	Sobral Monte Agraço	P	173.048	992.953	1.166.001	171.664	616.870	788.534	-32,4%
8	Monforte	P	24.762	951.040	975.802	20.268	770.346	790.614	-19,0%
9	Cuba	P	81.047	2.242.171	2.323.217	68.067	822.778	890.844	-61,7%
10	Sardoal	P	67.737	880.238	947.975	50.837	897.852	948.689	0,1%
11	Vila do Porto	P	524.161	1.359.675	1.883.836	333.500	670.180	1.003.680	-46,7%
12	Figueiró dos Vinhos	P	300.833	2.001.227	2.302.060	155.000	863.325	1.018.326	-55,8%
13	Redondo	P	1.365	2.134.533	2.135.898	9.048	1.073.530	1.082.578	-49,3%
14	F Castelo Rodrigo	P	679.808	1.773.426	2.453.234	525.100	621.753	1.146.853	-53,3%
15	Montijo	M	72.240	3.209.874	3.282.114	95.235	1.085.104	1.180.339	-64,0%
16	Ferreira do Zêzere	P	106.867	3.106.572	3.213.438	121.308	1.161.381	1.282.690	-60,1%
17	Alter do Chão	P	220.875	3.273.837	3.494.712	341.498	945.995	1.287.493	-63,2%
18	Mondim de Basto	P	115.210	2.861.863	2.977.073	157.813	1.129.779	1.287.592	-56,7%
19	Ponta do Sol	P	121.500	1.345.653	1.467.153	142.500	1.251.198	1.393.698	-5,0%
20	Vila de Rei	P	14.800	1.591.671	1.606.471	55.016	1.374.952	1.429.968	-11,0%
21	São Brás de Alportel	P	73.824	1.294.908	1.368.732	94.361	1.335.788	1.430.149	4,5%
22	Velas	P	680.442	1.447.220	2.127.662	579.653	860.953	1.440.606	-32,3%
23	Murça	P	155.883	1.622.639	1.778.522	189.542	1.271.611	1.461.153	-17,8%
24	Porto Moniz	P	225.819	1.554.576	1.780.395	10.718	1.483.112	1.493.830	-16,1%
25	São Roque do Pico	P	759.028	754.810	1.513.838	793.023	703.649	1.496.672	-1,1%
26	Constância	P	114.906	3.254.601	3.369.508	271.915	1.228.659	1.500.575	-55,5%
27	Porto Santo	P	10.000	1.581.145	1.591.145	0	1.540.543	1.540.543	-3,2%
28	Mesão Frio	P	5.492	3.212.178	3.217.670	35.449	1.525.347	1.560.796	-51,5%
29	Alpiarça	P	0	738.590	738.590	0	1.575.927	1.575.927	113,4%
30	Mora	P	16.049	1.843.550	1.859.599	162.595	1.449.784	1.612.379	-13,3%
31	Tarouca	P	219.510	3.040.617	3.260.127	224.687	1.404.685	1.629.372	-50,0%
32	Cadaval	P	135.602	3.063.293	3.198.895	141.614	1.519.632	1.661.246	-48,1%
33	Vila Velha de Ródão	P	207.080	4.130.911	4.337.991	104.219	1.614.310	1.718.529	-60,4%
34	Corvo	P	18.499	1.707.173	1.725.672	31.218	1.700.458	1.731.677	0,3%
35	Arruda dos Vinhos	P	124.290	2.492.016	2.616.306	113.167	1.656.092	1.769.259	-32,4%

2.3.4.6. Amortização de empréstimos: passivos financeiros

À semelhança da análise efetuada para a despesa com juros e encargos financeiros, esta despesa será particularizada apenas na óptica dos pagamentos efetuados, pois, também em relação a estes encargos, os municípios não poderão encerrar o ano económico com dívidas desta natureza. Também em relação a esta rubrica orçamental se considera que o excesso de compromissos sobre a despesa paga, conforme se verifica no quadro 2.30, resultará do facto de em sede de prestação de contas, raros municípios procederem à regularização dos saldos das contas orçamentais quando se verifica excesso de valores compromissados em relação à despesa efetivamente realizada, que neste caso será a despesa paga. Assim, pela apreciação das contas, pode-se concluir:

- Em 2013, o sector municipal amortizou¹⁰² 634 milhões de euros, mais 28,8% (-256,1 milhões de euros) que no ano anterior. Esta grande diferença em termos globais deve-se, essencialmente, ao facto de ter havido uma amortização de capital extraordinária de +275,5 milhões de euros em 2012 protagonizada pelo município de Lisboa, conforme se atesta pela observação tanto do Ranking 36, como pelo Quadro 2.40.

- Apesar de ser uma despesa com um enorme significado em termos de gestão financeira municipal e com implicações políticas fortes, tem um peso relativamente pequeno no orçamento municipal, representando 8,2% dos pagamentos efetuados em 2013, e 6,7% da despesa realizada. Esta despesa reveste um enorme significado pois o volume de amortizações efetuada em cada ano será determinante para a definição anual da capacidade de financiamento bancário de médio e longo prazo do sector municipal.

- Em 2013, 210 municípios aumentaram o volume de amortização de empréstimos. Dos 35 municípios que realizaram maior amortização em 2013 e que constam do Ranking anterior, 9 apresentaram taxa de crescimento superior a 50%. Observando o universo dos municípios, outros 41 municípios apresentaram uma taxa de esforço de aumento de amortização da dívida igual ou superior a 50%. São de assinalar: Águeda, Alenquer, Armamar, Batalha, Cantanhede, Crato, Entroncamento, Estremoz, Figueiró dos Vinhos, Fornos de Algodres, Lagos, Madalena, Mealhada, Meda, Mondim

de Basto, Mourão, Murça, Nelas, Nordeste, Óbidos, Oleiros, Paços de Ferreira, Peniche, Ponte de Lima, Porto de Mós, Porto Moniz, Ribeira Brava, Sabugal, Salvaterra de Magos, São Roque do Pico, Seia, Sever do Vouga, Tábua, Tabuaço, Torre de Moncorvo, Vila do Bispo, Vila Nova de Poiares, Vila Real, Vinhais e Vouzela.

- Pelo peso que têm na totalidade do sector municipal importa destacar quais os municípios de grande dimensão que apresentaram diminuição no volume de amortizações de capital, para além dos apresentados no Ranking 36. Foram eles Barcelos, Cascais, Coimbra, Gondomar, Lisboa, Loures, Odivelas, Seixal, Setúbal e Sintra. Da informação prestada nas contas de 2011, 2012 e 2013 apresenta-se o seguinte quadro resumo de enquadramento do número de municípios, em intervalos de valores de amortizações de empréstimos bancários.

Quadro 2.40 – Número de municípios por intervalo de valores das amortizações de empréstimos bancários

Amortização de empréstimos bancários (passivos financeiros)	Número de municípios		
	2011	2012	2013
Superior a 50 M€	1 (Lisboa 96,2 M€)	1 (Lisboa 345,3 M€)	1 (Lisboa 69,8 M€)
Entre 20 e 50 M€	1 (V.N. Gaia 23,8 M€)	2 (Sintra e V.N. Gaia)	1 (V.N. Gaia 25 M€)
Entre 10 e 20 M€	4	4	8
Entre 5 e 10 M€	19	19	18
Entre 1 e 5 M€	109	109	117
Entre 0,5 e 1 M€	78	83	86
Inferior a 0,5 M€	95	89	76
Igual a zero	1(Penedono)	1 (Penedono)	1 (Penedono)

- O mais relevante neste quadro é a situação de Lisboa que já foi justificada nos parágrafos anteriores, e ainda o facto de mais 4 municípios¹⁰³, em relação 2012, terem amortizado mais de 20 milhões de euros de capital emprestado. Pela observação do Ranking R28 verifica-se quais os municípios que estiveram nessa situação, realçando-se o município de Vila Nova de Gaia que continuou a distin-

¹⁰² Dívida bancária de médio e longo prazo e empréstimos de curto prazo

¹⁰³ Alfândega da Fé, Braga, Loulé e Porto

guir-se dos restantes pelo nível elevado de amortização (25 milhões de euros), face ao volume de capital em dívida que mantém.

No Ranking R34 apresentam-se os 35 municípios com maior volume de amortizações de empréstimos bancários, efetuados 2013, com a sua história para os anos anteriores até 2007.

- Da observação de R34 realça-se:
 - O aumento significativo do montante amortizado por Alfinda da Fé¹⁰⁴ (+13 milhões de euros, +1030,6%), Loulé (+2,5 milhões de euros, +50,9%), Vila do Conde (+3,9 milhões de euros, +68,3%), Fundão (+2,4 milhões de euros, +54,2%), Figueira da Foz (+2,1 milhões de euros, +50,8%), Paredes, (+2,4 milhões de euros, +74,3%), Viana do Castelo, (+1,9 milhões de euros, +65,1%), Portimão (+2,9 milhões de euros, +237,6%) e Mafra (+1,3 milhões de euros, + 51,1%).
 - A forte diminuição do valor amortizado pelos seguintes municípios: Sintra (-27,8 milhões de euros, -71,6%) e Coimbra (-7,3 milhões de euros, -53,2%).
- Não constam no Ranking R34 seis municípios de grande dimensão, sendo eles: Almada que amortizou 3,6 milhões de euros, Amadora que amortizou 3,5 milhões de euros, Gondomar que amortizou 3,3 milhões de euros, Odivelas que amortizou 3,7 milhões de euros, Oeiras que amortizou 2,9 milhões de euros e Vila Franca de Xira que amortizou 2,8 milhões de euros.

Da observação dos quadros R34.A e R34.M conclui-se que a taxa de variação média do volume de amortizações e empréstimos foi 22,17% para a RAA e de 23,26% para a RAM.

No Ranking R35 apresentam-se os 35 municípios com menor volume de amortizações de empréstimos bancários efetuados em 2013, com a evolução desde 2007.

- Da observação de R35 verifica-se que fazem parte da mesma dois municípios de média dimensão (Cartaxo e Elvas) e que os restantes são municípios de pequena dimensão.
- Anota-se a descida generalizada do valor amortizado, embora

¹⁰⁴ Único município de pequena dimensão incluído neste ranking.

se apresentem municípios com taxas de crescimento superiores a 50%. Estes aumentos têm significado pelo seu aumento relativo mas pouco peso na globalidade de amortização da dívida do sector municipal face aos pequenos montantes em causa.

R34 - Municípios que apresentam maior volume de amortizações de empréstimos (passivos financeiros) em 2013

Unidade: euros

	Município	Dim.	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Varição 12-13
1	Lisboa	G	43.735.917	34.202.037	40.872.962	65.657.477	96.184.011	345.289.264	69.840.325	-79,8%
2	Vila Nova de Gaia	G	11.713.945	14.167.703	15.374.628	23.752.421	23.816.969	22.767.098	25.008.507	9,8%
3	Alfândega da Fé	P	296.080	787.758	949.865	2.029.306	1.212.065	1.262.172	14.270.124	1030,6%
4	Loures	G	8.689.451	6.931.294	11.873.556	6.342.472	5.826.066	13.977.978	12.450.363	-10,9%
5	Funchal	G	5.711.840	2.599.178	6.386.433	10.046.274	9.993.503	10.024.662	11.610.453	15,8%
6	Cascais	G	2.205.890	2.441.925	1.412.400	8.544.413	12.495.160	11.728.341	11.569.023	-1,4%
7	Braga	G	5.423.348	9.169.254	10.592.656	11.319.398	9.348.221	9.340.830	11.488.739	23,0%
8	Sintra	G	21.194.613	6.014.469	14.405.379	16.244.800	17.725.679	38.902.681	11.052.664	-71,6%
9	Loulé	M	1.344.582	1.381.228	1.525.680	1.703.798	7.007.627	6.829.708	10.302.760	50,9%
10	Porto	G	12.784.106	11.577.555	11.350.757	11.608.708	12.062.885	9.542.841	10.144.116	6,3%
11	Évora	M	5.142.965	4.041.778	5.882.929	6.841.653	6.626.295	7.217.986	9.929.612	37,6%
12	Vila do Conde	M	3.560.030	3.370.301	3.821.012	4.924.918	7.044.419	5.769.419	9.707.758	68,3%
13	Leiria	G	5.077.578	4.594.631	5.185.756	6.197.674	6.214.628	7.723.131	8.121.134	5,2%
14	Matosinhos	G	4.142.225	4.129.984	9.145.746	10.117.932	6.077.409	7.643.886	7.835.214	2,5%
15	Maia	G	15.026.620	7.810.252	6.611.964	7.456.781	7.462.375	7.468.908	7.494.849	0,3%
16	Santarém	M	3.654.960	4.814.604	5.328.188	5.520.842	4.087.520	6.943.279	6.828.157	-1,7%
17	Fundão	M	1.815.245	2.945.781	3.749.240	4.376.447	4.004.771	4.385.204	6.761.381	54,2%
18	Guarda	M	1.703.515	1.851.660	5.680.371	4.325.451	5.305.013	5.702.903	6.468.153	13,4%
19	Coimbra	G	4.072.863	4.141.053	5.218.500	6.875.688	11.454.181	13.682.416	6.399.806	-53,2%
20	Figueira da Foz	M	3.287.974	4.099.891	3.369.133	4.496.938	4.092.660	4.170.932	6.289.954	50,8%
21	Santa Maria da Feira	G	4.223.456	4.676.313	7.020.005	6.707.442	6.165.029	5.890.991	6.029.947	2,4%
22	Guimarães	G	4.206.515	4.248.578	4.682.077	5.114.335	5.137.313	5.090.494	6.012.517	18,1%
23	Vila Nova de Famalicão	G	4.697.582	4.690.685	5.030.544	6.698.431	7.542.952	4.360.519	5.912.819	35,6%
24	Oliveira de Azeméis	M	1.914.559	2.555.025	4.371.584	3.158.051	2.450.020	5.596.126	5.756.173	2,9%
25	Paredes	M	824.625	2.173.380	2.568.030	4.095.468	3.542.829	3.177.247	5.536.401	74,3%
26	Setúbal	G	1.460.636	1.432.326	3.791.392	4.563.954	4.496.651	6.208.025	5.468.644	-11,9%
27	Barcelos	G	2.160.374	2.195.776	3.162.511	6.341.271	5.771.310	5.585.597	5.358.082	-4,1%
28	Seixal	G	2.588.949	2.636.472	4.047.813	3.468.128	1.886.423	6.000.924	5.121.655	-14,7%
29	Viana do Castelo	M	1.258.941	1.450.628	1.367.843	1.684.738	2.711.211	2.947.032	4.864.294	65,1%
30	Covilhã	M	30.846.192	2.301.604	2.845.706	2.984.471	1.644.437	3.672.768	4.813.015	31,0%
31	Torres Vedras	M	515.200	717.936	1.354.675	1.580.778	7.599.974	4.141.403	4.648.079	12,2%
32	Sesimbra	M	1.722.380	1.733.047	3.877.797	3.394.578	1.780.995	4.848.358	4.267.713	-12,0%
33	Ourém	M	2.404.742	2.455.060	3.099.054	4.132.673	4.366.865	3.599.885	4.243.573	17,9%
34	Portimão	M	3.084.607	2.599.493	1.736.869	5.301.073	2.555.944	1.218.673	4.114.244	237,6%
35	Mafra	M	750.973	786.291	854.264	919.578	912.211	2.607.261	3.940.628	51,1%

R34.A - Volume de amortizações de empréstimos (passivos financeiros) nos municípios da R.A. dos Açores, em 2013

Unidade: euros

	Município	Dim.	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Variação 12-13
1	Nordeste	P	970.175	679.161	771.353	877.261	567.223	546.754	2.524.131	361,7%
2	Ribeira Grande	M	2.503.163	2.801.794	4.232.665	3.184.417	3.101.559	1.474.561	1.958.367	32,8%
3	Ponta Delgada	M	1.026.003	1.108.900	1.358.034	1.827.908	1.955.738	1.675.369	1.803.183	7,6%
4	Angra do Heroísmo	M	1.149.409	1.198.872	1.521.024	1.665.545	1.703.305	1.655.869	1.762.364	6,4%
5	Madalena	P	510.454	467.573	691.559	611.990	557.151	579.213	1.535.111	165,0%
6	Vila Franca do Campo	P	1.028.908	1.240.760	808.870	948.400	7.688.388	9.520.898	1.398.578	-85,3%
7	Vila da Praia da Vitória	M	681.452	1.196.261	1.144.376	2.893.129	1.816.718	1.352.774	1.315.698	-2,7%
8	Lagoa (R.A.A)	P	898.680	910.737	601.344	1.274.296	1.253.718	1.479.084	1.133.094	-23,4%
9	Calheta (R. A. A.)	P	496.535	542.937	593.902	257.887	517.603	698.862	933.508	33,6%
10	Lajes do Pico	P	461.198	463.110	770.723	669.087	987.407	998.128	885.557	-11,3%
11	Povoação	P	717.701	864.689	915.033	1.479.391	1.194.431	947.077	661.502	-30,2%
12	Velas	P	914.794	903.248	1.047.647	961.815	594.854	638.744	610.514	-4,4%
13	Horta	P	865.651	954.562	1.032.548	1.204.934	1.195.387	1.209.118	558.031	-53,8%
14	São Roque do Pico	P	602.295	654.760	2.164.257	1.782.084	707.440	329.891	550.947	67,0%
15	Santa Cruz da Graciosa	P	133.205	133.924	138.024	142.146	216.509	353.144	277.506	-21,4%
16	Lajes das Flores	P	82.018	117.661	154.553	253.691	294.753	301.609	206.516	-31,5%
17	Santa Cruz das Flores	P	179.147	196.354	162.560	169.087	191.780	274.405	202.090	-26,4%
18	Vila do Porto	P	180.038	216.852	208.018	197.554	176.453	118.512	159.659	34,7%
19	Corvo	P	69.364	89.941	102.924	110.318	109.808	110.684	113.843	2,9%

R34.M - Volume de amortizações de empréstimos (passivos financeiros) nos municípios da R.A. da Madeira, em 2013

Unidade: euros

	Município	Dim.	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Variação 12-13
1	Funchal	G	5.711.840	2.599.178	6.386.433	10.046.274	9.993.503	10.024.662	11.610.453	15,8%
2	Santa Cruz	M	452.744	561.338	1.344.464	1.478.602	1.593.169	1.630.997	1.694.903	3,9%
3	Santana	P	137.475	696.394	458.273	454.398	1.014.763	1.572.541	1.615.522	2,7%
4	Machico	M	193.197	214.103	563.039	740.695	733.068	1.361.635	1.486.664	9,2%
5	Ribeira Brava	P	228.025	219.181	467.140	676.259	734.525	748.738	1.425.898	90,4%
6	Calheta (R. A. M.)	P	236.404	456.331	702.658	904.900	901.939	922.185	1.334.118	44,7%
7	Câmara de Lobos	M	364.332	677.989	1.599.089	1.851.960	955.630	971.615	1.325.439	36,4%
8	São Vicente	P	151.607	154.039	446.727	500.346	863.943	896.761	623.223	-30,5%
9	Porto Moniz	P	113.062	178.644	209.054	238.307	246.022	296.619	586.741	97,8%
10	Ponta do Sol	P	277.226	401.884	492.254	619.573	592.247	550.055	407.039	-26,0%
11	Porto Santo	P	160.339	184.381	205.085	221.815	222.181	301.186	335.788	11,5%

R35 - Municípios que apresentam menor volume de amortizações de empréstimos (passivos financeiros) em 2013

Unidade: euros

	Município	Dim.	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Variação 12-13
1	Penedono	P	0	0	0	0	0	0	0	-
2	Campo Maior	P	178.564	114.839	125.191	117.407	110.216	105.875	49.246	-53,5%
3	Vila do Bispo	P	144.886	82.270	58.989	61.972	63.822	59.049	94.402	59,9%
4	Redondo	P	52.160	0	0	26.570	53.141	250.711	97.728	-61,0%
5	Corvo	P	69.364	89.941	102.924	110.318	109.808	110.684	113.843	2,9%
6	Cartaxo	M	403.495	1.419.238	1.709.583	2.169.231	2.092.353	102.627	115.141	12,2%
7	Marvão	P	91.058	50.566	54.846	89.988	113.118	112.944	115.652	2,4%
8	Viana do Alentejo	P	273.031	236.341	251.179	84.850	85.852	123.152	127.849	3,8%
9	Arronches	P	0	99.924	122.727	160.474	160.803	249.070	134.190	-46,1%
10	Cinfães	P	118.030	149.109	123.507	117.062	123.100	190.929	139.502	-26,9%
11	Alcácer do Sal	P	189.446	190.466	220.936	191.197	190.569	190.815	145.501	-23,7%
12	Castelo de Vide	P	207.592	212.680	338.658	226.621	209.974	220.074	147.564	-32,9%
13	Elvas	M	123.462	126.034	130.483	151.507	175.769	153.287	158.290	3,3%
14	Vila do Porto	P	180.038	216.852	208.018	197.554	176.453	118.512	159.659	34,7%
15	Murtosa	P	76.782	77.542	95.660	100.970	157.102	162.398	165.468	1,9%
16	Alter do Chão	P	503.828	112.615	93.615	160.278	206.080	185.729	169.533	-8,7%
17	Vila Velha de Ródão	P	210.125	241.614	311.133	321.161	239.742	307.208	170.556	-44,5%
18	Alvito	P	166.186	167.949	173.082	198.737	200.936	178.273	174.203	-2,3%
19	Alcoutim	P	364.957	192.465	328.423	222.236	214.578	312.756	179.706	-42,5%
20	Ponte de Sor	P	219.144	219.550	220.193	220.963	221.209	206.196	181.312	-12,1%
21	Cadaval	P	158.060	174.860	211.348	272.563	287.836	190.763	199.139	4,4%
22	Santa Cruz das Flores	P	179.147	196.354	162.560	169.087	191.780	274.405	202.090	-26,4%
23	Oleiros	P	115.658	88.152	163.152	163.152	146.854	130.556	204.470	56,6%
24	Lajes das Flores	P	82.018	117.661	154.553	253.691	294.753	301.609	206.516	-31,5%
25	Gavião	P	85.509	147.167	150.585	259.516	255.902	219.117	208.511	-4,8%
26	Barrancos	P	60.060	106.426	321.830	551.455	200.269	202.403	215.671	6,6%
27	Penacova	P	225.766	216.869	216.869	216.869	216.869	446.869	216.869	-51,5%
28	Belmonte	P	252.821	208.356	317.415	329.934	369.017	220.733	221.423	0,3%
29	Vila de Rei	P	239.207	207.208	242.056	261.443	563.669	206.433	223.709	8,4%
30	Portel	P	102.108	123.389	152.769	217.651	218.745	218.916	228.307	4,3%
31	Mação	P	225.374	288.060	297.536	269.290	257.824	209.718	233.265	11,2%
32	Vila Flor	P	287.326	231.489	296.917	274.785	321.193	287.093	266.528	-7,2%
33	Cuba	P	138.143	165.830	189.363	477.722	426.416	237.874	275.115	15,7%
34	Santa Cruz da Graciosa	P	133.205	133.924	138.024	142.146	216.509	353.144	277.506	-21,4%
35	Pedrógão Grande	P	177.320	191.633	195.650	267.455	276.444	279.252	278.691	-0,2%

2.4. Situação Financeira Global

2.4.1. Comparação da Receita Cobrada com a Despesa Realizada e Paga

O Quadro 2.41 permite comparar os montantes da receita liquidada e cobrada (incluindo empréstimos utilizados) com a despesa realizada

(despesa autorizada e comprometida para o ano económico em questão, incluindo a transitada de anos anteriores. Estão excluídos deste cômputo, os compromissos assumidos para anos futuros) e paga (no exercício económico em questão), para melhor compreender o “estado de saúde financeira” dos municípios na sua generalidade.

Quadro 2.41 – Receita Liquidada, Receita Cobrada, Despesa Realizada¹⁰⁵ e Despesa Paga, nos exercícios de 2007 a 2013

Unidade: milhões de euros

		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Receita	Prevista corrigida	11.443,7	11.908,0	13.295,2	13.161,8	12.857,3	12.008,4	11.245,1
	Variação	1,1%	4,1%	11,6%	-1,0%	-2,3%	-6,6%	-6,4%
	Liquidada	7.998,9	8.799,5	9.192,8	8.259,7	8.212,2	8.139,6	8.315,3
	Variação	7,4%	10,0%	4,5%	-10,2%	-0,6%	-0,9%	2,2%
	Cobrada	7.769,7	8.082,6	8.491,1	8.026,2	7.962,0	7.937,7	8.094,2
	Variação	8,0%	4,0%	5,1%	-5,5%	-0,8%	-0,3%	2,0%
	Corrente	5.653,4	5.730,0	5.745,8	5.824,8	5.645,6	5.564,3	5.907,9
	Variação	14,1%	1,4%	0,3%	1,4%	-3,1%	-1,4%	6,2%
	De Capital	1.876,5	2.005,3	2.446,2	2.025,5	2.112,9	2.110,2	1.853,5
	Variação	-8,0%	6,9%	22,0%	-17,2%	4,3%	-0,1%	-12,2%
	Saldo gerência anterior + repos. ñ abatidas pagamentos	239,8	347,3	299,2	176,0	203,5	263,2	332,9
Variação	19,7%	44,9%	-13,9%	-41,2%	15,6%	29,4%	26,5%	
Despesa	Prevista	11.439,3	11.898,3	13.237,5	13.187,6	12.840,7	11.991,2	11.225,5
	Variação	1,1%	4,0%	11,3%	-0,4%	-2,6%	-6,6%	-6,4%
	Realizada	9.581,9	10.051,4	11.135,0	10.699,6	10.481,6	9.804,9	9.403,6
	Variação	2,8%	4,9%	10,8%	-3,9%	-2,0%	-6,5%	-4,1%
	Corrente Realizada	5.206,5	5.604,8	6.103,2	6.051,3	6.111,1	5.800,6	5.957,0
	Variação	7,9%	7,6%	8,9%	-0,9%	1,0%	-5,1%	2,7%
	De Capital Realizada	4.375,4	4.446,6	5.031,8	4.648,2	4.370,5	4.004,2	3.446,7
	Variação	-2,7%	1,6%	13,2%	-7,6%	-6,0%	-8,4%	-13,9%
	Paga	7.410,3	7.875,9	8.358,1	7.872,0	7.720,2	7.587,1	7.698,6
	Variação	6,0%	6,3%	6,1%	-5,8%	-1,9%	-1,7%	1,5%
	Corrente paga	4.592,9	4.932,6	5.259,6	5.037,2	5.032,7	4.800,8	5.147,2
	Variação	8,8%	7,4%	6,6%	-4,2%	-0,1%	-4,6%	7,2%
	De Capital Paga	2.817,4	2.943,3	3.098,5	2.834,8	2.687,5	2.786,2	2.551,4
	Variação	1,7%	4,5%	5,3%	-8,5%	-5,2%	3,7%	-8,4%
	Corrente por pagar	613,6	672,2	843,6	1.014,1	1.078,4	999,8	809,7
	Variação	1,6%	9,5%	25,5%	20,2%	6,3%	-7,3%	-19,0%
	De Capital por pagar	1.558,0	1.503,3	1.933,3	1.813,4	1.683,0	1.218,0	895,2
Variação	-9,6%	-3,5%	28,6%	-6,2%	-7,2%	-27,6%	-26,5%	

¹⁰⁵ Total da despesa autorizada que deu origem a obrigação a pagar no ano económico em apreço, mesmo que tenha transitado de anos económicos anteriores.

Os gráficos a seguir apresentados permitem a comparação dos valores da receita e da despesa municipal e a sua evolução entre 2007 e 2013.

Gráfico 2.07 – Evolução da Receita Liquidada, Receita Cobrada, Despesa Realizada e Despesa Paga, nos exercícios de 2007 a 2013

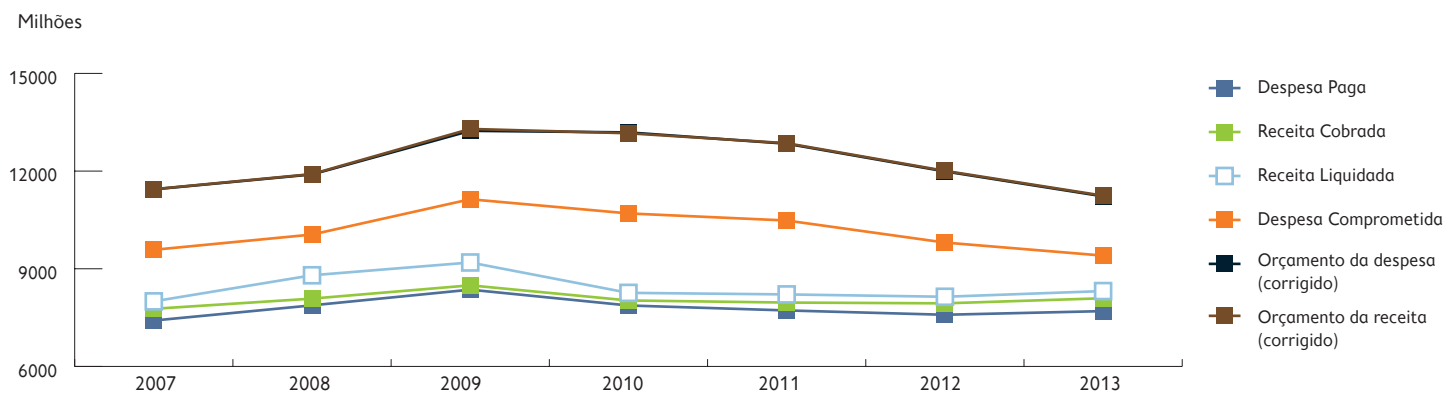


Gráfico 2.07.A – Evolução da Receita Liquidada, Receita Cobrada, Despesa Realizada e Despesa Paga, nos municípios da R.A. dos Açores, nos exercícios de 2007 a 2013

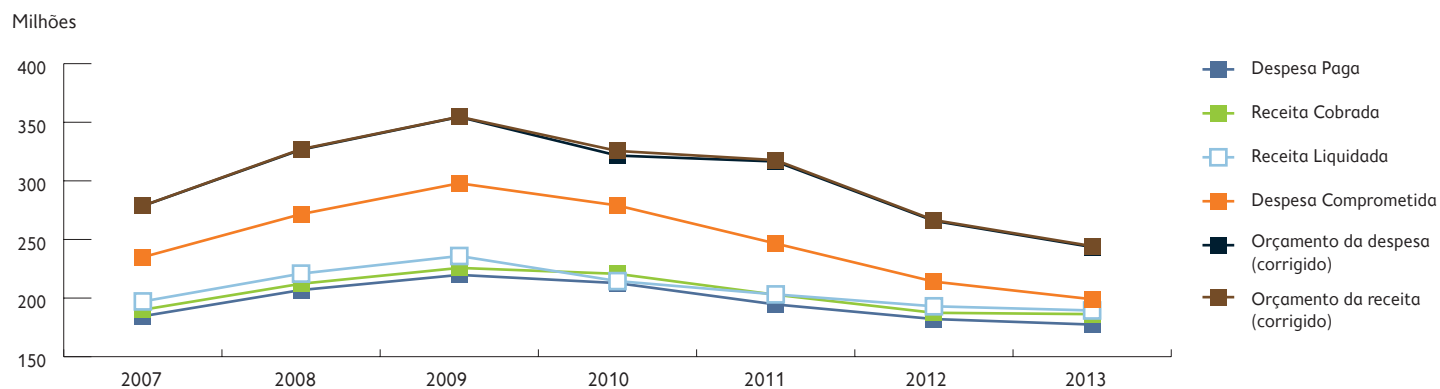


Gráfico 2.07.M – Evolução da Receita Liquidada, Receita Cobrada, Despesa Realizada e Despesa Paga, nos municípios da R.A. da Madeira, nos exercícios de 2007 a 2013

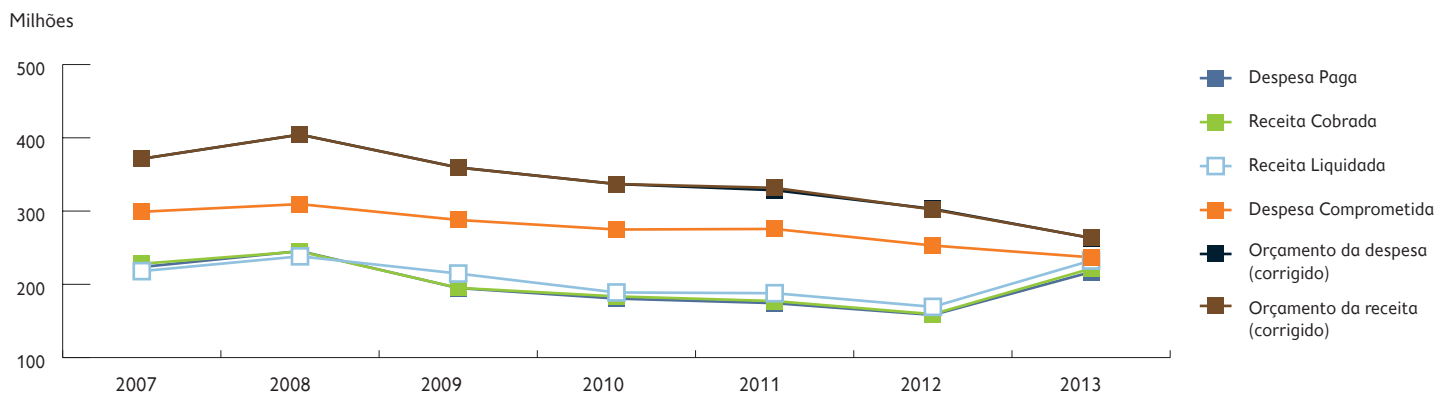


Gráfico 2.08 – Estrutura da Receita e da Despesa Paga e Despesa Realizada, em 2013

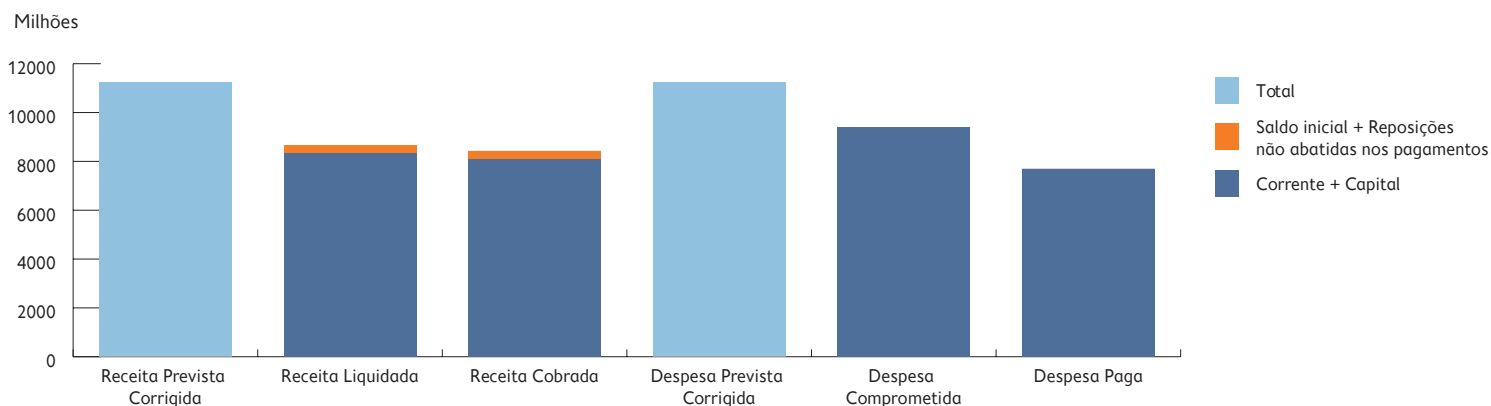


Gráfico 2.08.A – Estrutura da Receita e da Despesa Paga e Despesa Realizada nos municípios da R.A. dos Açores, 2013

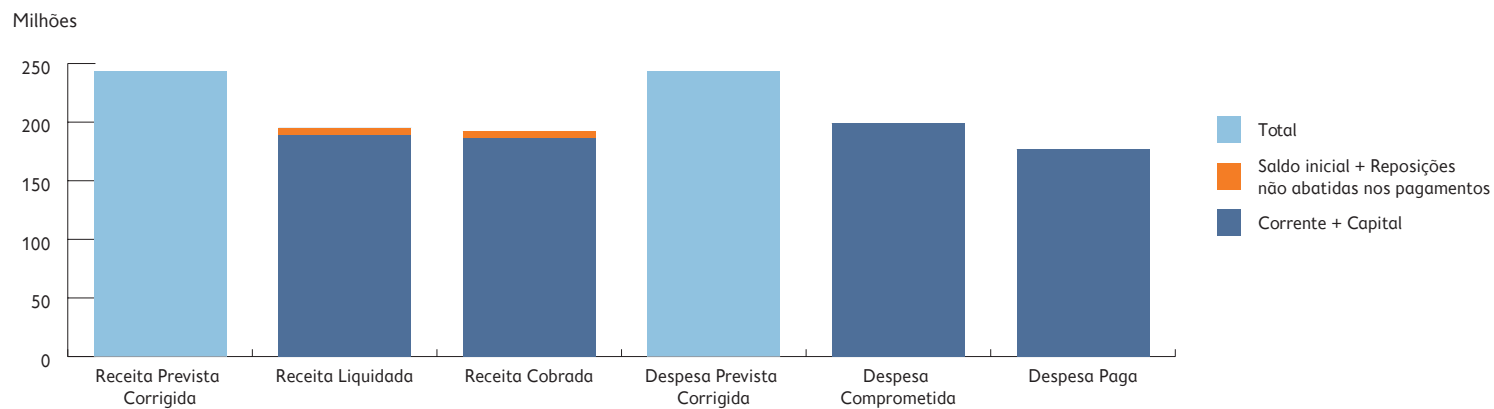
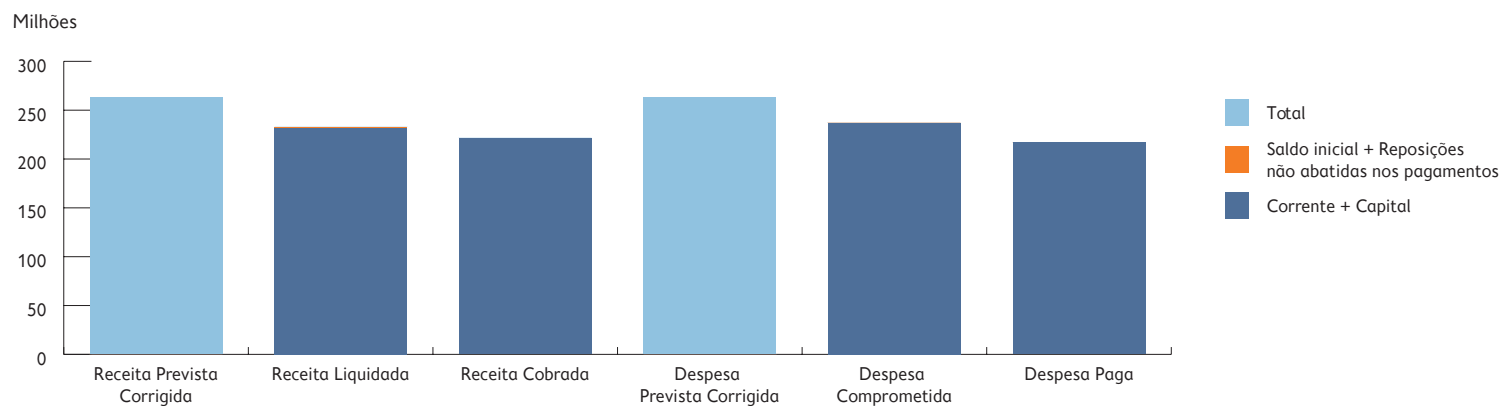


Gráfico 2.08.M – Estrutura da Receita e da Despesa Paga e Despesa Realizada nos municípios da R.A. da Madeira, 2013



- A comparação entre a receita cobrada e a despesa realizada é fulcral para se entender a forma como se tem desenvolvido a atividade financeira dos municípios e, com o historial existente, identificar a melhor forma de lhes devolver a sustentabilidade financeira que há muito perderam e que inibe o poder local de desenvolver as competências que lhe estão atribuídas com a independência, norteando-se pela melhoria da qualidade de vida dos seus municípios.
- Assim, e com base nos quadros e gráficos anteriores, apresentam-se os elementos essenciais para perceber o funcionamento do sistema financeiro dos municípios com a profunda interligação que existe entre os Orçamentos de Despesa e de Receita. É ainda demonstrada a incapacidade manifestada até ao momento de se ajustarem os dois instrumentos, em parte devido à fragilidade das regras orçamentais existentes no POCAL que não têm permitido corrigir os sucessivos orçamentos inflacionados. A aplicação da Lei dos Compromissos foi suficiente para que se verificasse um ajustamento adequado dos orçamentos à realidade das execuções orçamentais já no ano de 2013. Contudo, como se conclui dos pontos anteriores, **o ano de 2013 apresenta uma franca melhoria no que se refere ao controlo da despesa e sua mais próxima referência à receita**. Esta melhoria é ainda muito insuficiente, como veremos pelos quadros comparativos da execução da receita e da despesa que abaixo se apresentam.

DESPESA

- A partir de 2010, a despesa diminui sucessivamente, sendo o valor mais acentuado em 2012 (-6,5%), embora o efeito acumulado desta descida se tenha feito sentir mais em 2013, apresentando o valor de 9.403,6 milhões de euros. Neste ano a despesa desceu para níveis inferiores a 2007, sendo inferior em 178,3 milhões de euros (-1,9%), revelando o efeito da crise económica na gestão dos municípios, mais provavelmente por imposição do cumprimento da Lei dos Compromissos, uma vez que continuaram a existir orçamentos de despesa sobreavaliadas na ordem dos 26,1%, quando comparados com o volume de receita liquidada.
- Para a descida da despesa em 2013, foi determinante a quebra de -239 milhões de euros nos encargos com amortização de capital e a quebra de -259,7 milhões de euros com aquisição de bens de capital, uma vez que a inflexão positiva da despesa corrente, fundamentalmente em aquisição de bens e serviços, foi da ordem dos 156,3 milhões de euros +2,7% (-5,1% em 2012).
- A despesa de capital, que apresenta uma inflexão em 2010, continuou a descer nos anos seguintes a ritmos mais acelerados, baixando 13,9% em 2013 e atingindo um valor muito inferior ao verificado em 2007 (- 928,7 milhões de euros, -21,2%).
- O volume de pagamentos que decresceu desde 2010 infletiu em 2013, apresentando um aumento de +1,5% (+111,6 milhões de euros). Este aumento parece não refletir o montante recebido pelos 99 municípios abrangidos pelo do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) em 2013, ano com maior reflexo desse mesmo programa. Efetivamente estes municípios receberam na totalidade 583,4 milhões de euros. Este efeito é visível no peso dos pagamentos no total da despesa realizada. **Assim enquanto o volume de pagamentos entre 2007 e 2012 representou, em média, 75,9% do total da despesa realizada em cada ano, em 2013 o volume de pagamentos representou 81,9% do valor da despesa realizada. É através deste indicador que se deverá ler o efeito do PAEL no conjunto da execução orçamental dos municípios.**
- Quanto ao efeito da Lei dos Compromissos é nosso entender que o mesmo deverá ser analisado através do peso da despesa realizada na receita arrecadada. Ora esta relação apresentou, entre 2007 e 2012, o peso médio de 127,9% (isto é, as despesas foram naquele período superiores em 27,9% à capacidade financeira dos municípios) enquanto em 2013 foi de 116,2%, baixando 11,7%. Todavia, o sector municipal gasta 16,2% acima da sua capacidade financeira de pagamento, o que parece traduzir o insucesso da aplicação da lei dos Compromissos ou a inadequação da mesma à realidade da gestão municipal que carece de outros instrumentos de controlo orçamental¹⁰⁶.
- No caso específico das Regiões Autónomas verifica-se que, para o ano de 2013, o valor de despesa comprometida e não paga ascende a 22 milhões de euros para os municípios da RAA e 20 milhões de euros para os municípios da RAM. Por último, o valor de despesa orçamentada e não paga foi de 47 milhões de euros para a RAA e de 46 milhões de euros para a RAM.

¹⁰⁶ Esta constatação demonstra ainda que a Lei das Finanças Locais, então em vigor, não eram suficiente no que se refere ao limite ao endividamento para travar não só os orçamentos inflacionados como a realização das despesas para além da capacidade financeira dos municípios. Terão, como se referiu em anteriores anuários, que se reverem em sede de alteração ao POCAL, regras adicionais de elaboração dos orçamentos e à execução orçamental. As atuais regras não evitam a

RECEITA

• Tanto a receita liquidada como a receita cobrada apresentaram descidas sucessivas entre 2010 e 2012, tendo a quebra sido mais acentuada no primeiro ano daquele triénio. Em 2013, a situação inverte-se, sendo que tanto a receita liquidada como a receita cobrada aumentaram, respetivamente, 2,2% (+175,8 milhões de euros) e 2% (+156,5 milhões de euros), num valor absoluto de 8.315,3 milhões de euros e 8.094,2 milhões de euros.

• Entre 2007 e 2012 a média foi de 67,9% em relação à receita prevista e em 2013 essa relação passou a ser de 73,9%, o que permite concluir que em 2013 houve uma melhor adequação do orçamento previsional à capacidade de realização de receita por parte do sector municipal, apesar do orçamento de receita se ter mantido inflacionado. Efetivamente, desde 2010 que o volume da receita prevista tem baixado progressivamente atingindo a sua maior baixa em 2012 com -6,6%. Todavia a manutenção do ritmo de decréscimo em 2013 (-6,4%), levou a que o orçamento previsional de receita, em termos globais no sector municipal, tivesse baixado para níveis inferiores ao do ano de 2007, totalizando 11.245,1 milhões de euros. Entende-se que esta melhoria de performance na adequação da receita prevista à receita provável de receber, se deverá, em parte, à aplicabilidade da Lei dos Compromissos que dissuade a manutenção de orçamentos inflacionados pela inutilidade da sua utilização.

• A receita cobrada tem representado, em média, 97% da receita liquidada. Comparando o orçamento da receita com a receita cobrada, conclui-se que a taxa de execução situou-se em 72% em 2013, quando em 2012 tinha sido de 66,1%.

• No que respeita às Regiões Autónomas verifica-se que, para o ano de 2013, a receita liquidada foi superior à receita cobrada em 4 milhões de euros para a RAA e em 11 milhões de euros para a RAM. O valor de receita orçamentada e não liquidada ascende a 60 milhões de euros para os municípios da RAA e 32 milhões de euros para os municípios da RAM.

RECEITA VERSUS DESPESA

• Os Gráficos 2.07 e 2.08 mostram como ao longo dos anos os orçamentos da despesa vêm coincidindo com os orçamentos de receita. Para o mesmo período, a execução da despesa tem sido em média de 82,8% do orçamento. **Então como obter meios financeiros para o pagamento do excesso de despesa sobre a receita?**

Recorde-se que nos orçamentos de receita avaliados para efeitos de determinação destes graus de execução já contém as receitas creditícias obtidas no enquadramento da lei do endividamento.

• É verdade que no ano de 2013 a execução da receita foi de 73,9%, o que permitiria um possível ajustamento aos níveis de execução da despesa, caso esta não se tivesse mantido com uma execução de 83,8%. O diferencial de 9,8% continua a ser um constrangimento enorme para a independência financeira das municípios, e como se referiu nem a Lei dos Compromissos foi suficiente para tornar irrelevante a diferença de execução da despesa em relação à receita.

• A receita cobrada entre 2007 e 2012 foi em média 8.044,9 milhões de euros e a despesa realizada 10.292,4 milhões de euros. Houve, assim, um diferencial de 2.247,5 milhões de euros, ao qual tem sido alheia qualquer ação que visasse uma alteração eficaz das regras do POCAL, com vista ao seu saneamento. **Em 2013 este diferencial atenuou-se, mas mantém-se elevado ao ser contabilizado em 1.309,4 milhões de euros, por via da despesa ter apresentado o montante de 9.403,6 milhões de euros, valor ainda superior á receita arrecadada, a qual apresentou o montante de 8.094,2 milhões de euros.**

• **Este diferencial destrona o equilíbrio orçamental ex-ante e o facto de não existir a prática de os orçamentos de despesa serem deflacionados para os ajustar à execução da receita, provoca um forte desequilíbrio orçamental ex-post, sustentado pelo aumento da dívida de curto prazo a fornecedores.**

• No caso específico das Regiões Autónomas verifica-se que, para o ano de 2013, a receita cobrada foi superior à despesa paga em 6 milhões de euros, sendo dividido em partes iguais para a RAA e para a RAM.

O quadro 2.42, a seguir apresentado, mostra alguns indicadores relativos a despesas e receitas, evidenciando-se os valores médios, máximos e mínimos¹⁰⁷, referenciando-se os municípios responsáveis pelos extremos. O grau de execução da despesa e da receita apresentados neste quadro estão de acordo com o POCAL e com os ma-

¹⁰⁷ A avaliação dos níveis de execução da despesa e da receita, conforme indicador definido em POCAL, não se pode dissociar da análise da evolução dos valores orçamentais da receita e respetivas cobranças. O grau de execução da receita poderá traduzir mais, a desproporção entre o volume de receita prevista e a capacidade real de cobrança, que, um decréscimo do volume global da receita executada.

pas de controlo orçamental comunicados pelos municípios na prestação de contas. São rácios que comparam a receita cobrada com a receita prevista, para o caso da determinação do grau de execução

da receita, e que comparam a despesa paga com a despesa orçada, para a determinação do grau de execução da despesa.

Quadro 2.42 – Indicadores da Despesa e da Receita

		2008	2009	2010	2011	2012	2013
Grau de execução da Despesa*	Mínimo	34%	28%	24%	24%	21%	19%
		Castanheira de Pêra	Cartaxo	Portimão	Portimão	Portimão	Aveiro
	Máximo	94%	92%*	95,3%	94,9%	94%	96%
		Mealhada	S. J. Pesqueira	S. J. Pesqueira	Fornos de Algodres	Fornos de Algodres	Funchal
	Médio	66%	63%	60%	60%	63%	69%
Grau de execução da Receita**	Mínimo	35%	28%	28%	24%	21%	22%
		Guarda	Cartaxo	Trofa	Portimão	Portimão	Cartaxo
	Máximo	100%	93%	96%	100%	103%	102%
		Sobral de Monte Agraço	Fornos de Algodres	S. J. Pesqueira	Aguiar da Beira	Marvão	Mealhada
	Médio	68%	64%	61%	62%	66%	72%
Receitas por cobrar / receitas liquidadas	Mínimo	0%	0%	0%	0%	0%	0%
	Máximo	35%	44%	58%	60%	62%	56%
		Fundão	Fundão	Guarda	Guarda	Seixal	Aveiro
	Médio	6%	7%	9%	10%	10%	9%
Despesas de Investimento / despesas totais	Mínimo	3%	2,8%	2,2%	0,7%	0,0%	2,4%
		Cartaxo	Cartaxo	Albergaria-a-Velha	Ribeira de Pena	Borba	Loures
	Máximo	68%	55%	59%	54%	60%	62%
		Castelo Branco	Ribeira Brava	Mondim de Basto	Murtosa	Murtosa	Corvo
	Médio	27%	25%	23%	22%	20%	21%
Despesas com pessoal / despesas totais	Mínimo	9%	11%	5%	10%	10%	8%
		Castelo Branco	Ribeira Brava	Fornos de Algodres	Seia	Vila Franca do Campo	Fundão
	Máximo	58%	53%	55%	58%	55%	53%
		Alcochete	Moita	Campo Maior	Mourão	Mourão	Alcochete
	Médio	27%	29%	31%	31%	27%	29%

* Grau de execução da despesa conforme POCAL: valor pago/dotação previsional corrigida

** Grau de execução da receita conforme POCAL: valor cobrado/dotação previsional da receita (corrigida).

Os valores observados suscitam os seguintes comentários:

- Em 2013, a média do grau de execução do orçamento da despesa¹⁰⁸ foi de 69%, isto é, -3 pp que a média do grau de execução do orçamento da receita¹⁰⁹, nesse mesmo ano, a qual se fixou em 72%.
- Em 2013 tanto o grau de execução da despesa como da receita melhoraram, significativamente, apresentando níveis superiores aos dos anos precedentes. A média entre 2007 e 2012 foi de 63% para a despesa e de 65% para a receita.

¹⁰⁸ Grau de execução da despesa conforme POCAL: valor pago/dotação previsional corrigida.

¹⁰⁹ Grau de execução da receita conforme POCAL: valor cobrado/dotação previsional da receita (corrigida).

Reforçando as observações anteriores e porque é fulcral proceder à implementação de políticas de gestão e controlo financeiro dos municípios, apresenta-se o quadro resumo (Quadro 2.43) do que já foi explanado sobre esta matéria, isolando para o período de 2007/2013 os valores médios e as variações extremas dos graus de execução da despesa assumida e da receita liquidada.

Quadro 2.43- Indicadores da Despesa e Receita com base nos compromissos e liquidações

		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Grau de execução da despesa, ao nível dos compromissos	Mínimo	49,5%	50,3%	46,2%	46,6%	47,5%	42,4%	44,9%
	Máximo	100,0%	100,0%	100,2%	99,2%	99,7%	99,9%	99,6%
	Médio	83,8%	84,5%	84,1%	81,1%	81,6%	81,8%	83,8%
Grau de execução da receita ao nível das liquidações	Mínimo	24,4%	35,4%	28,4%	28,3%	23,1%	21,5%	21,9%
	Máximo	121,6%	101,2%	93,8%	97,5%	109,3%	109,8%	103,7%
	Médio	69,9%	73,9%	69,1%	62,8%	63,9%	67,8%	73,9%

- A observação do quadro reforça a verificação do distanciamento existente e, que urge atenuar com medidas concretas, do grau de realização da despesa¹¹⁰ e da receita liquidada.
- No período 2007/2013, para iguais valores de previsão da despesa e da receita, o grau médio de execução da despesa reportada aos compromissos assumidos, foi de 83%. Índice, manifestamente superior ao verificado para a receita liquidada, que foi de 68,8%. Esta diferença de 14,2 pp será o peso médio de despesa que não foi possível cobrir com receita¹¹¹.

¹¹⁰ Realizada

¹¹¹ Mantendo-se o enquadramento legal, da possibilidade de ser autorizada despesa na base da previsão da receita e, não havendo mecanismo legislativo que obrigue ao reequilíbrio orçamental aferido à execução da receita, este diferencial de execução tornar-se-á crónico, e a despesa de curto prazo tenderá a aumentar face às restrições do acesso ao crédito bancário. A concretização da despesa, independentemente da

Porque, como acabamos de verificar, a questão fulcral na gestão financeira dos municípios são os diferentes graus de execução da despesa e da receita, provocando um buraco orçamental que neste momento representa 14,2% da receita arrecada, apresenta-se de seguida o Ranking (R36) que elenca os 35 municípios com maior diferença entre o grau de execução das receitas liquidadas e o grau de execução das despesas comprometidas (realizadas).

realização ou não da receita, é a razão da falta de liquidez da generalidade dos municípios. Importaria, no mais curto espaço de tempo, que fossem adotadas medidas que, condicionassem a realização da despesa à execução do orçamento da receita.

R36 – Municípios com maior diferença entre Grau de execução de receitas liquidadas e Grau de execução de Despesas Comprometidas

Município	Dim.	2011			2012			2013			
		Execução Despesa Comp.	Execução Receita Liquid.	Diferença execução	Execução Despesa Comp.	Execução Receita Liquid.	Diferença execução	Execução Despesa Comp.	Execução Receita Liquid.	Diferença execução	
1	Portimão	M	90,0%	23,1%	66,9%	98,9%	21,5%	77,4%	99,6%	22,9%	76,6 pp
2	Celorico da Beira	P	85,0%	41,7%	43,3%	76,5%	45,3%	31,2%	95,8%	28,7%	67,1 pp
3	VR Santo António	P	84,0%	37,6%	46,4%	82,3%	35,6%	46,6%	89,9%	22,9%	67,0 pp
4	Paços de Ferreira	M	87,0%	57,8%	29,2%	88,1%	43,9%	44,2%	97,0%	41,7%	55,3 pp
5	Nazaré	P	84,7%	29,1%	55,6%	90,0%	29,6%	60,3%	87,7%	32,8%	55,0 pp
6	Aveiro	M	74,6%	35,1%	39,6%	79,2%	61,0%	18,2%	82,2%	27,5%	54,6 pp
7	Alijó	P	86,5%	47,8%	38,7%	81,4%	46,4%	35,0%	85,9%	31,3%	54,6 pp
8	Vizela	M	81,6%	35,2%	46,4%	77,5%	31,9%	45,6%	90,6%	36,7%	53,9 pp
9	Cartaxo	M	75,7%	28,5%	47,2%	73,7%	23,6%	50,1%	68,8%	21,9%	46,9 pp
10	Entroncamento	M	81,1%	59,7%	21,4%	69,9%	51,6%	18,3%	78,2%	32,8%	45,5 pp
11	Faro	M	79,5%	41,4%	38,2%	52,4%	44,3%	8,2%	87,8%	46,7%	41,0 pp
12	Santa Comba Dão	P	95,5%	49,2%	46,3%	95,0%	60,7%	34,3%	91,1%	51,5%	39,6 pp
13	Alandroal	P	66,9%	42,1%	24,7%	81,6%	46,3%	35,3%	82,0%	42,7%	39,4 pp
14	Setúbal	G	91,5%	56,2%	35,2%	86,4%	54,0%	32,3%	88,6%	50,7%	37,9 pp
15	Tomar	M	76,4%	51,5%	24,9%	60,4%	39,4%	21,0%	82,7%	47,5%	35,2 pp
16	Chaves	M	78,8%	43,7%	35,1%	81,2%	39,5%	41,8%	87,9%	55,5%	32,4 pp
17	Oliveira do Bairro	M	79,2%	65,1%	14,1%	85,5%	70,5%	15,0%	90,8%	61,2%	29,6 pp
18	Évora	M	80,3%	58,4%	21,9%	85,6%	41,0%	44,6%	91,4%	62,9%	28,5 pp
19	Trofa	M	81,7%	24,3%	57,4%	77,4%	23,4%	54,0%	85,8%	57,4%	28,3 pp
20	Ribeira Brava	P	63,7%	31,7%	32,1%	86,0%	37,2%	48,7%	77,7%	49,4%	28,3 pp
21	Moimenta da Beira	P	86,6%	54,0%	32,6%	94,0%	59,8%	34,2%	99,5%	71,8%	27,7 pp
22	Peso da Régua	P	76,0%	36,4%	39,6%	69,4%	49,7%	19,6%	79,9%	52,2%	27,7 pp
23	Reg. Monsaraz	P	86,0%	66,2%	19,7%	98,2%	58,7%	39,5%	90,0%	62,5%	27,5 pp
24	Ourique	P	61,1%	41,9%	19,2%	74,2%	50,4%	23,8%	81,0%	54,3%	26,8 pp
25	Guarda	M	71,1%	33,8%	37,2%	70,0%	32,5%	37,5%	80,9%	54,1%	26,7 pp
26	São Vicente	P	87,2%	47,2%	40,0%	78,2%	54,0%	24,1%	83,2%	56,6%	26,6 pp
27	Tabuaço	P	72,6%	39,5%	33,1%	52,8%	34,1%	18,7%	56,2%	31,4%	24,8 pp
28	Vila Nova de Poiares	P	66,1%	50,5%	15,6%	64,1%	49,5%	14,7%	82,8%	58,1%	24,6 pp
29	Espinho	M	89,7%	55,9%	33,8%	75,2%	43,7%	31,5%	94,7%	70,2%	24,5 pp
30	Penedono	P	68,0%	69,4%	-1,4%	70,0%	53,8%	16,3%	80,7%	56,9%	23,8 pp
31	Ponte da Barca	P	87,0%	61,3%	25,6%	77,5%	61,0%	16,5%	94,6%	71,0%	23,7 pp
32	Mourão	P	77,4%	67,3%	10,1%	75,4%	48,9%	26,6%	85,9%	62,7%	23,2 pp
33	Santo Tirso	M	78,8%	67,3%	11,5%	78,3%	52,0%	26,3%	78,2%	55,5%	22,7 pp
34	Penafiel	M	82,1%	63,8%	18,3%	84,0%	57,2%	26,8%	82,4%	59,9%	22,6 pp
35	Pombal	M	65,1%	54,6%	10,5%	80,1%	58,0%	22,0%	95,2%	72,9%	22,3 pp

- Em 2013 foram 16 os municípios que apresentaram uma diferença entre o grau de execução da receita e da despesa superior a 30 pp. Este número mostra um enorme esforço e ajustamento do sector municipal, pois em 2011 eram 60 os municípios que estavam nesta situação e em 2012 identificaram-se 40 municípios em iguais circunstâncias.

R36.A – Diferença entre Grau de execução de receitas liquidadas e Grau de execução de Despesas Comprometidas – municípios da R.A. dos Açores

Município	Dim.	2011			2012			2013		
		Execução Despesa Comp.	Execução Receita Liquid.	Diferença execução	Execução Despesa Comp.	Execução Receita Liquid.	Diferença execução	Execução Despesa Comp.	Execução Receita Liquid.	Diferença execução
1 Lajes do Pico	P	91,6%	65,3%	26,2%	77,3%	58,2%	19,1%	98,7%	82,1%	16,6 pp
2 Lagoa (R.A.A)	P	82,0%	71,6%	10,4%	88,9%	76,6%	12,3%	97,9%	82,7%	15,3 pp
3 Povoação	P	87,6%	70,6%	17,0%	84,2%	62,1%	22,2%	89,8%	75,8%	14,1 pp
4 Nordeste	P	91,9%	32,1%	59,8%	97,3%	40,6%	56,6%	88,7%	77,2%	11,5 pp
5 Horta	P	74,4%	61,8%	12,7%	83,0%	86,6%	-3,6%	79,1%	70,2%	8,9 pp
6 Ponta Delgada	M	76,8%	65,5%	11,3%	75,6%	71,4%	4,2%	80,3%	73,3%	7,0 pp
7 Santa Cruz da Graciosa	P	71,3%	73,0%	-1,7%	80,4%	80,7%	-0,3%	75,5%	68,9%	6,6 pp
8 Corvo	P	79,1%	74,7%	4,4%	80,0%	83,7%	-3,6%	70,0%	63,4%	6,6 pp
9 Ribeira Grande	M	82,8%	61,2%	21,6%	82,4%	73,4%	9,0%	96,5%	90,7%	5,8 pp
10 Vila da Praia da Vitória	M	92,5%	69,5%	23,0%	87,4%	69,0%	18,4%	87,4%	82,2%	5,2 pp
11 São Roque do Pico	P	63,4%	49,5%	13,9%	61,2%	59,2%	2,0%	65,3%	61,9%	3,4 pp
12 Lajes das Flores	P	87,7%	85,2%	2,5%	89,0%	65,8%	23,1%	57,8%	54,9%	2,9 pp
13 Madalena	P	63,2%	54,4%	8,7%	63,2%	49,2%	14,1%	71,3%	68,4%	2,9 pp
14 Calheta (R. A. A.)	P	81,5%	78,1%	3,4%	82,6%	85,2%	-2,6%	51,6%	53,2%	-1,6 pp
15 Santa Cruz das Flores	P	88,0%	99,2%	-11,2%	78,2%	91,2%	-13,0%	71,5%	73,5%	-2,0 pp
16 Vila Franca do Campo	P	59,6%	49,1%	10,5%	74,8%	77,3%	-2,5%	88,8%	91,8%	-3,0 pp
17 Vila do Porto	P	84,7%	76,7%	8,0%	92,8%	93,0%	-0,2%	88,4%	95,4%	-6,9 pp
18 Velas	P	85,4%	78,3%	7,1%	76,1%	68,1%	7,9%	82,5%	91,1%	-8,7 pp
19 Angra do Heroísmo	M	79,2%	77,7%	1,5%	82,4%	82,9%	-0,5%	75,3%	85,0%	-9,6 pp

R36.M – Diferença entre Grau de execução de receitas liquidadas e Grau de execução de Despesas Comprometidas – municípios da R.A. da Madeira

Município	Dim.	2011			2012			2013		
		Execução Despesa Comp.	Execução Receita Liquid.	Diferença execução	Execução Despesa Comp.	Execução Receita Liquid.	Diferença execução	Execução Despesa Comp.	Execução Receita Liquid.	Diferença execução
1 Ribeira Brava	P	63,7%	31,7%	32,1%	86,0%	37,2%	48,7%	77,7%	49,4%	28,3 pp
2 São Vicente	P	87,2%	47,2%	40,0%	78,2%	54,0%	24,1%	83,2%	56,6%	26,6 pp
3 Santana	P	72,2%	54,4%	17,8%	89,8%	63,2%	26,5%	94,6%	83,0%	11,6 pp
4 Funchal	G	94,5%	77,4%	17,0%	88,7%	67,3%	21,5%	98,7%	87,4%	11,3 pp
5 Câmara de Lobos	M	67,4%	33,5%	33,9%	66,5%	34,2%	32,3%	83,5%	72,6%	10,8 pp
6 Machico	M	94,6%	46,3%	48,3%	86,4%	35,4%	51,0%	98,0%	90,4%	7,5 pp
7 Santa Cruz	M	89,3%	47,4%	41,9%	92,9%	47,2%	45,7%	80,8%	74,0%	6,8 pp
8 Porto Moniz	P	81,5%	57,2%	24,3%	70,4%	52,7%	17,6%	86,4%	85,5%	0,9 pp
9 Porto Santo	P	86,8%	55,8%	31,0%	78,1%	52,7%	25,4%	84,2%	85,0%	-0,9 pp
10 Calheta (R. A. M.)	P	71,3%	48,7%	22,5%	68,5%	43,5%	25,0%	73,1%	75,0%	-1,9 pp
11 Ponta do Sol	P	86,1%	62,6%	23,4%	87,2%	76,5%	10,7%	90,2%	94,0%	-3,8 pp

Da análise aos quadros R36.A e R36.M observa-se que a diferença média entre a execução da despesa comprometida e a receita liquidada é de 3,95 p.p. para RAA e de 8,84 p.p. para a RAM.

O Ranking a seguir apresentado (R37) mostra os municípios que, em 2011, 2012 e 2013, apresentaram um grau de realização da despesa igual ou inferior ao da receita. Serão os municípios que na sua gestão orçamental tentaram acautelar a imprevisibilidade de cobrança da despesa realizada e que menos propensão apresentam para a existência de dívida de curto prazo¹².

Os municípios que apresentaram um grau de realização da despesa inferior à execução da receita foram aqueles que, sem deflacionar formalmente o orçamento de despesa, usaram, provavelmente, mecanismos de controlo da mesma de forma a não assumirem encargos para além da previsão da receita. Serão o exemplo de boas práticas de execução orçamental e muito provavelmente os municípios que com maior sucesso utilizaram a Lei dos Compromissos, que realmente adequa a despesa às reais previsões de cobrança de receita.

¹² Todavia, em 2011, seis destes municípios (Albergaria-a-Velha, Fronteira, Pedrógão Grande, Anadia, Seixal e Mora) apresentaram, na prestação de contas, um volume de dívidas a receber de curto prazo superior ao montante de saldo e caixa acrescido de depósitos à ordem, sendo que Anadia, Pedrógão Grande e Seixal apresentaram, ainda, dívidas de curto prazo superiores à soma das receitas liquidadas e não cobradas com o saldo final de caixa e com os depósitos à ordem. Em 2012, estiveram nesta situação os municípios de Barcelos, Elvas, Gavião, Horta e Vila Franca do Campo, dos quais apenas Barcelos não apresentou dívidas de curto prazo superiores à soma das receitas liquidadas e não cobradas com o saldo final de caixa e com os depósitos à ordem.

R37 – Municípios com Grau de execução de Despesas Comprometidas inferior ou igual ao Grau de execução de receitas liquidadas

Município	Dim.	2011			2012			2013		
		Execução Despesa Comp.	Execução Receita Liquid.	Diferença execução	Execução Despesa Comp.	Execução Receita Liquid.	Diferença execução	Execução Despesa Comp.	Execução Receita Liquid.	Diferença execução
1 Arronches	P	53,9%	88,4%	-34,5%	43,3%	83,2%	-39,9%	61,8%	85,8%	-24,0 pp
2 Coruche	P	79,8%	82,6%	-2,9%	64,8%	81,5%	-16,6%	61,2%	82,9%	-21,7 pp
3 Marvão	P	65,3%	76,0%	-10,7%	72,5%	103,3%	-30,8%	73,7%	94,4%	-20,7 pp
4 Redondo	P	69,0%	77,8%	-8,8%	64,9%	64,5%	0,4%	62,5%	81,2%	-18,7 pp
5 Vila Franca de Xira	G	83,4%	97,8%	-14,4%	81,5%	93,1%	-11,6%	82,2%	98,9%	-16,7 pp
6 Crato	P	80,7%	85,0%	-4,3%	66,4%	75,0%	-8,5%	63,9%	79,6%	-15,7 pp
7 Castanheira de Pera	P	91,1%	48,9%	42,2%	72,7%	71,3%	1,4%	83,3%	98,0%	-14,6 pp
8 Cortegal do Sal	P	61,4%	69,4%	-7,9%	72,4%	84,8%	-12,4%	77,3%	91,9%	-14,6 pp
9 Mortágua	P	56,6%	89,5%	-33,0%	55,1%	95,3%	-40,2%	75,8%	88,8%	-13,0 pp
10 Vila Velha de Ródão	P	76,3%	73,1%	3,2%	86,4%	89,4%	-3,0%	84,8%	97,1%	-12,3 pp
11 Ponte de Lima	M	68,3%	84,7%	-16,4%	73,8%	55,6%	18,2%	77,1%	89,3%	-12,2 pp
12 Ovar	M	74,0%	73,1%	0,8%	76,1%	82,2%	-6,1%	76,3%	87,3%	-11,0 pp
13 Alvito	P	88,7%	67,2%	21,5%	75,1%	78,1%	-3,0%	79,6%	89,4%	-9,8 pp
14 Lagoa (Algarve)	M	75,2%	64,6%	10,7%	78,9%	73,0%	5,9%	87,9%	97,6%	-9,7 pp
15 Angra do Heroísmo	M	79,2%	77,7%	1,5%	82,4%	82,9%	-0,5%	75,3%	85,0%	-9,6 pp
16 Velas	P	85,4%	78,3%	7,1%	76,1%	68,1%	7,9%	82,5%	91,1%	-8,7 pp
17 Marco de Canaveses	M	92,1%	94,7%	-2,6%	93,3%	90,5%	2,8%	92,4%	101,0%	-8,6 pp
18 Mealhada	M	79,2%	109,3%	-30,1%	81,8%	92,0%	-10,3%	95,2%	103,7%	-8,5 pp

Município		Dim.	2011			2012			2013		
			Execução Despesa Comp.	Execução Receita Liquid.	Diferença execução	Execução Despesa Comp.	Execução Receita Liquid.	Diferença execução	Execução Despesa Comp.	Execução Receita Liquid.	Diferença execução
19	Porto	G	89,9%	94,1%	-4,2%	72,2%	75,5%	-3,3%	89,4%	97,7%	-8,3 pp
20	Portel	P	66,0%	75,8%	-9,8%	70,7%	81,4%	-10,7%	82,6%	90,7%	-8,0 pp
21	Sintra	G	84,2%	67,5%	16,7%	90,3%	90,0%	0,3%	93,5%	101,4%	-7,9 pp
22	Murtosa	P	81,2%	71,3%	9,9%	82,3%	83,0%	-0,7%	76,2%	83,5%	-7,2 pp
23	Vila do Porto	P	84,7%	76,7%	8,0%	92,8%	93,0%	-0,2%	88,4%	95,4%	-6,9 pp
24	Mértola	P	84,8%	88,3%	-3,5%	85,5%	89,5%	-4,0%	86,8%	93,5%	-6,7 pp
25	Carrazeda de Ansiães	P	78,4%	62,7%	15,7%	77,8%	62,7%	15,1%	68,9%	75,4%	-6,6 pp
26	Proença-a-Nova	P	92,2%	91,6%	0,6%	90,9%	91,8%	-0,9%	88,5%	95,0%	-6,5 pp
27	Oeiras	G	77,6%	65,1%	12,5%	73,1%	70,2%	2,9%	78,9%	85,3%	-6,3 pp
28	Tavira	M	67,9%	55,3%	12,6%	59,5%	60,8%	-1,3%	82,2%	88,2%	-6,0 pp
29	Arouca	M	84,0%	62,5%	21,4%	85,0%	83,5%	1,5%	74,2%	79,9%	-5,7 pp
30	Marinha Grande	M	82,0%	71,6%	10,4%	81,9%	71,7%	10,2%	74,5%	79,3%	-4,8 pp
31	Viseu	M	86,2%	75,8%	10,4%	80,6%	82,9%	-2,2%	82,1%	86,7%	-4,6 pp
32	Mondim de Basto	P	89,6%	69,8%	19,8%	52,8%	55,1%	-2,3%	82,0%	86,3%	-4,3 pp
33	Mogadouro	P	80,9%	62,2%	18,7%	69,4%	64,5%	4,9%	86,8%	90,8%	-4,0 pp
34	Ponta do Sol	P	86,1%	62,6%	23,4%	87,2%	76,5%	10,7%	90,2%	94,0%	-3,8 pp
35	Almeida	P	84,6%	74,0%	10,7%	83,1%	78,4%	4,7%	90,1%	93,9%	-3,8 pp
36	Celorico de Basto	P	86,5%	81,3%	5,2%	85,1%	74,1%	11,0%	74,0%	77,7%	-3,7 pp
37	Castro Verde	P	88,0%	89,0%	-1,0%	78,6%	77,2%	1,4%	75,1%	78,4%	-3,4 pp
38	Pampilhosa da Serra	P	78,0%	73,8%	4,2%	74,9%	82,3%	-7,3%	85,1%	88,4%	-3,2 pp
39	Guimarães	G	81,1%	64,3%	16,8%	76,0%	65,8%	10,2%	72,4%	75,5%	-3,1 pp
40	Vila Franca do Campo	P	59,6%	49,1%	10,5%	74,8%	77,3%	-2,5%	88,8%	91,8%	-3,0 pp
41	Aguiar da Beira	P	71,2%	100,1%	-28,9%	58,8%	89,5%	-30,7%	74,7%	77,7%	-3,0 pp
42	Alcoutim	P	70,7%	68,0%	2,7%	60,2%	70,9%	-10,7%	75,2%	78,2%	-3,0 pp
43	Meda	P	81,1%	65,4%	15,7%	71,8%	70,8%	1,0%	95,9%	98,8%	-2,9 pp
44	Sernancelhe	P	72,2%	66,7%	5,5%	65,9%	67,0%	-1,1%	71,9%	74,8%	-2,8 pp
45	Palmela	M	88,9%	72,8%	16,1%	95,0%	79,0%	16,1%	90,5%	92,9%	-2,4 pp
46	Cantanhede	M	75,8%	63,5%	12,3%	68,9%	69,5%	-0,6%	91,4%	93,8%	-2,4 pp
47	São Brás de Alportel	P	72,1%	70,6%	1,5%	72,5%	74,1%	-1,6%	77,3%	79,6%	-2,3 pp
48	Santa Cruz das Flores	P	88,0%	99,2%	-11,2%	78,2%	91,2%	-13,0%	71,5%	73,5%	-2,0 pp
49	Calheta (R. A. M.)	P	71,3%	48,7%	22,5%	68,5%	43,5%	25,0%	73,1%	75,0%	-1,9 pp
50	Ansião	P	91,2%	54,6%	36,6%	95,5%	67,6%	27,9%	93,7%	95,6%	-1,9 pp
51	Alter do Chão	P	77,2%	58,5%	18,7%	69,9%	64,4%	5,5%	68,5%	70,3%	-1,9 pp
52	Montijo	M	82,4%	67,9%	14,5%	81,3%	75,5%	5,8%	83,6%	85,4%	-1,8 pp
53	Penalva do Castelo	P	60,7%	56,4%	4,3%	64,3%	66,2%	-2,0%	74,9%	76,7%	-1,8 pp
54	Calheta (R. A. A.)	P	81,5%	78,1%	3,4%	82,6%	85,2%	-2,6%	51,6%	53,2%	-1,6 pp

Município	Dim.	2011			2012			2013			
		Execução Despesa Comp.	Execução Receita Liquid.	Diferença execução	Execução Despesa Comp.	Execução Receita Liquid.	Diferença execução	Execução Despesa Comp.	Execução Receita Liquid.	Diferença execução	
55	Vimioso	P	47,5%	48,2%	-0,6%	63,5%	58,6%	4,9%	65,2%	66,8%	-1,5 pp
56	Albufeira	M	87,7%	62,0%	25,7%	84,3%	57,0%	27,3%	87,3%	88,8%	-1,5 pp
57	Silves	M	85,4%	62,6%	22,9%	63,9%	61,2%	2,8%	79,2%	80,5%	-1,3 pp
58	Gouveia	P	92,0%	83,1%	8,8%	87,8%	82,3%	5,5%	81,9%	83,0%	-1,1 pp
59	Estarreja	M	87,2%	63,6%	23,6%	81,7%	77,5%	4,2%	87,9%	88,9%	-1,0 pp
60	Porto Santo	P	86,8%	55,8%	31,0%	78,1%	52,7%	25,4%	84,2%	85,0%	-0,9 pp
61	Constância	P	73,1%	72,2%	0,9%	89,5%	92,0%	-2,4%	93,1%	93,5%	-0,4 pp
62	Arganil	P	89,5%	71,9%	17,5%	84,0%	74,8%	9,3%	73,1%	73,4%	-0,3 pp
63	Benavente	M	95,8%	85,3%	10,4%	90,4%	88,7%	1,6%	94,8%	95,0%	-0,2 pp
64	Figueira de Castelo Rodrigo	P	69,1%	48,1%	20,9%	60,1%	68,3%	-8,1%	70,0%	70,2%	-0,2 pp
65	Vouzela	P	84,2%	80,4%	3,9%	93,3%	93,1%	0,2%	90,1%	90,3%	-0,2 pp
66	Penacova	P	69,7%	53,3%	16,4%	69,9%	66,3%	3,6%	75,2%	75,3%	-0,1 pp
67	Gavião	P	72,9%	73,9%	-1,0%	72,2%	79,0%	-6,8%	77,6%	77,6%	0,0 pp

- Em 2013, encontram-se 55 municípios cuja diferença de grau de realização entre a despesa e a receita é igual ou inferior a 10 pp. São municípios que ao longo da execução orçamental foram tentando adequar a assunção de encargos a uma previsão mais realista da receita. Deste elenco constam alguns grandes municípios, que interessa relevar: **Guimarães com diferencial de apenas -3,1 pp, Oeiras com diferencial de apenas -6,3 pp, Sintra com diferencial de -7,9 pp, Porto com diferencial de -8,3 pp e Vila Franca de Xira com diferencial de -16,7 pp.**

- Da listagem anterior constam municípios que, recebendo financiamento pelo PAEL, atingiram os objetos propostos, fazendo diminuir a dívida a fornecedores, diminuindo o volume de despesa realizada. Estão nesta situação: Albufeira, Ansião, Calheta (R. A. A.), Gouveia, Lagoa (Algarve), Montijo, Porto Santo e Tavira.

O Ranking a seguir apresentado (R38) mostra os municípios que, em 2011, 2012 e 2013, apresentaram menor diferença, embora positiva, entre grau de execução da despesa e da receita. **Serão os municípios que tentaram acautelar a imprevisibilidade da cobrança da receita, mas que, no entanto, apresentaram um pequeno desequilíbrio entre as contas a receber e a pagar de curto prazo.**

R38 – Municípios com menor diferença positiva, entre o grau de execução de receitas liquidadas e o grau de execução de despesas comprometidas, em 2013

Município	Dim.	2011			2012			2013			
		Execução Despesa Comp.	Execução Receita Liquid.	Diferença execução	Execução Despesa Comp.	Execução Receita Liquid.	Diferença execução	Execução Despesa Comp.	Execução Receita Liquid.	Diferença execução	
1	Maia	G	83,5%	69,7%	13,8%	81,5%	84,7%	-3,2%	82,4%	82,3%	0,1 pp
2	Sabugal	P	67,8%	65,0%	2,7%	69,4%	68,6%	0,8%	89,4%	89,0%	0,3 pp
3	Salvaterra de Magos	M	90,2%	74,1%	16,1%	81,8%	83,7%	-1,9%	94,7%	94,3%	0,4 pp
4	Miranda do Corvo	P	74,9%	58,9%	15,9%	71,8%	62,7%	9,1%	72,8%	72,2%	0,6 pp
5	Moita	M	93,5%	82,4%	11,1%	88,3%	88,2%	0,1%	94,8%	94,1%	0,7 pp
6	Almada	G	92,1%	99,9%	-7,7%	94,8%	89,3%	5,4%	95,4%	94,7%	0,7 pp
7	Vidigueira	P	64,6%	60,3%	4,3%	60,0%	61,8%	-1,9%	87,6%	86,8%	0,7 pp
8	Almodôvar	P	77,4%	79,8%	-2,4%	76,4%	83,5%	-7,1%	90,4%	89,6%	0,8 pp
9	Porto Moniz	P	81,5%	57,2%	24,3%	70,4%	52,7%	17,6%	86,4%	85,5%	0,9 pp
10	Gondomar	G	88,1%	75,6%	12,5%	81,9%	76,2%	5,7%	85,3%	84,3%	1,0 pp
11	Barrancos	P	80,2%	68,4%	11,9%	80,3%	76,5%	3,7%	84,6%	83,5%	1,0 pp
12	Alfândega da Fé	P	88,2%	74,6%	13,6%	92,1%	74,2%	17,9%	96,0%	94,9%	1,1 pp
13	Leiria	G	75,0%	60,6%	14,4%	63,1%	63,2%	-0,1%	87,1%	86,0%	1,2 pp
14	Oleiros	P	81,6%	80,2%	1,4%	70,0%	76,0%	-6,0%	76,7%	75,5%	1,2 pp
15	Nelas	P	99,7%	62,4%	37,4%	99,9%	73,9%	26,0%	93,2%	91,9%	1,3 pp
16	Aljezur	P	72,6%	66,9%	5,7%	80,2%	77,2%	3,0%	75,8%	74,4%	1,4 pp
17	Lagos	M	84,0%	52,2%	31,8%	80,3%	55,3%	24,9%	69,1%	67,5%	1,6 pp
18	Castelo de Vide	P	79,4%	86,0%	-6,6%	76,7%	86,7%	-10,0%	86,1%	84,4%	1,7 pp
19	Penamacor	P	90,5%	69,2%	21,3%	68,6%	66,0%	2,6%	82,2%	80,5%	1,7 pp
20	Góis	P	82,1%	77,3%	4,8%	86,7%	79,4%	7,2%	89,6%	87,2%	2,4 pp
21	Batalha	P	76,4%	62,8%	13,6%	71,2%	70,4%	0,8%	93,9%	91,4%	2,5 pp
22	Lourinhã	M	82,4%	58,5%	23,9%	77,4%	57,2%	20,2%	89,6%	87,1%	2,5 pp
23	Campo Maior	P	65,5%	59,2%	6,3%	51,6%	54,2%	-2,5%	63,4%	60,7%	2,7 pp
24	Porto de Mós	M	81,3%	75,4%	5,8%	71,8%	73,5%	-1,7%	88,8%	86,1%	2,7 pp
25	Arcos de Valdevez	M	97,2%	72,9%	24,4%	93,2%	78,3%	14,8%	84,3%	81,6%	2,7 pp
26	Boticas	P	67,3%	60,9%	6,4%	86,0%	80,5%	5,5%	79,0%	76,2%	2,8 pp
27	Vila do Conde	M	92,8%	65,9%	26,9%	92,3%	56,2%	36,1%	94,9%	92,0%	2,8 pp
28	Elvas	M	74,9%	74,7%	0,2%	77,1%	92,8%	-15,7%	84,3%	81,5%	2,8 pp
29	Madalena	P	63,2%	54,4%	8,7%	63,2%	49,2%	14,1%	71,3%	68,4%	2,9 pp
30	Lajes das Flores	P	87,7%	85,2%	2,5%	89,0%	65,8%	23,1%	57,8%	54,9%	2,9 pp
31	Chamusca	P	86,1%	48,7%	37,3%	70,9%	40,7%	30,2%	85,2%	82,3%	3,0 pp
32	Cadaval	P	77,7%	59,0%	18,7%	61,3%	52,3%	9,0%	86,7%	83,7%	3,0 pp
33	Melgaço	P	81,5%	59,2%	22,3%	75,3%	54,3%	21,1%	90,3%	87,3%	3,0 pp
34	Oliveira de Azeméis	M	96,9%	88,6%	8,3%	92,9%	79,2%	13,7%	91,7%	88,6%	3,1 pp
35	Cuba	P	92,3%	76,2%	16,1%	92,1%	89,4%	2,8%	86,9%	83,7%	3,2 pp

- Os municípios que obtiveram financiamento ao abrigo do PAEL estão representados no Ranking supra a “bold”. Considera-se que estes cumpriram os objetivos que pressupunha o acesso a este programa, se registaram um decréscimo da dívida de curto prazo, o que só será possível com níveis de execução da despesa próximos ou inferiores ao nível de execução da receita orçamental.

2.4.2. Saldos Orçamentais

Quando se levanta a questão do défice público e a contribuição ou não para o reforço do mesmo por parte dos municípios, usa-se como referência o saldo global (**saldo efetivo**) da administração local, relacionado com as **receitas efetivas**¹¹³ e **despesas efetivas**¹¹⁴. O **saldo global ou efetivo**¹¹⁵ é a diferença entre as receitas efetivas e as despesas efetivas. Caso seja positiva, existe superavit, isto é, um excedente orçamental que se traduz na capacidade de financiamento da administração local. Caso seja negativo, então há défice, isto é, há necessidade de financiamento.

Há ainda outros dois indicadores que interessa reter, pela importância que os mesmos revestem na análise da situação financeira de todos os sectores da Administração Pública, são a **despesa primária**¹¹⁶ e o **saldo primário**¹¹⁷.

Embora a informação do valor destes indicadores, na base dos recebimentos e pagamentos, tenha sido a mais frequentemente utilizada

nas análises da evolução da situação financeira do sector, certo é que, face à crescente dívida de curto prazo a fornecedores e, face à possibilidade de com a implementação do POCAL se identificarem os créditos dos municípios sobre terceiros, entende-se que aqueles saldos não deverão ser avaliados na óptica de fluxos de caixa, mas na óptica financeira, na base dos reais fluxos económicos (receitas liquidadas e compromissos assumidos).

Apresenta-se o Quadro 2.44 – Saldos na Base de Caixa, mais a título informativo e apreciar-se-á, essencialmente, a informação prestada no Quadro 2.45 – Saldos na Base de Compromissos.

¹¹³ Receita efetiva = receita correntes + receitas de capital – ativos financeiros – passivos financeiros. As receitas efetivas são todas aquelas que não dão origem a encargos futuros (isto significa que não incluem as receitas que provêm de recurso a empréstimos – passivos financeiros) e que não resultam de reembolsos de empréstimos concedidos (isto é, não incluem os ativos financeiros). Anota-se contudo, que há receitas e despesas efetivas que resultam da existência de ativos e passivos financeiros, mas não das operações sobre os mesmos. Estamos a falar dos dividendos que são rendimentos de propriedade e dos juros da dívida., ambas são despesa corrente.

¹¹⁴ Despesa efetiva = despesas corrente + despesas de capital – ativos financeiros – passivos financeiros. As despesas efetivas são aquelas que não incluem despesas com ativos e passivos financeiros. Assim, será o total da despesa efetuada excluída da amortização de capital (passivos financeiros) e da despesa com compra de títulos (ativos financeiros).

¹¹⁵ Saldo global ou efetivo = receitas efetivas – despesas efetivas

¹¹⁶ Despesa primária = despesa efetiva – juros. Despesa corrente primária = despesa corrente – juros

¹¹⁷ Saldo primário = receitas efetivas – despesas primárias ou Saldo primário = saldo global + juros

Quadro 2.44 – Saldos na Base de Caixa (recebimentos versus pagamentos)

Unidade: milhões de euros

Base de Caixa (recebimentos / pagamentos)		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
(a)	Receitas correntes	5.653	5.730	5.746	5.825	5.646	5.564	5.908
(b)	Saldo gerência anterior + repos. ñ abatidas pagamentos	240	347	299	176	203	263	333
(c)	Despesas correntes	4.593	4.933	5.260	5.037	5.033	4.801	5.147
(d)=(a+b)-(c)	Saldo corrente	1.300	1.145	785	964	816	1.027	1.094
	N.º de municípios com corrente positivo	262	247	212	247	241	253	270
(e)	Receitas de capital	1.877	2.005	2.446	2.025	2.113	2.110	1.853
(f)	Despesas de capital	2.817	2.943	3.098	2.835	2.688	2.786	2.551
(g)=(e)-(f)	Saldo de capital	-941	-938	-652	-809	-575	-676	-698
(a)+(b)+(e)	Receitas totais	7.770	8.083	8.491	8.026	7.962	7.938	8.094
(c)+(f)	Despesas totais	7.410	7.876	8.358	7.872	7.720	7.587	7.699
(h)=(d)+(g)	Saldo orçamental	359	207	133	154	242	351	396
	N.º de municípios com saldo orçamental positivo	244	198	214	215	232	248	235
(i)	Ativos financeiros (receitas)	43	34	32	11	14	19	16
(j)	Ativos financeiros (despesa)	33	31	43	38	30	21	12
(k)	Passivos financeiros (receita)	357	529	965	516	474	220	776
(l)	Passivos financeiros (despesas)	396	353	460	577	615	890	634
(m)	Receitas – AF – PF	7.369	7.520	7.494	7.499	7.474	7.699	7.302
(n)	Despesas – AF – PF	6.982	7.491	7.856	7.257	7.075	6.676	7.053
(o)=(m)-(n)	Saldo global ou efetivo	387	29	-361	243	399	1.023	250
(p)	Juros e outros encargos (despesas)	181	225	192	105	142	148	127
(q)=(o)+(p)	Saldo primário	569	254	-169	347	540	1.171	377
	N.º de municípios com saldo primário positivo	231	206	154	245	263	296	229

Quadro 2.45 – Saldos na Base de Compromissos (liquidações versus compromissos)

Unidade: milhões de euros

Receita liquidada e Despesa realizada		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
(a)	Receitas correntes	5.881	6.392	6.382	6.003	5.845	5.761	6.098
(b)	Saldo gerência anterior + repos. ñ abatidas pagamentos	236	348	305	176	205	264	338
(c)	Despesas correntes	5.207	5.605	6.103	6.051	6.111	5.801	5.957
(d)=(a+b)-(c)	Saldo corrente	910	1.145	584	127	-61	224	480
	N.º de municípios com corrente positivo	191	173	129	122	126	157	217
(e)	Receitas de capital	1.882	2.060	2.506	2.081	2.162	2.115	1.879
(f)	Despesas de capital	4.375	4.447	5.032	4.648	4.371	4.004	3.447
(g)=(e)-(f)	Saldo de capital	-2.493	-2.387	-2.526	-2.567	-2.208	-1.890	-1.568
(a)+(b)+(e)	Receitas totais	7.999	8.800	9.193	8.260	8.212	8.140	8.315
(c)+(f)	Despesas totais	9.582	10.051	11.135	10.700	10.482	9.805	9.404
(h)=(d)+(g)	Saldo orçamental	-1.583	-1.242	-1.942	-2.440	-2.269	-1.665	-1.088
	N.º de municípios com saldo orçamental positivo	34	46	21	22	37	68	73
(i)	Ativos financeiros (receitas)	38	34	31	11	16	19	16
(j)	Ativos financeiros (despesa)	37	38	54	41	43	34	30
(k)	Passivos financeiros (receita)	358	528	965	516	472	220	798
(l)	Passivos financeiros (despesas)	400	358	466	583	626	906	667
(m)	Receitas – AF – PF	7.602	8.238	8.197	7.733	7.724	7.901	7.501
(n)	Despesas – AF – PF	9.145	9.656	10.615	10.076	9.812	8.865	8.706
(o)=(m)-(n)	Saldo global ou efetivo	-1.543	-1.419	-2.418	-2.344	-2.088	-964	-1.205
(p)	Juros e outros encargos (despesas)	204	245	218	134	187	192	165
(q)=(o)+(p)	Saldo primário	-1.339	-1.174	-2.199	-2.210	-1.902	-772	-1.040
	N.º de municípios com saldo primário positivo	60	48	29	28	53	103	113

Gráfico 2.09 – Evolução do saldo global efetivo, na base de compromissos



Gráfico 2.09.A – Evolução do saldo global efetivo, na base de compromissos, nos municípios da R.A. dos Açores

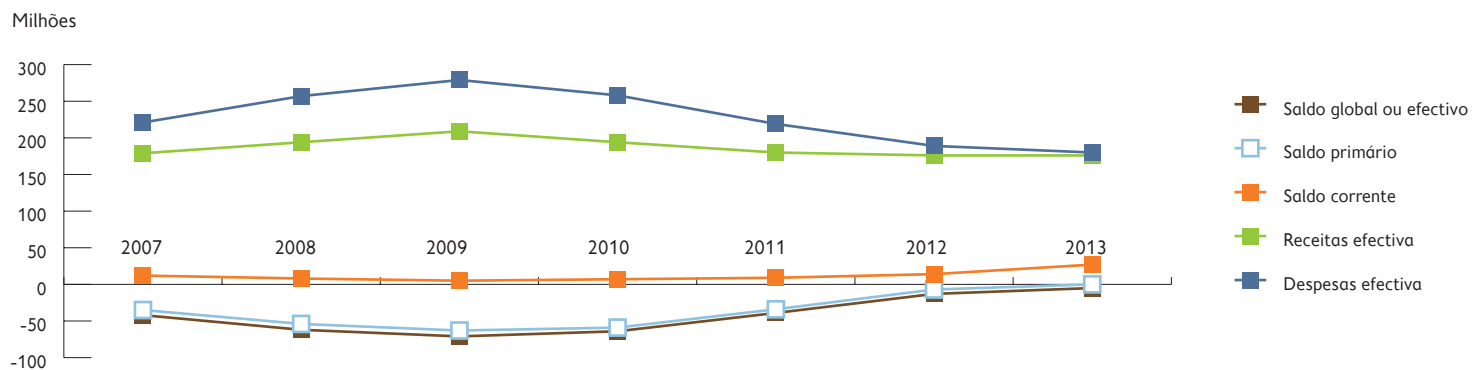
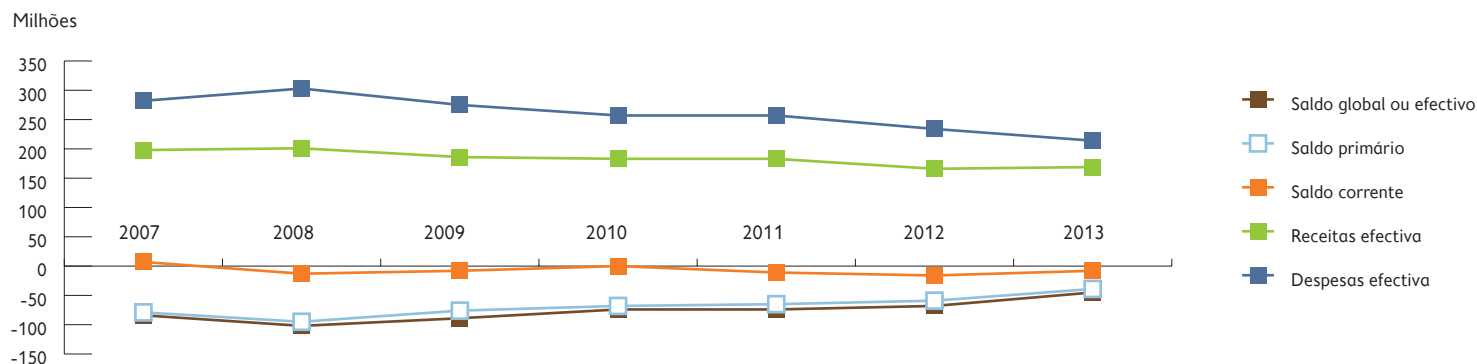


Gráfico 2.09.M – Evolução do saldo global efetivo, na base de compromissos, nos municípios da R.A. da Madeira



- Verifica-se que, para a globalidade do sector municipal, o **saldo corrente**¹¹⁸ resultante das despesas assumidas e das receitas liquidadas foi negativo (-61 milhões de euros) pela primeira vez em 2011. Em 2012, este saldo voltou a revelar-se positivo e no montante de 224 milhões de euros. Em 2011, só 126 municípios apresentaram saldo corrente¹¹⁹ positivo e em 2012, 157 municípios, estiveram nessa situação. **Em 2013, o saldo corrente foi de 480 milhões de euros (+113,7%) e resultou de uma melhoria extraordinária da situação financeira de 217 municípios.**

- Relativamente ao **saldo corrente de caixa**¹²⁰, deveria o mesmo

apresentar-se positivo para cada município e não apenas para a globalidade destes, como acontece. Verifica-se que em cada ano económico em análise, se detetaram municípios que não apresentaram saldo corrente de caixa positivo (46 municípios em 2007, 61 municípios em 2008, 96 municípios em 2009, 61 municípios em 2010, 67 municípios em 2011 e 55 municípios em 2012).

- **Em 2013, o saldo corrente de caixa foi de 1.094 milhões de euros. Não se pode considerar excedente pois coexistiu com um volume global de encargos por pagar no montante de 1.705 milhões de euros. No entanto, 38 municípios apresentaram saldo corrente de caixa negativo, situação que carece de análise pois revela pagamentos de despesa corrente com receita de capital.**

¹¹⁸ Diferença entre as receitas correntes e as despesas correntes

¹¹⁹ Saldo corrente de compromissos

¹²⁰ Quadro 2.52

- O facto do **saldo de capital**¹²¹, ao nível dos compromissos, ser negativo (-2,2 mil milhões de euros em 2011 e -1,9 mil milhões de euros em 2012) não constituiria uma situação anómala, advindo da insuficiência crónica de recursos de capital. O facto de o saldo corrente se ter manifestado insuficiente para cobrir o saldo negativo de capital, tem resultado num permanente saldo global orçamental negativo¹²² para o sector municipal (-2, 2 mil milhões de euros em 2011 e -1,6 mil milhões de euros em 2012).
- Em 2013 o saldo de capital foi de -1.568 milhões de euros, e apesar de apresentar uma melhoria em cerca de 322 milhões de euros em relação a 2012, continuou a verificar-se uma situação de insuficiência de excedente corrente para pagamento da despesa de capital.
- **Concluindo para 2013:**
 - Foi liquidada a receita de 8.315,3 milhões de euros do qual se recebeu apenas 8.094,2 milhões de euros, faltando receber (com créditos sobre terceiros) 221,1 milhões de euros.
 - Foi realizada despesa no valor de 9.403,6 milhões de euros e pagos apenas 7.698,6 milhões de euros. Ficou por pagar 1.705 milhões de euros.
 - Existe ainda em 2013 disponibilidade resultante do saldo de caixa no valor de 395,6 milhões de euros (cobranças não aplicadas em pagamentos), acrescido de receita liquidada e não recebida no montante de 221,1 milhões de euros. Esta disponibilidade totaliza 616,7 milhões de euros. Assim o valor para o qual não houve cobertura financeira em 2013 foi de 1.088,3 milhões de euros.
- Observando o comportamento do **saldo global efetivo**, verifica-se que o mesmo foi ao longo do período sempre negativo. Cresceu entre 2007 e 2009 e a partir de 2010 começou a diminuir, ainda que ligeiramente, atingindo o valor de -2,1 mil milhões de euros em 2011, e o valor de -964 milhões de euros em 2012. **Em 2013 voltou a agravar-se em 241 milhões de euros passando para -1.205 milhões de euros.**

- Quanto **ao saldo primário na óptica dos compromissos**, constata-se que o mesmo diminuiu até 2010, com saldos negativos que ultrapassaram, naquele ano, os 2,2 mil milhões de euros. Em 2011, apesar de uma ligeira melhoria, manteve-se um saldo negativo, superior a 1,9 mil milhões de euros e em 2012 melhorou extraordinariamente passando para -772 milhões de euros. Em 2013 a situação agravou-se apresentando um saldo negativo primário de 1.040 milhões de euros.

¹²¹ Diferença entre as receitas de capital e as despesas de capital

¹²² Diferença entre as receitas totais e as despesas totais

CAPÍTULO 3.

ANÁLISE FINANCEIRA, ECONÓMICA E PATRIMONIAL DOS MUNICÍPIOS

3.1. Fiabilidade do Balanço e da Demonstração dos Resultados Económicos¹²³

O controlo e a transparência da atividade financeira e das relações financeiras das autarquias constituem objetivos e princípios definidos pelo POCAL, bem como pelo Tribunal de Contas que, através da Resolução n.º4/2001, inclui nos documentos de prestação de contas a lhe serem apresentados, informação financeira, patrimonial e económica, muito similar à apresentada pelas empresas públicas e privadas antes da aplicação do novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC). O balanço e a demonstração dos resultados e respetivos anexos constituem os principais mapas do sistema de contabilidade patrimonial, que assenta na base do acréscimo ou do princípio da especialização dos exercícios (*accrual basis*)¹²⁴.

¹²³ A informação do Município de Nazaré, de 2013, é ainda provisória, dado que as respetivas contas anuais não foram ainda enviadas para aprovação em Assembleia Municipal, nem se encontram, por isso, depositadas no Tribunal de Contas.

¹²⁴ A base do acréscimo é uma forma de reconhecimento das transações que permite informação contabilística mais completa. A base de caixa é mais limitada, pois apenas

Analizando o Quadro 3.01, com informação resumida sobre o cumprimento, em geral, do POCAL, no que se refere ao sistema de contabilidade patrimonial (Balanço e Demonstração dos Resultados), verificamos que houve uma evolução notável por parte dos municípios no cumprimento das obrigações decorrentes da introdução da contabilidade patrimonial. Consequentemente, a fiabilidade atual da informação patrimonial e económica permite, com uma possível margem mínima de erro, uma análise rigorosa e credível dos quadros e rankings apresentados neste capítulo deste Anuário.

se preocupa em reconhecer pagamentos e recebimentos. A base de compromissos regista também os compromissos assumidos. A base do acréscimo, para além dessa informação, reconhece também os ativos, os passivos, os custos e os proveitos, permitindo obter o respetivo valor, bem como os resultados. Por exemplo, a aquisição de um computador, na base de caixa é reconhecida apenas aquando do pagamento; na base do acréscimo, reconhece-se o aumento do imobilizado no ativo, com a compra (antes do pagamento) e, após o pagamento, continua-se a registar as alterações do valor desse bem, como por exemplo as amortizações anuais, representando a depreciação pelo uso.

Quadro 3.01 – Informação patrimonial e económica

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Apresentam o Balanço e Demonstração dos Resultados na Prestação de contas	307	308	308	308	308	308	308
Apresentam amortizações do exercício no Mapa de Demonstração dos Resultados	295	299	305	304	306	306	307
O Ativo apresenta valor na conta Bens de Domínio Público	306	308	308	308	308	308	308
Têm no ativo, em Bens de Domínio Público, valor em terrenos	230	241	245	255	258	261	264
Têm no ativo, em Bens de Domínio Público, valor em património histórico artístico e cultural	152	166	171	176	183	189	189
Os Bens de Domínio Público são superiores a 20% do total do Ativo	257	267	270	268	275	282	277
Têm no Ativo valores a receber de clientes, contribuintes e utentes	288	290	288	290	292	293	296
Apresentam no Ativo valores de existências	215	235	245	259	265	271	277
Têm provisões do exercício (mapa de DR)	127	143	155	165	180	183	197
Registam proveitos diferidos no Balanço (Passivo)	289	293	297	298	302	305	305
Apresentam no Passivo acréscimos de custos	251	269	276	289	294	296	297

Da evolução destes sete anos, podemos salientar o seguinte:

- Os mapas de prestação de contas no geral, ao longo deste período, evidenciam evolução do grau de cumprimento do POCAL no que respeita o sistema de contabilidade patrimonial.
- Todos os municípios apresentaram o Balanço e a Demonstração dos Resultados.
- Desde 2008 verificamos que todos os municípios Portugueses incluem **Bens de Domínio Público** no Balanço. Em 2011, contudo, 50 municípios não apresentaram na conta 45 – «Bens de Domínio Público» valores relativos a terrenos e recursos naturais, em 2012 estavam 47 municípios nesta situação e em 2013 a situação mantém em relação a 44 municípios.
- Relativamente ao cumprimento do **princípio da especialização do exercício**, no que respeita à contabilização dos **subsídios ou transferências recebidas e destinadas à aquisição de bens de investimento** (que devem ser registadas como proveitos diferidos e não como proveitos do exercício) verificamos que, em 2011 e 2012, apenas 6 e 3 municípios respetivamente, não apresentaram qualquer valor registado nesta rubrica do passivo¹²⁵. Em 2013 continuaram a estar três municípios nesta situação (Quadro 3.02), dois dos quais já a apresentavam em 2012 – Moita e Ourique, tendo surgido entretanto Vila Nova de Poiares. São João da Pesqueira, que em anos anteriores aparecia neste quadro, regularizou a situação.

Quadro 3.02 – Municípios sem registo de proveitos diferidos – 2013

	Município	Distrito	Dimensão
1	Moita	Setúbal	M
2	Ourique	Beja	P
3	Vila Nova de Poiares	Coimbra	P

- Ainda em cumprimento com o **princípio da especialização dos exercícios**, devem os municípios proceder ao registo de **acréscimo de custos** para refletirem, no ano, os custos efetivos independente-

¹²⁵ Esta situação apenas se justificará se os municípios não receberam subsídios para investimentos nesses anos, ou em anos anteriores próximos, porque, de outra forma, estarão a inflacionar os resultados económicos, pois as receitas eventuais (subsídios recebidos para investimentos), se não contabilizadas em “proveitos diferidos”, terão sido (erradamente) contabilizadas como proveitos do exercício, distorcendo o verdadeiro resultado económico.

mente do seu pagamento¹²⁶. Verificou-se que em 2011 e 2012, respetivamente, 14 e 12 municípios não apresentaram qualquer valor nessa rubrica patrimonial. Em 2013 continuam nesta situação 11 municípios. Apesar da diminuição progressiva de municípios com esta omissão, é necessário que os mesmos a suprimam de imediato pois, estão a incorrer em situação de incumprimento. Estão, ainda em 2013, nesta situação os municípios identificados do Quadro 3.03.

Quadro 3.03 – Municípios sem registo de acréscimo de custos – 2013

	Município	Distrito	Dimensão
1	Amares	Braga	P
2	Carrzeda de Ansiães	Bragança	P
3	Monchique	Faro	P
4	Oleiros	Castelo Branco	P
5	Ourique	Beja	P
6	Pampilhosa da Serra	Coimbra	P
7	Pedrógão Grande	Leiria	P
8	Portel	Évora	P
9	Sabrosa	Vila Real	P
10	Santana	Madeira	P
11	São João da Pesqueira	Viseu	P

- Apesar da obrigatoriedade do registo anual das **amortizações do exercício**¹²⁷, foram identificados 2 municípios, em 2011 e em 2012, que não efetuaram este registo contabilístico. Face à ausência de registo dos custos relativos à depreciação do Imobilizado, os ativos líquidos e os resultados económicos destes municípios encontram-se sobreavaliados. Em 2013 apenas o município de Tabuaço se encontra nesta situação de incumprimento do POCAL, não registando as depreciações dos Ativos Fixos.

¹²⁶ São exemplos desta situação a contabilização das férias e subsídios de férias devidas aos trabalhadores em N+1, sendo no entanto custo do ano N; e ainda juros postecipados de empréstimos obtidos, referentes ao ano N, mas vencíveis em N+1.

¹²⁷ Em obediência ao princípio da especialização dos exercícios, o valor das aquisições dos bens inventariáveis são custos à medida que tais bens vão sendo depreciados ou desvalorizados, designadamente pelo seu uso. Em termos contabilísticos, o registo da desvalorização anual do imobilizado no POCAL designa-se por «Amortizações» e representa um custo que pesa cerca de 16% nos custos totais, dado o elevado valor dos ativos imobilizados. A ausência deste registo deturpa a análise do resultado económico.

- Os princípios contabilísticos a aplicar pelos municípios obrigam, relativamente às dívidas a receber de clientes, contribuintes e utentes que se encontrem em mora, à criação de uma provisão (atualmente no setor empresarial designada por “perda por imparidade”) para cobranças duvidosas (provisão de 50% se a dívida está em mora há mais de 6 meses e até 12 meses; provisão de 100% se a dívida está em mora há mais de 12 meses). Relativamente a esta conformidade contabilística, verificou-se uma melhoria do número de municípios que apresentaram registos nas respetivas contas patrimoniais. Assim, enquanto em 2007, apenas 127 municípios apresentaram registo de provisões do exercício, em 2011 e 2012, esse número subiu para 180 e 183, respetivamente. Em 2013 apresentaram registo de provisões 197 municípios, traduzindo uma maior precaução na sua gestão financeira¹²⁸. Contudo, face à variedade de atividades desenvolvidas pelas autarquias, supomos que este número não cobrirá todas as eventuais situações que exigirão o registo de possíveis perdas por situações de contencioso ou por situações de possíveis incumprimentos de contratos¹²⁹. Adicionalmente, há provisões (relacionadas com obrigações quase certas) que as regras contabilísticas impõem de imediato.
- Relativamente às **Dívidas a receber de Clientes, Contribuintes e Utentes** verifica-se que, em 2013, continuam a existir 12 municípios que não apresentaram saldo nesta conta, no final do ano económico¹³⁰ (Quadro 3.04). Continuamos a entender que tal situação poderá significar que nestes municípios a liquidação da receita é registada apenas no momento da cobrança não obedecendo ao definido no POCAL. Contudo, não se possui informação suficiente para aferir as reais razões para esta ausência de registo contabilístico.

¹²⁸ Esta evolução evidencia uma significativa melhoria na utilização do princípio da prudência e cumprimento do definido no POCAL. Ainda assim, em 2013, 36% dos municípios não reconheceram quaisquer provisões.

¹²⁹ Esta falta de zelo ou de preocupação pode estar associada aos seguintes fatores: (i) ser ainda reduzida a preocupação pelo apuramento do resultado económico; (ii) serem reduzidos os valores das dívidas a receber de clientes, uma vez que vários municípios continuam, ainda, a registar a liquidação (direito) de algumas receitas apenas no momento da cobrança; e (iii) uma parte das dívidas a receber referirem-se ao Estado e por isso, de acordo com o POCAL, não deverão ser criadas provisões para dívidas de entidades do Setor Público.

¹³⁰ Em 2011 e 2012, estavam nesta situação, 16 e 15 municípios, respetivamente.

Quadro 3.04 – Municípios que não apresentaram Dívidas a Receber de Clientes, Contribuintes e Utentes – 2013

	Município	Distrito	Dimensão
1	Marco de Canaveses	Porto	M
2	Mortágua	Viseu	P
3	Nordeste	Açores	P
4	Oleiros	Castelo Branco	P
5	Paços de Ferreira	Porto	M
6	Porto Santo	Madeira	P
7	Santa Cruz das Flores	Açores	P
8	Santana	Madeira	P
9	Sátão	Viseu	P
10	Tondela	Viseu	M
11	Valongo	Porto	M
12	Vila Nova de Poiares	Coimbra	P

- Consta-se que em 2013 continuam a existir em 31 municípios que não apresentaram qualquer valor na rubrica referente a **existências**¹³¹. No entanto, esta ausência pode não significar incumprimento das regras contabilísticas, mas tão só o facto de os serviços produtivos que requerem *stocks*, estarem externalizados ou delegados em serviços ou empresas municipais¹³².

3.2. Ativo

No Quadro 3.05 apresentam-se os valores agregados das componentes do Ativo dos Balanços dos 308 municípios, cujos pesos no total do Ativo estão refletidos no Gráfico 3.01.

¹³¹ Em 2011 estavam nesta situação 43 municípios, e em 2012 mantinham-se assim 37 municípios.

¹³² Analisados os Balanços de 293 empresas municipais e 27 serviços municipalizados, cuja atividade pressupõe a existência de *stocks*, verifica-se que 163 empresas municipais e 23 serviços municipalizados apresentam saldo na conta de existências. Mais informação será apresentada no Capítulo 4 deste Anuário, onde será apresentada a análise do SEL.

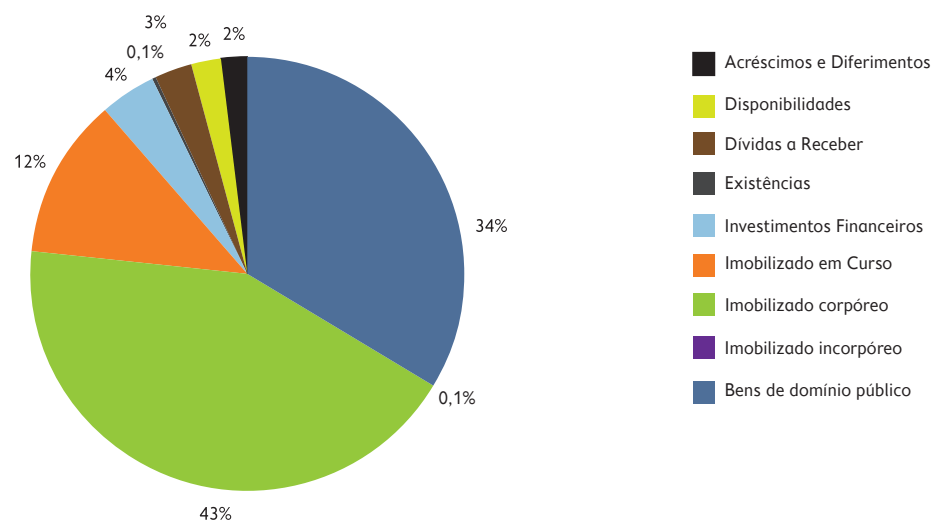
Quadro 3.05 – Componentes do Ativo do Balanço

Unidade: milhões euros

Componentes do Ativo	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Bens de Domínio Público	11.279	12.164	12.839	13.613	14.146	13.704	13.719
Imobilizado Incorpóreo	71	75	76	81	59	61	56
Imobilizado Corpóreo	13.853	14.856	15.761	16.345	16.368	16.873	17.488
Imobilizado em Curso	5.926	5.913	6.201	5.958	5.494	5.182	4.873
Total do Imobilizado*	31.129	33.008	34.877	35.996	36.067	35.821	36.136
Investimentos Financeiros	1.198	1.338	1.419	1.613	1.713	1.708	1.732
Existências	118	116	119	120	136	130	110
Dívidas a Receber	818	1.074	1.083	1.197	1.328	1.238	1.127
Títulos Negociáveis	60	35	15	14	16	16	9
Depósitos e Caixa	738	673	584	596	666	761	875
Acréscimos de proveitos	197	233	309	410	479	567	721
Custos diferidos	97	198	217	129	105	86	58
Ativo Total	34.355	36.675	38.622	40.075	40.509	40.326	40.768

* Neste quadro, assim como nos seguintes (e respetivas análises) considerou-se o total do imobilizado sem os Investimentos Financeiros, separando os elementos ditos operacionais, ou seja, associados à atividade principal dos municípios.

Gráfico 3.01 – Estrutura do Ativo em 2013



Quadro 3.06 – Evolução do Ativo do Balanço

Unidade: milhões euros

Componentes do Ativo	Variação em M€						Variação em %					
	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13
Bens de Domínio Público	885	675	774	533	-442	15	7,8%	5,5%	6,0%	3,9%	-3,1%	0,1%
Imobilizado Incorpóreo	4	1	5	-22	2	-5	6,1%	1,1%	6,0%	-26,7%	3,0%	-8,4%
Imobilizado Corpóreo	1.003	905	584	23	505	614	7,2%	6,1%	3,7%	0,1%	3,1%	3,6%
Imobilizado em Curso	-13	288	-243	-464	-312	-309	-0,2%	4,9%	-3,9%	-7,8%	-5,7%	-6,0%
Total do Imobilizado	1.879	1.868	1.120	71	-246	315	6,0%	5,7%	3,2%	0,2%	-0,7%	0,9%
Investimentos Financeiros	140	81	194	99	-5	24	11,7%	6,0%	13,7%	6,1%	-0,3%	1,4%
Existências	-2	3	1	16	-6	-19	-1,7%	2,3%	1,1%	13,4%	-4,5%	-15,0%
Dívidas a Receber	256	9	114	131	-90	-111	31,3%	0,8%	10,5%	11,0%	-6,8%	-8,9%
Titulos Negociáveis	-25	-20	-1	2	0	-6	-41,7%	-57,6%	-7,9%	13,9%	1,1%	-40,6%
Depósitos e Caixa	-65	-89	12	70	95	113	-8,8%	-13,3%	2,1%	11,8%	14,3%	14,9%
Acréscimos de proveitos	36	76	101	69	88	154	18,3%	32,6%	32,8%	16,8%	18,4%	27,1%
Custos diferidos	101	19	-89	-24	-19	-28	104,1%	9,7%	-40,8%	-18,6%	-18,0%	-32,9%
Ativo Total	2.320	1.946	1.453	434	-183	442	6,8%	5,3%	3,8%	1,1%	-0,5%	1,1%

Da observação dos quadros e gráficos anteriores poder-se-á concluir o seguinte:

- Em 2013 o **total do imobilizado** representou 88,6% do Ativo Total dos municípios, sendo a média entre 2007 e 2013 de 89,6%. Anota-se que neste período o valor do imobilizado aumentou 5 007 M€.
- Os **bens de domínio público**¹³³ e o **imobilizado corpóreo**, em conjunto, representavam em 2013, 86,4% do total do imobilizado. Entre 2007 e 2013 o aumento bruto destas componentes do ativo, para a globalidade do setor autárquico, foi, respetivamente de 2 440 M€ e de 3 635 M€. Nestes sete anos, o valor dos bens de domínio público registados no balanço apresentaram um incremento de 21,6% e o do imobilizado corpóreo um acréscimo de 26,2%. Ob-

¹³³ Sendo as estradas, por imposição constitucional (artigo 34.º da Constituição da República Portuguesa), Bens de Domínio Público, e os museus, bibliotecas, arquivos, bens da mesma natureza, de acordo com o Decreto-Lei n.º 477/80, de 15 de outubro, facilmente se depreenderá que existe significativo desequilíbrio proporcional entre os Bens de Domínio Público e o outro Imobilizado Corpóreo. A razão desta situação deve-se ao facto de a maior parte das vias públicas, praças e jardins, e outros bens imóveis do domínio municipal não estarem inventariados ou avaliados. Verifica-se ser reduzido, também, o valor contabilístico refletido no Ativo nas contas de registo dos bens referentes a museus, bibliotecas ou arquivos municipais.

servando o Quadro 3.06, constata-se que em 2012 o valor dos Bens de Domínio Público diminuiu 442 M€ (-3,1%) devido à ação de 179 municípios, tendo voltado e crescer ligeiramente em 2013, pela ação de 98 municípios, 15 M€ (+0,1%). O imobilizado corpóreo, em 2012 cresceu 505 M€ (+3,1%)¹³⁴, aumentando o ritmo de crescimento em 2013, com um acréscimo 614 M€ (+3,6%), que se ficou a dever, em parte, à receção de valor transferido do imobilizado em curso, que diminuiu 309 M€ (-6,0%). Contribuiu ainda para este aumento o facto de o investimento autárquico, como se viu no Capítulo 2 deste Anuário, ter aumentado ligeiramente em 2013.

- O **imobilizado em curso** representava em 2013, 12% do imobilizado autárquico, tendo a média do peso desta componente do imobilizado, entre 2007 e 2013, sido de 15%. A partir de 2010, apresentou uma progressiva diminuição de valor (-3,9% em 2010, -7,8% em 2011 e -5,7% em 2012), que poderá estar associada à diminuição de investimento dos municípios, pese embora o aumento de investi-

¹³⁴ É muito provável que tenha havido simples reclassificação contabilística por transferência de inventariação de bens do domínio público para o domínio privado ou situações de desafetação de bens. Porém, não se dispõe de informação sobre as ações que desencadearam esta variação em 2012.

mento sentido em 2013 se tenha refletido mais no valor do imobilizado corpóreo¹³⁵.

• Como seria de esperar, o **imobilizado incorpóreo** (ativos fixos intangíveis) tem uma fraca representatividade no ativo municipal, representando, em média, 0,2% na totalidade do imobilizado, tendo diminuído cerca de 5 M€ (- 8,4%) em 2013.

O Gráfico 3.02 mostra a evolução do valor dos **Bens de Domínio Público** no balanço. Pelo seu volume e ainda pelo facto de ser o elemento do imobilizado mais difícil de registar contabilisticamen-

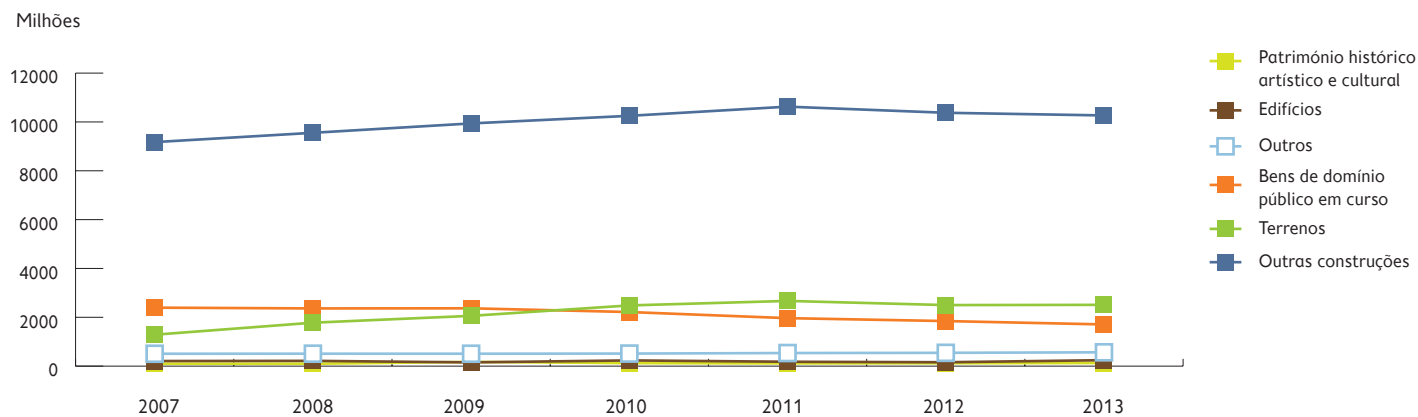
te¹³⁶, importa desagregar por componentes, pois trata-se de bens que, pela natureza jurídica que assumem, são inalienáveis até que se delibere uma eventual desafetação¹³⁷.

¹³⁵ A falta de informação disponível para avaliar os acréscimos e diminuições e cada uma destas componentes do Balanço, apenas nos permite inferir do resultado final dessas variações, sem se poder concluir dos factos que a originam.

¹³⁶ Esta dificuldade deve-se particularmente a questões de valorimetria. Por isso, não há, ainda, forma de determinar o grau de aproximação à realidade do valor contabilizado e do inventário total dos bens classificados como domínio público dos municípios.

¹³⁷ Essa deliberação compete à Assembleia Municipal, depois de demonstrado o interesse público envolvido.

Gráfico 3.02 – Evolução do valor das componentes dos Bens de Domínio Público



- A rubrica de **outras construções**, embora seja uma rubrica residual, continua a ser a componente mais representativa dos bens de domínio público, totalizando, em 2013, 74,8% do seu valor total. Face à diminuição do investimento verificado nos últimos anos, o valor da rubrica deste agregado dos bens do domínio público apresentou algum decréscimo, bem como a rubrica referente a **obras em curso do domínio público**. Esta rubrica é a que apresenta uma curva de descida mais acentuada. De facto, o investimento na construção e manutenção de bens do domínio público é o sector dos investimentos públicos que maior impacto apresenta na quebra de investimento. Os **terrenos**¹³⁸, essencialmente fruto da sua sucessiva inventariação, valoração e consequente integração nos registos contabilísticos, a par da inventariação e registo do património artístico e cultural, permitiram que, em 2013, o valor do conjunto dos bens de domínio público aumentasse 15 M€ (+0,1%).

No Gráfico 3.03, é apresentada a **estrutura do Imobilizado Corpóreo**¹³⁹, que, em 2013, representou 42,9% do ativo total¹⁴⁰. As rubricas mais representativas neste elemento do imobilizado são os edifícios, terrenos e o imobilizado em curso, tendo os restantes um peso residual no total do imobilizado corpóreo. Assim, em 2013 estas componentes comportaram-se do seguinte modo:

- Os **edifícios** foram a componente com maior peso no imobilizado corpóreo, representando 67,8%¹⁴¹ deste e 32,8% do total do imobilizado, e apresentando um crescimento de 518 M€ (+4,6%) em 2013. O aumento desta componente, em contraciclo com a estagnação do investimento, resultará da absorção do valor das obras em curso em anos anteriores, entretanto acabadas e transferidas para as componentes específicas.

¹³⁸ Em sede de balanço Inicial, os terrenos incluídos no Domínio Público foram uma das componentes do imobilizado de mais difícil contabilização devido à necessidade de correção do seu registo matricial e predial. Por isso evidenciaram as maiores variações de valor na estrutura dos Bens de Domínio Público, entre 2007 e 2012, refletindo sucessivas regularizações cadastrais e as correspondentes regularizações contabilísticas.

¹³⁹ Incluiu, todavia, imóveis que pela sua funcionalidade não poderão ser alienados, mas que também não estão classificados como Bens de Domínio Público.

¹⁴⁰ Em 2011 e 2012 representou, respetivamente, 40,4% e 41,8% do ativo total.

¹⁴¹ Mais do que em 2011 (66,7%) e do que em 2012 (67,2%).

- Os **terrenos do domínio privado** dos municípios representaram, em 2013, 25,6% do valor total da rubrica do imobilizado corpóreo e 12,4% do total do imobilizado, apresentando um aumento de 168 M€ (+3,9%)¹⁴² em relação ao ano 2012¹⁴³.

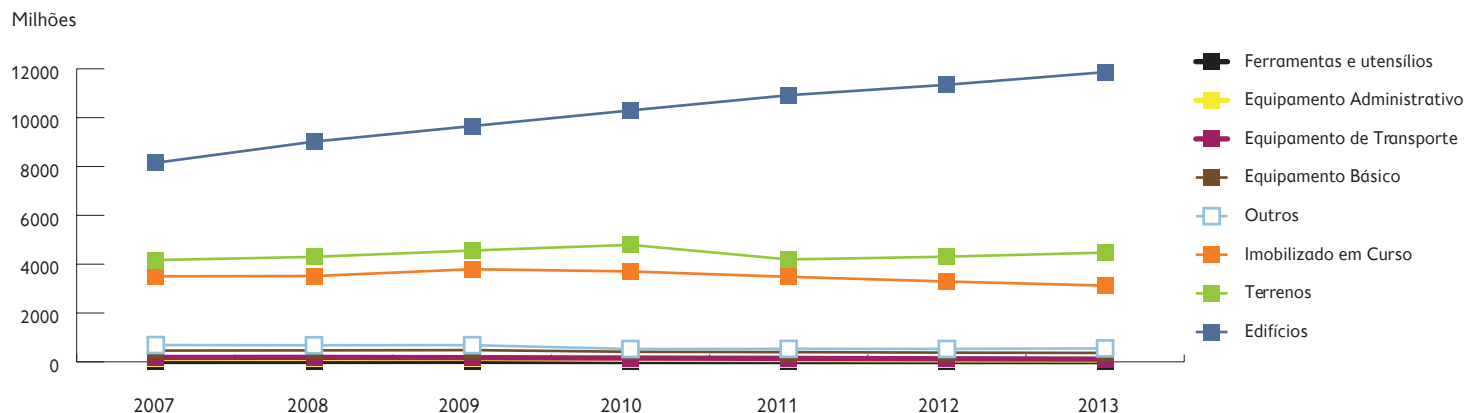
- O valor do **imobilizado em curso** respeitante a investimentos em bens do domínio privado municipal, que já tinha apresentado, em 2012, uma descida na ordem dos 5,8% (-192 M€), manteve essa quebra em 2013, embora a ritmo inferior, baixando apenas 168 M€ (-5,4%), que se entende ter por causa o já referido abrandamento do investimento autárquico.

- As restantes componentes do imobilizado corpóreo (equipamentos de diversos tipos e ferramentas) apresentam um valor residual face o valor das restantes componentes e, por isso, em pouco influenciarão a tendência evolutiva do ativo imobilizado.

¹⁴² Na informação disponível não foi possível identificar as causas do aumento do valor nesta rubrica, já iniciado em 2012. Poderá estar associado à inventariação e avaliação de bens até à data ainda não integrados nos registos contabilísticos.

¹⁴³ Em 2012 após um decréscimo considerável em 2011, que se poderá ter devido à venda de terrenos, apresentou, também, um aumento de 112 milhões de euros (2,7%).

Gráfico 3.03 – Evolução do valor das componentes do Imobilizado Corpóreo



Analisando as restantes componentes do Ativo para o universo global dos municípios, começaremos por observar a informação prestada nos Quadros 3.07 e 3.08, referentes ao valor dos **investimentos financeiros**, e a respetiva taxa de variação para o período entre 2007 e 2013. Também em relação a esta componente do Ativo atentaremos apenas nos elementos materialmente mais relevantes: Participações de Capital e Investimentos em Imóveis.

• As **participações de capital** que representaram ao longo deste período mais de 77% do total dos investimentos financeiros, apresentaram crescimento até 2011, baixando em 2012 apenas 7,7 M€ (-0,6%)¹⁴⁴. **Em 2013 a situação inverte-se com um aumento líquido de 24 M€ (+1,8%), que suprime a descida ocorrida no ano anterior, totalizando a verba de 1 350,2 M€.**

¹⁴⁴ Esta descida estará provavelmente associada à liquidação de empresas municipais e fusão de outras. Entre 2010 e 2011 o número de empresas municipais diminuiu 3,6%, passando de 304 para 293.

• Os **investimentos em Imóveis**¹⁴⁵, que representaram em média, entre 2007 e 2013, 15,9% do total dos investimentos financeiros, cresceram em valor até 2012, ano em que apresentam uma quebra de 7,5% (- 21,3 M€). Todavia, **em 2013, voltam a apresentar um aumento de 36,1 M€ (+13,8%), totalizando o montante de 298,5 M€.**

• Os **investimentos financeiros, no total**, cresceram de forma muito variável entre 2007 e 2012, ano em que apresentam um decréscimo de 0,3% (-4,9 M€). Em 2013 voltaram a aumentar 1,4% (+24,3 M€), totalizando o valor de 1 732 M€ e representando, por isso, 4,2% do valor do ativo do global dos municípios (40 768 M€).

¹⁴⁵ De salientar que esta conta apenas deve incluir investimentos em edifícios e terrenos destinados a arrendamentos ou venda (no SNC equiparados às propriedades de investimento). O POCAL refere sobre esta conta que “Engloba as edificações urbanas e propriedades rústicas que não estejam afetas à atividade operacional da entidade”.

Quadro 3.07 – Componentes dos investimentos financeiros

Unidade: milhões de euros

Investimentos Financeiros	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Partes de capital	951,8	1.021,3	1.083,8	1.256,0	1.334,0	1.326,3	1.350,2
Obrigações e títulos de participação	28,7	26,7	32,8	29,6	25,8	61,2	28,9
Investimentos em Imóveis	163,9	216,7	226,6	258,2	283,7	262,4	298,5
Outras aplicações Financeiras	33,4	51,4	53,6	57,9	59,8	48,4	45,5
Imobilizações em Curso	14,6	16,4	19,3	8,7	9,3	9,3	9,0
Adiantamentos	5,4	5,6	2,9	2,9	0,0	0,0	0,0
Total	1.197,8	1.338,1	1.419,0	1.613,3	1.712,5	1.707,7	1.732,0

Quadro 3.08 – Variação dos Investimentos financeiros

Unidade: milhões de euros

Investimentos Financeiros	Variação em M€						Variação em %					
	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13
Partes de capital	69,5	62,5	172,2	78,0	-7,7	24,0	7,3%	6,1%	15,9%	6,2%	-0,6%	1,8%
Obrigações e títulos de participação	-2,0	6,1	-3,2	-3,8	35,5	-32,4	-7,0%	22,8%	-9,8%	-12,8%	137,5%	-52,9%
Investimentos em Imóveis	52,8	9,9	31,6	25,4	-21,3	36,1	32,2%	4,6%	14,0%	9,8%	-7,5%	13,8%
Outras aplicações Financeiras	18,0	2,2	4,3	1,9	-11,4	-3,0	53,9%	4,3%	8,0%	3,3%	-19,0%	-6,1%
Imobilizações em Curso	1,8	2,9	-10,6	0,5	0,1	-0,4	12,3%	17,7%	-54,7%	6,0%	0,6%	-4,1%
Adiantamentos	0,2	-2,7	0,0	-2,8	0,0	0,0	3,7%	-48,2%	-1,2%	-99,3%	0,0%	0,0%
Total	140,3	80,9	194,3	99,2	-4,9	24,3	11,7%	6,0%	13,7%	6,1%	-0,3%	1,4%

Nos Quadros 3.09 e 3.10 apresenta-se a composição das **dívidas a receber** e a respetiva taxa de variação entre 2007 e 2013.

- O valor das **dívidas a receber**, no período em apreço, representa, em média 2,9% do total do ativo dos municípios, apresentando crescimento significativo até ao ano de 2011, em que somaram o valor e 1 328 milhões de euros. Em 2012 baixam 6,8% (-90,1 M€) e em 2013 continuam a descer à taxa de -8,9% (-110,5 M€), totalizando a verba de 1 127 milhões e euros.
- As duas componentes mais significativas dos créditos sobre terceiros são as dívidas de curto prazo constituídas sobre **clientes contribuintes e utentes e outros devedores**¹⁴⁶. Em conjunto representa-

ram, entre 2007 e 2013, 80,2% do total dos créditos a receber pelo universo dos municípios. A soma destes dois créditos sobre terceiros cresceu até 2011, tendo apresentado em 2012, uma descida de 4,8% (-51,7 M€). Em 2013 ambas as parcelas, ao somarem 900,8 M€, traduziram nova descida em 12,6% (-129,4 M€), passando a representar um pouco menos do total das dívidas a receber pelo conjunto dos municípios (79,9%). Os créditos provenientes de **clientes contribuintes e utentes**¹⁴⁷, embora apresentem crescimento contínuo desde 2010, aumentaram pouco significativamente em 2012 (apenas 3 M€) e em

¹⁴⁶ A existência de registo de valores significativamente elevados em outros devedores de curto prazo (rúbrica supostamente residual) deverá ser uma situação a contrariar de futuro, pois não permite avaliar a relevância substantiva destes créditos sobre terceiros, cujo peso relativo tem sido o mais elevado na estrutura das dívidas a receber.

Anota-se que esta rúbrica poderá incluir, ainda, valores de operações de tesouraria por contrapartida de valores inscritos no passivo.

¹⁴⁷ Dispõe o POCAL que estes créditos com um período de mora superior a seis meses deverão originar uma provisão de 50%, e aos que apresentarem uma mora igual ou superior a um ano deverá corresponder uma provisão de 100%.

2013 (apenas 1,5 M€). A rubrica **outros devedores** apresentou descidas significativas de valores em 2012 e 2013, respetivamente, -54,6 M€ e -130,9 M€. Estes dados traduzem o impacto da crise económica na atividade financeira dos municípios¹⁴⁸, mostrando a sua vulnerabilidade nas cobranças a terceiros dos serviços prestados.

- Verifica-se que 174 municípios em 2011, e 176 municípios em 2012, apresentaram valores inscritos em **clientes contribuintes e utentes de cobrança duvidosa**¹⁴⁹, no total de 37,6 M€. Em 2013 foram 173 os municípios que apresentaram valores nesta sub-rubrica, totalizando os 40,9 M€.

- As **dívidas a receber de M/L Prazo** adquiriram maior volume entre 2011 e 2013, passando a representar, em termos médios, cerca de 10,4 % do total da dívida a receber. Em 2011 traduziram-se em 130,2 M€, em 2012 somaram 129 M€ e em 2013 representaram créditos sobre terceiros no total de 122,8 M€. Os municípios nesta situação, em 2011, foram 31, em 2012, foram 22 e em 2013 identificaram-se 21 municípios. Continua a ser o município de Vila Nova de Gaia a apresentar valor mais significativo nesta rubrica, ao totalizar 43.549.787 €, absorvendo 35,5% do total dos créditos desta natureza para a globalidade dos municípios.

¹⁴⁸ Em 2010 o crescimento destas dívidas de terceiros dos municípios foi superior ao manifestado em 2011.

¹⁴⁹ São ainda muitos os municípios que inscrevem valores nesta rubrica, traduzindo simultaneamente dificuldades económicas da economia local, como alguma dificuldade dos municípios em atempadamente porem em execução mecanismos de cobrança coerciva que lhes permitem cobrar os seus créditos.

- A **dívida do Estado** aos municípios refletirá, essencialmente, no final de cada ano económico, a cobrança de impostos que o Ministério das Finanças efetuou por conta dos municípios e que, ocorrendo no final do ano económico, a sua entrega aos municípios só se concretizará no ano económico seguinte. Poderão estar incluídos neste valor também pagamentos de protocolos com os municípios, pelos quais o Estado possa estar em dívida. Poderá estar ainda refletido eventual IVA a recuperar de municípios com serviços municipais integrados (e.g. água e saneamento). Contudo, não é possível, pelos dados recolhidos, determinar qual a origem discriminada destes débitos. Anota-se que o valor, entre 2011 e 2013, tem sido relativamente superior ao registado nos anos anteriores, totalizando em cada um destes dois últimos anos, respetivamente o valor de 28,7 M€, 26,3 M€ e 28,7 M€, representando, em média, 2% do ativo global.

- Apresenta alguma relevância a dívida de terceiros inscrita como **dívida da Administração Autárquica** que, em 2011 e 2012 apresentaram diminuição de valores, respetivamente de -18,7 M€ (-22%) e -30,7 M€ (-46,2%). Em 2013 estes créditos aumentam em 24 M€ (+67,1%), totalizando 59,7 M€. Do valor global apresentado nestes dois anos, 40,4 M€ em 2011 e 18,9 M€ em 2012, dizem respeito ao município de Lisboa, e 6 M€ em 2012 ao município de Alcobaça. Em relação ao ano de 2013, os municípios responsáveis por esta inscrição contabilística foram essencialmente Lisboa com 41,4 M€, seguindo-se-lhe o município de Alcobaça com 6,1 M€. No total, em 2011 foram 32 os municípios que apresentaram dívidas a receber da Administração Autárquica, em 2012 apresentaram registo 31 municípios, passando para 30 em 2013.

Quadro 3.09 – Composição das Dívidas a Receber

Unidade: milhões de euros

Dívidas a Receber	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Dívidas a receber M/L prazo	37,0	96,0	91,5	86,3	130,2	129,0	123,1
Empréstimos concedidos (curto prazo)	60,0	6,6	7,5	7,3	6,2	5,5	6,2
Clientes contribuintes e utentes (curto prazo)	167,7	178,6	171,9	217,8	231,2	234,1	235,6
Estado e outros entes públicos (curto prazo)	16,7	18,1	18,9	22,6	28,7	26,3	28,7
Administração Autárquica (curto prazo)	75,2	63,8	83,2	85,1	66,4	35,7	59,7
Adiantamentos (curto prazo)	13,3	11,0	8,4	10,7	12,4	10,9	8,7
Outros devedores (curto prazo)	433,9	683,5	701,6	766,8	850,7	796,0	665,2
Outros (curto prazo)	14,6	15,9	0,0	0,0	2,1	0,1	0,1
Total de dívidas a receber em 31/12	818	1.074	1.083	1.197	1.328	1.238	1.127

Quadro 3.10 – Variação das componentes das Dívidas a Receber

Unidade: milhões de euros

Dívidas a Receber	Variação em M€						Variação em %					
	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13
Dívidas a receber M/L prazo	59,0	-4,5	-5,2	43,9	-1,2	-5,9	159,6%	-4,7%	-5,7%	50,9%	-0,9%	-4,6%
Empréstimos concedidos (curto prazo)	-53,4	0,9	-0,2	-1,1	-0,7	0,7	-89,0%	12,9%	-2,6%	-14,7%	-11,3%	12,0%
Clientes contribuintes e utentes (curto prazo)	10,9	-6,7	45,9	13,4	3,0	1,5	6,5%	-3,8%	26,7%	6,1%	1,3%	0,6%
Estado e outros entes públicos (curto prazo)	1,4	0,9	3,7	6,1	-2,4	2,4	8,2%	4,8%	19,3%	27,1%	-8,5%	9,2%
Administração Autárquica (curto prazo)	-11,4	19,4	2,0	-18,7	-30,7	24,0	-15,2%	30,3%	2,4%	-22,0%	-46,2%	67,1%
Adiantamentos (curto prazo)	-2,3	-2,6	2,3	1,6	-1,4	-2,2	-17,0%	-23,5%	27,1%	15,2%	-11,7%	-20,4%
Outros devedores (curto prazo)	249,6	18,1	65,2	83,9	-54,6	-130,9	57,5%	2,6%	9,3%	10,9%	-6,4%	-16,4%
Outros (curto prazo)	1,3	-15,9	0,0	2,1	-2,0	0,0	8,8%	-100%	0%	100%	-94,6%	-42,6%
Total de dívidas a receber no final do ano económico	255,2	9,5	113,6	131,3	-90,1	-110,5	31,2%	0,9%	10,5%	11,0%	-6,8%	-8,9%

• Da análise dos dois quadros anteriores, pode ainda verificar-se que há municípios que, apesar das dificuldades financeiras subjacentes à diminuição da receita municipal, ainda têm créditos a receber de terceiros por **empréstimos concedidos**, embora de curto prazo, havendo porém uma redução drástica em 2008 (-89%). Sendo possível aos municípios conceder empréstimos, verifica-se que embora não seja uma prática generalizada, há 44 municípios que exerceram essa competência em 2011¹⁵⁰, 49 municípios em 2012 e 53 em 2013. Tratou-se, contudo, de um valor insignificante na estrutura global dos ativos e no conjunto das dívidas a receber, representando, em média, 0,5%. Anota-se, contudo, que o volume

destes empréstimos, apesar de ter diminuído em 2011 e 2012, voltou a aumentar em 2013 cerca de 700 mil euros, o que representou uma taxa de crescimento de 12%.

No Quadro 3.11 a seguir, listam-se os municípios que apresentaram, em 2013, valores nas contas de empréstimos concedidos a terceiros de curto prazo, comparando com o historial contabilístico desde o ano de 2007. Não sendo possível identificar quais as entidades de destino destes empréstimos, fica apenas o elenco dos municípios que praticaram este ato, considerando a ordenação a partir do maior valor, no final de 2013, e o seu reporte a anos anteriores caso tenha existido movimento nesta conta.

¹⁵⁰ Como se poderá verificar no Quadro 3.11, alguns dos empréstimos referem-se a 2008 ou anos anteriores

Quadro 3.11 – Municípios com dívidas a receber relativas a empréstimos a terceiros

Unidade: euros

	Município	Dimensão	Empréstimos concedidos (curto prazo)						
			2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1	Coimbra	G	2.073.891	2.187.801	2.171.736	1.555.210	1.567.145	1.571.069	1.494.040
2	Oeiras	G	0	2.175.996	1.875.996	1.875.996	1.434.744	1.434.744	1.434.744
3	Portimão	M	0	0	0	0	0	0	610.159
4	Aveiro	M	0	0	0	0	0	0	450.374
5	Sintra	G	26.407	26.407	503.931	503.931	302.060	302.060	302.060
6	Viseu	M	109.185	0	268.888	268.888	268.888	268.888	268.888
7	Torres Vedras	M	314.653	311.725	321.135	365.210	368.560	373.488	206.364
8	Palmela	M	185.000	235.000	525.000	725.000	725.000	168.406	198.215
9	Alpiarça	P	194.258	194.258	194.258	194.258	194.258	194.258	194.258
10	Seixal	G	170.000	170.000	170.000	170.000	170.000	170.000	170.000
11	Évora	M	206.913	170.961	123.470	97.625	117.176	106.018	105.697
12	Setúbal	G	95.000	95.000	95.000	95.000	95.000	95.000	95.000
13	Maia	G	0	23.008	39.470	78.809	81.255	71.969	68.870
14	Ferreira do Alentejo	P	0	0	0	0	0	65.948	65.948
15	Rio Maior	M	0	54.775	54.775	54.775	54.775	54.775	54.775
16	Ponte de Lima	M	0	0	0	14.745	18.436	15.119	48.361
17	Melgaço	P	0	0	17.023	22.931	26.213	45.520	38.986
18	Mértola	P	97.431	69.437	53.784	39.778	30.086	26.470	21.262
19	Vizela	M	0	0	13.781	20.325	16.898	13.298	20.348
20	Penedono	P	0	0	0	0	0	10.700	19.632
21	Sever do Vouga	P	0	4.146	6.495	28.277	20.192	23.810	18.697
22	Cartaxo	M	43.597	50.862	39.751	31.648	26.052	20.851	18.596
23	Batalha	P	17.500	17.500	17.500	17.500	17.500	17.500	17.500
24	Castelo Branco	M	0	0	0	0	16.750	16.750	17.468
25	Soure	P	16.775	16.775	16.775	16.775	16.775	16.775	16.775
26	Moura	P	59.053	40.091	29.711	22.603	19.117	16.957	16.769
27	Redondo	P	29.427	0	0	0	0	18.516	16.685
28	Montemor-o-Novo	P	45.489	38.520	37.817	31.595	25.647	23.897	15.764
29	Figueira de Castelo Rodrigo	P	0	10.610	18.181	23.730	20.402	22.682	11.442
30	Oliveira de Azeméis	M	0	0	0	0	0	13.427	10.547
31	Baião	P	26.187	23.568	20.950	18.331	18.331	18.331	10.475
32	Sines	P	0	0	0	0	0	0	10.342
33	Santiago do Cacém	M	0	28.385	71.326	94.592	92.040	175.468	9.996
34	Portel	P	0	0	0	0	0	9.965	9.167
35	Castelo de Paiva	P	0	0	0	9.000	9.000	9.000	9.000

Município	Dimensão	Empréstimos concedidos (curto prazo)							
		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
36	Elvas	M	0	0	0	0	0	0	8.400
37	Alvito	P	0	0	0	0	0	9.000	8.375
38	Campo Maior	P	0	0	3.200	2.244	1.628	8.574	8.354
39	Tavira	M	10.404	0	0	0	0	7.902	7.902
40	Sesimbra	M	7.634	7.634	7.634	7.634	7.634	7.634	7.634
41	Oliveira do Bairro	M	0	9.000	7.732	6.259	4.786	9.407	7.235
42	Guarda	M	0	0	7.000	5.978	10.203	8.151	6.951
43	Reguengos de Monsaraz	P	0	0	0	0	6.250	6.250	6.250
44	Vendas Novas	P	28.769	12.235	10.419	15.315	12.832	9.302	5.960
45	Valença	P	0	0	0	0	0	0	5.128
46	Aljustrel	P	18.888	9.345	7.267	8.415	6.104	5.317	4.576
47	Borba	P	23.230	13.960	8.489	4.197	4.197	4.197	4.197
48	Marvão	P	0	8.868	11.822	9.601	8.411	5.809	3.439
49	Beja	M	109	109	2.041	1.804	1.677	4.001	3.413
50	Coruche	P	2.715	5.127	12.371	9.827	8.044	4.735	2.893
51	Chamusca	P	7.125	5.875	4.750	3.625	2.500	2.000	2.000
52	Almeida	P	0	0	0	0	1.640	1.640	1.640
53	Lagos	M	727	727	727	727	727	727	727
Total			3.810.368	6.017.706	6.770.203	6.452.158	5.828.935	5.486.305	6.172.276

• Os municípios de Coimbra e Oeiras destacam-se pelo valor avultado de empréstimos concedidos em finais de 2013. Há ainda municípios que concederam empréstimos, em 2013, pela primeira vez, nomeadamente Portimão, Aveiro, Sines, Elvas e Valença.

As **disponibilidades** são a componente do Ativo cuja fiabilidade será mais fácil de conferir¹⁵¹, dado representarem os valores dos saldos em caixa, depósitos em instituições financeiras e aplicações em títulos negociáveis. O peso desta componente no Ativo dos mu-

¹⁵¹ Contudo, a interpretação do valor das disponibilidades num município deverá ser efetuada com cuidado, dado que o valor das mesmas inclui, para além das “reais” disponibilidades, outras, designadamente, as operações de tesouraria (e.g. cauções em bancos, de fornecedores ou clientes; impostos retidos a entregar ao Estado; etc.) que representam cobranças para terceiros ou de terceiros, não constituindo deste modo disponibilidades da entidade. Por outro lado, alguns valores de disponibilidades poderão estar consignados a projetos específicos, para os quais não se dispõe de informação. Assim, entende-se que será de toda a utilidade que a leitura do valor das disponibilidades seja efetuada em simultâneo com a informação obtida do Mapa de Fluxos de Caixa. Este distingue as disponibilidades em orçamentais e referentes a Operações de Tesouraria.

nicipios situou-se entre o mínimo de 0,12% no Município de Ribeira Brava e o máximo de 17,6% no Município de Amadora, registando-se um peso médio global de 2,3%.

Os Quadros 3.12 e 3.13 apresentam a composição das disponibilidades no final de cada ano económico e a respetiva variação.

Estando incluído no valor de depósitos em instituições financeiras e caixa montantes relativos a meras operações de tesouraria, com vista a uma informação mais objetiva sobre as reais disponibilidades dos municípios, procedeu-se à dedução do montante global contabilizado em cauções de fornecedores e clientes, bem como o saldo de operações de tesouraria. Obteve-se, assim, o que entendemos ser as reais disponibilidades dos municípios, no final de cada ano económico¹⁵².

¹⁵² Informação obtida através do cruzamento da informação dos Mapas de Fluxos de Caixa com a dos de Operações de Tesouraria, expurgando os saldos destas últimas do saldo de fluxos de caixa.

Quadro 3.12 – Disponibilidades e disponibilidades reais

Unidade: milhões de euros

Depósitos e Caixa	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Depósitos em instituições financeiras e caixa	738,5	673,2	583,7	595,9	666,0	761,2	874,7
Títulos negociáveis	59,5	34,5	14,8	13,7	15,6	15,7	9,3
(1) Total de disponibilidades	798,0	707,7	598,5	609,5	681,6	777,0	884,0
(2) Operações de Tesouraria ²	143,8	130,5	154,5	169,2	179,3	180,8	186,1
(3=1-2) Total de disponibilidades reais	654,2	577,2	444,0	440,4	502,2	596,1	697,9

Quadro 3.13 – Variação das Disponibilidades

Unidade: milhões de euros

Depósitos e Caixa	Variação em M€						Variação em %					
	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13
Depósitos em instituições financeiras e caixa	-65,3	-89,5	12,2	70,1	95,2	113,4	-8,8%	-13,3%	2,1%	11,8%	14,3%	14,9%
Títulos negociáveis	-25,0	-19,7	-1,2	1,9	0,2	-6,4	-42,0%	-57,0%	-7,9%	13,9%	1,1%	-40,6%
(1) Total de disponibilidades	-90,3	-109,2	11,0	72,0	95,4	107,0	-11,3%	-15,4%	1,8%	11,8%	14,0%	13,8%
(2) Operações de Tesouraria*	-13,3	24,0	14,6	10,2	1,5	5,3	-9,2%	18,4%	9,5%	6,0%	0,8%	2,9%
(3=1-2) Total de disponibilidades reais	-77,0	-133,2	-3,6	61,9	93,9	101,8	-11,8%	-23,1%	-0,8%	14,0%	18,7%	17,1%

* Não foi possível recolher estes dados do Mapa de Fluxos de Caixa relativamente a 26 municípios em 2007, 69 municípios em 2008, 53 municípios em 2009, 20 municípios em 2010, 2 municípios em 2011, 0 municípios em 2012 e 1 município em 2013.

• Após uma quebra acentuada entre 2007 e 2010, as disponibilidades reais voltaram a subir a partir de 2011, atingindo 697,9 M€ em 2013 (+17,1% que em 2012). Dado que as operações de tesouraria subiram neste período, o aumento deveu-se ao crescimento verificado em depósitos em instituições financeiras e caixa, já que o investimento em títulos negociáveis diminuiu, sobretudo em 2013 (-107 M€, correspondentes a -40,6%).

3.3. Fundos Próprios (Património Líquido) e Proveitos diferidos

No Quadro 3.14 apresenta-se o valor global dos **Fundos Próprios** do universo total dos municípios. Os Fundos Próprios¹⁵³ sendo a diferença entre o Ativo e o Passivo, **representam o património líqui-**

do de cada município. No Quadro 3.15 apresenta-se a respetiva variação de valores, em milhões de euros¹⁵⁴.

Com o início da implementação do POCAL, impôs-se às autarquias identificarem os seus Fundos Próprios, ou Património Líquido, a partir do balanço inicial. O Fundo Patrimonial (inicial) representou a diferença entre o Ativo e o Passivo no momento da elaboração do primeiro balanço do município. Deste modo, o valor desta conta deveria ser igual ao longo dos anos em análise, o que não aconteceu, tendo o mesmo, apresentado um crescimento quase contínuo, o qual se deverá, essencialmente, ao facto de alguns municípios não terem, ainda, terminado o processo de inventariação e avaliação do seu imobilizado corrigindo e atualizando, anualmente, o Ativo por contrapartida da conta Fundo Patrimonial.

¹⁵³ Os Fundos Próprios, também designados por Património Líquido, são constituídos por quatro grandes grupos: Fundo Patrimonial inicial ou Património inicial; Fundo Patrimonial adquirido proveniente dos resultados dos diferentes exercícios (incluindo reservas); Subsídios de capital recebidos e doações recebidas; e Reavaliações de imobilizado.

¹⁵⁴ O POCAL regista os Proveitos diferidos no Passivo (na conta «2745 – Proveitos diferidos, subsídios para investimentos»), mas como, na realidade, não se trata de uma dívida a pagar, incluímos esse valor nestes quadros.

Quadro 3.14 – Composição dos Fundos Próprios (Património Líquido)

Unidade: milhões de euros

Fundos próprios	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Variação (%) 12-13
Fundo Patrimonial	19 682,7	20 173,5	20 704,0	21 576,6	21 392,4	21.636,4	22.073,4	2,0%
Reservas*	883,8	1 122,5	1 205,1	1 348,6	1 446,6	1.626,7	1.779,5	9,4%
Doações	433,8	475,1	526,9	583,8	610,6	483,7	528,6	9,3%
Subsídios + cedências + outros	172,2	563,5	754,5	194,2	229,3	139,7	139,6	0,0%
Resultados transitados	1 547,7	1 714,1	1 534,6	1 501,7	1 360,3	1.019,5	1.312,9	28,8%
Resultados do exercício	484,7	303,0	-226,2	102,0	143,4	585,1	70,5	-87,9%
Total dos Fundos Próprios	23 204,9	24 351,8	24 499,0	25 306,9	25 182,6	25.491,0	25.904,5	1,6%
Proveitos diferidos	3 895,8	4 440,0	4 871,0	5 299,7	6 049,8	6.575,3	6.795,5	3,3%
Total dos Fundos Próprios e Proveitos diferidos	27 100,7	28 791,8	29 369,9	30 606,6	31 232,4	32.066,3	32.700,0	2,0%

* Inclui todas as reservas: de reavaliação (10%), legais (36,6%), estatutárias (0,2%), livres (27,7%) e decorrentes transferências de ativos (25,4%).

As reservas de reavaliação resultariam da atualização do valor de aquisição e das respetivas amortizações acumuladas, dos ativos imobilizados (com exceção dos Investimentos Financeiros, pois neste caso seriam «ajustamentos» positivos). O POCAL, contudo, condiciona as reavaliações à promulgação de leis próprias para o efeito (o que contraria, em parte, as atuais tendências da contabilidade para substituir o princípio do custo histórico pela designado justo valor ou valor de mercado). O impedimento dos municípios procederem a reavaliações de uma forma livre, tem como objetivo limitar eventuais sobreavaliações do Ativo, fazendo prevalecer o princípio da prudência. No entanto, uma vez que o CIBE, para efeitos de elaboração do primeiro inventário preparado pelas regras daquele diploma, permite reavaliar bens cujo valor atual é significativamente superior ao valor histórico, tais reservas podem existir nos balanços dos municípios

Quadro 3.15 – Variação das componentes dos Fundos Próprios (Património Líquido)

Unidade: milhões de euros

Fundos próprios	Variação em M€					
	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13
Fundo Patrimonial	490,8	530,5	872,6	-184,2	244,0	437,0
Reservas	238,7	82,6	143,4	98,0	180,1	152,8
Doações	41,2	51,9	56,9	26,7	-126,9	44,9
Subsídios + cedências + outros	391,3	190,9	-560,3	35,2	-89,7	-0,1
Resultados transitados	166,5	-179,5	-32,9	-141,4	-340,9	293,4
Resultados do exercício	-181,7	-529,2	328,2	41,4	441,7	-514,5
Total dos Fundos Próprios	1.146,9	147,2	808,0	-124,3	308,4	413,5
Proveitos diferidos	544,2	431,0	428,7	750,1	525,5	220,2
Total dos Fundos Próprios e Proveitos diferidos	1.691,1	578,1	1.236,7	625,8	833,8	633,8

Da análise dos quadros antecedentes relevam-se as seguintes observações, em relação às diferentes componentes dos Fundos Próprios:

- No final de 2013, o valor do **fundo patrimonial** foi de 22,1 mil M€, representando uma taxa de crescimento de 2% (+437 M€) face a 2012, tendo contribuído para esta situação 138 municípios que apresentaram aumento de valor nesta conta.
- Relativamente aos **resultados líquidos do exercício**, verifica-se que ao aumento significativo apresentado em 2012 (+441,7 M€, ou seja, +308,1%) se seguiu, em 2013, uma diminuição de 87,9% (-514,5 M€), mantendo-se, no entanto, considerando a globalidade dos municípios, um resultado positivo de 70,5 M€.
- Os **subsídios** registados nos Fundos Próprios, em geral, apenas contêm os subsídios destinados a investimentos em bens não amortizáveis. O valor registado em 2013 é sensivelmente igual ao registado em 2012, com uma pequena diminuição de 0,1 M€ que percentualmente não tem significado. Em 2012 tinham registado, no entanto, uma diminuição de 39,1% (-89,7M€). Da análise das contas aos 308 municípios, verificou-se que 115 municípios, em 2013, reconheceram subsídios nesta conta¹⁵⁵.
- Pela análise das contas constata-se que o valor considerado como **doações** é materialmente relevante, tendo representado, em média, 2,1% dos Fundos Próprios. Aumentou de volume entre 2007 e 2011, ano em que atingiu o montante mais elevado de 610,6M€. Em 2012 baixa significativamente (-126,9M€, i.e., -20,8%), mas em 2013 volta a apresentar um acréscimo de 9,3% (+44,9 M€), totalizando a verba de 528,6 M€. Em 2011, 190 municípios apresentaram valores na rubrica doações e em 2012 registaram saldo nesta conta 195 municípios, tendo apresentado maior decréscimo deste valor no último destes dois anos: Alter do Chão, Cartaxo, Évora e Vila Franca de Xira. Em 2013 apresentaram valores na rubrica doações 198 municípios, tendo 90 destes, apresentado aumento de montante.
- Relativamente a **reservas** verifica-se que, em 2013, apresentaram um acréscimo de 9,4% (+152,8 M€), representando 5,4% do total de Fundos Próprios ao apresentar o valor acumulado de 1 779,5 M€. Apresentaram registo nesta rubrica 281 municípios. Mantemos, no entanto, a opinião que o tratamento mais correto seria registar esta “retificação” do valor contabilístico dos ativos, na conta Resultados Transitados.

¹⁵⁵ Em 2011 foram 99 municípios e em 2012 105 municípios.

• Os **resultados transitados** em 2013 apresentaram o valor de 1 312,9 M€, representando 5,8% dos Fundos Próprios. Neste ano aumentaram 28,8% (+293,4 M€), após decréscimos sucessivos verificado nos quatro anos anteriores.

• Os **proveitos diferidos** compreendem as receitas que devem ser reconhecidas como proveitos em diversos exercícios seguintes, de acordo com o princípio do acréscimo (ou da especialização dos exercícios). Esta conta, pelo volume de transferências destinadas ao investimento (ou subsídios para investimentos amortizáveis), tem assumido valores relevantes e sempre crescentes no período em apreço. Pelo seu próprio significado, não será uma verdadeira conta de Passivo, embora, se encontre registada nesta parte do balanço, por imposições de normalização contabilística aplicadas ao setor público administrativo¹⁵⁶. Antes se deverá ler esta informação como o montante de transferências/subsídios obtidos, a aplicar ou aplicados em investimentos e ainda não amortizados. Estavam nesta situação, no final de 2013, para a totalidade dos municípios, cerca de 6,8 mil M€ (+220,2 M€ que em 2012, ou seja, +3,3%)¹⁵⁷.

3.4 Passivo

3.4.1. Estrutura e variação do passivo

O Quadro 3.16 mostra o valor das diferentes componentes do passivo¹⁵⁸ no período de 2007/2013, realçando a sua variação percentual no biénio 2012/2013.

¹⁵⁶ O SNC regista todos os subsídios destinados a investimentos na classe 5 e não em Passivos. Este procedimento deverá também ocorrer no novo normativo contabilístico público, por ser uma recomendação das Normas Internacionais de Contabilidade Pública.

¹⁵⁷ O valor deste crescimento representará o montante de transferências/subsídios ao investimento recebido em cada ano, pelo setor autárquico, deduzido da afetação de montantes a resultados do exercício, fruto da “amortização” anual dos valores acumulados na conta de proveitos diferidos (periodização económica).

¹⁵⁸ O Passivo inclui três grandes componentes: Passivo exigível, ou seja, as dívidas a pagar; Passivo não exigível, que inclui os «Acréscimos de Custos» e os «Proveitos Diferidos»; Passivo possivelmente exigível refletido na conta «Provisões para riscos e encargos». Quando se comenta o passivo de qualquer empresa ou entidade, refere-se as dívidas para com terceiros, excluindo-se o passivo não exigível (nomeadamente os proveitos diferidos) e as provisões para riscos e encargos. Incluir estas duas últimas componentes pode levar a análises financeiras distorcidas, nomeadamente no caso das entidades públicas que, por regra, têm valores significativos em proveitos diferidos devido a transferências e subsídios de capital registados como proveitos durante a vida útil dos bens adquiridos ou construídos com esse financiamento. Por esse motivo, não se inclui no presente quadro o valor dos proveitos diferidos.

Quadro 3.16 – Componentes do Passivo*

Unidade: milhões de euros

Passivo	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Variação (%) 12-13
Dívidas a Médio e Longo Prazo ^{*1}	4.448,9	4.399,4	4.687,5	5.140,4	5.120,6	4.997,1	4.370,7	4.516,6	3,3%
Dívidas a Curto Prazo ^{*2}	2.045,7	2.120,6	2.306,3	2.725,1	2.985,9	3.010,0	2.540,8	2.019,7	-20,5%
Dívidas a Curto Prazo – natureza não orçamental ^{*3}	142,5	143,8	130,5	154,5	169,2	179,3	180,8	186,1	2,9%
Total das Dívidas a Curto Prazo	2.188,2	2.264,4	2.436,8	2.879,7	3.155,1	3.189,4	2.721,7	2.205,8	-19,0%
Total de dívidas a terceiros	6.637,1	6.663,8	7.124,3	8.020,1	8.275,7	8.186,4	7.092,4	6.722,4	-5,2%
Provisões para riscos e encargos ^{*4}	134,7	309,6	311,0	763,6	774,8	768,4	835,9	921,2	10,2%
Acréscimos de Custos ^{*5}	194,0	280,3	447,5	468,0	417,4	321,7	331,5	424,1	27,9%
Passivo não exigível	328,7	589,9	758,5	1.231,6	1.192,2	1.090,1	1.167,4	1.345,3	15,2%
Total do Passivo (sem proveitos diferidos)	6.965,8	7.253,7	7.882,8	9.251,7	9.467,9	9.276,5	8.259,8	8.067,7	-2,3%

* Exclui proveitos diferidos.

^{*1} Refere-se à totalidade do stock da dívida bancária e dos contratos de locação financeira, bem como outras dívidas a terceiros, de médio prazo, ainda existentes. Todos os empréstimos estão abrangidos por este cálculo, incluindo aqueles que são objeto de exceção para efeitos de cálculo do limite de endividamento e as dívidas dos municípios às empresas concessionárias de serviço de distribuição de energia elétrica em baixa tensão. A dívida resultante dos empréstimos contratualizados com o Estado ao abrigo do PAEL está também já considerada nos montantes apresentados para 2012 e para 2013.

^{*2} Os valores apresentados neste quadro não coincidem com os montantes apresentados no Capítulo 2 deste anuário (ponto 2.3.2 no Quadro 2.31), para compromissos do exercício por pagar. Esta divergência de valores deve-se ao facto de os valores apresentados como dívidas de curto prazo e constantes deste quadro (Quadro 3.16) poderem conter obrigações de pagamento resultantes de operações extraorçamentais não incluídas no mapa de operações de tesouraria e que, por falta de informação, não foi possível isolar deste item. Anota-se ainda que, dos valores apresentados no Capítulo 2 em compromissos por pagar, poderão constar montantes de encargos assumidos não concretizados, que não foram objeto de anulação em sede de encerramento de contas. Foi chamada a atenção para este facto no ponto 2.3.4, relativo à análise da despesa.

^{*3} Os montantes inscritos nestas linhas são os saldos de tesouraria apresentados no mapa de fluxos de caixa. Com a informação recolhida via Tribunal de Contas para a realização deste Anuário, não foi possível identificar que valores das contas «24 – Estado e outros entes públicos» e «26 – Outros devedores e credores» do balanço se referem a dívida de natureza não orçamental. Assim, apenas se isolou do total do Passivo de curto prazo os montantes inscritos em operações de tesouraria, admitindo que existirão mais valores para além destes que também se referem a dívida não orçamental, como por exemplo o valor do IVA a entregar ao Estado.

^{*4} As provisões para riscos e encargos representam provisões de responsabilidades quase certas (de tempestividade e/ou montantes incertos) que devem ser objeto de registo contabilístico, pois trata-se de situações que poderão, no futuro, ocasionar situação de dívida, caso ocorram certos factos. Por exemplo, consideram-se provisões para riscos e encargos, as responsabilidades referentes a processos judiciais em curso (obrigação presente que, muito provavelmente, exige um pagamento futuro).

^{*5} Os acréscimos de custos constituem valores que decorrem, também, da aplicação de normas contabilísticas, que fazem corresponder ao momento em que juridicamente se cria uma obrigação para com terceiros, custos que se vencem em anos subsequentes. Resulta de uma operação de final de exercício ainda não praticada por todos os municípios, pese embora a sua obrigatoriedade, e que, no contexto da administração pública, dada a prevalência da legalidade, pode não representar, de facto, qualquer situação de dívida já constituída para com terceiros, já que ainda não há documento vinculativo. O princípio contabilístico da especialização dos exercícios, existente no POCAL, obriga a que se considere custos do exercício, mesmo que pagos nos exercícios seguintes, os que decorrem de situações geradas no próprio exercício. Disto é exemplo o registo em 31 de dezembro, do custo de férias e subsídio de férias, a pagar no ano seguinte.

Com vista à obtenção do valor da Dívida Total¹⁵⁹ para o universo dos 308 municípios considerando apenas, por falta de informação resultante da consolidação do grupo autárquico, os valores referen-

tes ao município e seus serviços simples sem autonomia, no quadro antecedente procedeu-se, desde já, à separação de dívida de curto prazo entre a que se refere a dívida de operações orçamentais e a que se refere a dívida de operações de tesouraria.

Com os constrangimentos apresentados na nota de rodapé n.43,

¹⁵⁹ A ser tratada no ponto 3.4.3, neste Anuário.

pode-se concluir que o peso da dívida resultante de operações de tesouraria foi em 2013, de apenas de 2,8% no total do passivo exigível e de 8,4%¹⁶⁰ no total da dívida de curto prazo.

¹⁶⁰ Os montantes de retenção de IRS e outras contribuições retidas resultantes dos contratos de trabalho, bem como o valor do IVA a entregar ao Estado, são valores que assumem relevância nas operações não orçamentais e que justificam o peso que detêm no total das dívidas de curto prazo. Pese embora os valores de terceiros à guarda dos municípios que, enquanto não entregues, serão contabilizados no passivo e

Na sequência também da apresentação do Quadro 3.17 sobre a estrutura das componentes do passivo exigível e dos correspondentes pesos na dívida total, passar-se-á à apresentação de algumas notas que os mesmos nos sugerem.

curto prazo, não sejam dívida do município e, por isso mesmo, sejam expurgados para efeitos do cálculo da dívida total, terão sempre que ser considerados do ponto e vista financeiro como passivo bruto exigível, apesar de, no ativo, existir a correspondente disponibilidade de meios.

Quadro 3.17 – Estrutura do Passivo

Passivo	Estrutura (peso das componentes no total do passivo)							Estrutura da dívida a terceiros (peso de cada uma das duas componentes no valor da dívida a terceiros)						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Dívidas a Médio e Longo Prazo	60,7%	59,5%	55,6%	54,1%	53,9%	52,9%	56,0%	66,0%	65,8%	64,1%	61,9%	61,0%	61,6%	67,2%
Dívidas a Curto Prazo	29,2%	29,3%	29,5%	31,5%	32,4%	30,8%	25,0%	31,8%	32,4%	34,0%	36,1%	36,8%	35,8%	30,0%
Dívidas a Curto Prazo - natureza não orçamental	2,0%	1,7%	1,7%	1,8%	1,9%	2,2%	2,3%	2,2%	1,8%	1,9%	2,0%	2,2%	2,5%	2,8%
Total das Dívidas a Curto Prazo	31,2%	30,9%	31,1%	33,3%	34,4%	33,0%	27,3%	34,0%	34,2%	35,9%	38,1%	39,0%	38,4%	32,8%
Total de dívidas a terceiros	91,9%	90,4%	86,7%	87,4%	88,2%	85,9%	83,3%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Provisões para riscos e encargos	4,3%	3,9%	8,3%	8,2%	8,3%	10,1%	11,4%							
Acréscimos de Custos	3,9%	5,7%	5,1%	4,4%	3,5%	4,0%	5,3%							
Passivo não exigível	8,1%	9,6%	13,3%	12,6%	11,8%	14,1%	16,7%							
Total do Passivo (sem proveitos diferidos)	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%							

- Em 2011 e em 2012 o **passivo exigível baixou**, respetivamente, 1,1% (- 89,3 M€) e 13,4% (-1 094,1 M€). Foram os dois primeiros anos de descida do passivo no sector autárquico desde 2006, tendo a descida, em 2012, representado um volume considerado de abate à dívida dos municípios¹⁶¹.
- Em 2013 aquele passivo continuou a descer embora a ritmo inferior ao verificado em 2012. Mesmo assim, baixa 369,9 M€ (-5,2%), por influência da descida da **dívida de curto prazo de natureza orçamental** que diminuiu 521,2 M€ (-20,5%)¹⁶². Para esta descida

¹⁶¹ Concorreu, significativamente mais, para a variação verificada em 2011 e 2012, a descida do passivo de médio e longo prazo que baixou 2,4% (-123,5 M€), no primeiro destes dois anos e -12,5% (-626,4 M€) no segundo. O passivo de curto prazo, em 2011, ainda apresentou uma taxa de crescimento de 1,1% (+34,3 M€), mas em 2012 já apresentou um decréscimo significativo de 14,7% (-467,7 M€).

¹⁶² Em 2012 a dívida de curto prazo de natureza orçamental desceu 469,2 M€ (-15,6%).

da dívida a fornecedores contribuiu decisivamente a adesão dos 99 municípios ao PAEL, tendo recebido de empréstimos do Estado para este fim, em 2013, 468,3 M€. No entanto, este valor teve a sua contrapartida, em igual valor, no acréscimo da dívida bruta de médio e longo prazo.

- A **dívida de médio e longo prazo** ao aumentar no total, em 2013, apenas 146 M€ (+3,3%), revela o extraordinário esforço dos municípios em proceder à amortização do *stock* da dívida bancária e o constrangimento de acesso a novos créditos para o desenvolvimento da sua atividade.

Observando o Quadro 3.18, poderemos identificar para 2012 e para 2013 qual o impacto que a contratualização de empréstimos junto do Estado, ao abrigo do Programa de Apoio à Economia Local, teve na variação da dívida de médio e longo prazo.

Quadro 3.18 – Componentes da Dívida a pagar de Médio e Longo Prazo

Unidade: milhões euros

Dívidas a Médio e Longo Prazo	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Variação (%) 12-13
Dívida a instituições de crédito	3.387,7	3.879,0	3.989,2	4.482,6	4.379,7	4.303,5	3.941,5	3.619,3	-8,2%
Dívida de adesões ao PAEL	-	-	-	-	-	-	13,7	468,3	-
Outras dívidas de médio e longo prazo	1.061,2	520,4	698,3	657,8	740,9	693,5	415,5	429,1	3,3%
Total de dívidas de médio e longo prazo	4.448,9	4.399,4	4.687,5	5.140,4	5.120,6	4.997,1	4.370,7	4.516,6	-5,2%

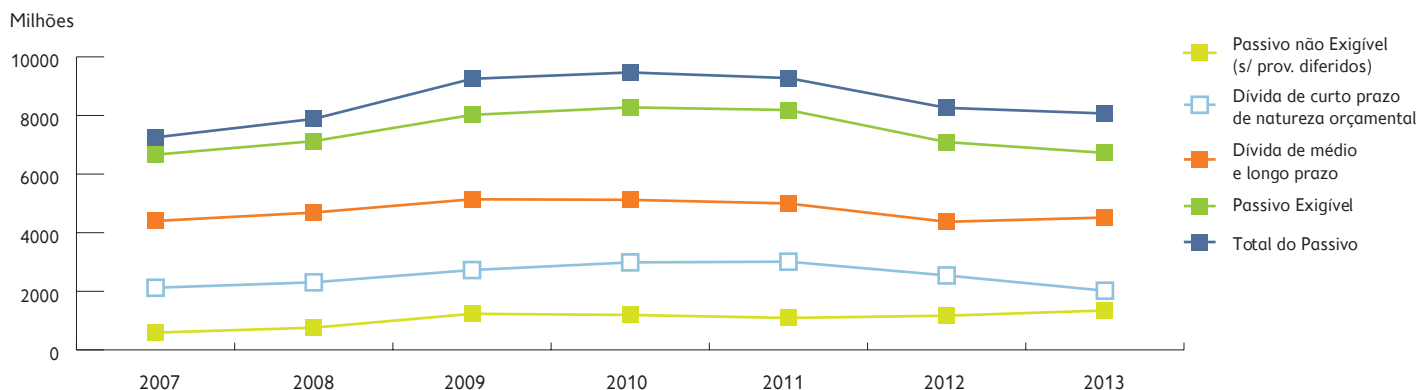
Porque os empréstimos ao abrigo do PAEL só começaram a ser utilizados a partir de dezembro de 2012, o impacto no volume da dívida de médio e longo prazo só se refletiu consideravelmente, em 2013. O *stock* da dívida de médio e longo prazo sem o PAEL seria, em 2013, de 4 048,4 M€.

De qualquer modo, o aumento em 468,3 M€ deveria refletir-se no decréscimo equivalente da dívida de curto prazo dos municípios apoiados em 2013 que, de acordo com a contratualização feita com

o Estado, não poderiam aumentar a dívida a fornecedores. Contudo, analisados os balanços dos referidos municípios, verifica-se que 8 destes municípios apresentaram, em 2013, aumento da dívida e curto prazo.

Em complemento à análise do Passivo para o universo total dos 308 municípios, apresenta-se o Gráfico 3.04 com a evolução das principais variáveis.

Gráfico 3.04 – Evolução do Passivo



A tendência de decréscimo, em 2013, é contrariada pelo aumento da dívida e médio e longo prazo, que substitui a dívida de curto prazo de natureza orçamental, pelas razões já mencionadas, designadamente o PAEL.

• O **passivo não exigível** apresentou em 2013 uma taxa de crescimento de 15,2% traduzida num aumento de 177,8 M€. Este aumento, embora de ritmo mais acelerado, mantém a tendência já verificada no ano de 2012, em que aumentou 7,1 % (+77,3 M€).

Em 2013 contribuíram para este aumento de valor, ambas as componentes deste passivo, tendo as provisões para riscos e encargos

aumentado 85,3 M€ (+10,2%) e o acréscimo de custos crescido 92,6 M€ (+27,9%). Face ao progressivo aumento de valor das provisões observou-se mais detalhadamente as contas dos municípios com valores mais representativos nesta rubrica, do qual resultou o Quadro 3.19, abaixo apresentado, que lista os 21 municípios com provisões para riscos e encargos acima de 5 M€. Desta lista, destaca-se o município de Lisboa, que apresenta valores notoriamente mais elevados que os restantes municípios. Realça-se o facto de entre estes 21 municípios se encontrar um de pequena dimensão, Sines, e sete municípios de média dimensão.

Quadro 3.19 – Municípios com valor em provisões para riscos e encargos superior a 5 milhões de euros

Unidade: euros

	Município	Dimensão	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1	Lisboa	G	215.578.612	189.025.582	584.397.163	525.337.602	439.185.125	414.569.899	441.768.499
2	Loures	G	17.727.417	20.925.849	25.191.829	27.783.671	64.005.025	67.772.510	73.522.699
3	Vila Nova de Gaia	G	450.000	14.300.000	755.000	23.500.000	33.300.000	43.914.951	51.194.130
4	Marco de Canaveses	M	949.900	949.900	41.860.754	40.156.008	40.156.008	40.156.008	40.156.008
5	Porto	G	27.644.391	25.263.804	22.074.305	22.823.882	24.185.689	30.982.291	31.078.615
6	Fundão	M	0	0	3.414.564	5.220.295	8.220.055	10.821.102	18.989.359
7	Sintra	G	9.102.129	1.336.118	3.147.535	5.608.813	8.459.053	14.995.132	17.150.266
8	Oeiras	G	1.376.006	7.976.384	9.030.805	9.079.191	10.491.332	17.034.041	16.298.563
9	Santarém	M	0	0	0	0	466.356	18.483.369	13.181.643
10	Coimbra	G	0	0	500.000	7.052.612	6.668.295	10.821.493	13.096.256
11	Sines	P	1.222.707	1.222.707	1.222.707	2.826.666	2.826.666	3.254.993	10.366.657
12	Matosinhos	G	0	0	335.453	0	0	13.395.043	9.904.093
13	Bragança	M	7.726.005	7.945.750	8.291.220	9.847.807	9.272.162	9.746.282	9.714.178
14	Leiria	G	0	1.700	1.374.101	3.855.122	4.843.285	4.647.292	7.037.861
15	Gondomar	G	3.150.000	3.150.000	3.150.000	6.898.168	6.317.705	6.664.752	6.659.907
16	Setúbal	G	7.986.116	8.978.148	8.981.355	4.430.062	3.818.331	5.505.495	6.490.562
17	Almada	G	0	0	0	591.346	5.811.003	6.801.501	5.932.636
18	Faro	M	0	4.594.302	5.897.132	5.845.301	5.874.051	5.825.297	5.825.297
19	Guimarães	G	0	0	0	0	865.391	859.279	5.710.951
20	Trofa	M	0	1.226.907	3.079.017	6.582.928	6.944.475	5.224.782	5.549.540
21	Chaves	M	0	0	0	0	0	2.128.243	5.435.145

Em 2013 apenas 148 municípios apresentaram valores em provisões para riscos e encargos. Contudo, para além das provisões que a lei obriga a constituir como forma de acautelar contingências que possam no futuro transformar-se em encargos reais, os municípios deveriam constituir provisões para todos os processos em contenda em tribunal dos quais possam advir responsabilidades financeiras, desde que os respetivos montantes possam ser objetivamente apurados. Dos mapas de prestação de contas não é possível obter uma discriminação mais apurada da natureza destes registos, de modo a concluir-se sobre quais as provisões que estarão em maior probabilidade de se transformarem em futuros desembolsos, embora tal informação devesse estar apresentada, designadamente no Anexo. Quanto a **acréscimos de custos**, depois de uma quebra em 2010 e 2011, volta a subir em 2013 e particularmente em 2013 (+27,9%). Verifica-se todavia que, em 2013, 11 municípios não registaram va-

lor nesta rubrica, conforme apresentado no Quadro 3.03¹⁶³.

3.4.2. O passivo exigível dos municípios (Dívidas a Pagar)

Sendo o passivo exigível (dívidas a pagar), uma das variáveis mais importantes da gestão financeira dos municípios, importa observar o comportamento destes em relação à mesma. Assim, apresentam-se de seguida, os Ranking dos 50 municípios com menor e maior passivo exigível (R39 e R40), bem como os Rankings dos municípios com maior variação desta componente do passivo (R41 e R42).

Dos seguintes 50 municípios abaixo elencados como sendo os que menor passivo apresentaram, em 2013, quatro (4) são de média dimensão, sendo os restantes de pequena dimensão.

¹⁶³ Já o mesmo tinha acontecido a 12 deles em 2012 (Amares, Cadaval, Carrazeda de Ansiães, Oleiros, Ourique, Pedrógão Grande, Portel, Porto de Mós, Santana, São João da Pesqueira, Tondela e Vila Nova de Poiares).

R39 – Municípios com menor passivo exigível, ordenados pelo valor de 2013

Unidade: euros

Município	Dimensão	Passivo Exigível						
		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1 Penedono	P	76.029	99.573	161.925	187.023	213.999	218.080	222.203
2 Mealhada	M	5.370.057	4.991.560	4.279.126	3.494.583	2.811.221	2.427.507	561.018
3 Pampilhosa da Serra	P	2.277.578	2.113.072	1.796.933	1.548.333	1.431.501	977.181	573.011
4 Santa Cruz das Flores	P	1.472.867	1.353.629	1.322.124	1.152.024	1.056.527	796.832	581.696
5 Castelo de Vide	P	2.445.600	1.888.311	1.745.760	1.350.556	1.363.995	799.227	656.765
6 Penacova	P	1.657.536	1.403.755	2.943.396	3.763.875	2.640.265	1.337.160	667.435
7 Redondo	P	1.048.149	771.201	592.994	1.472.060	1.136.958	859.995	714.346
8 Vila do Porto	P	1.661.088	1.449.161	1.520.439	1.722.404	1.290.681	1.129.066	839.579
9 Vila Velha de Ródão	P	1.852.493	2.520.427	2.074.735	1.872.594	1.393.505	1.148.796	901.431
10 Alvito	P	1.696.004	2.039.735	1.828.897	2.892.247	1.451.012	1.149.901	988.464
11 São Roque do Pico	P	2.263.266	1.905.901	2.928.466	3.032.628	1.497.352	1.201.197	1.011.129
12 Viana do Alentejo	P	1.310.182	1.085.466	875.263	1.374.950	1.443.379	1.052.254	1.088.298
13 Corvo	P	2.403.773	2.231.292	1.892.422	1.533.006	1.566.209	1.217.545	1.110.075
14 Marvão	P	1.415.614	1.579.806	1.672.848	1.798.731	1.625.468	1.423.792	1.356.803
15 Alcoutim	P	2.819.681	2.713.207	2.402.689	2.283.967	1.978.454	1.657.557	1.450.228
16 Alcácer do Sal	P	2.171.745	2.213.315	5.171.489	5.690.599	3.248.391	2.106.808	1.494.179

Município	Dimensão	Passivo Exigível							
		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
17	Arronches	P	1.829.118	2.133.254	1.998.072	2.170.429	1.989.542	1.770.958	1.619.288
18	Ponta do Sol	P	5.449.186	6.483.699	5.865.212	5.257.989	4.550.306	2.883.773	1.688.674
19	Cinfães	P	1.151.687	1.359.544	1.722.737	962.143	1.789.308	1.465.773	1.839.154
20	Gavião	P	2.078.018	3.132.551	2.981.374	2.713.071	2.398.919	2.148.087	1.973.799
21	Santa Cruz da Graciosa	P	1.305.780	1.109.498	1.683.901	2.491.967	2.612.757	2.372.078	2.075.798
22	Murtosa	P	2.045.095	2.598.435	2.479.179	3.335.775	2.956.500	2.658.512	2.177.153
23	Vila de Rei	P	4.358.485	4.277.417	5.920.716	6.092.226	3.928.337	2.397.119	2.203.962
24	Mação	P	4.185.730	2.941.231	3.792.778	3.318.016	3.410.937	2.785.248	2.283.693
25	Barrancos	P	2.957.176	3.658.243	4.394.908	3.600.703	3.237.672	2.677.036	2.356.801
26	Elvas	M	4.112.631	4.015.476	4.325.114	2.856.417	2.759.877	2.443.311	2.391.195
27	Benavente	M	4.408.996	4.845.121	5.346.946	6.128.207	5.470.909	3.557.642	2.425.788
28	Alter do Chão	P	2.570.832	2.602.635	3.212.922	3.114.418	3.372.385	2.582.092	2.463.975
29	Campo Maior	P	1.474.242	1.416.135	1.731.678	2.813.068	1.931.640	1.815.447	2.538.854
30	Sernancelhe	P	4.252.775	4.573.046	4.041.824	3.533.706	3.127.102	3.229.704	2.724.948
31	Cuba	P	3.614.567	4.172.353	3.867.773	4.160.483	3.895.229	3.240.598	2.829.120
32	São Brás de Alportel	P	2.916.310	3.345.076	4.136.913	4.744.995	3.758.948	3.395.765	2.900.556
33	Fronteira	P	5.004.578	4.517.825	4.481.001	3.793.751	3.492.101	3.284.528	2.912.123
34	Sátão	P	6.321.429	6.155.493	5.079.387	4.894.075	4.544.322	3.257.469	2.931.518
35	Penalva do Castelo	P	4.883.973	4.717.063	4.372.133	3.735.801	3.156.381	3.217.148	2.939.844
36	Boticas	P	6.636.937	6.082.247	6.037.472	5.091.463	5.206.811	3.694.947	2.968.142
37	Batalha	P	1.736.525	2.154.100	2.300.566	4.619.898	4.556.164	3.585.051	2.984.677
38	Portel	P	3.070.987	2.769.895	3.639.618	3.324.521	3.134.042	2.904.070	3.052.217
39	Ponte de Sor	P	2.462.718	3.250.418	3.025.889	2.826.793	2.503.980	2.003.120	3.137.048
40	Oleiros	P	2.172.896	2.084.637	2.607.861	3.447.171	3.310.453	3.076.020	3.193.561
41	Mora	P	6.198.989	5.485.492	5.565.999	4.375.057	4.712.913	3.683.235	3.331.837
42	Ponte de Lima	M	4.378.599	4.471.254	4.762.179	5.177.905	4.612.259	3.920.617	3.376.742
43	Pedrógão Grande	P	4.207.858	4.757.659	4.593.793	4.365.775	4.113.492	3.775.763	3.401.472
44	Vinhais	P	3.198.267	2.999.602	3.603.216	4.064.260	5.063.206	3.746.930	3.410.792
45	Góis	P	4.723.168	4.290.538	4.782.759	4.211.484	4.360.793	4.474.132	3.427.536
46	Lajes das Flores	P	887.246	824.660	1.905.336	2.109.927	1.925.633	2.220.162	3.449.222
47	Monforte	P	6.095.908	5.177.143	5.727.091	5.121.324	4.843.319	4.040.115	3.529.048
48	Vila Flor	P	5.295.938	5.272.423	5.459.927	4.991.064	5.285.764	4.264.928	3.573.300
49	Santa Marta de Penaguião	P	2.382.504	3.249.714	4.937.596	4.430.358	4.367.412	4.061.394	3.593.329
50	Golegã	P	3.226.258	3.400.288	4.252.291	3.902.500	3.506.923	3.133.866	3.633.557

Dos seguintes 50 municípios abaixo elencados como sendo os que, em 2013, maior passivo apresentaram, vinte e dois (22) são de grande dimensão (quase a totalidade num grupo de vinte e quatro), vinte e seis (26) de média dimensão e dois (2) de pequena dimensão (Vila Real de Santo António e Nazaré). Estes 50 municípios somaram um passivo exigível de 4 043,8 M€, que representou 60,1% do total apresentado pelos 308 municípios (6 722,4 M€).

- Lisboa, para além de ser o município com maior passivo exigível no final do ano de 2013 (740 M€), foi o município que, conforme apresentado no Ranking R41, maior crescimento apresentou do mesmo, ao aumentar em mais de 80 M€ (+12,2%) após uma diminuição verificada em 2012 de -400 M€ (-37,8%). É de referir, contudo, que o aumento do passivo exigível de 2013 deste município resultou também de regularizações de situações do passado do município tais como a Celebração do 2º Aditamento ao Acordo Financeiro entre o Município e a Parque Expo 98, e da internalização da atividade da EPUL nos serviços municipais e a reversão, para o Município, nos termos do artigo 50º, nº 3 dos Estatutos da empresa, de todos os direitos, ativos, obrigações e passivos da empresa, apurados na sequência do correspondente processo de liquidação. Estas situações tiveram um impacto no passivo exigível de +70,8 M€.
- Vila Nova de Gaia continua a ser o segundo município com maior passivo, totalizando em 2013, mais de 201,3 M€, mantendo contudo, a tendência já verificada desde 2010 de descida de valor (-9,3% em 2011, -8,6% em 2012 e -7,6% em 2013), conforme o Ranking R42.
- Portimão e Aveiro, dois municípios de média dimensão, mantêm a situação de terceira e quarta posição no ranking dos mais endividados, em ambas as situações com diminuição do montante registado

no passivo, respetivamente -7,9 M€ e -7M€. Em 17.º posição e 41.º posição, aparecem dois municípios de pequena dimensão, Vila Real de Santo António e Nazaré, que apresentam em 2013 um aumento do passivo respetivamente de +4,6% e +5,3%.

- Finalmente, é expectável encontrar nesta lista, municípios apoiados pelo PAEL, pois sendo municípios com maior passivo também serão os que certamente mais necessidades tiveram de recorrer ao programa de apoio para pagamento das suas dívidas de curto prazo. Porém, se este programa terá reflexos imediatos na economia local pela injeção de meios monetários, **já não poderá ter reflexos tão rápidos na consolidação financeira dos municípios**, pois a dívida que existia a curto prazo transita para dívida de médio e longo prazo, permanecendo o seu montante no Passivo Exigível. Contudo, **o alívio de tesouraria que proporciona aos municípios abrangidos permitir-lhes-á maior capacidade de negociação futura com os seus fornecedores**. Todavia, as reais repercussões sobre a estrutura financeira dos municípios que recorreram a este programa não serão visíveis de imediato, advindo do cumprimento do Plano de Ajustamento Financeiro que obrigatoriamente tiveram que subscrever e pelo qual, para além do comprometimento de metas de redução tanto da despesa corrente como da despesa de capital, terão que implementar mecanismos de otimização de receita, que passarão não só pela fixação de preços cobrados pelos serviços prestados aos munícipes, como pelo alargamento da aplicação de coimas e do maior rigor no cumprimento dos processos de execução fiscal¹⁶⁴.

¹⁶⁴ Na verdade, é sobre os munícipes que acabarão por incidir os efeitos dos planos de ajustamento financeiros quando aplicados pela óptica da receita, em que esta é alargada a novas taxas e aumentos das tarifas e coimas.

R40 – Municípios com maior Passivo Exigível (Dívida), ordenados pelo valor de 2013

Unidade: euros

Município	Dim	Passivo Exigível							PAEL
		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
1 Lisboa	G	965.453.601	1.116.070.632	1.168.589.855	1.097.063.256	1.059.895.296	659.766.180	740.010.440	-
2 Vila Nova de Gaia	G	268.040.500	277.274.417	285.956.034	263.038.636	238.532.901	217.937.818	201.360.804	sim
3 Portimão	M	30.503.316	58.007.031	92.204.774	147.925.098	159.119.756	166.560.019	158.621.900	-
4 Aveiro	M	121.835.696	136.159.806	154.707.774	161.908.874	146.687.456	130.627.247	123.622.737	-
5 Gondomar	G	109.395.069	117.454.159	127.614.102	130.153.798	125.726.610	115.668.684	111.232.653	-
6 Cascais	G	37.773.210	37.406.819	63.725.956	92.799.765	85.211.904	98.979.242	104.904.509	-
7 Porto	G	177.265.109	150.153.325	132.949.369	141.323.003	121.837.785	111.049.636	104.056.921	-
8 Seixal	G	50.910.309	60.057.433	72.113.574	68.399.465	100.464.374	104.770.339	95.850.114	-
9 Funchal	G	81.302.650	92.779.795	106.248.703	105.082.515	112.146.946	109.199.966	94.617.690	sim

Município	Dim	Passivo Exigível							PAEL
		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
10 Sintra	G	89.679.427	90.919.951	96.459.076	133.888.392	158.556.367	100.652.752	87.402.307	-
11 Setúbal	G	83.077.853	75.726.187	76.586.191	80.012.355	85.881.084	85.366.312	86.416.905	-
12 Santarém	M	60.313.680	60.946.606	79.438.733	84.370.064	99.670.659	92.076.150	84.901.053	sim
13 Évora	M	45.391.152	49.463.757	69.550.206	68.329.197	78.656.308	74.356.526	82.415.794	sim
14 Fundão	M	66.026.861	77.055.694	79.632.196	83.423.413	81.350.491	81.720.871	81.905.029	sim
15 Oeiras	G	65.503.008	71.474.019	71.475.379	65.929.441	56.437.633	49.296.850	76.309.357	-
16 Braga	G	90.630.116	89.535.145	95.911.245	88.686.683	81.778.613	78.468.535	75.870.856	-
17 VR Santo António	P	10.517.569	21.522.426	48.142.261	60.942.897	67.036.666	69.703.805	72.924.782	-
18 Loulé	M	37.286.760	33.923.995	63.838.838	95.569.939	101.517.959	83.239.339	72.617.063	sim
19 Coimbra	G	64.812.923	66.096.489	70.282.270	74.015.472	74.862.576	71.647.655	68.664.708	-
20 Paços de Ferreira	M	33.615.121	35.971.885	44.495.961	64.653.422	64.014.081	60.874.382	67.590.079	sim
21 Covilhã	M	86.938.744	87.924.483	95.057.913	88.872.032	84.385.177	74.123.708	65.056.281	sim
22 Guimarães	G	78.484.817	76.040.223	76.393.879	82.400.400	83.075.495	75.738.242	65.026.522	-
23 Lagos	M	14.408.230	16.128.530	42.693.374	49.665.583	52.385.846	51.820.195	64.455.730	sim
24 Paredes	M	14.958.277	18.988.941	34.754.561	53.021.096	60.660.202	64.816.221	63.013.050	sim
25 Loures	G	75.907.375	79.594.322	85.434.601	85.332.191	81.976.315	69.388.661	60.166.625	-
26 Vila do Conde	M	74.237.105	69.661.507	69.102.421	72.651.186	67.965.450	66.506.125	59.812.942	sim
27 Faro	M	53.746.000	62.048.361	67.577.117	71.725.954	67.732.266	62.830.501	58.669.481	-
28 Seia	M	48.004.101	48.831.773	54.278.966	57.742.457	57.850.776	58.112.669	55.837.748	sim
29 S.ª Maria da Feira	G	58.201.466	65.558.327	72.166.163	76.874.043	78.962.630	66.720.253	55.814.558	sim
30 Valongo	M	46.677.522	51.520.183	68.115.787	70.462.495	65.768.679	60.679.906	54.055.989	sim
31 Matosinhos	G	55.816.382	57.338.196	72.725.519	80.155.008	79.671.112	60.430.552	53.463.011	-
32 Maia	G	105.469.708	92.995.969	90.333.121	81.638.784	70.318.813	58.700.521	50.021.404	-
33 Leiria	G	81.141.552	81.771.098	86.093.864	81.523.544	70.746.494	56.965.971	48.213.562	-
34 Figueira da Foz	M	58.580.525	57.192.505	62.335.255	62.056.421	59.827.675	54.946.371	48.159.467	-
35 Cartaxo	M	27.927.111	30.849.186	37.866.244	41.745.721	44.607.728	44.668.647	47.034.364	-
36 Chaves	M	34.955.848	34.140.648	41.042.953	45.263.290	42.852.410	41.220.000	46.454.951	sim
37 Almada	G	42.893.470	41.496.230	36.464.408	42.412.673	51.136.044	48.144.526	45.997.489	-
38 Albufeira	M	22.933.983	22.210.617	38.326.669	56.185.102	66.020.471	56.485.644	43.050.830	sim
39 Guarda	M	47.493.066	52.418.492	54.286.619	61.608.241	53.950.436	48.324.437	42.764.048	sim
40 Trofa	M	16.133.799	29.007.157	39.735.630	42.117.217	44.045.223	40.756.181	42.278.351	sim
41 Nazaré	P	17.415.047	16.450.839	23.990.791	29.220.961	42.791.716	39.895.921	42.000.170	-
42 Odivelas	G	62.966.095	59.999.901	65.387.699	63.424.614	54.752.818	47.758.547	40.770.346	-
43 Espinho	M	36.604.173	38.816.231	40.721.905	41.977.606	44.209.874	46.771.812	40.554.506	sim
44 Portalegre	M	40.847.976	45.582.199	51.649.866	52.905.610	48.328.238	45.508.373	40.524.699	-
45 Amadora	G	56.677.438	57.846.396	58.989.890	55.279.245	47.480.321	43.245.947	39.543.917	-
46 Oliveira Azeméis	M	55.185.169	52.335.301	51.734.951	49.481.046	47.685.633	39.570.503	37.873.832	sim
47 Santa Cruz	M	28.167.758	26.091.087	32.884.570	43.045.214	43.482.692	41.111.506	36.811.261	-
48 VN Famalicão	G	45.434.931	42.511.887	46.275.186	45.379.393	43.284.562	38.150.988	36.696.486	-
49 Sesimbra	M	18.275.284	24.204.440	31.066.828	32.837.729	36.161.482	37.357.075	34.739.946	sim
50 Santo Tirso	M	24.266.336	27.068.724	36.354.300	34.001.848	34.443.877	34.603.991	33.620.183	sim
Total do Passivo Exigível destes 50 municípios								4.043.777.446	-
Passivo Exigível para no universo dos 308 municípios								6.722.421.688	-

R40.A – Passivo Exigível (Dívida) dos municípios da R.A. dos Açores, ordenados pelo valor de 2013

Unidade: euros

Município	Dim.	Passivo Exigível							PAEL
		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
1 Vila Franca do Campo	P	22.743.920	22.899.254	24.270.845	27.604.255	30.004.274	29.460.370	28.039.248	-
2 Ponta Delgada	M	26.646.456	32.775.156	34.396.679	32.764.857	30.627.279	27.393.361	25.357.137	-
3 Angra do Heroísmo	M	22.958.526	24.281.693	27.405.890	26.941.924	26.309.351	23.441.233	19.782.016	-
4 Nordeste	P	9.392.179	9.755.756	10.092.454	15.220.629	18.537.477	17.061.334	16.987.365	sim
5 Vila da Praia da Vitória	M	9.820.940	16.075.945	24.435.656	18.463.580	17.886.819	16.608.749	15.668.400	sim
6 Ribeira Grande	M	18.636.987	23.284.196	26.313.870	21.787.706	18.404.098	15.891.087	11.595.360	sim
7 Lajes do Pico	P	6.685.249	6.885.456	8.243.281	9.231.361	8.141.765	7.610.674	9.532.641	-
8 Lagoa (R.A.A)	P	10.266.020	13.860.504	15.032.047	12.966.478	10.765.210	9.441.188	8.475.923	-
9 Povoação	P	12.050.957	14.540.112	37.612.986	35.255.076	31.832.421	21.157.169	7.550.777	-
10 Calheta (R. A. A.)	P	9.564.498	10.802.566	11.011.265	10.086.442	9.673.744	8.244.981	7.259.284	-
11 Horta	P	8.350.862	8.959.302	9.580.852	9.416.421	8.552.245	7.019.772	6.624.121	-
12 Velas	P	7.200.251	7.635.802	7.506.668	10.763.634	9.406.498	7.585.473	6.262.895	-
13 Madalena	P	5.913.916	7.870.613	6.493.927	6.296.983	5.191.004	4.374.151	3.680.426	-
14 Lajes das Flores	P	887.246	824.660	1.905.336	2.109.927	1.925.633	2.220.162	3.449.222	-
15 Santa Cruz da Graciosa	P	1.305.780	1.109.498	1.683.901	2.491.967	2.612.757	2.372.078	2.075.798	-
16 Corvo	P	2.403.773	2.231.292	1.892.422	1.533.006	1.566.209	1.217.545	1.110.075	-
17 São Roque do Pico	P	2.263.266	1.905.901	2.928.466	3.032.628	1.497.352	1.201.197	1.011.129	-
18 Vila do Porto	P	1.661.088	1.449.161	1.520.439	1.722.404	1.290.681	1.129.066	839.579	-
19 Santa Cruz das Flores	P	1.472.867	1.353.629	1.322.124	1.152.024	1.056.527	796.832	581.696	-
Total do Passivo Exigível destes 19 municípios								175.883.094	-

R40.M – Passivo Exigível (Dívida) dos municípios da R.A. da Madeira, ordenados pelo valor de 2013

Unidade: euros

Município	Dim.	Passivo Exigível							PAEL
		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
1 Funchal	G	81.302.650	92.779.795	106.248.703	105.082.515	112.146.946	109.199.966	94.617.690	sim
2 Santa Cruz	M	28.167.758	26.091.087	32.884.570	43.045.214	43.482.692	41.111.506	36.811.261	-
3 Machico	M	20.650.601	21.195.233	22.397.744	23.960.456	31.087.494	27.629.504	26.321.941	-
4 Ribeira Brava	P	13.316.801	13.102.770	18.954.428	18.268.597	21.246.214	20.005.798	14.705.923	-
5 Câmara de Lobos	M	15.386.487	22.861.511	23.568.668	21.390.063	20.779.002	18.730.202	13.547.885	sim
6 Calheta (R. A. M.)	P	10.884.848	10.290.052	11.867.387	12.687.529	14.668.861	13.046.063	10.877.298	sim
7 São Vicente	P	7.193.290	6.362.781	8.580.733	9.013.831	9.955.524	7.490.160	9.835.399	-
8 Santana	P	8.229.185	6.882.388	15.392.895	14.774.594	14.898.665	10.838.114	7.482.718	-
9 Porto Santo	P	4.129.173	3.610.898	7.161.410	7.373.010	9.862.954	8.873.070	4.669.810	sim
10 Porto Moniz	P	4.514.938	4.823.200	9.374.098	6.615.650	5.096.532	4.210.868	4.009.082	-
11 Ponta do Sol	P	5.449.186	6.483.699	5.865.212	5.257.989	4.550.306	2.883.773	1.688.674	-
Total do Passivo Exigível destes 11 municípios								224.567.682	-

- Relativamente à Região Autónoma dos Açores (Rankings R40.A e R42.A), em 2013, seis (6) municípios apresentaram dívida a pagar superior a 10M€ em 2013, três dos quais apoiados pelo PAEL (Nordeste, Vila Praia da Vitória e Ribeira Grande). Apesar de em todos estes haver uma tendência para redução desde 2011, em 2013 a dívidas destes municípios correspondia a cerca da 2/3 da dívida total da região (67%). Dos restantes municípios, Lajes do Pico e Lajes das Flores aumentaram a sua dívida em 2013 face a 2012 (+25,3% e +55,4% respetivamente). O município de Povoação destaca-se como o que apresentou maior redução em 2013 (-13,6M€, correspondentes a -64,3%).
- Sobre a Região Autónoma da Madeira (Rankings R40.M e R42.M), em 2013 seis (6) dos onze (11) municípios da região apresentavam dívidas a pagar superiores a 10 M€. Três destes municípios (Funchal,

Câmara de Lobos e Calheta) recorreram ao PAEL. A dívida destes municípios mais endividados perfazia 196,8 M€, correspondente a cerca de 88% da dívida de todos os municípios da região. Desde 2011 que a dívida de todos os municípios madeirenses apresenta uma tendência decrescente, com exceção de São Vicente (aumento de 2,3 M€ de 2012 para 2013, ou seja, +31,3%). Destacam-se pela maior redução em 2013, Porto Santo (-47,4%), Ponta do Sol (-41,4%) e Santana (-31%), tendo o primeiro recorrido ao PAEL.

Face à diminuição global do passivo, entendeu-se elencar os municípios que em 2013 apresentaram aumento de valor no Passivo Exigível. Estavam nessa posição 43 municípios que são apresentados no Ranking R41, com a informação referenciada a 2013, mas com reporte histórico aos dois anos anteriores.

R41 – Municípios com aumento do Passivo Exigível, em 2013

Unidade: euros

Município	Dimensão	2011		2012		2013		PAEL
		Δ valor	Δ %	Δ valor	Δ %	Δ valor	Δ %	
1 Lisboa	G	-37.167.960	-3,4%	-400.129.116	-37,8%	80.244.260	12,2%	-
2 Oeiras	G	-9.491.808	-14,4%	-7.140.783	-12,7%	27.012.507	54,8%	-
3 Lagos	M	2.720.262	5,5%	-565.651	-1,1%	12.635.536	24,4%	sim
4 Évora	M	10.327.111	15,1%	-4.299.782	-5,5%	8.059.268	10,8%	sim
5 Caminha	P	-5.156.962	-31,1%	-936.809	-8,2%	7.772.704	74,3%	sim
6 Mafra	M	-3.033.248	-9,7%	-4.653.448	-16,4%	7.703.897	32,6%	-
7 Paços de Ferreira	M	-639.342	-1,0%	-3.139.699	-4,9%	6.715.697	11,0%	sim
8 Cascais	G	-7.587.862	-8,2%	13.767.339	16,2%	5.925.267	6,0%	-
9 Chaves	M	-2.410.879	-5,3%	-1.632.411	-3,8%	5.234.952	12,7%	sim
10 Pombal	M	-1.495.569	-11,3%	459.519	3,9%	3.998.988	32,8%	-
11 VR Santo António	P	6.093.769	10,0%	2.667.139	4,0%	3.220.977	4,6%	-
12 Cartaxo	M	2.862.007	6,9%	60.919	0,1%	2.365.717	5,3%	-
13 São Vicente	P	941.693	10,4%	-2.465.364	-24,8%	2.345.239	31,3%	-
14 Nazaré	P	13.570.755	46,4%	-2.895.795	-6,8%	2.104.249	5,3%	-
15 Lajes do Pico	P	-1.089.597	-11,8%	-531.091	-6,5%	1.921.967	25,3%	-
16 Meda	P	-68.865	-0,9%	-1.508.809	-20,5%	1.816.385	30,9%	-
17 Reguengos de Monsaraz	P	436.396	2,4%	22.061	0,1%	1.573.003	8,5%	sim

Município	Dimensão	2011		2012		2013		PAEL	
		Δ valor	Δ %	Δ valor	Δ %	Δ valor	Δ %		
18	Trofa	M	1.928.006	4,6%	-3.289.042	-7,5%	1.522.170	3,7%	sim
19	Lajes das Flores	P	-184.294	-8,7%	294.528	15,3%	1.229.060	55,4%	-
20	Vila Nova de Poiares	P	1.335.294	7,3%	-653.007	-3,3%	1.145.116	6,0%	-
21	Ponte de Sor	P	-322.813	-11,4%	-500.859	-20,0%	1.133.928	56,6%	-
22	Freixo de Espada à Cinta	P	1.424.553	9,5%	758.626	4,6%	1.110.151	6,5%	sim
23	Setúbal	G	5.868.729	7,3%	-514.771	-0,6%	1.050.593	1,2%	-
24	Alfândega da Fé	P	797.588	4,2%	-626.529	-3,1%	1.040.189	5,4%	sim
25	Anadia	M	-959.222	-11,9%	1.047.255	14,8%	977.952	12,0%	-
26	Belmonte	P	62.708	1,6%	-379.647	-9,4%	874.913	23,9%	-
27	Alandroal	P	1.537.758	8,4%	606.544	3,1%	844.087	4,1%	-
28	Campo Maior	P	-881.429	-31,3%	-116.193	-6,0%	723.407	39,8%	-
29	Oliveira do Bairro	M	773.027	4,9%	-220.871	-1,3%	707.118	4,3%	-
30	Manteigas	P	573.331	8,8%	-896.762	-12,6%	702.917	11,3%	-
31	Golegã	P	-395.577	-10,1%	-373.057	-10,6%	499.691	15,9%	-
32	Cinfães	P	827.165	86,0%	-323.535	-18,1%	373.380	25,5%	-
33	Aljustrel	P	-166.067	-1,6%	-742.120	-7,4%	294.397	3,2%	sim
34	Moura	P	-695.227	-6,5%	-309.420	-3,1%	279.531	2,9%	-
35	Vizela	M	2.410.327	17,1%	4.005.801	24,3%	214.570	1,0%	-
36	Vieira do Minho	P	133.380	0,9%	1.463.531	10,3%	209.788	1,3%	sim
37	Fundão	M	-2.072.922	-2,5%	370.380	0,5%	184.158	0,2%	sim
38	Trancoso	P	-1.827.174	-12,6%	-1.742.378	-13,7%	172.133	1,6%	sim
39	Portel	P	-190.480	-5,7%	-229.972	-7,3%	148.147	5,1%	-
40	Vila Verde	M	968.928	3,4%	-3.968.165	-13,6%	127.811	0,5%	sim
41	Oleiros	P	-136.718	-4,0%	-234.433	-7,1%	117.542	3,8%	-
42	Viana do Alentejo	P	68.429	5,0%	-391.126	-27,1%	36.044	3,4%	-
43	Penedono	P	26.976	14,4%	4.082	1,9%	4.122	1,9%	-

Considerando que com diminuição do Passivo Exigível se identificaram 265 municípios, hierarquizam-se no Ranking R42, os 50

que apresentaram maior diminuição, assinalando-se os que foram abrangidos pelo PAEL.

R42 – Municípios com maior diminuição do Passivo Exigível em 2013

Unidade: euros

	Município	Dimensão	2011		2012		2013		PAEL
			Δ valor	Δ %	Δ valor	Δ %	Δ valor	Δ %	
1	Vila Nova de Gaia	G	-24.505.734	-9,3%	-20.595.083	-8,6%	-16.577.014	-7,6%	sim
2	Funchal	G	7.064.431	6,7%	-2.946.980	-2,6%	-14.582.276	-13,4%	sim
3	Povoação	P	-3.422.655	-9,7%	-10.675.252	-33,5%	-13.606.392	-64,3%	-
4	Albufeira	M	9.835.370	17,5%	-9.534.827	-14,4%	-13.434.815	-23,8%	sim
5	Sintra	G	24.667.975	18,4%	-57.903.614	-36,5%	-13.250.445	-13,2%	-
6	Santa Maria da Feira	G	2.088.586	2,7%	-12.242.376	-15,5%	-10.905.695	-16,3%	sim
7	Guimarães	G	675.096	0,8%	-7.337.254	-8,8%	-10.711.720	-14,1%	-
8	Loulé	M	5.948.020	6,2%	-18.278.620	-18,0%	-10.622.276	-12,8%	sim
9	Ourém	M	-1.402.027	-3,7%	-3.175.804	-8,8%	-9.528.351	-29,0%	sim
10	Loures	G	-3.355.877	-3,9%	-12.587.653	-15,4%	-9.222.037	-13,3%	-
11	Covilhã	M	-4.486.855	-5,0%	-10.261.469	-12,2%	-9.067.427	-12,2%	sim
12	Seixal	G	32.064.909	46,9%	4.305.965	4,3%	-8.920.224	-8,5%	-
13	Leiria	G	-10.777.050	-13,2%	-13.780.523	-19,5%	-8.752.409	-15,4%	-
14	Maia	G	-11.319.971	-13,9%	-11.618.292	-16,5%	-8.679.117	-14,8%	-
15	Portimão	M	11.194.657	7,6%	7.440.263	4,7%	-7.938.119	-4,8%	-
16	Santarém	M	15.300.595	18,1%	-7.594.509	-7,6%	-7.175.097	-7,8%	sim
17	Aveiro	M	-15.221.418	-9,4%	-16.060.209	-10,9%	-7.004.510	-5,4%	-
18	Porto	G	-19.485.218	-13,8%	-10.788.149	-8,9%	-6.992.715	-6,3%	-
19	Odivelas	G	-8.671.795	-13,7%	-6.994.272	-12,8%	-6.988.201	-14,6%	-
20	Matosinhos	G	-483.896	-0,6%	-19.240.560	-24,1%	-6.967.542	-11,5%	-
21	Figueira da Foz	M	-2.228.746	-3,6%	-4.881.304	-8,2%	-6.786.904	-12,4%	-
22	Vila do Conde	M	-4.685.736	-6,4%	-1.459.325	-2,1%	-6.693.183	-10,1%	sim
23	Valongo	M	-4.693.816	-6,7%	-5.088.773	-7,7%	-6.623.917	-10,9%	sim
24	Ílhavo	M	-3.174.121	-9,3%	-1.415.666	-4,6%	-6.361.645	-21,5%	sim
25	Espinho	M	2.232.268	5,3%	2.561.938	5,8%	-6.217.306	-13,3%	sim
26	Guarda	M	-7.657.805	-12,4%	-5.625.999	-10,4%	-5.560.389	-11,5%	sim
27	Ribeira Brava	P	2.977.618	16,3%	-1.240.416	-5,8%	-5.299.875	-26,5%	-
28	Torres Vedras	M	3.456.208	8,7%	-7.092.673	-16,5%	-5.264.674	-14,6%	-
29	Câmara de Lobos	M	-611.061	-2,9%	-2.048.800	-9,9%	-5.182.317	-27,7%	sim
30	Barreiro	M	7.182.687	19,5%	-5.503.061	-12,5%	-5.145.309	-13,4%	sim
31	Portalegre	M	-4.577.373	-8,7%	-2.819.865	-5,8%	-4.983.674	-11,0%	-
32	Olhão	M	-830.804	-2,4%	-3.872.976	-11,3%	-4.964.477	-16,3%	sim
33	Torres Novas	M	841.326	2,3%	-2.297.392	-6,2%	-4.785.573	-13,7%	sim
34	Gondomar	G	-4.427.189	-3,4%	-10.057.926	-8,0%	-4.436.031	-3,8%	-
35	Santa Cruz	M	437.478	1,0%	-2.371.185	-5,5%	-4.300.245	-10,5%	-

Município	Dimensão	2011		2012		2013		PAEL	
		Δ valor	Δ %	Δ valor	Δ %	Δ valor	Δ %		
36	Ribeira Grande	M	-3.383.608	-15,5%	-2.513.011	-13,7%	-4.295.726	-27,0%	sim
37	Porto Santo	P	2.489.944	33,8%	-989.883	-10,0%	-4.203.260	-47,4%	sim
38	Faro	M	-3.993.688	-5,6%	-4.901.764	-7,2%	-4.161.020	-6,6%	-
39	Arcos de Valdevez	M	2.120.705	11,4%	-4.032.471	-19,4%	-4.073.311	-24,3%	-
40	Cantanhede	M	-1.265.497	-3,4%	-3.047.151	-8,4%	-3.999.637	-12,1%	-
41	Lourinhã	M	-2.556.554	-8,3%	-3.336.973	-11,7%	-3.784.059	-15,1%	sim
42	Tomar	M	5.970.859	18,3%	-4.225.217	-10,9%	-3.730.359	-10,8%	-
43	Amadora	G	-7.798.924	-14,1%	-4.234.374	-8,9%	-3.702.030	-8,6%	-
44	Felgueiras	M	1.555.101	6,6%	-4.116.343	-16,4%	-3.679.272	-17,5%	-
45	Angra do Heroísmo	M	-632.573	-2,3%	-2.868.118	-10,9%	-3.659.216	-15,6%	-
46	Alcobaça	M	-3.085.610	-10,2%	-7.729.779	-28,5%	-3.445.499	-17,8%	sim
47	Santana	P	124.071	0,8%	-4.060.551	-27,3%	-3.355.396	-31,0%	-
48	Beja	M	-1.102.357	-4,1%	-3.639.626	-14,2%	-3.347.894	-15,3%	-
49	Póvoa de Varzim	M	-4.245.592	-11,3%	-6.883.679	-20,6%	-3.312.661	-12,5%	sim
50	Águeda	M	283.541	2,3%	1.778.978	14,3%	-3.204.819	-22,5%	-

R42.A – Variação do Passivo Exigível dos municípios da R.A. dos Açores em 2013

Unidade: euros

Município	Dimensão	Δ valor	2011		2012		2013		PAEL
			Δ %	Δ valor	Δ %	Δ valor	Δ %	Δ valor	
1	Povoação	P	-3.422.655	-9,7%	-10.675.252	-33,5%	-13.606.392	-64,3%	-
2	Ribeira Grande	M	-3.383.608	-15,5%	-2.513.011	-13,7%	-4.295.726	-27,0%	sim
3	Angra do Heroísmo	M	-632.573	-2,3%	-2.868.118	-10,9%	-3.659.216	-15,6%	-
4	Ponta Delgada	M	-2.137.578	-6,5%	-3.233.917	-10,6%	-2.036.224	-7,4%	-
5	Vila Franca do Campo	P	2.400.019	8,7%	-543.904	-1,8%	-1.421.122	-4,8%	-
6	Velas	P	-1.357.136	-12,6%	-1.821.025	-19,4%	-1.322.578	-17,4%	-
7	Calheta (R.A.A.)	P	-412.698	-4,1%	-1.428.763	-14,8%	-985.698	-12,0%	-
8	Lagoa (R.A.A.)	P	-2.201.268	-17,0%	-1.324.022	-12,3%	-965.265	-10,2%	-
9	Vila da Praia da Vitória	M	-576.761	-3,1%	-1.278.069	-7,1%	-940.349	-5,7%	sim
10	Madalena	P	-1.105.979	-17,6%	-816.853	-15,7%	-693.725	-15,9%	-
11	Horta	P	-864.177	-9,2%	-1.532.473	-17,9%	-395.651	-5,6%	-
12	Santa Cruz da Graciosa	P	120.789	4,8%	-240.678	-9,2%	-296.280	-12,5%	-
13	Vila do Porto	P	-431.722	-25,1%	-161.616	-12,5%	-289.487	-25,6%	-
14	Santa Cruz das Flores	P	-95.497	-8,3%	-259.695	-24,6%	-215.136	-27,0%	-
15	São Roque do Pico	P	-1.535.276	-50,6%	-296.155	-19,8%	-190.068	-15,8%	-
16	Corvo	P	33.204	2,2%	-348.665	-22,3%	-107.470	-8,8%	-
17	Nordeste	P	3.316.848	21,8%	-1.476.143	-8,0%	-73.969	-0,4%	sim
18	Lajes das Flores	P	-184.294	-8,7%	294.528	15,3%	1.229.060	55,4%	-
19	Lajes do Pico	P	-1.089.597	-11,8%	-531.091	-6,5%	1.921.967	25,3%	-

R42.M – Variação do Passivo Exigível dos municípios da R.A. da Madeira em 2013

Unidade: euros

Município	Dimensão	2011		2012		2013		PAEL
		Δ valor	Δ %	Δ valor	Δ %	Δ valor	Δ %	
1 Funchal	G	7.064.431	6,7%	-2.946.980	-2,6%	-14.582.276	-13,4%	sim
2 Ribeira Brava	P	2.977.618	16,3%	-1.240.416	-5,8%	-5.299.875	-26,5%	-
3 Câmara de Lobos	M	-611.061	-2,9%	-2.048.800	-9,9%	-5.182.317	-27,7%	sim
4 Santa Cruz	M	437.478	1,0%	-2.371.185	-5,5%	-4.300.245	-10,5%	-
5 Porto Santo	P	2.489.944	33,8%	-989.883	-10,0%	-4.203.260	-47,4%	sim
6 Santana	P	124.071	0,8%	-4.060.551	-27,3%	-3.355.396	-31,0%	-
7 Calheta (R.A.M.)	P	1.981.333	15,6%	-1.622.798	-11,1%	-2.168.765	-16,6%	sim
8 Machico	M	7.127.038	29,7%	-3.457.990	-11,1%	-1.307.563	-4,7%	-
9 Ponta do Sol	P	-707.683	-13,5%	-1.666.533	-36,6%	-1.195.099	-41,4%	-
10 Porto Moniz	P	-1.519.118	-23,0%	-885.664	-17,4%	-201.786	-4,8%	-
11 São Vicente	P	941.693	10,4%	-2.465.364	-24,8%	2.345.239	31,3%	-

3.4.3. Cálculo da Dívida total ao abrigo do disposto no Artigo 52.º, Lei 73/2013

Antes de se passar ao capítulo onde ainda se analisará, para 2013, o endividamento de acordo com a legislação ainda vigente nesse ano (Lei 2/2007), apresenta-se neste ponto informação agregada para o universo dos 308 municípios, onde se pretende, com as limitações que passaremos a referir, identificar sinais de alerta para a aplicação da nova Lei das Finanças Locais aprovada em setembro de 2013 e entrada em vigor em janeiro de 2014 (novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais).

A questão mais relevante que nos interessa assinalar a título preventivo neste Anuário, será **simular, para 2013, o cálculo da dívida total**, mas apenas aplicado ao sector autárquico em sentido restrito, não abrangendo os Grupos Autárquicos na sua totalidade, isto é, sem inclusão das entidades referidas no Artigo 54º da Lei 73/2013. Acresce referir que essa inclusão apenas relevaria para a determinação dos limites de endividamento na óptica do limite da dívida total, continuando-se a ter que identificar a dívida total do município com os seus serviços simples sem autonomia.

Anota-se, ainda, que, deste cálculo não deverá provir desvio relevante tendo em atenção que, com a “reforma” exigida às autarquias no que se refere ao controlo e avaliação da manutenção do seu sec-

tor empresarial, da qual resultou extinções ou fusões, as empresas ou estão em equilíbrio de contas (e por isso não concorrem para os limites da dívida total) ou foram extintas/fundidas.

Os constrangimentos a que nos referimos supra derivam da ausência de informação fidedigna quanto:

- Ao valor da dívida de curto prazo **de natureza estritamente orçamental**. Efetivamente, a atual informação prestada pelos municípios em sede de prestação de contas, não permite distinguir no valor total da dívida constante do passivo, a que se refere a operações de tesouraria e outras de natureza não orçamental. **Neste caso optamos por deduzir ao passivo de curto prazo, o saldo de operações de tesouraria obtido do mapa de fluxos de caixa.**

- Para efeitos de aplicação do regime transitório, não nos foi possível ainda para este Anuário, obter informação que isolasse os empréstimos excepcionados pela referida norma transitória, pelo que estarão incluídos a totalidade dos mesmos.

- Em relação ao cálculo do Equilíbrio Financeiro, não dispomos de informação que permita obter o valor das amortizações médias de empréstimos de médio prazo, pelo que se utilizará, para efeito destes cálculos, o valor das amortizações do ano de 2013, atentos a que as mesmas tenderão a baixar, salvo para o caso dos municípios que agora contraíram empréstimos pelo PAEL. Consideramos que

mesmo com esta limitação, a informação global que pretendemos obter terá relevância informativa.

Assim, com o Quadro 3.20 apresenta-se a dívida total para o universo dos 308 municípios, com base nos dados apresentados, em prestação de contas ao Tribunal de Contas, com os condicionalismos admitidos no parágrafo anterior.

Quadro 3.20 – Limite à dívida total em 2013

Unidade: milhões de euros

Indicadores	Ano	Valores
Receita corrente líquida cobrada	2010	5.824,8
	2011	5.645,6
	2012	5.564,3
Média da receita corrente líquida cobrada nos 3 exercícios (a)	2010 a 2012	5.678,2
Limite da dívida total = 1,5 x média da receita corrente líquida cobrada (b) = 1,5* (a)	2010 a 2012	8.517,4
Passivo Exigível (c)	2013	6.722,4
Dividas não orçamentais (d)	2013	186,1
Dívida Total (e) = (c) - (d)	2013	6.536,3
Índice de limite à dívida total	2013	76,7%
Nº de municípios que excedem o limite da dívida total	2013	81

Com os pressupostos apresentados, pode verificar-se que, **considerando o universo total dos 308 municípios em 2013, o valor da dívida total ficou-se pelos 76,7% do limite imposto pelo artigo 52º da Lei das finanças locais**, pese embora 81 municípios tenham excedido o seu próprio limite de dívida total. Relembre-se, todavia, que o cálculo foi realizado sem excecionar qualquer empréstimo e excluindo as entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total pelas razões já apresentadas. Pode, assim, admitir-se que mesmo este número de municípios estará determinado por excesso. Porque a Lei 73/2013 contém indicadores que servirão de sinal e alerta para o risco de incumprimento dos novos limites de endividamento, observando as contas dos 308 municípios procedeu-se, ainda ao cálculo dos seguintes indicadores:

- Situações que obrigariam ao saneamento financeiro:
 - **21 municípios** apresentaram, em dezembro de 2013, o valor da **dívida total** no intervalo entre 2,25 e 3 vezes a **média da receita corrente cobrada** nos três anos anteriores.

1,5x média receitas	2,25x média receitas	3x média receitas
227	42	21
		18

- **42 municípios** apresentaram, em dezembro de 2013, o valor da **dívida total deduzida dos empréstimos, superior a 0,75 da média da receita corrente cobrada** nos três últimos **exercícios**.

0,75x média receitas	
266	42

- Situações de alerta:
 - **219 municípios** apresentaram, em dezembro de 2013, uma **taxa de execução da receita cobrada inferior a 85%**.
- Situações de equilíbrio orçamental:
 - **119 municípios** apresentaram, em dezembro de 2013, um valor da **receita corrente cobrada inferior à despesa corrente paga acrescida das amortizações dos empréstimos**.
 - **94 municípios apresentaram** um Saldo Corrente deduzido das amortizações de empréstimos, negativo quando calculado na base dos pagamentos. Contudo, só em relação a um destes municípios, o valor absoluto do saldo foi superior a 5% das receitas totais. Nos restantes 93 o valor absoluto do saldo é inferior a 5% das receitas totais.
 - Calculando o **Saldo Corrente na base da despesa realizada** e deduzidas as amortizações de empréstimos, serão **152 os municípios** que apresentam diferença negativa, mas cujo valor absoluto em relação a todos eles é superior a 5% das receitas totais cobradas.

Com base no estudo elaborado, repetimos, com os condicionalismos já referidos, apresentam-se dois Rankings que listam os 50 municípios com melhor e pior indicador do limite da dívida total (R43 e R44, respetivamente).

R43 – Municípios com melhor índice de dívida total

Unidade: euros

	Município	Dimensão	Receitas correntes cobradas			1,5 x média receita 3 anos (a)	Dívida Total	Índice (b/a)
			2010	2011	2012		2013 (b)	
1	Penedono	P	3.338.867	3.335.049	3.083.728	4.878.822	3.665	0,1%
2	Mealhada	M	10.926.458	10.843.774	10.633.546	16.201.889	12.581	0,1%
3	Pampilhosa da Serra	P	7.097.814	7.195.287	6.847.524	10.570.313	288.660	2,7%
4	Penacova	P	7.457.025	6.929.485	7.189.056	10.787.782	328.587	3,0%
5	Alcácer do Sal	P	13.291.954	11.789.089	11.870.915	18.475.979	1.088.450	5,9%
6	Redondo	P	5.984.839	6.101.130	5.877.904	8.981.937	591.478	6,6%
7	Ponte de Lima	M	22.353.926	21.961.176	20.859.020	32.587.061	2.150.481	6,6%
8	Elvas	M	14.955.983	12.758.606	14.650.102	21.182.346	1.694.125	8,0%
9	Castelo de Vide	P	3.896.270	4.054.399	3.877.228	5.913.949	581.852	9,8%
10	Benavente	M	13.832.113	14.203.742	12.776.076	20.405.966	2.011.406	9,9%
11	Cinfães	P	10.403.057	9.855.141	9.701.469	14.979.833	1.477.513	9,9%
12	Fafe	M	24.777.316	24.505.423	21.916.100	35.599.420	4.483.636	12,6%
13	Vila Velha de Ródão	P	4.382.297	4.676.760	4.386.764	6.722.910	891.667	13,3%
14	Viana do Alentejo	P	4.258.902	4.419.265	4.484.279	6.581.223	919.786	14,0%
15	Alcoutim	P	5.226.324	5.059.447	4.816.741	7.551.256	1.088.625	14,4%
16	Caldas da Rainha	M	20.040.861	19.815.243	18.368.113	29.112.108	4.531.386	15,6%
17	Ponte de Sor	P	11.620.454	11.101.706	10.649.141	16.685.651	2.674.404	16,0%
18	Vila do Porto	P	3.333.037	3.272.588	3.187.081	4.896.353	804.251	16,4%
19	Marinha Grande	M	18.533.287	18.344.344	18.014.199	27.445.914	4.764.042	17,4%
20	Ovar	M	29.928.378	26.640.911	21.704.119	39.136.704	7.367.460	18,8%
21	Alvito	P	3.049.624	3.036.792	3.054.992	4.570.704	898.200	19,7%
22	Santa Cruz das Flores	P	1.686.521	1.984.396	1.637.799	2.654.358	537.011	20,2%
23	Porto de Mós	M	12.895.504	12.931.116	12.826.306	19.326.463	4.212.425	21,8%
24	Murtosa	P	5.456.199	4.842.049	5.063.862	7.681.055	1.688.031	22,0%
25	Castelo Branco	M	28.405.747	28.338.251	28.137.661	42.440.830	9.332.514	22,0%
26	São Brás de Alportel	P	8.390.885	7.886.397	8.065.675	12.171.479	2.676.964	22,0%
27	Mação	P	6.727.563	6.527.161	6.528.483	9.891.603	2.201.799	22,3%
28	Montemor-o-Novo	P	12.688.464	12.170.745	12.440.592	18.649.901	4.171.315	22,4%

Município	Dimensão	Receitas correntes cobradas			1,5 x média receita 3 anos (a)	Dívida Total		Índice (b/a)
		2010	2011	2012		2013 (b)		
29	Batalha	P	8.134.443	7.097.491	7.182.840	11.207.387	2.547.267	22,7%
30	Lagoa (Algarve)	M	25.801.858	24.764.949	26.521.588	38.544.197	9.154.768	23,8%
31	Idanha-a-Nova	P	10.846.663	10.713.397	11.048.929	16.304.495	4.029.603	24,7%
32	Marvão	P	3.636.354	3.479.799	3.570.475	5.343.314	1.321.060	24,7%
33	São Roque do Pico	P	2.819.147	2.625.501	2.570.030	4.007.339	996.365	24,9%
34	Coruche	P	13.110.810	13.646.092	12.192.929	19.474.916	4.851.635	24,9%
35	Arouca	M	11.260.755	11.140.857	10.837.309	16.619.461	4.143.446	24,9%
36	Vinhais	P	7.429.771	7.247.625	6.874.985	10.776.190	2.713.996	25,2%
37	Ponta do Sol	P	4.757.735	4.228.671	4.042.651	6.514.528	1.653.633	25,4%
38	Condeixa-a-Nova	P	8.931.899	8.711.761	9.202.559	13.423.109	3.612.092	26,9%
39	Campo Maior	P	5.680.155	6.162.991	6.366.013	9.104.579	2.457.916	27,0%
40	Gavião	P	4.456.463	4.326.345	4.151.338	6.467.073	1.796.356	27,8%
41	Mira	P	7.826.039	7.475.698	7.451.153	11.376.445	3.261.165	28,7%
42	Amarante	M	22.700.535	22.518.902	22.076.323	33.647.880	9.827.336	29,2%
43	Tondela	M	14.283.608	13.630.435	13.835.129	20.874.586	6.124.142	29,3%
44	Águeda	M	22.858.587	21.619.236	21.978.646	33.228.235	9.753.854	29,4%
45	Sernancelhe	P	4.810.471	5.059.531	4.814.814	7.342.408	2.168.913	29,5%
46	Arronches	P	3.755.603	3.562.467	3.426.398	5.372.234	1.587.758	29,6%
47	Cadaval	P	7.252.000	7.452.362	7.185.735	10.945.049	3.262.107	29,8%
48	Bragança	M	23.853.921	23.640.372	22.151.021	34.822.657	10.419.146	29,9%
49	Sátão	P	6.184.552	6.272.979	6.177.764	9.317.648	2.824.988	30,3%
50	Castro Daire	P	9.994.819	9.696.358	9.326.586	14.508.881	4.414.572	30,4%

O Ranking R44, a seguir apresentado, lista, dos 81 municípios referidos no Quadro 3.20, os que mais largamente ultrapassarão o

novo limite de endividamento, sem considerar a situação de regime transitório que poderá alterar radicalmente a situação dos mesmos.

R44 – Municípios com maior índice de dívida total

Unidade: euros

Município	Dimensão	Receitas correntes cobradas			1,5 x média receita 3 anos (a)	Dívida Total 2013 (b)	Índice (b/a)
		2010	2011	2012			
1 Fornos de Algodres	P	4.032.485	3.980.508	3.833.679	5.923.336	32.606.279	550,5%
2 Nordeste	P	3.205.303	3.092.780	2.946.776	4.622.429	16.890.365	365,4%
3 Vila Franca do Campo	P	4.949.897	5.087.844	5.482.288	7.760.014	27.822.198	358,5%
4 Fundão	M	18.475.367	17.828.500	17.690.082	26.996.974	81.556.247	302,1%
5 Vila Nova de Poiares	P	4.482.022	4.392.572	4.492.289	6.683.442	19.975.350	298,9%
6 Nazaré	P	9.374.301	10.243.692	10.233.466	14.925.730	42.000.170	281,4%
7 Portimão	M	39.473.493	38.803.325	34.995.816	56.636.317	157.895.637	278,8%
8 Alfândega da Fé	P	4.728.460	4.963.877	4.886.645	7.289.491	20.215.500	277,3%
9 Freixo de Espada à Cinta	P	4.349.707	4.383.438	4.283.278	6.508.212	17.996.000	276,5%
10 Vila Real de Santo António	P	18.951.760	20.348.698	16.004.957	27.652.707	72.551.014	262,4%
11 Seia	M	13.866.972	15.615.251	15.107.300	22.294.762	55.639.965	249,6%
12 Alandroal	P	5.873.676	5.623.195	5.467.546	8.482.208	21.097.818	248,7%
13 Paços de Ferreira	M	19.002.356	18.714.992	18.853.786	28.285.567	67.026.887	237,0%
14 Castanheira de Pêra	P	2.816.197	2.895.330	2.922.600	4.317.064	10.023.848	232,2%
15 Cartaxo	M	17.969.390	12.360.735	10.443.441	20.386.783	46.721.323	229,2%
16 Celorico da Beira	P	6.683.517	6.421.391	5.987.252	9.546.080	21.685.467	227,2%
17 Aveiro	M	43.155.557	32.071.351	34.283.383	54.755.145	123.099.126	224,8%
18 Machico	M	9.370.172	8.375.276	7.329.572	12.537.510	26.189.691	208,9%
19 Lajes do Pico	P	3.182.249	3.187.760	3.117.612	4.743.810	9.457.339	199,4%
20 Santa Comba Dão	P	5.585.113	5.671.212	6.308.050	8.782.188	17.239.030	196,3%
21 Portalegre	M	14.529.321	14.035.807	12.993.141	20.779.134	40.412.618	194,5%
22 Ribeira Brava	P	5.590.057	5.087.186	4.399.777	7.538.510	14.633.118	194,1%
23 Alijó	P	7.081.763	7.359.186	7.343.562	10.892.256	20.780.564	190,8%
24 Santarém	M	29.241.795	30.277.768	29.816.408	44.667.986	83.858.802	187,7%
25 São Vicente	P	3.707.104	3.405.318	3.302.914	5.207.667	9.768.809	187,6%
26 Covilhã	M	22.398.845	22.086.333	24.315.760	34.400.469	64.197.124	186,6%
27 Trofa	M	15.541.068	14.167.859	14.999.977	22.354.452	41.324.468	184,9%
28 Mourão	P	3.553.804	3.420.634	3.527.759	5.251.099	9.504.698	181,0%
29 Mondim de Basto	P	4.931.313	5.114.149	5.378.916	7.712.189	13.809.047	179,1%
30 Calheta (R. A. A.)	P	2.950.385	2.753.053	2.534.147	4.118.792	7.197.570	174,7%
31 Évora	M	32.629.637	31.707.319	31.797.497	48.067.226	81.337.705	169,2%
32 Montemor-o-Velho	M	10.912.436	10.388.157	11.227.872	16.264.233	27.421.942	168,6%
33 Mesão Frio	P	3.608.128	3.309.571	3.150.714	5.034.207	8.437.237	167,6%
34 Santa Cruz	M	15.112.508	13.771.673	15.177.105	22.030.643	36.596.790	166,1%
35 Tabuaço	P	5.643.908	5.107.293	5.416.064	8.083.632	13.293.396	164,4%
36 Alpiarça	P	4.786.375	4.898.435	4.513.455	7.099.132	11.406.619	160,7%

Município		Dimensão	Receitas correntes cobradas			1,5 x média receita 3 anos (a)	Dívida Total	Índice (b/a)
			2010	2011	2012		2013 (b)	
37	Vila da Praia da Vitória	M	6.724.392	6.734.977	6.204.510	9.831.939	15.613.359	158,8%
38	Vieira do Minho	P	6.752.582	6.518.433	6.532.855	9.901.935	15.610.950	157,7%
39	Reguengos de Monsaraz	P	9.052.396	8.231.428	8.731.838	13.007.831	19.796.288	152,2%
40	Chaves	M	19.774.195	20.979.230	20.470.254	30.611.839	45.221.267	147,7%
41	Vizela	M	9.341.092	9.129.701	9.077.674	13.774.234	20.313.232	147,5%
42	Tarouca	P	6.284.268	6.382.873	6.294.086	9.480.614	13.657.126	144,1%
43	Torre de Moncorvo	P	8.181.309	7.875.549	8.695.671	12.376.264	17.730.478	143,3%
44	Guarda	M	20.786.560	19.924.353	20.028.800	30.369.857	42.353.741	139,5%
45	Murça	P	4.680.940	4.595.801	4.586.343	6.931.542	9.606.733	138,6%
46	Nelas	P	7.357.682	7.171.204	7.076.473	10.802.679	14.804.535	137,0%
47	Borba	P	5.491.674	5.879.084	5.493.548	8.432.153	11.523.968	136,7%
48	Povoação	P	3.722.122	3.833.342	3.571.340	5.563.402	7.443.990	133,8%
49	Cantanhede	M	14.436.522	14.735.846	14.680.004	21.926.186	28.523.901	130,1%
50	Lamego	M	15.219.366	15.179.638	14.902.482	22.650.743	29.362.273	129,6%

R44.A – Índice de dívida total dos municípios da R.A. dos Açores

Unidade: euros

Município		Dimensão	Receitas correntes cobradas			1,5 x média receita 3 anos (a)	Dívida Total	Índice (b/a)
			2010	2011	2012		2013 (b)	
1	Nordeste	P	3.205.303	3.092.780	2.946.776	4.622.429	16.890.365	365,4%
2	Vila Franca do Campo	P	4.949.897	5.087.844	5.482.288	7.760.014	27.822.198	358,5%
3	Lajes do Pico	P	3.182.249	3.187.760	3.117.612	4.743.810	9.457.339	199,4%
4	Calheta (R. A. A.)	P	2.950.385	2.753.053	2.534.147	4.118.792	7.197.570	174,7%
5	Vila da Praia da Vitória	M	6.724.392	6.734.977	6.204.510	9.831.939	15.613.359	158,8%
6	Povoação	P	3.722.122	3.833.342	3.571.340	5.563.402	7.443.990	133,8%
7	Velas	P	3.416.943	3.430.420	3.144.003	4.995.683	6.252.571	125,2%
8	Angra do Heroísmo	M	11.000.180	10.212.368	10.494.052	15.853.300	19.602.729	123,7%
9	Lajes das Flores	P	3.061.360	2.242.605	1.859.645	3.581.805	3.396.687	94,8%
10	Lagoa (R.A.A)	P	6.716.775	6.504.881	6.484.504	9.853.080	8.347.196	84,7%
11	Corvo	P	1.023.976	976.240	925.153	1.462.685	1.088.992	74,5%
12	Madalena	P	3.781.006	3.742.319	3.569.004	5.546.164	3.660.763	66,0%
13	Horta	P	6.808.850	6.729.832	6.760.185	10.149.434	6.422.808	63,3%
14	Ribeira Grande	M	12.159.812	12.158.524	11.112.702	17.715.519	11.203.220	63,2%
15	Ponta Delgada	M	27.925.698	26.406.774	25.307.251	39.819.862	24.738.857	62,1%
16	Santa Cruz da Graciosa	P	2.500.270	2.508.303	2.249.256	3.628.914	1.993.344	54,9%
17	São Roque do Pico	P	2.819.147	2.625.501	2.570.030	4.007.339	996.365	24,9%
18	Santa Cruz das Flores	P	1.686.521	1.984.396	1.637.799	2.654.358	537.011	20,2%
19	Vila do Porto	P	3.333.037	3.272.588	3.187.081	4.896.353	804.251	16,4%

R44.M – Índice de dívida total dos municípios da R.A. da Madeira

Unidade: euros

Município	Dimensão	Receitas correntes cobradas			1,5 x média receita 3 anos (a)	Dívida Total 2013 (b)	Índice (b/a)
		2010	2011	2012			
1 Machico	M	9.370.172	8.375.276	7.329.572	12.537.510	26.189.691	208,9%
2 Ribeira Brava	P	5.590.057	5.087.186	4.399.777	7.538.510	14.633.118	194,1%
3 São Vicente	P	3.707.104	3.405.318	3.302.914	5.207.667	9.768.809	187,6%
4 Santa Cruz	M	15.112.508	13.771.673	15.177.105	22.030.643	36.596.790	166,1%
5 Santana	P	4.514.758	4.341.714	4.070.752	6.463.612	7.457.636	115,4%
6 Calheta (R. A. M.)	P	6.545.051	6.484.859	6.035.279	9.532.594	10.832.783	113,6%
7 Funchal	G	69.637.264	65.584.749	61.292.864	98.257.439	93.876.865	95,5%
8 Porto Moniz	P	2.944.806	2.875.371	2.866.321	4.343.249	3.939.628	90,7%
9 Câmara de Lobos	M	12.205.473	10.173.869	8.068.078	15.223.710	13.455.586	88,4%
10 Porto Santo	P	4.078.179	3.820.143	3.682.986	5.790.654	4.582.005	79,1%
11 Ponta do Sol	P	4.757.735	4.228.671	4.042.651	6.514.528	1.653.633	25,4%

Nos rankings supra pode observar-se (atente-se sempre aos pressupostos de cálculo do índice):

- Não existem municípios grandes entre os com melhor índice de dívida total, assim como não existem entre os que apresentam pior índice de dívida total;
- No ranking dos que estão piores, os níveis de superação dos limites são preocupantes (o piore supera mais do que 550% do permitido), sobretudo considerando que os municípios de menor dimensão são largamente dependentes de receitas externas para a sua atividade, logo para sanar as suas dívidas;
- As preocupações referidas no ponto anterior estendem-se aos municípios dos Açores e da Madeira, onde metade (oito em dezanove e seis em onze, respetivamente) excede largamente os limites legais para a dívida total.

3.4.4. Endividamento líquido

3.4.4.1. Cálculo do valor global

Tendo em atenção que durante o ano económico de 2013, os municípios ainda tiveram que cumprir o disposto na Lei 2/2007 quanto às regras de endividamento, e considerando também que o cálculo deste limite de endividamento, à data da entrada em vigor do novo limite, é determinante para o enquadramento legal dos municípios e para a determinação da sua situação quanto à obrigatoriedade de

prosseguirem para a fase de saneamento financeiro¹⁶⁵, entendeu-se manter este ponto de análise, com o risco de o mesmo já estar ultrapassado, fruto das circunstâncias desta “reforma”, no momento da apresentação pública deste Anuário.

Assim, prosseguindo com a mesma metodologia dos anos anteriores, apresentam-se os Quadros 3.21 e 3.22 com a evolução do endividamento líquido global dos municípios¹⁶⁶ (não englobando o

¹⁶⁵ N.º 3 do Artigo 58.º da Lei 73 /2013.

¹⁶⁶ Entendemos manter em nota de rodapé os pressupostos e os constrangimentos que nos acompanharam ao longo destes anos de construção do Anuário, no que se refere à determinação do endividamento líquido de cada município e, por isso, do global para os 308. Assim passaremos a reproduzir essas anotações: “Dado que o endividamento líquido, à luz do disposto na Lei 2/2007, resulta da diferença aritmética entre o passivo e os ativos circulantes (com exclusão da conta «27 – Acréscimos e Diferimentos» e da classe 3 – Existências) requereria também esta análise, de mais elementos de confrontação que permitissem aferir da razoabilidade dos valores inscritos no ativo, em dívidas de terceiros. Adicionalmente, entende-se que as dívidas de terceiros que, por lei, exigem provisões (estão nesta situação as dívidas dos clientes, contribuintes e utentes, em mora há mais de seis meses, que requerem provisões de 50%), não deveriam contribuir para o rácio do endividamento, na parte que deveria ser provisionada. De igual modo, os créditos sobre terceiros, utentes do serviço público autárquico, devedores há mais de doze meses, não deveriam ser relevados para este fim, pois requerem provisões a 100%. Também não consideramos o valor das existências dado que, ao contrário das empresas, por regra estas existências não se destinam a venda. Atendendo ao facto de, para o cálculo do limite de endividamento líquido global de cada município, só contribuir o endividamento líquido e os empréstimos das entidades que integram o setor empresarial local (em valor proporcional à participação do município no seu capital social),

endividamento líquido das associações, das entidades do setor empresarial local e dos serviços municipalizados)¹⁶⁷, bem como a evolu-

ção da dívida bruta global (Gráfico 3.05).

estes em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no regime jurídico do setor empresarial, os indicadores apresentados neste capítulo e referentes ao endividamento líquido de setor autárquico, não incluem o setor empresarial local, por ausência de informação que permita identificar os casos sujeitos a englobamento”.

¹⁶⁷ De acordo com a Lei das Finanças Locais de 2007, o endividamento líquido é calculado pela diferença entre as dívidas a pagar e as disponibilidades e dívidas a receber. As dívidas à EDP consolidadas até dezembro de 1988 são excecionadas ao abrigo da

alínea c) do n.º2 do art.º 61.º da LFL. Em termos do artigo 36º da LFL, deve ser considerado o endividamento líquido de todo o setor autárquico. De qualquer modo, a dívida do setor empresarial só será considerada para cômputo do limite de endividamento, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no regime jurídico do setor empresarial local.

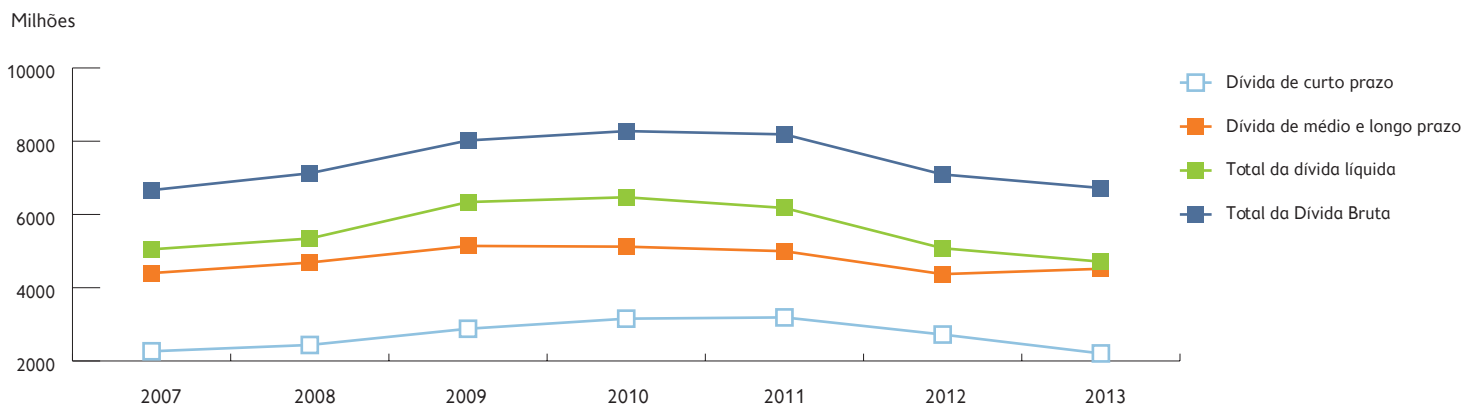
Quadro 3.21 – Endividamento líquido dos municípios

Unidade: milhões de euros

		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Ativo	Dívidas a Receber	818	1.074	1.083	1.197	1.328	1.238	1.127
	Disponibilidades	798	708	599	610	682	777	884
	Total (a)	1.616	1.781	1.682	1.806	2.009	2.015	2.011
Passivo*	Dívidas a Pagar de curto prazo	2.264	2.437	2.880	3.155	3.189	2.722	2.206
	Dívidas a Pagar de médio e longo prazo	4.399	4.688	5.140	5.121	4.997	4.371	4.517
	Total (b)	6.664	7.124	8.020	8.276	8.186	7.092	6.722
Endividamento Líquido (b-a)		5.048	5.343	6.339	6.470	6.177	5.078	4.711

* Conforme temos vindo a considerar, aqui o passivo engloba apenas as dívidas a pagar, não incluindo provisões para riscos e encargos nem acréscimos de custos, nem ainda proveitos diferidos. As dívidas a pagar de curto prazo incluem dívidas de operações não orçamentais.

Gráfico 3.05 – Evolução da dívida bruta e da dívida líquida



Neste gráfico a dívida de curto prazo inclui a dívida de curto prazo de natureza orçamental e a dívida resultante de operações de tesouraria (Valores de terceiros, nomeadamente do

Estado, retidos à guarda do município para pagamento em períodos definidos por lei ou contratualizados, conforme a situação.).

Quadro 3.22 – Variação do Endividamento líquido dos municípios

Unidade: milhões de euros

		Variação (M€)						Variação (%)					
		07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13
Ativo	Dívidas a Receber	256	9	114	131	-90	-111	31,2%	0,9%	10,5%	11,0%	-6,8%	-8,9%
	Disponibilidades + Títulos Negociáveis	-90	-109	11	72	95	107	-11,3%	-15,4%	1,8%	11,8%	14,0%	13,8%
	Total (a)	165	-100	125	203	5	-3	10,2%	-5,6%	7,4%	11,3%	0,3%	-0,2%
Passivo	Dívidas a Pagar de curto prazo	172	443	275	34	-468	-516	7,6%	18,2%	9,6%	1,1%	-14,7%	-19,0%
	Dívidas a Pagar de médio e longo prazo	288	453	-20	-124	-626	146	6,5%	9,7%	-0,4%	-2,4%	-12,5%	3,3%
	Total (b)	461	896	256	-89	-1.094	-370	6,9%	12,6%	3,2%	-1,1%	-13,4%	-5,2%
	Endividamento Líquido (b-a)	295	996	131	-293	-1.099	-366	5,8%	18,6%	2,1%	-4,5%	-17,8%	-7,2%

Apesar dos quadros supra manterem a lógica definida para este Anuário de se apresentar os valores e rácios para o período entre 2007 e 2013, face aos desenvolvimentos dos últimos três anos e das ações protagonizadas pelo Poder Central junto dos municípios, sejam através da Lei de Enquadramento Orçamental, sejam através da produção de diplomas que condicionam e controlam a atividade financeira dos mesmos (e.g. a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso), não faz sentido proceder-se, agora, a uma análise evolutiva destes indicadores pelo que, nos limitaremos a apresentá-los. Ainda mais que, em relação à evolução da dívida bruta dos municípios, a mesma já foi abordada no ponto de análise do passivo exigível.

Três notas relevantes terão, todavia, que se reforçar:

- Nos últimos três anos, o endividamento líquido dos municípios à luz da legislação vigente, diminui em ritmo acelerado: -4,5% em 2011, -17,8% em 2012 e -7,2% em 2013;
- A dívida bruta total baixou sucessivamente desde 2011 até 2013 com as seguintes taxas: -1,1%, -13,4% e -5,2%, fruto da redução da dívida de curto prazo em detrimento do aumento da de médio e longo prazo;

- As dívidas de curto prazo baixaram em 2012 e 2013 respetivamente, -14,7% e -19%, sinal de que produziram efeitos os constrangimentos e limitações à assunção de encargos impostas pelo Poder Central, a par de uma responsabilidade reconhecida às autarquias de contribuição positiva e, até mesmo, de uma estratégia em muitos casos para a recuperação das finanças públicas. Realmente, em 2013, 55 municípios diminuíram a dívida de curto, embora em 46 destes municípios tal ficou a dever-se ao recurso ao PAEL.

Como foi justificado no início deste ponto, manteremos a apresentação dos rankings sobre o endividamento líquido em 2013, na vigência da Lei 2 /2007.

No Quadro 2.23 apresentam-se os municípios que, em 2013, detinham um valor de ativo circulante superior ao passivo total. Os valores negativos para o endividamento líquido traduzem exatamente essa situação, isto é, um excedente de ativo circulante sobre o passivo exigível (significando que o município ainda possui capacidade de endividamento). A liderar esta situação aparece o município de Amadora, uma autarquia de grande dimensão, encontrando-se ainda nesta lista outro município de grande dimensão, Barcelos.

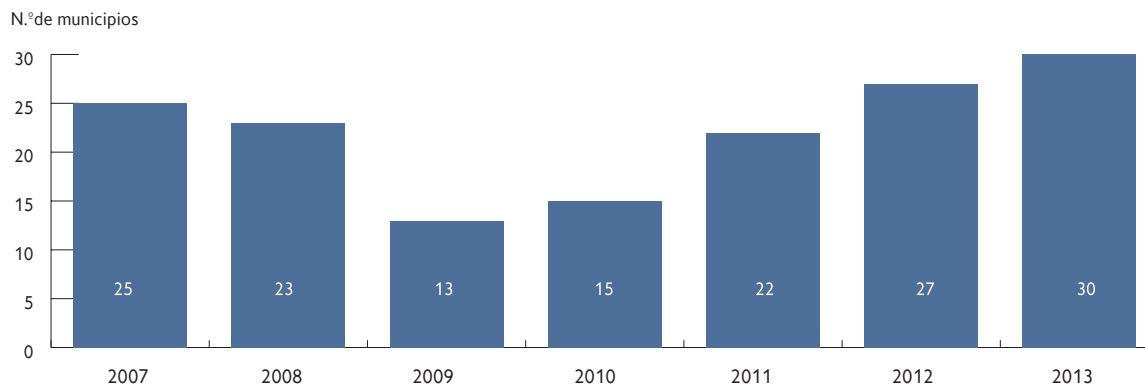
Quadro 3.23 – Municípios com Endividamento Líquido negativo, em 2013 (com excedente de ativo circulante sobre o passivo exigível)

Unidade: euros

	Município	Dimensão	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1	Amadora	G	-5.529.261	-8.996.883	-4.401.722	-8.889.349	-17.350.687	-31.225.402	-29.996.444
2	Castelo Branco	M	-9.507.146	-175.225	-10.630.167	-15.062.522	-19.195.403	-29.210.972	-19.837.741
3	Ponte de Lima	M	-18.000.561	-25.504.449	-8.132.306	-14.994.991	-21.325.466	-18.601.755	-14.282.881
4	Mealhada	M	-814.862	1.971.684	2.645.417	351.370	-4.343.678	-6.561.124	-10.367.110
5	Elvas	M	-13.443.859	-11.869.250	-7.404.507	-11.114.655	-14.331.346	-16.001.963	-7.012.080
6	Coruche	P	6.617.303	5.267.066	5.596.380	4.657.617	2.337.327	-1.430.935	-4.951.403
7	Arronches	P	-2.257.863	-1.961.641	-553.202	-898.208	-2.559.526	-3.550.533	-4.371.695
8	Ovar	M	6.014.296	5.067.467	4.691.073	-4.409.060	-2.128.812	-1.964.064	-3.504.469
9	Redondo	P	-5.892.081	-5.504.747	-4.486.352	-3.893.009	-2.690.268	-3.395.308	-3.472.009
10	Penedono	P	-2.348.355	-2.581.181	-2.989.230	-3.486.969	-4.009.742	-4.090.733	-2.670.922
11	Ponte de Sor	P	-4.749.749	-3.628.049	-4.094.234	-4.860.838	-10.319.374	-8.969.728	-2.544.658
12	Barcelos	G	42.434.414	35.661.548	37.029.508	30.785.685	27.948.578	-2.845.087	-2.306.257
13	São João da Madeira	M	7.078.479	4.722.334	4.162.718	-2.776.541	-10.356.603	-9.307.951	-2.147.661
14	Águeda	M	10.994.474	8.669.435	10.404.639	10.497.463	6.234.984	5.001.777	-2.014.428
15	Vila Velha de Ródão	P	1.400.773	1.205.600	1.425.726	1.365.104	321.320	-266.448	-1.627.082
16	Caldas da Rainha	M	6.832.809	6.079.446	13.628.455	10.541.789	4.807.169	552.180	-1.505.688
17	Penacova	P	-521.986	-945.029	2.546.478	3.129.571	1.948.921	376.307	-1.309.716
18	Marvão	P	382.689	605.800	10.296	292.209	-732.744	-1.696.766	-1.271.916
19	Pampilhosa da Serra	P	-3.642.013	-1.429.961	-685.081	254.837	-659.462	-1.161.036	-1.109.297
20	Aguiar da Beira	P	4.235.790	3.857.853	3.648.844	389.085	-255.794	-1.160.693	-1.061.156
21	Cabeceiras de Basto	P	5.336.658	5.273.543	6.646.009	7.089.195	6.871.022	5.839.952	-1.007.401
22	Alcácer do Sal	P	-269.181	388.489	3.794.327	1.172.988	-502.050	-655.019	-939.720
23	Cinfães	P	-2.024.783	-1.926.455	1.116.426	-1.233.614	-883.983	-988.412	-723.814
24	Portel	P	-447.393	-1.375.323	134.249	-575.176	-1.475.655	-1.551.055	-689.949
25	Gavião	P	1.511.391	2.715.832	2.271.124	1.497.165	-16.320	-811.181	-681.915
26	Alcoutim	P	1.088.403	1.265.494	1.330.056	1.525.990	544.781	-987.594	-350.630
27	Penalva do Castelo	P	3.792.486	4.198.793	3.700.575	1.118.207	613.616	-306.561	-157.800
28	Carrazeda de Ansiães	P	9.500.637	10.251.617	7.237.585	5.934.239	4.540.181	1.520.841	-128.546
29	Alvito	P	515.553	1.234.165	-1.342.258	822.316	949.747	387.210	-123.893
30	Santa Cruz das Flores	P	1.272.251	1.088.070	600.173	542.212	293.791	94.992	-56.236

- No Gráfico 3.06 constata-se que o número de municípios com endividamento líquido negativo, isto é, cujo ativo circulante é superior ao passivo exigível, tem aumentado desde 2009, atingindo em 2013 o máximo do período em apreço.

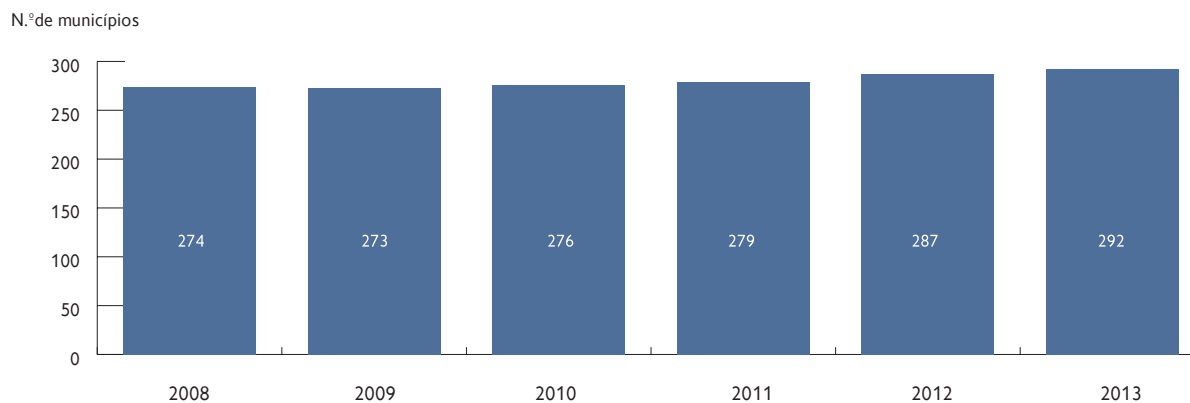
Gráfico 3.06 – Número de municípios com endividamento líquido negativo



Uma pequena nota se mantém neste ponto e análise: o facto de endividamento líquido ser inferior a zero, não significa que os municípios não apresentem, no final do ano económico, dívidas de curto prazo por saldar. Detêm contudo disponibilidades e créditos sobre

terceiros que lhes permitiria sanar estas responsabilidades. O Gráfico 3.07 é elucidativo da situação global dos municípios quanto à ausência de dívida bancária de curto prazo.

Gráfico 3.07 – Número de municípios sem dívidas bancárias de curto prazo, no final do ano



O gráfico anterior mostra o esforço de controlo orçamental apresentado pela grande maioria dos municípios ao utilizarem os empréstimos de curto prazo apenas pontualmente para fins apenas de equilíbrio de tesouraria, não contribuindo com os mesmos para uma consolidação da dívida a curto prazo, que a Lei do Enquadra-

mento Orçamental do Estado, nos últimos anos, impede. Apenas 16 municípios apresentaram dívidas bancárias de curto prazo no final de 2013.

O Ranking R45 apresenta os 35 municípios com menor endividamento líquido, reportado ao ano de 2013.

R45 – Municípios com menor Endividamento Líquido, em 2013

Unidade: euros

	Município	Dimensão	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Varição 12-13
1	Murtosa	P	1.508.443	1.870.752	1.031.979	1.444.140	1.471.578	1.052.541	26.785	-97,5%
2	Castelo de Vide	P	2.076.127	1.137.464	1.212.613	673.432	121.025	-360.922	31.982	-108,9%
3	Ponta do Sol	P	2.249.397	5.810.195	5.182.489	3.870.569	3.356.002	1.339.117	195.600	-85,4%
4	Arouca	M	4.025.048	5.215.550	5.205.139	4.516.647	4.206.218	2.262.971	220.761	-90,2%
5	Vila do Porto	P	1.318.973	902.935	882.329	1.229.341	952.185	771.798	230.144	-70,2%
6	Benavente	M	565.591	945.398	2.945.316	4.799.881	4.616.754	2.830.398	351.924	-87,6%
7	Viana do Alentejo	P	-1.045.773	-1.775.995	-639.526	-740.869	-599.059	-595.916	377.182	-163,3%
8	Boticas	P	5.784.795	5.729.036	5.466.666	4.004.474	3.999.455	2.367.492	522.830	-77,9%
9	Mortágua	P	959.245	-1.343.213	1.580.072	2.308.147	-388.465	-1.720.179	592.645	-134,5%
10	São Roque do Pico	P	1.839.308	1.383.922	-1.410.140	-14.384	588.027	913.497	670.552	-26,6%
11	Alter do Chão	P	2.021.582	1.830.967	2.217.488	2.228.292	2.299.411	1.674.547	733.732	-56,2%
12	Corvo	P	1.949.832	2.041.829	1.656.452	1.311.690	1.260.232	762.231	805.455	5,7%
13	Sever do Vouga	P	5.521.694	5.995.958	5.298.763	4.160.145	2.853.983	3.330.914	853.511	-74,4%
14	Marinha Grande	M	2.574.736	4.013.231	6.798.112	6.618.647	5.983.985	3.036.083	972.313	-68,0%
15	Oleiros	P	441.414	-669.994	1.246.511	977.850	455.251	846.153	1.023.542	21,0%
16	Castro Verde	P	3.407.341	345.220	2.554.344	3.625.272	2.808.856	2.007.685	1.150.325	-42,7%
17	Miranda do Corvo	P	5.677.842	4.851.554	6.857.594	6.357.627	5.762.245	3.460.048	1.234.128	-64,3%
18	Horta	P	7.458.816	5.058.698	7.876.694	6.322.398	6.204.938	2.330.654	1.286.475	-44,8%
19	Batalha	P	1.155.484	1.612.597	1.222.710	3.759.472	3.381.162	2.116.043	1.370.331	-35,2%
20	Sátão	P	5.808.060	5.661.089	4.481.468	4.226.489	3.952.465	2.279.736	1.381.771	-39,4%
21	Vila Flor	P	3.944.241	4.397.966	4.336.501	3.544.893	3.757.177	2.395.126	1.397.522	-41,7%
22	São Brás de Alportel	P	382.549	1.593.016	2.892.559	4.087.871	2.766.798	1.978.129	1.406.722	-28,9%
23	Sernancelhe	P	3.046.888	3.994.325	2.667.039	2.578.739	2.628.230	2.166.234	1.437.491	-33,6%
24	Albergaria-a-Velha	M	6.464.546	7.706.867	7.368.478	4.258.844	2.217.997	1.742.230	1.457.650	-16,3%
25	Almeida	P	2.038.895	5.679.840	5.998.309	8.078.622	6.489.749	3.843.165	1.463.362	-61,9%
26	Campo Maior	P	-976.852	-409.348	816.354	1.936.320	1.594.937	939.159	1.475.936	57,2%
27	Vinhais	P	-256.472	374.280	1.486.716	1.832.145	2.268.611	1.063.097	1.658.603	56,0%
28	Fronteira	P	3.991.349	3.631.736	3.512.239	3.256.921	2.291.059	2.091.257	1.679.441	-19,7%
29	Salvaterra de Magos	M	977.824	3.268.920	5.933.984	5.034.877	4.127.701	2.837.024	1.804.067	-36,4%
30	Mértola	P	8.581.129	10.216.492	9.088.347	8.083.541	5.356.615	3.739.098	1.810.799	-51,6%

	Município	Dimensão	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Varição 12-13
31	Vila de Rei	P	3.966.555	4.084.475	5.246.514	4.476.532	3.395.806	1.973.942	1.818.463	-7,9%
32	Santa Cruz da Graciosa	P	1.084.440	926.572	1.249.375	2.388.227	2.423.928	2.168.564	1.824.107	-15,9%
33	Mação	P	3.578.687	2.525.867	3.375.461	3.012.341	3.057.488	2.354.923	1.843.888	-21,7%
34	Góis	P	3.508.179	3.223.000	3.394.719	2.703.310	2.579.286	2.749.654	1.935.494	-29,6%
35	Mogadouro	P	11.101.443	9.565.049	9.056.146	6.657.244	6.821.378	5.645.600	1.944.780	-65,6%
36	Barrancos	P	2.638.751	3.463.455	4.229.494	3.409.916	3.001.970	2.451.387	2.095.774	-14,5%
37	Mora	P	4.307.925	4.296.420	4.622.211	3.198.123	2.479.981	2.316.666	2.229.565	-3,8%
38	Vimioso	P	5.410.513	4.170.656	4.936.250	4.769.294	4.083.664	2.564.947	2.245.721	-12,4%
39	Condeixa-a-Nova	P	3.879.407	4.258.256	8.096.506	6.638.620	4.599.237	2.545.342	2.250.127	-11,6%
40	Cadaval	P	3.157.834	4.135.126	5.099.067	4.940.313	4.323.461	2.778.059	2.353.938	-15,3%
41	Cuba	P	3.142.385	3.852.802	3.344.038	3.810.574	3.166.272	2.770.236	2.374.006	-14,3%
42	Mira	P	1.932.463	5.766.208	7.110.037	6.496.012	6.011.354	3.568.249	2.418.789	-32,2%
43	Pedrógão Grande	P	3.553.862	3.716.950	3.756.616	3.989.853	3.309.623	2.103.396	2.475.503	17,7%
44	Proença-a-Nova	P	-1.840.933	-456.775	1.487.543	3.300.918	3.339.563	3.444.086	2.528.704	-26,6%
45	Carregal do Sal	P	3.376.577	4.637.235	4.493.372	4.802.786	4.039.929	3.302.698	2.532.669	-23,3%
46	Vila Pouca de Aguiar	P	7.278.117	9.927.884	7.757.130	9.290.060	7.078.389	4.573.772	2.635.032	-42,4%
47	Viseu	M	7.428.376	1.244.104	11.192.017	27.255.743	21.746.156	9.277.594	2.646.088	-71,5%
48	Porto Moniz	P	2.795.177	2.861.911	7.351.306	5.069.882	3.605.897	2.374.049	2.666.634	12,3%
49	Madalena	P	5.746.399	5.377.473	4.991.529	5.905.849	5.012.430	4.255.067	2.812.845	-33,9%
50	Avis	P	4.719.267	5.164.925	5.241.846	5.373.793	4.545.775	3.858.740	2.929.693	-24,1%

O Ranking R46, a seguir, ordena os municípios pelo maior montante de endividamento líquido. Nos termos da Lei 2/2007, vigente em 2013, e como já referido, este montante representa a dívida bruta deduzida do ativo circulante. Seria pelo seu peso no total de receitas consideradas para efeitos de cálculo dos limites de endividamento líquido¹⁶⁸, que se avaliaria a saúde financeira do município. Dito de outro modo, para essa avaliação relevava menos o total da dívida e mais o peso da mesma no total de receitas do ano anterior, definidas para o efeito. O facto destes municípios constarem deste ranking, não significa, *per si*, que tenham ultrapassado o limite de endividamento. Com esta lista apenas se pretende enumerar os municípios com maior va-

¹⁶⁸ Nas situações em que o valor da dívida bancária de médio ou longo prazo ultrapassasse os 100% das receitas consideradas para o efeito, ou o endividamento de curto prazo ultrapassasse 10% das mesmas, ou ainda, o endividamento líquido global, de um qualquer município ultrapassasse 125% dessas mesmas receitas, então sim, seriam aplicadas as sanções previstas na LFL (Lei 2/2007) e poderia, até, ser desencadeado um processo de saneamento financeiro da autarquia ou de reequilíbrio financeiro da mesma.

lor de endividamento líquido. Contudo, analisado o índice de endividamento líquido de cada um em relação ao limite total de endividamento, verificou-se que 32 destes municípios tinham, efetivamente, ultrapassado o valor máximo¹⁶⁹ do referido índice de endividamento líquido¹⁷⁰.

Assim, assinalaram-se a sombreado mais escuro esses 32 municípios que ultrapassaram o valor máximo do índice de endividamento líquido. Constatou-se que são, na sua maioria, municípios de média dimensão, sendo apenas três (3) de pequena dimensão e cinco (5) de grande dimensão.

¹⁶⁹ Pelo artigo 37º da Lei 2/2007, o valor máximo que o índice pode assumir é de 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior.

¹⁷⁰ Como já referido em diversos momentos deste Anuário, para o cálculo em apreço, foi considerado todo o stock da dívida bancária, independentemente dos empréstimos excecionados, não tendo sido, porém, considerada a dívida do SEL, quando aplicável.

R46 – Ranking dos Municípios com maior Endividamento Líquido, em 2013

Unidade: euros

	Município	Dim.	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Varição 12-13
1	Lisboa	G	842.959.952	849.974.863	833.161.119	776.589.168	709.547.975	308.814.884	339.519.539	9,9%
2	Portimão	M	21.753.731	51.933.740	88.637.861	141.472.225	153.844.357	147.910.327	142.035.443	-4,0%
3	Vila Nova de Gaia	G	232.002.249	177.244.262	198.116.194	174.701.399	150.904.987	144.743.834	134.719.907	-6,9%
4	Aveiro	M	115.759.052	122.342.587	135.870.627	145.922.405	137.993.763	122.159.477	110.982.286	-9,1%
5	Gondomar	G	100.615.564	111.152.104	124.026.729	120.446.700	118.193.091	108.848.840	100.727.093	-7,5%
6	Cascais	G	4.552.562	2.625.776	59.621.053	89.771.684	76.276.054	88.838.317	92.143.347	3,7%
7	Seixal	G	26.908.035	32.477.555	49.834.687	36.625.485	43.103.433	68.935.086	81.110.513	17,7%
8	Funchal	G	59.111.097	79.452.968	88.225.192	83.638.705	85.966.547	80.121.995	80.493.429	0,5%
9	Santarém	M	52.617.260	57.805.673	75.378.251	80.315.989	95.044.012	86.160.397	77.196.332	-10,4%
10	Porto	G	153.531.307	122.110.962	110.658.448	127.023.125	105.564.580	87.862.685	74.882.832	-14,8%
11	Évora	M	33.008.563	36.721.941	58.718.313	62.490.906	71.742.765	68.253.821	72.768.991	6,6%
12	Braga	G	80.906.925	80.569.363	86.118.604	79.784.425	68.480.238	73.540.725	69.390.489	-5,6%
13	Fundão	M	56.035.485	62.557.329	64.035.523	63.377.945	64.503.149	64.023.661	67.605.167	5,6%
14	Paços de Ferreira	M	26.040.332	30.434.158	37.717.746	44.515.542	44.409.068	43.014.136	65.140.173	51,4%
15	Lagos	M	4.449.534	12.624.036	37.650.806	42.049.820	50.232.243	48.618.932	60.185.043	23,8%
16	VR Santo António	P	7.282.930	-8.379.549	20.085.799	42.990.167	53.508.262	57.149.021	59.732.864	4,5%
17	Oeiras	G	57.957.019	64.664.035	64.090.818	60.303.976	48.478.083	36.899.387	58.103.437	57,5%
18	Setúbal	G	65.823.971	59.242.110	58.064.174	62.018.507	63.431.845	58.651.348	57.941.260	-1,2%
19	Sintra	G	68.817.325	74.678.352	82.120.950	86.975.487	111.349.153	77.985.691	55.625.431	-28,7%
20	Vila do Conde	M	67.422.825	62.566.709	61.794.193	67.404.446	62.471.051	60.852.751	54.456.113	-10,5%
21	Seia	M	46.142.171	47.652.649	53.606.127	56.888.755	56.780.556	56.641.509	54.383.514	-4,0%
22	Paredes	M	11.365.882	15.670.678	30.822.659	41.483.145	46.296.040	52.144.663	53.724.019	3,0%
23	Faro	M	51.433.130	59.658.607	62.015.551	65.034.175	63.018.824	57.820.094	53.448.984	-7,6%
24	Valongo	M	43.017.214	48.540.895	64.722.274	67.000.261	63.805.505	57.856.269	52.790.326	-8,8%
25	Santa Maria da Feira	G	41.751.733	53.800.289	64.387.668	66.367.914	69.776.565	58.263.943	48.058.780	-17,5%
26	Loures	G	37.224.221	45.536.636	66.653.070	69.846.608	64.031.186	54.654.451	46.890.662	-14,2%
27	Covilhã	M	77.579.619	63.701.089	77.207.154	74.491.961	53.417.568	49.556.233	46.119.158	-6,9%
28	Loulé	M	7.475.536	9.911.233	54.408.661	85.397.482	83.275.266	67.083.890	46.115.682	-31,3%
29	Figueira da Foz	M	54.414.770	52.363.062	57.194.722	56.302.847	54.202.385	48.845.370	41.856.567	-14,3%
30	Coimbra	G	45.032.645	46.522.795	53.022.478	50.645.297	47.991.736	43.916.695	41.359.146	-5,8%
31	Guimarães	G	70.208.845	65.257.420	71.280.466	77.084.475	76.344.400	66.018.299	39.127.815	-40,7%
32	Trofa	M	13.546.041	27.952.178	38.123.544	40.808.813	42.427.103	37.848.482	38.052.993	0,5%
33	Espinho	M	36.150.095	36.972.698	38.557.913	39.055.803	40.582.519	42.067.136	36.841.196	-12,4%
34	Maia	G	92.904.847	79.755.156	80.048.556	70.297.109	59.009.358	42.377.418	36.465.570	-14,0%
35	Chaves	M	27.362.278	27.894.615	31.881.194	24.858.229	35.428.879	31.450.829	36.007.222	14,5%
36	Leiria	G	18.919.134	72.094.199	75.291.230	73.955.935	64.885.434	49.009.342	35.583.964	-27,4%

	Município	Dim.	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Varição 12-13
37	Guarda	M	35.099.497	32.493.490	36.158.200	39.207.793	35.602.592	33.560.172	34.424.485	2,6%
38	Nazaré	P	14.317.476	13.094.160	18.650.821	20.109.713	32.606.432	29.084.218	33.728.809	16,0%
39	Fornos de Algodres	P	31.493.368	34.132.238	34.632.611	33.626.794	33.760.359	33.336.267	32.389.028	-2,8%
40	Odivelas	G	55.206.854	54.628.977	59.406.981	58.995.128	46.723.275	38.376.886	31.394.472	-18,2%
41	Portalegre	M	27.741.728	28.728.658	33.194.791	33.125.255	34.210.208	33.615.058	31.237.024	-7,1%
42	Santa Cruz	M	14.180.064	16.027.527	22.086.819	30.435.083	34.112.173	34.303.372	31.078.575	-9,4%
43	Cartaxo	M	4.147.416	-13.063.532	-4.343.166	4.678.050	28.858.699	28.888.295	30.554.581	5,8%
44	Vila Nova Famalicão	G	34.759.186	34.905.358	41.695.248	38.953.363	37.344.348	26.905.375	30.186.275	12,2%
45	Oliveira de Azeméis	M	46.067.612	44.617.633	46.059.896	44.359.608	40.945.937	33.295.732	30.157.809	-9,4%
46	Barreiro	M	28.688.403	29.366.447	32.574.466	33.475.631	40.816.252	34.635.748	29.547.433	-14,7%
47	Viana do Castelo	M	15.640.633	23.722.450	29.389.497	35.172.591	33.554.766	32.573.257	29.298.312	-10,1%
48	Lamego	M	14.985.838	19.171.484	25.852.112	32.261.488	29.726.016	30.756.315	27.676.064	-10,0%
49	Torres Vedras	M	9.233.554	13.895.177	24.500.915	34.971.325	36.609.175	31.939.685	27.568.690	-13,7%
50	Torres Novas	M	32.103.816	27.856.766	30.647.860	32.447.410	33.574.971	31.038.152	27.406.481	-11,7%

R46.A – Endividamento Líquido nos municípios da R.A. dos Açores, em 2013

Unidade: euros

	Município	Dim.	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Varição 12-13
1	Vila Franca do Campo	P	20.091.211	20.620.282	22.316.006	25.682.080	27.849.995	26.909.790	25.330.606	-5,9%
2	Ponta Delgada	M	25.090.602	31.147.494	29.819.269	28.516.870	26.716.143	22.650.663	20.564.616	-9,2%
3	Nordeste	P	8.794.610	9.341.175	9.711.602	14.105.247	16.786.471	15.696.968	15.474.217	-1,4%
4	Vila da Praia da Vitória	M	332.314	8.181.305	17.941.238	15.296.185	15.451.526	14.527.600	13.297.173	-8,5%
5	Ribeira Grande	M	17.214.934	22.111.737	18.796.654	20.577.412	16.460.592	12.761.582	8.904.933	-30,2%
6	Lagoa (R.A.A)	P	9.766.992	13.366.748	14.473.077	12.461.348	10.225.559	9.057.656	8.086.557	-10,7%
7	Lajes do Pico	P	6.279.078	6.199.278	7.912.167	7.037.273	6.670.378	6.582.180	7.145.854	8,6%
8	Povoação	P	11.521.325	14.167.778	37.277.134	34.934.376	31.589.791	20.983.038	7.093.757	-66,2%
9	Calheta (R. A. A.)	P	9.199.811	10.557.282	10.399.365	9.215.141	8.628.295	7.581.980	6.671.644	-12,0%
10	Angra do Heroísmo	M	21.963.779	22.655.403	26.656.857	25.327.252	11.319.526	10.317.696	5.178.401	-49,8%
11	Velas	P	6.974.950	6.056.703	6.845.929	10.237.681	8.470.570	6.883.094	4.884.201	-29,0%
12	Lajes das Flores	P	330.955	87.564	1.213.387	756.837	872.132	1.639.679	3.131.888	91,0%
13	Madalena	P	5.746.399	5.377.473	4.991.529	5.905.849	5.012.430	4.255.067	2.812.845	-33,9%
14	Santa Cruz da Graciosa	P	1.084.440	926.572	1.249.375	2.388.227	2.423.928	2.168.564	1.824.107	-15,9%
15	Horta	P	7.458.816	5.058.698	7.876.694	6.322.398	6.204.938	2.330.654	1.286.475	-44,8%
16	Corvo	P	1.949.832	2.041.829	1.656.452	1.311.690	1.260.232	762.231	805.455	5,7%
17	São Roque do Pico	P	1.839.308	1.383.922	-1.410.140	-14.384	588.027	913.497	670.552	-26,6%
18	Vila do Porto	P	1.318.973	902.935	882.329	1.229.341	952.185	771.798	230.144	-70,2%
19	Santa Cruz das Flores	P	1.272.251	1.088.070	600.173	542.212	293.791	94.992	-56.236	-159,2%

R46.M – Endividamento Líquido nos municípios da R.A. da Madeira, em 2013

Unidade: euros

Município	Dim.	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Variação 12-13
1 Funchal	G	59.111.097	79.452.968	88.225.192	83.638.705	85.966.547	80.121.995	80.493.429	0,5%
2 Santa Cruz	M	14.180.064	16.027.527	22.086.819	30.435.083	34.112.173	34.303.372	31.078.575	-9,4%
3 Machico	M	16.824.928	16.654.952	16.036.717	15.483.110	18.355.935	15.321.168	18.505.075	20,8%
4 Ribeira Brava	P	-2.700.789	2.399.262	5.706.266	2.850.069	16.057.021	13.047.322	9.511.040	-27,1%
5 Câmara de Lobos	M	6.200.984	18.920.261	15.089.160	13.648.750	13.653.811	14.504.671	9.321.055	-35,7%
6 Calheta (R. A. M.)	P	8.659.162	9.676.502	11.257.746	11.774.409	12.033.704	11.140.901	8.802.879	-21,0%
7 São Vicente	P	2.897.610	3.549.040	2.112.220	2.025.050	5.270.116	5.451.187	8.088.268	48,4%
8 Santana	P	4.682.510	4.417.637	13.373.651	12.619.429	13.254.673	8.692.881	5.865.548	-32,5%
9 Porto Santo	P	1.210.467	-335.608	2.574.596	3.003.691	9.062.536	6.253.162	3.517.477	-43,7%
10 Porto Moniz	P	2.795.177	2.861.911	7.351.306	5.069.882	3.605.897	2.374.049	2.666.634	12,3%
11 Ponta do Sol	P	2.249.397	5.810.195	5.182.489	3.870.569	3.356.002	1.339.117	195.600	-85,4%

O endividamento líquido dos municípios das regiões autónomas apresenta-se nos Rankings R46.A e R46.M. Relativamente aos Açores constata-se que apenas um município (Santa Cruz das Flores) apresenta endividamento líquido com valor negativo, ou seja, com ativo circulante (restringido aos valores por nós relevados para o cálculo) superior ao passivo total; é notória uma tendência geral para a redução do endividamento líquido, com exceção de três municípios que contrariam esta tendência em 2013: Lajes do Pico, Lajes

das Flores e Corvo. Na Madeira todos os municípios apresentaram valores elevados de endividamento líquido, com destaque para o Funchal em que ultrapassou os 80 M€; em 2013 quatro municípios aumentaram o seu endividamento líquido: São Vicente (+48,4%), Machico (+20,8%), Porto Moniz (+12,3%) e Funchal (+0,5%).

O Ranking R47 complementa a informação prestada pelo R46, pois apresenta os municípios que procederam a maior redução de endividamento em 2013.

R47 – Ranking dos Municípios com maior redução do Endividamento Líquido, em 2013

Unidade: euros

Município		Dimensão	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Varição 12-13
1	Guimarães	G	65.257.420	71.280.466	77.084.475	76.344.400	66.018.299	39.127.815	-26.890.484
2	Sintra	G	74.678.352	82.120.950	86.975.487	111.349.153	77.985.691	55.625.431	-22.360.260
3	Loulé	M	9.911.233	54.408.661	85.397.482	83.275.266	67.083.890	46.115.682	-20.968.208
4	Albufeira	M	-1.979.969	30.590.564	46.671.133	55.033.996	43.698.035	23.619.362	-20.078.673
5	Povoação	P	14.167.778	37.277.134	34.934.376	31.589.791	20.983.038	7.093.757	-13.889.281
6	Leiria	G	72.094.199	75.291.230	73.955.935	64.885.434	49.009.342	35.583.964	-13.425.377
7	Porto	G	122.110.962	110.658.448	127.023.125	105.564.580	87.862.685	74.882.832	-12.979.853
8	Aveiro	M	122.342.587	135.870.627	145.922.405	137.993.763	122.159.477	110.982.286	-11.177.192
9	Santa Maria da Feira	G	53.800.289	64.387.668	66.367.914	69.776.565	58.263.943	48.058.780	-10.205.163
10	Vila Nova de Gaia	G	177.244.262	198.116.194	174.701.399	150.904.987	144.743.834	134.719.907	-10.023.927
11	Santo Tirso	M	23.454.170	33.110.003	25.535.885	27.543.993	31.257.557	21.601.503	-9.656.054
12	Matosinhos	G	40.548.179	53.836.441	62.447.252	30.195.084	12.953.685	3.615.342	-9.338.343
13	Santarém	M	57.805.673	75.378.251	80.315.989	95.044.012	86.160.397	77.196.332	-8.964.065
14	Gondomar	G	111.152.104	124.026.729	120.446.700	118.193.091	108.848.840	100.727.093	-8.121.747
15	Loures	G	45.536.636	66.653.070	69.846.608	64.031.186	54.654.451	46.890.662	-7.763.789
16	Águeda	M	8.669.435	10.404.639	10.497.463	6.234.984	5.001.777	-2.014.428	-7.016.205
17	Figueira da Foz	M	52.363.062	57.194.722	56.302.847	54.202.385	48.845.370	41.856.567	-6.988.803
18	Odivelas	G	54.628.977	59.406.981	58.995.128	46.723.275	38.376.886	31.394.472	-6.982.414
19	Cabeceiras de Basto	P	5.273.543	6.646.009	7.089.195	6.871.022	5.839.952	-1.007.401	-6.847.353
20	Viseu	M	1.244.104	11.192.017	27.255.743	21.746.156	9.277.594	2.646.088	-6.631.507
21	Ourém	M	28.090.871	28.344.604	30.354.798	28.350.327	21.862.921	15.357.155	-6.505.766
22	Vila do Conde	M	62.566.709	61.794.193	67.404.446	62.471.051	60.852.751	54.456.113	-6.396.638
23	Maia	G	79.755.156	80.048.556	70.297.109	59.009.358	42.377.418	36.465.570	-5.911.848
24	Portimão	M	51.933.740	88.637.861	141.472.225	153.844.357	147.910.327	142.035.443	-5.874.884
25	Tavira	M	20.897.251	26.003.782	24.299.137	24.792.665	18.542.821	12.989.560	-5.553.261
26	Olhão	M	26.420.926	38.190.838	32.716.669	20.907.452	16.440.929	11.052.204	-5.388.725
27	Palmela	M	3.322.317	16.873.663	25.221.715	23.364.293	23.264.438	17.988.286	-5.276.152
28	Espinho	M	36.972.698	38.557.913	39.055.803	40.582.519	42.067.136	36.841.196	-5.225.940
29	Câmara de Lobos	M	18.920.261	15.089.160	13.648.750	13.653.811	14.504.671	9.321.055	-5.183.616
30	Angra do Heroísmo	M	22.655.403	26.656.857	25.327.252	11.319.526	10.317.696	5.178.401	-5.139.295
31	Barreiro	M	29.366.447	32.574.466	33.475.631	40.816.252	34.635.748	29.547.433	-5.088.316
32	Valongo	M	48.540.895	64.722.274	67.000.261	63.805.505	57.856.269	52.790.326	-5.065.943
33	Marco de Canaveses	M	42.459.771	41.369.430	40.719.747	34.622.214	32.027.567	27.018.842	-5.008.725
34	Arcos de Valdevez	M	18.318.722	16.668.864	17.587.635	19.511.691	15.653.629	10.657.527	-4.996.102
35	Lagoa (Algarve)	M	4.457.297	12.687.811	15.184.754	13.200.032	9.039.286	4.136.692	-4.902.594

Sendo dominado por municípios de grande e média dimensão, merece menção o esforço de dois municípios de pequena dimensão constantes na lista: Povoação (Açores), com uma redução de 13,9 M€ em 2013; e Cabeceiras de Basto, com uma redução de 6,9 M€ em 2013.

3.4.4.2. Limite do Endividamento Líquido¹⁷¹

Com os fundamentos alegados no ponto antecedente e como consequência da informação apresentada no mesmo, pese embora à data de edição deste Anuário a realidade sobre este tema já seja outra, decidiu-se manter a presente informação pelas mesmas razões.

Como foi referido, neste momento o **conhecimento da situação**

¹⁷¹ Ao abrigo no disposto na Lei 2/2007. Relembre-se contudo que, devido aos constrangimentos já apresentados, não foi considerado o endividamento líquido dos 308 municípios como grupos municipais. Tal aconteceu porque, por um lado, a LFL (artigo 36^º) refere que apenas deverá ser incluído, para efeitos de cálculo do endividamento líquido da autarquia, a dívida do setor empresarial em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no regime jurídico do setor empresarial local, e por outro lado, em outros casos de empresas participadas, não foi possível obter informação consolidada.

dos municípios, em 2013, em relação à sua posição relativa ao nível máximo de endividamento definido no diploma então em vigor, releva por razões históricas, mas releva acima de tudo para efeitos da aplicação, como já foi também referido, do regime transitório para o endividamento excecionado, disposto na nova lei de financiamento autárquico (Lei 73/2013).

O Gráfico 3.08 mostra como se posicionaram as diversas componentes do sistema financeiro dos municípios, para a determinação do já citado limite de endividamento no sector municipal¹⁷². Os Gráficos 3.08.A e 3.08.M apresentam o mesmo tipo de informação para as regiões autónomas.

¹⁷² Como referido ao longo deste capítulo, embora haja empréstimos excecionados que não deveriam ser considerados para este fim, nomeadamente aqueles que, ao abrigo da anterior Lei das Finanças Locais, não contavam para a capacidade de endividamento (designadamente empréstimos destinados à habitação social, ao financiamento de ações financiadas pelo Quadro Comunitário de Apoio e ações de reabilitação urbana), dado que não tem sido possível isolar essa informação, optou-se por integrar a totalidade dos empréstimos de médio e longo prazo. Assim, a informação decorrente desta análise servirá como indicador de situações extremas.

Gráfico 3.08 – Evolução da dívida bruta, da dívida líquida e das receitas consideradas para efeitos de cálculo do índice de endividamento líquido

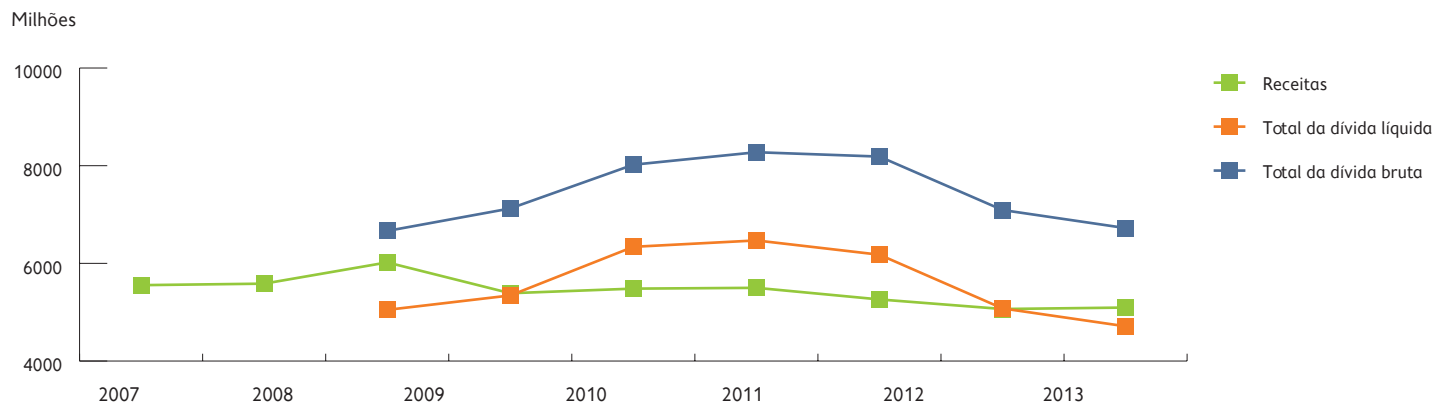


Gráfico 3.08.A – Evolução da dívida bruta, da dívida líquida e das receitas consideradas para efeitos de cálculo do índice de endividamento líquido, nos municípios da R.A. dos Açores

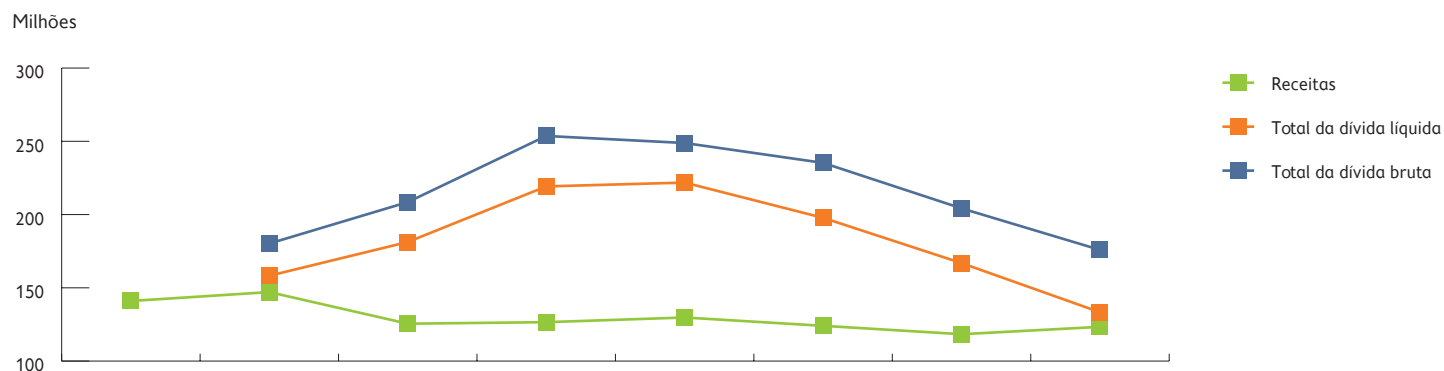
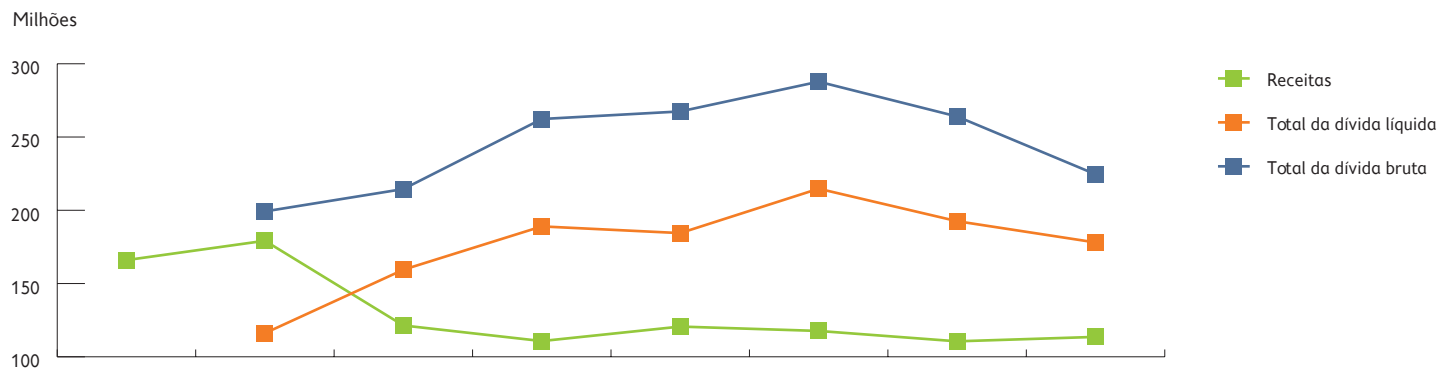


Gráfico 3.08.M – Evolução da dívida bruta, da dívida líquida e das receitas consideradas para efeitos de cálculo do índice de endividamento líquido, nos municípios da R.A. da Madeira



A observação dos gráficos anteriores, nesta fase de desenvolvimento desta temática, suscita as seguintes anotações:

- A dívida líquida representou, em média, 75,4% da dívida bruta, face às receitas contabilizadas pelos municípios, as quais atenuavam o impacto do valor da dívida total. Em 2013 essa relação baixou para 70,1%, pois a dívida bruta desceu 5,2% e a dívida líquida desceu 7,2%. As receitas apresentaram um ligeiro aumento (+0,6%).
- Ao considerar-se a dívida líquida para avaliação do endividamento, a dívida bruta era desvalorizada em cerca de 24,6 % (descia mais de um quarto do seu valor), tendo esse impacto, em 2013, sido de -29,9%.
- O ano de 2013 foi o momento de inversão do processo de desenvolvimento do endividamento autárquico, com o volume de receitas que servia de referencial ao cálculo do índice de endividamento¹⁷³ a ser superior à dívida líquida. Em 2013, 189 municípios apresentaram esta situação, sendo 17 deles de grande dimensão.
- Nos municípios dos Açores a dívida líquida acompanhou sempre a evolução da dívida bruta, representando, em média, 85% desta. Em 2013 a proporção da dívida líquida face à bruta baixou para cerca de 76%. As receitas que permitem reduzir o impacto da dívida, têm-se apresentado relativamente estáveis desde 2008, conhecendo ligeiro acréscimo em 2013 face a 2012.
- Relativamente aos municípios da Madeira, após um crescimento até 2011, ambas as dívidas bruta e líquida diminuem consideravelmente até 2013. Em média, no período em análise, a dívida líquida tem representado 71,7% da dívida bruta e, contrariamente à situação da globalidade do país, esta proporção aumentou em 2013 para 79,1%. As receitas que permitem reduzir o impacto da dívida, têm

também conhecido alguma estabilidade desde 2008, conhecendo ligeiro acréscimo em 2013 face a 2012, ficando porém em valores abaixo dos de 2011.

Na sequência da análise desenvolvida, apresenta-se o Gráfico 3.09 (Gráfico 3.09.A e M para as Regiões Autónomas) que mostra a evolução do rácio do endividamento líquido para a totalidade dos municípios, comparando-o com o limite do endividamento líquido, considerado como indicador válido entre 2007 e 2013.

Verifica-se que, desde 2009, o peso do endividamento líquido dos municípios tem conhecido uma descida em relação ao limite autorizado, distanciando-se deste mais fortemente em 2012 e 2013. Trata-se de uma recuperação financeira, notável no universo dos 308 municípios, para a qual não pesa a adesão ao PAEL, que mantém inalterável o volume de dívida líquida e dívida bruta (tratando-se apenas de substituição do curto prazo, pelo médio e longo prazo).

Relativamente às Regiões Autónomas, desde 2009, que os municípios de ambas, considerados na sua totalidade, apresentam níveis de endividamento líquido que superam largamente os limites legais (Lei 2/2007), sendo que 2011 foi o pior ano: Açores atingem 164% e Madeira 169%. A partir daí tem havido esforço considerável no sentido da diminuição, sendo que em 2013 os municípios do Açores já se encontram abaixo dos limites legais (119%), enquanto os da Madeira estão ainda acima (133%).

¹⁷³ Receitas do ano anterior.

Gráfico 3.09 – Evolução do Rácio do Endividamento líquido

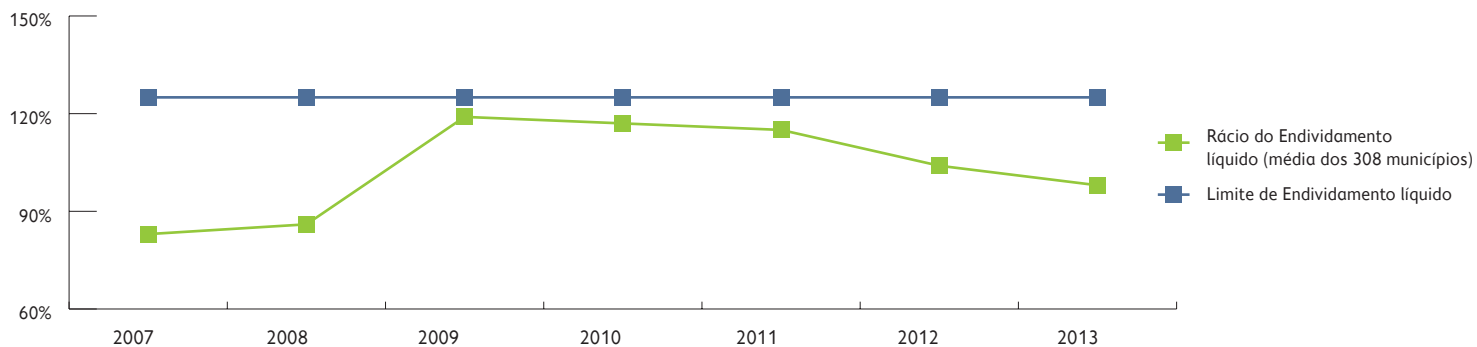
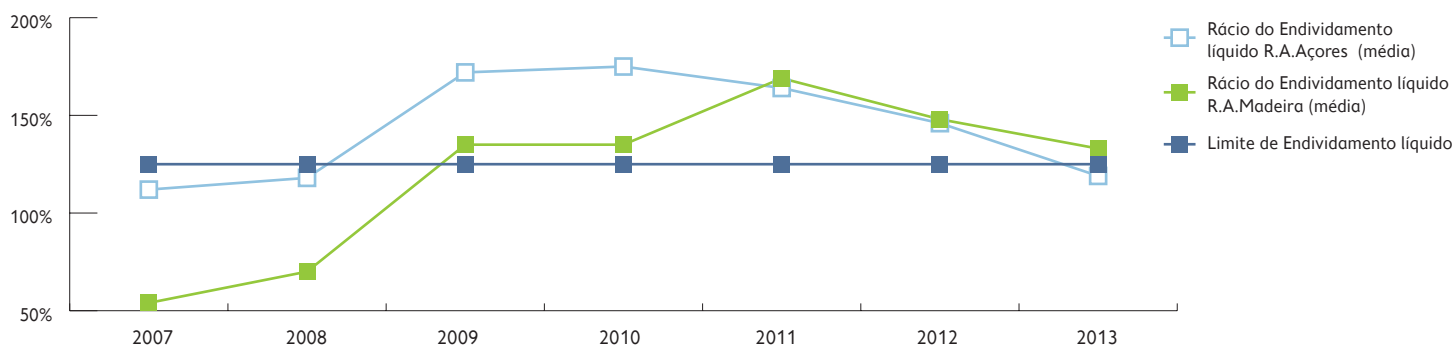


Gráfico 3.09.A e M – Evolução do Rácio do Endividamento líquido nos municípios das Regiões Autónomas



Pela análise das contas, verificou-se que, em 2013, 89 Municípios, do universo total dos 308, apresentaram um endividamento líquido superior a 125% das receitas consideradas para o efeito¹⁷⁴. Repete-se que, para a determinação do cálculo que permite apresentar este número de municípios indicados, contabilizaram-se a totalidade dos empréstimos bancários, incluindo eventualmente aqueles que a lei permitiria excluir do limite de endividamento, por não se dispor de informação relativamente a este aspeto.

3.4.5. Prazo Médio de Pagamentos¹⁷⁵

O comportamento dos municípios em relação Prazo Médio de Pagamentos (PMP) é influenciado pela sua adesão ao Programa “Pagar a Tempo e Horas” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro) e reforçado pela adesão ao PAEL, o qual terá forte impacto, especialmente em 2013, nos prazos médios de pagamentos.

A fórmula de cálculo do PMP está definida no n.º 4 do Despacho n.º 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de Abril, no DR n.º 71, 2ª série Parte C, que refere o seguinte:

“É adaptado o indicador de prazo médio de pagamentos a fornecedores (PMP) previsto no n.º 6 do anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro, que passa a basear-se na seguinte fórmula:

$$PMP = \frac{\sum_{t=3}^t DF}{\sum_{t=3}^t A} \times 365$$

em que DF corresponde ao valor da dívida de curto prazo a fornecedores observado no final de um trimestre, e A corresponde às aquisições de bens e serviços efetuadas no trimestre, independentemente de já terem sido liquidadas.

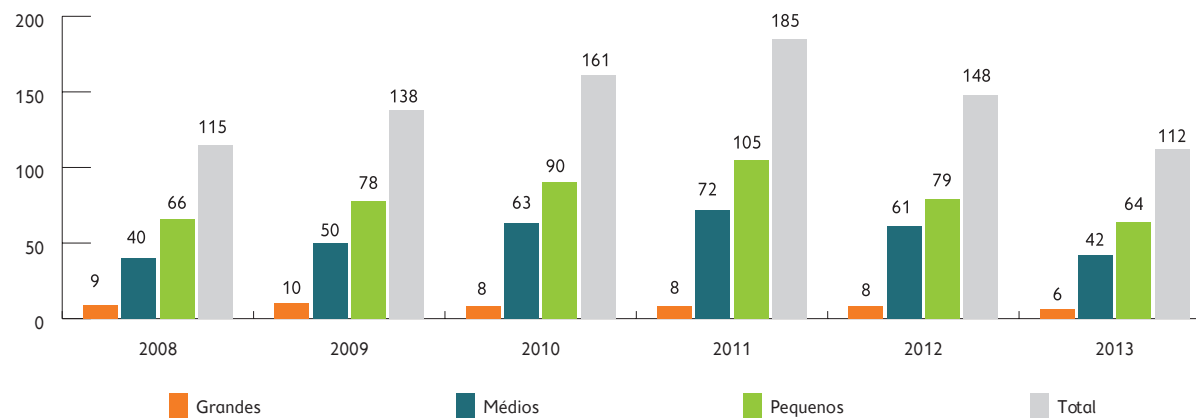
O Gráfico 3.10 permite apreciar a situação do PMP dos municípios, no final de cada ano económico entre 2008 e 2013.

Interessa relevar do quadro apresentado o forte impacto do PAEL, já referido, para o ano de 2013, do qual resultou a diminuição drástica do número de municípios com prazo médio de pagamentos superior a 90 dias, com preponderância para os municípios médios que, assim, passaram ser mais cumpridores.

¹⁷⁴ No Ranking R46, destes 89, foram assinalados 32 municípios.

¹⁷⁵ A análise apresentada neste ponto teve por base a informação publicada no sítio web oficial da Direção Geral das Autarquias Locais (<https://appls.portalautarquico.pt/portalaularquico/>). Nos Anuários anteriores esta análise sustentou-se em valores provisórios. Para este Anuário foi possível obter dados definitivos, pelo que os valores históricos agora apresentados diferem dos constantes dos anuários anteriores.

Gráfico 3.10 – Número de Municípios com um Prazo Médio de Pagamentos superior a 90 dias¹⁷⁶



¹⁷⁶ Não foi possível obter o prazo médio de pagamentos a 31/12/2013 de quatro municípios sendo eles: Águeda, Faro, Machico e Paços de Ferreira.

No Quadro 3.23 apresenta-se o número de municípios, por grupo dimensional, que apresentaram um PMP superior a 90 dias.

Em 2013, ainda há 112 municípios com prazo médio e pagamentos, aos seus fornecedores, superior a 90 dias, sendo apenas 6 no grupo dos grandes municípios. Acresce referir em relação aos números

constantes deste quadro que, relativamente a 2013, dos 64 municípios de pequena dimensão sinalizados com PMP superior a 90 dias, 26 deles estavam no PAEL. Na mesma situação estavam 27 municípios dos 42 referidos como de média dimensão e 1 dos seis de grande dimensão. Este último caso é o município de Vila Nova de Gaia.

Quadro 3.23 – Variação do PMP de 2008 a 2013

Dimensão		2008	2009	2010	2011	2012	2013
Pequenos	Nº de municípios existentes	180	181	179	181	183	184
	Nº de municípios que apresentam um PMP superior a 90 dias, em 31-12	66	78	90	105	79	64
	Percentagem sobre o total de municípios	36,7%	43,1%	50,3%	58,0%	43,2%	34,8%
Médios	Nº de municípios existentes	105	104	106	103	101	100
	Nº de municípios que apresentam um PMP superior a 90 dias, em 31-12	40	50	63	72	61	42
	Percentagem sobre o total de municípios	37,7%	47,2%	59,4%	69,9%	60,4%	42%
Grandes	Nº de municípios existentes	23	23	23	24	24	24
	Nº de municípios que apresentam um PMP superior a 90 dias, em 31-12	9	10	8	8	8	6
	Percentagem sobre o total de municípios	39,1%	43,5%	34,8%	33,3%	33,3%	25,0%
Total	Nº de municípios existentes	308	308	308	308	308	308
	Nº de municípios que apresentam um PMP superior a 90 dias, em 31-12	115	138	161	185	148	112
	Percentagem sobre o total de municípios	37,3%	44,8%	52,3%	60,1%	48,1%	36,4%

O Quadro 3.24 mostra que, em 2013, apesar da adesão ao PAEL por parte de 99 municípios, o PMP no universo total dos municípios foi ainda muito elevado, representando 123 dias.

Quadro 3.24 – Prazos Médios de Pagamento de 2008 a 2013

	31.12.2008	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2013
Média do PMP dos Municípios que detêm um PMP superior a 90 dias	192,1	183,6	210,1	227,7	300,5	272,7
Média do PMP do Total dos municípios	95,8	105,2	131,0	151,2	164,1	123,0

Os Rankings R48 e R49 evidenciam os municípios com menor e maior Prazo Médio de Pagamentos em 2013, respetivamente.

R48 – Municípios com menor Prazo Médio de Pagamentos

Município		Dimensão	2008	2009	2010	2011	2012	2013	PAEL
1	Corvo	P	93	41	75	25	14	0	-
2	Albergaria-a-Velha	M	49	61	23	12	16	1	-
3	Alcoutim	P	5	3	3	5	1	1	-
4	Anadia	M	6	8	5	3	0	1	-
5	Castanheira de Pêra	P	233	172	707	816	7	1	-
6	Pampilhosa da Serra	P	3	2	4	6	3	1	-
7	Santa Cruz das Flores	P	5	22	4	6	3	1	-
8	Castelo Branco	M	6	8	6	6	4	2	-
9	Murtosa	P	28	5	6	12	10	2	-
10	Ovar	M	21	7	13	5	2	2	-
11	Vimioso	P	70	18	31	10	5	2	-
12	Aguiar da Beira	P	5	6	7	13	4	3	-
13	Portel	P	4	6	4	10	3	3	-
14	Arronches	P	10	4	5	17	4	4	-
15	Mealhada	M	7	9	9	11	4	4	-
16	Porto	G	52	17	28	16	21	4	-
17	Terras de Bouro	P	36	64	3	0	3	4	-
18	Almodôvar	P	9	11	9	9	5	5	-
19	Mondim de Basto	P	396	429	431	112	30	6	-
20	São Brás de Alportel	P	6	4	12	16	12	7	-
21	Vila Franca de Xira	G	23	15	32	13	12	7	-
22	Ponte de Lima	M	15	12	17	17	13	8	-
23	Ílhavo	M	166	310	192	264	245	9	1.404.247 €
24	Ribeira Grande	M	76	170	142	266	238	9	572.466 €
25	Sernancelhe	P	20	13	24	21	11	9	-
26	Sintra	G	57	107	76	34	25	9	-
27	Velas	P	171	151	153	113	23	9	-
28	Arganil	P	28	57	121	22	20	10	-
29	Mortágua	P	15	31	40	6	4	10	-
30	Alvaiázere	P	29	171	141	124	153	11	1.718.333 €
31	Alvito	P	19	35	20	108	25	11	-
32	Castelo de Vide	P	41	33	12	34	12	11	-
33	Vinhais	P	10	22	84	41	53	11	-
34	Arouca	M	43	47	69	37	34	12	-
35	Batalha	P	40	32	48	29	27	12	-

R49 – Municípios com maior Prazo Médio de Pagamentos

	Município	Dimensão	2008	2009	2010	2011	2012	2013	PAEL
1	Vila Real de Santo António	P	64	117	253	625	317	1.601	-
2	Ribeira Brava	P	67	326	397	339	127	1.558	-
3	Portimão	M	97	189	420	899	1.970	1.057	-
4	Santa Cruz	M	241	196	221	363	518	1.049	-
5	Alijó	P	242	218	254	357	202	827	-
6	Évora	M	166	156	524	425	541	755	25.733.099 €
7	Seixal	G	43	118	178	234	575	656	-
8	Porto Santo	P	3	151	1.228	668	2.412	645	1.471.209 €
9	Santarém	M	174	211	259	99	601	547	14.749.060 €
10	Santana	P	55	12	153	102	329	494	-
11	Vizela	M	60	64	98	174	231	494	-
12	Mirandela	M	229	238	207	532	473	468	-
13	Alcochete	P	133	155	107	240	257	464	-
14	Freixo de Espada à Cinta	P	142	89	60	254	470	454	2.608.041 €
15	Portalegre	M	148	205	206	183	190	452	-
16	São Vicente	P	205	134	81	230	647	429	-
17	Nazaré	P	287	394	435	518	1.464	421	-
18	Santa Comba Dão	P	156	87	242	228	249	414	-
19	Alandroal	P	443	324	288	290	377	410	-
20	Setúbal	G	148	134	146	238	268	405	-
21	Penamacor	P	73	51	414	473	257	382	-
22	Macedo de Cavaleiros	P	193	202	166	251	287	379	-
23	Cartaxo	M	362	309	347	292	521	372	-
24	Celorico da Beira	P	273	471	497	736	511	370	-
25	Moimenta da Beira	P	361	210	42	285	370	368	1.447.492 €
26	Tomar	M	206	131	94	170	153	367	-
27	Trofa	M	113	235	441	758	585	363	9.958.313 €
28	Tabuaço	P	401	320	215	237	219	313	-
29	Trancoso	P	209	172	249	192	234	309	2.508.574 €
30	Funchal	M	142	160	248	295	488	308	28.410.797 €
31	Nordeste	P	120	110	125	331	1.875	299	6.089.422 €
32	Vila do Bispo	P	6	45	203	230	27	290	-
33	Sobral de Monte Agraço	P	71	94	161	246	272	277	1.053.287 €
34	Albufeira	M	8	16	87	238	409	270	10.007.235 €
35	Odivelas	G	126	103	166	327	257	267	-

Dos rankings acima, observa-se que os que pagam em menor prazo são essencialmente municípios de pequena e média dimensão, já que na listagem dos melhores pagadores só aparecem três municípios de grande dimensão: Porto, com 4 dias; Vila Franca de Xira, com 7 dias; e Sintra com 9 dias, de PMP em 2013. Três recorreram ao PAEL em 2013: ílhavo, Ribeira Grande (Açores) e Alvaiázere. Quatro são da Região Autónoma dos Açores.

Nos municípios com piores PMP, predominam também os de pequena e média dimensão, havendo apenas três de grande dimensão: Seixal, com 656 dias; Setúbal, com 405 dias; e Odivelas, com 267, de PMP em 2013. 11 dos municípios da listagem recorreram ao PAEL em 2013, o que certamente contribuiu para a redução do seu PMP. Os casos mais significativos são Porto Santo (Madeira) e Nordeste (Açores). No primeiro caso os prazos reduziram de 2 412 dias em 2012 para 645 dias em 2013, e no segundo caso de 1 875 dias em

2012 para 299 dias em 2013. Houve três municípios que, não obstante o PAEL, aumentaram o seu PMP em 2013: Évora, Trancoso e Sobral de Monte Agraço.

3.4.6. Empréstimos Bancários

Na sequência da análise da evolução da dívida total do sector autárquico e da forma como contribuíram para a sua formação as diferentes componentes do passivo dos municípios, importará abordar ainda a utilização de empréstimos bancários de médio e longo prazo.

No Quadro 3.25 apresenta-se a variação líquida da dívida bancária de MLP (novos empréstimos deduzidos das amortizações do ano), para o período entre 2008 e 2013.

Anota-se que na linha A (Recurso a novos empréstimos bancários) não consta a verba contratualizada pelos municípios com o Estado ao abrigo do PAEL (13,7 M€ em 2012 e 468,3 M€ em 2013).

Quadro 3.25 – Variação do stock da Dívida Bancária de MLP¹⁷⁷, entre 2008 e 2013

Unidade: milhões de euros

Empréstimos bancários		2008	2009	2010	2011	2012	2013
A	Recurso a novos empréstimos bancários	456,3	875,1	399,8	327,4	97,3	181,8
B	Amortizações de empréstimos bancários	299,4	370,3	453,6	476,0	773,1	489,0
A-B	Variação do Stock da Dívida à Banca	157,0	504,9	-53,7	-148,6	-675,8	-307,2

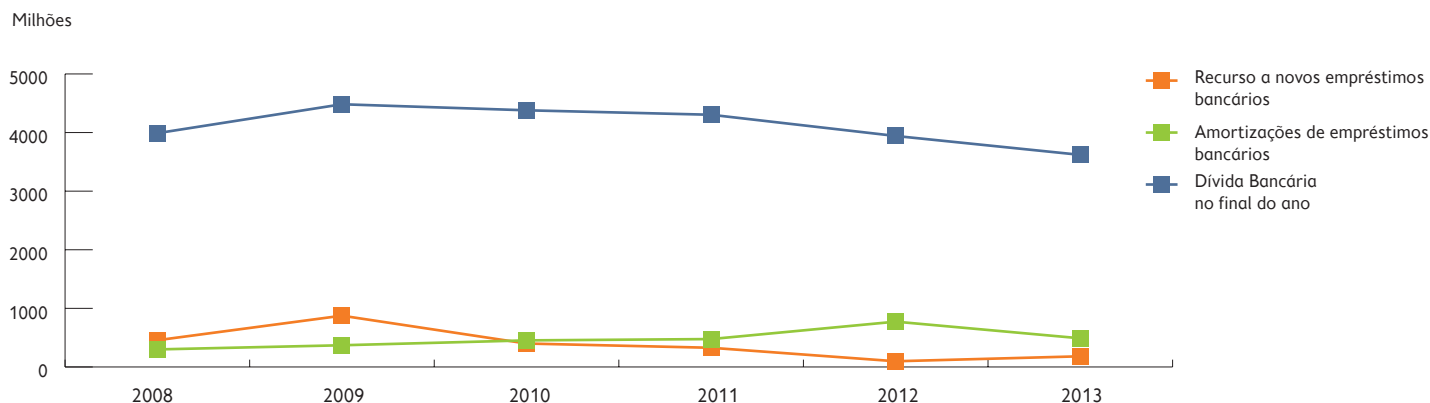
¹⁷⁷ Informação obtida do Mapa de Empréstimos, anexo às contas.

• O quadro anterior mostra que, desde 2010, o *stock* da dívida bancária de médio e longo prazo tem diminuído sucessivamente, pois o valor amortizado tem sido superior aos novos montantes de empréstimo utilizados. Assim, entre 2010 e 2013 o *stock da dívida bancária de MLP diminuiu 1.185,3 M€*.

O Gráfico 3.11 mostra a evolução da dívida bancária de MLP entre 2008 e 2013, comparando-a com percurso do volume das amortizações e do recurso anual a novos empréstimos bancários.

• Mantém-se a referência que o valor apresentado para a dívida bancária não contém os empréstimos utilizados pelos municípios aderentes ao PAEL, em 2012 e 2013. Anota-se, ainda, que, na impossibilidade de se reconhecer eventuais amortizações já efetuadas aos empréstimos do PAEL, não foi possível deduzir essa verba do volume total de amortizações. Contudo, face ao reduzido peso da mesma no total das amortizações do *stock* bancário, optou-se por desprezar a eventual dedução desse esse valor.

Gráfico 3.11 – Evolução dos Empréstimos Bancários de MLP



• O montante da dívida bancária de MLP, no final de 2013, no valor de 3 619,3 M€, era inferior ao valor apresentado, pelo conjunto dos municípios, no final de 2011, em 684,2 M€ (-17,2%) e inferior ao volume de dívida apresentada no final de 2012, em 322,2 M€ (- 8,2%). O esforço dos municípios para a redução da

dívida bancária, no biénio 2012/2013, foi portanto notável.

No Quadro 3.26 elencam-se os municípios que não recorreram a empréstimos bancários de médio e longo prazo no período do 2009 a 2013. Há apenas um município de grande dimensão – Odivelas. Dois são dos Açores (corvo e Velas) e um na Madeira (Machico).

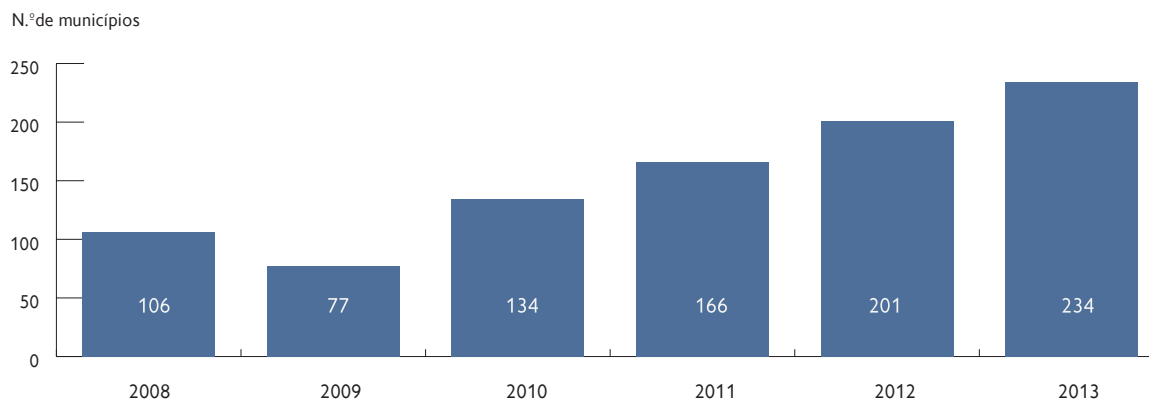
Quadro 3.26 – Municípios que não recorreram a empréstimos bancários de MLP, no quinquénio 2009-2013 (ordem alfabética)

Município		Dimensão
1	Alcácer do Sal	P
2	Alcoutim	P
3	Alvito	P
4	Campo Maior	P
5	Cartaxo	M
6	Castelo de Vide	P
7	Coruche	P
8	Corvo	P
9	Elvas	M
10	Fronteira	P
11	Gavião	P
12	Machico	M
13	Mafra	M
14	Marco de Canaveses	M
15	Marinha Grande	M

Município		Dimensão
16	Mealhada	M
17	Monchique	P
18	Montemor-o-Novo	P
19	Odivelas	G
20	Pampilhosa da Serra	P
21	Penedono	P
22	Ponte de Lima	M
23	Ponte de Sor	P
24	Sátão	P
25	Sernancelhe	P
26	Velas	P
27	Viana do Alentejo	P
28	Vila Flor	P

O Gráfico 3.12 mostra o número de municípios que, em cada ano entre 2008 e 2013, não utilizaram empréstimos bancários para suporte financeiro da sua atividade.

Gráfico 3.12 – Municípios que não recorreram a empréstimos bancários de médio e longo prazo, entre 2008 e 2013



Evidencia-se um crescimento exponencial do número de municípios que deixaram de ter condições de acesso ao financiamento bancário, face às restrições adicionais à Lei das Finanças Locais então em vigor, constantes no Orçamentos e Estado, desde 2010.

3.5. Custos, Proveitos e Resultados Económicos¹⁷⁸

Analisadas as componentes do Balanço dos municípios numa perspetiva globalizante, apresenta-se neste ponto do Anuário, um con-

¹⁷⁸ Os resultados económicos de um município representam a diferença entre os Proveitos e os Custos e são apresentados de uma forma resumida na Demonstração dos Resultados por Natureza. A Demonstração dos Resultados por Funções não é obrigatória no sistema de contabilidade autárquica preconizado pelo POCAL. O modelo da Demonstração dos Resultados por Natureza é muito semelhante ao que era utilizado na contabilidade empresarial (modelo POC), dividindo os custos, os proveitos e os resultados em «operacionais», «financeiros», «correntes» e «extraordinários», admitindo assim o balanceamento entre custos e proveitos do exercício para as várias categorias.

junto de informação relativa aos Resultados Económicos e às duas componentes das quais o mesmo resulta: Custos e Proveitos.

3.5.1. Estrutura e evolução dos Custos

Começando com a análise dos custos resultantes da atividade dos municípios, apresenta-se o Quadro 3.27 com a evolução dos mesmos, entre 2007 e 2013, considerando os valores totais para os 308 municípios. Na última coluna apresenta-se a variação das principais componentes dos custos de 2013 relativamente a 2010. Apresenta-se, ainda, a projeção gráfica (Gráfico 3.13) com vista à mais fácil perceção da sua evolução, bem como a correspondente estrutura dos custos (Gráfico 3.14). A informação prestada, embora vise a análise dos reflexos económicos da atividade dos municípios no ano de 2013, sempre que possível reportará aos valores verificados nos anos anteriores considerados desde 2007.

Quadro 3.27 – Evolução dos Custos, no período de 2007 a 2013

Unidade: milhão de euros

Custos	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Varição (%) 10-13
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	146,2	176,4	189,2	179,2	182,8	166,6	181,4	1,2%
Fornecimentos e serviços externos	1 680,1	1 796,2	1 898,6	1 836,3	1 809,7	1 754,6	1.752,3	-4,6%
Custos com Pessoal	2 057,0	2 156,0	2 418,8	2 443,6	2 279,6	2 088,2	2.261,3	-7,5%
Transferências e Subsídios Concedidos	612,4	653,3	722,4	690,1	627,4	585,1	563,4	-18,4%
Amortizações	960,2	1 034,3	1 086,6	1 155,9	1 167,1	1 208,8	1.269,0	9,8%
Provisões	241,0	116,9	167,6	148,3	158,4	207,7	184,8	24,6%
Outros Custos Operacionais	20,8	24,8	29,2	28,8	29,8	25,8	24,3	-15,5%
Custos Financeiros	246,1	284,6	204,0	143,0	187,2	199,2	170,8	19,4%
Custos Extraordinários	554,9	658,8	610,0	597,9	511,9	442,4	468,1	-21,7%
Total de custos	6 518,7	6 901,3	7 326,3	7 223,2	6 953,9	6 678,4	6.875,2	-4,8%

Gráfico 3.13 – Evolução das componentes dos Custos

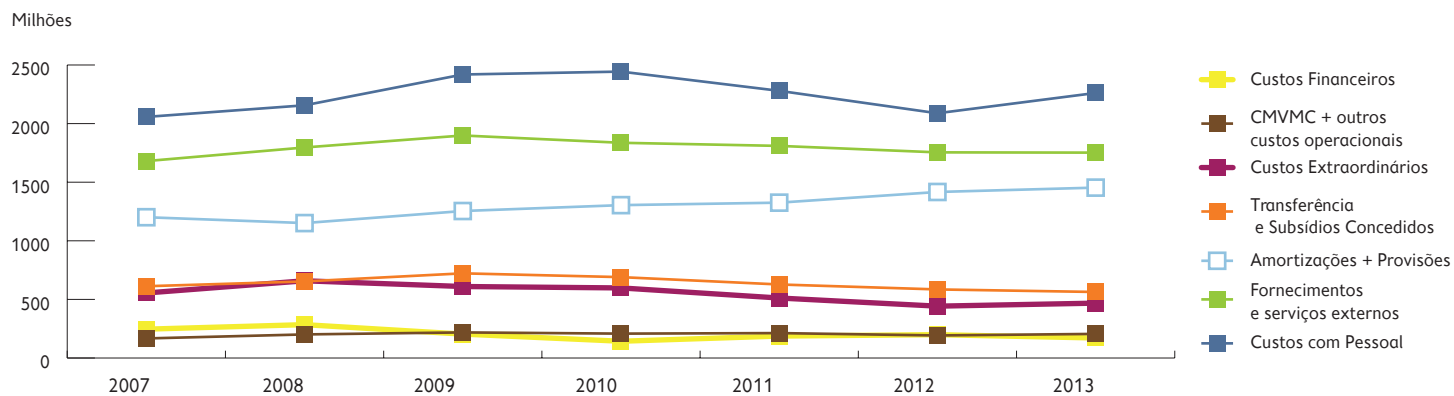
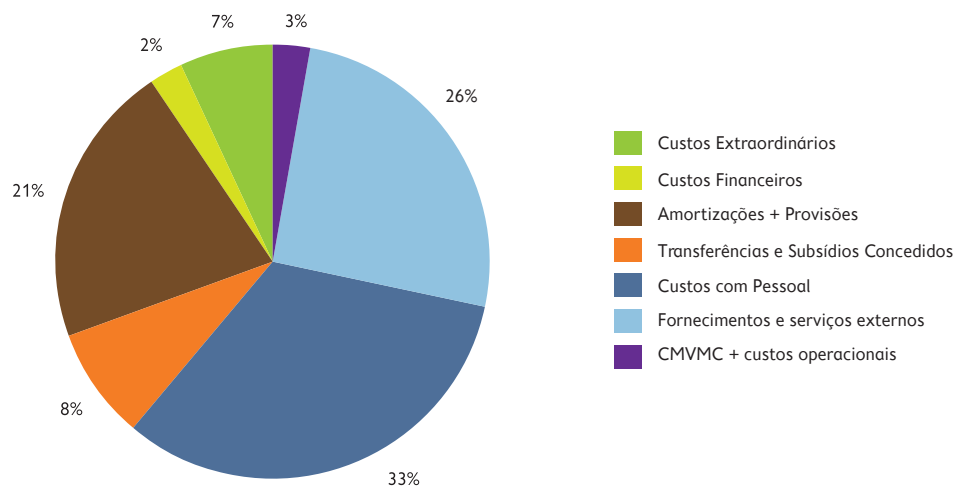


Gráfico 3.14 – Estrutura dos Custos em 2013



Do quadro e gráficos anteriores pode concluir-se o seguinte:

- **Em 2013, os custos totais, considerando o universo dos 308 municípios, cresceram 196,8 M€ (+2,9%)**, totalizando o valor de 6 875,2 M€. Tal foi devido, essencialmente, ao crescimento dos custos com pessoal (+173,1 M€) e das amortizações e provisões (+ 60,2 M€). Contudo, neste ano, 83 municípios agiram em sentido inverso apresentando diminuição no total dos seus custos.
- No biénio 2010/2012 os custos totais tinham baixado sucessivamente -1,4%, -3,7% e -4%, isto é -103,2 M€, -269,3 M€ e -275,5 M€, respetivamente.
- Das componentes dos custos destacam-se os **custos com pessoal**, por serem os de maior volume, representando na estrutura dos custos totais autárquicos, um peso médio, de 32,4 % e os **fornecimentos e serviços externos**, com o segundo maior volume de custos e o peso relativo de 25,8%. Os custos com pessoal, em 2013, totalizaram mais de 2,2 M€ e os fornecimentos e serviços de terceiros mais de 1,7 M€. A soma destas duas parcelas de custos representaram, neste ano 58,4% dos custos totais do universo dos 308 municípios.
- Em 2013, os custos com pessoal aumentaram 8,3% (+173,1 M€), sendo essa responsabilidade imputada a um total de 283 municípios. Já o valor global de fornecimentos e serviços de terceiros baixou 0,1% (-2,3 M€), graças à redução destes custos em 127 municípios.
- **As transferências e subsídios concedidos** são custos que apresentam um peso médio de 8% na estrutura de gastos dos municípios. O seu valor decresceu sucessivamente desde 2010, embora a um ritmo menor em 2013, ano em que totalizou 563,4 M€ (-21,7 M€). Apesar do decréscimo geral destes custos, fruto da redução apresentada por 134 municípios, outros 174 apresentaram aumento dos mesmos, embora em montante inferior.
- A inventariação e registo dos valores de imóveis em curso, e a retificação dos registos contabilísticos devido à regularização cadastral dos imóveis municipais, serão as principais razões do aumento dos valores dos custos com **amortizações**¹⁷⁹. Entre 2007 e 2013 o volume destes custos imputados aos resultados cresceram 32,2% e o valor apresentado em 2013 aproximou-se de 1,3 M€, representando 18,6% dos custos totais. Tratando-se de um custo que,

¹⁷⁹ Porto amortizou 41,3 M€, Lisboa 31,4 M€, Matosinhos 25,2 M€ e Faro 20,5 M€. Outros dezassete municípios apresentaram amortizações entre 20 M€ e 10 M€.

embora não se refletindo nos fluxos de caixa nem interferindo na liquidez do município, apresenta um peso relativamente elevado nos custos municipais (21% em 2013) terá forte repercussão nos resultados económicos, pelo que a sua variação positiva concorrerá negativamente para os resultados económicos do exercício e poderá, caso em termos de análise não seja expurgado o seu valor, danificar a imagem de eficácia financeira do município.

- De igual modo, se o melhor controlo das dívidas de clientes e utentes permitiu um melhor conhecimento dos créditos sobre terceiros, também obrigou à constituição de **provisões**¹⁸⁰ as quais também se apuraram com a necessidade de registo das obrigações que poderão decorrer de responsabilidades, nomeadamente as inerentes a processos judiciais¹⁸¹. Tais situações justificarão um aumento real destes custos, entre 2011 e 2012, em +49,3 M€ (+31,1%). Entretanto, em 2013, apresentaram uma descida de 11% (-22,9 M€), totalizando o valor de 184,8 M€ que é, contudo, menor que o verificado em 2007 em 23,3%. Apesar do seu peso relativo nos custos totais ser baixo, será um custo a ter em conta quando se analisarem os resultados do exercício, pela influência negativa que o mesmo apresentará na formulação daquele valor.
- Os **custos financeiros**, cujo peso na estrutura de custos municipais em 2013 foi de 2%, são outra componente que após um aumento significativo no biénio 2011/2012, diminuiu, significativamente, em 2013 (-14,3%, correspondentes a -28,4 M€). **Entre 2007 e 2013 o seu valor baixou 30,6%, fruto da descida das taxas de juro.**
- De igual modo os **custos extraordinários**, que pesaram, em média, na estrutura de custos 7,9%, apresentaram em 2013 um aumento de 5,8% (+25,7 M€), após um decréscimo de 69,5€ (-13,6%) em 2012. É uma categoria de custos que tem apresentado montantes significativos, sendo em 2013 de 468,1 M€ (7% do total) e, por isso, influente na estrutura dos custos municipais. Pela manipulação que da mesma poderá resultar para os resultados do exercício, é uma categoria de custos que carecerá de análise particular.

¹⁸⁰ Só Lisboa apresentou provisões do exercício no total de 54,3 M€. Mais seis municípios apresentam provisões com valores acima de 5 M€. Os restantes apresentam valores inferiores.

¹⁸¹ A nova Lei das Finanças Locais, Lei 73/2013, pelo princípio da estabilidade orçamental, impõe a inclusão das responsabilidades contingentes numa óptica de sustentabilidade financeira, nos seus orçamentos.

3.5.2. Estrutura e evolução dos Proveitos

O Quadro 3.28 apresenta a evolução dos proveitos, no período entre 2007 e 2013. A projeção gráfica deste quadro, que ajuda à sua

compreensão, encontra-se no Gráfico 3.15. O Gráfico 3.16 apresenta o peso de cada rúbrica no total dos proveitos dos 308 municípios em 2013.

Quadro 3.28 – Evolução dos Proveitos, no período de 2007 a 2013

Unidade: milhões de euros

Proveitos	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Variação (%) 10-13
Vendas de Mercadorias	57,4	50,5	51,7	55,7	63	79,7	81,4	
Vendas de Produtos	143	153	137,2	131,4	115,3	89,8	97,4	-6,3%
Variação da Produção	-1,8	0,9	0,9	3,5	-0,3	-0,3	-0,2	
Prestação de Serviços	421,2	455	456,5	456,3	467,5	546,0	544,8	19,4%
Outras Situações	30,7	34,9	39,9	40,6	30,4	4,5	6,2	-84,8%
Impostos e Taxas	2.924,9	2.737,0	2.583,8	2.662,8	2.470,1	2.450,7	2.555,1	-4,0%
Transferências e Subsídios Obtidos	2.669,1	2.749,2	3.025,8	3.045,0	2.912,3	2.787,1	2.785,5	-8,5%
Trabalhos para a própria entidade	26,9	36,9	38,4	31,6	28,4	24,8	23,7	-25,1%
Proveitos Suplementares	75,1	63,6	49,4	61,4	72,9	70,2	74,8	21,9%
Outros Proveitos Operacionais	33,3	52	44,7	54,7	69,3	63,7	52,0	-5,0%
Proveitos Financeiros	189,9	206,4	180,8	177	202,4	197,2	200,7	13,4%
Proveitos Extraordinários	433,1	665,2	491,1	605,1	665,8	949,9	524,3	-13,3%
Total de proveitos	7.002,8	7.204,6	7.100,3	7.325,1	7.097,3	7.263,5	6.945,7	-5,2%

Gráfico 3.15 – Evolução das componentes dos Proveitos

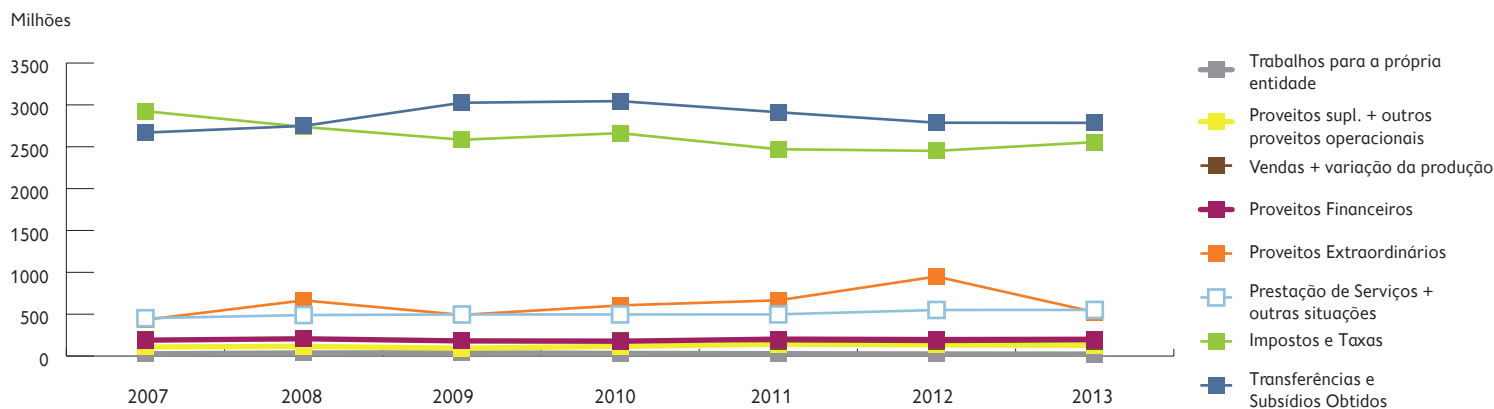
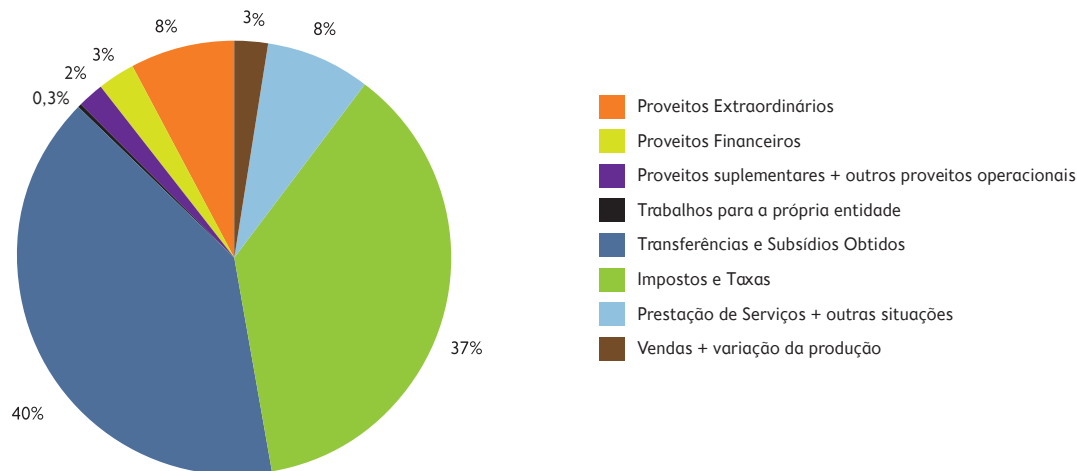


Gráfico 3.16 – Estrutura dos Proveitos em 2013



Dos quadros e gráficos acima apresentados, conclui-se que:

- O total dos **proveitos** em 2013 foi de 6 945,7 M€, isto é, menos 317,8M € (-4,4%) que os proveitos obtidos em 2012, ano em que os mesmos subiram 2,3% (+166,2 M€). Em 2013 os proveitos globais considerando o universo dos municípios, desceu, pela primeira vez no período em análise, abaixo dos 7 mil M€.
- Decorrente da própria estrutura da receita municipal, do grau elevado de execução da receita fiscal e ainda do volume de transferências recebidas pelos municípios, é expectável que as componentes de maior peso na estrutura dos proveitos sejam **impostos e taxas** e **transferências e subsídios obtidos**, cujo peso médio, nos proveitos totais, em 2013, foi respetivamente de, 36,8% e 40,1%. Estas duas rúbricas juntas representaram, em 2013, 76,9% dos proveitos obtidos. Em 2013, o volume de **impostos e taxas** registados como proveitos totalizou 2 555,1 M€, e o montante de proveitos obtidos com **transferências e subsídios** foi de 2 785,5 M€. No primeiro caso ocorreu um aumento de 104,4 M€ (+4,3%) e no segundo uma diminuição de 1,6 M€ (-0,1%). Pela observação do Gráfico 3.15, constata-se que o volume de proveitos provenientes de transferências e subsídios, desce continuamente desde 2010, en-

quanto o volume de proveitos provenientes de impostos e taxas desceu entre 2010 e 2012, mas subiu ligeiramente em 2013.

- Com um peso médio de 13,3% nos proveitos totais apresentaram-se, com algum significado, os **proveitos extraordinários**. Ao longo do período estes proveitos apresentaram algumas oscilações, tendo conhecido um pico em 2012, com 949,9 M€. Não se dispõe de informação que possa identificar a origem essencial destes proveitos; contudo, verificou-se que, em 2013, o valor registado de 524,3 M€ provieram, essencialmente, dos municípios de Lisboa com 107,7 M€, Matosinhos com 18,7 M€, Porto com 15,3 M€ e Cascais com 11,6 M€.
- Outra categoria de proveitos de referir respeita aos obtidos através da **prestação de serviços**, cujo peso nos proveitos totais, foi em média de 6,7% (7,8%, em 2013), registando crescimento em 2011 (+2,5%) e 2012 (+16,8%), mas apresentando um decréscimo, embora ligeiro, em 2013¹⁸², de 1,2 M€ (-0,2%)

¹⁸² 154 Municípios diminuíram os proveitos provenientes de prestação de serviços em 2013. Anota-se que os cinco municípios com maior redução destes proveitos foram: Porto com -3,9 M€, Castelo Branco com -3,6 M€, Oeiras com -1,2 M€, Lamego com -0,9 M€ e Sines com -0,8 M€.

3.5.3. Evolução dos Resultados Económicos

O Quadro 3.29 apresenta evolução dos Resultados Económicos para o período de 2007 a 2013.

Quadro 3.29 – Evolução dos Resultados Económicos, no período de 2007 a 2013

Unidade: euros

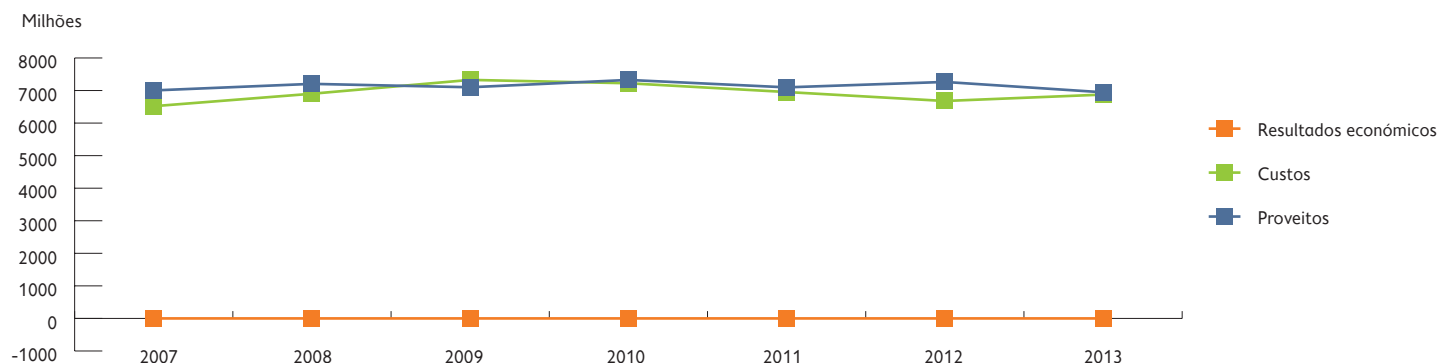
Custos	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Proveitos	7.002,8	7.204,6	7.100,3	7.325,1	7.097,3	7.263,5	6.945,7
Custos	6.518,7	6.901,3	7.326,3	7.223,2	6.953,9	6.678,4	6.875,2
Resultados económicos	484,0	303,4	-226,1	102,0	143,4	585,1	70,5
Nº de municípios com resultados negativos	85	115	159	140	141	121	136

- Verifica-se por este quadro que, em 2013, ocorreu uma diminuição dos resultados económicos dos 308 municípios em 514,5 M€ (-87,9%), tendo aumentado em 15 o número de municípios com resultados negativos.
- O volume de proveitos, em 2013 baixou cerca de 318 M€ (-4,4%) e o volume de custos subiu cerca de 197 M€ (+2,9%). Dado que o volume de proveitos aproximou-se ao volume de custos, verificou-se

a diminuição dos resultados económicos.

O Gráfico 3.17 complementa a informação prestada no quadro anterior através do desenho de curvas que representam a evolução das componentes da Demonstração dos Resultados no universo dos 308 municípios, sem a incorporação do sector empresarial local ou outras participadas. Verifica-se que os anos eleitorais são os que apresentam menores resultados económicos.

Gráfico 3.17 – Evolução dos Resultados Económicos



O Quadro 3.30 apresenta informação resumida sobre custos, proveitos e resultados dos municípios, com distribuição dos valores por

grupos de acordo com a sua dimensão, e relativos exclusivamente ao exercício de 2013.

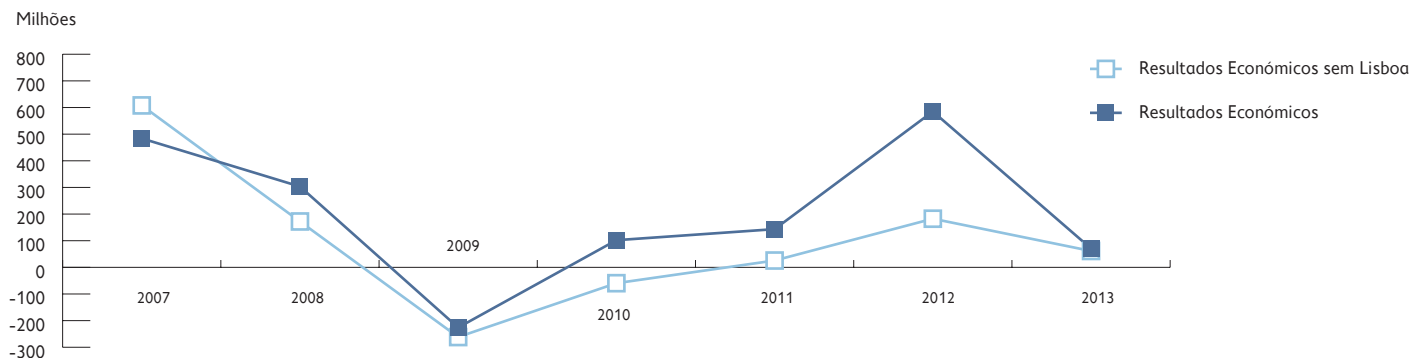
Quadro 3.30 – Informação de custos, proveitos e resultados por dimensão dos municípios, em 2013

Indicadores	Grandes	Médios	Pequenos	Total
Nº de municípios	24	100	184	308
População	4.503.877	4.285.730	1.637.694	10.427.301
Custos com Pessoal / Custos Totais	34,5%	32,0%	32,0%	32,9%
Resultados económicos	101 M€	41 M€	(72) M€	71 M€
Resultados económicos / Proveitos Totais	3,9%	1,6%	-4,2%	1,0%
Resultados económicos per capita	22,4 €	9,8 €	-44,2 €	6,8 €
Nº de municípios com resultados negativos	7	39	90	136

Porque o volume de resultados económicos do município de Lisboa é de tal modo diferenciado do obtido pelos restantes municípios, apresenta-se o Gráfico 3.18 onde se distingue a evolução dos resultados desta edilidade do montante do universo dos 308 municípios. A grande diferenciação identificada em 2012 resul-

tou do aumento extraordinário, já referido no Anuário anterior, de proveitos extraordinários por parte do município de Lisboa. Em 2013 esbateu-se a diferença de resultados económicos entre Lisboa e a média do global dos municípios, aproximando os seus resultados a esta.

Gráfico 3.18 – Evolução dos Resultados Económicos



Da análise do quadro e gráfico anteriores salienta-se o seguinte:

- Em 2013 os resultados económicos foram, em média, substancialmente diferentes nos três grupos de municípios. Bastante superior nos de grande dimensão, com um valor médio de 101 M€, e bastante inferior no grupo de municípios de média dimensão, onde se verificou um valor médio de 41 M€. Considerando a globalidade dos municípios de pequena dimensão o valor médio dos resultados económicos foi negativo de -72 M€.
- Subsequentemente, os resultados económicos *per capita* são mais elevados também nos municípios de grande dimensão (22,4€) que, junto com os dos de média dimensão (9,8€), contribuem para o valor do país (6,8€).
- O peso dos custos com pessoal nos custos totais foi maior nos municípios de maior dimensão (ligeiramente acima do peso médio para o total dos municípios, que foi 32,9%).
- O peso dos resultados económicos sobre os proveitos totais é de 1% no país; nos municípios de grande dimensão ronda os +4%, enquanto nos de pequena dimensão os -4%.

O Quadro 3.31 mostra a distribuição do número de municípios por intervalos de valor de resultados (económicos) líquidos obtidos. Confirma-se, para 2013, o valor negativo de Resultados Líquidos do Exercício para 136 municípios, sendo que os sete municípios com maior resultado económico se localizam no intervalo entre 10 M€ e 30 M€.

Quadro 3.31 – Distribuição dos valores dos Resultados Líquidos

Valor de Resultados Líquidos	Número de municípios		
	2011	2012	2013
Superior a 200 M€	0	1 (Lisboa 402,5 M€)	0
Entre 100 e 200 M€	1 (Lisboa 117,8 M€)	0	0
Entre 50 e 100 M€	0	0	0
Entre 30 e 50 M€	0	0	0
Entre 10 e 30 M€	7	8	7 (incluindo Lisboa)
Entre 5 e 10 M€	15	9	12
Entre 1 e 5 M€	67	84	71
Entre 0 e 1 M€	77	85	82
Inferior a Zero	141	121	136

Os Rankings R50 e R51 apresentam os 50 municípios com melhores e piores resultados económico, respetivamente. Neles se evidenciam os resultados operacionais, ou seja, os resultados líquidos excluídos os resultados financeiros e os resultados extraordinários. Apesar da ordenação dos municípios se referir aos valores obtidos no ano de 2013, faz-se o seu reporte aos valores dos dois anos anteriores.

R50 – Municípios com Maiores Resultados Económicos (valores absolutos)

Unidade: euros

Município	Dim.	Resultados Operacionais				Resultados Líquidos			
		2011	2012	2013	Variação 12-13	2011	2012	2013	Variação 12-13
1 Oeiras	G	3.341.863	8.777.170	22.538.247	13.761.076	7.431.859	12.099.360	23.469.276	11.369.916
2 Braga	G	36.048.187	24.408.596	21.669.693	-2.738.903	24.398.218	14.596.043	20.775.354	6.179.311
3 Loulé	M	-3.661.480	4.786.301	14.064.434	9.278.132	-2.240.645	7.622.647	17.465.322	9.842.675
4 Sintra	G	20.357.110	17.312.951	10.932.042	-6.380.909	16.421.386	29.228.396	15.797.227	-13.431.169
5 Albufeira	M	-11.342.311	-1.445.472	10.429.000	11.874.472	-7.240.574	1.441.049	14.067.226	12.626.177
6 Leiria	G	8.013.755	11.624.922	10.866.044	-758.877	7.237.784	13.512.090	13.067.501	-444.590
7 S. ^{ta} Maria da Feira	G	4.166.858	10.044.241	11.387.872	1.343.631	3.057.968	10.119.084	12.812.375	2.693.291
8 Lisboa	G	-23.676.737	-46.021.014	-41.711.227	4.309.787	117.767.802	402.483.217	9.081.693	-393.401.523
9 Guimarães	G	11.047.571	28.823.116	5.915.603	-22.907.513	9.281.158	27.317.534	7.202.494	-20.115.040
10 Barreiro	M	2.248.931	5.351.891	5.588.919	237.028	-579.659	4.677.290	6.312.596	1.635.306
11 Vila Nova de Gaia	G	10.190.634	11.163.533	15.334.806	4.171.273	10.358.425	1.387.627	6.187.745	4.800.118

Município		Dim.	Resultados Operacionais				Resultados Líquidos			
			2011	2012	2013	Variação 12-13	2011	2012	2013	Variação 12-13
12	Câmara de Lobos	M	-1.350.938	327.092	3.162.310	2.835.218	7.664.775	3.339.372	5.758.557	2.419.186
13	Odivelas	G	7.691.061	-2.840.158	1.604.122	4.444.280	9.846.255	1.306.137	5.744.690	4.438.552
14	Alcoçaba	M	5.996.362	5.025.083	6.912.897	1.887.813	3.528.534	4.222.965	5.418.665	1.195.699
15	Pombal	M	10.060.814	7.641.190	5.874.551	-1.766.639	8.795.228	5.827.852	5.210.958	-616.895
16	Setúbal	G	-572.622	7.359.268	6.110.898	-1.248.370	-425.463	6.394.055	5.140.793	-1.253.262
17	Viana do Castelo	M	1.228.212	2.155.899	4.024.412	1.868.513	437.090	2.478.633	5.097.325	2.618.692
18	Ribeira Grande	M	4.833.475	5.168.191	5.411.985	243.794	4.800.124	4.959.116	5.035.413	76.298
19	Mangualde	P	1.848.162	1.468.338	2.692.314	1.223.976	2.777.685	1.043.965	5.033.667	3.989.703
20	Seixal	G	12.588.747	11.954.280	14.710.617	2.756.337	12.598.548	7.001.019	4.845.270	-2.155.749
21	Vila do Conde	M	-2.911.451	848.583	6.421.377	5.572.793	-1.762.396	-1.105.878	4.517.015	5.622.893
22	Marco de Canaveses	M	6.058.180	2.141.526	3.633.476	1.491.950	6.596.492	2.886.273	4.287.873	1.401.600
23	Porto de Mós	M	1.628.497	1.705.050	3.840.422	2.135.372	1.521.483	1.986.813	4.089.581	2.102.768
24	Ovar	M	1.920.920	2.785.084	3.296.960	511.876	2.908.779	3.036.291	4.084.219	1.047.929
25	Torres Vedras	M	2.951.523	4.642.245	5.469.612	827.367	139.895	2.827.018	4.057.082	1.230.064
26	Guarda	M	-4.126.876	-5.278.737	-1.118.272	4.160.466	-890.350	-3.934.552	3.811.461	7.746.013
27	Coruche	P	2.157.693	1.466.567	1.578.875	112.307	3.207.690	3.305.418	3.610.784	305.366
28	Cascais	G	12.000.837	770.004	-1.220.840	-1.990.843	10.108.527	980.668	3.433.947	2.453.279
29	Castelo Branco	M	8.939.353	8.442.152	5.080.803	-3.361.349	13.597.111	17.659.899	3.355.518	-14.304.381
30	Cantanhede	M	1.630.628	1.416.820	1.863.318	446.498	1.735.254	931.254	3.338.833	2.407.579
31	Matosinhos	G	-13.085.307	-14.806.735	-6.542.125	8.264.610	-9.141.544	-14.575.218	3.206.148	17.781.366
32	Esposende	M	1.309.137	1.978.915	1.981.850	2.935	698.699	3.262.872	2.931.403	-331.469
33	Arouca	M	4.036.035	3.534.747	3.399.437	-135.310	2.576.388	2.210.816	2.897.300	686.484
34	Santarém	M	-3.245.730	213.382	3.790.626	3.577.243	-9.479.784	1.346.646	2.886.172	1.539.526
35	Arcos de Valdevez	M	867.263	466.115	899.505	433.390	2.869.373	2.667.649	2.843.015	175.366
36	Viseu	M	2.630.863	2.763.316	-402.049	-3.165.365	4.910.749	8.493.446	2.831.561	-5.661.885
37	Carraceda de Ansiães	P	3.373.695	3.332.233	2.920.409	-411.824	4.266.737	3.397.741	2.781.838	-615.903
38	Moita	M	3.695.182	3.188.415	3.172.349	-16.067	2.710.221	2.809.291	2.587.240	-222.051
39	Ílhavo	M	4.042.747	4.001.422	1.569.339	-2.432.083	3.759.294	3.474.558	2.561.901	-912.658
40	Mondim de Basto	P	1.287.541	1.015.149	2.726.244	1.711.094	831.511	754.129	2.556.892	1.802.762
41	Póvoa de Varzim	M	709.694	2.923.242	790.776	-2.132.466	1.833.683	3.126.172	2.366.613	-759.558
42	Mealhada	M	-98.189	391.380	553.225	161.845	766.030	2.366.855	2.328.209	-38.646
43	Murtosa	P	1.754.844	1.733.651	2.010.313	276.662	1.967.505	1.676.641	2.327.582	650.941
44	Sever do Vouga	P	1.471.836	1.152.164	1.299.413	147.249	1.684.886	1.966.013	2.280.888	314.875
45	Alcochete	P	-2.919.466	-1.382.213	1.786.704	3.168.917	-2.072.656	-804.946	2.235.158	3.040.104
46	Alijó	P	2.208.931	1.704.859	1.937.116	232.258	1.417.594	1.090.729	2.224.616	1.133.886
47	Angra do Heroísmo	M	4.266.049	3.189.367	120.103	-3.069.264	1.890.017	2.964.099	2.213.138	-750.961
48	Ribeira Brava	P	-4.777.709	-2.867.827	375.338	3.243.165	-5.366.196	-997.113	2.203.295	3.200.408
49	Bragança	M	1.875.393	653.466	1.842.223	1.188.758	2.456.494	1.848.343	2.192.948	344.605
50	Penamacor	P	1.940.438	1.889.639	1.950.233	60.594	1.851.812	1.490.436	2.125.570	635.135

R51 – Municípios com Menores Resultados Económicos (valores absolutos)

Unidade: euros

Município		Dim.	Resultados Operacionais				Resultados Líquidos			
			2011	2012	2013	Variação 12-13	2011	2012	2013	Variação 12-13
1	Faro	M	1.448.185	929.055	-13.658.755	-14.587.810	-4.548.624	122.143	-17.023.114	-17.145.257
2	Évora	M	-14.224.361	-9.034.871	-11.562.847	-2.527.976	-14.013.178	-10.703.160	-12.706.874	-2.003.714
3	Sines	P	-1.567.954	-275.488	-8.225.906	-7.950.417	-930.916	829.110	-10.110.002	-10.939.113
4	Portimão	M	-19.899.673	-352.834	7.968.250	8.321.084	-20.582.421	-11.986.674	-8.985.694	3.000.981
5	Paredes	M	-3.153.498	-4.754.204	-5.490.249	-736.045	-2.946.306	5.158.695	-8.387.841	-13.546.536
6	Chaves	M	-9.655.895	2.132.366	-3.622.364	-5.754.730	-12.442.552	3.165.724	-7.784.019	-10.949.743
7	Loures	G	12.345.636	4.212.187	-2.316.096	-6.528.283	9.673.393	5.758.142	-7.505.174	-13.263.316
8	Maia	G	-501.807	3.453.084	-1.453.258	-4.906.342	-3.988.147	-380.934	-7.423.189	-7.042.255
9	Elvas	M	-1.089.759	-4.434.008	-9.156.630	-4.722.621	559.101	-1.212.896	-7.406.812	-6.193.916
10	Moura	P	-4.898.165	-5.267.121	-6.234.025	-966.904	-4.740.033	-2.424.962	-7.196.519	-4.771.556
11	Funchal	G	456.967	-3.350.126	-8.002.841	-4.652.714	544.537	1.494.474	-6.983.936	-8.478.411
12	Barcelos	G	1.796.633	4.874.891	3.948.757	-926.133	-4.252.252	-8.436.477	-6.954.468	1.482.009
13	VR Santo António	P	-6.287.524	-4.450.869	-2.455.409	1.995.459	-9.074.309	-4.791.377	-6.586.064	-1.794.687
14	Oleiros	P	-5.620.984	-6.161.704	-6.390.902	-229.197	-5.456.253	-5.877.175	-6.416.340	-539.165
15	Nazaré	P	-1.669.751	-533.172	-2.933.664	-2.400.492	-559.500	-1.086.793	-5.903.029	-4.816.236
16	Montalegre	P	-3.766.705	-4.619.368	-5.601.719	-982.351	-2.541.678	-2.990.864	-5.759.356	-2.768.492
17	Peso da Régua	P	-6.335.577	701.514	-4.221.841	-4.923.355	-9.332.496	-570.501	-5.486.549	-4.916.048
18	Valongo	M	-7.886.750	-6.742.537	-6.841.931	-99.395	-7.006.033	-6.098.291	-5.446.739	651.551
19	Covilhã	M	-2.905.464	-3.282.122	-2.947.953	334.169	-4.781.343	-4.293.721	-4.515.621	-221.900
20	Vila Verde	M	-6.875.122	-5.410.187	-5.792.966	-382.779	-6.634.014	-3.365.542	-4.371.423	-1.005.881
21	Felgueiras	M	-4.603.283	-2.845.734	-3.583.473	-737.739	-5.161.961	-4.061.300	-4.315.056	-253.756
22	Gondomar	G	5.545.254	1.166.895	-3.957.987	-5.124.882	5.615.536	946.893	-3.769.151	-4.716.044
23	Almeirim	M	-4.570.074	-4.675.839	-4.725.558	-49.719	-3.300.122	-4.201.605	-3.758.982	442.622
24	Lourinhã	M	-5.904.148	-4.719.425	-4.239.292	480.133	-6.323.727	-4.867.431	-3.629.359	1.238.072
25	Alvaiázere	P	-3.727.559	-3.717.435	-4.182.919	-465.484	-3.000.956	-2.403.683	-3.619.069	-1.215.387
26	Mafra	M	-6.850.263	-4.700.704	-5.620.390	-919.686	-3.511.291	-3.290.118	-3.581.826	-291.708
27	Tavira	M	-6.020.015	-2.755.017	-3.000.111	-245.094	-6.602.225	-3.503.458	-3.359.886	143.572

Município		Dim.	Resultados Operacionais				Resultados Líquidos			
			2011	2012	2013	Varição 12-13	2011	2012	2013	Varição 12-13
28	Trancoso	P	-2.166.941	-1.337.477	-2.542.737	-1.205.259	-2.393.095	-1.907.304	-3.076.009	-1.168.705
29	Ponte de Lima	M	-1.570.202	-3.261.519	-4.362.441	-1.100.922	-506.130	-2.121.435	-2.992.861	-871.426
30	Santa Comba Dão	P	-3.086.498	-2.893.767	-3.108.351	-214.584	-3.265.270	-3.636.877	-2.991.886	644.991
31	Óbidos	P	1.839.027	-1.990.605	-1.658.021	332.584	4.498.082	-2.922.271	-2.732.064	190.206
32	Torre de Moncorvo	P	468.173	329.380	-533.588	-862.968	-1.204.698	-1.618.919	-2.705.790	-1.086.870
33	Proença-a-Nova	P	-3.731.503	-3.614.575	-3.661.847	-47.272	-2.299.142	-2.969.645	-2.678.487	291.158
34	Alandroal	P	-949.706	-1.595.579	-2.377.748	-782.169	-1.295.966	-1.465.572	-2.665.392	-1.199.819
35	Carregal do Sal	P	-2.879.073	-3.222.647	-2.944.567	278.080	-2.612.905	-2.936.247	-2.622.420	313.827
36	Figueiró dos Vinhos	P	-3.089.125	-2.841.073	-2.934.977	-93.904	-3.143.866	-2.775.852	-2.578.542	197.310
37	Alpiarça	P	-2.532.038	-2.589.123	-1.925.317	663.806	-2.717.428	-2.751.062	-2.485.851	265.211
38	Nelas	P	-2.564.696	-1.499.699	-1.997.887	-498.188	-3.388.615	-1.858.853	-2.460.467	-601.614
39	Velas	P	556.813	429.483	-2.414.136	-2.843.619	436.431	507.958	-2.424.505	-2.932.463
40	Porto Santo	P	-1.717.647	-862.809	-2.552.518	-1.689.709	-2.092.563	-764.897	-2.371.978	-1.607.081
41	Mação	P	1.114.951	-2.040.015	-2.331.253	-291.238	1.193.171	-2.016.152	-2.233.544	-217.393
42	Palmela	M	-5.948.083	-5.231.068	-1.419.681	3.811.386	-5.424.614	-5.132.779	-2.141.760	2.991.019
43	Castro Marim	P	-3.100.351	-2.526.638	-2.412.577	114.062	-3.129.328	-1.841.131	-1.967.629	-126.498
44	Penela	P	-1.970.624	-1.789.081	-2.234.318	-445.236	-1.385.917	-1.383.498	-1.957.879	-574.381
45	Beja	M	533.453	1.682.437	2.413.991	731.554	-862.867	614.390	-1.949.368	-2.563.758
46	Batalha	P	-3.199.051	-2.721.106	-2.555.944	165.162	-2.773.838	-2.034.928	-1.948.452	86.477
47	Ribeira de Pena	P	-2.349.831	-1.454.160	-2.460.366	-1.006.206	-1.699.965	-931.698	-1.935.617	-1.003.919
48	Pinhel	P	-558.279	-1.126.645	-1.564.327	-437.682	-763.991	-838.061	-1.933.653	-1.095.593
49	Cartaxo	M	-3.456.669	-1.436.725	-838.163	598.562	-5.394.117	-2.943.370	-1.919.300	1.024.070
50	São Brás Alportel	P	-2.641.735	-1.828.121	-2.344.899	-516.778	-2.196.601	-1.424.929	-1.908.551	-483.622

Dentro dos municípios com melhores resultados em 2013, existem dois dos Açores (Ribeira Grande e Angra do Heroísmo) e um da Madeira (Ribeira Brava). Entre os que apresentam pior desempenho económico, há um de cada uma das Regiões Autónomas: Velas (Açores) e Funchal (Madeira).

Apresenta-se de seguida os Rankings R52 e R53 com os 50 municípios, respetivamente com melhores e piores resultados económicos acumulados nos 4 anos de mandato da anterior gerência municipal.

R52 – Municípios com Maiores Resultados Económicos acumulados de 2010 a 2013 (valores absolutos)

Unidade: euros

	Município	Dimensão	Resultados Líquidos				
			2010	2011	2012	2013	Total de 2010 a 2013
1	Lisboa	G	161.423.880	117.767.802	402.483.217	9.081.693	690.756.592
2	Sintra	G	13.455.121	16.421.386	29.228.396	15.797.227	74.902.130
3	Braga	G	14.150.015	24.398.218	14.596.043	20.775.354	73.919.629
4	Oeiras	G	12.415.405	7.431.859	12.099.360	23.469.276	55.415.899
5	Guimarães	G	8.762.646	9.281.158	27.317.534	7.202.494	52.563.832
6	Castelo Branco	M	13.190.049	13.597.111	17.659.899	3.355.518	47.802.578
7	Santa Maria da Feira	G	18.212.675	3.057.968	10.119.084	12.812.375	44.202.103
8	Leiria	G	6.005.742	7.237.784	13.512.090	13.067.501	39.823.118
9	Seixal	G	10.754.906	12.598.548	7.001.019	4.845.270	35.199.744
10	Pombal	M	7.604.258	8.795.228	5.827.852	5.210.958	27.438.296
11	Cascais	G	12.855.883	10.108.527	980.668	3.433.947	27.379.026
12	Vila Nova de Famalicão	G	4.854.618	8.940.077	13.267.621	-768.661	26.293.656
13	Amadora	G	8.494.743	10.140.186	7.021.770	276.827	25.933.526
14	Almada	G	6.014.140	9.227.040	4.515.881	564.913	20.321.975
15	Loures	G	12.315.353	9.673.393	5.758.142	-7.505.174	20.241.715
16	Odivelas	G	2.959.376	9.846.255	1.306.137	5.744.690	19.856.458
17	Câmara de Lobos	M	2.864.402	7.664.775	3.339.372	5.758.557	19.627.106
18	Ribeira Grande	M	4.555.040	4.800.124	4.959.116	5.035.413	19.349.693
19	Porto	G	3.782.406	9.416.639	2.970.191	1.924.374	18.093.610
20	Loulé	M	-4.811.168	-2.240.645	7.622.647	17.465.322	18.036.155
21	Setúbal	G	6.072.528	-425.463	6.394.055	5.140.793	17.181.914
22	Marco de Canaveses	M	2.734.767	6.596.492	2.886.273	4.287.873	16.505.405
23	Alcobaça	M	2.152.700	3.528.534	4.222.965	5.418.665	15.322.863
24	Viseu	M	-1.072.932	4.910.749	8.493.446	2.831.561	15.162.824
25	Barreiro	M	4.626.012	-579.659	4.677.290	6.312.596	15.036.239

Município	Dimensão	Resultados Líquidos					Total de 2010 a 2013
		2010	2011	2012	2013		
26	Coimbra	G	2.633.667	4.604.174	5.531.770	1.848.438	14.618.049
27	Penafiel	M	2.992.709	6.483.645	3.363.363	1.137.066	13.976.784
28	Vila do Conde	M	11.613.285	-1.762.396	-1.105.878	4.517.015	13.262.026
29	Ílhavo	M	3.114.429	3.759.294	3.474.558	2.561.901	12.910.182
30	Coruche	P	2.676.830	3.207.690	3.305.418	3.610.784	12.800.722
31	Mangualde	P	3.694.018	2.777.685	1.043.965	5.033.667	12.549.335
32	Vila Real	M	16.044	9.160.706	1.655.944	1.114.401	11.947.095
33	Ovar	M	1.397.298	2.908.779	3.036.291	4.084.219	11.426.587
34	Arouca	M	3.307.647	2.576.388	2.210.816	2.897.300	10.992.152
35	Arcos de Valdevez	M	2.566.432	2.869.373	2.667.649	2.843.015	10.946.470
36	Amarante	M	4.334.513	2.567.917	2.121.872	1.182.003	10.206.304
37	Póvoa de Varzim	M	2.865.620	1.833.683	3.126.172	2.366.613	10.192.088
38	Moita	M	1.973.914	2.710.221	2.809.291	2.587.240	10.080.665
39	Lousada	M	3.106.904	2.195.152	3.445.559	1.041.944	9.789.560
40	Vila Franca de Xira	G	4.847.138	5.957.797	-123.685	-1.121.611	9.559.638
41	Cantanhede	M	3.415.347	1.735.254	931.254	3.338.833	9.420.689
42	Porto de Mós	M	1.588.339	1.521.483	1.986.813	4.089.581	9.186.216
43	Viana do Castelo	M	1.168.379	437.090	2.478.633	5.097.325	9.181.427
44	Fafe	M	2.184.863	2.964.105	1.263.912	1.745.421	8.158.301
45	Mértola	P	2.486.284	1.918.526	2.883.432	851.768	8.140.011
46	Vila Nova de Gaia	G	-9.883.453	10.358.425	1.387.627	6.187.745	8.050.344
47	Ponte de Sor	P	2.505.402	2.256.135	3.071.552	195.904	8.028.994
48	Bragança	M	1.509.249	2.456.494	1.848.343	2.192.948	8.007.034
49	Esposende	M	729.437	698.699	3.262.872	2.931.403	7.622.411
50	Oliveira de Azeméis	M	284.399	1.220.151	4.114.404	1.952.253	7.571.208

R53 – Municípios com Menores Resultados Económicos acumulados de 2010 a 2013 (valores absolutos)

Unidade: euros

Município	Dimensão	Resultados Líquidos					Total de 2010 a 2013
		2010	2011	2012	2013		
1	Portimão	M	-36.342.688	-20.582.421	-11.986.674	-8.985.694	-77.897.477
2	Évora	M	-15.651.235	-14.013.178	-10.703.160	-12.706.874	-53.074.448
3	Vila Real de Santo António	P	-10.899.262	-9.074.309	-4.791.377	-6.586.064	-31.351.012
4	Matosinhos	G	-8.660.627	-9.141.544	-14.575.218	3.206.148	-29.171.241
5	Valongo	M	-8.107.841	-7.006.033	-6.098.291	-5.446.739	-26.658.904
6	Faro	M	-2.686.305	-4.548.624	122.143	-17.023.114	-24.135.900
7	Olhão	M	-17.344.762	-2.203.264	-2.473.646	-1.689.090	-23.710.763
8	Barcelos	G	-3.797.123	-4.252.252	-8.436.477	-6.954.468	-23.440.320
9	Palmela	M	-10.701.458	-5.424.614	-5.132.779	-2.141.760	-23.400.611
10	Oleiros	P	-5.522.887	-5.456.253	-5.877.175	-6.416.340	-23.272.654
11	Moura	P	-6.584.249	-4.740.033	-2.424.962	-7.196.519	-20.945.763
12	Lourinhã	M	-5.534.557	-6.323.727	-4.867.431	-3.629.359	-20.355.074
13	Tavira	M	-5.816.055	-6.602.225	-3.503.458	-3.359.886	-19.281.624
14	Covilhã	M	-5.602.764	-4.781.343	-4.293.721	-4.515.621	-19.193.448
15	Felgueiras	M	-5.410.866	-5.161.961	-4.061.300	-4.315.056	-18.949.183
16	Vila Verde	M	-4.174.798	-6.634.014	-3.365.542	-4.371.423	-18.545.777
17	Espinho	M	-9.815.884	-5.014.766	-1.584.306	-1.064.934	-17.479.889
18	Chaves	M	-17.009	-12.442.552	3.165.724	-7.784.019	-17.077.856
19	Lagos	M	-15.474.440	-4.965.205	2.495.748	1.278.210	-16.665.686
20	Ourém	M	-4.816.456	-5.634.633	-5.510.278	-428.023	-16.389.390
21	Aveiro	M	-14.383.586	-3.325.170	2.030.172	-703.850	-16.382.434
22	Peso da Régua	P	-759.387	-9.332.496	-570.501	-5.486.549	-16.148.932
23	Almeirim	M	-4.535.078	-3.300.122	-4.201.605	-3.758.982	-15.795.787
24	Montalegre	P	-4.297.424	-2.541.678	-2.990.864	-5.759.356	-15.589.321
25	Mafra	M	-4.739.356	-3.511.291	-3.290.118	-3.581.826	-15.122.591
26	Figueira da Foz	M	-7.239.996	-4.449.594	-2.874.392	585.745	-13.978.237
27	Paços de Ferreira	M	-10.758.547	-1.809.631	-104.340	-1.266.672	-13.939.189
28	Santa Comba Dão	P	-3.923.042	-3.265.270	-3.636.877	-2.991.886	-13.817.074

Município	Dimensão	Resultados Líquidos					
		2010	2011	2012	2013	Total de 2010 a 2013	
29	Figueiró dos Vinhos	P	-4.319.757	-3.143.866	-2.775.852	-2.578.542	-12.818.017
30	Alvaiázere	P	-3.255.719	-3.000.956	-2.403.683	-3.619.069	-12.279.427
31	Proença-a-Nova	P	-3.109.356	-2.299.142	-2.969.645	-2.678.487	-11.056.630
32	Carregal do Sal	P	-2.679.587	-2.612.905	-2.936.247	-2.622.420	-10.851.159
33	Santa Cruz	M	-6.427.924	-4.384.863	851.436	-373.092	-10.334.443
34	Vila do Bispo	P	-3.041.914	-3.197.219	-2.539.218	-1.553.128	-10.331.479
35	Trancoso	P	-2.846.901	-2.393.095	-1.907.304	-3.076.009	-10.223.309
36	Lagoa (Algarve)	M	-5.006.193	-3.806.421	-1.138.892	-251.519	-10.203.026
37	Cartaxo	M	57.796	-5.394.117	-2.943.370	-1.919.300	-10.198.992
38	Nazaré	P	-2.483.640	-559.500	-1.086.793	-5.903.029	-10.032.962
39	Nelas	P	-2.263.317	-3.388.615	-1.858.853	-2.460.467	-9.971.253
40	Seia	M	-3.784.718	-2.801.158	-2.130.359	-1.181.636	-9.897.872
41	Ferreira do Zêzere	P	-3.961.794	-2.398.913	-1.658.460	-1.749.162	-9.768.330
42	Elvas	M	-1.478.127	559.101	-1.212.896	-7.406.812	-9.538.734
43	Vagos	M	-3.642.020	-3.784.368	-1.656.425	-217.988	-9.300.802
44	São Brás de Alportel	P	-2.957.041	-2.196.601	-1.424.929	-1.908.551	-8.487.121
45	Tábua	P	-2.921.136	-2.171.509	-1.756.793	-1.594.416	-8.443.855
46	Batalha	P	-1.338.030	-2.773.838	-2.034.928	-1.948.452	-8.095.248
47	Castro Marim	P	-1.087.297	-3.129.328	-1.841.131	-1.967.629	-8.025.385
48	Ponte de Lima	M	-2.290.885	-506.130	-2.121.435	-2.992.861	-7.911.310
49	Maia	G	4.047.526	-3.988.147	-380.934	-7.423.189	-7.744.743
50	Vouzela	P	-2.514.355	-2.488.833	-1.820.001	-899.695	-7.722.884

- A listagem dos com melhor performance económica no total dos anos do mandato é liderada por cinco municípios de grande dimensão (Lisboa, Sintra, Braga, Oeiras e Guimarães). Das Regiões Autónomas aparece em 18º lugar Ribeira Grande (Açores).
- De entre os que apresentam pior performance económica no

todo do mandato, destacam-se Portimão e Évora com resultados acumulados negativos que descem abaixo dos 50M€. Matosinhos, Barcelos e Maia são os municípios de grande dimensão dentro deste grupo. Não se encontram entre estes nenhum município das Regiões Autónomas.

CAPÍTULO 4.

O SETOR EMPRESARIAL LOCAL E OS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS NO SETOR AUTÁRQUICO

Nota introdutória

Este capítulo apresenta a informação relativa a 2013 do setor empresarial local (SEL) e dos serviços municipalizadas (SM's). Até à data de publicação deste Anuário (22 de julho de 2014), apenas não foi possível obter os dados financeiros de 14 empresas do universo de 239 entidades do setor empresarial local em exercício no ano de 2013 (6%).

A análise da evolução das contas do setor empresarial local reportar-se-á ao período entre 2010 e 2013, uma vez que, desde 2010, o SEL aplica o SNC (Sistema de Normalização Contabilística) sendo possível o estabelecimento de comparações apenas dos últimos 4 anos.

Para o ano de 2013 foi obtida e tratada informação de 225 Empresas Municipais¹⁸³ ou Entidades Empresariais Locais e de 27 Serviços Municipalizados, representando mais de 90% do setor empresarial autárquico¹⁸⁴ e a totalidade dos serviços municipalizados¹⁸⁵.

Para a elaboração deste capítulo, entre fevereiro e junho do corrente ano (2014) foram contactadas, pelo CICF, todas as empresas locais que no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2011 e 2012 foram identificados como empresas que não cumpriam com o disposto no

artigo 62º da Lei nº50/2012 no sentido de perceber quais as diligências que tinham sido desenvolvidas. As empresas foram contactadas via e-mail ou via telefone. Do trabalho efetuado identificou-se um número significativo de empresas que estão em processo de extinção/dissolução. Considerando os resultados obtidos nas 225 empresas analisadas não estão incluídas as 52 entidades listadas no quadro 4.14, ou seja aquelas dissolvidas ou em processo de dissolução.

Acresce referir que foi possível a apresentação da análise das 225 entidades, que como referido cobrirá a quase totalidade do sector empresarial local, graças ao apoio do Tribunal de Contas que nos cedeu acesso ao Balanço e à Demonstração de Resultados de mais de 50% das entidades analisadas. As restantes foram recolhidas nos sites das entidades.

No presente capítulo analisar-se-á separadamente as contas dos SM's¹⁸⁶ e das restantes entidades do SEL, dado o tratamento diferenciado dos registos contabilísticos de ambos, uma vez que o Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), é de aplicação obrigatória para todas as entidades do setor público empresarial, com exclusão dos serviços municipalizados que ainda utilizam o POCAL.

¹⁸³ O anexo III apresenta uma listagem com “dados económicos dos Municípios” com todos os municípios e respetivas empresas municipais e serviços municipalizados.

¹⁸⁴ Em relação ao setor empresarial, há 38 empresas que foram extintas e/ou que se fundiram e 14 relativamente às quais não foi possível recolher informação.

¹⁸⁵ Nesta análise abrangemos o universo de todas as que estavam em atividade em 2013, e cuja existência é do nosso conhecimento.

¹⁸⁶ Apesar da Lei nº 53-F/2006 que aprova o regime jurídico do setor empresarial local, revogando a Lei nº 58/98, de 18 de agosto, não enquadrar, expressamente, no SEL os serviços municipalizados, adotou-se para efeitos da presente análise a sua inclusão no mesmo, face à sua autonomia gestonária em relação aos restantes serviços autárquicos.

4.1 Serviços Municipalizados

Conforme listagem apresentada, existem 27 SM's em 28 municípios (o município de Oeiras e Amadora partilham os mesmos serviços), estando 8 integrados em municípios de grande dimensão, 18 em municípios de média dimensão e 1 municípios de pequena dimensão.

Claramente a atividade predominante é a água e saneamento. De referir que de 2011 para 2013 o número de serviços municipalizados passou de 29 para 27, devido à extinção do serviço municipalizado de água de Mirandela em finais de 2011 e dos serviços municipalizados de água e saneamento de Anadia em finais de 2012.

	Municípios	Dimensão	Competências dos Serviços Municipalizados
1	Abrantes	M	SM de Água e Saneamento e Recolha de Resíduos Sólidos
2	Alcobaça	M	SM de Água e Saneamento
3	Almada	G	SM de Água e Saneamento
4	Angra do Heroísmo	M	SM de Água e Saneamento
5	Aveiro	M	SM de Água e Saneamento*
6	Barreiro	M	SM de Transportes Urbanos
7	Caldas da Rainha	M	SM de Água e Saneamento
8	Castelo Branco	M	SM de Água e Saneamento
9	Coimbra	G	SM de Transportes Urbanos
10	Guarda	M	SM de Água e Saneamento
11	Leiria	G	SM de Água e Saneamento
12	Loures	G	SM de Água e Saneamento
13	Maia	G	SM de Água, Saneamento e Eletricidade
14	Montijo	M	SM de Água e Saneamento
15	Nazaré	P	SM de Água e Saneamento
16	Oeiras e Amadora	G	SM de Água e Saneamento
17	Peniche	M	SM de Água e Saneamento
18	Ponta Delgada	M	SM de Água e Saneamento
19	Portalegre	M	SM de Água e Transportes
20	Santo Tirso	M	SM de Água, Saneamento e Eletricidade
21	Sintra	G	SM de Água e Saneamento
22	Tomar	M	SM de Água e Saneamento
23	Torres Vedras	M	SM de Água e Saneamento
24	Valongo	M	SM de Água, Saneamento e Eletricidade
25	Viana do Castelo	M	SM de Água e Saneamento
26	Vila Franca de Xira	G	SM de Água e Saneamento
27	Viseu	M	SM de Água e Saneamento

* Os SMAS de Aveiro foram extintos em 2014.

4.1.1. Estrutura do Ativo

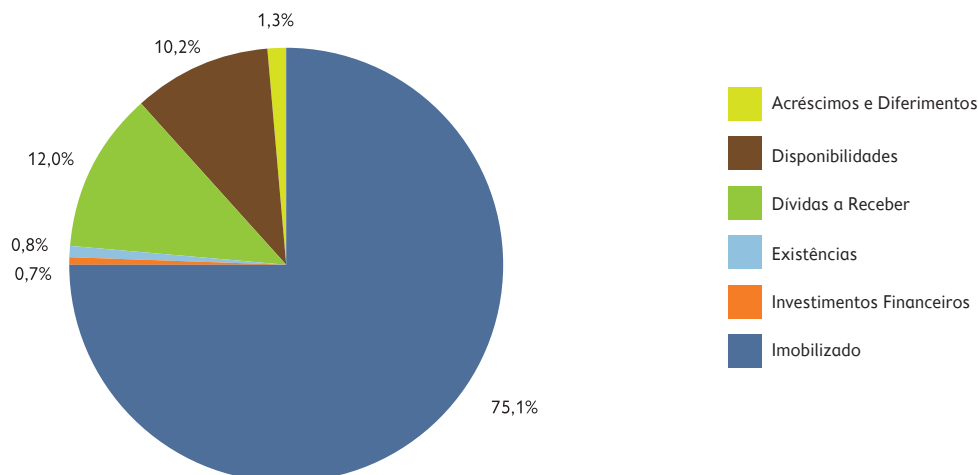
No Quadro 4.01 apresenta-se a estrutura do ativo global dos 27 SM's, evidenciando-se, no mesmo mapa, o ativo agregado dos municípios a que pertencem os SM's, permitindo, assim, a comparação das respetivas estruturas do Balanço.

Quadro 4.01 – Estrutura do ATIVO dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem

Unidade: milhões de euros

Componentes do Ativo	Municípios (308)		Municípios c/SM's (28)		Serviços Municipalizados		SM's / Municípios c/ SM's
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
Bens de domínio público	13.719,27	33,7%	2.795,71	34,2%	86,65	8,4%	3,1%
Imobilizado incorpóreo	55,8	0,1%	17,4	0,2%	1,2	0,1%	6,8%
Imobilizado corpóreo	17.487,5	42,9%	3.607,8	44,2%	645,1	62,4%	17,9%
Imobilizado em Curso	4.873,0	12,0%	671,3	8,2%	42,8	4,1%	6,4%
Total do imobilizado	36.135,6	88,6%	7.092,1	86,8%	775,7	75,1%	10,9%
Investimentos Financeiros	1.732,0	4,2%	460,0	5,6%	7,6	0,7%	1,6%
Existências	110,3	0,3%	11,9	0,1%	8,0	0,8%	67,6%
Dívidas a Receber	1.127,2	2,8%	131,5	1,6%	124,1	12,0%	94,3%
Títulos Negociáveis	9,3	0,0%	3,1	0,0%	0,2	0,0%	5,1%
Depósitos e Caixa	874,7	2,1%	286,8	3,5%	104,8	10,1%	36,5%
Acréscimos de proveitos	721,0	1,8%	172,0	2,1%	12,6	1,2%	7,3%
Custos diferidos	57,6	0,1%	8,6	0,1%	0,5	0,1%	6,4%
Total	40.767,7	100%	8.166,0	100%	1.033,4	100%	12,7%

Gráfico 4.01 – Estrutura do Ativo dos Serviços Municipalizados



Da análise do quadro e do gráfico anterior, destaca-se que as **dividas a receber** do conjunto dos SM's, no valor de 124,1 milhões de euros, representaram 94,3% das dívidas a receber pelos municípios que lhe correspondem (131,5 milhões de euros). Efetivamente, enquanto que as dívidas a receber pesavam 12% no ativo dos SM's, o peso homólogo no ativo das mesmas autarquias era de apenas 1,6%. Naturalmente, este facto terá um enorme impacto, com efeito de redução, no cálculo da dívida líquida dos SM's¹⁸⁷. O valor des-

ta componente do ativo circulante diminuiu no triénio em apreço -22,8M€ (-15,5%).

Importará, ainda, analisar a estrutura das **dividas a receber** dos SM's, uma vez que o seu valor representou em 2013, 94,3% do valor considerado para a totalidade dos municípios que lhe correspondem. Os quadros seguintes apresentam as principais componentes das dívidas a receber (Quadro 4.02 e Quadro 4.03)

¹⁸⁷ Como veremos mais à frente o ativo circulante é, para a globalidade dos SM's, superior ao passivo exigível.

Quadro 4.02 – Estrutura das Dívidas a Receber dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que corresponde

Unidade: milhões de euros

Dívidas a receber	Municípios (308)		Municípios c/SM's		Serviços Municipalizados		SM's / Municípios c/ SM's
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
Dívidas a receber M/L prazo	122,8	10,9%	19,4	14,8%	1,7	1,4%	8,9%
Empréstimos concedidos (curto prazo)	6,5	0,6%	4,6	3,5%	0,0	0,0%	0,0%
Clientes, contribuintes e utentes (curto prazo)	235,6	20,9%	34,0	25,8%	81,0	65,3%	238,3%
Estado e outros entes públicos (curto prazo)	28,7	2,5%	2,3	1,8%	1,6	1,3%	71,2%
Administração Autárquica (curto prazo)	59,7	5,3%	14,9	11,3%	30,7	24,7%	206,3%
Adiantamentos (curto prazo)	8,7	0,8%	0,5	0,4%	1,4	1,1%	270,6%
Outros devedores (curto prazo)	665,2	59,0%	55,8	42,4%	7,6	6,2%	13,7%
Outros curto prazo	0,1	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	-
Total de dívidas a receber	1.127,2	100%	131,5	100%	124,1	100%	94,3%

Quadro 4.03 – Evolução das Dívidas a Receber dos Serviços Municipalizados em 2011, 2012 e 2013

Unidade: milhões de euros

Dívidas a receber	2011 (29)		2012 (28)		2013 (27)		Variação 2012-2013 %
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Dívidas a receber M/L prazo	0,00	0,0%	0,00	0,0%	1,72	1,4%	-
Empréstimos concedidos (curto prazo)	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	-
Clientes, contribuintes e utentes (curto prazo)	102,08	69,5%	82,63	66,7%	81,01	65,3%	-2%
Estado e outros entes públicos (curto prazo)	1,84	1,2%	2,14	1,7%	1,64	1,3%	-23%
Administração Autárquica (curto prazo)	35,10	23,9%	30,41	24,6%	30,69	24,7%	0,9%
Adiantamentos (curto prazo)	0,08	0,1%	0,03	0,0%	1,40	1,1%	4903%
Outros devedores (curto prazo)	7,84	5,3%	8,62	7,0%	7,63	6,2%	-11%
Outros curto prazo	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	-
Total de dívidas a receber	146,93	100%	123,84	100%	124,10	100%	0,2%

Em 2013, os SM's não concederam empréstimos a terceiros e apresentaram um montante pouco significativo de dívidas a receber de médio e longo prazo de 1,7 milhões de euros (1,4% de total de dívidas a receber). Detêm, contudo, um volume bastante representativo de **dívidas de clientes, contribuintes e utentes**, no valor de 81 milhões de euros, menos 2% que em 2012 e que representa 65,3% do total das dívidas a receber. Mais se anota que o valor destes créditos sobre terceiros foi superior em +238,3% ao valor homólogo das autarquias correspondentes e representou 34,4% do valor da mesma natureza para o total dos municípios.

O segundo crédito mais representativo que ao SM's detêm sobre terceiros é o valor a **receber da administração autárquica**, isto é, valores a receber, essencialmente, das próprias autarquias e que, na maior parte das vezes, se referem a indemnizações compensatórias. O total considerado, em 2013, foi de 30,7 milhões de euros. As dívidas do Estado¹⁸⁸ aos SM's, em 2013, tiveram um peso diminuto (1,3%) no total das dívidas a receber pois totalizaram 1,64 milhões de euros, menos 23% que o valor em dívida em 2012.

4.1.2. Passivo dos SM'S

Os Quadros 4.04 e 4.05 apresentam, respetivamente, a estrutura e a evolução do Passivo do global dos SM's e a estrutura do passivo das autarquias, que lhe corresponderam.

Relativamente ao passivo, importará apreciar a componente relativa às dívidas a terceiros, já que os outros elementos, nomeadamente os " Proveitos diferidos", não consubstanciam, nem jurídica nem economicamente obrigações para as autarquias.

O total das dívidas a terceiros no conjunto dos SM's foi, em 2013, de 109,3 milhões de euros, representando 9,8% do valor homólogo dos municípios que tutelam os SM's. Baixaram, em 2013, 14,4 milhões de euros, isto é, -11,6%.

Comparando a estrutura da dívida a terceiros dos municípios e dos serviços municipalizados, verifica-se que as **dívidas de médio e longo prazo a terceiros** representaram em 2013, nos serviços municipalizados, 42,2% do total das suas dívidas a terceiros, ficando os restantes 57,8% a corresponder à dívida de curto prazo. No caso dos respetivos municípios a situação foi inversa, isto é, a dívida de médio e longo prazo foi, manifestamente, superior à dívida de curto prazo numa relação que, em 2013, foi de 73,7% para 26,3%. No global dos SM's, a dívida de médio e longo prazo baixou 9,2% (cerca de -4,7 M€) entre 2011 e 2013.

Quanto à **dívida de curto prazo** dos SM's, no valor de 63,2 milhões de euros, verifica-se que a mesma tem vindo a decrescer, sendo que, em relação a 2011 (92,3 M€), a mesma diminuiu 31,5% (-29,1 M€) e em relação a 2012 diminuiu 13,8% (10,1 M€).

¹⁸⁸ Recuperação do IVA, na generalidade dos casos.

Quadro 4.04 – Componentes do Passivo dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem

Unidade: milhões de euros

Passivo	Municípios (308)		Municípios c/ SM's		Serviços Municipalizados		SM's / Municípios c/ SM's
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
Dívidas a Médio e Longo Prazo	4.516,6	30,4%	819,4	32,9%	46,1	11,1%	5,6%
Dívidas a Curto Prazo	2.205,8	14,8%	292,0	11,7%	63,2	15,3%	21,6%
Total de dívidas a terceiros	6.722,4	45,2%	1.111,4	44,7%	109,3	26,4%	9,8%
Provisões para riscos e encargos	921,2	6,2%	158,0	6,4%	11,2	2,7%	7,1%
Acréscimos de Custos	424,1	2,9%	77,5	3,1%	27,4	6,6%	35,3%
Proveitos diferidos	6.795,5	45,7%	1.140,3	45,8%	266,4	64,3%	23,4%
Total do Passivo	14.863,2	100%	2.487,1	100%	414,3	100%	16,7%

Quadro 4.05 – Evolução do Passivo dos Serviços Municipalizados em 2011, 2012 e 2013

Unidade: milhões de euros

Passivo	2011 (29)		2012 (28)		2013 (27)		Variação 2012-2013 %
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Dívidas a Médio e Longo Prazo	50,79	11,1%	50,42	11,4%	46,13	11,1%	-8,5%
Dívidas a Curto Prazo	92,33	20,1%	73,32	16,6%	63,20	15,3%	-13,8%
Total de dívidas a terceiros	143,12	31,2%	123,73	28,0%	109,34	26,4%	-11,6%
Provisões para riscos e encargos	5,48	1,2%	9,70	2,2%	11,15	2,7%	15,0%
Acréscimos de Custos	19,57	4,3%	20,51	4,6%	27,39	6,6%	33,6%
Proveitos diferidos	291,07	63,4%	287,53	65,1%	266,45	64,3%	-7,3%
Total do Passivo	459,24	100%	441,47	100%	414,33	100%	-6,1%

Gráfico 4.02 – Evolução das componentes do Passivo dos Serviços Municipalizados

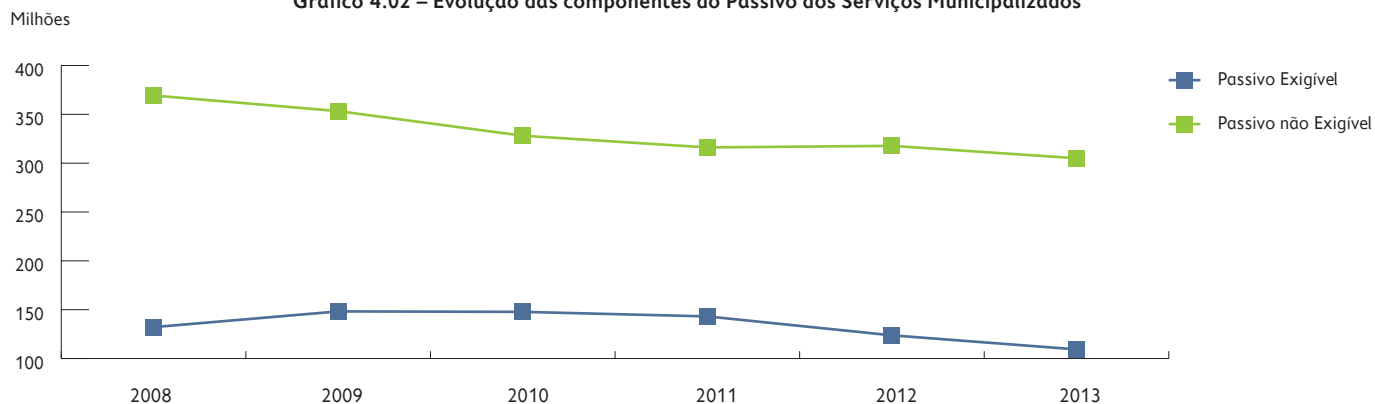
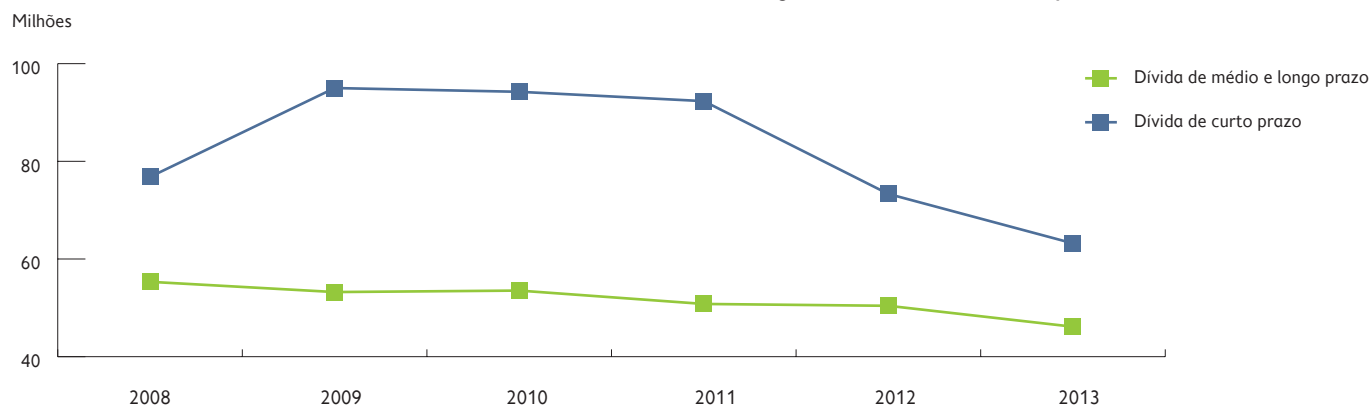


Gráfico 4.03 – Evolução da Dívida de Curto e de Médio e Longo Prazo dos Serviços Municipalizados



4.1.3. Endividamento¹⁸⁹ dos Serviços Municipalizados

A análise da estrutura dos ativos e dos passivos do ponto anterior, antevia a situação que agora se observa no Quadro 4.06. O endi-

¹⁸⁹ Devido à inexistência, na generalidade das situações, de balanços consolidados por grupo autárquico, prescindimos de apresentar indicadores agregados, por grupo municipal, que exigiriam a aplicação proporcional do peso da participação municipal nas respetivas empresas. É exemplo desta omissão, a impossibilidade de se apresentar o endividamento líquido agregado, por grupo municipal. Contudo, a Lei das Finanças Locais refere que, para efeitos do cálculo do endividamento líquido, só contam os passivos do setor empresarial local em caso de incumprimento, por parte dos municípios, da cobertura dos resultados operacionais negativos. Não tendo sido possível obter essa informação das contas dos municípios, não foi apurado o efetivo valor do contributo do setor empresarial para o peso do limite do endividamento líquido.

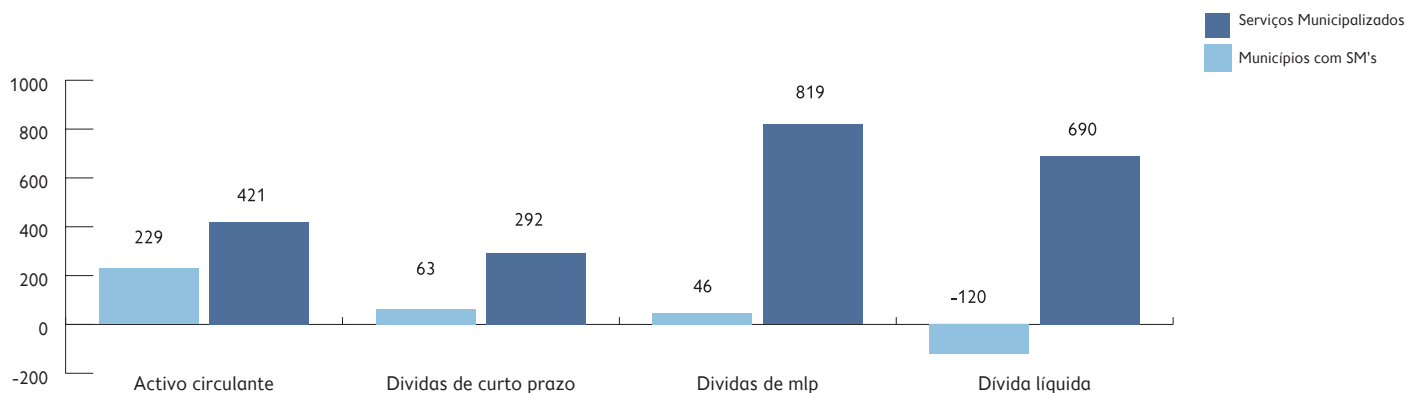
vidamento líquido do global dos serviços municipalizados foi negativo no ano de 2013, isto é, o total das dívidas a pagar, no valor de 109,3 milhões de euros, foi inferior à soma das dívidas a receber e das disponibilidades existentes, no montante de 229,1 milhões de euros. Assim, para o total dos 27 serviços municipalizados analisados, o endividamento líquido agregado foi de -119,7 milhões de euros em 2013. Já os municípios, que tutelam os serviços municipalizados, apresentaram uma dívida líquida total de 689,9 milhões de euros, que decorreu de uma dívida bruta de 1.111,4 milhões de euros, abatida de um ativo disponível no valor de apenas 421,5 milhões de euros.

Quadro 4.06 – Endividamento Líquido dos Serviços Municipalizados e do Global dos Municípios a que correspondem

Unidade: milhões de euros

		Serviços Municipalizados	Municípios c/ SM's	Municípios
Ativo	Dívidas a Receber	124,1	131,5	1.127,2
	Disponibilidades + Títulos Negociáveis	105,0	289,9	884,0
	Total (a)	229,1	421,5	2.011,3
Passivo	Dívidas a Pagar - curto prazo	63,2	292,0	2.205,8
	Dívidas a Pagar - médio e longo prazo	46,1	819,4	4.516,6
	Total (b)	109,3	1.111,4	6.722,4
	Endividamento Líquido (b-a)	-119,7	689,9	4.711,2

Gráfico 4.04 – Comparação da dívida líquida e suas componentes, entre SM's e Municípios c/ SM's

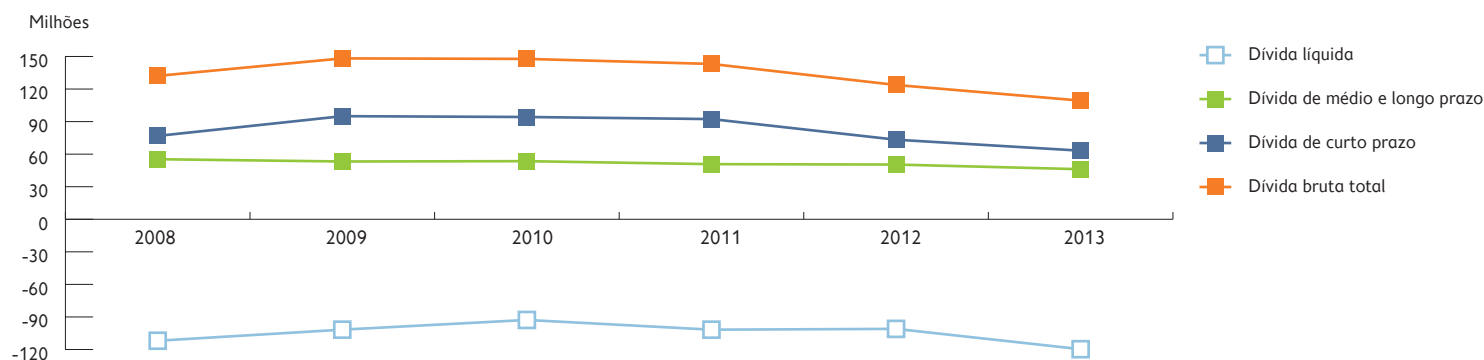


Quadro 4.07 – Endividamento Líquido dos Serviços Municipalizados em 2011, 2012 e 2013

Unidade: milhões de euros

		2011 (29)	2012 (28)	2013 (27)
Ativo	Dívidas a Receber	146,9	123,8	124,1
	Disponibilidades + Títulos Negociáveis	97,9	100,9	105,0
	Total (a)	244,9	224,7	229,1
Passivo	Dívidas a Pagar - curto prazo	92,3	73,3	63,2
	Dívidas a Pagar - médio e longo prazo	50,8	50,4	46,1
	Total (b)	143,1	123,7	109,3
Endividamento Líquido (b-a)		-101,7	-101,0	-119,7

Gráfico 4.05 – Evolução da dívida bruta e da dívida líquida



Da informação dos quadros e gráficos anteriores pode-se concluir que:

- **Na sua globalidade, os SM'S detêm meios financeiros para liquidarem as suas dívidas apresentando um endividamento líquido negativo;**
- Em 2013, a **dívida bruta** dos SM'S, no valor de 109,3 milhões de euros (-14,4 M€ que em 2012) representou apenas 9,8% da dívida dos municípios que os tutelam. No entanto, o total do ativo disponível dos SM's em relação ao dos municípios foi de 54,3%;

- A **dívida de curto prazo** dos SM's representou 21,6% da dívida homologa do total dos municípios de que dependem e apresentou o valor de 63,2 milhões de euros (-10,1 M€ que em 2012);
 - A **dívida de médio e longo prazo** dos SM's representou, em 2013, apenas, 5,6% da dívida homologa dos municípios a que correspondem e foi no valor de 46,1 milhões de euros.
- O Ranking R54 lista os 20 SM's que apresentaram endividamento líquido negativo, em 2013.

R54 – Serviços Municipalizados sem endividamento líquido no final do exercício de 2013

Unidade: euros

Serviços Municipalizados		Dim.	Endividamento Líquido					
			2008	2009	2010	2011	2012	2013
1	SMAS de Castelo Branco	M	-70.680.509	-71.149.923	-71.056.545	-70.685.878	-68.618.465	-69.221.730
2	SMAS de Sintra	G	-18.473.017	-19.243.661	-18.604.671	-23.718.139	-21.360.151	-26.216.719
3	SMAS de Almada	G	-16.572.800	-19.594.593	-20.894.675	-21.863.030	-13.098.325	-11.860.699
4	SMAS de Loures	G	-	-3.191.128	1.869.807	-1.191.557	-7.483.093	-11.685.060
5	SMAS de Oeiras e Amadora	G	-25.117.530	-25.178.007	-16.001.840	-14.330.896	-9.309.228	-9.453.831
6	SMAS de Vila Franca Xira	G	-3.610.988	-4.176.423	-4.515.103	-6.453.324	-6.106.248	-5.765.035
7	SMAS de Caldas da Rainha	M	-3.253.225	-2.950.296	-3.076.394	-3.405.661	-3.719.742	-3.981.939
8	SMSBVC - S.M Saneamento V. Castelo	M	-145.520	-1.492.431	-3.368.834	-3.065.073	-3.462.894	-3.841.333
9	SMAS de Ponta Delgada	M	-	-	-2.588.997	-1.669.221	-2.404.149	-3.824.642
10	SMAS de Peniche	M	-3.021.059	-2.743.400	-2.919.391	-3.175.194	-3.189.859	-2.828.379
11	SMAS de Viseu	M	-446.741	2.279.088	2.284.145	959.109	-1.295.144	-2.447.194
12	SMAS Torres Vedras	M	-779.325	218.000	1.379.937	781.893	-1.089.025	-1.874.153
13	SMEAS - Eletr., Água e San. Santo Tirso	M	1.308.800	554.689	-289.865	-1.279.464	-2.018.181	-1.407.239
14	SMA - AMBIENTABRANTES	M	-2.872.026	-2.684.240	-1.705.858	-1.420.759	-1.501.928	-1.376.311
15	SMAS de Leiria	G	-1.786.119	-370.335	-1.213.614	-1.522.424	-408.679	-1.028.826
16	SM de Angra do Heroísmo	M	-1.029.925	-110.121	-222.247	371.711	-268.050	-948.738
17	Serviços Municipalizados de Nazaré	P	114.514	265.350	114.514	271.382	-414.429	-842.789
18	SMAS de Tomar	M	1.291.971	1.890.264	1.852.246	998.433	192.056	-419.578
19	SMAT - Agua e Transporte de Portalegre	M	-105.405	-435.448	-173.190	-26.276	-93.998	-178.541
20	SMEAS - Eletr., Água e San de Valongo	M	2.302.844	2.294.344	2.311.592	2.308.427	2.323.375	-21.471
Total			-142.876.059	-145.818.270	-136.818.983	-148.115.940	-143.326.156	-159.224.209

Apresenta-se, de seguida, a lista dos serviços municipalizados com maior endividamento líquido.

R55 – Serviços Municipalizados com endividamento líquido no final do exercício de 2013

Unidade: euros

Serviços Municipalizados		Dim.	Endividamento Líquido					
			2008	2009	2010	2011	2012	2013
1	SMEAS - Eletricidade, Agua e San. da Maia	G	17.804.191	17.358.520	16.472.350	15.993.369	13.931.074	12.917.548
2	SMAS da Guarda	M	7.321.282	8.381.642	8.780.224	10.027.191	10.244.796	7.544.256
3	SMAS - Alcobça	M	10.107.581	10.206.321	10.235.126	9.957.230	7.872.802	7.117.271
4	SMAS de Aveiro	M	5.848.215	5.903.570	4.645.232	4.599.819	4.372.159	4.778.147
5	SMTc - Transp. Coletivos do Barreiro	M	2.222.393	3.357.589	3.575.555	4.139.861	3.889.393	3.747.782
6	SMTUC - Transportes Urbanos de Coimbra	G	2.040.370	902.646	2.268.806	2.747.036	2.676.971	2.367.871
7	SMAS do Montijo	M	-2.086.240	-815.590	-820.901	173.331	70.766	1.036.592
Total			43.257.791	45.294.698	45.156.392	47.637.837	43.057.961	39.509.467

Fórmula: (dívidas a pagar) – (dívidas a receber + depósitos em caixa e em instituições financeiras + títulos negociáveis)

4.1.4. Proveitos, Custos e Resultados dos Serviços Municipalizados

4.1.4.1. Custos dos SM'S

O Quadro 4.08 e o Gráfico 4.06 apresentam a estrutura dos custos

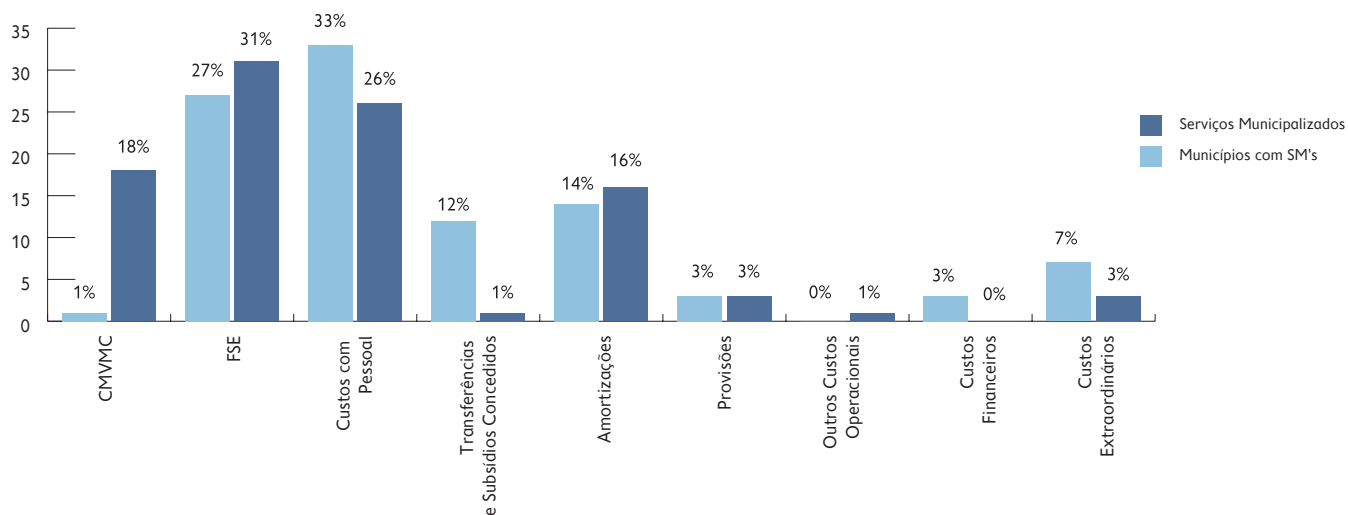
dos SM's, comparando-os com os custos homólogos das autarquias que lhes deram origem.

Quadro 4.08 – Estrutura dos custos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem

Unidade: milhões de euros

Custos	Municípios (308)		Municípios c/ SM's		Serviços Municipalizados		SM's / Municípios
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	181,4	2,6%	18,7	1,4%	70,1	17,7%	375,7%
Fornecimentos e serviços externos	1.752,3	25,5%	349,6	27,1%	122,5	31,0%	35,0%
Custos com Pessoal	2.261,3	32,9%	423,1	32,8%	104,0	26,3%	24,6%
Transferências e Subsídios Concedidos	563,4	8,2%	153,0	11,9%	4,0	1,0%	2,6%
Amortizações	1.269,0	18,5%	185,8	14,4%	65,1	16,5%	35,0%
Provisões	184,8	2,7%	35,8	2,8%	10,1	2,6%	28,2%
Outros Custos Operacionais	24,3	0,4%	5,9	0,5%	5,9	1,5%	99,5%
Custos Financeiros	170,8	2,5%	34,6	2,7%	1,4	0,4%	4,1%
Custos Extraordinários	468,1	6,8%	84,8	6,6%	12,4	3,1%	14,6%
Total de custos	6.875,2	100,0%	1.291,3	100,0%	395,4	100,0%	30,6%

Gráfico 4.06 – Estrutura dos Custos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem



Da leitura do quadro e do gráfico supra, salienta-se que a maior componente de custos foram, em 2013, os **custos com o fornecimento de serviços externos** (31% dos custos totais), pese embora o diferencial para os **custos com pessoal** (26,3%) tenha sido de apenas 4,7%. Trata-se de uma situação análoga à verificada nos anos anteriores (2011 e 2012).

Outro custo relevante relaciona-se com o **custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas**, as quais representaram 17,7% dos custos totais. O peso das amortizações é também relevante, pesando em média 16,5% na estrutura de custos dos SM's.

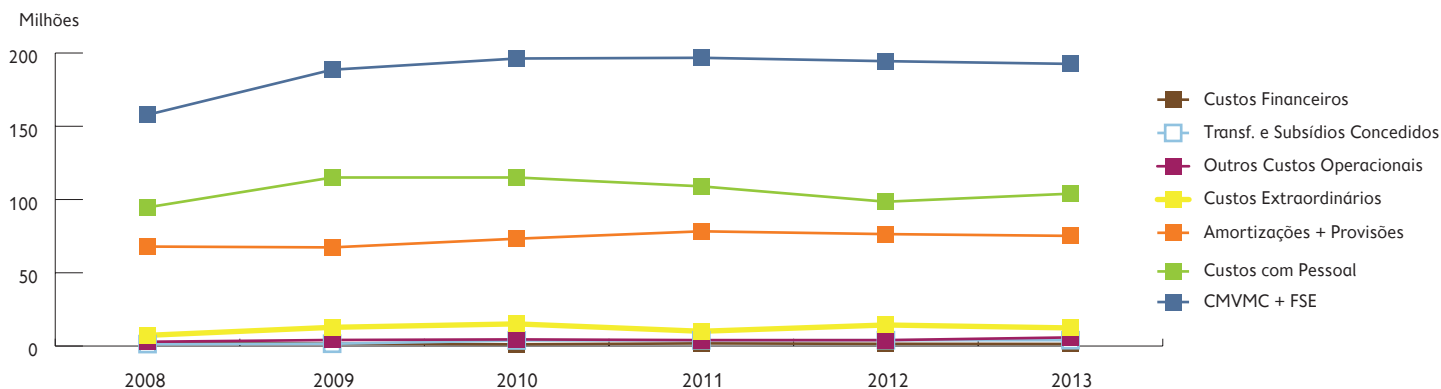
Para complemento da análise efetuada no Quadro 4.09, e o Gráfico 4.07 apresenta-se a evolução das diferentes componentes dos custos.

Quadro 4.09 – Evolução dos custos dos Serviços Municipalizados em 2011, 2012 e 2013

Unidade: milhões de euros

Custos	2011 (29)		2012 (28)		2013 (27)		Variação 2012-2013 %
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	75,00	18,6%	73,87	18,8%	70,08	17,7%	-5,1%
Fornecimentos e serviços externos	121,74	30,1%	120,56	30,7%	122,50	31,0%	1,6%
Custos com Pessoal	109,00	27,0%	98,50	25,0%	103,99	26,3%	5,6%
Transferências e Subsídios Concedidos	3,89	1,0%	3,98	1,0%	3,97	1,0%	-0,1%
Amortizações	66,28	16,4%	65,33	16,6%	65,06	16,5%	-0,4%
Provisões	12,02	3,0%	11,06	2,8%	10,12	2,6%	-8,5%
Outros Custos Operacionais	4,04	1,0%	4,03	1,0%	5,88	1,5%	46,0%
Custos Financeiros	1,80	0,4%	1,51	0,4%	1,42	0,4%	-6,2%
Custos Extraordinários	10,07	2,5%	14,37	3,7%	12,36	3,1%	-14,0%
Total de custos	403,84	100%	393,21	100%	395,38	100%	0,6%

Gráfico 4.07 – Evolução das componentes de Custos dos Serviços Municipalizados



4.1.4.2. Proveitos dos SM'S

Os Quadros 4.10 e 4.11 bem e o Gráfico 4.08 apresentam a estrutura dos proveitos dos serviços municipalizados para o universo total

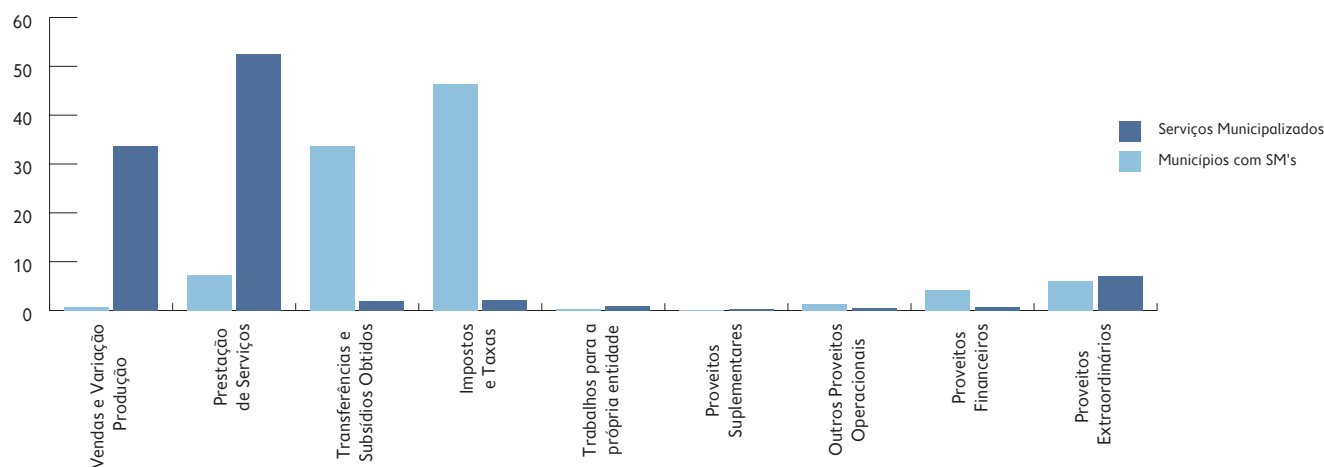
dos mesmos, comparando-os com os proveitos homólogos das autarquias que lhes deram origem.

Quadro 4.10 – Estrutura dos Proveitos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem

Unidade: milhões de euros

Proveitos	Municípios (308)		Municípios c/ SM's		Serviços Municipalizados		SM's / Municípios
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
Vendas de Mercadorias	81,4	1,2%	2,4	0,2%	26,4	6,5%	1313,5%
Vendas de Produtos	97,4	1,4%	7,9	0,6%	109,1	27,1%	
Variação da Produção	-0,2	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	
Prestação de Serviços	544,8	7,8%	96,9	7,2%	211,6	52,5%	218,1%
Outras Situações	6,2	0,1%	0,0	0,0%	-0,2	0,0%	
Impostos e Taxas	2.555,1	36,8%	628,2	46,3%	8,5	2,1%	1,4%
Transferências e Subsídios Obtidos	2.785,5	40,1%	456,9	33,7%	8,0	2,0%	1,8%
Trabalhos para a própria entidade	23,7	0,3%	3,9	0,3%	3,5	0,9%	90,9%
Proveitos Suplementares	74,8	1,1%	3,1	0,2%	1,8	0,4%	58,5%
Outros Proveitos Operacionais	52,0	0,7%	18,6	1,4%	2,3	0,6%	12,3%
Proveitos Financeiros	200,7	2,9%	56,0	4,1%	3,3	0,8%	6,0%
Proveitos Extraordinários	524,3	7,5%	81,8	6,0%	28,3	7,0%	34,6%
Total de proveitos	6.945,7	100,0%	1.355,6	100,0%	402,7	100,0%	29,7%

Gráfico 4.08 – Estrutura dos Proveitos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem



Relativamente à estrutura dos proveitos, verifica-se uma grande diferenciação quanto à origem dos mesmos para as autarquias e serviços municipalizados. Assim, as principais fontes financeiras dos SM's foram a **venda de produtos** e a **prestação de serviços**, respetivamente com o peso de 27,1% e 52,5% do total dos proveitos. As autarquias ao transferirem para os serviços municipalizados, as atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis¹⁹⁰, pres-

cindem elas próprias da recolha dos proveitos respetivos, pelo que a sua própria estrutura de proveitos será disso reflexo ao apresentar um peso pouco relevante, em comparação com os SM's, de venda de produtos e prestação de serviços.

¹⁹⁰ Cujo preço de venda deverá, sempre, refletir o custo de todas as componentes de produção. Caso o preço de venda ao público seja inferior ao custo, por deliberação da

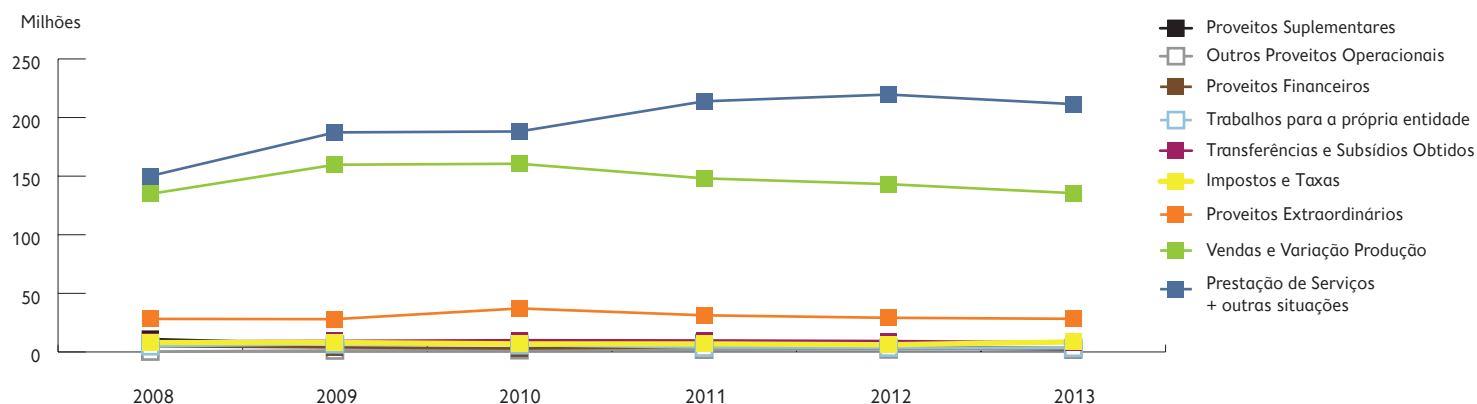
Assembleia Municipal, aplicando-se preços sociais, os serviços municipalizados auferirão das correspondentes indemnizações compensatórias.

Quadro 4.11 – Evolução dos Proveitos dos Serviços Municipalizados em 2011, 2012 e 2013

Unidade: milhões de euros

Proveitos	2011 (29)		2012 (28)		2013 (27)		Variação 2012-2013 %
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Vendas de Mercadorias	32,63	7,6%	28,02	6,7%	26,36	6,5%	-5,4%
Vendas de Produtos	115,48	27,0%	115,14	27,3%	109,13	27,1%	
Variação da Produção	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	
Prestação de Serviços	214,15	50,1%	220,17	52,3%	211,61	52,5%	-3,7%
Outras Situações	-0,31	-0,1%	-0,55	-0,1%	-0,15	0,0%	
Impostos e Taxas	6,87	1,6%	6,15	1,5%	8,54	2,1%	38,9%
Transferências e Subsídios Obtidos	9,79	2,3%	9,31	2,2%	8,00	2,0%	-14,1%
Trabalhos para a própria entidade	3,81	0,9%	3,65	0,9%	3,54	0,9%	-3,0%
Proveitos Suplementares	8,08	1,9%	3,66	0,9%	1,79	0,4%	-51,0%
Outros Proveitos Operacionais	1,96	0,5%	2,15	0,5%	2,28	0,6%	6,4%
Proveitos Financeiros	4,10	1,0%	4,39	1,0%	3,35	0,8%	-23,7%
Proveitos Extraordinários	31,26	7,3%	29,14	6,9%	28,28	7,0%	-2,9%
Total de proveitos	427,82	100%	421,20	100%	402,73	100%	-4,4%

Gráfico 4.09 – Evolução das componentes de Proveitos dos Serviços Municipalizados



4.1.4.3. Resultados económicos dos SM's

No Quadro 4.12 apresentam-se os resultados económicos dos SM's em 2013 e sua comparação com os dos municípios.

Quadro 4.12 – Informação sobre estrutura económica

Unidade: euros

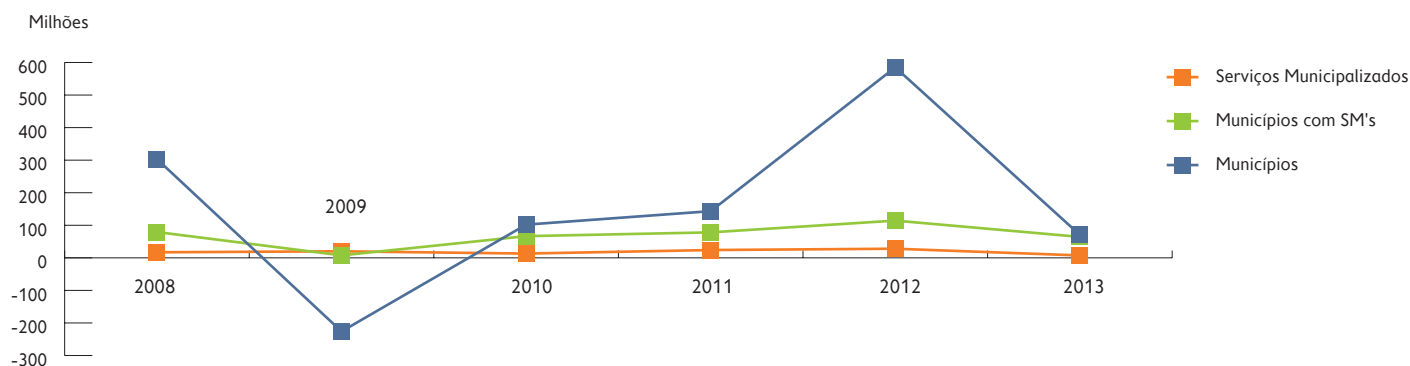
	Municípios	Municípios com SM's	Serviços Municipalizados	Municípios + SM's
Nº de entidades analisadas	308	28	27	335
População	10.427.301	2.733.084	2.733.084	-
Custos com Pessoal/custos totais	32,9%	32,8%	26,3%	29,6%
Resultados económicos	70.521.782	64.365.888	7.350.279	77.872.061
Resultados económicos/Proveitos	1,0%	4,7%	1,8%	1,4%
Resultados económicos por habitante	6,76 €	23,55 €	2,69 €	9,5 €
Nº de entidades com resultados negativos	136	8	12	148

No Quadro 4.13 apresenta-se a evolução dos resultados económicos dos SM's.

Quadro 4.13 – Evolução da situação económica dos Serviços Municipalizados

	Serviços Municipalizados			Unidade: euros
	2011	2012	2013	Varição 2012-2013
N.º de entidades analisadas	29	28	27	-1
População	2.800.074	2.742.482	2.733.084	-9.398
Custos com Pessoal/custos totais	27,0%	25,0%	26,3%	1,3%
Resultados económicos	23.979.209	27.994.855	7.350.279	-20.644.576
Resultados económicos/Proveitos	5,6%	6,6%	1,8%	-4,8%
Resultados económicos por habitante	8,6 €	10,2 €	2,7 €	-7,5 €
N.º de entidades com resultados negativos	9	7	12	5
Resultados Operacionais	491.009	10.346.460	-10.503.076	-20.849.535
Custos Financeiros	1.800.475	1.509.763	1.416.197	-93.566
N.º de entidades com Resultados Operacionais + Custos Financeiros negativos	18	14	20	6

Gráfico 4.10 – Evolução dos Resultados Económicos



Da informação prestada no Quadro 4.13, anota-se que 12 SM's apresentaram, em 2013, resultados líquidos negativos e que 20 SM's apresentaram resultados operacionais negativos. Ao contrário do verificado em 2011 e 2012, os resultados operacionais globais dos 27 serviços municipalizados são negativos, totalizando 10,5 milhões de euros, aos quais acrescem encargos financeiros no montante de 1,4 milhões de euros. Esta situação é justificada porque 22 SM's apresentaram uma variação negativa nos seus resultados operacionais de 2012 para 2013, tendo-se verificado um aumento dos custos opera-

cionais em 20 SM's e uma diminuição dos proveitos operacionais em 22. **Nos termos da legislação em vigor, os resultados operacionais, quando negativos deveriam, ser cobertos por indemnizações compensatórias provenientes dos municípios de tutela.** Não se dispõe de informação sobre o cumprimento desta obrigação, no entanto cabe aos responsáveis diligenciar o seu cumprimento. Os Rankings R56 e R57 apresentam os serviços municipalizados, respetivamente, com resultados económicos positivos e negativos.

R56 - Serviços Municipalizados com Resultados Económicos positivos

Unidade: euros

	Serviço Municipalizado	Dimensão	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1	SMAS de Oeiras e Amadora	G	13.430.923	13.673.480	6.424.747	8.838.822	9.831.645	7.933.249
2	SMAS de Castelo Branco	M	402.201	1.804.398	1.276.241	1.887.762	1.845.844	1.937.869
3	SMAS de Vila Franca Xira	G	1.409.233	751.211	204.196	2.467.652	2.724.828	1.527.632
4	SMAS de Viseu	M	806.843	48.687	274.187	1.093.310	1.149.392	1.227.121
5	SMAS de Ponta Delgada	M	-	-	1.280.358	1.162.685	1.176.921	1.057.706
6	SMAS de Sintra	G	91.904	40.583	1.753.181	3.567.043	2.268.515	804.069
7	SMSBVC - S.M Saneamento Viana Castelo	M	-200.956	955.534	1.332.193	1.662.656	1.093.531	781.669
8	SMEAS - Eletricidade, Água e San. da Maia	G	90.888	515.360	1.831.467	1.392.008	1.585.798	616.081
9	SMAS de Loures	G	-	15.479	-3.662.924	2.729.229	3.549.157	597.424
10	SMTC - Transp. Coletivos do Barreiro	M	-725.007	-768.605	-932.071	-525.493	440.627	293.981
11	SMTUC - Transportes Urbanos de Coimbra	G	654.732	227.337	-520.848	-285.628	-87.648	189.638
12	Serviços Municipalizados de Nazaré (água e san)	P	-444.948	-569.384	-444.948	-105.812	528.634	127.388
13	SMAS de Tomar	M	-346.040	-82.564	-208.406	397.746	482.698	109.165
14	SMAS de Aveiro	M	652.973	484.650	2.195.731	-829.073	-451.847	65.228
15	SMA - AMBIENTABRANTES	M	340.146	231.996	63.680	91.102	374.349	55.576

R57 - Serviços Municipalizados com Resultados Económicos negativos

Unidade: euros

	Serviço Municipalizado	Dimensão	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1	SMAS de Leiria	G	892.639	147.709	135.565	-357.741	-1.412.836	-2.559.327
2	SMAS da Guarda	M	-483.562	-528.823	-198.154	-51.755	-143.588	-1.386.897
3	SMAS - Alcobaca	M	215.813	-260.450	-946.341	114.557	617.371	-1.279.119
4	SMAS de Almada	G	1.519.042	2.082.002	1.805.803	729.711	1.858.054	-1.152.202
5	SMEAS - Eletricidade, Água e San. de Santo Tirso	M	7.290	614.900	413.496	656.149	404.656	-969.109
6	SMEAS - Eletricidade, Água e San de Valongo	M	-1.054.072	-643	-980.709	-934.345	-942.804	-730.637
7	SMAS de Caldas da Rainha	M	578.848	637.823	509.763	28.786	161.978	-504.056
8	SMAS Torres Vedras	M	124.198	587.983	269.572	399.616	1.034.206	-402.264
9	SM de Angra do Heroísmo (água e saneamento)	M	-35.210	-84.534	575.047	92.696	-189.992	-304.082
10	SMAS de Peniche	M	657.891	239.241	317.147	580.528	96.672	-296.591
11	SMAS do Montijo	M	-668.226	-1.248.377	-229.344	-1.018.731	-249.338	-256.417
12	SMAT - Agua e Transporte de Portalegre	M	168.485	266.739	37.357	70.824	22.162	-132.816

4.2. Setor Empresarial Local

Analisam-se, de seguida, os valores e os indicadores associados à atividade financeira das entidades pertencentes ao SEL¹⁹¹, reportados ao final do ano de 2013, para um universo de 225 entidades¹⁹², sendo que 136 são Empresas Municipais, 38 são Entidades Empresariais Locais, 19 Sociedades Anónimas, 10 Sociedades Unipessoais por quotas e 21 Entidades Intermunicipais.

¹⁹¹ Definido à luz da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, que aprovou o Regime Jurídico do Sector Empresarial Local, o qual considera que pertencem ao SEL as empresas municipais, intermunicipais e metropolitanas, e as sociedades comerciais controladas conjuntamente por diversas entidades públicas, cujo maior título de participação é da autarquia.

¹⁹² Não estão aqui incluídos os serviços municipalizados, pese embora na introdução ao presente capítulo se tenha considerado que, em termos substantivos, serão entidades que potencialmente podem pertencer ao SEL. O facto de não terem sido abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), não permite proceder à integração da sua informação contabilística na informação prestada pelas entidades empresariais locais.

Das 225 entidades analisadas, cinco¹⁹³ não apresentaram as demonstrações financeiras comparativas para 2010, 2011 e/ou 2012. Assim, a amostra objeto de análise comparativa para a construção deste anuário respeita a 225 entidades do SEL para o período de 2013 e a 220 para o período de comparação evolutiva entre 2010, 2011, 2012 e 2013.

À semelhança de anos anteriores a metodologia utilizada neste capítulo compreende a análise dos valores do Balanço e da Demonstração dos Resultados relativos à totalidade das entidades empresariais objeto de análise. Não foi possível comparar os respetivos valores com os montantes homólogos correspondentes aos municípios que os tutelam, devido à diferença de normativos contabilísticos utilizados pelas entidades empresariais locais (SNC) e pelos municípios (POCAL).

¹⁹³ TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental Ilha Terceira, EEM, do município de Angra do Heroísmo; Terras da Beira Baixa, Sociedade de Desenvolvimento Agro Industrial, EM., S.A., do município de Castelo Branco; Viver Machico, EEM, do município de Machico; Cura Aqueae-Termas de Melgaço, EM, do município do Melgaço; e Viver Machico, EEM, do município de Óbidos.

Quadro 4.14 – Entidades que se dissolveram, fundiram ou das quais não foi possível recolher informação de 2013

	Entidade	Município	Situação
1	ABTT - Aguiar da Beira, Termas e Turismo	Aguiar da Beira	Dissolvida
2	Empresa de Melhoramentos de Alcanena	Alcanena	Dissolvida
3	Terra de Paixão	Alcobaça	Dissolvida
4	Culturangra	Angra do Heroísmo	Dissolvida
5	Gesruda - Gestão de Equipamentos Municipais e Prestação de Serviços	Arruda dos Vinhos	Dissolvida
6	EMIA - Infraestruturas de Azambuja	Azambuja	Dissolvida
7	Expobeja - Sociedade Gestora do Parque de Feiras e Exposições	Beja	Dissolvida
8	Emunibasto	Cabeceiras de Basto	Dissolvida
9	TC - Turismo de Coimbra	Coimbra	Dissolvida
10	Figueira PARANOVA	Figueira da Foz	Dissolvida
11	Fundão Turismo	Fundão	Dissolvida
12	Fundão Verde - Espaços e Jardins	Fundão	Dissolvida
13	Mercado Abastecedor da Cova da Beira	Fundão	Dissolvida
14	SAP - Serviço de Apoio a Praias	Grândola	Dissolvida
15	Culturpico	Lajes do Pico	Dissolvida
16	EPUL - Urbanização de Lisboa	Lisboa	Dissolvida

	Entidade	Município	Situação
17	Madalena Progresso	Madalena	Dissolvida
18	Mafratlântico - Vias Rodoviárias	Mafra	Dissolvida
19	Nova Meda - Empresa Gestora de Equipamentos Municipais	Meda	Dissolvida
20	SRU-Reabilitação Urbana de Olhão	Olhão	Dissolvida
21	Ovar Forma - Ensino e Formação	Ovar	Dissolvida
22	Ponta Delgada Social – Const., Exploração e Gestão de Equipamentos Sociais	Ponta Delgada	Dissolvida
23	EIMRAM - Investimentos e Serviços Intermunicipais	*	Dissolvida
24	ArealDourado - Eventos	Porto Santo	Dissolvida
25	Combanima - Espaços Municipais	Santa Comba Dão	Dissolvida
26	PEC-TSM - Parque Empresarial da Cortiça	Santa Maria da Feira	Dissolvida
27	EMCR - Empresa Municipal de Cultura e Recreio	Seia	Dissolvida
28	Vougapark - Parque Tecnológico e de Inovação	Sever do Vouga	Dissolvida
29	Monteges - Gestão de Equipamentos Sociais	Sobral de Monte Agraço	Dissolvida
30	EPMAR - Águas Públicas e Resíduos	Vieira do Minho	Dissolvida
31	Vieira Cultura e Turismo	Vieira do Minho	Dissolvida
32	Fozcoactiva - Gestão Equipamentos Desportivos e Culturais	Vila Nova de Foz Côa	Dissolvida
33	Gaianima	Vila Nova de Gaia	Dissolvida
34	CULTURVAL - Gestão de Equip Culturais de Vila Real	Vila Real	Dissolvida
35	Proviver	Vila Verde	Dissolvida
36	Turimontesinho – EM de Promoção Turística	Vinhais	Dissolvida
37	Mercado Municipal de Faro	Faro	Fusão com a AmbiFaro
38	Hortaludus - Gestão e Exploração de Equipamentos	Horta	Fusão com Urbhorta
39	Futurlagos - Desenvolvimento	Lagos	Fusão com Lagos em forma
40	Resialentejo – Tratamento e Valorização de Resíduos	**	Sem informação
41	Coimbra Inovação Parque - Parque de Inovação em Ciência em Tecnologia, Saúde	Coimbra	Sem informação
42	Urbhorta - Construção, Gestão e Exploração de Projectos de Desenv. Empresarial	Horta	Sem informação
43	Lamego Convida - Gestão de Equipamentos Municipais	Lamego	Sem informação
44	EMEL- Empresa Pública Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa	Lisboa	Sem informação
45	Madalenagir	Madalena	Sem informação
46	AIN - Agro-Indústria do Nordeste	Mirandela	Sem informação
47	LEMO Laboratório de Ensaios de Materiais de Obras	Oeiras, Cascais	Sem informação
48	Porto Santo Verde - Resíduos Sólidos e Limpeza	Porto Santo	Sem informação
49	Espaço Povoação – Emp. Mun. Atividades Desportivas, Recreativas e Turísticas	Povoação	Sem informação
50	Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira	Santa Maria da Feira	Sem informação
51	Empresa de Transportes Colectivos Stª Maria	Vila do Porto	Sem informação
52	Atlântico Vila	Vila Franca do Campo	Sem informação

* Porto Moniz, São Vicente, Santana, Porto Santo, Machico, Santa Cruz, Funchal, Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol, Calheta.

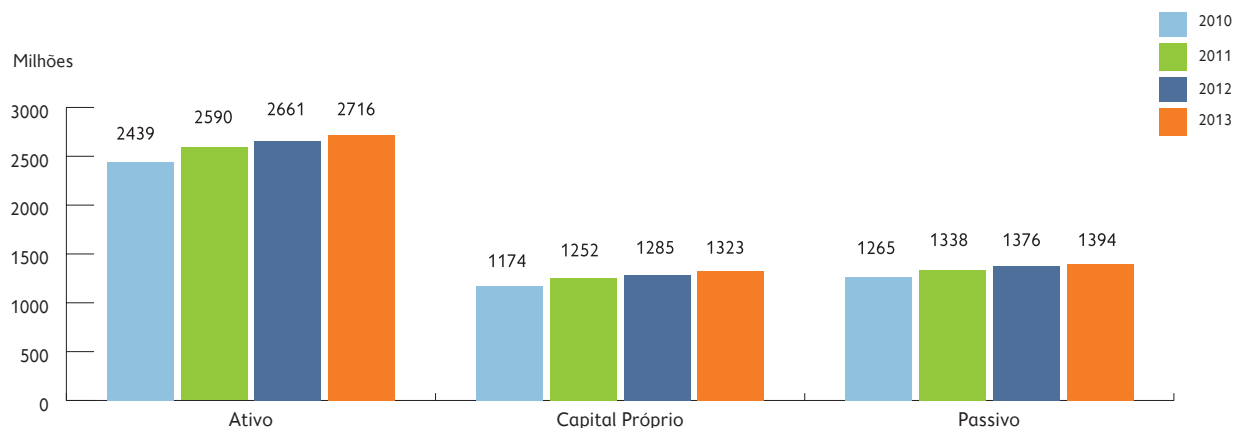
** Almodôvar, Barrancos, Beja, Castro Verde, Mértola, Moura, Ourique e Serpa.

4.2.1. Balanço Global das Entidades do SEL: Entidades Empresariais (EEL's) e Empresas Municipais (EM's)

O Gráfico 4.11 apresenta o volume total dos principais agregados do Balanço Global das 220 entidades do SEL, das quais foi possível recolher as contas dos quatro anos em análise, verificando-se, em

2013, um aumento no ativo na ordem dos 277M€, relativamente a 2012 (de 2012 para 2013 o aumento foi 55M€) que se repercutiu no aumento do capital próprio agregado, na ordem dos 148M€ (37M€ de 2012 para 2013), e no aumento do passivo que cresceu 128,7M€ de 2010 para 2013 (18M€ de 2012 para 2013).

Gráfico 4.11 – Evolução dos grandes agregados do Balanço



Quadro 4.15 – Ativo, Passivo e Capital Próprio das 225 entidades do SEL em 2013

Unidade: milhões de euros

Componentes do Ativo	2013 (225)	
	Valor	%
Ativo não corrente	2.075,0	75%
Ativo corrente	681,4	25%
Total Ativo	2.756,4	--
Passivo não corrente (médio e longo prazo)	710,3	51%
Passivo corrente (curto prazo)	693,1	49%
Total Passivo	1.403,4	51%
Capital Próprio	1.353,0	49%
Capital Próprio + Passivo	2.756,4	--

A totalidade das 225 entidades do SEL apresenta em 2013, conforme Quadro 4.15, um ativo global de aproximadamente 2.756,4M€, constituído em 75% por ativos não correntes. O passivo, que atinge 51% do ativo

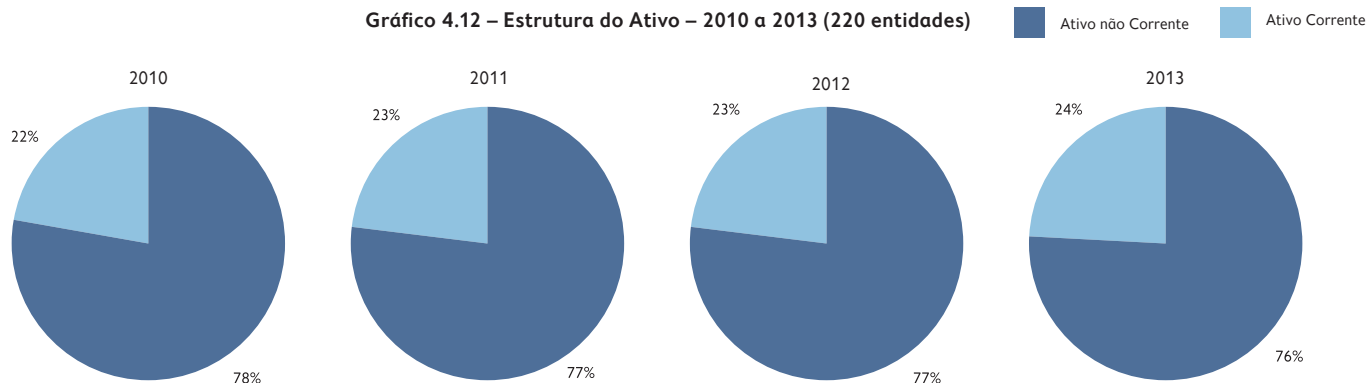
para a globalidade do SEL, é constituído por elementos correntes e não correntes de uma forma quase equitativa, com uma ligeira preponderância do passivo não corrente que atinge 51% do total do passivo.

4.2.1.1. Estrutura e Evolução do Ativo

Os gráficos a seguir apresentados esquematizam o peso no ativo total, do ativo corrente e do ativo não corrente não se verificando alterações relevantes nos respetivos valores nos quatro anos em análise. Efetivamente o **ativo não corrente** (ativo fixo, nomeadamente imobilizado) apenas diminuiu a sua relevância em 1 pon-

to percentual de 2010 para 2011 e novamente de 2012 para 2013, passando a representar 76% do ativo total, em detrimento do **ativo corrente** que ganhou peso equivalente, passando a representar 24% do mesmo ativo total. Quantitativamente, ambos passivo não corrente e passivo corrente aumentaram 8,7% (+166,2M€) e + 20,6% (110,6M€), respetivamente, de 2010 a 2013.

Gráfico 4.12 – Estrutura do Ativo – 2010 a 2013 (220 entidades)



No Quadro 4.16 apresenta-se a estrutura do **ativo não corrente** para a totalidade das 220 entidades empresariais, a comparação das respetivas componentes do Balanço e as variações estruturais mais relevantes, entre 2010, 2011, 2012 e 2013.

Quadro 4.16 – Evolução do ACTIVO NÃO CORRENTE das Entidades Empresariais, em 2010, 2011, 2012 e 2013

Unidade: milhões de euros

Componentes do Ativo não Corrente	2010		2011		2012		2013		Variação 2012-2013
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
Ativos Fixos Tangíveis	1.473,13	77,4%	1.544,91	77,6%	1.512,97	74,1%	1.506,80	72,8%	-0,4%
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	20,81	1,1%	0,06	0,0%	14,54	0,7%	3,29	0,2%	-77,4%
Propriedades de Investimento	144,71	7,6%	153,51	7,7%	179,26	8,8%	219,36	10,6%	22,4%
Goodwill	0,00	0,0%	0,03	0,0%	0,03	0,0%	0,01	0,0%	-54,7%
Ativos Intangíveis	206,75	10,9%	225,45	11,3%	250,34	12,3%	248,44	12,0%	-0,8%
Ativos Biológicos	0,07	0,0%	0,17	0,0%	0,20	0,0%	0,36	0,0%	75,1%
Participações Financeiras – MEP	26,34	1,4%	30,44	1,5%	37,21	1,8%	28,54	1,4%	-23,3%
Participações Financeiras – Outros	3,51	0,2%	1,22	0,1%	1,46	0,1%	0,52	0,0%	-64,2%
Acionistas/Sócios	11,24	0,6%	0,69	0,0%	10,38	0,5%	0,00	0,0%	-100,0%
Outros Ativos Financeiros	7,83	0,4%	10,66	0,5%	29,94	1,5%	42,01	2,0%	40,3%
Ativos por Impostos Diferidos	5,45	0,3%	5,61	0,3%	5,44	0,3%	6,39	0,3%	17,3%
Outras Contas a Receber	3,55	0,2%	18,48	0,9%	0,21	0,0%	13,86	0,7%	6595,3%
Total do ativo não corrente	1.903,38	100%	1.991,23	100%	2.041,98	100%	2.069,58	100%	1,4%

Da análise do quadro acima conclui-se o seguinte sobre a constituição e evolução do **ativo não corrente** das entidades constituintes do SEL:

- Em 2013, 72,8% do ativo não corrente era constituído por **ativos fixos tangíveis**, no total de 1.506M€. Este valor representou um decréscimo de 0,4% (-6,2M€) em relação a 2012 (aumentou 71,8M€

(+4,9%) de 2010 para 2011 e diminuiu 31,9M€ (-2,1%) de 2011 para 2012). Mais se releva o facto de sete empresas municipais compreenderem 41,4% do valor dos ativos fixos tangíveis, apresentando valores superiores a 50M€. A entidade que apresenta maior valor em ativos fixos tangíveis é a CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, EM, com 125,9M€ (ver Quadro 4.17).

Quadro 4.17 – Entidades que apresentam valores no “Ativos Fixos Tangíveis” superiores a 50M€ em 2013

Unidade: euros

Entidade	Município	Ativos Fixos Tangíveis
CMPEA - Águas do Porto	Porto	124.954.002
Águas e Parque Biológico de Gaia	Vila Nova de Gaia	118.892.736
AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	112.944.493
Águas do Ribatejo	*	74.503.950
Águas de Santarém	Santarém	64.520.703
ICOVI - Infraestruturas e Concessões	Covilhã	64.444.985
AC Aguas de Coimbra	Coimbra	64.033.037

* Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Salvaterra de Magos e Torres Novas.

- Com um peso de 12% no total dos ativo não corrente, os **ativos intangíveis** diminuíram 0,8% em 2013 (-1,9M€) depois aumentado gradualmente de 2010 a 2012 num total de 14,6 milhões de euros (21%). Quatro entidades empresariais absorvem 94,2% do total dos ativos intangíveis, num universo de 107 entidades com ativos intan-

gíveis, sendo de anotar os valores registados na empresa TRATOLIXO - Tratamento de resíduos sólidos, EIM, de 184,4M€ (ver Quadro 4.18). Anote-se, ainda, que foi também esta empresa que apresentou maior diminuição de valor neste item, em 2013, com -1,8M€ face ao ano anterior.

Quadro 4.18 – Entidades que apresentam valores no “Ativo Intangível” superiores a 20M€ em 2013

Unidade: euros

Entidade	Município	Ativos Intangíveis
TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos	Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra	184.377.528
Águas e Parque Biológico de Gaia	Vila Nova de Gaia	20.733.418
VRSA, Sociedade de Gestão Urbana	Vila Real de Santo António	20.025.671
Giatal - Gestão de Infra-Estruturas em Atividades Turísticas	Mafra	9.012.308

- Outros ativos não correntes com um peso significativo no total do ativo não corrente (10,6%) e que apresentaram o maior aumento quantitativo em 2013 são as “**propriedades de investimento**”, com +40,1 milhões de euros (+22,4%). Em 2012, a evolução deste ativo foi de +16,8% (+25,7M€) e de + 6,1% (+8,8M€) em 2011.

Dadas as repercussões que poderá ter na situação económico-financeira do setor, a constituição, por via indireta, de um subsidiário SEL, nomeadamente a criação de outras empresas por parte das entidades empresariais locais, apresenta-se a listagem das empresas locais com participações financeiras pelo método de equivalência patrimonial.

Quadro 4.19 – Entidades com “Participações Financeiras – MEP (Método de Equivalência Patrimonial)” em 2013

Unidade: euros

Entidade	Município	Participações Financeiras – MEP
1 AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	12.715.371
2 EHATB - Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso	*	5.819.213
3 ICOVI - Infraestruturas e Concessões	Covilhã	4.576.871
4 AMBILITAL - INVESTIMENTOS AMBIENTAIS NO ALENTEJO	**	1.895.000
5 Fozcoainvest - Energia, Turismo e Serviços	Vila Nova de Foz Côa	1.554.173
6 Coliseu Micaelense - Soc. Prom. Eventos Culturais	Ponta Delgada	536.773
7 Cascais Dinâmica-Gestão, Economia, Empreendedorismo	Cascais	390.460
8 Trofa Park - Reabilitação Urbana, Desenvolvimento Económico e Inovação	Trofa	230.000
9 Ribeira Grande Mais - Habitação Social, Requalificação Urbana e Ambiental	Ribeira Grande	210.833
10 Vila Solidária - Empresa Municipal de Habitação Social	Vila Franca do Campo	204.884
11 Velasfuturo - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos Económicos e Lazer	Velas	149.168
12 TEGEC - Gestão de Equipamentos Culturais e de Lazer	Trancoso	71.999
13 EML – Urbanização Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social de Lagoa	Lagoa (R.A.A)	59.870
14 HSN - Habitação Social do Concelho de Nordeste	Nordeste	56.663
15 Rumo 2020	Cartaxo	40.626
16 Praia em Movimento	Vila da Praia da Vitória	24.756
17 ECALMA - Estacionamento e Circulação	Almada	998
Total		28.537.659

* Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar.

** Alcácer do Sal, Aljustrel, Ferreira do Alentejo, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines.

Pelas mesmas razões apresenta-se a lista das entidades empresariais locais que subscreveram participações financeiras, que repre-

sentam participações de capital em entidades que não são nem subsidiárias nem associadas ou em empreendimentos conjuntos.

Quadro 4.20 – Entidades com “Outras Participações Financeiras” em 2013

Unidade: euros

	Entidade	Município	Outras Participações Financeiras
1	AVEPARK - Parque de Ciência e Tecnologia	Guimarães	271.100
2	Parkurbis, Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã	Covilhã	89.170
3	TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia	Maia	50.000
4	Penafiel Activa	Penafiel	50.000
5	Trofa Park - Reabilitação Urbana, Desenvolvimento Económico e Inovação	Trofa	25.000
6	Logica - Sociedade Gestora do Tecnológico	Moura	10.350
7	Proençatur - Empresa de Turismo	Proença-a-Nova	10.000
8	EDEAF-Empresa Municipal de Desenvolvimento	Alfândega da Fé	5.700
9	Academia de Artes da Maia - Produções Culturais	Maia	5.000
10	Resíduos do Nordeste	*	3.750
11	WRC - Agência de Desenvolvimento Regional	**	1.000
12	Matadouro Regional de Mafra	Mafra	1.000
13	TERNISA - Termas da Fadagosa de Nisa	Nisa	500
14	EPAVE - Escola Profissional do Alto Ave	Póvoa de Lanhoso	500
15	ESPROSER - Escola Profissional	Sernancelhe	500
16	Fozcoainvest - Energia, Turismo e Serviços	Vila Nova de Foz Côa	275
17	ENASEL - Turismo e Cinegética	Sousel	250
18	Águas do Ribatejo	***	55
19	FAGAR - Faro Gestão de Aguas e Resíduos	Faro	7
		Total	1.624.365

* Alfândega da Fé, Bragança, Carraceda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Vimioso e Vinhais.

** Batalha, Covilhã, Guarda, Mealhada, Sertã, Albergaria-a-Velha, Almeida, Alvaiázere, Anadia, Arganil, Belmonte, Cantanhede, Castanheira de Pêra, Castelo Branco, Celorico da Beira, Coimbra, Figueira da Foz, Figueira de Castelo Rodrigo, Góis, Manteigas, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Oliveira do Bairro, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Pedrogão Grande, Penacova, Penalva do Castelo, Penela, Porto de Mós, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sever do Vouga, Soure, Tábua, Vila de Rei, Vila Nova de Poiares e Viseu.

** Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Salvaterra de Magos e Torres Novas.

• O ativo não corrente “**acionistas/sócios**”, que traduz a dívida dos municípios ao sector empresarial local por via da não realização das suas obrigações enquanto acionistas ou sócios, apresenta uma diminuição de 100% de 2012 para 2013 (10,4M€). Considerando quem em 2012 apenas 2 empresas apresentaram montante deste ativo, nomeadamente Portimão Urbis SGRU - Sociedade de Gestão e Re-

abilitação Urbana E.M., S.A., e PEB - Empresa Parque de Exposições de Braga, esta diminuição foi quase totalmente da responsabilidade da primeira, que apresentou um valor de 9,9 milhões de euros em 2012 contra 0€ em 2013. O quadro seguinte revela a lista das entidades empresariais que demonstram créditos sobre acionistas nos anos de 2010 a 2013.

Quadro 4.21 – Entidades com valores inscritos na rubrica “Acionistas/Sócios” entre 2010 e 2013

Unidade: euros

Entidade	Município	Acionistas/ Sócios			
		2010	2011	2012	2013
Portimão Urbis SGRU - Soc. de Gestão e Reabilit. Urbana E.M., S.A.	Portimão	10.352.684	0	9.920.184	0
PEB - Empresa Parque de Exposições de Braga, EM	Braga	884.031	674.031	464.031	0
Nazaré Qualifica, EM	Nazaré	0	20.941	0	0
VFC Empreendimentos - EM de Activ. Desp., Recreativas e Tur., EM	Vila Franca do Campo	800	0	0	0
Total		11.237.514	694.972	10.384.214	0

• Considera-se ainda relevante referir o aumento de 40,3% (+12,1M€) verificado em **outros ativos financeiros**, reconhecidos, essencialmente, como “*outras aplicações financeiras*”. Nesta rubrica incluem-se as quantias de ativos classificáveis como financeiros nos termos da NCRF 27 - *Instrumentos financeiros*, com carácter não corrente e que não sejam incluídas noutras rubricas do ativo não corrente, de acordo com as disposições inscritas no documento “*Modelos de Demonstrações Financeiras - Observações e Ligação às*

NCRF”, como sejam investimentos financeiros que não correspondam a participações financeiras ou dívidas a receber cuja realização se espera que ocorra em momento que exceda 12 meses após a data do balanço, por exemplo. Apresenta-se a lista das empresas que contribuíram para este aumento, sendo de relevar a influência das empresas BRAVAL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, e Cidade em Acção - Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Equipamentos Urbanos.

Quadro 4.22 – Entidades com valores inscritos na rubrica “Outros ativos financeiros” em 2013

Unidade: euros

	Entidade	Município	Outros Ativos Financeiros 2013
1	BRAVAL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos	*	18.002.216
2	Cidade em Acção - Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Equipamentos Urbanos	Ponta Delgada	14.215.746
3	Velasfuturo - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos Económicos e Lazer	Velas	4.392.047
4	Fozcoinvest - Energia, Turismo e Serviços	Vila Nova de Foz Côa	2.380.802
5	Ecolezíria - Tratamento de Resíduos Sólidos	**	1.500.744
6	Infraquinta - Empresa de Infra-Estruturas	Loulé	700.030
7	Óbidos Criativa	Óbidos	696.613

	Entidade	Município	Outros Ativos Financeiros 2013
8	Cascais Dinâmica-Gestão, Economia, Empreendedorismo	Cascais	271.786
9	BRAGAHABIT - Habitação	Braga	235.790
10	Resíduos do Nordeste	***	218.143
11	EMDB - Empresa Municipal de Desportos	Barcelos	27.316
12	Águas e Parque Biológico de Gaia	Vila Nova de Gaia	17.794
13	EMEC - Empresa Municipal de Educação e Cultura	Barcelos	16.023
14	PFR Invest - Gestão Urbana	Paços de Ferreira	14.763
15	AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	10.072
16	CMPEA - Águas do Porto	Porto	2.500
17	EMSUAS - Serviços Urbanos de Alcácer do Sal	Alcácer do Sal	500
18	Alfandegatur - Empresa de Desenvolvimento Turístico	Alfândega da Fé	500
19	GEMC - Gestão de Equipamentos do Município de Chaves	Chaves	500
20	Viverfundão - Promoção e Gestão das Condições Estruturais e Infraestruturais	Fundão	500
21	Tavira Verde – Ambiente	Tavira	500
22	NOVBAESURIS - Empresa Municipal de Gestão e Reabilitação Urbana	Castro Marim	250
23	EPF - Ensino Profissional de Felgueiras, Lda.	Felgueiras	150
24	AMBIOLHÃO-Empresa Municipal de Ambiente de Olhão	Olhão	95
25	DESMOR - Gestão Desportiva de Rio Maior	Rio Maior	72
26	INOVA - Emp. de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede	Cantanhede	44
27	Pmugest - Pombal Manutenção Urbana	Pombal	36
28	Gaiurb - Urbanismo e Habitação	Vila Nova de Gaia	25
29	Teatro Circo de Braga	Braga	25
30	EMAFEL - Ambiente de Felgueiras	Felgueiras	19
31	MUSAMI - Operações Municipais do Ambiente	****	18
32	Prazilandia -Turismo e Ambiente	Castanheira de Pêra	18
33	GESAMB - Gestão Ambiental e de Resíduos	*****	10
34	GEBALIS - Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa	Lisboa	7
35	Águas de Santarém	Santarém	6
36	Águas de S. João	São João da Madeira	4
		Total	29.737.786

* Amares, Braga (AGERE), Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro e Vieira do Minho.

** Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Salvaterra de Magos.

*** Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Vimioso e Vinhais.

**** Ribeira Grande, Lagoa (R.A.A.), Vila Franca do Campo.

***** Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas, Vila Viçosa.

• Embora no ativo não corrente não esteja prevista a rubrica “**outras contas a receber**”, no âmbito do SNC as entidades podem admitir valores nesta rubrica sempre que se antecipe um recebimento numa data que ultrapasse os 12 meses a contar da data do balanço. Em 2013 houve uma empresa que considerou créditos sobre terceiros neste agregado do balanço, a Águas e Parque Biológico de Gaia,

EEM, com 13,86M€. Em 2012 esta empresa não apresentou valor nesta rubrica, o que explica o seu aumento significativo.

No Quadro 4.23 apresenta-se a **estrutura do ativo corrente** das 220 entidades empresariais analisadas, a comparação das respetivas componentes do Balanço e as variações estruturais mais relevantes, entre 2010, 2011, 2012 e 2013.

Quadro 4.23 – Evolução do ACTIVO CORRENTE das Entidades Empresariais, em 2010, 2011, 2012 e 2013

Unidade: milhões de euros

Componentes do Ativo Corrente	2010		2011		2012		2013		Varição 2012-2013
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
Inventários	65,11	12,1%	57,12	9,5%	54,77	8,8%	62,47	9,7%	14,1%
Ativos Biológicos	1,21	0,2%	0,04	0,0%	0,09	0,0%	1,00	0,2%	992,6%
Clientes	143,18	26,7%	160,66	26,8%	172,45	27,9%	192,27	29,7%	11,5%
Adiantamentos a fornecedores	4,52	0,8%	2,45	0,4%	6,97	1,1%	7,02	1,1%	0,7%
Estado e outros Entes Públicos	13,92	2,6%	16,90	2,8%	14,19	2,3%	20,34	3,1%	43,3%
Acionistas/Sócios	17,25	3,2%	24,91	4,2%	14,97	2,4%	31,36	4,8%	109,5%
Outras contas a receber	152,30	28,4%	204,53	34,1%	203,82	32,9%	189,85	29,4%	-6,9%
Diferimentos	25,27	4,7%	24,62	4,1%	24,38	3,9%	22,23	3,4%	-8,8%
Ativos Financeiros detidos para negociação	0,00	0,0%	0,02	0,0%	0,001	0,0%	2,79	0,4%	199604,5%
Outros ativos financeiros	0,81	0,2%	0,06	0,0%	0,89	0,1%	1,18	0,2%	31,7%
Ativos não correntes detidos para venda	10,77	2,0%	5,38	0,9%	5,59	0,9%	5,29	0,8%	-5,3%
Caixa e Depósitos Bancários	101,64	19,0%	102,32	17,1%	120,91	19,5%	110,82	17,1%	-8,3%
Total do ativo corrente	535,99	100%	599,01	100%	619,04	100%	646,62	100%	4,5%

Da análise do quadro antecedente conclui-se o seguinte sobre a constituição e evolução do **ativo corrente** da globalidade do SEL:

• O ativo com maior peso no ativo corrente total e com maior variação quantitativa positiva em 2013 foi “**Clientes**”, que traduz os créditos de curto prazo existentes sobre os mesmos. Este ativo, com um peso de 29,7%, aumentou 19,8 M€ de 2012 para 2013, tendo-se

traduzido em termos percentuais num aumento de 11,5%. Em 2012 esta variação tinha sido positiva em +11,8M€ (7,3%) e em +17,5 M€ em 2011 (+12,2%). O quadro seguinte lista as empresas que tiveram variações positivas mais significativas (superiores a 1 milhão de euros) na rubrica de Clientes.

Quadro 4.24 – Entidades Empresariais com maior variação positiva em dívidas de “Clientes”, de 2012 para 2013

Unidade: euros

Entidade	Município	Clientes 2012	Clientes 2013	Diferença
Cascais Próxima	Cascais	5.358.513	12.166.344	6.807.830
EGEAC - Gestão de Equipamentos e Animação Cultural	Lisboa	574.357	6.338.208	5.763.851
EMAC - Empresa de Ambiente	Cascais	9.995.558	14.307.309	4.311.751
VRSA, Sociedade de Gestão Urbana	Vila Real de Santo António	10.538.552	14.137.811	3.599.259
TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos	Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra	7.765.998	10.739.388	2.973.390
ECOBELRÃO - Soc. Trat. de Resíduos Sólidos do Planalto Beirão	*	9.665.873	12.176.068	2.510.195
FAGAR - Faro Gestão de Águas e Resíduos	Faro	6.064.715	7.788.609	1.723.894
Cascais Dinâmica-Gestão, Economia, Empreendedorismo	Cascais	2.335.732	3.708.177	1.372.445
Portimão Urbis SGRU - Soc. de Gestão e Reabilitação Urbana	Portimão	20.575.004	21.855.400	1.280.397
Giatal - Gestão de Infra-Estruturas em Atividades Turísticas	Mafra	137.630	1.327.434	1.189.804

* Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Gouveia, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Penafiel do Castelo, S. Pedro do Sul, Santa Comba Dão, Sátão, Seia, Tábua, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela

• O decréscimo dos créditos registados em **outras contas a receber**, no montante de -14M€ (-6,9%), apesar de relativamente significativo, não resultou numa diminuição do ativo corrente em 2013, que aumentou 4,5% (+27,6M€) de 2012 para 2013. Este ativo corrente apresentou um decréscimo de 0,7M€ (-0,3%) de 2011 para 2012 e

um aumento de 55,2M€ (+34,3%) de 2010 para 2011. Trata-se de um considerável ativo disponível a curto prazo, cujo peso na estrutura do ativo corrente foi de 29,4% em 2013 (32,9% em 2012, 34,1% em 2011 e 28,4% em 2010). No quadro seguinte apresentam-se as empresas com maior variação negativa (superior a -1M€) nesta rubrica.

Quadro 4.25 – Entidades Empresariais com maior variação negativa em “Outras Contas a Receber”, de 2012 para 2013

Unidade: euros

Entidade	Município	Outras Contas a receber 2012	Outras Contas a receber 2013	Diferença
Águas e Parque Biológico de Gaia	Vila Nova de Gaia	21.947.554	4.054.270	-17.893.284
BRAVAL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos	*	11.230.507	7.988.327	-3.242.180
GESAMB - Gestão Ambiental e de Resíduos	**	11.139.840	8.213.482	-2.926.357
PFR Invest - Gestão Urbana	Paços de Ferreira	10.693.547	7.958.794	-2.734.753
Águas do Ribatejo	***	7.936.287	5.591.330	-2.344.957
HPEM - Higiene Pública	Sintra	5.714.349	3.811.698	-1.902.650
EMEC - Empresa Municipal de Educação e Cultura	Barcelos	3.166.905	1.430.245	-1.736.660
Trofaguas - Serviços Ambientais	Trofa	5.676.922	4.145.973	-1.530.950
Gaiurb - Urbanismo e Habitação	Vila Nova de Gaia	13.819.497	12.313.450	-1.506.047
Trofa Park – Reabilit. Urb., Desenv. Económico e Inovação	Trofa	3.823.346	2.361.808	-1.461.538
AMBIOLHÃO-Empresa Municipal de Ambiente de Olhão	Olhão	5.142.841	3.829.207	-1.313.634
Penafiel Verde - Entidade Empresarial Local	Penafiel	4.081.584	2.797.088	-1.284.495

* Amares, Braga (AGERE), Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro e Vieira do Minho; ** Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas, Vila Viçosa; *** Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Salvaterra de Magos e Torres Novas.

- Pelo peso que tem no total do ativo corrente de 9,7%, releva também apontar para o aumento do valor em **inventários** de 7,7M€ (-2,5%), tendo esta diminuição sido significativamente maior de

2010 para 2011 num total de 30,5M€ (-15,9%). Apresenta-se no quadro 4.26 a listagem das entidades empresariais que registam uma variação negativa em inventários superior a -100 mil euros.

Quadro 4.26 – Entidades Empresariais com maior variação positiva em “Inventários”, de 2012 para 2013

Unidade: euros

Entidade	Município	Inventários 2012	Inventários 2013	Diferença
PERM - Parque Empresarial de Recuperação de Materiais	*	312.663	6.747.663	6.434.999
PFR Invest - Gestão Urbana	Paços de Ferreira	23.733.661	26.295.332	2.561.672
Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana	Lisboa	521.987	928.625	406.638
Águas e Parque Biológico de Gaia	Vila Nova de Gaia	1.186.011	1.354.186	168.175
Resíduos do Nordeste	**	0	150.148	150.148
Cascais Próxima	Cascais	0	116.990	116.990

* Arouca, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Vale de Cambra.

** Alfândega da Fé, Bragança, Carraceda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Vimioso e Vinhais.

- Outros dois ativos correntes que apresentaram aumentos significativos de valor, em 2013, foram os **acionistas/sócios** em +109,5% (+16,4M€) e **Estado e outros Entes Públicos** com +43,3% (+6,1M€). De 2011 para 2012 estes ativos tinham diminuído em -9,9M€ (40%) e em -2,7M€ (16%), respetivamente.
- É ainda de notar o valor das disponibilidades em **Caixa e depósitos bancários**¹⁹⁴ no final do ano económico de 2013, com um peso

de 17,1% no total do ativo corrente de todo o SEL, e com uma diminuição de 8,3% (10,1M€).

- Um dos ativos disponíveis a curto prazo, que interessa relevar face à notoriedade do seu registo no balanço com as alterações introduzidas com o SNC, são os **ativos não correntes detidos para venda**, onde se incluem as quantias líquidas de depreciações e de perdas de imparidade acumuladas, dos ativos classificados como não correntes detidos para venda, nos termos da NCRF 8 (ativos não correntes que a empresa não tem intenção de continuar a deter). O total reconhecido no SEL com esta atribuição foi de 5,3M€ e o seu peso na estrutura do ativo não corrente foi de 0,8% em 2013 (0,9% em 2012, 0,9% em 2011 e 2% em 2010). Pela especificidade desta conta importa apontar as entidades que a movimentam, estando estas identificadas no quadro seguinte.

Quadro 4.27 – Entidades com valores inscritos em “Ativos não correntes detidos para venda” em 2013

Unidade: euros

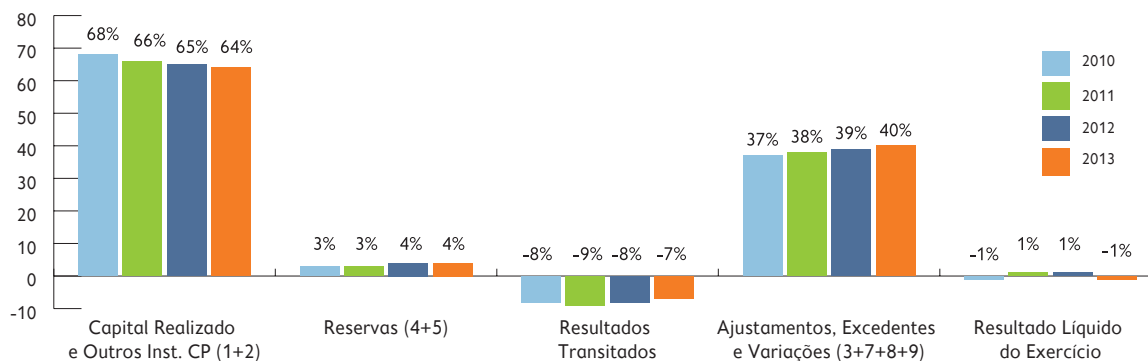
Entidade	Município	Ativos ñ corr. p/ venda 2013
TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia	Maia	5.156.000
AVEPARK - Parque de Ciência e Tecnologia	Guimarães	134.804
Astaq Técnica	Ferreira do Zêzere, Tomar, Ourém	100
Total		5.290.904

4.2.1.2. Estrutura e Evolução do Capital Próprio

O gráfico a seguir apresentado compara as componentes do **Capital Próprio** da totalidade das 220 empresas, constatando-se que a estrutura se mantém sem grande alteração de 2010 a 2013, sendo de realçar o peso elevado das rubricas “Outras variações no capital

próprio” e “Excedentes de revalorização” que, em conjunto, pesam 39%. É de notar uma inversão na tendência do Resultado Líquido do Exercício, para a globalidade do SEL, que em 2011 passou a positivo, tendo diminuído em 2012 mas mantendo-se igualmente positivo, em 2012 voltou a diminuir para valores negativos.

Gráfico 4.13 – Estrutura do Capital Próprio em 2010, 2011, 2012 e 2013



No Quadro 4.28 apresenta-se em detalhe a estrutura do **Capital Próprio** bem como a sua evolução entre 2009, 2010, 2011 e 2012.

Quadro 4.28 – Evolução do Capital Próprio de 2010 para 2013

Unidade: milhões de euros

Componentes do Capital Próprio		2010		2011		2012		2013		Variação 2012-2013
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
1	Capital Realizado	737,75	62,8%	764,07	61,0%	769,13	59,8%	789,10	59,7%	2,6%
2	Outros Instrumentos Capital Próprio	62,36	5,3%	61,84	4,9%	61,83	4,8%	62,16	4,7%	0,5%
3	Prémios de Emissão	0,94	0,1%	1,16	0,1%	1,16	0,1%	1,16	0,1%	0,0%
4	Reservas Legais	6,41	0,5%	8,97	0,7%	10,86	0,8%	12,53	0,9%	15,4%
5	Outras Reservas	30,44	2,6%	33,74	2,7%	36,34	2,8%	44,30	3,3%	21,9%
6	Resultados Transitados	-90,30	-7,7%	-107,63	-8,6%	-99,55	-7,7%	-94,32	-7,1%	5,3%
7	Ajustamentos em ativos financeiros	5,29	0,5%	8,89	0,7%	15,62	1,2%	11,02	0,8%	-29,4%
8	Excedentes de Revalorização	57,48	4,9%	37,55	3,0%	31,95	2,5%	22,97	1,7%	-28,1%
9	Outras Variações no Capital Próprio	374,72	31,9%	432,57	34,5%	449,74	35,0%	488,34	36,9%	8,6%
10	Resultado Líquido do Período	-10,65	-0,9%	11,21	0,9%	8,31	0,6%	-14,70	-1,1%	-276,9%
Total do Capital Próprio		1.174,43	100%	1.252,38	100%	1.285,39	100%	1.322,57	100%	2,9%

O quadro acima merece os seguintes comentários:

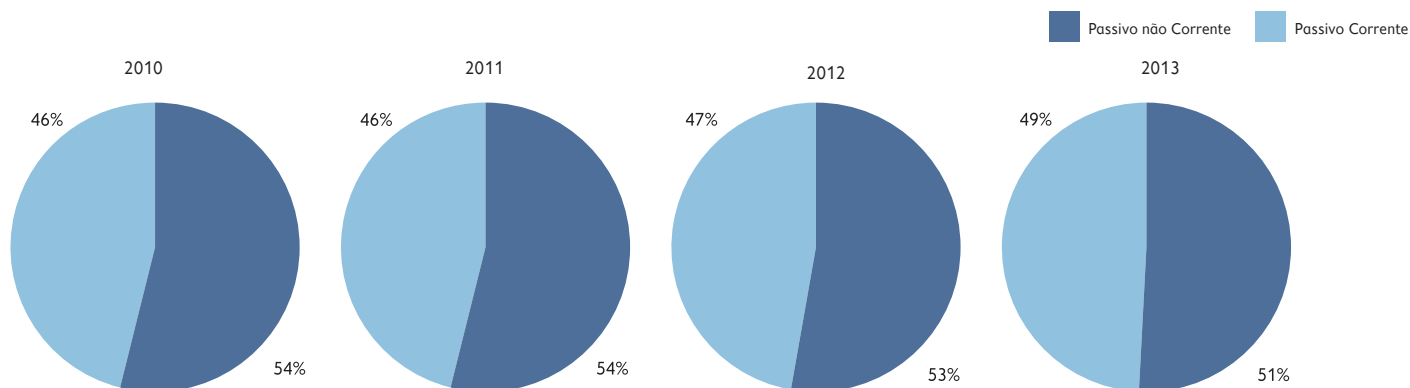
- A adoção do SNC provocou um grande impacto nas rubricas do **Capital Próprio** das entidades do SEL, aumentando de forma significativa os seus capitais próprios, pela inclusão dos subsídios ao investimento atribuídos às empresas nas rubricas respetivas, designadamente em **“outras variações do capital próprio”**, que, pelo POC, eram classificados como proveitos diferidos que, em 2013, atingiram 36,9% do total do Capital Próprio. Inclui ainda, com relevante impacto, os ajustamentos por impostos diferidos. Em termos absolutos, esta componente foi a que apresentou maior variação, com um aumento de 38,6 M€ (+8,6%). As empresas que mais contribuíram para esta variação foram: VRSA, Sociedade de Gestão Urbana, EM SA., com +10,2M€; EDUCA - Gestão e Manutenção de Equipamentos Educativos, EEM com + 7M€; Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana, EM, com +5,7M€; e Águas de Santarém, EM SA., com + 5,3M€.
- Verifica-se um aumento do **“capital realizado”**, de +2,6% (+20M€) de 2012 para 2013, tendo aumentado também 5,05M€ (+0,7%) de 2011 para 2012 e 26,3M€ (+3,6%) de 2010 para 2011. A esta rubrica foi expurgada, em sede de implementação do SNC, do saldo da conta 261 – *Acionistas c/ subscrição* ou 262 – *Quotas não liberadas*. Deste modo, esta rubrica de Capital Próprio evidencia apenas o valor do capital subscrito e realizado, contrariamente ao que acontecia no POC.

- Em termos relativos, depois do resultado líquido, a componente **“Ajustamentos em ativos financeiros”** foi a que apresentou maior variação, ao diminuir 29,4%, apresentando em termos absolutos uma redução 4,6 milhões de euros.
- Outra rubrica do Capital Próprio a relevar é a de **“Reservas Legais”** que aumentou 15,4% (+1,7 M€), em 2013. Em 2012 e 2011 este acréscimo tinha sido de 1,9M€ e de 2,6M€, respetivamente.
- O **“Resultado Líquido do Período”** registou a maior variação negativa relativa e absoluta, com uma redução de -276,9%, isto é, de -23M€, passando a totalizar -14,7 M€ quando em 2012 tinha registado um total positivo de 8,3M€.

4.2.1.3. Estrutura e Evolução do Passivo

- Os gráficos seguintes apresentam o peso do passivo corrente e não corrente no passivo total, não se verificando alterações relevantes nos respetivos valores nos anos em análise. De 2010 a 2013 o **passivo não corrente** diminuiu de relevância em 3 pontos percentuais, assumindo um peso de 51%, a favor do **passivo corrente** que ganhou peso equivalente no mesmo período, passando de 46% para 49%. Esta variação de peso de 2010 para 2013 reflete a simultaneidade de duas situações: o aumento do passivo corrente em 19% traduzido em +109,8M€, e o aumento bastante inferior do passivo não corrente em 2,7% (+18,8M€).

Gráfico 4.14 – Estrutura do Passivo – 2010 a 2013 (220 entidades)



No Quadro 4.29 apresenta-se a estrutura do **passivo não corrente** das 220 entidades do SEL analisadas, a comparação das respetivas componentes do Balanço e as variações estruturais mais relevantes, entre 2010, 2011, 2012 e 2013.

Quadro 4.29 – Evolução do PASSIVO NÃO CORRENTE (médio e longo prazo) das Entidades Empresariais, em 2010, 2011, 2012 e 2013

Unidade: milhões de euros

Componentes do Passivo não Corrente	2010		2011		2012		2013		Variação 2012-2013
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
Fornecedores	0,57	0,1%	0,00	0,0%	7,84	1,1%	0,40	0,1%	-94,9%
Provisões	30,98	4,5%	28,75	4,0%	35,14	4,8%	30,08	4,3%	-14,4%
Financiamentos obtidos	513,38	74,6%	523,43	71,9%	487,26	67,2%	502,92	71,1%	3,2%
Acionistas/ Sócios	10,16	1,5%	0,00	0,0%	10,22	1,4%	9,00	1,3%	-11,9%
Estado e outros Entes Públicos	0,40	0,1%	0,00	0,0%	0,03	0,0%	0,13	0,0%	285,1%
Passivos por Impostos Diferidos	85,70	12,4%	95,96	13,2%	116,22	16,0%	59,83	8,5%	-48,5%
Outras Contas a Pagar	47,20	6,9%	61,00	8,4%	68,21	9,4%	104,88	14,8%	53,8%
Diferimentos*	0,00	0,0%	18,48	2,5%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	--
Total do passivo não corrente	688,39	100%	727,62	100%	724,92	100%	707,23	100%	-2,4%

* O montante apresentado em 2011 nesta rubrica é relativo apenas à empresa Águas e Parque Biológico de Gaia, EEM.

Da análise do quadro antecedente sobre a constituição e evolução do **passivo não corrente** do SEL, conclui-se que, em 2013, 71,1% do passivo não corrente era constituído por **financiamentos obtidos**, no total de 502,9M€. Este valor representou um aumento de 15,7M€ (+3,2%) em relação a 2012, uma diminuição de 36,2M€ (+6,9%) de 2011 para 2012, e um aumento de 10,1M€ (+2%) de 2010 para 2011.

Anota-se que 44 empresas apresentam dívidas de médio e longo prazo a outros credores que não os bancos, e 150 entidades empresariais aumentaram em 2013 o saldo de financiamentos obtidos. No Quadro 4.30 listam-se as entidades com maior aumento de empréstimos de médio e longo prazo.

Quadro 4.30 – Entidades que aumentaram os financiamentos obtidos de MLP entre 2012 e 2013

Unidade: euros

Entidade	Município	Financ. obtidos 2012	Financ. obtidos 2013	Diferença
1 Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana	Lisboa	5.000.000	10.702.500	5.702.500
2 Viverfundão - Promo. e Gestão Condições Estruturais e Infraestruturais	Fundão	0	4.509.700	4.509.700
3 TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia	Maia	77.913	4.198.730	4.120.817
4 Figueira Domus - Gestão de Habitação	Figueira da Foz	6.941.601	11.004.895	4.063.294
5 ADC - Aguas da Covilhã	Covilhã	2.000.000	6.039.676	4.039.676
6 EMAC - Empresa de Ambiente	Cascais	2.206.659	5.960.272	3.753.613
7 AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	43.543.874	46.703.650	3.159.775
8 GESAMB - Gestão Ambiental e de Resíduos	*	3.204.487	6.211.189	3.006.702
9 ICOVI - Infraestruturas e Concessões	Covilhã	685.848	3.360.811	2.674.964
10 FAGAR - Faro Gestão de Aguas e Resíduos	Faro	1.750.000	4.250.000	2.500.000
11 PERM - Parque Empresarial de Recuperação de Materiais	**	0	2.497.508	2.497.508
12 Praia Ambiente	Vila Praia da Vitória	3.407.595	4.778.343	1.370.748
13 Interminho - Sociedade Gestora de Parques Empresariais	Valença	0	1.035.716	1.035.716
14 EMAS - Água e Saneamento	Beja	991.542	1.838.189	846.647
15 Giatul - Gestão de Infra-Estruturas em Atividades Turísticas	Mafra	5.635.128	6.256.938	621.809
16 Águas e Parque Biológico de Gaia	Vila Nova de Gaia	22.428.035	23.040.113	612.078
17 Águas de S. João	São João da Madeira	1.236.250	1.600.965	364.715
18 Penafiel Verde - Entidade Empresarial Local	Penafiel	3.608.600	3.912.475	303.875
19 MoveAveiro - Empresa Municipal de Mobilidade	Aveiro	112.055	386.199	274.144
20 Nova Covilhã, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana	Covilhã	2.150.000	2.419.048	269.048
21 EHATB - Empreendimentos Hidrelétricos do Alto Tâmega e Barroso	***	4.293.999	4.511.435	217.436
22 Proençatur - Empresa de Turismo	Proença-a-Nova	160.670	289.205	128.536
23 Matosinhoshabit - Habitação de Matosinhos	Matosinhos	138.076	260.355	122.280
24 EMPET - Parques Empresariais	Tavira	4.380.176	4.487.114	106.939
25 Vitrus Ambiente	Guimarães	8.993	110.014	101.021
26 ESPROSER - Escola Profissional	Sernancelhe	33.522	114.156	80.634
27 Parques Tejo - Parqueamentos de Oeiras	Oeiras	0	71.223	71.223
28 Azores Parque	Ponta Delgada	10.523.571	10.571.841	48.270
29 Promotorres - Promoção de Eventos e Gestão de Equipamentos	Torres Vedras	0	21.757	21.757

* Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas, Vila Viçosa.

** Arouca, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Vale de Cambra.

*** Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar

Por sua vez os decréscimos verificados, em **passivos por impostos diferidos, fornecedores, provisões e acionistas/sócios** respetivamente em -56,4M€ (-48,5%), -7,4M€ (-94,9%), -5,1M€ (-14,4%) e -1,2M€ (-11,9%), agregados foram superiores ao aumento de 36,7M€ de **outras contas a pagar** e de 15,7M€ de financiamentos obtidos, e conseqüentemente determinantes para a diminuição total

do passivo não corrente de 17,7M€ (-2,4%), em 2013.

No Quadro 4.31 apresenta-se a estrutura do **passivo corrente** das 220 entidades empresariais com contas analisadas neste período, a comparação das respetivas componentes do Balanço e as variações estruturais mais relevantes, entre 2010, 2011, 2012 e 2013.

Quadro 4.31 – Evolução do PASSIVO CORRENTE das Entidades Empresariais, em 2010, 2011, 2012 e 2013

Unidade: milhões de euros

Componentes do Passivo Corrente	2010		2011		2012		2013		Variação 2012-2013
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
Fornecedores	164,85	28,6%	172,25	28,2%	175,24	26,9%	180,66	26,3%	3,1%
Adiantamentos de Clientes	5,28	0,9%	3,28	0,5%	4,65	0,7%	3,82	0,6%	-17,8%
Estado e outros entes públicos	13,26	2,3%	14,98	2,5%	18,53	2,8%	18,13	2,6%	-2,2%
Acionistas/ Sócios	6,60	1,1%	12,81	2,1%	17,67	2,7%	7,53	1,1%	-57,4%
Financiamentos Obtidos *	159,48	27,7%	167,79	27,5%	193,43	29,7%	203,30	29,6%	5,1%
Outras contas a pagar	178,86	31,0%	187,66	30,8%	173,03	26,6%	196,94	28,7%	13,8%
Diferimentos	48,08	8,3%	51,15	8,4%	67,83	10,4%	73,37	10,7%	8,2%
Outros passivos financeiros	0,13	0,0%	0,31	0,1%	0,34	0,1%	2,65	0,4%	687,3%
Total do passivo corrente	576,55	100%	610,23	100%	650,71	100%	686,40	100%	5%

* Com o SNC, esta rubrica engloba o valor das rendas vincendas num período inferior a um ano.

Da análise do quadro antecedente conclui-se o seguinte sobre a constituição e evolução do **passivo corrente** do SEL, ou seja as dívidas a pagar a curto prazo:

- Contribuíram em maior parte para o aumento do passivo corrente de 2012 para 2013 o acréscimo de valor das seguintes rubricas: **outras contas a pagar** em +23,9M€ (+13,8%); **financiamentos obtidos** em +9,9M€ (+5,1%); **diferimentos** em +5,5M€ (+8,2%) e **fornecedores** em +5,4M€ (+3,1%).

- As componentes com maior peso no passivo corrente em 2013 foram: **financiamentos obtidos** com um impacto de 29,6%; **outras contas a pagar** com o peso de 28,7%; e **fornecedores** com um peso de 26,3%.

No Quadro 4.32 listam-se as entidades do SEL com maior aumento de empréstimos de curto prazo (financiamentos obtidos correntes).

Apresentam-se também dois Rankings R58 e R59 com a listagem das 35 entidades empresariais com menor passivo exigível e das 35 com maior passivo exigível.

Quadro 4.32 – Entidades com maiores aumentos na rubrica financiamentos obtidos de CP entre 2012 e 2013

Unidade: euros

Entidade	Município	Financ. obtidos 2012	Financ. obtidos 2013	Diferença
1 TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos	Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra	30.461.176	41.375.088	10.913.912
2 Cascais Próxima	Cascais	8.702.904	12.532.919	3.830.016
3 PFR Invest - Gestão Urbana	Paços de Ferreira	1.847.308	5.316.122	3.468.814
4 VRSA, Sociedade de Gestão Urbana	Vila Real de Santo António	3.866.482	6.630.852	2.764.370
5 EGEC - Gestão de Equipamentos e Animação Cultural	Lisboa	1.075.000	2.919.486	1.844.486
6 BRAVAL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos	*	1.548.411	2.978.493	1.430.082
7 Cascais Dinâmica-Gestão, Economia, Empreendedorismo	Cascais	1.029.137	2.262.367	1.233.230
8 Velasfuturo - Gestão Equip. Cultur., Desport. Econ. e Lazer	Velas	48.599	1.000.000	951.401
9 AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	5.606.266	6.402.433	796.167
10 EMEC - Empresa Municipal de Educação e Cultura	Barcelos	743.451	1.220.000	476.549
11 Inframoura - Empresa de Infra-Estruturas	Loulé	372.334	770.737	398.402
12 AVEPARK - Parque de Ciência e Tecnologia	Guimarães	672.408	1.058.900	386.493
13 EHATB – Empreend. Hidroeléctricos Alto Tâmega e Barroso	**	960.801	1.344.775	383.973
14 EMAFEL - Ambiente de Felgueiras	Felgueiras	655	350.000	349.345
15 Gespaços - Gestão de Equipamentos Municipais	Paços de Ferreira	382.091	633.091	251.000
16 Municípalia - Gestão de Equipamentos e Património	Odivelas	80.000	306.000	226.000
17 Quintas de Melgaço	Melgaço	430.088	640.787	210.699
18 EMDB - Empresa Municipal de Desportos	Barcelos	0	191.100	191.100
19 Águas e Parque Biológico de Gaia	Vila Nova de Gaia	26.975.685	27.157.026	181.341
20 Viverfundão – Prom. e Gestão Condições Estrut. e Infraest.	Fundão	175.087	343.088	168.000
21 MMPO - Mercado Municipal de Portalegre	Portalegre	235.019	384.679	149.660
22 Penafiel Activa	Penafiel	230.000	375.000	145.000
23 EPAVE - Escola Profissional do Alto Ave	Póvoa de Lanhoso	0	134.000	134.000
24 Municípalia, SA – Emp. Cartografia e Sistemas de Informação	***	200.901	330.846	129.945
25 Nazare Qualifica	Nazaré	0	128.593	128.593
26 Trofa Park – Reabilit. Urbana, Desenv. Económico e Inov.	Trofa	1.440.680	1.566.349	125.668
27 EPF - Ensino Profissional de Felgueiras, Lda.	Felgueiras	0	108.715	108.715
28 Vitrus Ambiente	Guimarães	5.543	104.064	98.521
29 Qualidade de Basto – Desenv. Tecido Económico Local	Celorico de Basto	377.468	466.683	89.215
30 Termalístur – Termas	São Pedro do Sul	2.057.062	2.143.740	86.678
31 HABITÁGUA - Serviços Domiciliários	Oeiras	2	85.000	84.998
32 DLCCG - Desporto, Lazer e Cultura	Gouveia	0	83.760	83.760
33 Águas de S. João	São João da Madeira	143.750	221.574	77.824
34 Quinta de Tuberais – Ensino Profissional de Cinfães	Cinfães	0	75.000	75.000
35 EML – Urban. Requalific. Urbana e Ambiente e Habit. Social	Lagoa (R.A.A)	44.406	116.186	71.780

* Amares, Braga (AGERE), Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro e Vieira do Minho; ** Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar; *** Abrantes, Aguiar da Beira, Alvaiázere, Arganil, Boticas, Bragança, Cabeceiras de Basto, Carregal do Sal, Cascais, Covilhã, Ferreira do Zêzere, Figueira da Foz, Fundão, Góis, Guarda, Lamego, Leiria, Loulé, Mafra, Maia, Mangualde, Mourão, Oeiras, Olhão, Oliveira do Hospital, Paços de Ferreira, Paredes, Penacova, Penamacor, Ponta Delgada, Ponte da Barca, Portalegre, Portimão, Santa Marta de Penaguião, Santiago do Cacém, São João da Madeira, São Pedro do Sul, Sernancelhe, Sesimbra, Sever do Vouga, Silves, Sines, Sintra, Tavira, Trofa, Vale de Cambra, Vieira do Minho, Vila de Rei, Vila do Conde e Viseu.

R58 – Entidades do SEL com menor Passivo Exigível¹⁹⁵ (dívidas) em 2013

Unidade: euros

	Entidade	Município	Particip.	2010	2011	2012	2013
1	Gaventur Gouveia Aventura e Turismo, SA	Gouveia	63%	0	0	0	0
2	Caça e Turismo de Vimioso	Vimioso	Si	615	3.464	12.125	2.324
3	Terras da Beira Baixa, Soc. Desenv. Agro Industrial de C. Branco	Castelo Branco	90%	--	6.188	6.057	3.711
4	SERPOBRA – Soc. Desenvolvimento Local e Reabilitação Urbana	Serpa	100%	7.299	29.294	58.896	3.932
5	Sociedade Teatral Louletana	Loulé	100%	40.702	357	1.740	5.904
6	ADL Águas de Longroiva - Exploração e Gestão de Águas Termais	Meda	100%	36.706	49.866	53.442	12.955
7	MOBITRAL - Mobílias Tradicionais Alentejanas	Ferreira do Alentejo	87%	17.515	13.734	7.607	19.142
8	Almeida Município – Reabilit. Urbana, Desenv. Econ. e Gest Equip.	Almeida	100%	225.722	127.411	98.434	21.078
9	Gondomar Coração de Ouro	Gondomar	100%	29.961	28.878	24.293	27.211
10	Emp Transp Colectivos Graciosa Lda.	Santa Cruz Graciosa	78%	121.992	117.023	39.490	28.032
11	Merturis – Turismo	Mértola	100%	23.163	15.387	8.628	29.873
12	Terra Cidade	Santana	100%	38.466	24.831	41.373	33.073
13	Vila Solidária - Empresa Municipal de Habitação Social	Vila Franca do Campo	Si	416.809	610.480	25.809	33.182
14	RIBEIRAPERLA – Soc. Desenvolvimento de Castanheira de Pera	Castanheira de Pera	56%	45.164	37.080	37.846	35.303
15	CDN - Gestão e Promoção Parque Empresarial de V.N. Barquinha	Vila Nova Barquinha	100%	33.016	46.375	39.690	35.858
16	Habisolvis - Habitação Social	Viseu	100%	165.219	82.116	30.786	38.404
17	Penaparque 2 - Gestão e Promoção de Equipamentos	Penacova	100%	23.417	17.959	42.198	38.756
18	Marina da Vila - Indústrias de Marinas e Recreio	Vila Franca do Campo	Si	47.524	40.295	28.456	40.404
19	FERIMO - Sociedade Imobiliária	Seixal	100%	25.111	56.338	47.365	47.365
20	CampoMaior XXI	Campo Maior	100%	71.651	64.905	57.671	48.210
21	Habitar S. João - Habitação	São João da Madeira	100%	100.408	75.133	31.321	50.523
22	Fluviário de Mora	Mora	100%	146.946	65.771	65.166	50.881
23	Santa Cruz XXI - Gestão de Equip. Munic. e Prest. Serv.	Santa Cruz	100%	78.570	29.307	41.932	53.572
24	TMF - Teatro Municipal de Faro	Faro	100%	564.601	331.306	132.519	57.383
25	Falcão Cultura, Turismo e Tempos Livres	Pinhel	100%	171.891	178.550	63.132	59.550
26	EMPDS-Promoção e Desenvolvimento Social	Belmonte	100%	50.640	45.226	52.890	62.034
27	Grutas de São Vicente - Madeira	São Vicente	100%	82.410	73.997	61.203	63.635
28	Viver Machico	Machico	100%	--	78.037	85.128	79.937
29	MINHOCOM - Gestão de Infraestruturas de telecomunicações	*	--	1.178.118	149.893	142.152	80.922
30	Vimioso 2003 - Actividades Artesanais e Turísticas de Vimioso	Vimioso	100%	26.723	28.199	33.652	88.214
31	Empresa Metropolitana de Estacionamento	Maia	100%	131.100	105.900	94.228	100.384
32	EMES – Estacionamento	Sintra	100%	83.879	62.836	136.764	101.330
33	ALBIGEC – Emp. Gestão Equip. Culturais, Desportivos e de Lazer	Castelo Branco	100%	82.882	88.656	93.348	102.610
34	WRC - Agência de Desenvolvimento Regional	**	--	56.976	84.074	103.951	104.449
35	Miranda Cultural e Rural	Miranda do Douro	100%	96.830	115.663	97.107	108.421

* Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira;** Batalha, Covilhã, Guarda, Mealhada, Sertã, Albergaria-a-Velha, Almeida, Alvaizere, Anadia, Arganil, Belmonte, Cantanhede, Castanheira de Pêra, Castelo Branco, Celorico da Beira, Coimbra, Figueira da Foz, Figueira de Castelo Rodrigo, Góis, Manteigas, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Oliveira do Bairro, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Pedrogão Grande, Penacova, Penalva do Castelo, Penela, Porto de Mós, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sever do Vouga, Soure, Tábua, Vila de Rei, Vila Nova de Poiares e Viseu.

¹⁹⁵ Passivo exigível = Passivo não corrente + Passivo Corrente – Provisões – Diferimentos – Passivos por Impostos Diferidos

R59 – Entidades do SEL com maior Passivo Exigível (dívidas) em 2013

Unidade: euros

Entidade	Município	Particip.	2010	2011	2012	2013
1 TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos	*	-	151.406.095	165.552.429	185.912.174	188.879.353
2 Águas e Parque Biológico de Gaia	Vila Nova de Gaia	100%	85.373.968	83.460.967	65.713.037	67.330.307
3 VRSA, Sociedade de Gestão Urbana	VR Sto António	100%	52.356.947	51.691.277	57.498.139	66.409.565
4 AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	51%	59.640.996	58.351.445	60.746.777	61.876.966
5 Portimão Urbis SGRU – Soc. de Gestão e Reabilit. Urbana	Portimão	100%	25.445.107	34.547.494	41.833.023	46.050.547
6 Águas do Ribatejo	**	-	26.731.307	31.334.735	32.227.007	43.461.091
7 PFR Invest - Gestão Urbana	Paços de Ferreira	100%	34.759.237	37.451.236	38.981.336	40.522.564
8 Vimágua - Água e Saneamento de Guimarães e Vizela	Guimarães, Vizela	-	30.153.217	31.265.042	29.023.902	31.622.005
9 GEBALIS - Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa	Lisboa	100%	34.705.977	30.568.936	28.943.604	28.630.437
10 AMBIOLHÃO-Empresa Municipal de Ambiente de Olhão	Olhão	100%	9.019.225	23.815.153	26.848.260	25.568.909
11 CMPEA - Águas do Porto	Porto	100%	28.076.085	28.038.103	23.544.675	22.454.550
12 TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia	Maia	51%	19.857.616	20.728.457	21.262.596	22.120.159
13 AC Aguas de Coimbra	Coimbra	100%	24.551.037	20.639.222	17.469.450	19.488.122
14 ADC - Aguas da Covilhã	Covilhã	51%	22.977.570	21.429.496	21.073.818	19.417.366
15 EMAC - Emp. de Ambiente	Cascais	100%	13.096.692	12.205.654	15.027.143	18.590.744
16 EMARP - Águas e Resíduos de Portimão	Portimão	100%	3.034.939	2.829.237	16.512.912	18.184.509
17 Águas de Santarém	Santarém	100%	4.878.388	15.682.117	16.236.615	16.416.390
18 ECOBEIRÃO - Tratamento Resid. Sólidos Planalto Beirão	***	-	11.238.030	10.664.074	13.361.090	15.976.913
19 Cascais Próxima	Cascais	100%	8.043.153	7.545.984	10.186.957	15.144.379
20 Trofaguas - Serviços Ambientais	Trofa	100%	10.307.110	11.966.941	13.224.887	14.967.534
21 Cidade em Ação – Soc. Desenv. e Gestão Equip. Urbanos	Ponta Delgada	100%	16.629.092	15.737.389	15.280.991	14.814.825
22 BRAVAL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos	****	-	6.859.398	9.734.110	10.768.512	14.674.755
23 GESAMB - Gestão Ambiental e de Resíduos	*****	-	830.945	6.331.171	11.252.122	14.469.270
24 Figueira Domus - Gestão de Habitação	Figueira da Foz	100%	16.811.343	15.481.561	14.783.910	14.270.697
25 FAGAR - Faro Gestão de Aguas e Resíduos	Faro	51%	9.846.360	10.557.751	10.883.720	13.809.985
26 Termalístur – Termas	São Pedro do Sul	100%	15.416.275	14.122.707	13.772.067	13.679.356
27 SATU - Oeiras - Sistema Automático de Transporte Urbano	Oeiras	51%	9.424.885	10.206.933	11.094.595	12.453.065
28 HABEVORA - Gestão habitacional	Évora	100%	11.777.471	11.685.845	11.665.591	12.002.527
29 Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana	Lisboa	100%	2.916.442	5.489.691	5.465.316	11.428.699
30 Azores Parque	Ponta Delgada	51%	12.118.355	11.794.120	11.240.057	11.321.777
31 Tavira Verde – Ambiente	Tavira	51%	12.978.482	13.107.319	11.769.592	10.770.431
32 Praia em Movimento	Vila Praia Vitória	100%	10.449.459	12.191.344	11.135.153	10.737.219
33 Resíduos do Nordeste	*****	-	13.305.106	13.866.737	9.020.415	10.474.172
34 Penafiel Verde - Entidade Empresarial Local	Penafiel	100%	4.986.743	9.330.539	6.949.402	9.216.905
35 TUB - Transportes Urbanos	Braga	100%	10.748.221	10.483.382	8.886.453	8.400.116

* Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra; ** Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Salvaterra de Magos e Torres Novas; *** Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Gouveia, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Penalva do Castelo, S. Pedro do Sul, Santa Comba Dão, Sátão, Seia, Tábua, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela; **** Amares, Braga (AGERE), Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro e Vieira do Minho; ***** Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas, Vila Viçosa; ***** Alfândega da Fé, Bragança, Carrizada de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Vimioso e Vinhais.

4.2.2. Endividamento Líquido do Setor Empresarial Local

Neste ponto é analisado o endividamento do SEL de forma autónoma e relacionado com o número de municípios que lhes correspondem.

Os dois quadros abaixo mostram o endividamento líquido das entidades do SEL em relação ao global dos municípios que as tutelam, em 2013, bem como a evolução do valor desse endividamento para os últimos 4 anos.

Quadro 4.33 – Endividamento Líquido das Entidades do SEL e do Global dos Municípios a que correspondem - 2013

Unidade: milhões de euros

		EEL's / EM's (225)	Municípios (218)*
Ativo	Contas a Receber	486,27	997,68
	Meios Financeiros Líquidos + Instrumentos Financeiros detidos para negociação	116,05	708,36
	Total (a)	602,31	1.706,04
Passivo exigível	Contas a Pagar – não correntes	619,59	3.749,25
	Contas a Pagar – correntes	618,94	1.947,60
	Total (b)	1.238,53	5.696,85
Endividamento Líquido (b-a)		636,22	3.990,80

* Nos municípios estão também incluídos os que participam em empresas intermunicipais.

Quadro 4.34 – Evolução do Endividamento Líquido das Entidades Empresariais Autárquicas (220 entidades)

Unidade: milhões de euros

		2010	2011	2012	2013	Variação 12-13
Ativo	Contas a Receber	344,50	427,66	421,85	454,70	32,85
	Meios Financeiros Líquidos + Instrumentos Financeiros detidos para negociação	102,24	101,49	121,08	114,79	-6,29
	Total (a)	446,74	529,15	542,93	569,49	26,56
Passivo exigível	Contas a Pagar – não correntes	565,05	578,73	568,82	617,33	48,51
	Contas a Pagar – correntes	527,17	557,61	580,96	613,03	32,07
	Total (b)	1.092,22	1.136,34	1.149,78	1.230,35	80,58
Endividamento Líquido (b-a)		645,49	607,20	606,85	660,87	54,02

Da informação dos quadros anteriores, pode-se ainda concluir que, em 2013:

- Para o global das 225 entidades analisadas, o endividamento líquido do SEL foi de 636,2M€ e representou 15,9% do endividamento líquido dos municípios que tutelam as respetivas entidades, o qual foi de 3.991M€.
- A dívida de curto prazo do sector empresarial autárquico, no montante de 618,9M€, representou 31,8% da dívida homóloga do total dos municípios de que depende, e a dívida de médio e longo prazo, por sua vez, no valor de 619,6M€, representou 16,5%.
- Na globalidade, o **SEL aumentou o seu endividamento líquido em**

54M€ (+8,9%) em 2013, por via do aumento significativo do seu passivo exigível em 80,6M€ (+7%), e do aumento inferior do total do ativo circulante de 26,56M€ (+4,9%). Em anos anteriores o endividamento diminuiu 38,3M€ (-5,9%) em 2011 e 0,3M€ (-0,1%) em 2012. Da aplicação do processo de cálculo do **endividamento líquido** nos termos da LFL, verificou-se que **94 entidades do sector empresarial autárquico (aproximadamente 43%) não apresentaram endividamento líquido em 2013** (81 em 2010, 86 em 2011 e 95 em 2012). No Quadro 4.35 listam-se estas entidades, identificando-se os municípios a que pertencem.

Quadro 4.35 – Entidades do SEL sem endividamento líquido no final do exercício de 2013

	Entidade	Município	Dimensão
1	EMSUAS - Serviços Urbanos de Alcácer do Sal	Alcácer do Sal	P
2	ECALMA-Estacionamento e Circulação	Almada	G
3	Almeida Município-Reabilitação Urbana, Desenvolvimento Económico e Gestão de Equipamentos	Almeida	P
4	Escola Intercultural das Profissões e do Desporto	Amadora	G
5	TERAMB - Emp. Mun. Gestão e Valoriz. Ambiental Ilha Terceira	Angra do Heroísmo	M
6	IserBatalha - Gestão de Equip. Urb., Cultural e Inserção	Batalha	P
7	BRAGAHABIT - Habitação	Braga	G
8	Teatro Circo de Braga	Braga	G
9	CampoMaior XXI	Campo Maior	P
10	CASCAIS ENVOLVENTE – Gestão Social da Habitação, E.M., S.A	Cascais	G
11	Cascais Próxima	Cascais	G
12	ALBIGEC - Empresa de Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer	Castelo Branco	M
13	Terras da Beira Baixa, Soc. Desenvolvimento Agro Industrial de C. Branco	Castelo Branco	M
14	NOVBAESURIS - Empresa Municipal de Gestão e Reabilitação Urbana	Castro Marim	P
15	Quinta de Tuberais - Ensino Profissional de Cinfães	Cinfães	P
16	PRODESO - Ensino Profissional	Coimbra	G
17	ICOVI - Infraestruturas e Concessões	Covilhã	M
18	Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz	Cuba	P
19	Ambifaro-Agência par o Desenvolvimento Económico de Faro	Faro	M
20	TMF - Teatro Municipal de Faro	Faro	M
21	EPF - Ensino Profissional de Felgueiras, Lda.	Felgueiras	M
22	Figueira Parques - Estacionamento	Figueira da Foz	M
23	Sociohabitafunchal, Empresa Municipal de Habitação	Funchal	G
24	Gondomar Coração de Ouro	Gondomar	G
25	Gaventur Gouveia Aventura e Turismo, SA	Gouveia	P
26	Infratroia – Infraestruturas	Grândola	P
27	CASFIG - Coordenação das Habitações	Guimarães	G
28	Lagos-em-Forma - Gestão Desportiva	Lagos	M
29	GEBALIS - Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa	Lisboa	G
30	Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana	Lisboa	G
31	Infraquinta - Empresa de Infra-Estruturas	Loulé	M
32	Sociedade Teatral Louletana	Loulé	M
33	Loures Parque - Estacionamento	Loures	G
34	Matadouro Regional de Mafra	Mafra	M
35	Empresa Metropolitana de Estacionamento	Maia	G

	Entidade	Município	Dimensão
36	Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património	Maia	G
37	Maiambiente	Maia	G
38	TUMG - Transportes Urbanos	Marinha Grande	M
39	Matosinhohabit - Habitação de Matosinhos	Matosinhos	G
40	ADL Águas de Longroiva - Exploração e Gestão de Águas Termais	Meda	P
41	Melsport - Melgaço Desporto e Lazer	Melgaço	P
42	Merturis – Turismo	Mértola	P
43	Fluviario de Mora	Mora	P
44	Logica - Sociedade Gestora do Tecnológico	Moura	P
45	Nazare Qualifica	Nazaré	P
46	HABITÁGUA - Serviços Domiciliários	Oeiras	G
47	Parques Tejo - Parqueamentos de Oeiras	Oeiras	G
48	Fesnima - Animação de Olhão	Olhão	M
49	Mercados de Olhão	Olhão	M
50	Penaparque 2 - Gestão e Promoção de Equipamentos	Penacova	P
51	Pmugest - Pombal Manutenção Urbana	Pombal	M
52	CMPEA - Águas do Porto	Porto	G
53	DOMUSSOCIAL - Empresa de Habitação e Manutenção	Porto	G
54	Gestão de Obras Públicas da Câmara Municipal do Porto	Porto	G
55	Porto Lazer	Porto	G
56	EPAVE - Escola Profissional do Alto Ave	Póvoa de Lanhoso	M
57	Varzim Lazer	Póvoa de Varzim	M
58	Ribeira Grande Mais - Habitação Social, Requalificação Urbana e Ambiental	Ribeira Grande	M
59	EPRM - Escola Profissional de Rio Maior	Rio Maior	M
60	Sabugal+ - Gestão de Espaços Culturais, Desportivos, Turísticos e de Lazer	Sabugal	P
61	Santa Cruz XXI - Gestão de Equip. Munic. e Prest. Serv.	Santa Cruz	M
62	Emp Transp Colectivos Graciosa Lda.	Santa Cruz da Graciosa	P
63	Terra Cidade	Santana	P
64	Habitar S. João - Habitação	São João da Madeira	M
65	Grutas de São Vicente - Madeira	São Vicente	P
66	FERIMO - Sociedade Imobiliária	Seixal	G
67	ESPROSER - Escola Profissional	Sernancelhe	P
68	SERPOBRA - Sociedade de Desenvolvimento Local e Reabilitação Urbana	Serpa	P
69	EMES – Estacionamento	Sintra	G
70	Sintra Quorum - Gestão de Equipamentos Culturais e Turísticos	Sintra	G
71	ENASEL - Turismo e Cinegética	Sousel	P

	Entidade	Município	Dimensão
72	Turriespaços - Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos	Torres Novas	M
73	Vallis Habita - Gestão de Empreendimentos Habitacionais	Valongo	M
74	Marina da Vila - Indústrias de Marinas e Recreio	Vila Franca do Campo	P
75	Vila Solidária - Empresa Municipal de Habitação Social	Vila Franca do Campo	P
76	CDN - Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, EM, SA	Vila Nova da Barquinha	P
77	Gaiurb - Urbanismo e Habitação	Vila Nova de Gaia	G
78	Vitaguiar - Apoio ao Desenvolvimento Agro-industrial	Vila Pouca de Aguiar	P
79	Caça e Turismo de Vimioso	Vimioso	P
80	Vimioso 2003 - Atividades Artesanais e Turísticas de Vimioso	Vimioso	P
81	ProRuris – EM de Desenvolvimento Rural de Vinhais	Vinhais	P
82	Habisolvis - Habitação Social	Viseu	M
83	WISEUNOVO - SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu	Viseu	M
84	AMBILITAL - INVESTIMENTOS AMBIENTAIS NO ALENTEJO	*	--
85	Ambisousa – Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos	**	--
86	WRC - Agência de Desenvolvimento Regional	***	--
87	Ecoleziria - Tratamento de Resíduos Sólidos	****	--
88	EIRSU - Emp. Interm. Resíduos Sólidos Urbanos	*****	--
89	GESAMB - Gestão Ambiental e de Resíduos	*****	--
90	MINHOCOM - Gestão de Infraestruturas de telecomunicações	*****	--
91	Municipia, SA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação	*****	--
92	MUSAMI - Operações Municipais do Ambiente	*****	--
93	Naturtejo - Empresa de Turismo	*****	--
94	VALICOM - Gestão de Infraestruturas de Telecomunicações	*****	--

* Alcácer do Sal, Aljustrel, Ferreira do Alentejo, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines.

** Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel.

*** Batalha, Covilhã, Guarda, Mealhada, Sertão, Albergaria-a-Velha, Almeida, Alvaiázere, Anadia, Arganil, Belmonte, Cantanhede, Castanheira de Pêra, Castelo Branco, Celorico da Beira, Coimbra, Figueira da Foz, Figueira de Castelo Rodrigo, Góis, Manteigas, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Oliveira do Bairro, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Pedrogão Grande, Penacova, Penalva do Castelo, Penela, Porto de Mós, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sever do Vouga, Soure, Tábua, Vila de Rei, Vila Nova de Poiares e Viseu.

**** Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Salvaterra de Magos.

***** Vila Franca do Campo, Lagoa (R.A.A.) e Ribeira Grande

***** Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas, Vila Viçosa.

***** Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira.

***** Abrantes, Aguiar da Beira, Alvaiázere, Arganil, Boticas, Bragança, Cabeceiras de Basto, Carregal do Sal, Cascais, Covilhã, Ferreira do Zêzere, Figueira da Foz, Fundão, Góis, Guarda, Lamego, Leiria, Loulé, Mafra, Maia, Mangualde, Mourão, Oeiras, Olhão, Oliveira do Hospital, Paços de Ferreira, Paredes, Penacova, Penamacor, Ponta Delgada, Ponte da Barca, Portalegre, Portimão, Santa Marta de Penaguião, Santiago do Cacém, São João da Madeira, São Pedro do Sul, Sernancelhe, Sesimbra, Sever do Vouga, Silves, Sines, Sintra, Tavira, Trofa, Vale de Cambra, Vieira do Minho, Vila de Rei, Vila do Conde e Viseu.

***** Ribeira Grande, Lagoa (R.A.A.), Vila Franca do Campo.

***** Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Proença-a-Nova, Nisa e Vila Velha de Ródão.

***** Arcos de Valdevez, Caminha, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Viana do Castelo e Esposende.

Apresenta-se o ranking R60 das 35 entidades empresariais municipais com maior endividamento líquido.

R60 – Entidades do SEL com maior valor de endividamento líquido em 2013

Unidade: euros

	Entidade	Município	Endividamento líquido				Variação 12-13 %
			2010	2011	2012	2013	
1	TRATOLIXO - Tratamento Resíduos Sólidos	*	110.971.101	149.953.235	173.067.177	174.612.390	0,89%
2	AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	48.691.851	47.143.587	50.209.219	47.502.531	-5,39%
3	Águas e Parque Biológico de Gaia	Vila Nova de Gaia	71.729.352	32.189.056	32.818.033	38.469.489	17,22%
4	VRSA, Sociedade de Gestão Urbana	Vila Real de Sto. António	46.863.778	42.833.413	41.213.144	35.405.435	-14,09%
5	Águas do Ribatejo	**	17.336.704	23.302.255	19.355.437	32.658.107	68,73%
6	PFR Invest - Gestão Urbana	Paços de Ferreira	29.340.422	22.104.225	25.363.375	31.287.153	23,36%
7	Vimágua - Água e Saneamento	Guimarães, Vizela	19.962.898	18.731.399	19.869.145	23.995.750	20,77%
8	TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia	Maia	18.724.599	19.579.646	20.318.063	20.992.948	3,32%
9	AMBIOLHÃO - EMI de Ambiente de Olhão	Olhão	8.969.296	20.212.311	19.652.748	19.019.300	-3,22%
10	Cidade em Acção	Ponta Delgada	16.524.746	15.673.632	14.550.615	14.215.198	-2,31%
11	Figueira Domus - Gestão de Habitação	Figueira da Foz	16.020.622	14.849.209	14.301.250	13.625.971	-4,72%
12	SATU – Oeiras	Oeiras	9.288.835	10.106.313	10.976.031	12.334.366	12,38%
13	Termalistur – Termas	São Pedro do Sul	14.939.885	13.990.297	13.498.614	12.184.635	-9,73%
14	ADC - Aguas da Covilhã	Covilhã	15.859.448	14.277.120	12.483.634	11.289.646	-9,56%
15	Águas de Santarém	Santarém	-256.348	4.401.840	6.479.571	10.869.434	67,75%
16	Azores Parque	Ponta Delgada	9.185.919	10.398.101	10.159.776	10.860.868	6,90%
17	Praia em Movimento	Vila da Praia da Vitória	7.226.357	9.968.884	9.230.099	9.337.979	1,17%
18	Trofaguas - Serviços Ambientais	Trofa	6.674.898	7.162.972	7.071.957	9.068.131	28,23%
19	Tavira Verde – Ambiente	Tavira	11.451.843	11.220.790	9.974.240	9.041.023	-9,36%
20	HABEVORA - Gestão habitacional	Évora	7.306.625	7.366.021	6.904.101	8.844.415	28,10%
21	AVEPARK - Parque de Ciência e Tecnologia	Guimarães	5.961.344	6.571.175	7.207.215	7.508.914	4,19%
22	TUB - Transportes Urbanos	Braga	7.783.820	9.302.931	8.088.111	7.456.241	-7,81%
23	EMPET - Parques Empresariais	Tavira	12.833.750	6.242.877	6.164.931	7.319.629	18,73%
24	Portimão Urbis SGRU	Portimão	3.533.655	5.292.471	6.603.067	6.899.537	4,49%
25	EAMB - Esposende Ambiente	Esposende	4.840.597	4.919.702	4.830.227	5.829.832	20,69%
26	Giatal - Gestão Infra-Estrut. Activ. Turísticas	Mafra	6.215.236	5.646.293	5.647.507	5.700.997	-12,93%
27	EMARP - Águas e Resíduos de Portimão	Portimão	-11.610.829	-7.598.791	5.439.599	5.490.927	0,94%
28	Penafiel Verde - Entidade Empresarial Local	Penafiel	2.560.135	2.431.880	1.686.640	4.973.634	194,88%
29	INOVA - Emp. de Desenv. Econom. e Social	Cantanhede	5.522.979	5.713.223	5.137.072	4.823.155	-6,11%
30	Viverfundão	Fundão	5.315.848	5.047.024	-26.082	4.721.578	-18202,81%
31	Rumo 2020	Cartaxo	654.725	4.167.326	4.031.370	4.630.646	14,87%
32	BRAVAL - Valoriz. e Trat. Resíduos Sólidos	***	4.228.084	5.753.074	-3.169.830	4.516.432	-242,48%
33	EMA - Estádio Municipal de Aveiro	Aveiro	4.852.192	4.605.470	4.296.423	4.511.908	5,02%
34	SDMSA - Soc. desenv. Munic. ilha Sta. Maria	Vila do Porto	46.056	548.725	3.131.682	4.175.845	33,34%
35	EMAC - Empresa de Ambiente	Cascais	4.317.923	3.982.652	4.586.406	4.064.349	-11,38%

* Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra; ** Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Salvaterra de Magos e Torres Novas; *** Amares, Braga (AGERE), Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro e Vieira do Minho.

4.2.3. Rendimentos, Gastos e Resultados das Entidades do SEL

4.2.3.1. Evolução dos Rendimentos e Ganhos e dos Gastos e Perdas

Nos Quadro 4.36 é apresentada a variação dos rendimentos e dos gastos das 220 entidades empresariais locais das quais foi possível recolher os valores apresentados no mapa de Demonstração dos Resultados de 2010, 2011, 2012 e 2013.

Quadro 4.36 – Evolução de Rendimentos e Gastos das Entidades Empresariais, em 2010, 2011, 2012 e 2013

Unidade: milhões de euros

Estrutura de Rendimentos e Gastos	2010	2011	2012	2013	Varição 12-13
Vendas e Serviços Prestados	608,69	625,90	626,99	615,37	-11,63
Subsídios à Exploração	115,68	126,19	109,33	113,80	4,48
Ganhos/Perdas Imputados de Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos	0,88	3,25	-1,35	1,52	2,87
Varição nos Inventários da Produção	0,40	-4,20	0,12	6,31	6,19
Trabalhos para a Própria Entidade	9,41	13,49	12,54	2,73	-9,80
CMVMC	-57,92	-60,32	-60,31	-61,90	-1,59
Fornecimentos e Serviços Externos	-373,10	-372,81	-357,11	-356,14	0,97
Gastos com o Pessoal	-222,08	-218,57	-212,85	-227,80	-14,95
Imparidade de Inventários (perdas/reversões)	-0,61	0,05	-1,45	-1,39	0,06
Imparidade de Dívidas a Receber (perdas/reversões)	-7,81	-9,26	-11,74	-8,05	3,69
Provisões (aumentos/reduções)	-2,64	-2,23	-2,70	-2,99	-0,29
Imparidade de Investimentos não Depreciáveis/Amortizáveis	-0,03	-0,08	-0,52	-0,93	-0,42
Aumentos/Reduções de Justo Valor	0,65	2,10	2,28	0,03	-2,25
Outros Rendimentos e Ganhos	56,69	88,37	68,97	66,32	-2,65
Rendimentos e Ganhos em Investimentos não Financeiros	0,19	1,09	0,00	-0,04	-0,04
Outros Gastos e Perdas	-22,44	-52,44	-22,86	-30,53	-7,67
Gastos e Perdas em Investimentos não Financeiros	-0,30	-0,23	0,00	0,00	0,00
Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos	105,66	140,32	149,33	116,31	-33,02
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	-88,53	-88,16	-93,58	-91,54	2,03
Imparidade de Investimentos Depreciáveis/Amortizáveis	-0,12	-0,12	-2,00	1,02	3,02
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)	17,02	52,04	53,75	25,78	-27,97
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	2,62	1,72	1,92	5,06	3,14
Juros e Gastos Similares Suportados	-28,95	-38,96	-43,22	-40,37	2,85
Resultado Antes de Impostos	-9,31	14,80	12,46	-9,53	-21,98
Imposto Sobre o Rendimento do Período	-1,33	-3,59	-4,14	-2,68	1,46
Resultado Líquido do Período	-10,64	11,21	8,32	-12,21	-20,53

Da análise do quadro antecedente conclui-se o seguinte sobre a evolução dos **rendimentos e gastos**:

- O **Resultado Líquido do Período** em 2013 da globalidade do SEL diminuiu 247%, passando de 8,32M€ para -12,2M€. 2011 foi o ano que registou maior aumento global do resultado líquido em +21,85M€ .
- Verificou-se, em 2013, uma diminuição dos rendimentos, provocada pelo decréscimo de **vendas e serviços prestados** de -11,6M€ (-1,9%), de **trabalhos para a própria entidade** de -9,8M€ (-78,2%), e de **outros rendimentos e ganhos** de -2,65M€ (-3,8%), pese embora tenham aumentado os **subsídios à exploração** em 4,5M€ (+4,1%) e os **juros e rendimentos similares obtidos** em 3,14M€ (+163,1%).
- Contribuiu ainda para o resultado líquido negativo de 2013, o aumento dos **gastos com pessoal** em 14,95M€ (+7%), dos **Outros Gastos e Perdas** em 7,67M€ (+33,5%), e dos **custos com mercadorias vendidas e matérias consumidas** em 1,6M€ (+2,6%).

- É, contudo, de mencionar a diminuição dos gastos registados em **Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização** de 2,03M€ (-2,2%) e dos gastos com **juros e gastos similares suportados** em 2,85M€ (-6,6%).
- Divergência

4.2.3.2. Resultados económicos das Entidades Empresariais Locais¹⁹⁶

Nos Quadros 4.37, 4.38 e 4.39 comparam-se alguns indicadores económicos dos municípios e SEL.

¹⁹⁶ Após confronto entre o resultado líquido apresentado no balanço de cada entidade e o resultado líquido registado no mapa de demonstração de resultados, verificou-se que as empresas FERIMO - Sociedade Imobiliária, HPEM - Higiene Pública, Sintra Quórum - Gestão de Equipamentos Culturais e Turísticos, e Ecoleziria - Tratamento de Resíduos Sólidos, revelam uma divergência entre ambos de 51.264 euros, -385.000 euros, 79.893 euros, e de 2.736.494 euros, respetivamente.

Quadro 4.37 – Informação sobre estrutura económica dos Municípios e das Entidades do SEL – 2013

Unidade: euros

	Municípios	Entidades Empresariais ⁺	Municípios +EEL's/EM's
Nº de entidades analisadas	308	225	533
População	10.427.301	8.598.385	--
Resultados económicos	70.521.782 €	-12.276.746 €	58.245.036 €
Resultados económicos / (Vendas + prestações de serviços)	9,7%	-2,0%	7,7%
Resultados económicos por habitante	6,8 €	-1,4 €	5,3 €
Nº de entidades com Resultados negativos	136	92	228

* Nesta análise estão incluídas as EIM, cuja população está incluída em Municípios diversos.

Pelos indicadores apresentados no quadro anterior, conclui-se que, ao contrário de 2012, **as entidades do SEL não demonstram uma boa rentabilidade, em que 92 das 225 apresentam resultados económicos negativos**. Em 2013, cerca de 41% das entidades empresariais apresentaram resultados negativos, tendo o mesmo acontecido a 44,2% dos municípios.

Observando o Quadro 4.38, conclui-se que a situação económica das entidades empresariais melhorou bastante em 2011 relativamente a 2010 com a obtenção de resultados económicos positivos, piorou em 2012, com uma diminuição de 2,9M€ (-25,8%), mantendo

ainda assim um total positivo, e voltou a pior em 2013 de forma mais acentuada com uma diminuição de 20,5M€ (24%). Foram 14 as entidades empresariais que passaram de resultados negativos em 2012 para resultados positivos em 2013, e 50 as que passaram de resultados positivos para resultados negativos.

De salientar que a comparabilidade entre empresas municipais em função dos resultados operacionais tem um elevado grau de subjetividade. Por um lado, nem sempre é cumprido o definido na Lei nº 53-F/2006, que aprova o regime jurídico do sector empresarial local, relativamente ao nº 2 do artigo 31º que estipula: “o caso de o resultado de exploração

anual operacional acrescido dos encargos financeiros se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção respetiva da participação social com vista a equilibrar os resultados de exploração.” Por outro lado, têm sido várias as interpretações ao estipulado. As diferentes interpretações têm originado tratamento contabilístico diferente para a mesma situação. Assim, verifica-se que existem empresas municipais que:

- Registam a obrigação dos sócios no próprio ano económico, como proveito do exercício. Esta opção leva a que a empresa apresente resultados económicos iguais a zero;
- Efetuam o mesmo registo mas no ano de aprovação das contas

(ou seja no ano seguinte) tendo como consequência um aumento de proveitos nesse ano;

- Consideram essa obrigação como um proveito extraordinário e, conseqüentemente, não afeta o resultado operacional mas os resultados extraordinários e, conseqüentemente, o resultado líquido;
- Consideram esse valor como uma prestação suplementar ou reserva especial e conseqüentemente não tem efeitos nos resultados mas no aumento do capital próprio.
- Não procedem a qualquer transferência e registo contabilístico. Espera-se que a Comissão de Normalização Contabilística Pública clarifique e normalize o tratamento contabilístico a ser seguido.

Quadro 4.38 – Evolução da situação económica das Entidades Empresariais

Unidade: euros

	Entidades Empresarias (220)				Variação 11-12	Variação 12-13
	2010	2011	2012	2013		
População	8.739.012	8.711.174	8.648.263	8.598.385	-62.911	-49.878
Resultados económicos	-10.637.071 €	11.213.623 €	8.316.699 €	-12.210.152 €	-2.896.924 €	-20.526.851 €
Resultados económicos / (Vendas + prest. de serviços)	-1,7%	1,8%	1,3%	-2,0%	-0,5%	-3,3%
Resultados económicos por habitante	-1,2 €	1,3 €	1,0 €	-1,4 €	-0,3 €	-2,4 €
Nº de entidades com resultados líquidos negativos	91	58	55	90	-3	35

Observando o Quadro 4.39, constata-se que 140 entidades empresariais (63,6%) obtiveram resultados operacionais positivos em 2013, apresentando na sua globalidade o valor de 25,8M€. Este valor não foi portanto suficiente para cobrir o total dos gastos em juros e outros encargos similares no montante de 40,7M€ para todo o SEL. **De 2012 para 2013 verificou-se uma diminuição dos resul-**

tados operacionais em 52% (-27,97M€). Ao longo do quadriénio o nº de entidades com resultados antes de impostos negativos desceu consideravelmente de 2010 para 2011 (-32), manteve-se praticamente igual em 2012, e aumento em +30 entidades em 2013, passando a representar novamente 40% do total de empresas (40% em 2010, 25% em 2011 e 26% em 2012).

Quadro 4.39 – Resultados Operacionais do Setor Empresarial Local (220 entidades)

Unidade: euros

Entidades do SEL	2010	2011	2012	2013
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	17.019.223 €	52.039.737 €	53.749.429 €	25.782.052 €
Juros e Gastos Similares Suportados	28.952.400 €	38.958.817 €	43.216.658 €	40.368.823 €
Nº de entidades com Resultados Operacionais + Gastos Financeiros negativos	93	64	64	93
Nº de entidades com resultados antes de impostos negativos	88	56	57	87

Os rankings R61 e R62 apresentam em cada situação, as 35 entidades do SEL com melhores ou com piores resultados económicos.

R61 – Entidades com MELHORES Resultados Económicos em 2013

Unidade: euros

Entidade	Município	2010	2011	2012	2013
1 CMPEA - Empresa de Aguas do município do Porto, EM	Porto	1.191.690	2.751.309	2.125.155	3.607.978
2 ECOLEZIRIA-Emp. Intermun. Tratamento Resíduos Sólidos, EIM	*	421.206	289.068	623.879	3.142.937
3 AGERE - EM de Águas, Efluentes e Resíduos, EM	Braga	2.994.549	3.208.502	2.613.210	2.730.025
4 Águas do Ribatejo, EIM	**	355.306	611.108	1.504.323	1.828.492
5 EGEAC – Emp. Gestão Equipamentos e Animação Cultural, EM	Lisboa	285.100	200.956	692.208	1.577.856
6 A D C - Aguas Da Covilhã, EM	Covilhã	-538.116	622.766	841.572	797.891
7 AMBILITAL - Investimentos Ambientais no Alentejo	***	755.033	637.688	492.391	726.523
8 GESAMB - Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM	****	691.870	693.225	505.735	703.997
9 EMARP - EM de Aguas e Resíduos de Portimão	Portimão	243.737	91.916	-315.345	688.767
10 INOVA - Emp de desenv Econom. e Social de Cantanhade, EM	Cantanhede	465.376	435.740	503.965	687.045
11 FAGAR - Faro Gestão de Aguas e Resíduos, EM	Faro	-718.005	427.432	987.399	589.885
12 GEBALIS - Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa, EEM	Lisboa	-2.444.615	1.235.623	1.358.975	556.109
13 MUSAMI - Operações Municipais do Ambiente EIM	*****	6.997	6.246	25.617	543.388
14 ICOVI - Infraestruturas e Concessões da Covilhã, EM	Covilhã	68.461	594.041	900.553	524.977
15 Vimágua - EIM de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela	Guimarães, Vizela	917.938	1.026.642	998.809	406.861
16 EDUCA - EM de Gestão e Manut. Equip. Educativos, EEM	Sintra	135.679	908.847	609.865	336.550
17 BRAVAL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA	*****	579.973	703.925	102.783	315.108
18 Águas de S. João EM S.A	São João da Madeira	349.408	368.989	357.889	297.291
19 Resíduos do Nordeste, EIM	*****	418.450	503.165	554.436	282.275
20 TERMALISTUR - Termas de São Pedro do Sul, EEM	São Pedro do Sul	-197.590	92.869	-47.117	229.867
21 Ribeira Grande Mais – Habit. Social, Requalific. Urb e Amb., EM	Ribeira Grande	55.362	79.213	172.222	225.740
22 Azores Parque, SA	Ponta Delgada	8.592	9.004	44.545	217.088
23 AC Aguas de Coimbra, EEM	Coimbra	-1.469.834	534.404	317.414	204.900
24 Teatro Circo De Braga, SA	Braga	19.365	219.271	145.704	191.612
25 Matadouro Regional de Mafra, SA	Mafra	63.546	102.714	197.747	178.152
26 Coliseu Micaelense - Soc. Prom. Eventos Culturais	Ponta Delgada	35.073	9.865	251.918	161.841
27 EMES - Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra E M	Sintra	-2.676	134.252	174.014	161.131
28 MAI AMBIENTE, EEM	Maia	101.775	63.995	57.836	145.587
29 Cascais Envolvente - Gestão Social da Habitação, E.M., S.A	Cascais	-9.517	86.806	137.453	137.546
30 Vila Solidária - Empresa Municipal de Habitação Social, E.M.	Vila Franca do Campo	115.758	-33.964	155.128	130.846
31 Ambisoua – Emp. Intermun. Trat. Gest. Resíduos Sólidos, EIM	*****	396.508	229.023	147.820	128.005
32 Foz Coainvest - Energia Turismo e Serviços E M	Vila Nova de Foz Côa	1.269.616	359.504	-220.013	125.984
33 Gaiurb - Urbanismo e Habitação, EM	Vila Nova de Gaia	-361.832	554.226	646.846	123.695
34 Parques Tejo Parqueamentos de Oeiras E M	Oeiras	166.321	450.579	451.651	117.150
35 Aguas de Santarém EM, SA	Santarém	905.503	725.269	523.419	106.604

* Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Salvaterra de Magos; ** Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Golegã e Salvaterra de Magos; *** Alcácer do Sal, Aljustrel, Ferreira do Alentejo, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines; **** Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas, Vila Viçosa; ***** Ribeira Grande, Lagoa, Vila Franca do Campo; ***** Amares, Braga (AGERE), Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro e Vieira do Minho; ***** Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Vimioso e Vinhais; ***** Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel

R62 – Entidades com PIORES Resultados Económicos, em 2013

Unidade: euros

Entidade	Município	2009	2010	2011	2012
1 Portimão Urbis SGRU - Soc. Gestão Reabilit. Urbana, EM.,SA.	Portimão	1.456.696	149.559	-1.802.801	-3.848.106
2 Águas e Parque Biológico de Gaia	Vila Nova de Gaia	150.042	213.914	96.984	-3.829.587
3 PFR INVEST - Sociedade de Gestão Urbana EM	Paços de Ferreira	27.226	9.882	12.936	-2.949.635
4 MoveAveiro - Empresa Municipal de Mobilidade, EEM	Aveiro	-983.578	-1.412.579	-1.359.357	-2.310.916
5 SATU - OEIRAS - Sistema Autom. Transp. Urbano, EM.,SA.†	Oeiras	-2.163.946	-3.109.482	-2.927.076	-1.634.137
6 Viver Santarém – Soc. Cult., Desporto, Tur. e Gest. Urbana	Santarém	67.685	57.654	-1.573.089	-1.611.651
7 HPEM - Higiene Publica EM	Sintra	-2.201.443	-1.386.834	64.534	-1.550.186
8 Município, SA – Emp. Cartografia e Sist. de Informação, SA	*	-491.754	5.566	41.347	-1.259.227
9 TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, SA EM	Maia	-1.183.038	-1.336.208	-1.731.984	-1.172.867
10 EMEC – Emp. Mun. de Educação e Cultura de Barcelos, E.M.	Barcelos	72.279	165.629	90.669	-841.836
11 Trofáguas -Serviços Ambientais. EM	Trofa	59.926	46.646	63.705	-772.276
12 MUNICIPALIA - Gestão de Equipamentos e Património, EM	Odivelas	-126.705	-249.036	-296.447	-749.141
13 EMDB - Empresa Municipal de Desportos de Barcelos, EM	Barcelos	-175.477	-179.375	123.472	-621.663
14 SRUFATIMA- Soc. de Reabilitação Urbana de Fátima, EEM	Ourém	-208.157	-194.595	18.655	-564.303
15 VELASFUTURO- Gestão Equip. Cult., Desp. Econ. e de Lazer	Velas	-79.963	31.372	-12.051	-554.093
16 SDMSA- Soc. desenvolv. municipal ilha de Santa Maria, EEM	Vila do Porto	20.543	30.539	2.755	-553.144
17 AMIPAREDES - Agência Municipal de Investimento, EM SA	Paredes	-214	-357.623	-736.359	-535.242
18 BRAGAHABIT - EM de Habitação de Braga, EM	Braga	-256.974	882	6.305	-492.447
19 AVEPARK - Parque de Ciência e Tecnologia, SA	Guimarães	-748.661	-665.714	-771.324	-477.302
20 PISOESTE - Parque de Inertes e Serviços do Oeste, EEIM	**	-284.684	-697.718	-359.216	-438.457
21 TEGEC - Trancoso Eventos , EEM	Trancoso	-106.123	-84.476	-610.819	-426.930
22 TUB - Transportes Urbanos de Braga, EM	Braga	28.633	37.830	357.103	-426.822
23 GEDAZ - Gestão de Equipamentos Desportivos, EEM	Oliveira de Azeméis	-285.839	-492.764	-560.956	-425.943
24 Trofa Park – Reabilit. Urbana, Desenv. Económico e Inov.	Trofa	65.472	63.410	60.230	-421.397
25 RUMO 2020 EM	Cartaxo	20.407	20.667	37.370	-415.423
26 Gespaços - Gestão de Equipamentos Municipais, EM	Paços de Ferreira	24.765	6.981	15.040	-395.236
27 VISEUNOVO - SRU – Soc. Reabilitação Urbana de Viseu SA	Viseu	-68.547	-50.438	-91.814	-381.640
28 Alfandegatur - Empresa de Desenvolvimento Turístico	Alfândega da Fé	-339.992	-211.028	-281.839	-375.476
29 FIGUEIRA GRANDE TURISMO -EEM	Figueira da Foz	-521.994	7.400	344.776	-372.563
30 EMPET PARQUES EMPRESARIAIS DE TAVIRA EM	Tavira	604.494	107.736	151.590	-330.293
31 PEB - Empresa Parque de Exposições de Braga, EM	Braga	34.136	18.436	7.934	-310.425
32 HABITÁGUA - Serviços Domiciliários, Lda.	Oeiras	18.736	31.125	49.846	-299.617
33 VFC Empreendimentos, EM	Vila Franca do Campo	2.142	9.766	-2.583.590	-283.262
34 EMA - Estádio Municipal de Aveiro, EM	Aveiro	-294.711	-5.557	182.461	-277.200
35 DLCG - Desporto Lazer e Cultura de Gouveia, EM	Gouveia	263	13.015	659	-268.334

* Abrantes, Aguiar da Beira, Alvaiázere, Arganil, Boticas, Bragança, Cabeceiras de Basto, Carregal do Sal, Cascais, Covilhã, Ferreira do Zêzere, Figueira da Foz, Fundão, Góis, Guarda, Lamego, Leiria, Loulé, Mafra, Maia, Mangualde, Mourão, Oeiras, Olhão, Oliveira do Hospital, Paços de Ferreira, Paredes, Penacova, Penamacor, Ponta Delgada, Ponte da Barca, Portalegre, Portimão, Santa Marta de Penaguião, Santiago do Cacém, São João da Madeira, São Pedro do Sul, Sernancelhe, Sesimbra, Sever do Vouga, Silves, Sines, Sintra, Tavira, Trofa, Vale de Cambra, Vieira do Minho, Vila de Rei, Vila do Conde e Viseu; ** Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras, Azambuja, Rio Maior.

† No seguimento de informação prestada pela empresa, foi retido ao total do resultado líquido da entidade o montante de 824.954,96 € em 2010, e de 637.000,42 € em 2013, relativo a juros de Prestações Acessórias, cuja exigibilidade só será efetiva se a empresa vier a ter lucros.

4.2.4. Dissolução de Empresas do SEL – aplicação do artigo 62º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto

A 31 de agosto de 2012, foi publicada a Lei nº 50/2012, que consagra o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAL), revogando as Leis n.ºs 53-F/2006, de 29 de dezembro, e n.ºs 55/2011, de 15 de novembro. Este diploma aplica-se, assim, a todas as entidades empresariais locais em análise neste Anuário.

No seu capítulo VI o referido diploma regulamenta a Alienação, Dissolução, Transformação, Integração, Fusão e Internalização das empresas locais e, mais especificamente no seu nº 1 do art.º 62, estabelece as situações que, uma vez verificadas, resultarão obrigatoriamente na deliberação de **Dissolução da empresa, no prazo de seis meses**.

Assim, define o nº 1 do art.º 62:

Artigo 62.º

Dissolução das empresas locais

1 - Sem prejuízo do disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, as empresas locais são obrigatoriamente objeto de deliberação de dissolução, no prazo de seis meses, sempre que se verifique uma das seguintes situações:

- a) As vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios;
- b) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o peso contributivo dos subsídios à exploração é superior a 50% das suas receitas;
- c) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o valor do resultado operacional subtraído ao mesmo o valor correspondente às amortizações e às depreciações é negativo;
- d) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o resultado líquido é negativo.

A análise desenvolvida nesta secção visa identificar as situações definidas neste diploma e estudar a sua aplicabilidade no âmbito das contas prestadas pelas entidades do SEL em apreciação nos últimos três anos (2010, 2011 e 2012). Para o efeito, efetuou-se análise aos documentos de prestação de contas destes três exercícios e elaboraram-se os quadros que refletem os valores obtidos no contexto das situações definidas no nº 1 do art.º 62 da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto.

Pressupostos da análise:

- A deliberação de dissolução obrigatória resulta da verificação dos critérios previstos nas quatro alíneas do nº 1 do art.º 62º, em relação a cada um dos três anos, isto é, basta que não se verifique num dos três anos para que não haja obrigação de dissolução da empresa.
- Para efeitos de cálculo do disposto na alínea a), do nº 1 do art.º 62º, considerou-se como **gastos totais** o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas somados aos fornecimentos e serviços externos, aos gastos com o pessoal, aos outros gastos e perdas e aos juros e gastos similares suportados.
- Para efeitos de cálculo do disposto na alínea b), do nº 1 do art.º 62º, considerou-se como **receitas totais** as vendas e serviços prestados somadas aos subsídios à exploração, aos trabalhos para a própria entidade, aos outros rendimentos e ganhos e aos juros e rendimentos similares obtidos.

Considerando que este diploma se encontra em vigor desde Agosto de 2012, após a publicação da atualização do Anuário de 2011 e 2012, relativa à parte do Setor Empresarial local (2ª edição), contactou-se, via telefone e correio eletrónico, as entidades em cuja aplicação do nº1 do artigo 62º deveria resultar na sua dissolução. O quadro 4.40 resulta assim do contacto realizado e da pesquisa efetuada, apresentando as empresas que se encontram em processo de dissolução. Para além destas, foram extintas ainda em 2013 as empresas indicadas no quadro 4.14 do ponto 4.2 deste capítulo. Releva, contudo, referir que a dissolução das empresas Almeida Município, EEM e Astaq Técnica, EIM não resulta da aplicação do do nº 1 do art.º 62º, da Lei 50/2012.

Quadro 4.40 – Entidades em processo de dissolução

	Entidade	Tipo	Município
1	EMSUAS - Serviços Urbanos de Alcácer do Sal	EM	Alcácer do Sal
2	Alfandegatur - Empresa de Desenvolvimento Turístico	EM	Alfândega da Fé
3	EDEAF-Empresa Municipal de Desenvolvimento	EM	Alfândega da Fé
4	Almeida Município - Reabilit. Urbana, Desenvolvimento Económico e Gestão de Equipamentos	EEM	Almeida
5	MMB - Mercado Municipal de Bragança	EM	Bragança
6	Nova Covilhã, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana	EM	Covilhã
7	TMF - Teatro Municipal de Faro	EM	Faro
8	ACLEM - Arte, Cultura e Lazer	EM	Felgueiras
9	EMAFEL - Ambiente de Felgueiras	EM	Felgueiras
10	EPF - Ensino Profissional de Felgueiras, Lda.	Soc.	Felgueiras
11	Figueira Grande Turismo	EEM	Figueira da Foz
12	Figueira Cultura e Tempos Livres	EM	Figueira de Castelo Rodrigo
13	DLCG - Desporto, Lazer e Cultura	EM	Gouveia
14	AVEPARK - Parque de Ciência e Tecnologia	SA	Guimarães
15	EML - Empresa Municipal Urbanização Requalificação Urbana e Ambiental e Habit. Social	EM	Lagoa (R.A.A)
16	Lamego Convida - Gestão de Equipamentos Municipais	EEM	Lamego
17	Academia de Artes da Maia - Produções Culturais	EM	Maia
18	TERNISA - Termas da Fadagosa de Nisa	EM	Nisa
19	HSN - Habitação Social do Concelho de Nordeste	EM	Nordeste
20	Municipália - Gestão de Equipamentos e Património	EM	Odivelas
21	Gedaz - Gestão de Equipamentos Desportivos	EEM	Oliveira de Azeméis
22	Falcão Cultura, Turismo e Tempos Livres	EM	Pinhel
23	MMPO - Mercado Municipal de Portalegre	SA	Portalegre
24	Porto Santo Verde - Resíduos Sólidos e Limpeza	EM	Porto Santo
25	Proençatur - Empresa de Turismo	EM	Proença-a-Nova
26	Ribeira Grande Mais - Habitação Social, Requalificação Urbana e Ambiental	EM	Ribeira Grande
27	Cais Invest	EM	São Roque do Pico
28	EDUCA - Gestão e Manutenção de Equipamentos Educativos	EEM	Sintra
29	ENASEL - Turismo e Cinegética	SA	Sousel
30	TEGEC - Gestão de Equipamentos Culturais e de Lazer	EEM	Trancoso
31	Trofa Park - Reabilitação Urbana, Desenvolvimento Económico e Inovação	EEM	Trofa
32	Interminho - Sociedade Gestora de Parques Empresariais	EM	Valença
33	Velasfuturo - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos Económicos e Lazer	EM	Velas
34	Praia em Movimento	EM	Vila da Praia da Vitória
35	Fundação Escola Profissional V. F. Campo	Fund.	Vila Franca do Campo
36	Vila Solidária - Empresa Municipal de Habitação Social	EM	Vila Franca do Campo
37	PISOESTE - Parque de Inertes e Serviços do Oeste	EIM	*
38	Astaq Técnica	EIM	Ferreira do Zêzere, Tomar, Ourém

* Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras, Azambuja, Rio Maior

Os seis quadros seguintes resultam da aplicação do disposto no n.º1 do art.º 62º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, não se tendo considerado, nesta análise, as empresas que se encontram em dissolução identificadas no quadro precedente. Para além destas, foi também excluída da análise a empresa SATU-Oeiras, E.M., S.A., que, de acordo com informação que nos foi fornecida pela própria empresa, se enquadra no ponto 5¹⁹⁷ do art. 40.º, da Lei n.º 50/2012, não se

¹⁹⁷ Art. 40º, “5 - Sempre que o equilíbrio de exploração da empresa local só possa ser avaliado numa perspetiva plurianual que abranja a totalidade do período do investimento, é apresentado à Inspeção Geral de Finanças, para efeitos de apreciação, e aos sócios de direito público um plano previsional de mapas de demonstração de fluxos de caixa líquidos atualizados na ótica do equilíbrio plurianual dos resultados”. O Projecto SATU está incompleto, estando apenas construída a 1ª fase até ao Centro Comercial Oeiras Parque, seguramente ainda não decorreu a “... totalidade do período do investimento...” necessário para concretizar a ligação das linhas férreas de

aplicando, por consequência, o disposto no art. 62.º da mesma Lei. Pela análise do quadro 4.41, constata-se que a aplicação do n.º1 do art.º 62º, deverá resultar na dissolução de 35 empresas municipais (18,6%) das 188 que foi possível analisar para os três anos (2011, 2012 e 2013). Importa referir que este número não resulta da soma das empresas em incumprimento de acordo com cada alínea, dado que há entidades que se verificam em situações dispostas por mais do que uma alínea, havendo inclusive entidades em incumprimento para com mais que uma alínea alíneas, estando estas identificadas no quadro 4.42.

Sintra a Cascais; é entendimento do Município de Oeiras que esta Empresa só pode ser, realmente, avaliada numa perspetiva plurianual nos termos em que está previsto no ponto 5 do art. 40.º da Lei n.º 50/2012.

Quadro 4.41 – Número de entidades do SEL em incumprimento do n.º 1 do art.º 62º da Lei n.º 50/2012

Situações	2011, 2012 e 2013
a) Entidades com VPS / Custos totais inferiores a 50%, nos três anos	28
b) Entidades com Subsídios à Exploração / Receitas superiores a 50%, nos três anos	18
c) Entidades com EBITDA negativo nos 3 anos	6
d) Entidades com Resultado Líquido do Exercício negativo, nos três anos	11
Total de entidades a serem dissolvidas	35

Quadro 4.42 – Entidades em incumprimento relativamente às quatro alíneas n.º 1 do art.º 62º da Lei n.º 50/2012

Alíneas do n.º 1 do artigo 62º, cujos critérios se verificaram		Nº de Empresas em incumprimento
4 alíneas	alíneas a, b), c) e d)	0
3 alíneas	alíneas a), b) e c)	0
	alíneas a), b) e d)	1
	alíneas a), c) e d)	3
	alíneas b), c) e d)	0
2 alíneas	alíneas a) e b)	18
	alíneas a) e c)	3
	alíneas a) e d)	4
	alíneas b) e c)	0
	alíneas b) e d)	1
	alíneas c) e d)	6

Os quatro quadros que a seguir se apresentam listam as 28, 18, 6 e 11 entidades do SEL que se encontram nas situações previstas nas alíneas a), b), c) e d), do n.º 1 do art.º 62º da Lei nº 50/2012, respetivamente.

Quadro 4.43 – Entidades cujas vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios (alínea a)

	Entidade	Tipo	Município	VPS / Custos totais		
				2011	2012	2013
1	HABEVORA - Gestão habitacional	EEM	Évora	0,0%	0,0%	0,0%
2	Gaventur Gouveia Aventura e Turismo, SA	SA	Gouveia	0,0%	0,0%	0,0%
3	Sociedade Teatral Louletana	Soc.	Loulé	0,0%	0,0%	0,0%
4	VFC Empreendimentos – Atividades Desportivas, Recreativas e Turísticas	EM	Vila Franca do Campo	0,0%	0,0%	0,0%
5	Fozcoainvest - Energia, Turismo e Serviços	EM	Vila Nova de Foz Côa	0,0%	8,4%	0,0%
6	PERM - Parque Empresarial de Recuperação de Materiais	EIM	*	0,0%	0,0%	0,0%
7	Rumo 2020	EM	Cartaxo	0,0%	0,0%	0,1%
8	PRODESO - Ensino Profissional	SA	Coimbra	0,1%	0,2%	0,2%
9	ESPROSER - Escola Profissional	SA	Sernancelhe	0,7%	0,4%	0,4%
10	Proficiademus - Escola Profissional	Soc.	Santa Comba Dão	1,3%	0,8%	0,5%
11	Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz	Soc.	Cuba	1,1%	0,6%	0,6%
12	EPRM - Escola Profissional de Rio Maior	Soc.	Rio Maior	3,2%	3,4%	2,2%
13	Quinta de Tuberais - Ensino Profissional de Cinfães	EM	Cinfães	4,6%	2,3%	4,0%
14	EPAVE - Escola Profissional do Alto Ave	Soc.	Póvoa de Lanhoso	4,4%	5,6%	4,9%
15	Escola Intercultural das Profissões e do Desporto	EM	Amadora	0,6%	4,1%	5,7%
16	Amiparedes - Agência Municipal de Investimento	EM SA	Paredes	21,7%	36,5%	8,1%
17	Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana	EM	Lisboa	6,3%	5,2%	8,9%
18	EMEC - Empresa Municipal de Educação e Cultura	EM	Barcelos	1,0%	12,2%	12,2%
19	Naturtejo - Empresa de Turismo	EIM	**	17,4%	23,8%	15,4%
20	Sintra Quorum - Gestão de Equipamentos Culturais e Turísticos	EEM	Sintra	18,3%	17,6%	15,8%
21	CampoMaior XXI	EM	Campo Maior	17,1%	21,3%	18,1%
22	PFR Invest - Gestão Urbana	EM	Paços de Ferreira	43,3%	15,3%	23,2%
23	Guarda Cidade Desporto	EM	Guarda	27,6%	25,4%	25,7%
24	Viverfundão - Promoção e Gestão das Condições Estruturais e Infraestrut.	EEM	Fundão	0,0%	15,3%	26,1%
25	TEMA- Teatro Municipal de Aveiro	EM	Aveiro	14,1%	37,2%	31,2%
26	Culturguarda - Gestão da Sala de Espetáculos e Atividades Culturais	EM	Guarda	21,4%	23,2%	32,0%
27	Cura Aqueae-Termas de Melgaço	EM	Melgaço	0,0%	0,0%	33,0%
28	EMDB - Empresa Municipal de Desportos	EM	Barcelos	23,2%	25,3%	34,7%

* Arouca, Oliveira de Azemeis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Vale de Cambra; ** Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Proença-a-Nova, Nisa, Vila Velha de Ródão.

Quadro 4.44 – Entidades cujo peso dos subsídios à exploração é superior a 50% das suas receitas, nos últimos três anos (alínea b)

	Entidade	Tipo	Município	Sub. à explor. /Receitas		
				2011	2012	2013
1	Sociedade Teatral Louletana	Soc.	Loulé	100,0%	100,0%	100,0%
2	Profiacademus - Escola Profissional	Soc.	Santa Comba Dão	98,7%	98,4%	98,9%
3	PRODESO - Ensino Profissional	SA	Coimbra	99,2%	97,8%	98,5%
4	VFC Empreendimentos - Atividades Desportivas, Recreativas e Turísticas	EM	Vila Franca do Campo	97,8%	91,2%	95,5%
5	ESPROSER - Escola Profissional	SA	Sernancelhe	92,5%	93,8%	93,7%
6	EPRM - Escola Profissional de Rio Maior	Soc.	Rio Maior	92,9%	91,2%	93,3%
7	Quinta de Tuberais - Ensino Profissional de Cinfães	EM	Cinfães	95,4%	97,5%	93,3%
8	EPAVE - Escola Profissional do Alto Ave	Soc.	Póvoa de Lanhoso	90,3%	88,3%	91,1%
9	Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz	Soc.	Cuba	94,9%	74,6%	89,4%
10	Sintra Quorum - Gestão de Equipamentos Culturais e Turísticos	EEM	Sintra	70,4%	80,0%	82,0%
11	EMEC - Empresa Municipal de Educação e Cultura	EM	Barcelos	91,1%	84,8%	78,3%
12	CampoMaior XXI	EM	Campo Maior	80,6%	73,4%	76,7%
13	Rumo 2020	EM	Cartaxo	95,7%	85,6%	75,2%
14	Escola Intercultural das Profissões e do Desporto	EM	Amadora	98,0%	92,7%	72,2%
15	Naturtejo - Empresa de Turismo	EIM	*	65,5%	57,0%	64,2%
16	Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana	EM	Lisboa	68,9%	72,6%	61,2%
17	Culturguarda - Gestão da Sala de Espetáculos e Atividades Culturais	EM	Guarda	79,6%	76,3%	60,1%
18	Guarda Cidade Desporto	EM	Guarda	52,4%	53,6%	56,7%

* Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Proença-a-Nova, Nisa, Vila Velha de Ródão

Quadro 4.45 – Entidades cujo resultado operacional, subtraído ao mesmo as amortizações e depreciações, é negativo nos últimos 3 anos (alínea c)

Unidade: euros

	Entidade	Tipo	Município	EBITDA		
				2011	2012	2013
1	MoveAveiro - Empresa Municipal de Mobilidade	EEM	Aveiro	-987.567	-927.443	-1.892.867
2	TEMA- Teatro Municipal de Aveiro	EM	Aveiro	-205.265	-159.624	-242.844
3	WISEUNOVO - SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu	SA	Viseu	-46.359	-87.008	-198.460
4	Amparedes - Agência Municipal de Investimento	EM SA	Paredes	-89.125	-332.507	-105.952
5	Fluviario de Mora	EEM	Mora	-24.402	-154.043	-81.884
6	Gaventur Gouveia Aventura e Turismo, SA	SA	Gouveia	-82	-313	-6.367

* Alcobaca, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras, Azambuja, Rio Maior

Quadro 4.46 – Entidades com resultado líquido negativos nos últimos três anos (alínea d)

Unidade: euros

Entidade	Tipo	Município	Resultado Operacional		
			2011	2012	2013
1 MoveAveiro - Empresa Municipal de Mobilidade	EEM	Aveiro	-1.412.579	-1.359.357	-2.310.916
2 TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia	EM	Maia	-1.336.208	-1.731.984	-1.172.867
3 Amiparedes - Agência Municipal de Investimento	EM SA	Paredes	-357.623	-736.359	-535.242
4 VISEUNOVO - SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu	SA	Viseu	-50.438	-91.814	-381.640
5 TEMA- Teatro Municipal de Aveiro	EM	Aveiro	-211.396	-165.490	-248.971
6 Fluvuario de Mora	EEM	Mora	-37.045	-161.392	-89.430
7 VALICOM - Gestão de Infraestruturas de Telecomunicações	EIM	*	-303.949	-230.184	-85.570
8 MINHOCOM - Gestão de Infraestruturas de telecomunicações	EIM	**	-273.402	-242.831	-25.068
9 Gaventur Gouveia Aventura e Turismo, SA	SA	Gouveia	-13.282	-313	-6.367
10 Penaparque 2 - Gestão e Promoção de Equipamentos	EM	Penacova	-18.239	-72	-673
11 Guarda Cidade Desporto	EM	Guarda	-2.871	-244	-577

* Arcos de Valdevez, Caminha, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Viana do Castelo e Esposende; ** Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira.

CAPÍTULO 5. RANKING GLOBAL

5.1. Enquadramento e Metodologia

Nos capítulos anteriores foram apresentados Rankings que ordenam os municípios em diferentes aspetos financeiros, orçamentais, económicos e patrimoniais. Tal como já acontece desde 2006, é apresentado um Ranking global que ordena os Municípios em função da eficiência na utilização dos recursos financeiros. Em 2006 e 2007 o ranking global era constituído por um conjunto de 10 indicadores, tendo a partir de 2008 o número de indicadores selecionados passado para 15.

Neste anuário é também apresentado um ranking global dos municípios elaborado com base no conjunto de 15 indicadores aplicados desde 2008 e que foram identificados como sendo os que melhor permitirão avaliar a gestão financeira, económica, patrimonial e orçamental dos municípios.

Tal como nos anuários anteriores, foi seguida a seguinte metodologia: para cada indicador foi atribuída uma pontuação de 10 pontos aos 25 melhores municípios, 9 pontos do 26º ao 50º, 8 pontos do 51º ao 75º, e assim sucessivamente. Deste modo foram pontuados 250 municípios por cada indicador. Aos 58 municípios com pior rácio não se atribui pontuação.

Para o ano de 2013, alterou-se o indicador n.º 11 do quadro seguinte (5.01), substituindo-se o índice de endividamento líquido pelo índice de dívida total, por força da aplicação do novo regime financeiro das autarquias locais (Lei 73/2013) que veio revogar a anterior Lei das Finanças Locais (Lei 2/2007) onde está previsto que este deve ser um dos indicadores de controlo financeiro dos municípios. Contudo, considerando que o novo regime financeira entrou em vigor apenas em Janeiro de 2014, à semelhança dos anos anteriores, são calculados os indicadores n.º 3 e n.º 12 relativos ao endividamento

líquido por habitante e à **diminuição do endividamento líquido, respetivamente**. Por outro lado, em 2013, a pontuação no indicador n.º 12 foi atribuída de forma diferente, sendo que foram atribuídos 10 pontos a todos os municípios com endividamento líquido inferior a zero (positivo em termos financeiros), tendo-se dado aos restantes, ordenados em função da maior diminuição de endividamento líquido, a pontuação de 9 aos 25 com maior diminuição, 8 do 26º ao 50º, e assim sucessivamente.

Cinco dos indicadores, por se entenderem mais relevantes, nomeadamente no que se refere às exigências da Lei das Finanças Locais, tiveram peso 2 e os outros peso 1. Deste modo, o máximo de pontuação de um município será de 200 pontos.

Dado que o ano de 2013 foi um ano de eleições autárquicas, representado o fim de um mandato (2010 a 2013) entenderem os autores neste anuário introduzir dois rankings:

- Um ranking relativo à eficiência financeira relativamente ao exercício económico de 2013;
- Um ranking relativo à eficiência financeira relativa aos quatro anos de mandato (2010 a 2013)¹⁹⁸.

Os indicadores selecionados são os apresentados no Quadro 5.01.

¹⁹⁸ Apesar das eleições se terem realizado em 29 de setembro de 2013, apenas dois meses se referem a um novo mandato, sendo assim pouco relevante o seu impacto no ano.

Quadro 5.01 – Indicadores selecionados para ranking global

Nº do Indicador	Indicador	Fonte de Informação	Rácio	Ordem de pontuação	Peso
1	Dívidas a terceiros por habitante	Balanço (passivo)	Dívidas totais a pagar	Menor dívida a terceiros por habitante	2
			Nº de habitantes		
2	Liquidez	Balanço (passivo e ativo)	Dívidas totais a pagar a curto prazo	Menor rácio	2
			Dívidas a receber a curto prazo + Disponibilidades		
3	Endividamento líquido por habitante	Balanço (passivo)	Dívidas totais a pagar – (Dívidas a receber + Disponibilidades)	Menor endividamento líquido por habitante	2
			Nº de habitantes		
4	Resultado operacional por habitante	Demonstração de Resultados	Resultado operacional N	Maior resultado operacional por habitante	1
			Nº de habitantes		
5	Peso dos custos com pessoal nos custos operacionais	Demonstração de Resultados	Custos com pessoal	Menor rácio	1
			Custos operacionais		
6	Diminuição das dívidas de curto prazo	Balanço (passivo)	Dívidas de curto prazo N - dívidas de curto prazo N-1	Maior diminuição	1
7	Diminuição dos Passivos Financeiros de médio	Balanço (Passivo)	Dívidas de médio e longo prazo N – Dívidas de médio e longo prazo N-1	Maior redução da dívida	2
8	Grau de execução da receita liquidada relativamente às despesas comprometidas	Mapas de controlo orçamental de despesa e da receita	Receitas liquidadas - Receitas anuladas	Maior grau	1
			Despesas comprometidas		
9	Prazo médio de pagamentos	DGAL	Prazo médio de pagamentos	Menor prazo médio de pagamento	1
10	Saldo primário na ótica dos compromissos	Mapas de controlo orçamental de despesa e da receita	[Receita total - ativos financeiros (receita) - passivos financeiros (receita)] – [Despesa total - ativos financeiros (despesa) - passivos financeiros (despesa)] + [Juros e outros encargos (despesa)]	Maior saldo primário	1
11	Índice de Dívida Total	Balanço e Mapa de controlo orçamental da receita	Dívidas totais a pagar – Operações de Tesouraria	Menor índice de Dívida Total	1
			1,5 x Média das Receitas correntes cobradas nos 3 anos anteriores		
12	Diminuição do endividamento líquido	Balanço	Endividamento líquido N - Endividamento líquido N-1	Maior diminuição	2
13	Peso das dívidas de médio e longo prazo nas receitas n-1	Balanço e Mapa de controlo orçamental da receita	Dívidas de médio e longo prazo	Menor peso	1
			Receitas Cobradas n-1 (impostos diretos, indiretos e taxas + transferências obtidas Estado)		

Nº do Indicador	Indicador	Fonte de Informação	Rácio	Ordem de pontuação	Peso
14	Peso das dívidas a fornecedores nas receitas n-1	Balanço e Mapa de controlo orçamental da receita	Dívida a fornecedores (curto, médio e longo prazo)	Menor peso	1
			Receitas cobradas totais n-1		
15	Grau de execução da receita cobrada relativamente à despesa paga	Mapas de controlo orçamental de despesa e da receita	Receita cobrada líquida	Maior grau	1
			Despesa paga (exercício + exercícios anteriores)		

5.2. Evolução da Eficiência Financeira

Medir a eficiência de um município não é tarefa fácil. Uma das formas de medir a eficiência de um município seria comparar as despesas com os outputs, como a qualidade dos serviços prestados e a utilidade dos investimentos, mas que infelizmente não é possível de analisar por falta de informação das contas dos municípios uma vez que não é exigida essa informação.

Neste anuário mediu-se a eficiência financeira através de um “ca-baz” de rácios apresentados no ponto anterior.

Com base nesses indicadores no quadro 5.02, é apresentada a pontuação média de todos os municípios pelos três grupos considerando a sua dimensão (pequenos, médios e grandes). A análise dos resultados apresentados no quadro 5.02 permite verificar que os grandes municípios têm uma pontuação média mais elevada em comparação com os municípios de média e pequena dimensão.

No entanto, se analisarmos apenas os dez melhores municípios de cada um destes grupos (pequenos, médios e grandes), e conforme quadro 5.03, os municípios de média dimensão têm melhor pontuação, ou seja, melhor eficiência financeira e uma maior estabilidade na análise desde 2007.

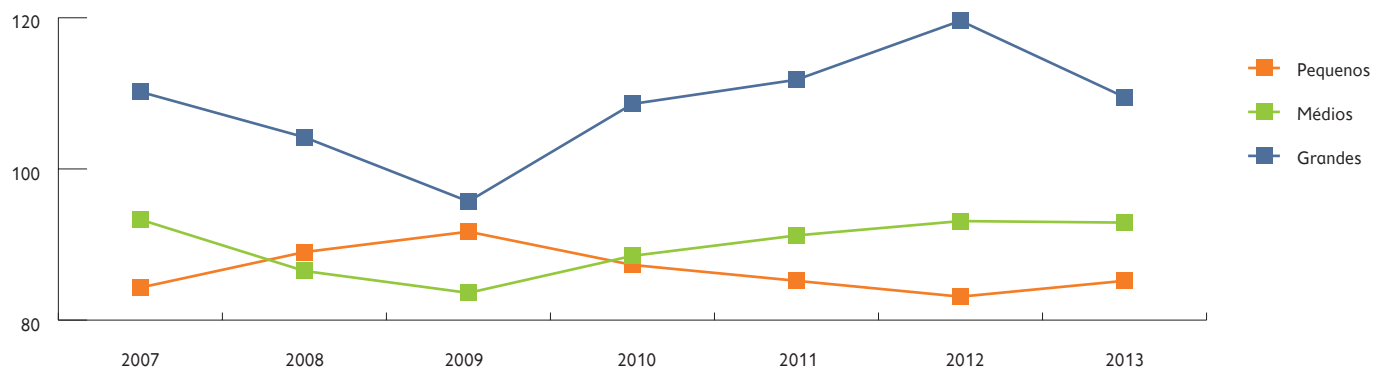
Por outro lado, do quadro 5.03, e gráfico 5.02 concluiu-se ainda que o ano 2012 em termos de eficiência financeira foi o melhor ano no período em análise (2007 a 2013). Em 2013 a eficiência média dos grandes municípios reduziu em relação a 2012, aproximando-se dos valores de 2010. Nos municípios pequenos e média dimensão não se verificaram alterações significativas de 2012 para 2013. Nota-se ainda que os anos eleitorais, (2009 e 2013) a eficiência financeira diminui, nomeadamente nos municípios de grande dimensão.

Quadro 5.02 – Pontuação média obtida pelos municípios por dimensão no período de 2007 a 2013¹⁹⁹

Dimensão	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Grandes	110,2	104,2	95,7	108,6	111,8	119,6	109,5
Médios	93,3	86,5	83,6	88,5	91,2	93,1	92,9
Pequenos	84,3	89,0	91,7	87,3	85,2	83,1	85,2
Média	95,9	93,2	90,3	94,8	96,1	98,6	95,9

¹⁹⁹ Fórmula: Soma da pontuação obtida pelos municípios de cada dimensão / nº de municípios de cada dimensão.

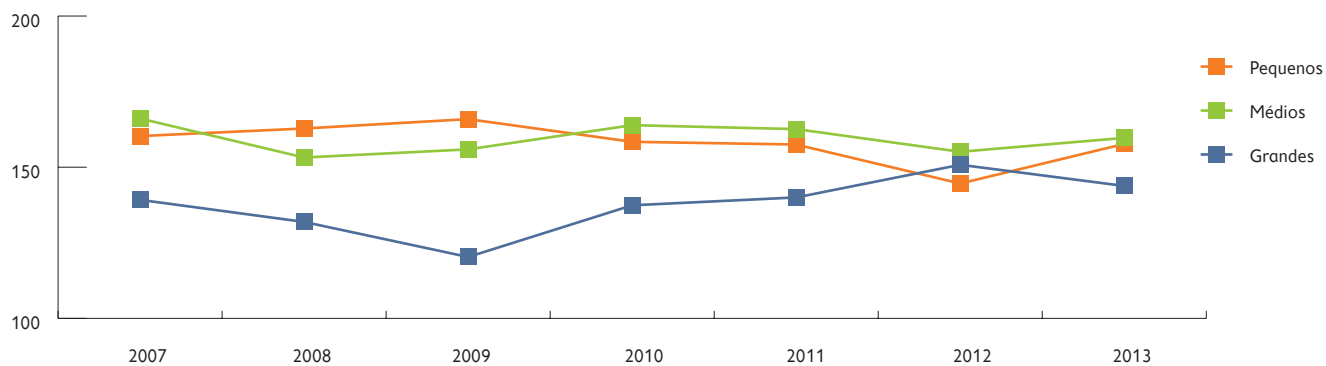
Gráfico 5.01 – Evolução da pontuação média obtida



Quadro 5.03 – Pontuação média dos dez melhores municípios de cada dimensão

Dimensão	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Grandes	139,2	131,9	120,3	137,4	140,0	150,8	143,8
Médios	166,1	153,2	155,9	163,9	162,6	155,1	159,7
Pequenos	160,3	162,8	165,9	158,4	157,5	144,6	157,7
Média	155,2	149,3	147,4	153,2	153,4	150,2	153,7

Gráfico 5.02 – Evolução da pontuação média dos dez melhores municípios



5.2. Ranking Global dos municípios

1. Os melhores municípios considerando a eficiência financeira em 2013.

Com base nestes pressupostos são apresentados os melhores municípios em termos de eficiência financeira em 2013, considerando a sua dimensão, sendo ainda apresentada a posição que o município detinha em 2012.

No ranking R63.A são apresentados os 10 municípios de grande dimensão com melhores indicadores de eficiência financeira acumulada em 2013. No Ranking R63.B são apresentados os 25 primeiros municípios de média dimensão, também com melhores indicadores de eficiência financeira, e no ranking R63.C, apresentam-se os 35 primeiros municípios de pequena dimensão

com melhor eficiência financeira. Na análise são incluídos dois novos ranking, um que apresenta a eficiência financeira dos 10 melhores municípios da região autónoma dos Açores (R63.D) e outro a eficiência financeira dos 5 melhores municípios da Madeira (R63.E).

Pela análise dos Rankings referidos, verifica-se que os municípios que melhoraram a sua eficiência financeira em 2013 entrado consequentemente para o Ranking foram: **Guimarães** e **Leiria** de grande dimensão; **Ponte de Lima**, **Angra do Heroísmo**, **Salvaterra de Magos**, **Marco de Canaveses**, **Lousada** e **Felgueiras** de média dimensão; e **Mogadouro**, **Alcácer do Sal**, **Sever do Vouga**, **Miranda do Corvo** e **Sernancelhe** de pequena dimensão.

R63.A – Ranking Global dos 10 melhores municípios de grande dimensão, em termos de eficiência financeira em 2013

	Município	Distrito	Posição 2012	Pontuação 2013
1	Sintra	Lisboa	3	156
2	Matosinhos	Porto	9	150
3	Vila Franca de Xira	Lisboa	4	149
3	Porto	Porto	10	148
5	Guimarães	Braga	13	147
6	Leiria	Leiria	11	147
7	Amadora	Lisboa	1	141
8	Almada	Setúbal	7	138
9	Maia	Porto	8	133
10	Barcelos	Braga	2	129

R63.B – Ranking Global dos 25 melhores municípios de média dimensão, em termos de eficiência financeira em 2013

	Município	Distrito	Posição 2012	Pontuação 2013
1	Mealhada	Aveiro	8	177
2	Ovar	Aveiro	3	172
3	Ponte de Lima	Viana do Castelo	36	168
4	Marinha Grande	Leiria	5	164
5	Arouca	Aveiro	14	159
6	Benavente	Santarém	19	155
7	Elvas	Portalegre	5	154
8	Castelo Branco	Castelo Branco	1	150
9	Águeda	Aveiro	24	149
10	Viseu	Viseu	2	149
11	Caldas da Rainha	Leiria	5	142
12	Angra do Heroísmo	Açores	28	139
13	Silves	Faro	11	136
14	Abrantes	Santarém	21	134
15	Albergaria-a-Velha	Aveiro	15	134
16	Salvaterra de Magos	Santarém	26	131
17	Porto de Mós	Leiria	17	129
18	Fafe	Braga	10	127
19	Marco de Canaveses	Porto	28	127
20	Esposende	Braga	8	124
21	Tondela	Viseu	4	121
22	Amarante	Porto	12	120
23	Vila Real	Vila Real	20	120
24	Lousada	Porto	33	118
25	Felgueiras	Porto	31	117

R63.C – Ranking Global dos 35 melhores municípios de pequena dimensão, em termos de eficiência financeira em 2013

	Município	Distrito	Posição 2012	Pontuação 2013
1	Pampilhosa da Serra	Coimbra	2	164
2	Vila Velha de Ródão	Castelo Branco	10	162
3	Coruche	Santarém	1	161
4	Penacova	Coimbra	20	159
5	Santa Cruz das Flores	Açores	25	157
6	Arronches	Portalegre	8	156
7	Alvito	Beja	26	155
7	Penalva do Castelo	Viseu	10	155
9	Murtosa	Aveiro	21	154
9	Redondo	Évora	22	154
11	Alcoutim	Faro	4	152
11	Marvão	Portalegre	8	152
13	Gavião	Portalegre	10	150
14	Aguiar da Beira	Guarda	22	146
14	Mogadouro	Bragança	48	146
14	Ponta do Sol	Madeira	32	146
17	Alcácer do Sal	Setúbal	48	143
17	Carrazeda de Ansiães	Bragança	4	143
19	Portel	Évora	19	142
20	Penedono	Viseu	30	140
21	Sever do Vouga	Aveiro	41	137
22	Almeida	Guarda	32	136
22	Boticas	Vila Real	31	136
22	Mortágua	Viseu	3	136
25	Batalha	Leiria	18	135
25	Cinfães	Viseu	17	135
25	Mértola	Beja	4	135
25	Vila do Porto	Açores	35	135
29	São Brás de Alportel	Faro	22	134
30	Carregal do Sal	Viseu	29	131
31	Sátão	Viseu	17	129
32	Miranda do Corvo	Coimbra	43	128
32	Ponte de Sor	Portalegre	10	128
34	Castelo de Vide	Portalegre	4	127
35	Sernancelhe	Viseu	50	126

R63.D – Ranking Global dos 10 melhores municípios da R. A. dos Açores, em termos de eficiência financeira em 2013

	Município	Dimensão	Pontuação 2012	Posição 2012	Pontuação 2013
1	Santa Cruz das Flores	P	125	3	157
2	Angra do Heroísmo	M	120	4	139
3	Ribeira Grande	M	91	8	138
4	Vila do Porto	P	117	6	135
5	Ponta Delgada	M	126	2	114
6	São Roque do Pico	P	118	5	110
7	Santa Cruz da Graciosa	P	100	7	105
8	Horta	P	135	1	104
8	Vila Franca do Campo	P	82	12	104
10	Velas	P	88	10	101

R63.E – Ranking Global dos 5 melhores municípios da R. A. da Madeira, em termos de eficiência financeira em 2013

	Município	Dimensão	Pontuação 2012	Posição 2012	Pontuação 2013
1	Ponta do Sol	P	118	1	146
2	Câmara de Lobos	M	70	2	92
3	Santana	P	66	5	84
4	Calheta (R. A. M.)	P	50	9	79
4	Porto Santo	P	50	9	79

2. Os melhores municípios considerando a soma da pontuação no período de 2010 a 2013.

Nos rankings seguintes são apresentados os melhores municípios em termos de eficiência financeira considerando a soma da pontuação obtida nos quatro anos de mandato. No R64.A são apresentados os 10 municípios de grande dimensão com melhores indicadores de eficiência financeira para os 4 anos. No Ranking R64.B são apresentados os 25 primeiros municípios de média dimensão, também com melhores indicadores de eficiência financeira. E no ranking R64.C, apresentam-se os 35 primeiros municípios de pequena dimensão com melhor eficiência financeira. Também nesta análise são incluídos dois novos ranking, um que apresenta a eficiência financeira para os 4 anos dos 10 melhores municípios da região autónoma dos Açores (R64.D) e outro a eficiência financeira para os 4 anos dos 5 melhores municípios da Madeira (R64.D).

Analisando comparativamente os rankings de 2013 e os rankings que consideram a soma da pontuação no período de 2010 a 2013, em fun-

ção da dimensão, anote-se que são vários os municípios que constam em ambos: **Almada, Amadora, Barcelos, Leiria, Maia, Porto, Sintra e Vila Franca de Xira** nos Rankings dos municípios de grande dimensão; **Abrantes, Águeda, Albergaria-a-Velha, Angra do Heroísmo, Arouca, Benavente, Caldas da Rainha, Castelo Branco, Elvas, Esposende, Fafe, Marco de Canaveses, Marinha Grande, Mealhada, Ovar, Ponte de Lima, Porto de Mós, Salvaterra de Magos, Tondela e Viseu**, nos Rankings dos municípios de média dimensão; e **Aguiar da Beira, Alcácer do Sal, Alcoutim, Alvito, Arronches, Boticas, Carrazeda de Ansiães, Carregal do Sal, Castelo de Vide, Cinfães, Coruche, Gavião, Marvão, Mértola, Mortágua, Murtosa, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penalva do Castelo, Penedono, Ponta do Sol, Ponte de Sor, Portel, Redondo, Santa Cruz das Flores, São Brás de Alportel, Sátão, Sernancelhe, Sever do Vouga, Vila do Porto e Vila Velha de Ródão**, nos Rankings dos municípios de pequena dimensão. Estes municípios, são em termos financeiros, os melhores dos melhores, em termos de uma boa gestão dos dinheiros públicos.

R64.A – Ranking Global dos 10 melhores municípios de grande dimensão, em termos de eficiência financeira – soma da pontuação obtida em 2010, 2011, 2012 e 2013

Município	Distrito	Pontuação				
		2010	2011	2012	2013	2010 a 2013
1 Amadora	Lisboa	154	172	168	141	635
1 Vila Franca de Xira	Lisboa	154	179	153	149	635
3 Almada	Setúbal	153	126	147	138	564
4 Barcelos	Braga	136	129	160	129	554
5 Porto	Porto	93	150	137	148	528
6 Maia	Porto	120	123	145	133	521
7 Oeiras	Lisboa	133	121	149	114	517
8 Sintra	Lisboa	114	81	159	156	510
9 Vila Nova de Famalicão	Braga	132	129	148	99	508
10 Leiria	Leiria	102	121	136	147	506

R64.B – Ranking Global 25 melhores municípios de média dimensão, em termos de eficiência financeira
– soma da pontuação obtida em 2010, 2011, 2012 e 2013

	Município	Distrito	Pontuação				
			2010	2011	2012	2013	2010 a 2013
1	Castelo Branco	Castelo Branco	171	180	178	150	679
2	Mealhada	Aveiro	161	174	147	177	659
3	Ovar	Aveiro	173	150	160	172	655
4	Elvas	Portalegre	173	166	150	154	643
5	Ponte de Lima	Viana do Castelo	147	168	112	168	595
6	Anadia	Aveiro	180	179	124	103	586
7	Marinha Grande	Leiria	139	129	150	164	582
8	Tondela	Viseu	166	132	155	121	574
9	Albergaria-a-Velha	Aveiro	158	147	133	134	572
10	Fafe	Braga	166	135	144	127	572
11	Caldas da Rainha	Leiria	117	159	150	142	568
12	Viseu	Viseu	102	146	170	149	567
13	Arouca	Aveiro	131	127	134	159	551
14	Águeda	Aveiro	115	145	123	149	532
15	Amarante	Porto	138	131	136	120	525
16	Pombal	Leiria	127	156	133	107	523
17	Benavente	Santarém	116	118	129	155	518
18	Abrantes	Santarém	140	115	126	134	515
19	Bragança	Bragança	144	147	111	108	510
19	Porto de Mós	Leiria	116	133	132	129	510
21	Salvaterra de Magos	Santarém	131	121	121	131	504
22	Esposende	Braga	97	130	147	124	498
23	Marco de Canaveses	Porto	105	142	120	127	494
24	Angra do Heroísmo	Açores	96	138	120	139	493
25	Ponta Delgada	Açores	110	113	126	114	463

R64.C – Ranking Global dos 35 melhores municípios de pequena dimensão, em termos de eficiência financeira – soma da pontuação obtida em 2010, 2011, 2012 e 2013

	Município	Distrito	Pontuação				
			2010	2011	2012	2013	2010 a 2013
1	Pampilhosa da Serra	Coimbra	159	159	151	164	633
2	Coruche	Santarém	155	157	158	161	631
3	Penalva do Castelo	Viseu	173	154	138	155	620
4	Arronches	Portalegre	149	152	140	156	597
5	Marvão	Portalegre	145	152	140	152	589
6	Mortágua	Viseu	137	167	147	136	587
7	Gavião	Portalegre	141	155	138	150	584
8	Ponte de Sor	Portalegre	147	164	138	128	577
8	Portel	Évora	158	148	129	142	577
10	Castelo de Vide	Portalegre	159	146	143	127	575
11	Cinfães	Viseu	168	139	132	135	574
12	Aguiar da Beira	Guarda	156	144	126	146	572
12	Penedono	Viseu	159	153	120	140	572
12	Vila Velha de Ródão	Castelo Branco	118	154	138	162	572
15	Alcoutim	Faro	130	144	143	152	569
16	Santa Cruz das Flores	Açores	143	142	125	157	567
16	Murtosa	Aveiro	145	138	127	154	564
18	Redondo	Évora	129	138	126	154	547
19	Alcácer do Sal	Setúbal	145	133	109	14	530
20	Vila do Porto	Açores	140	135	117	135	527
21	Penacova	Coimbra	111	125	128	159	523
21	São Brás de Alportel	Faro	114	149	126	134	523
23	Sever do Vouga	Aveiro	135	132	113	137	517
24	Idanha-a-Nova	Castelo Branco	119	160	136	98	513
25	Mértola	Beja	113	121	143	135	512
26	Carrazeda de Ansiães	Bragança	113	112	143	143	511
27	Sátão	Viseu	131	115	133	129	508
28	Carregal do Sal	Viseu	119	129	121	131	500
29	Alvito	Beja	102	115	124	155	496
29	Sernancelhe	Viseu	140	123	107	126	496
31	Condeixa-a-Nova	Coimbra	112	127	136	119	494
32	Boticas	Vila Real	133	105	119	136	493
33	Oleiros	Castelo Branco	136	136	115	104	491
34	Ponta do Sol	Madeira	118	101	118	146	483
35	São Roque do Pico	Açores	119	134	118	110	481
35	Mogadouro	Bragança	133	90	109	146	478

R64.D – Ranking Global dos 10 melhores municípios da R. A. dos Açores, em termos de eficiência financeira – soma da pontuação obtida em 2010, 2011, 2012 e 2013

	Município	Dimensão	Pontuação				2010 a 2013
			2010	2011	2012	2013	
1	Santa Cruz das Flores	P	143	142	125	157	567
2	Vila do Porto	P	140	135	117	135	527
3	Angra do Heroísmo	M	96	138	120	139	493
4	São Roque do Pico	P	119	134	118	110	481
5	Ponta Delgada	M	110	113	126	114	463
6	Horta	P	124	97	135	104	460
7	Santa Cruz da Graciosa	P	106	115	100	105	426
8	Ribeira Grande	M	68	101	91	138	398
9	Corvo	P	100	86	89	88	363
10	Lagoa (R.A.A)	P	80	109	86	71	346

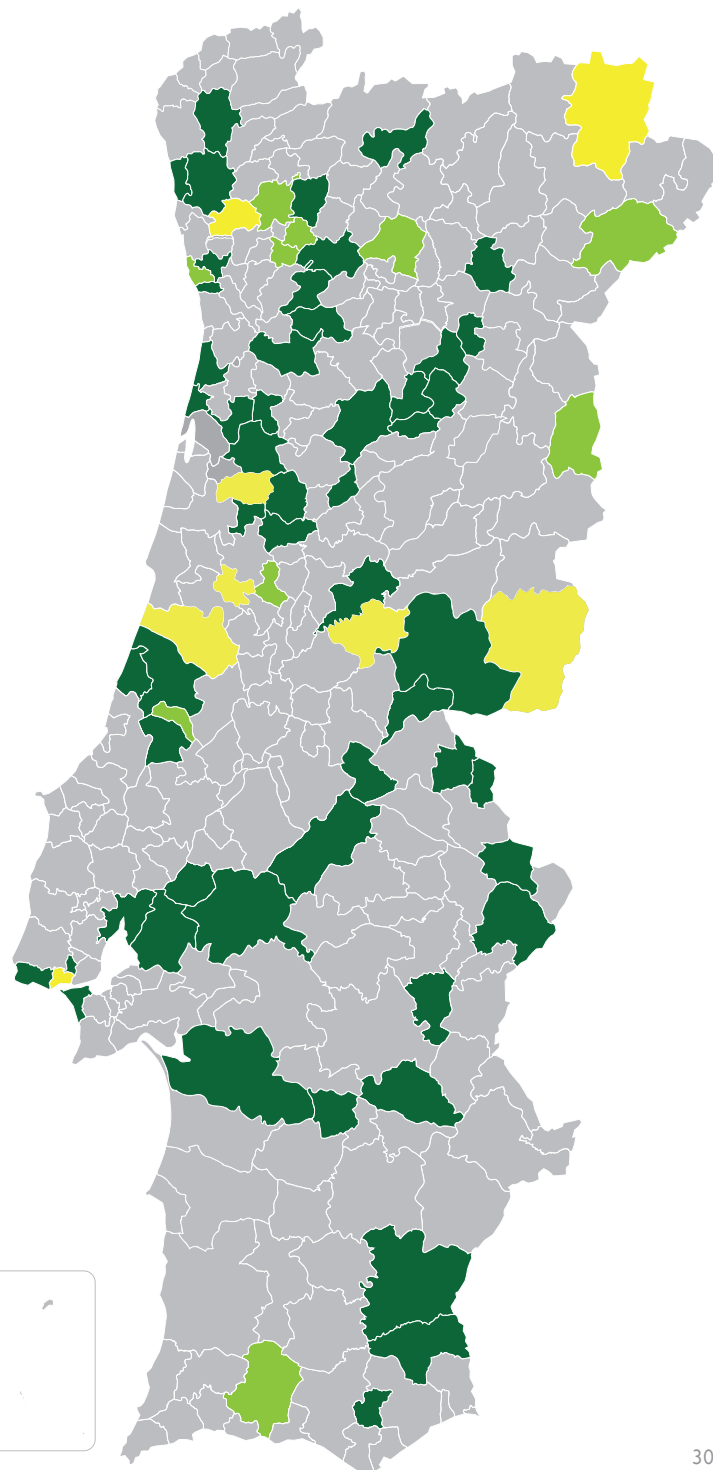
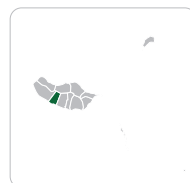
R64.E – Ranking Global dos 5 melhores municípios da R. A. da Madeira, em termos de eficiência financeira – soma da pontuação obtida em 2010, 2011, 2012 e 2013

	Município	Dimensão	Pontuação				2010 a 2013
			2010	2011	2012	2013	
1	Ponta do Sol	P	118	101	118	146	483
2	Câmara de Lobos	M	100	81	70	92	343
3	Santana	P	81	51	66	84	282
4	Porto Moniz	P	77	78	59	66	280
5	Ribeira Brava	P	105	40	56	73	274

Portugal Continental e regiões autónomas

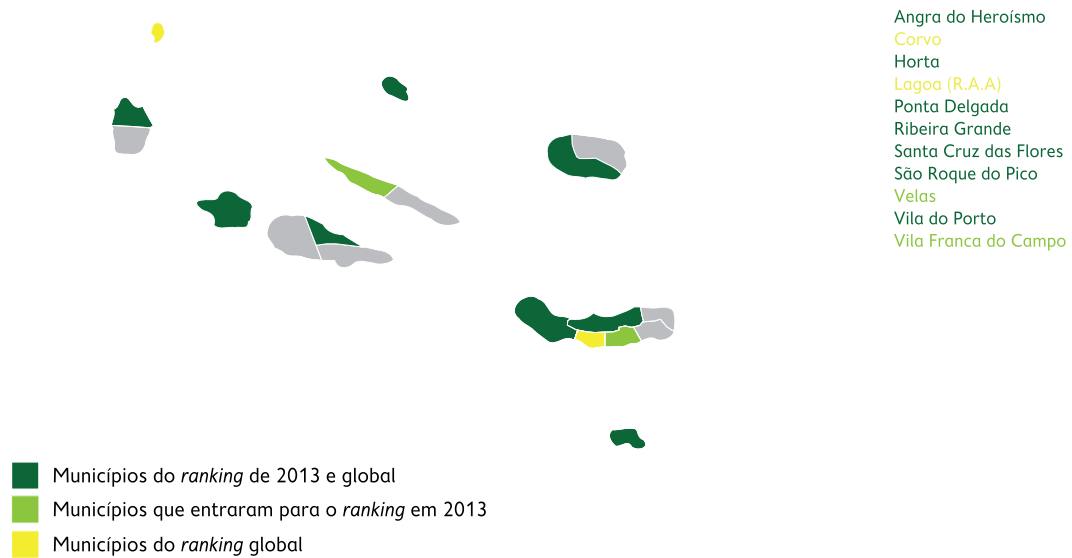
Abrantes
 Águeda
 Aguiar da Beira
 Albergaria-a-Velha
 Alcácer do Sal
 Alcochete
 Alcoutim
 Almada
 Almeida
 Alvito
 Amadora
 Amarante
 Anadia
 Arouca
 Arronches
 Barcelos
 Batalha
 Boticas
 Bragança
 Caldas da Rainha
 Carrizada de Ansiães
 Carregal do Sal
 Cascais
 Castelo de Vide
 Cinfães
 Condeixa-a-Nova
 Coruche
 Elvas
 Espinho
 Fafe
 Felgueiras
 Gavião
 Guimarães
 Idanha-a-Nova
 Leiria
 Lousada
 Maia
 Marco de Canaveses
 Marinha Grande
 Marvão
 Matosinhos
 Mealhada
 Mértola
 Miranda do Corvo
 Mogadouro
 Mortágua
 Murtosa
 Oeiras

Oleiros
 Ovar
 Pampilhosa da Serra
 Penacova
 Penalva do Castelo
 Penedono
 Pombal
 Ponta Delgada
 Ponta do Sol
 Ponte de Lima
 Ponte de Sor
 Porto
 Porto de Mós
 Redondo
 Sabugal
 Santa Cruz das Flores
 Santo Tirso
 São Roque do Pico
 Sátão
 Sernancelhe
 Sever do Vouga
 Silves
 Tondela
 Vila do Bispo
 Vila Nova de Famalicão
 Vila Real
 Vila Velha de Ródão
 Viseu



- Municípios do *ranking* de 2013 e global
- Municípios que entraram para o *ranking* em 2013
- Municípios do *ranking* global

Região Autónoma dos Açores



Região Autónoma da Madeira

Calheta RAM
Câmara de Lobos
Porto Moniz
Porto Santo
Ribeira Brava
Santana



CAPÍTULO 6. RESUMO E CONCLUSÕES

Ao concluir a edição de 2013 do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, alguns comentários finais merecem ser apresentados, organizados seguindo o índice do mesmo:

Independência Financeira e Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)

- Em 2013 os municípios portugueses, pese embora a sua autonomia, continuam a apresentar um elevado grau de dependência financeira, nomeadamente em relação às transferências da Administração Central. Face ao ano anterior, notou-se uma ligeira redução das transferências em detrimento do endividamento. Esta dependência é mais significativa nos municípios mais pequenos, onde o montante de transferências atinge mais de 2/3 das receitas totais. O endividamento como fonte de receita tem mais peso nos municípios de média dimensão, enquanto as receitas próprias têm mais peso nos municípios de grande dimensão.

- Aderiram ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) 99 municípios, tendo sido visado pelo Tribunal de Contas um montante de financiamento que ascendeu a 596,1 M€. Os municípios que recorreram ao programa, cujo financiamento foi, na sua maioria, contratualizado em 2013, foram essencialmente de pequena e média dimensão, sendo apenas três de grande dimensão (Funchal, Santa Maria da Feira e Vila Nova de Gaia).

Receita Autárquica:

- A taxa de execução do orçamento da receita continuou, em 2013, aquém do desejável, indiciando empolamento orçamental, nomeadamente por sobre estimativa da rubrica relativa a venda de bens de

capital. Tal ocorrência apresenta graves consequências na despesa assumida, já que o teto do total dos compromissos tem por referência o total da receita estimada, e na posterior falta de meios financeiros, agravando a situação financeira e de tesouraria dos municípios.

- Não obstante, em 2013 constatou-se um aumento de receita cobrada e liquidada, assim como um esforço de aproximação da receita orçada àqueles valores, mas que ainda não se mostrou suficiente, levando a uma pressão sobre o passivo de curto prazo, uma vez que o recurso ao crédito bancário de médio e longo prazo se encontra vedado para a maioria dos municípios. Parece ser necessário um maior controlo da aplicação das regras previsionais existentes (POCAL e outras), eventualmente criando outras mais restritivas, com um efeito ainda mais disciplinador sobre o comportamento dos municípios no que toca ao planeamento orçamental.

- O total das receitas cobradas aumentou em 2013, em muitos municípios devido ao recurso aos PAEL, já que nas outras rubricas de receita não houve grandes variações. Quadro 2.34 - Distribuição dos valores da Despesa com Pessoal

- Em termos de rubricas, as transferências e subsídios obtidos (quer correntes que de capital) reduziram, assim como as receitas provenientes de vendas de bens duradouros, enquanto os passivos conheceram aumento. As transferências e subsídios obtidos e os impostos e taxas foram a maior fatia das receitas correntes cobradas.

- Os impostos e taxas assumem maior peso na receita cobrada pelos municípios de média dimensão, sendo que o IMI, principal im-

posto direto fonte de receita, foi cobrado em maior montante nos municípios de grande dimensão. Quanto à estrutura da receita fiscal, a proveniente de IMI cresceu em 2013, em detrimento do IMT e da derrama, que baixaram.

- Sobre o PAEL, do total de 596,1 M€ a que, como referido, recorreram 99 municípios, a maior parte do crédito foi obtido, logo entrou como receita, em 2013. Em muitos dos municípios financiados, o crédito do PAEL constituiu a totalidade da receita de passivos de médio e longo prazo. Na totalidade dos 99 municípios, o PAEL constituiu 80% da receita dos passivos financeiros.

Despesa Autárquica

- A despesa prevista dos municípios diminuiu 6,4% em 2013, tendo diminuído 1,6 mil milhões de euros nos dois últimos anos.

- Em termos absolutos, a despesa comprometida voltou a diminuir em 2013, mas não de forma tão acentuada como em anos anteriores, tendo esta diminuição sido inferior à registada na despesa prevista.

- A despesa paga apresenta um aumento de 111,6 M€ em 2013, no entanto, bastante inferior ao valor das receitas creditícias recebidas pelos 99 municípios beneficiados pelo PAEL em 2013 (481,9 M€).

- Os compromissos por pagar baixaram mais de mil milhões de euros entre 2011 e 2013, em virtude da significativa diminuição dos compromissos do exercício.

- Em 2013, a Despesa com Pessoal aumentou ligeiramente, aumentando também a despesa com a Aquisição de bens e serviços; a despesa de investimento desceu significativamente. Em 2013, os encargos com juros baixaram 21,4 M€ (-14,4%), o que não ocorria desde 2010; as despesas com subsídios baixaram 27,7 M€ (-12,4%) e as transferências de capital continuaram a baixar (-5,3 M€, correspondentes a -1,9%), embora menos que nos três anos anteriores.

- Sobre os Saldos Orçamentais, Saldo Efetivo e Saldo Primário em 2013:

- O saldo global efetivo voltou a agravar-se em 241 M€, passando para -1.205 M€, sendo que foi sempre negativo desde 2007.

- O saldo corrente, resultante das despesas assumidas e das receitas liquidadas, foi de 480 M€ (+113,7%) e resultou de uma melhoria extraordinária da situação financeira de 217 municípios.

- O saldo corrente de caixa foi de 1 094 M€, o que não pode considerar-se excedente pois coexistiu com um volume global de encargos por pagar no montante de 1 705 M€. Verifica-se que 38 municípios apresentaram saldo corrente de caixa negativo.

- O saldo primário (ótica dos compromissos) agravou-se em 2013, apresentando um valor negativo de 1 040 M€.

Análise patrimonial e económico-financeira

- Constatou-se em 2013, no Ativo, um crescimento considerável do imobilizado corpóreo (sobretudo edifícios), designadamente por redução do imobilizado em curso, que entretanto terá sido concluído, inventariado e registado.

- Em 2013 as partes de capital crescem em 24 M€, totalizando a verba de 1 350,2 M€. Os investimentos em imóveis aumentam em 36,1 M€, totalizando o montante de 298,5 M€.

- No ativo circulante, há alguns municípios com montantes significativos em empréstimos concedidos em 2013, pese embora o período de constrangimentos e dificuldades financeiras. A rubrica outros devedores (curto prazo) apresenta um peso significativo, quando deveria ser residual.

- No que concerne aos Fundos Próprios, em 2013 aumentaram, pese embora a redução em 514,4 M€ no resultado líquido da totalidade dos 308 municípios. Porém, houve aumento das reservas, doações, resultados transitados e do próprio Fundo Patrimonial, que deveria ser imutável, mas que se depreende sofreu um acréscimo em resulta-

do da continuação, em alguns municípios, do processo de inventariação do imobilizado. À análise dos Fundos Próprios juntou-se os proveitos diferidos, por não constituírem montantes exigíveis e logo não fazendo parte do Passivo, e que, em 2013 aumentaram 220,2 M€.

- No Passivo, em 2013 foi notório o aumento do passivo de médio e longo prazo em detrimento do de curto prazo devido, como espectral, ao crédito do PAEL. Na sua totalidade o passivo exigível continuou a tendência desde 2011, baixando em 2013 em 369,9 M€.
- No que tange aos critérios de endividamento da nova Lei do Regime Financeiro Autárquico (Lei 73/2013), 21 municípios apresentavam montantes de dívida total muito acima dos limites, nomeadamente 2,25 vezes e 3 vezes a receita média líquida cobrada nos últimos 3 anos, quando o limite é 1,5 vezes (apontando para eventuais situações que obrigariam ao saneamento financeiro).
- À luz da Lei das Finanças Locais (Lei 2/2007), ainda em vigor em 2013, houve decréscimo do endividamento líquido nos últimos três anos, sendo que em 2012 a variação foi de -1 099 M€ e em 2013 de -366 M€. Em 2013 havia 30 municípios ainda com capacidade de endividamento, já que apresentavam endividamento líquido negativo.
- Desde 2009 que o peso do endividamento líquido dos municípios portugueses tem vindo a descer em relação ao limite autorizado, afastando-se deste sobretudo em 2012 e 2013. Trata-se de uma recuperação financeira, notável no universo dos 308 municípios, para a qual não pesa a adesão ao PAEL que mantém inalterável o volume de dívida líquida e dívida bruta.
- Quanto ao Prazo Médio de Pagamentos, em 2013 diminui número de municípios que não cumprem os 90 dias, ou seja, em geral há mais cumprimento deste prazo, com o programa “Pagar a Tempo e Horas” e o PAEL. Ainda assim, o PMP da totalidade dos 308 municípios em 2013 é ainda elevado, atingindo os 123 dias.
- Entre 2010 e 2013 o *stock* da dívida bancária de MLP diminuiu 1.185,3 M€. Nos últimos dois anos reduziu em 685M€. Na verdade, muitos municípios, por restrições da LFL e do OE, deixaram de poder

aceder a crédito bancário (234 municípios não acederam a crédito bancário em 2013).

- Sobre o desempenho económico, espelhado na análise de custos, proveitos e resultados:

- Os custos totais dos 308 municípios aumentaram em 2013, devido ao aumento dos custos com pessoal e das amortizações, estas últimas não por aumentos dos novos investimentos (até porque baixou a despesa de investimento), mas pela conclusão de imobilizações em curso, o que implicou a sua integração no imobilizado.
- O total dos proveitos dos 308 municípios baixou em 2013 em 317,8M €, por diminuição considerável das transferências e subsídios obtidos, já que os impostos e taxas aumentaram. Estas duas rubricas continuam a constituir as principais componentes dos proveitos dos municípios portugueses.
- Em consequência da aproximação do valor do total dos custos ao do total dos proveitos, em 2013 o resultado líquido (económico) piora substancialmente face a 2012, -514,5 M€ (-87,9%), tendo aumentado em 15 o número de municípios com resultados negativos.
- Em anos eleitorais, como 2009 e 2013, o resultado líquido aparece mais baixo do que nos outros períodos, o que pode estar associado a um certo comportamento gastador típico dos autarcas nessas alturas.
- Em 2013 os resultados económicos foram, em média, substancialmente diferentes nos três grupos de municípios. Bastante superior nos de grande dimensão, com um valor médio de 101 M€, e bastante inferior no grupo de municípios de média dimensão, onde se verificou um valor médio de 41 M€. Considerando a globalidade dos municípios de pequena dimensão o valor médio dos resultados económicos foi negativo de -72 M€.
- Subsequentemente, os resultados económicos *per capita* são mais elevados também nos municípios de grande dimensão (22,4€)

que, junto com os dos de média dimensão (9,8€), contribuem para o valor do país (6,8€).

Entidades do Setor Empresarial Local

- A amostra objeto de análise comparativa do SEL respeita a 225 entidades do SEL para o período de 2013 e a 220 para o período de comparação evolutiva entre 2010, 2011, 2012 e 2013, excluindo-se destas 35 empresas que foram dissolvidas em 2013, 3 que se fundiram e 14 cujos dados de 2013 não foi possível recolher.

- A adoção do SNC provocou um grande impacto nas rubricas do Capital Próprio das entidades do SEL, aumentando de forma significativa os seus capitais próprios, pela inclusão dos subsídios ao investimento nas rubricas respetivas (antes reconhecidos como proveitos diferidos), designadamente em “outras variações do capital próprio” que, em 2013, atingiram 36,9% do total do Capital Próprio e apresentaram a maior variação, com um aumento de 38,6 M€ (+8,6%).

- Em 2013, 71,1% do passivo não corrente era constituído por financiamentos obtidos, no total de 502,9 milhões de euros. Este valor representou um aumento de 15,7M€ (+3,2%) em relação a 2012. 150 Entidades empresariais aumentaram em 2013 o saldo de financiamentos obtidos O passivo não corrente diminui em 2013 em 17,7M€ (-2,4%).

- Contribuíram em maior parte para o aumento do passivo corrente de 2012 para 2013 o acréscimo de valor das seguintes rubricas: outras contas a pagar em +23,9M€ (+13,8%); financiamentos obtidos em +9,9M€ (+5,1%); diferimentos em +5,5M€ (+8,2%) e fornecedores em +5,4M€ (+3,1%).

- Em 2013 o passivo exigível teve um aumento de 80,6 milhões de euros.

- Na globalidade, o SEL aumentou o seu endividamento líquido em 54M€ (+8,9%) em 2013, por via do aumento significativo do seu passivo exigível em 80,6M€ (+7%), e do aumento inferior do total do ativo circulante de 26,56M€ (+4,9%). Da aplicação do processo de cálculo do endividamento líquido nos termos da LFL, verificou-se

ainda que 94 entidades do sector empresarial local (aproximadamente 43%) não apresentaram endividamento líquido em 2013 (81 em 2010, 86 em 2011 e 95 em 2012).

- Verificou-se, em 2013, uma diminuição dos rendimentos, provocada pelo decréscimo de vendas e serviços prestados de -11,6M€ (-1,9%), de trabalhos para a própria entidade de -9,8M€ (-78,2%), e de outros rendimentos e ganhos de -2,65M€ (-3,8%), pese embora tenham aumentado os subsídios à exploração em 4,5M€ (+4,1%) e os juros e rendimentos similares obtidos em 3,14M€ (+163,1%).

- Contribuiu ainda para o resultado líquido negativo de 2013, o aumento dos gastos com pessoal em 14,95M€ (+7%), dos Outros Gastos e Perdas em 7,67M€ (+33,5%), e dos custos com mercadorias vendidas e matérias consumidas em 1,6M€ (+2,6%).

- Em 2013, 14 entidades empresariais que passaram de resultados negativos para resultados positivos, e 50 passaram de resultados positivos para resultados negativos. 140 Entidades empresariais (63,6%) obtiveram resultados operacionais positivos em 2013, apresentando na sua globalidade o valor de 25,8M€. Este valor não foi portanto suficiente para cobrir o total dos gastos em juros e outros encargos similares no montante de 40,7M€ para todo o SEL. De 2012 para 2013 verificou-se uma diminuição dos resultados operacionais em 52% (-27,97M€).

- A análise para os três anos (2011, 2012, e 2013) à luz do n.º 1 do art. 62º da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, permitiu concluir que 35 empresas, das 188 analisadas, deverão ser dissolvidas.

- Para além das 38 empresas do setor local dissolvidas, existem mais 36 empresas em processo de dissolução por força da aplicação do n.º 1 do art. 62º da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto.

ANEXO I: DADOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS DO MUNICÍPIOS, EMPRESAS MUNICIPAIS E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS, 2013

Unidade: euros

Tipo		Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Forneced. / Receitas n-1
CM	M	Abrantes	-1.607.108	1.251.435	14.415.344	5.000.685	27,8%	4,1%
SMA		Ambientabras	-137.573	55.576	534.969	-1.376.311	--	--
CM	M	Águeda	-241.411	701.760	11.053.702	-2.014.428	-9,7%	8,5%
CM	P	Aguiar da Beira	-2.550.433	-1.578.085	4.108.385	-1.061.156	-18,7%	0,0%
CM	P	Alandroal	-2.377.748	-2.665.392	21.291.443	20.328.440	312,6%	77,9%
CM	M	Albergaria-a-Velha	-3.172.301	-501.129	6.208.371	1.457.650	14,3%	5,2%
CM	M	Albufeira	10.429.000	14.067.226	43.050.830	23.619.362	64,9%	11,8%
CM	P	Alcácer do Sal	-27.244	823.294	1.494.179	-939.720	-7,2%	5,0%
EM		EMSUAS - Serv. Urb. de Alcácer do Sal	10.449	1.873	212.181	-8.415	--	--
CM	P	Alcanena	2.100.322	1.780.661	14.546.933	13.753.593	170,9%	10,5%
CM	M	Alcobaça	6.912.897	5.418.665	15.960.245	7.801.582	33,3%	12,6%
SMAS		Alcobaça	-2.314.554	-1.279.119	8.506.495	7.117.271	--	--
CM	P	Alcochete	1.786.704	2.235.158	13.603.801	12.086.372	155,6%	63,2%
CM	P	Alcoutim	1.008.208	576.056	1.450.228	-350.630	-5,2%	3,2%
CM	M	Alenquer	122.971	279.368	16.564.949	14.339.868	78,1%	33,1%
CM	P	Alfândega da Fé	1.191.285	1.130.194	20.388.979	17.630.656	284,2%	13,1%
EM		Alfandegatur - Emp. Des. Turístico	-310.213	-375.476	1.754.724	1.559.067	--	--
EM		EDEAF - EM Desenvolvimento	-39.591	-67.119	380.427	188.586	--	--
CM	P	Alijó	1.937.116	2.224.616	21.449.492	19.137.756	260,8%	84,3%
CM	P	Aljezur	90.513	645.750	4.931.239	4.420.730	67,7%	4,0%
CM	P	Aljustrel	-593.150	75.402	9.515.020	6.567.314	93,5%	25,8%
CM	G	Almada	-1.290.233	564.913	45.997.489	5.932.863	10,1%	10,6%
EM		ECALMA-Estacionamento e Circulação	8.896	5.707	112.815	-117.326	--	--
SMAS		Almada	-2.650.154	-1.152.202	7.458.723	-11.860.699	--	--
CM	P	Almeida	-291.246	55.830	5.156.331	1.463.362	17,8%	4,9%
EEM		Almeida Município-Reab. Urb., Des. Eco. e Gestão de Equipamentos	-51.220	-52.152	21.078	-28.035	--	--
CM	M	Almeirim	-4.725.558	-3.758.982	8.315.393	6.477.795	67,9%	1,7%

Tipo		Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Forneced. / Receitas n-1
CM	P	Almodôvar	717.677	787.461	7.104.734	4.255.337	47,6%	4,9%
CM	P	Alpiarça	-1.925.317	-2.485.851	11.491.798	10.327.322	214,0%	6,4%
CM	P	Alter do Chão	-686.052	-746.922	2.463.975	733.732	16,0%	6,7%
CM	P	Alvaiázere	-4.182.919	-3.619.069	6.736.884	6.511.610	120,1%	19,8%
CM	P	Alvito	247.288	307.766	988.464	-123.893	-3,5%	1,6%
CM	G	Amadora	-3.743.526	276.827	39.543.917	-29.996.444	-47,9%	3,8%
EM		Escola Intercultural Prof. Desporto	-169.365	-170.723	191.906	-1.268.041	--	--
CM	M	Amarante	2.844.587	1.182.003	10.943.778	7.615.798	35,1%	0,9%
CM	P	Amares	1.190.215	597.890	9.063.822	7.155.487	102,0%	5,5%
CM	M	Anadia	-2.551.041	-793.980	9.104.077	4.209.515	39,0%	1,7%
CM	M	Angra do Heroísmo	120.103	2.213.138	19.782.016	5.178.401	39,5%	2,4%
SM		Angra do Heroísmo	-1.617.914	-304.082	2.285.806	-948.738	--	--
EEM		TERAMB-Emp.Mun.Gestão e Valoriz. Ambiental Ilha Terceira	144.944	69.796	5.866.544	-25.491.817	--	--
CM	P	Ansião	-416.446	-206.467	13.170.186	11.395.338	150,6%	5,9%
CM	M	Arcos de Valdevez	899.505	2.843.015	12.690.436	10.657.527	72,7%	18,6%
CM	P	Arganil	-633.467	723.572	6.932.417	4.849.237	63,3%	5,3%
CM	P	Armamar	966.113	236.195	9.348.909	8.638.199	140,5%	33,7%
CM	M	Arouca	3.399.437	2.897.300	4.652.673	220.761	2,0%	2,8%
CM	P	Arraiolos	-1.170.660	-614.366	7.305.141	6.009.399	85,5%	10,6%
CM	P	Arronches	873.835	857.980	1.619.288	-4.371.695	-109,3%	0,6%
CM	P	Arruda dos Vinhos	169.973	610.633	6.905.693	6.310.807	94,1%	12,5%
CM	M	Aveiro	275.624	-703.850	123.622.737	110.982.286	386,9%	102,6%
EEM		MoveAveiro - EM de Mobilidade	-2.233.852	-2.310.916	3.546.850	3.378.136	--	--
EM		Aveiro Expo - Parque de Exposições	-214.512	-212.500	1.060.611	187.420	--	--
EM		EMA - Estádio Municipal de Aveiro	-261.122	-277.200	5.084.377	4.511.908	--	--
EM		TEMA- Teatro Municipal de Aveiro	-247.713	-248.971	285.481	123.394	--	--
SMAS		Aveiro	-1.326.296	65.228	6.248.271	4.778.147	--	--
Soc.		Teatro Aveirense	-4.751	-11.762	351.681	155.153	--	--
CM	P	Avis	-1.782.783	-1.122.709	4.486.235	2.929.693	48,7%	20,5%
CM	M	Azambuja	634.527	-291.454	12.631.486	10.309.448	95,7%	7,1%
CM	P	Baião	-417.438	-726.902	6.064.415	4.181.679	39,8%	7,5%
CM	G	Barcelos	3.948.757	-6.954.468	27.176.365	-2.306.257	-5,6%	8,6%
EM		EMDB - Empresa Municipal de Desportos	-622.323	-621.663	330.817	149.111	--	--
EM		EMEC - EM de Educação e Cultura	-774.403	-841.836	1.886.374	349.852	--	--
CM	P	Barrancos	402.993	80.379	2.356.801	2.095.774	64,6%	7,0%
CM	M	Barreiro	5.588.919	6.312.596	33.284.661	29.547.433	108,2%	26,1%

Tipo	Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Forneced. / Receitas n-1
SMTC	Barreiro	-516.866	293.981	4.777.664	3.747.782	--	--
CM	P Batalha	-2.555.944	-1.948.452	2.984.677	1.370.331	19,7%	6,5%
EM	IserBatalha - Gestão de Equip. Urb., Cultural e Inserção	3.384	2.957	238.160	-55.875	--	--
CM	M Beja	2.413.991	-1.949.368	18.587.944	17.260.308	111,1%	20,7%
EM	EMAS - Água e Saneamento	68.268	3.202	5.753.758	3.459.910	--	--
EM	Inovobeja - EM de Desenvolvimento	-42.777	-46.073	183.385	101.093	--	--
CM	P Belmonte	-1.425.991	-1.700.915	4.541.364	3.283.645	74,1%	33,2%
EM	EMPDS - Promoção e Des. Social	-12.783	-12.654	62.034	47.660	--	--
CM	M Benavente	1.461.161	1.090.161	2.425.788	351.924	3,0%	3,0%
CM	P Bombarral	1.138.314	892.337	7.446.493	6.605.674	108,3%	36,9%
CM	P Borba	-352.366	-288.508	11.897.513	9.883.010	189,9%	19,0%
CM	P Boticas	-1.166.989	-199.185	2.968.142	522.830	8,7%	4,4%
CM	G Braga	21.669.693	20.775.354	75.870.856	69.390.489	101,8%	9,6%
EM	AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos	5.532.086	2.730.025	61.876.966	47.502.531	--	--
EM	BRAGAHABIT - Habitação	-488.429	-492.447	654.491	-20.880	--	--
EM	PEB - Emp. Parque de Exposições de Braga	-333.962	-310.425	566.631	203.885	--	--
EM	TUB - Transportes Urbanos	-101.996	-426.822	8.400.116	7.456.241	--	--
SA	Teatro Circo de Braga	212.545	191.612	767.163	-16.494	--	--
CM	M Bragança	1.842.223	2.192.948	11.736.209	7.831.785	39,0%	11,0%
EM	MMB - Mercado Municipal de Bragança	-43.618	-48.804	790.191	724.593	--	--
CM	P Cabeceiras de Basto	559.305	40.907	10.167.447	-1.007.401	-10,0%	11,7%
CM	P Cadaval	-736.446	42.198	3.713.025	2.353.938	34,8%	11,8%
CM	M Caldas da Rainha	-2.136.112	-433.097	5.156.945	-1.505.688	-8,6%	8,2%
SMAS	Caldas da Rainha	-775.929	-504.056	407.835	-3.981.939	--	--
CM	P Calheta (R. A. A.)	696.722	891.818	7.259.284	6.671.644	190,3%	3,4%
CM	P Calheta (R. A. M.)	386.105	1.052.449	10.877.298	8.802.879	118,4%	20,1%
EM	Empreendimentos Sol-Calheta	-86.546	-89.521	215.797	180.099	--	--
CM	M Câmara de Lobos	3.162.310	5.758.557	13.547.885	9.321.055	93,0%	14,4%
CM	P Caminha	-1.856.429	-918.262	18.236.909	13.117.510	127,5%	52,4%
CM	P Campo Maior	-197.230	-57.215	2.538.854	1.475.936	21,6%	22,0%
EM	CampoMaior XXI	6.114	6.187	48.210	-50.420	--	--
CM	M Cantanhede	1.863.318	3.338.833	29.083.078	26.191.977	275,7%	28,6%
EM	INOVA - Emp. de Desenv. Económico e Social de Cantanhede	652.917	687.045	7.372.879	4.823.155	--	--
CM	P Carrazeda de Ansiães	2.920.409	2.781.838	4.131.627	-128.546	-4,8%	2,9%
CM	P Carregal do Sal	-2.944.567	-2.622.420	4.437.896	2.532.669	46,8%	3,0%

Tipo		Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Forneced. / Receitas n-1
CM	M	Cartaxo	-838.163	-1.919.300	47.034.364	30.554.581	325,7%	161,5%
EM		Rumo 2020	-358.362	-415.423	6.005.002	4.630.646	--	--
CM	G	Cascais	-1.220.840	3.433.947	104.904.509	92.143.347	84,7%	43,7%
EM SA		Cascais Próxima	745.315	16.169	15.144.379	-351.945	--	--
EM SA		Cascais Dinâmica-Gestão, Economia, Empreendedorismo	213.162	13.493	5.166.685	605.106	--	--
EM SA		CASCAIS ENVOLVENTE – Gestão Social da Habitação, E.M., S.A	188.836	137.546	469.918	-822.881	--	--
EM SA		EMAC - Emp. de Ambiente	968.745	17.297	18.590.744	4.064.349	--	--
CM	P	Castanheira de Pêra	-859.933	-968.854	10.124.351	8.253.948	232,8%	2,7%
SA		RIBEIRAPERA-Sociedade para o Desenvolvimento de Castanheira de Pera	3.315	1.804	35.303	18.155	--	--
EM		Prazilândia -Turismo e Ambiente	36.064	27.570	477.783	427.890	--	--
CM	M	Castelo Branco	5.080.803	3.355.518	9.714.248	-19.837.741	-70,3%	0,4%
EM		ALBIGEC - Empresa de Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer	84.429	78.707	102.610	-226.836	--	--
EM SA		Terras da Beira Baixa, Soc. Desenv. Agro Industrial de C. Branco	-9.978	5.143	3.711	-1.083.187	--	--
SMAS		Castelo Branco	-166.908	1.937.869	1.532.998	-69.221.730	--	--
CM	P	Castelo de Paiva	561.091	135.345	12.868.915	10.524.576	139,6%	5,7%
CM	P	Castelo de Vide	-32.135	109.697	656.765	31.982	0,7%	0,9%
CM	P	Castro Daire	305.321	450.469	5.342.114	3.738.077	39,4%	10,1%
CM	P	Castro Marim	-2.412.577	-1.967.629	5.974.310	3.505.512	50,5%	11,1%
EM SA		NOVBAESURIS - Empresa Municipal de Gestão e Reabilitação Urbana	2.037	76	145.969	-94.735	--	--
CM	P	Castro Verde	300.000	1.083.473	4.481.585	1.150.325	13,5%	9,6%
CM	P	Celorico da Beira	734.124	497.915	21.891.843	21.022.333	290,6%	117,0%
EM		EMCEL - EM Celoricense - Gestão de Espaços Culturais e Sociais	123.641	3.970	1.520.928	1.315.458	--	--
CM	P	Celorico de Basto	-557.623	-219.961	18.403.793	13.972.074	137,8%	11,0%
EM		Qualidade de Basto – Emp. Desenv. Tecido Económico Local	53.265	4.673	3.868.210	3.278.466	--	--
CM	P	Chamusca	1.750.417	1.646.759	6.044.841	5.407.982	63,6%	6,8%
CM	M	Chaves	-3.622.364	-7.784.019	46.454.951	36.007.222	192,8%	87,4%
EEM		GEMC - Gestão de Equipamentos do Município de Chaves	58.577	37.068	189.921	140.214	--	--
CM	P	Cinfães	179.950	240.601	1.839.154	-723.814	-6,7%	5,9%
EM		Quinta de Tuberais - Ensino Prof. Cinfães	4.791	762	279.687	-101.881	--	--

Tipo		Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Forneced. / Receitas n-1
CM	G	Coimbra	-1.326.954	1.848.438	68.664.708	41.359.146	67,2%	12,0%
EEM		AC Aguas de Coimbra	352.682	204.900	19.488.122	805.551	--	--
EM SA		Coimbra Inovação Parque - Parque de Inovação em Ciência Tecnologia, Saúde	Si	Si	Si	Si	--	--
SA		PRODESO - Ensino Profissional	8.102	850	215.568	-817.890	--	--
SMTUC		Transportes Urbanos de Coimbra	-532.219	189.638	2.831.228	2.367.871	--	--
CM	P	Condeixa-a-Nova	-2.186.699	-466.932	3.885.560	2.250.127	31,2%	9,7%
CM	P	Constância	64.526	211.251	3.824.016	3.144.408	77,4%	2,4%
CM	P	Coruche	1.578.875	3.610.784	5.078.615	-4.951.403	-35,3%	4,0%
CM	P	Corvo	299.632	528.514	1.110.075	805.455	55,0%	0,7%
CM	M	Covilhã	-2.947.953	-4.515.621	65.056.281	46.119.158	189,8%	55,2%
EEM		ICOVI - Infraestruturas e Concessões	687.720	524.977	3.904.017	-538.389	--	--
EM		ADC - Aguas da Covilhã	1.237.091	797.891	19.417.366	11.289.646	--	--
EM		Nova Covilhã, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana	52.567	39.726	2.422.740	589.218	--	--
SA		Parkurbis, Parque Ciência e Tec. Covilhã	-119.344	-165.441	2.333.662	1.966.587	--	--
CM	P	Crato	-482.243	-375.886	4.803.586	3.005.732	54,2%	2,9%
CM	P	Cuba	66.388	421.690	2.829.120	2.374.006	60,8%	4,0%
Soc.		Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz	23.407	15.160	110.933	-291.681	--	--
CM	M	Elvas	-9.156.630	-7.406.812	2.391.195	-7.012.080	-59,0%	2,4%
CM	M	Entroncamento	-1.330.998	-365.107	13.626.478	11.445.875	133,1%	15,7%
CM	M	Espinho	-5.108.912	-1.064.934	40.554.506	36.841.196	220,2%	91,3%
CM	M	Esposende	1.981.850	2.931.403	9.603.349	6.441.969	45,7%	7,3%
EEM		EAMB - Esposende Ambiente	109.734	6.591	7.609.353	5.829.832	--	--
EEM		ESPOSENDE 2000 - Atividades Desportivas e Recreativas	4.249	406	302.812	208.680	--	--
CM	M	Estarreja	370.358	1.292.357	13.547.091	6.573.883	60,1%	15,9%
CM	P	Estremoz	-2.262.629	-417.078	11.197.382	9.468.976	109,4%	21,9%
CM	M	Évora	-11.562.847	-12.706.874	82.415.794	72.768.991	252,6%	103,2%
EEM		HABEVORA - Gestão habitacional	68.681	27.486	12.002.527	8.844.415	--	--
CM	M	Fafe	4.526.714	1.745.421	5.988.815	3.501.646	15,9%	2,7%
CM	M	Faro	-13.658.755	-17.023.114	58.669.481	53.448.984	188,2%	87,6%
EM		FAGAR - Faro Gestão dAguas e Resíduos	1.062.817	589.885	13.809.985	2.493.690	--	--
EM		TMF - Teatro Municipal de Faro	-191.240	-191.787	57.383	-118.587	--	--
SA		Ambifaro-Agência par o Desenvolvimento Económico de Faro	-10.816	-10.978	127.901	-46.519	--	--
CM	M	Felgueiras	-3.583.473	-4.315.056	17.312.751	7.810.291	34,7%	8,6%
EM		ACLEM - Arte, Cultura e Lazer	25.757	-55.270	1.602.597	542.943	--	--

Tipo	Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Forneced. / Receitas n-1
EM	EMAFEL - Ambiente de Felgueiras	-235.363	-251.521	536.916	409.182	--	--
Soc.	EPF - Ensino Profissional Felgueiras, Lda.	-146.640	-152.274	421.911	-172.505	--	--
CM	P Ferreira do Alentejo	139.774	331.200	6.093.548	4.694.298	59,0%	12,0%
EM	MOBITRAL - Mobílias Tradicionais Alentejanas	-7.472	-7.472	19.142	2.878	--	--
CM	P Ferreira do Zêzere	-1.759.343	-1.749.162	7.569.171	7.129.867	113,4%	13,9%
CM	M Figueira da Foz	1.857.345	585.745	48.159.467	41.856.567	155,2%	14,8%
EEM	Figueira Grande Turismo	-354.019	-372.563	1.718.213	858.211	--	--
EM	Figueira Domus - Gestão de Habitação	509.565	9.669	14.270.697	13.625.971	--	--
EM	Figueira Parques - Estacionamento	10.254	7.494	179.350	-25.856	--	--
CM	P Figueira de Castelo Rodrigo	-161.342	-175.307	8.072.844	4.336.555	61,5%	16,4%
EM	Figueira Cultura e Tempos Livres	-125.471	-125.471	155.345	111.239	--	--
CM	P Figueiró dos Vinhos	-2.934.977	-2.578.542	7.587.037	6.743.939	126,3%	14,8%
CM	P Fornos de Algodres	-1.279.423	-1.184.246	32.856.912	32.389.028	680,3%	12,7%
CM	P Freixo de Espada à Cinta	107.142	137.189	18.293.615	17.301.632	322,2%	44,7%
CM	P Fronteira	-330.618	132.856	2.912.123	1.679.441	44,5%	7,6%
CM	G Funchal	-8.002.841	-6.983.936	94.617.690	80.493.429	186,0%	42,4%
EM	Frente MarFunchal, Gestão e Exploração de Espaços Públicos	64.589	34.581	1.835.019	508.084	--	--
EM	Sociohabitafunchal, Empresa Municipal de Habitação	866	866	251.821	-31.612	--	--
CM	M Fundão	2.705.267	1.243.712	81.905.029	67.605.167	437,7%	12,0%
EEM	Viverfundão - Promoção e Gestão das Condições Estruturais e Infraestruturais	294.945	20.955	5.006.309	4.721.578	--	--
CM	P Gavião	405.634	387.266	1.973.799	-681.915	-14,1%	4,1%
CM	P Góis	338.969	793.225	3.427.536	1.935.494	34,2%	10,9%
CM	P Golegã	-192.004	-72.743	3.633.557	3.526.198	77,5%	25,4%
CM	G Gondomar	-3.957.987	-3.769.151	111.232.653	100.727.093	196,0%	8,6%
EM	Gondomar Coração de Ouro	24.803	20.345	27.211	-65.060	--	--
CM	P Gouveia	-263.787	-22.350	9.462.903	8.489.545	101,6%	29,9%
EM	DLCG - Desporto, Lazer e Cultura	-268.334	-268.334	348.469	35.717	--	--
SA	Gaventur Gouveia Aventura e Tur., SA	-6.367	-6.367	0	-1.920	--	--
CM	P Grândola	106.012	240.551	14.018.137	11.229.071	79,7%	26,4%
EM	Infratroia - Infraestruturas	36.513	17.832	487.795	-311.105	--	--
CM	M Guarda	-1.118.272	3.811.461	42.764.048	34.424.485	173,0%	41,6%
EM	Culturguarda - Gestão da Sala de Espetáculos e Atividades Culturais	0	-645	3.017.499	2.397.695	--	--

Tipo	Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Forneced. / Receitas n-1
EM	Guarda Cidade Desporto	0	-577	696.284	136.403	--	--
SMAS	Guarda	-1.613.353	-1.386.897	9.734.477	7.544.256	--	--
CM	G Guimarães	5.915.603	7.202.494	65.026.522	39.127.815	63,0%	8,4%
EM	CASFIG - Coordenação das Habitações	18.566	11.421	352.795	-12.162	--	--
EM SA	Vitrus Ambiente	64.218	44.099	559.898	239.953	--	--
SA	AVEPARK - Parque de Ciência e Tec.	-248.206	-477.302	7.576.022	7.508.914	--	--
CM	P Horta	-848.992	-1.095.738	6.624.121	1.286.475	17,8%	14,0%
EM	Urbhorta - Const Gest. Expl. Proj. Desenv. Emp.	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P Idanha-a-Nova	-1.448.183	-1.409.891	4.268.018	3.323.545	25,9%	7,9%
CM	M Ílhavo	1.569.339	2.561.901	23.178.438	17.473.503	121,5%	12,3%
CM	M Lagoa (Algarve)	66.043	-251.519	9.516.088	4.136.692	21,9%	5,7%
CM	P Lagoa (R.A.A)	1.162.358	504.243	8.475.923	8.086.557	130,2%	8,4%
EM	EML - Empresa Municipal Urbanização Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social de Lagoa	115.339	3.821	2.583.213	2.250.976	--	--
CM	M Lagos	3.128.574	1.278.210	64.455.730	60.185.043	221,7%	103,8%
EEM	Lagos-em-Forma - Gestão Desportiva	67.886	60.908	188.501	-143.481	--	--
CM	P Lajes das Flores	-1.091.472	-949.312	3.449.222	3.131.888	118,2%	53,9%
CM	P Lajes do Pico	84.146	1.866	9.532.641	7.145.854	177,6%	26,3%
CM	M Lamego	2.096.232	93.436	29.547.059	27.676.064	215,4%	13,3%
EEM	Lamego Convida - Gestão Eq. Municipais	66.954	3.145	Si	Si	--	--
CM	G Leiria	10.866.044	13.067.501	48.213.562	35.583.964	78,5%	1,8%
SMAS	Leiria	-4.030.777	-2.559.327	6.237.591	-1.028.826	--	--
CM	G Lisboa	-41.711.227	9.081.693	740.010.440	339.519.539	81,8%	43,2%
EEM	EMEL- Empresa Pública Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa	Si	Si	Si	Si	--	--
EEM	GEBALIS - Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa	2.297.411	556.109	28.630.437	-5.024.997	--	--
EM	EGEAC - Gestão de Equipamentos e Animação Cultural	1.615.347	1.577.856	7.377.033	284.864	--	--
EM	EPUL - Urbanização de Lisboa	Si	Si	Si	Si	--	--
EM	Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana	22.196	601	11.428.699	-3.765.452	--	--
CM	M Loulé	14.064.434	17.465.322	72.617.063	46.115.682	77,5%	9,3%
EM	Infralobo - Empresa de Infra-Estruturas	19.804	32.336	1.841.567	830.829	--	--
EM	Inframoura - Empresa Infra-Estruturas	179.799	51.269	3.649.148	2.497.645	--	--
EM	Infraquinta - Empresa de Infra-Estruturas	84.234	63.190	1.827.131	-97.226	--	--

Tipo		Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Forneced. / Receitas n-1
SA		Loulé Concelho Global	56.242	43.907	1.790.082	1.172.136	--	--
Soc.		Sociedade Teatral Louletana	-341	-341	5.904	-3.195	--	--
CM	G	Loures	-2.316.096	-7.505.174	60.166.625	46.890.662	58,2%	24,9%
EM		Gesloures - Gestão de Equipamentos Sociais	104.189	48.557	1.172.170	666.913	--	--
EM		Loures Parque - Estacionamento	31.717	21.157	173.280	-349.846	--	--
SMAS		Loures	4.719.405	597.424	4.627.469	-11.685.060	--	--
CM	M	Lourinhã	-4.239.292	-3.629.359	21.279.432	13.100.442	102,0%	12,4%
CM	P	Lousã	-2.196.964	-1.847.455	7.028.640	4.426.835	54,0%	13,2%
CM	M	Lousada	694.410	1.041.944	13.716.767	9.407.749	50,2%	10,7%
EM		Lousada Seculo XXI - Atividades Desportivas e Recreativas	10.869	1.288	282.064	255.709	--	--
CM	P	Mação	-2.331.253	-2.233.544	2.283.693	1.843.888	25,9%	4,1%
CM	P	Macedo de Cavaleiros	97.349	313.224	20.096.050	18.259.960	145,7%	48,8%
CM	M	Machico	-622.867	-831.320	26.321.941	18.505.075	214,5%	156,5%
EEM		Viver Machico	-42.437	-33.749	79.937	35.918	--	--
CM	P	Madalena	596.893	1.064.129	3.680.426	2.812.845	62,8%	19,1%
SA		Madalenagir	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	M	Mafra	-5.620.390	-3.581.826	31.347.275	27.272.006	78,2%	41,9%
EM		Giatul - Gestão de Infra-Estruturas em Atividades Turísticas	309.395	17.748	7.610.284	5.700.997	--	--
SA		Matadouro Regional de Mafra	238.034	178.152	580.264	-92.945	--	--
CM	G	Maia	-1.453.258	-7.423.189	50.021.404	36.465.570	69,2%	18,2%
EEM		Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património	49.937	56.751	1.211.643	-480.348	--	--
EEM		Maiambiente	162.267	145.587	1.603.164	-1.274.926	--	--
EM		Academia de Artes da Maia - Produções Culturais	-115.822	-117.779	312.923	218.684	--	--
EM		Empresa Metropolitana de Estacionamento	32.850	23.700	100.384	-273.584	--	--
EM		TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia	-642.272	-1.172.867	22.120.159	20.992.948	--	--
SMEAS		Electricidade, Agua e San. da Maia	-340.960	616.081	21.799.435	12.917.548	--	--
CM	P	Mangualde	2.692.314	5.033.667	15.490.986	13.089.366	124,1%	9,1%
CM	P	Manteigas	-1.105.641	-1.021.619	6.910.568	5.677.059	143,3%	66,1%
CM	M	Marco de Canaveses	3.633.476	4.287.873	33.176.481	27.018.842	151,0%	7,9%
CM	M	Marinha Grande	883.231	1.683.886	5.392.784	972.313	7,8%	9,3%
EM		TUMG - Transportes Urbanos	55.482	43.183	226.521	-175.395	--	--
CM	P	Marvão	-1.480.315	-1.113.066	1.356.803	-1.271.916	-34,5%	1,2%

Tipo		Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Forneced. / Receitas n-1
CM	G	Matosinhos	-6.542.125	3.206.148	53.463.011	3.615.342	4,9%	10,2%
EEM		Matosinhohabit - Hab. DE Matosinhos	68.408	57.395	969.260	-97.560	--	--
EM		MS Matosinhos Sport - Gestão de Equipamentos Desportivos e de Lazer	67.105	10.340	1.706.276	78.089	--	--
CM	M	Mealhada	553.225	2.328.209	561.018	-10.367.110	-111,9%	2,6%
CM	P	Meda	132.328	294.973	7.685.354	6.098.092	105,9%	14,5%
EM		ADL Águas de Longroiva - Exploração e Gestão de Águas Termais	-63.631	-58.281	12.955	-30.615	--	--
CM	P	Melgaço	-313.626	624.359	13.538.292	11.662.681	167,7%	22,9%
EM		Cura Aquae-Termas de Melgaço	-175.308	-123.616	1.510.273	1.349.092	--	--
EM		Melsport - Melgaço Desporto e Lazer	7.867	666	203.988	-272.792	--	--
SA		Quintas de Melgaço	50.757	30.555	1.214.915	98.652	--	--
CM	P	Mértola	721.190	851.768	5.552.286	1.810.799	16,7%	2,6%
EEM		Merturis - Turismo	2.413	928	29.873	-47.652	--	--
CM	P	Mesão Frio	-1.734.586	-1.712.579	8.678.443	7.811.403	218,7%	10,1%
CM	P	Mira	-1.029.654	-1.743.129	3.719.686	2.418.789	32,9%	17,8%
CM	P	Miranda do Corvo	-478.864	218.547	3.637.538	1.234.128	20,9%	12,8%
CM	P	Miranda do Douro	778.046	972.124	9.547.727	7.959.148	109,5%	11,5%
EM		Miranda Cultural e Rural	-28.243	-28.243	108.421	22.953	--	--
CM	M	Mirandela	1.985.570	421.336	26.153.554	22.191.241	156,0%	50,8%
SA		AIN - Agro-Indústrial do Nordeste	Si	Si	Si	Si	--	--
SA		Metropolitano Ligeiro de Mirandela	23.449	8.693	1.729.982	1.655.420	--	--
CM	P	Mogadouro	-2.258.731	-1.657.588	5.511.888	1.944.780	19,8%	3,1%
CM	P	Moimenta da Beira	977.431	924.583	9.475.366	8.108.338	113,9%	36,6%
CM	M	Moita	3.172.349	2.587.240	23.473.183	20.095.023	101,1%	14,6%
CM	P	Monção	979.909	666.002	12.308.828	11.407.468	102,6%	16,1%
EM		Matadouro Regional de Monção	-28.664	-32.795	173.589	57.712	--	--
CM	P	Monchique	-1.825.687	-1.686.674	6.397.373	6.006.980	77,6%	8,7%
CM	P	Mondim de Basto	2.726.244	2.556.892	14.311.595	11.753.759	201,8%	5,3%
CM	P	Monforte	-197.361	-125.842	3.529.048	3.335.165	77,8%	12,2%
CM	P	Montalegre	-5.601.719	-5.759.356	6.411.463	4.957.024	39,0%	4,2%
CM	P	Montemor-o-Novo	1.296.285	1.725.576	4.676.200	3.384.830	26,7%	13,4%
CM	M	Montemor-o-Velho	-979.924	-30.775	27.588.786	25.591.409	214,3%	24,8%
CM	M	Montijo	1.302.254	763.281	12.828.124	9.080.739	39,8%	4,4%
SMAS		Montijo	-598.710	-256.417	2.121.055	1.036.592	--	--
CM	P	Mora	-1.344.342	-1.097.518	3.331.837	2.229.565	44,1%	2,1%
EEM		Fluviario de Mora	-87.343	-89.430	50.881	-108.845	--	--

Tipo		Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Forneced. / Receitas n-1
CM	P	Mortágua	552.975	75.308	3.976.587	592.645	8,5%	1,0%
CM	P	Moura	-6.234.025	-7.196.519	9.955.194	6.003.098	56,2%	12,9%
EM		Logica - Sociedade Gestora do Tecnológico	32.305	10.115	223.657	-283.727	--	--
CM	P	Mourão	-1.429.144	-1.009.966	9.837.874	9.736.121	230,2%	30,4%
CM	P	Murça	811.233	680.924	9.652.063	9.384.355	193,1%	4,2%
CM	P	Murtosa	2.010.313	2.327.582	2.177.153	26.785	0,5%	4,6%
CM	P	Nazaré	-2.933.664	-5.903.029	42.000.170	33.728.809	395,8%	273,6%
EM		Nazaré Qualifica	20.554	6.086	1.016.558	-26.785	--	--
SM		Nazaré	238.903	127.388	663.548	-842.789	--	--
CM	P	Nelas	-1.997.887	-2.460.467	14.958.345	13.956.073	183,0%	7,0%
CM	P	Nisa	-878.236	-107.435	7.499.884	4.684.313	62,9%	8,0%
EM		TERNISA - Termas da Fadagosa de Nisa	-204.961	-223.021	836.178	132.066	--	--
CM	P	Nordeste	450.743	251.421	16.987.365	15.474.217	350,5%	42,8%
EM		HSN - Habitação Social do Concelho de Nordeste	126.359	38.672	2.283.014	2.023.006	--	--
EM		Nordeste Activo	128.049	-77.930	2.799.616	1.285.452	--	--
CM	P	Óbidos	-1.658.021	-2.732.064	10.929.673	3.000.878	27,9%	9,8%
EM		Óbidos Criativa	59.668	15.833	1.482.427	1.310.610	--	--
CM	M	Odemira	-471.607	-1.897.342	12.925.988	9.419.751	48,6%	5,2%
CM	G	Odivelas	1.604.122	5.744.690	40.770.346	31.394.472	70,4%	23,0%
EM		Município - Gestão de Equipamentos e Património	-714.250	-749.141	796.918	514.998	--	--
CM	G	Oeiras	22.538.247	23.469.276	76.309.357	58.103.437	67,6%	40,2%
EM		Oeiras Viva-Gestão de Equipamentos Sócio Culturais e Desportivos	-219.746	-232.959	1.349.205	742.558	--	--
EM		Parques Tejo - Parqueamentos de Oeiras	75.464	117.150	501.377	-2.008.816	--	--
EM SA		SATU - Oeiras - Sistema Automático de Transporte Urbano	-2.012.998	-2.271.137	12.453.065	12.334.366	--	--
Soc.		HABITÁGUA - Serviços Domiciliários	-272.576	-299.617	557.679	-68.214	--	--
SMAS		Oeiras e Amadora	8.059.419	7.933.249	10.561.242	-9.453.831	--	--
CM	P	Oleiros	-6.390.902	-6.416.340	3.193.561	1.023.542	15,8%	12,0%
CM	M	Olhão	-2.868.509	-1.689.090	25.549.441	11.052.204	59,5%	19,8%
EM		AMBIOLHÃO-Empresa Municipal de Ambiente de Olhão	515.307	3.282	25.568.909	19.019.300	--	--
EM		Fesnima - Animação de Olhão	38.781	28.863	113.925	-130.626	--	--
EM		Mercados de Olhão	8.369	334	195.934	-200.089	--	--
CM	M	Oliveira de Azeméis	4.027.319	1.952.253	37.873.832	30.157.809	127,6%	21,3%

Tipo	Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Fornece. / Receitas n-1
EEM	Gedaz - Gestão de Equipamentos Desportivos	-425.914	-425.943	123.336	107.094	--	--
CM	P Oliveira de Frades	-560.153	166.200	5.671.257	4.854.448	70,0%	11,0%
CM	M Oliveira do Bairro	2.462.745	1.870.898	16.987.285	14.111.500	133,6%	29,8%
CM	M Oliveira do Hospital	-269.352	-452.119	6.131.583	5.117.331	47,3%	10,2%
CM	M Ourém	-3.487.803	-428.023	23.302.583	15.357.155	65,5%	9,7%
EEM	Ourém Viva - Gestão de Eventos, Serviços e Equipamentos	-224.661	-242.166	1.215.095	183.141	--	--
EEM	SRU-Fátima - Sociedade de Reabilitação Urbana	-563.074	-564.303	851.680	394.068	--	--
CM	P Ourique	1.992.155	2.018.897	9.612.069	9.257.181	130,6%	35,4%
CM	M Ovar	3.296.960	4.084.219	8.483.446	-3.504.469	-18,5%	8,2%
CM	M Paços de Ferreira	366.129	-1.266.672	67.590.079	65.140.173	359,0%	145,0%
EM	Gespaços - Gestão de Equipamentos Municipais	-345.785	-395.236	2.285.610	684.662	--	--
EM	PFR Invest - Gestão Urbana	-2.008.048	-2.949.635	40.522.564	31.287.153	--	--
CM	M Palmela	-1.419.681	-2.141.760	28.472.961	17.988.286	65,5%	22,2%
EM	Palmela Desporto - Gestão de Espaços e Equipamentos Desportivos	-85.088	-87.466	278.205	98.512	--	--
CM	P Pampilhosa da Serra	-418.039	506.199	573.011	-1.109.297	-18,3%	1,9%
CM	M Paredes	-5.490.249	-8.387.841	63.013.050	53.724.019	170,2%	52,1%
EM SA	Amiparedes - Agência Mun. Investimento	-503.370	-535.242	535.540	506.246	--	--
CM	P Paredes de Coura	-63.583	-384.339	7.996.532	7.328.962	92,9%	11,5%
CM	P Pedrógão Grande	106.991	85.987	3.401.472	2.475.503	57,3%	6,5%
CM	P Penacova	1.276.314	1.112.788	667.435	-1.309.716	-17,2%	3,8%
EM	Penaparque 2 - Gestão e Promoção de Equipamentos	1.847	-673	38.756	-58.738	--	--
CM	M Penafiel	1.252.626	1.137.066	28.765.421	25.447.001	95,4%	35,9%
EEM	Penafiel Activa	13.122	-581	809.572	55.656	--	--
EEM	Penafiel Verde - Entidade Empresarial Local	339.518	9.986	9.216.905	4.973.634	--	--
CM	P Penalva do Castelo	851.301	711.005	2.939.844	-157.800	-2,8%	3,2%
CM	P Penamacor	1.950.233	2.125.570	8.397.421	6.560.930	90,4%	58,5%
CM	P Penedono	554.656	189.602	222.203	-2.670.922	-66,4%	3,8%
CM	P Penela	-2.234.318	-1.957.879	6.213.012	5.686.859	116,2%	10,6%
CM	M Peniche	1.777.725	1.849.665	9.790.423	7.903.027	81,8%	18,3%
SMAS	Peniche	-1.124.323	-296.591	157.389	-2.828.379	--	--
CM	P Peso da Régua	-4.221.841	-5.486.549	17.338.395	14.676.753	151,3%	22,1%

Tipo		Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Forneced. / Receitas n-1
CM	P	Pinhel	-1.564.327	-1.933.653	7.239.665	6.033.423	64,2%	14,6%
EM		Falcão Cultura, Turismo e Tempos Livres	-74.326	-74.791	59.550	19.540	--	--
CM	M	Pombal	5.874.551	5.210.958	16.204.202	4.648.266	21,9%	19,1%
EM		Pmugest - Pombal Manutenção Urbana	6.880	5.316	228.406	-509.539	--	--
CM	M	Ponta Delgada	-1.706.675	115.078	25.357.137	20.564.616	81,5%	3,7%
SA		Azores Parque	525.569	217.088	11.321.777	10.860.868	--	--
SA		Cidade em Acção - Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Equipamentos Urbanos	24.963	2.734	14.814.825	14.215.198	--	--
SA		Coliseu Micaelense - Soc. Prom. Eventos Culturais	308.775	161.841	4.196.172	4.021.339	--	--
SMAS		Ponta Delgada	254.479	1.057.706	439.362	-3.824.642	--	--
CM	P	Ponta do Sol	-57.444	860.685	1.688.674	195.600	4,2%	3,6%
CM	P	Ponte da Barca	1.826.587	1.083.604	8.670.347	6.682.282	90,1%	12,8%
CM	M	Ponte de Lima	-4.362.441	-2.992.861	3.376.742	-14.282.881	-72,3%	5,6%
CM	P	Ponte de Sor	-2.024.651	195.904	3.137.048	-2.544.658	-23,2%	10,8%
CM	M	Portalegre	-2.843.640	-1.845.350	40.524.699	31.237.024	256,5%	63,1%
SA		MMPO - Mercado Municipal Portalegre	159.463	72.563	940.288	118.730	--	--
SMAT		Água e Transporte de Portalegre	-393.266	-132.816	560.270	-178.541	--	--
CM	P	Portel	-1.304.020	-1.013.461	3.052.217	-689.949	-9,5%	1,5%
CM	M	Portimão	7.968.250	-8.985.694	158.621.900	142.035.443	503,2%	342,4%
EM		EMARP - Águas e Resíduos de Portimão	913.759	688.767	18.184.509	5.490.927	--	--
EM SA		Portimão Urbis SGRU - Sociedade de Gestão e Reabilitação Urbana	-836.200	-3.848.106	46.050.547	6.899.537	--	--
CM	G	Porto	-7.571.937	1.924.374	104.056.921	74.882.832	60,8%	2,4%
EEM		DOMUSSOCIAL - Empresa de Habitação e Manutenção	21.416	53.407	5.420.595	-668.605	--	--
EEM		Gestão de Obras Públicas da Câmara Municipal do Porto	17.833	12.119	2.468.478	-1.252.463	--	--
EM		CMPEA - Águas do Porto	3.964.639	3.607.978	22.454.550	-321.446	--	--
EM		Porto Lazer	33.892	27.295	873.625	-1.567.831	--	--
CM	M	Porto de Mós	3.840.422	4.089.581	4.780.280	3.468.573	30,4%	6,1%
CM	P	Porto Moniz	-41.211	102.629	4.009.082	2.666.634	70,8%	17,3%
EM		AM - Aquário da Madeira	34.622	-3.628	1.716.336	1.290.371	--	--
CM	P	Porto Santo	-2.552.518	-2.371.978	4.669.810	3.517.477	83,8%	32,0%
EM		Porto Santo Verde - Resíduos Sól. Limpeza	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	M	Póvoa de Lanhoso	1.126.009	1.345.524	9.714.628	8.372.454	86,8%	12,9%
Soc.		EPAVE - Escola Profissional do Alto Ave	-21.035	-25.773	264.686	-42.993	--	--

Tipo		Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Forneced. / Receitas n-1
CM	M	Póvoa de Varzim	790.776	2.366.613	23.143.501	19.710.223	75,3%	9,8%
EM		Varzim Lazer	8.116	5.479	227.393	-243.273	--	--
CM	P	Povoação	18.349	351.846	7.550.777	7.093.757	168,0%	42,9%
EM		Espaço Povoação - Empresa Municipal de Atividades Desportivas, Recreativas e Turísticas	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Proença-a-Nova	-3.661.847	-2.678.487	4.578.038	2.528.704	37,2%	6,4%
EM		Proençatur - Empresa de Turismo	12.195	-3.057	739.576	381.214	--	--
CM	P	Redondo	-2.679.110	-1.695.258	714.346	-3.472.009	-62,0%	1,8%
CM	P	Reguengos de Monsaraz	-2.543.766	-1.804.443	20.028.240	18.343.999	234,7%	61,7%
CM	P	Resende	171.588	366.616	9.426.027	8.313.722	102,9%	28,0%
EM SA		Companhia das Águas de Caldas de Arêgos	-117.775	-133.358	425.988	366.653	--	--
CM	P	Ribeira Brava	375.338	2.203.295	14.705.923	9.511.040	171,8%	85,7%
CM	P	Ribeira de Pena	-2.460.366	-1.935.617	8.898.828	6.780.761	119,6%	13,8%
CM	M	Ribeira Grande	5.411.985	5.035.413	11.595.360	8.904.933	82,6%	2,7%
EM		Ribeira Grande Mais - Habitação Social, Requalificação Urbana e Ambiental	248.089	225.740	634.961	-95.310	--	--
CM	M	Rio Maior	-517.246	1.979.889	19.728.619	17.441.687	145,5%	13,6%
EM		DESMOR - Gestão Desportiva de Rio Maior	64.635	53.911	401.997	84.155	--	--
Soc.		EPRM - Escola Profissional de Rio Maior	51.963	54.937	168.906	-433.431	--	--
CM	P	Sabrosa	-385.046	334.748	4.335.852	3.478.280	61,0%	9,0%
CM	P	Sabugal	84.145	477.504	8.684.485	6.447.207	56,7%	5,3%
EM		Sabugal - Gestão de Espaços Culturais, Desportivos, Turísticos e de Lazer	20.330	17.116	160.637	-207.430	--	--
CM	M	Salvaterra de Magos	270.118	1.078.958	4.017.871	1.804.067	23,4%	4,9%
CM	P	Santa Comba Dão	-3.108.351	-2.991.886	17.369.903	16.306.288	225,5%	59,3%
Soc.		Profiacademos - Escola Profissional	-230.038	-259.488	478.273	283.165	--	--
CM	M	Santa Cruz	-903.890	-373.092	36.811.261	31.078.575	249,9%	155,6%
EM		Santa Cruz XXI - Gestão de Equip. Munic. e Prest. Serv.	-40.806	-42.717	53.572	-36.981	--	--
CM	P	Santa Cruz da Graciosa	291.780	490.451	2.075.798	1.824.107	61,3%	2,2%
Soc.		Emp Transp Colectivos Graciosa Lda.	-19.118	-18.532	28.032	-80.472	--	--
CM	P	Santa Cruz das Flores	-90.575	-206.239	581.696	-56.236	-2,3%	0,6%
CM	G	Santa Maria da Feira	11.387.872	12.812.375	55.814.558	48.058.780	110,4%	10,9%
EEM		Feira Viva Cultura e Desporto	56.807	35.329	1.737.948	1.417.578	--	--

Tipo		Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Forneced. / Receitas n-1
SA		Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Santa Marta de Penaguião	-1.076.534	-672.623	3.593.329	3.376.372	65,7%	2,3%
CM	P	Santana	19.729	-117.399	7.482.718	5.865.548	97,8%	32,8%
EEM		Terra Cidade	1.473	1.308	33.073	-132.276	--	--
CM	M	Santarém	3.790.626	2.886.172	84.901.053	77.196.332	266,1%	85,1%
EM SA		Águas de Santarém	741.312	106.604	16.416.390	10.869.434	--	--
EM SA		LT - Sociedade de Reabilitação Urbana	885	624	247.982	77.667	--	--
EM SA		Viver Santarém - Sociedade de Cultura, Desporto, Turismo e Gestão Urbana de Santarém	-1.595.012	-1.611.651	1.271.799	539.697	--	--
CM	M	Santiago do Cacém	-187.632	342.777	16.803.685	15.311.890	92,1%	20,1%
CM	M	Santo Tirso	416.776	1.503.194	33.620.183	21.601.503	81,4%	26,7%
SMEAS		Eletricidade, Água e San. de Santo Tirso	-1.257.969	-969.109	4.211.968	-1.407.239	--	--
CM	P	São Brás de Alportel	-2.344.899	-1.908.551	2.900.556	1.406.722	20,2%	1,7%
CM	M	São João da Madeira	-1.085.214	72.512	13.095.415	-2.147.661	-19,6%	22,8%
EEM		Habitar S. João - Habitação	2.440	2.137	50.523	-66.569	--	--
EM SA		Águas de S. João	387.184	297.291	2.870.968	1.650.764	--	--
CM	P	São João da Pesqueira	741.723	-803.164	6.084.671	5.836.816	87,9%	5,2%
CM	P	São Pedro do Sul	-2.026.528	253.055	12.389.758	10.425.371	107,3%	40,0%
EEM		Termalistur - Termas	515.652	229.867	13.679.356	12.184.635	--	--
CM	P	São Roque do Pico	-450.857	-905.338	1.011.129	670.552	20,2%	9,5%
EM		Cais Invest	84.505	-212	3.644.829	3.620.131	--	--
CM	P	São Vicente	1.009.604	-1.286.359	9.835.399	8.088.268	175,5%	90,5%
SA		Grutas de São Vicente - Madeira	32.343	23.137	63.635	-11.235	--	--
CM	P	Sardoal	-140.358	-109.121	5.622.126	4.563.939	99,5%	9,5%
CM	P	Sátão	1.194.635	1.108.747	2.931.518	1.381.771	19,7%	8,2%
CM	M	Seia	-22.313	-1.181.636	55.837.748	54.383.514	387,1%	16,3%
CM	G	Seixal	14.710.617	4.845.270	95.850.114	81.110.513	127,0%	76,4%
SA		FERIMO - Sociedade Imobiliária	-2.220	1.056	47.365	-5.892	--	--
CM	P	Sernancelhe	-324.851	113.050	2.724.948	1.437.491	25,1%	7,2%
SA		ESPROSER - Escola Profissional	85.181	54.507	479.001	-169.935	--	--
CM	P	Serpa	-581.003	-1.054.492	10.855.937	9.823.667	88,0%	16,8%
EM		SERPOBRA - Sociedade de Desenvolvimento Local e Reabilitação Urbana	3.435	2.576	3.932	-181.168	--	--
CM	P	Sertã	-2.420.748	-484.372	5.264.136	4.122.969	40,4%	6,5%
CM	M	Sesimbra	982.491	1.929.796	34.739.946	13.514.188	61,5%	25,2%
CM	G	Setúbal	6.110.898	5.140.793	86.416.905	57.941.260	132,6%	60,2%

Tipo		Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Forneced. / Receitas n-1
CM	P	Sever do Vouga	1.299.413	2.280.888	4.806.557	853.511	13,5%	8,2%
CM	M	Silves	-1.262.801	1.900.141	14.907.740	8.931.810	47,3%	7,2%
CM	P	Sines	-8.225.906	-10.110.002	20.726.098	15.638.650	132,9%	16,7%
CM	G	Sintra	10.932.042	15.797.227	87.402.307	55.625.431	46,9%	3,0%
EEM		EDUCA - Gestão e Manutenção de Equipamentos Educativos	383.493	336.550	4.949.258	1.899.111	--	--
EEM		Sintra Quórum - Gestão de Equipamentos Culturais e Turísticos	57.703	57.703	598.355	-75.363	--	--
EM		EMES - Estacionamento	222.224	161.131	101.330	-609.597	--	--
EM		HPEM - Higiene Pública	-1.477.632	-1.550.186	8.270.197	3.067.936	--	--
SMAS		Sintra	-1.053.516	804.069	2.749.559	-26.216.719	--	--
CM	P	Sobral de Monte Agraço	-1.513.799	-1.222.127	5.848.364	5.167.864	100,9%	24,0%
CM	P	Soure	952.036	764.363	8.358.070	8.130.994	91,4%	10,1%
CM	P	Sousel	-908.896	-430.179	4.927.283	4.107.579	88,9%	13,0%
SA		ENASEL - Turismo e Cinegética	35.676	31.133	206.172	-39.675	--	--
CM	P	Tábua	-1.497.499	-1.594.416	9.250.800	8.746.774	117,8%	26,3%
CM	P	Tabuaço	2.414.466	2.125.017	13.407.023	12.937.946	212,8%	41,7%
CM	P	Tarouca	-577.054	-341.758	13.983.434	13.114.577	199,0%	23,1%
CM	M	Tavira	-3.000.111	-3.359.886	19.855.574	12.989.560	64,7%	8,4%
EM		EMPET - Parques Empresariais	-237.240	-330.293	8.199.559	7.319.629	--	--
EM		Tavira Verde - Ambiente	232.637	19.987	10.770.431	9.041.023	--	--
CM	P	Terras de Bouro	137.792	1.039.781	4.466.762	3.803.451	52,0%	7,9%
CM	M	Tomar	2.475.608	1.143.746	30.730.919	24.645.141	140,5%	48,3%
SMAS		Tomar	-298.486	109.165	1.572.339	-419.578	--	--
CM	M	Tondela	1.641.840	1.875.069	7.138.507	3.638.805	24,5%	10,2%
CM	P	Torre de Moncorvo	-533.588	-2.705.790	18.230.017	16.176.734	179,4%	14,8%
CM	M	Torres Novas	-1.973.206	-626.884	30.237.251	27.406.481	156,8%	15,4%
EEM		Turriespaços - Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos	1.828	557	182.224	-678.661	--	--
CM	M	Torres Vedras	5.469.612	4.057.082	30.689.607	27.568.690	91,7%	25,4%
EM		Promotorres - Promoção de Eventos e Gestão de Equipamentos	8.733	3.704	405.981	152.375	--	--
SMAS		Torres Vedras	-1.842.504	-402.264	3.856.019	-1.874.153	--	--
CM	P	Trancoso	-2.542.737	-3.076.009	11.136.708	10.176.592	132,6%	44,5%
EEM		TEGEC - Gestão Eq.Culturais e de Lazer	-419.499	-426.930	1.473.582	239.962	--	--
CM	M	Trofa	1.458.840	878.736	42.278.351	38.052.993	242,5%	26,6%
EEM		Trofa Park - Reabilitação Urbana, Desenvolvimento Económico e Inovação	-239.002	-421.397	4.531.302	1.882.420	--	--

Tipo	Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Forneced. / Receitas n-1
EM	Trofaguas - Serviços Ambientais	-60.989	-772.276	14.967.534	9.068.131	--	--
CM	M Vagos	-372.573	-217.988	17.460.988	14.512.332	152,6%	71,1%
CM	M Vale de Cambra	759.462	1.415.218	16.638.047	13.100.147	122,2%	23,5%
CM	P Valença	-225.581	531.068	8.124.006	6.484.254	64,6%	11,2%
EM	Interminho - Sociedade Gestora de Parques Empresariais	-52.319	-98.066	1.130.035	908.720	--	--
CM	M Valongo	-6.841.931	-5.446.739	54.055.989	52.790.326	212,6%	62,4%
EM	Vallis Habita - Gestão de Emp. Hab.	67.954	53.009	688.980	-265.378	--	--
SMEAS	Eletricidade, Água e San de Valongo	-1.686.149	-730.637	24.264	-21.471	--	--
CM	P Valpaços	-2.172.755	-1.200.034	10.788.084	8.501.360	78,2%	24,6%
CM	P Velas	-2.414.136	-2.424.505	6.262.895	4.884.201	117,9%	79,1%
EM	Velasfuturo - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos Económicos e Lazer	-496.913	-554.093	1.690.927	750.284	--	--
CM	P Vendas Novas	-1.569.943	-1.691.042	6.206.597	4.839.888	79,9%	16,6%
CM	P Viana do Alentejo	-495.768	-279.298	1.088.298	377.182	7,9%	6,7%
CM	M Viana do Castelo	4.024.412	5.097.325	31.413.268	29.298.312	81,0%	11,5%
SMSB	Viana Castelo	614.297	781.669	1.243.607	-3.841.333	--	--
CM	P Vidigueira	-506.098	-358.143	4.549.632	3.669.776	69,9%	9,9%
CM	P Vieira do Minho	-2.094.112	-1.574.968	15.881.133	13.379.067	169,1%	47,9%
CM	M Vila da Praia da Vitória	-605.177	-1.179.061	15.668.400	13.297.173	166,1%	13,4%
EM	Praia Ambiente	160.069	3.243	5.972.280	985.462	--	--
EM	Praia em Movimento	492.620	2.436	10.737.219	9.337.979	--	--
CM	P Vila de Rei	-153.557	77.983	2.203.962	1.818.463	40,9%	2,8%
CM	P Vila do Bispo	-1.567.159	-1.553.128	10.400.732	9.003.078	142,8%	77,5%
CM	M Vila do Conde	6.421.377	4.517.015	59.812.942	54.456.113	171,4%	4,4%
CM	P Vila do Porto	72.280	124.659	839.579	230.144	5,6%	4,0%
EEM	SDMSA- Sociedade de desenvolvimento municipal da ilha de Santa Maria	-405.937	-553.144	6.432.139	4.175.845	--	--
Soc.	Emp Transp Colectivos Stª Maria	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P Vila Flor	786.467	974.669	3.573.300	1.397.522	20,8%	10,8%
CM	G Vila Franca de Xira	-2.060.501	-1.121.611	31.179.226	7.267.617	15,7%	2,9%
SMAS	Vila Franca Xira	1.938.786	1.527.632	701.394	-5.765.035	--	--
CM	P Vila Franca do Campo	176.188	-205.917	28.039.248	25.330.606	417,6%	1,1%
EM	Marina da Vila - Ind.e Marinas e Recreio	11.731	9.462	40.404	-32.383	--	--
EM	VFC Empreendimentos - Emp. Mun. At. Desportivas, Recreativas e Turísticas	-275.234	-283.262	2.425.122	2.169.450	--	--
EM	Vila Solidária - Empresa Municipal de Habitação Social	132.658	130.846	33.182	-379.491	--	--

Tipo		Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Forneced. / Receitas n-1
Fund.		Fund. Escola Profissional V. F. Campo	-21.945	-29.913	196.724	147.663	--	--
SA		Atlântico Vila	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Vila Nova da Barquinha	177.033	496.914	5.480.560	4.338.798	76,5%	4,2%
EM SA		CDN - Gestão e Promoção do Parque Empresarial de VN Barquinha, EM, SA	-15.220	-15.220	35.858	-19.263	--	--
CM	P	Vila Nova de Cerveira	1.037.601	1.504.252	8.117.956	5.847.575	72,6%	13,2%
CM	G	Vila Nova de Famalicão	6.515.454	-768.661	36.696.486	30.186.275	59,7%	9,6%
CM	P	Vila Nova de Foz Côa	102.001	701.668	4.291.444	3.162.202	43,3%	14,0%
EM		Fozcoinvest - Energia, Turismo e Serv.	150.476	125.984	574.703	452.809	--	--
CM	G	Vila Nova de Gaia	15.334.806	6.187.745	201.360.804	134.719.907	150,3%	40,7%
EEM		Águas e Parque Biológico de Gaia	-573.412	-3.829.587	67.330.307	38.469.489	--	--
EM		Gaiurb - Urbanismo e Habitação	43.690	123.695	5.793.571	-9.144.415	--	--
CM	P	Vila Nova de Paiva	394.921	720.474	6.250.713	5.255.457	118,6%	11,6%
CM	P	Vila Nova de Poiares	-419.516	-874.220	20.182.489	19.535.642	392,3%	48,2%
CM	P	Vila Pouca de Aguiar	191.908	1.806.871	7.567.891	2.635.032	25,5%	21,1%
EM		Vitaguair - Apoio Des. Agro Industrial	-62.257	-64.294	195.186	-66.829	--	--
CM	M	Vila Real	1.385.671	1.114.401	17.668.995	13.688.611	71,8%	2,2%
EM		EMARVR - EM de Água e Res. Vila Real	164.423	-152.796	6.672.290	2.945.381	--	--
EM		MERVAL - EM de Gestão de Merc. e Promo. de Proj. de Desenv. local	-47.694	-41.575	344.514	245.098	--	--
EM		VRS - Vila Real Social, Habitação e Transp.	123.437	86.627	4.110.437	3.938.899	--	--
CM	P	Vila Real de Santo António	-2.455.409	-6.586.064	72.924.782	59.732.864	516,5%	364,1%
EM SA		VRSA, Sociedade de Gestão Urbana	1.563.309	14.183	66.409.565	35.405.435	--	--
CM	P	Vila Velha de Ródão	146.681	950.707	901.431	-1.627.082	-29,9%	0,7%
CM	M	Vila Verde	-5.792.966	-4.371.423	25.384.781	19.116.982	108,1%	10,8%
CM	P	Vila Viçosa	-965.837	-1.044.411	5.904.465	4.838.509	97,0%	27,1%
CM	P	Vimioso	-186.118	344.559	4.033.496	2.245.721	35,1%	5,2%
EM		Vimioso 2003 - Atividades Artesanais e Turísticas de Vimioso	-32.305	-32.307	88.214	-33.725	--	--
Soc.		Caça e Turismo de Vimioso	-3.815	-3.815	2.324	-16.789	--	--
CM	P	Vinhais	13.927	-200.601	3.410.792	1.658.603	16,6%	8,5%
EEM		ProRuris - EM de Des. Rural de Vinhais	6.297	1.205	125.520	-53.970	--	--
CM	M	Viseu	-402.049	2.831.561	28.145.897	2.646.088	7,1%	6,5%
EM		Habisolvis - Habitação Social	3.959	7.524	38.404	-135.759	--	--
SA		WISEUNOVO - SRU - Soc. Reab. Urb. Viseu	-379.271	-381.640	248.450	-189.029	--	--
SMAS		Viseu	-2.049.938	1.227.121	3.492.034	-2.447.194	--	--
CM	M	Vizela	1.005.081	17.186	20.693.600	18.289.215	193,9%	134,1%

Tipo		Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Forneced. / Receitas n-1
CM	P	Vouzela	-1.798.942	-899.695	10.522.980	9.223.499	143,7%	2,9%
EIM		Águas do Ribatejo	2.325.634	1.828.492	43.461.091	32.658.107	--	--
EIM		AMBILITAL - INVESTIMENTOS AMBIENTAIS NO ALENTEJO	562.279	726.523	1.892.757	-2.838.332	--	--
EIM		Ambisousa – Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos	208.298	128.005	1.462.312	-5.470.954	--	--
EIM		Astaq Técnica	-6.601	-9.572	146.436	130.180	--	--
EIM SA		BRAVAL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos	658.880	315.108	14.674.755	4.516.432	--	--
EIM SA		ECOBEIRÃO - Soc. para o Tratamento de Resíduos Sólidos do Planalto Beirão	14.003	3.766	15.976.913	2.164.438	--	--
EIM		Ecolezíria -Tratamento de Resíduos Sólidos	3.142.937	3.142.937	1.570.373	-1.453.012	--	--
EIM SA		EHATB - Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso	217.166	-37.008	6.765.954	3.164.173	--	--
EIM		EIRSU - Emp. Interm. Resíduos Sólidos Urbanos	35.856	29.223	315.454	-242.856	--	--
EIM		GESAMB - Gestão Amb. Resíduos	475.308	703.997	14.469.270	-4.281.369	--	--
EIM		LEMO Laboratório de Ensaios de Materiais de Obras	Si	Si	Si	Si	--	--
EIM		MINHOCOM - Gestão de Infraestruturas de telecomunicações	-184.444	-25.068	80.922	-48.994	--	--
SA		Município, SA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação	-1.186.507	-1.259.227	1.318.721	-1.043.940	--	--
EIM		MUSAMI - Operações Municipais do Ambiente	711.253	543.388	756.088	-2.376.227	--	--
EIM		Naturtejo - Empresa de Turismo	27.382	7.287	344.817	-338.459	--	--
EIM		PERM - Parque Empresarial de Recuperação de Materiais	47.998	2.943	4.986.283	3.363.388	--	--
EIM		PISOESTE - Parq. Inertes Serviços Oeste	-329.700	-438.457	1.580.778	193.986	--	--
EIM		Resialentejo – Tratamento e Valorização de Resíduos	Si	Si	Si	Si	--	--
EIM		Resíduos do Nordeste	359.841	282.275	10.474.172	2.024.388	--	--
EIM		TRATOLIXO - Tratamento de Res. Sólidos	8.674.202	33.380	188.879.353	174.612.390	--	--
EIM		VALICOM - Gestão de Infraestruturas de Telecomunicações	-209.558	-85.570	138.800	-87.516	--	--
EIM		Vimágua - Água e Saneamento de Guimarães e Vizela	1.757.423	406.861	31.622.005	23.995.750	--	--
EIM SA		WRC - Agência de Des. Regional	10.354	1.037	104.449	-226.081	--	--

ANEXO II: LISTAGEM DOS MUNICÍPIOS POR NÚMERO DE HABITANTES

Municípios de Grande Dimensão

N.º	Município	Distrito	N.º de freguesias	Juntas de freguesia	Densidade Pop. 2011 N.º/ km ²	N.º de Habitantes						
						2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1	Lisboa	Lisboa	53	24	6.448,2	499.700	489.562	479.884	469.509	547.733	524.282	511.667
2	Sintra	Lisboa	20	11	1.183,6	437.471	445.872	454.188	461.981	377.835	379.963	379.756
3	Vila Nova de Gaia	Porto	24	15	1.794,4	310.086	312.742	315.382	317.711	302.295	303.149	302.828
4	Porto	Porto	15	7	5.736,1	221.800	216.080	210.558	204.788	237.591	227.535	222.252
5	Loures	Lisboa	18	10	1.211,2	196.467	195.035	193.630	192.171	205.054	208.042	208.858
6	Cascais	Lisboa	6	4	2.119,9	186.947	188.244	189.606	190.625	206.479	208.321	208.514
7	Braga	Braga	62	37	989,6	175.063	176.154	177.183	177.940	181.494	182.110	181.847
8	Amadora	Lisboa	11	6	7.363,4	173.413	172.110	170.828	169.475	175.136	175.631	175.354
9	Matosinhos	Porto	10	4	2.811,3	169.122	169.261	169.303	169.228	175.478	175.321	174.690
10	Oeiras	Lisboa	10	5	3.751,3	171.472	172.021	172.609	172.948	172.120	172.822	172.556
11	Almada	Setúbal	11	5	2.478,8	166.148	166.103	165.991	165.758	174.030	172.206	170.756
12	Gondomar	Porto	12	7	1.274,3	172.904	173.910	174.878	175.625	168.027	168.016	167.525
13	Seixal	Setúbal	6	4	1.657,3	173.406	175.837	178.332	180.741	158.269	161.436	162.516
14	Guimarães	Braga	69	48	656,0	162.618	162.636	162.592	162.313	158.124	157.214	156.310
15	Odivelas	Lisboa	7	4	5.484,3	151.358	153.584	155.827	158.143	144.549	148.791	150.419
16	Santa Maria da Feira	Aveiro	31	21	645,3	146.347	147.406	148.449	149.337	139.312	140.066	140.038
17	Vila Franca de Xira	Lisboa	11	6	430,3	140.091	142.163	144.123	146.052	136.886	138.710	139.110
18	Coimbra	Coimbra	31	18	449,0	137.212	135.314	133.426	131.446	143.396	139.151	136.964
19	Maia	Porto	17	10	1.627,6	138.226	140.859	143.371	145.791	135.306	136.017	135.924
20	VN Famalicão	Braga	49	34	663,9	134.336	134.969	135.536	135.959	133.832	133.974	133.711
21	Leiria	Leiria	29	18	224,6	127.919	128.537	129.191	129.745	126.897	126.348	125.977
22	Barcelos	Braga	89	61	317,7	124.498	124.555	124.576	124.395	120.391	120.084	119.563
23	Setúbal	Setúbal	8	5	526,2	123.564	124.459	125.293	126.013	121.185	119.799	118.689
24	Funchal	Madeira	10	10	1.469,6	99.214	98.583	97.793	98.543	111.892	109.149	108.053

Municípios de Média Dimensão

N.º	Município	Distrito	N.º de freguesias	Juntas de freguesia	Densidade Pop. 2011	N.º de Habitantes						
					N.º/ km ²	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
25	Viseu	Viseu	34	25	195,8	98.619	99.016	99.470	99.737	99.274	98.778	98.424
26	Valongo	Porto	5	4	1249,4	95.706	97.138	98.522	99.852	93.858	94.884	95.123
27	Viana do Castelo	V. Castelo	40	27	278,1	91.390	91.362	91.460	91.319	88.725	87.896	87.243
28	Paredes	Porto	24	18	554,1	86.810	87.142	87.417	87.632	86.854	87.020	86.876
29	Mafra	Lisboa	17	11	262,9	68.709	70.867	73.061	75.277	76.685	79.297	80.247
30	Vila do Conde	Porto	30	21	533,7	77.052	77.320	77.553	77.784	79.533	79.808	79.740
31	Torres Vedras	Lisboa	20	13	195,2	77.203	77.556	77.997	78.262	79.465	79.426	79.201
32	Aveiro	Aveiro	14	10	397,1	73.347	73.100	72.919	72.601	78.450	77.675	77.229
33	Barreiro	Setúbal	8	4	2164,4	78.277	77.893	77.529	77.130	78.764	77.941	77.212
34	Penafiel	Porto	38	28	340,5	71.984	71.841	71.648	71.465	72.265	71.848	71.434
35	Santo Tirso	Porto	24	14	523,6	70.427	69.920	69.377	68.745	71.530	70.996	70.477
36	Loulé	Faro	11	9	92,4	64.798	65.444	66.085	66.646	70.622	69.824	69.607
37	Ponta Delgada	Açores	24	24	295,3	64.246	64.092	63.933	63.709	68.809	68.876	68.768
38	Oliveira de Azeméis	Aveiro	19	12	425,9	71.322	71.210	71.075	70.885	68.611	68.186	67.756
39	Moita	Setúbal	6	4	1194,9	71.374	71.596	71.844	71.955	66.029	65.831	65.433
40	Palmela	Setúbal	5	4	135,1	61.758	62.820	63.861	64.946	62.831	63.694	63.752
41	Póvoa de Varzim	Porto	12	7	771,3	66.463	66.655	66.919	67.105	63.408	63.282	62.999
42	Faro	Faro	6	4	319,9	58.739	58.698	58.675	58.625	64.560	62.281	61.334
43	Figueira da Foz	Coimbra	18	14	163,9	63.229	63.135	63.023	62.879	62.125	61.505	61.076
44	Santarém	Santarém	28	18	111	63.878	63.630	63.435	63.149	62.200	61.222	60.686
45	Felgueiras	Porto	32	20	501,7	58.954	58.976	58.995	58.895	58.065	57.904	57.673
46	Paços de Ferreira	Porto	16	12	793,6	55.985	56.333	56.603	56.870	56.340	56.929	57.001
47	Alcobaça	Leiria	18	13	138,9	55.643	55.641	55.617	55.480	56.693	56.037	55.651
48	Amarante	Porto	40	26	186,7	61.514	61.582	61.677	61.620	56.264	55.677	55.171
49	Portimão	Faro	3	3	305,5	49.330	49.881	50.454	50.989	55.614	55.209	55.152
50	Évora	Évora	19	12	43,3	55.114	54.780	54.469	54.111	56.596	55.624	55.053
51	Ovar	Aveiro	8	5	375,1	57.730	57.983	58.205	58.359	55.398	55.094	54.919
52	Castelo Branco	C. Branco	25	19	39	54.254	53.909	53.626	53.270	56.109	55.005	54.409
53	Pombal	Leiria	17	13	88,2	59.764	59.858	59.968	59.934	55.217	54.624	54.201
54	Montijo	Setúbal	8	5	146,9	41.210	41.432	41.623	41.779	51.222	53.233	53.939
55	Marco de Canaveses	Porto	31	16	264,8	55.041	55.275	55.508	55.685	53.450	53.273	52.966
56	Caldas da Rainha	Leiria	16	12	202,3	52.587	52.823	53.017	53.212	51.729	51.793	51.727
57	Vila Real	Vila Real	30	20	136,9	50.296	50.131	50.015	49.897	51.850	51.417	51.009

N.º	Município	Distrito	N.º de freguesias	Juntas de freguesia	Densidade Pop. 2011	N.º de Habitantes						
					N.º/ km²	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
58	Sesimbra	Setúbal	3	3	253,2	50.236	52.371	54.525	56.641	49.500	50.214	50.337
59	Fafe	Braga	36	25	231,1	53.696	53.600	53.603	53.493	50.633	50.249	49.945
60	Covilhã	C. Branco	31	21	93,2	52.553	52.101	51.635	51.145	51.797	50.486	49.749
61	Vila Verde	Braga	58	33	209,4	49.021	49.171	49.379	49.441	47.888	47.901	47.774
62	Lousada	Porto	25	15	493,2	47.429	47.723	48.022	48.225	47.387	47.450	47.300
63	Águeda	Aveiro	20	11	142,4	49.892	49.857	49.742	49.698	47.729	47.371	47.127
64	Ourém	Santarém	18	13	110,3	50.606	50.890	51.133	51.284	45.932	45.638	45.452
65	Olhão	Faro	5	4	346,9	43.828	44.319	44.795	45.254	45.396	45.216	45.201
66	Santa Cruz	Madeira	5	5	527,7	35.985	37.121	38.269	37.837	43.005	43.529	43.827
67	Alenquer	Lisboa	16	11	142,2	45.687	46.536	47.396	48.180	43.267	43.194	43.086
68	Ponte de Lima	V. Castelo	51	39	135,8	44.618	44.527	44.421	44.258	43.498	43.283	43.019
69	Guarda	Guarda	55	43	59,7	44.191	44.121	44.030	43.834	42.541	41.549	40.994
70	Chaves	Vila Real	51	39	69,8	44.192	44.039	43.897	43.645	41.243	40.903	40.672
71	Albufeira	Faro	5	4	290,3	38.175	38.966	39.809	40.612	40.828	40.190	40.047
72	Tomar	Santarém	16	11	115,8	42.295	41.951	41.689	41.386	40.677	39.666	39.085
73	Marinha Grande	Leiria	3	3	206,6	38.533	38.599	38.697	38.762	38.681	38.709	38.700
74	Trofa	Porto	8	5	542,6	40.338	40.680	41.022	41.333	38.999	38.843	38.642
75	Ílhavo	Aveiro	4	4	524,9	40.819	41.271	41.711	42.117	38.598	38.502	38.410
76	Abrantes	Santarém	19	13	55	40.349	39.987	39.623	39.212	39.325	38.201	37.588
77	Silves	Faro	8	6	54,6	35.931	36.165	36.443	36.677	37.126	36.724	36.636
78	Cantanhede	Coimbra	19	14	93,6	38.931	38.920	38.953	38.844	36.595	36.389	36.234
79	Torres Novas	Santarém	17	10	136	37.101	36.968	36.814	36.698	36.717	36.338	36.056
80	Angra do Heroísmo	Açores	19	19	148,1	35.116	35.065	34.993	34.858	35.402	35.189	35.029
81	Beja	Beja	18	12	31,3	34.610	34.387	34.193	33.952	35.854	35.319	35.024
82	Câmara de Lobos	Madeira	5	5	684	35.969	36.119	36.279	36.419	35.666	35.025	34.798
83	Bragança	Bragança	49	39	30,1	34.489	34.375	34.259	34.081	35.341	34.983	34.681
84	Esposende	Braga	15	9	359	35.358	35.552	35.716	35.807	34.254	34.286	34.250
85	Ribeira Grande	Açores	14	14	178,3	30.447	30.852	31.226	31.608	32.112	32.513	32.661
86	Lagos	Faro	6	4	145,8	28.502	28.890	29.298	29.714	31.049	30.776	30.720
87	Espinho	Aveiro	5	4	1509,5	30.065	29.481	28.866	28.227	31.786	30.929	30.418
88	Benavente	Santarém	4	4	55,7	27.719	28.312	28.890	29.459	29.019	29.683	29.908
89	Santiago do Cacém	Setúbal	11	8	28,1	29.698	29.482	29.311	29.076	29.749	29.833	29.794
90	Anadia	Aveiro	15	10	134,6	31.559	31.422	31.284	31.133	29.150	28.656	28.345

N.º	Município	Distrito	N.º de freguesias	Juntas de freguesia	Densidade Pop. 2011	N.º de Habitantes						
					N.º/ km ²	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
91	Fundão	C. Branco	31	23	41,7	31.062	30.867	30.701	30.462	29.213	28.560	28.200
92	Tondela	Viseu	26	19	78	30.852	30.698	30.546	30.325	28.946	28.488	28.167
93	Peniche	Leiria	6	4	357,9	28.595	28.615	28.656	28.668	27.753	27.404	27.205
94	Estarreja	Aveiro	7	5	249,6	28.300	28.195	28.110	28.010	26.997	26.710	26.555
95	Lamego	Viseu	24	18	161,4	26.177	25.863	25.550	25.175	26.691	26.293	26.007
96	Montemor-o-Velho	Coimbra	14	11	114,3	24.820	24.766	24.699	24.628	26.171	26.048	25.911
97	Odemira	Beja	17	13	15,2	25.510	25.365	25.221	25.089	26.066	25.835	25.704
98	Lourinhã	Lisboa	11	8	174,9	25.377	25.616	25.786	25.928	25.735	25.705	25.657
99	Tavira	Faro	9	6	43,1	25.410	25.394	25.412	25.388	26.167	25.753	25.624
100	Albergaria-a-Velha	Aveiro	8	6	159	26.101	26.279	26.414	26.560	25.252	24.907	24.724
101	Cartaxo	Santarém	8	6	154,7	25.030	25.156	25.286	25.387	24.462	24.504	24.479
102	Porto de Mós	Leiria	13	10	93	25.089	25.153	25.216	25.257	24.342	24.154	24.010
103	Portalegre	Portalegre	10	7	55,8	24.028	23.731	23.448	23.128	24.930	24.230	23.915
104	Vizela	Braga	7	5	961	24.274	24.477	24.676	24.840	23.736	23.851	23.861
105	Seia	Guarda	29	21	56,7	27.082	26.844	26.634	26.433	24.702	24.121	23.795
106	Almeirim	Santarém	4	4	105,2	22.826	22.937	22.985	23.013	23.376	23.479	23.458
107	Oliveira do Bairro	Aveiro	6	4	263,7	23.244	23.504	23.741	23.953	23.028	23.356	23.443
108	Mirandela	Bragança	37	30	36,2	25.559	25.458	25.350	25.218	23.850	23.324	22.962
109	Vagos	Aveiro	11	8	138,6	23.933	24.107	24.247	24.371	22.851	22.880	22.897
110	Lagoa	Faro	6	4	260,3	24.390	24.875	25.383	25.874	22.975	22.783	22.750
111	Azambuja	Lisboa	9	7	83,1	21.800	21.841	21.890	21.913	21.814	22.306	22.477
112	Vale de Cambra	Aveiro	9	7	155,2	24.482	24.360	24.270	24.128	22.864	22.558	22.319
113	Elvas	Portalegre	11	7	36,6	22.279	22.118	21.978	21.852	23.078	22.566	22.245
114	Salvaterra de Magos	Santarém	6	4	90,8	21.398	21.491	21.582	21.672	22.159	22.196	22.190
115	Arcos de Valdevez	V. Castelo	51	36	51	24.413	24.251	24.081	23.861	22.847	22.426	22.142
116	Póvoa de Lanhoso	Braga	29	22	165,1	24.175	24.230	24.312	24.407	21.886	21.889	21.844
117	Arouca	Aveiro	20	16	67,9	23.773	23.663	23.559	23.418	22.359	22.002	21.751
118	São João da Madeira	Aveiro	1	1	2733,6	21.741	21.762	21.797	21.780	21.713	21.685	21.625
119	Vila Praia da Vitória	Açores	11	11	130,4	20.728	20.858	20.919	20.999	21.035	21.451	21.612
120	Machico	Madeira	5	5	320,1	21.115	21.032	20.923	20.823	21.828	21.336	21.147
121	Rio Maior	Santarém	14	10	77,7	21.807	21.822	21.842	21.860	21.192	21.110	21.063
122	Entroncamento	Santarém	2	2	1471,9	21.329	21.751	22.169	22.536	20.206	20.421	20.445
123	Oliveira do Hospital	Coimbra	21	16	88,9	21.714	21.627	21.509	21.354	20.855	20.519	20.294
124	Mealhada	Aveiro	8	6	184,6	22.099	22.215	22.313	22.398	20.428	20.343	20.255

Municípios de Pequena Dimensão

N.º	Município	Distrito	N.º de freguesias	Juntas de freguesia	Densidade Pop. 2011 N.º/ km²	N.º de Habitantes						
						2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
125	Baião	Porto	20	14	117,6	20.911	20.686	20.436	20.138	20.522	20.119	19.899
126	Celorico de Basto	Braga	22	15	111	19.871	19.767	19.652	19.508	20.098	19.952	19.795
127	Cinfães	Viseu	17	14	85,4	20.494	20.198	19.889	19.567	20.427	19.953	19.647
128	Mangualde	Viseu	18	12	90,7	21.220	21.155	21.141	21.083	19.880	19.633	19.485
129	Coruche	Santarém	8	6	17,9	19.898	19.624	19.356	19.087	19.944	19.503	19.211
130	Vila Real Santo António	Faro	3	3	312,8	18.444	18.539	18.587	18.650	19.156	19.067	19.056
131	Monção	V. Castelo	33	24	91	19.646	19.530	19.408	19.257	19.230	19.025	18.836
132	Amares	Braga	24	16	230,5	19.756	19.853	19.963	20.017	18.889	18.709	18.560
133	Soure	Coimbra	12	10	72,6	20.579	20.470	20.406	20.278	19.245	18.740	18.499
134	Alcochete	Setúbal	3	3	136,9	16.813	17.464	18.113	18.764	17.569	18.175	18.410
135	Condeixa-a-Nova	Coimbra	10	7	123,2	17.422	17.737	18.058	18.353	17.078	17.320	17.371
136	Lousã	Coimbra	6	4	127,2	18.786	19.245	19.721	20.181	17.604	17.439	17.331
137	Montemor-o-Novo	Évora	10	7	14,1	18.494	18.407	18.326	18.228	17.437	17.073	16.850
138	Peso da Régua	Vila Real	12	8	180,6	17.258	16.992	16.708	16.450	17.131	16.793	16.597
139	Caminha	V. Castelo	20	14	122,2	16.743	16.630	16.577	16.447	16.684	16.512	16.417
140	Cabeceiras de Basto	Braga	17	12	69,1	17.701	17.635	17.523	17.412	16.710	16.520	16.364
141	São Pedro do Sul	Viseu	19	14	48,3	19.224	19.188	19.169	19.173	16.851	16.521	16.336
142	Castelo de Paiva	Aveiro	9	6	145,5	16.858	16.785	16.660	16.529	16.733	16.432	16.267
143	Ponte de Sor	Portalegre	7	5	19,9	17.203	17.078	16.915	16.755	16.722	16.366	16.184
144	Valpaços	Vila Real	31	25	30,8	18.730	18.541	18.319	18.071	16.882	16.407	16.097
145	Batalha	Leiria	4	4	152,8	15.918	15.993	16.056	16.123	15.805	15.820	15.804
146	Sertã	C. Branco	14	10	35,6	15.841	15.663	15.512	15.359	15.880	15.612	15.422
147	Serpa	Beja	7	5	14,1	15.660	15.455	15.270	15.044	15.623	15.467	15.374
148	Macedo de Cavaleiros	Bragança	38	30	22,6	16.897	16.766	16.624	16.455	15.776	15.426	15.230
149	Horta	Açores	13	13	86,6	15.527	15.629	15.691	15.784	14.994	15.013	14.994
150	Grândola	Setúbal	5	4	18	14.089	13.979	13.845	13.682	14.826	14.954	14.985
151	Castro Daire	Viseu	22	16	40,5	16.618	16.503	16.390	16.248	15.339	14.976	14.789
152	Penacova	Coimbra	11	8	70,4	16.893	16.857	16.817	16.756	15.251	14.887	14.678
153	Lagoa (R.A.A)	Açores	5	5	316,8	15.367	15.583	15.777	16.000	14.442	14.605	14.666
154	Moura	Beja	8	5	15,8	16.233	16.120	16.022	15.884	15.167	14.809	14.625
155	Nazaré	Leiria	3	3	183,9	14.581	14.480	14.383	14.261	15.158	14.813	14.610
156	Arruda dos Vinhos	Lisboa	4	4	171,8	12.064	12.314	12.586	12.849	13.391	13.936	14.170
157	Cadaval	Lisboa	10	7	81,4	14.595	14.638	14.694	14.733	14.228	14.105	14.009
158	Sines	Setúbal	2	2	70	13.681	13.681	13.691	13.695	14.238	14.076	13.984
159	Valença	V. Castelo	16	11	120,6	14.305	14.308	14.295	14.295	14.127	13.933	13.804
160	Estremoz	Évora	13	9	27,9	14.658	14.500	14.324	14.141	14.318	13.944	13.740

N.º	Município	Distrito	N.º de freguesias	Juntas de freguesia	Densidade Pop. 2011	N.º de Habitantes						
					N.º / km ²	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
161	Nelas	Viseu	9	7	111,7	14.719	14.740	14.732	14.718	14.037	13.798	13.670
162	Gouveia	Guarda	22	16	46,7	15.505	15.334	15.162	14.983	14.046	13.655	13.450
163	Alcanena	Santarém	10	7	108,9	14.699	14.657	14.588	14.522	13.868	13.567	13.413
164	Miranda do Corvo	Coimbra	5	4	103,6	13.686	13.755	13.830	13.864	13.098	13.048	12.984
165	Ribeira Brava	Madeira	4	4	204,5	12.599	12.600	12.583	12.546	13.375	13.032	12.889
166	Bombarral	Leiria	5	4	144,5	13.858	13.809	13.819	13.757	13.193	13.011	12.869
167	Ansião	Leiria	8	6	74,5	13.591	13.495	13.427	13.310	13.128	12.897	12.773
168	Vila Pouca de Aguiar	Vila Real	18	14	30,2	14.930	14.837	14.735	14.634	13.187	12.912	12.726
169	Vieira do Minho	Braga	21	16	59,5	14.193	14.077	13.936	13.806	12.997	12.719	12.583
170	Alcácer do Sal	Setúbal	6	4	8,7	13.191	13.017	12.836	12.707	13.046	12.716	12.563
171	Mira	Coimbra	4	4	100,5	13.269	13.295	13.302	13.295	12.465	12.324	12.260
172	Sátão	Viseu	12	9	61,6	13.556	13.528	13.509	13.462	12.444	12.261	12.147
173	Sever do Vouga	Aveiro	9	7	95,1	12.733	12.643	12.547	12.427	12.356	12.125	12.000
174	Sabugal	Guarda	40	30	15,3	13.533	13.261	13.002	12.738	12.544	12.146	11.914
175	Tábua	Coimbra	15	11	60,4	12.331	12.307	12.240	12.162	12.071	11.931	11.855
176	Vendas Novas	Évora	2	2	53,3	12.225	12.288	12.352	12.387	11.846	11.827	11.804
177	Ponte da Barca	V. Castelo	25	17	66,2	13.038	13.004	12.978	12.921	12.061	11.889	11.768
178	Óbidos	Leiria	9	7	83,2	11.332	11.377	11.397	11.427	11.772	11.757	11.694
179	Arganil	Coimbra	18	14	36,5	12.799	12.667	12.525	12.382	12.145	11.851	11.669
180	Alijó	Vila Real	19	14	40,1	13.595	13.453	13.315	13.149	11.942	11.641	11.452
181	Vila Franca do Campo	Açores	6	6	144	11.135	11.164	11.177	11.183	11.229	11.308	11.331
182	Calheta (R.A.M.)	Madeira	8	8	103,3	11.939	11.907	11.864	11.828	11.521	11.372	11.295
183	Santa Comba Dão	Viseu	9	6	103,6	12.310	12.263	12.209	12.134	11.597	11.317	11.166
184	Resende	Viseu	15	11	92,1	11.681	11.561	11.439	11.301	11.364	11.083	10.901
185	Reguengos Monsaraz	Évora	5	4	23,3	11.551	11.557	11.594	11.604	10.828	10.721	10.625
186	São Brás de Alportel	Faro	1	1	69,5	12.232	12.569	12.902	13.223	10.662	10.552	10.538
187	Murtosa	Aveiro	4	4	144,8	9.850	9.847	9.881	9.883	10.585	10.488	10.437
188	Vouzela	Viseu	12	9	54,5	11.723	11.660	11.580	11.500	10.564	10.341	10.222
189	Sobral Monte Agraço	Lisboa	3	3	194,9	10.346	10.525	10.694	10.879	10.156	10.193	10.211
190	Oliveira de Frades	Viseu	12	8	70,6	10.630	10.640	10.635	10.609	10.261	10.207	10.153
191	Moimenta da Beira	Viseu	20	16	46,4	10.985	10.941	10.900	10.845	10.212	10.106	10.025
192	Montalegre	Vila Real	35	25	13,1	11.610	11.402	11.216	10.999	10.537	10.163	9.935
193	Chamusca	Santarém	7	5	13,6	11.073	10.976	10.896	10.801	10.120	9.967	9.881
194	Carregal do Sal	Viseu	7	5	84,1	10.633	10.599	10.606	10.577	9.835	9.711	9.656
195	Trancoso	Guarda	29	21	27,3	10.422	10.338	10.264	10.140	9.878	9.666	9.537
196	Mortágua	Viseu	10	7	38,3	10.217	10.153	10.079	10.003	9.607	9.439	9.344
197	Pinhel	Guarda	27	18	19,9	10.009	9.840	9.672	9.498	9.627	9.334	9.205

N.º	Município	Distrito	N.º de freguesias	Juntas de freguesia	Densidade Pop. 2011	N.º de Habitantes						
					N.º/ km ²	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
198	Vila Nova de Cerveira	V. Castelo	15	11	85,3	8.723	8.686	8.645	8.611	9.253	9.166	9.110
199	Idanha-a-Nova	C. Branco	17	13	6,9	10.352	10.147	9.952	9.703	9.716	9.339	9.108
200	Mogadouro	Bragança	28	21	12,5	10.460	10.289	10.182	10.049	9.542	9.247	9.098
201	Paredes de Coura	V. Castelo	21	16	66,6	9.315	9.257	9.224	9.167	9.198	9.086	8.991
202	Aljustrel	Beja	5	4	20,2	9.576	9.460	9.333	9.225	9.257	9.031	8.915
203	Melgaço	V. Castelo	18	13	38,7	9.485	9.396	9.301	9.176	9.213	8.943	8.804
204	Ponta do Sol	Madeira	3	3	191,9	8.352	8.359	8.397	8.428	8.862	8.798	8.787
205	Vinhais	Bragança	35	26	13,1	9.573	9.388	9.232	9.019	9.066	8.764	8.579
206	Campo Maior	Portalegre	3	3	34,2	8.291	8.295	8.294	8.246	8.456	8.389	8.365
207	Ferreira do Zêzere	Santarém	9	7	45,3	9.170	9.126	9.046	8.969	8.619	8.460	8.357
208	Torre de Moncorvo	Bragança	17	13	16,1	8.981	8.829	8.685	8.544	8.572	8.373	8.220
209	Ferreira do Alentejo	Beja	6	4	12,7	8.252	8.132	8.031	7.934	8.255	8.218	8.199
210	Vila Viçosa	Évora	5	4	42,7	8.694	8.656	8.627	8.586	8.319	8.235	8.190
211	Proença-a-Nova	C. Branco	6	4	21	8.977	8.849	8.710	8.566	8.314	8.116	7.989
212	Tarouca	Viseu	10	7	80,4	8.360	8.323	8.312	8.276	8.048	7.959	7.894
213	Penalva do Castelo	Viseu	13	11	59,2	8.571	8.482	8.378	8.260	7.956	7.795	7.679
214	São João da Pesqueira	Viseu	14	11	29,6	8.115	7.997	7.908	7.805	7.874	7.666	7.555
215	Alpiarça	Santarém	1	1	80,8	8.258	8.266	8.263	8.245	7.702	7.593	7.529
216	Celorico da Beira	Guarda	22	16	31,1	8.643	8.572	8.514	8.421	7.693	7.512	7.403
217	Vila Nova Barquinha	Santarém	5	4	147,8	8.122	8.170	8.228	8.283	7.322	7.334	7.329
218	Mondim de Basto	Vila Real	8	6	43,5	8.322	8.229	8.171	8.105	7.493	7.401	7.313
219	Miranda do Douro	Bragança	17	13	15,4	7.397	7.295	7.159	7.029	7.482	7.400	7.303
220	Arraiolos	Évora	7	5	10,8	7.242	7.182	7.102	7.047	7.363	7.341	7.302
221	Castro Verde	Beja	5	4	12,8	7.785	7.782	7.767	7.726	7.276	7.290	7.289
222	Santana	Madeira	6	6	80,8	8.326	8.277	8.198	8.119	7.719	7.404	7.272
223	Borba	Évora	4	4	50,5	7.447	7.380	7.338	7.272	7.333	7.245	7.230
224	Almodôvar	Beja	8	6	9,6	7.319	7.163	7.045	6.909	7.449	7.311	7.199
225	Vila Nova de Poiares	Coimbra	4	4	86,2	7.491	7.562	7.618	7.672	7.281	7.207	7.141
226	Alvaiázere	Leiria	7	5	45,4	7.827	7.716	7.617	7.531	7.287	7.155	7.048
227	S. Marta Penaguião	Vila Real	10	7	106,2	8.168	8.075	7.997	7.926	7.356	7.152	7.045
228	Nisa	Portalegre	10	7	12,9	7.710	7.536	7.419	7.277	7.450	7.163	7.019
229	Vila Nova de Foz Côa	Guarda	17	14	18,4	8.024	7.905	7.815	7.703	7.312	7.102	6.984
230	Mação	Santarém	8	6	18,4	7.253	7.061	6.916	6.715	7.338	7.089	6.946
231	Terras de Bouro	Braga	17	14	26,1	7.631	7.506	7.365	7.215	7.253	7.000	6.857
232	Redondo	Évora	2	2	19	6.747	6.676	6.607	6.528	7.031	6.922	6.842
233	Mértola	Beja	9	7	5,6	7.514	7.332	7.178	7.025	7.274	6.978	6.840
234	Belmonte	C. Branco	5	4	57,8	7.735	7.733	7.737	7.745	6.859	6.723	6.673

N.º	Município	Distrito	N.º de freguesias	Juntas de freguesia	Densidade Pop. 2011	N.º de Habitantes						
					N.º/ km ²	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
235	Almeida	Guarda	29	16	14	7.213	7.015	6.844	6.627	7.242	6.835	6.628
236	Castro Marim	Faro	4	4	22,4	6.497	6.472	6.461	6.441	6.747	6.588	6.543
237	Vila Flor	Bragança	19	14	25,2	7.546	7.432	7.343	7.275	6.697	6.531	6.438
238	Ribeira de Pena	Vila Real	7	5	30,1	7.117	7.049	6.953	6.870	6.544	6.419	6.346
239	Portel	Évora	8	6	10,7	7.107	7.108	7.084	7.057	6.428	6.326	6.307
240	Tabuaço	Viseu	17	13	47,4	6.271	6.204	6.132	6.041	6.350	6.301	6.247
241	Povoação	Açores	6	6	59,5	6.795	6.818	6.843	6.839	6.327	6.253	6.200
242	Sabrosa	Vila Real	15	12	40,5	6.640	6.571	6.495	6.421	6.361	6.256	6.172
243	Armamar	Viseu	19	14	53,7	7.153	7.071	7.002	6.911	6.297	6.150	6.076
244	Fig. Castelo Rodrigo	Guarda	17	10	12,3	6.638	6.542	6.459	6.362	6.260	6.162	6.073
245	Carrazada de Ansiães	Bragança	19	14	22,8	6.895	6.744	6.621	6.476	6.373	6.173	6.063
246	Madalena	Açores	6	6	41,1	6.297	6.316	6.353	6.384	6.049	6.055	6.046
247	Figueiró dos Vinhos	Leiria	5	4	35,6	6.901	6.824	6.752	6.676	6.169	6.031	5.941
248	Vidigueira	Beja	4	4	18,7	5.922	5.886	5.864	5.819	5.932	5.844	5.797
249	Murça	Vila Real	9	7	31,4	6.219	6.109	6.014	5.925	5.952	5.861	5.773
250	Penela	Coimbra	6	4	44,4	6.287	6.235	6.191	6.143	5.983	5.821	5.734
251	Aljezur	Faro	4	4	18,2	5.336	5.323	5.333	5.330	5.884	5.724	5.673
252	Vila do Porto	Açores	5	5	57,3	5.565	5.574	5.569	5.557	5.552	5.632	5.663
253	Monchique	Faro	3	3	15,3	6.141	6.024	5.916	5.801	6.045	5.755	5.632
254	Sernancelhe	Viseu	17	13	24,8	6.060	6.011	5.975	5.928	5.671	5.634	5.594
255	Alandroal	Évora	6	4	10,8	6.123	6.039	5.968	5.899	5.843	5.687	5.580
256	Viana do Alentejo	Évora	3	3	14,6	5.707	5.702	5.696	5.687	5.743	5.623	5.515
257	Boticas	Vila Real	16	10	17,9	5.829	5.736	5.666	5.570	5.750	5.591	5.488
258	Oleiros	C. Branco	12	10	12,1	5.872	5.754	5.626	5.512	5.721	5.544	5.444
259	São Vicente	Madeira	3	3	72,6	6.121	6.117	6.099	6.074	5.723	5.518	5.416
260	Golegã	Santarém	2	3	71,3	5.567	5.533	5.475	5.431	5.465	5.389	5.337
261	Velas	Açores	6	6	46	5.614	5.616	5.619	5.609	5.398	5.357	5.337
262	Penamacor	C. Branco	12	9	10,1	5.783	5.632	5.522	5.376	5.682	5.443	5.324
263	Porto Santo	Madeira	1	1	128,7	4.390	4.401	4.378	4.387	5.483	5.346	5.299
264	Aguiar da Beira	Guarda	13	10	26,5	6.225	6.161	6.108	6.062	5.473	5.308	5.224
265	Vila do Bispo	Faro	5	4	29,4	5.447	5.421	5.437	5.452	5.258	5.223	5.216
266	Ourique	Beja	6	4	8,1	5.551	5.426	5.331	5.236	5.389	5.221	5.144
267	Nordeste	Açores	9	9	48,7	5.291	5.307	5.330	5.323	4.937	4.996	5.012
268	Vila Nova de Paiva	Viseu	7	5	29,5	6.399	6.399	6.399	6.391	5.176	5.079	5.007
269	Mêda	Guarda	16	11	18,2	5.788	5.712	5.642	5.556	5.202	5.026	4.941
270	Fornos de Algodres	Guarda	16	12	38	5.317	5.237	5.173	5.080	4.989	4.920	4.888
271	Sousel	Portalegre	4	4	18,2	5.370	5.317	5.234	5.158	5.074	4.935	4.873

N.º	Município	Distrito	N.º de freguesias	Juntas de freguesia	Densidade Pop. 2011	N.º de Habitantes						
						N.º/ km²	2007	2008	2009	2010	2011	2012
272	Cuba	Beja	4	4	28,4	4.705	4.674	4.656	4.613	4.878	4.887	4.867
273	Alfândega da Fé	Bragança	20	12	15,9	5.446	5.368	5.299	5.199	5.104	4.922	4.845
274	Lajes do Pico	Açores	6	6	30,3	4.732	4.681	4.654	4.631	4.711	4.708	4.694
275	Mora	Évora	4	4	11,2	5.295	5.231	5.152	5.062	4.978	4.790	4.683
276	Avis	Portalegre	8	6	7,5	4.968	4.931	4.871	4.804	4.571	4.529	4.505
277	Vimioso	Bragança	14	10	9,7	4.914	4.857	4.801	4.730	4.669	4.518	4.442
278	Santa Cruz Graciosa	Açores	4	4	72,4	4.879	4.910	4.938	4.950	4.391	4.410	4.400
279	Pampilhosa da Serra	Coimbra	10	8	11,3	4.416	4.283	4.161	4.035	4.481	4.314	4.257
280	Mesão Frio	Vila Real	7	5	166,4	4.432	4.357	4.274	4.182	4.433	4.311	4.234
281	Góis	Coimbra	5	4	16,2	4.446	4.380	4.321	4.236	4.260	4.120	4.079
282	Constância	Santarém	3	3	50,5	3.775	3.751	3.726	3.716	4.056	4.053	4.028
283	Sardoa	Santarém	4	4	42,8	3.858	3.808	3.759	3.704	3.939	3.913	3.874
284	Gavião	Portalegre	5	4	14	4.142	4.027	3.928	3.844	4.132	3.977	3.873
285	Pedrógão Grande	Leiria	3	3	30,4	4.111	4.069	4.028	3.963	3.915	3.761	3.686
286	Freixo Espada à Cinta	Bragança	6	4	15,5	3.892	3.834	3.789	3.734	3.780	3.677	3.622
287	Crato	Portalegre	6	4	9,3	3.766	3.707	3.621	3.553	3.708	3.593	3.522
288	Alter do Chão	Portalegre	4	4	9,8	3.499	3.442	3.364	3.302	3.562	3.501	3.462
289	Vila de Rei	C. Branco	3	3	18	3.131	3.080	3.041	2.988	3.452	3.453	3.450
290	Calheta (R.A.A.)	Açores	5	5	29,9	3.878	3.857	3.829	3.794	3.773	3.569	3.440
291	Vila Velha de Ródão	C. Branco	4	4	10,7	3.534	3.450	3.371	3.295	3.521	3.432	3.382
292	Marvão	Portalegre	4	4	22,7	3.556	3.489	3.413	3.328	3.512	3.428	3.376
293	São Roque do Pico	Açores	5	5	23,8	3.811	3.853	3.879	3.908	3.388	3.380	3.361
294	Manteigas	Guarda	4	4	28,1	3.714	3.650	3.579	3.509	3.430	3.347	3.297
295	Castelo de Vide	Portalegre	4	4	12,9	3.739	3.701	3.677	3.646	3.407	3.297	3.248
296	Monforte	Portalegre	4	4	7,9	3.129	3.087	3.052	3.013	3.329	3.270	3.228
297	Fronteira	Portalegre	3	3	13,7	3.230	3.160	3.088	3.000	3.410	3.295	3.222
298	Arronches	Portalegre	3	3	10,1	3.231	3.211	3.201	3.174	3.165	3.124	3.100
299	Castanheira de Pêra	Leiria	2	1	47,8	3.250	3.176	3.110	3.038	3.191	3.026	2.939
300	Penedono	Viseu	9	7	22,1	3.322	3.286	3.265	3.226	2.952	2.876	2.831
301	Alcoutim	Faro	5	4	5,1	3.186	3.104	3.033	2.967	2.917	2.725	2.629
302	Mourão	Évora	3	3	9,6	3.384	3.387	3.395	3.395	2.663	2.622	2.601
303	Alvito	Beja	2	2	9,5	2.724	2.720	2.706	2.704	2.504	2.533	2.557
304	Porto Moniz	Madeira	4	4	32,7	2.679	2.645	2.616	2.564	2.711	2.582	2.530
305	Santa Cruz das Flores	Açores	4	4	32,3	2.570	2.583	2.609	2.625	2.289	2.258	2.237
306	Barrancos	Beja	1	1	10,9	1.730	1.697	1.670	1.634	1.834	1.782	1.768
307	Lajes das Flores	Açores	7	7	21,5	1.529	1.534	1.535	1.543	1.504	1.528	1.526
308	Corvo	Açores	1	1	25,1	479	488	500	507	430	448	463

JOÃO CARVALHO

jbccarvalho@gmail.com

Presidente do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA).
Professor na Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho. Doutoramento em Ciências Empresarias, e agregação em Contabilidade pela Universidade do Minho.
Co-autor de diversos livros, entre os quais: «POCAL Comentado»; «POC-Educação Explicado»; «Casos práticos de Contabilidade Pública».
Membro do Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF) do IPCA.
Membro do Comité da Normalização Contabilística Público da CNC, em representação das Escolas Superiores.

MARIA JOSÉ FERNANDES

mjfernandes@ipca.pt

Professora coordenadora principal da Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA).
Doutorada em Ciências Empresarias e agregada em Gestão pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG).
Leciona unidades curriculares na área da Contabilidade Pública aos níveis de graduação e pós-graduação. Autora de diversas publicações nacionais e internacionais, sendo a sua área de investigação a Contabilidade Pública.
Diretora do Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF) do IPCA.

PEDRO CAMÕES

pedroc@eeg.uminho.pt

Professor auxiliar da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho.
Doutorado em Administração Pública pela Universidade da Carolina do Sul, EUA.
Leciona unidades curriculares de Finanças Públicas e Finanças Locais ao nível da licenciatura, e Administração Autárquica ao nível da pós-graduação.
Autor de diversas publicações e comunicações nacionais e internacionais.
Investigador do Núcleo de Estudos em Administração e Políticas Públicas (NEAPP) da Universidade do Minho.
Atualmente desempenha as funções de Administrador da Universidade do Minho.

SUSANA JORGE

susjor@fe.uc.pt

Professora auxiliar na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
Doutorada em Contabilidade e Finanças, na especialidade de Contabilidade dos Governos Locais, pela Universidade de Birmingham, Inglaterra.
Leciona as unidades curriculares de Contabilidade Pública e Contabilidade Financeira, aos níveis de graduação e pós-graduação.
Autora de diversas publicações e comunicações nacionais e internacionais e editora do livro «*Implementing Reforms in Public Sector Accounting*».
Membro do Conselho Científico da rede internacional de investigação CIGAR – *Comparative International Governmental Accounting Research*.
Membro do Comité de Normalização Contabilística Público da CNC.



OTOC
ORDEM DOS TÉCNICOS
OFICIAIS DE CONTAS



Centro de Investigação em
Contabilidade e Fiscalidade
Research Centre on Accounting and Taxation

Centro reconhecido pela **FCT**

